



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 054 – TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3ª - João Durval - (PDT-BA)
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (65,68)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (65,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (63) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (24,70,91)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,93) Rodrigo Rollemberg (67,99) Inácio Arruda (89,100) Eduardo Lopes (37,45,64,101)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,70,91) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Aníbal Diniz (25,96) Paulo Paim (97) Eduardo Suplicy (98)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,93) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (67,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,100) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,64,101)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Moraes (102) Ataídes Oliveira (103) Cyro Miranda (31,94)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,62) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) João Costa (81,82) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPL - 1 João Costa (81,82)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 54ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 22 DE ABRIL DE 2013	20486	Emenda à Constituição nºs 6, de 2008; 13, 32, 70 e 97, de 2007; 30 e 34, de 2008.	20512
1.1 – ABERTURA	20486	2.2.4 – Ofício do Tribunal Superior do Trabalho	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO		Nº 281/2013, na origem, encaminhando documentação para apreciação do nome do Sr. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.	20512
Destinada a comemorar os 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), nos termos dos Requerimentos nºs 1.049, de 2012; e 134, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores.	20486	2.2.5 – Discursos do Expediente	
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro		SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Registro do transcurso, em dezenove do corrente, do Dia do Índio, destacando o legado do Sr. Marechal Cândido Rondon; e outro assunto.	20545
1.2.2 – Oradores		SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa de um estudo mais profundo sobre a redução da maioridade penal.	20548
Senadora Ana Amélia	20486	SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Destaque a discurso do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em referência ao transcurso dos 53 anos de Brasília; e outro assunto.	20551
Senador Ruben Figueiró	20490	SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Relato das políticas adotadas pelo Governo Federal para propiciar o crescimento da economia brasileira; e outro assunto..	20555
Senador Pedro Simon	20493	SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Homenagem à memória do Sr. Antônio Corrêa Neto, falecido ontem.....	20561
Senador Jorge Viana	20497	SENADOR ANIBAL DINIZ – Expectativa com a possibilidade da exploração de gás e petróleo no Estado do Acre; e outro assunto.....	20562
Senador Rodrigo Rollemberg	20500	SENADOR JORGE VIANA – Registro da apresentação de emenda, por S. Exª, para adiar vigência de projeto de lei que cria restrições a novos partidos políticos; e outro assunto.	20565
Senador Waldemir Moka	20502	SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Críticas à postura do Governo Federal no tocante à prisão de brasileiros na cidade de Oruro, na Bolívia.	20569
Senador Valdir Raupp	20503	SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Registro da participação de S. Exª em reunião que tratou da retomada da Região Integrada de Desenvolvimento da grande Teresina; e outros assuntos....	20570
Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa	20505	SENADORA ANA AMÉLIA – Considerações acerca do substitutivo, de autoria de S. Exª, ao projeto de lei que dispõe sobre o tratamento de dependentes químicos; e outro assunto.	20574
Senador Renan Calheiros (art. 203 do Regimento Interno)	20509		
Senador Eunício Oliveira (art. 203 do Regimento Interno)	20510		
1.3 – ENCERRAMENTO.....	20511		
2 – ATA DA 55ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE ABRIL DE 2013	20512		
2.1 – ABERTURA	20512		
2.2 – EXPEDIENTE	20512		
2.2.1 – Comunicação da Presidência			
Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da Medida Provisória nº 585, de 2012.	20512		
2.2.2 – Comunicação			
Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da composição da Mesa Diretora da referida Comissão (Ofício nº 38/2013)..	20512		
2.2.3 – Leitura de requerimento			
Nº 350, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16, de 2011; 21, de 2012 e 3, de 2013, com as Propostas de			

SENADOR PEDRO TAQUES – Críticas à gestão da saúde pública no Estado do Mato Grosso; e outro assunto. 20579

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Considerações sobre projeto de lei, de autoria de S. Ex^a, que enquadra os serviços de inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres como fatores geradores de ICMS; e outro assunto. 20583

SENADOR PAULO PAIM – Reflexão sobre o transcurso, em 25 do corrente, do Dia Internacional de Conscientização da Alienação Parental; e outros assuntos. 20586

SENADOR JOÃO COSTA – Considerações sobre o projeto de lei de autoria de S. Ex^a que institui indenização ao servidor comissionado, por ocasião de sua exoneração; e outro assunto. 20594

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Defesa da instalação de processo contra a Sr^a Rosemary Noronha a partir dos dados obtidos em sindicância realizada pelo Governo Federal. 20596

SENADOR CÍCERO LUCENA – Expectativa com a conclusão das obras de transposição do rio São Francisco; e outro assunto. 20597

SENADOR IVO CASSOL – Críticas à infraestrutura do País e preocupação com a elevação do custo Brasil. 20600

2.2.6 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 104/2013, comunicando o envio à sanção do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar. 20605

2.2.7 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 20/2013 (nº 120/2013, na origem), encaminhando relatório sobre a execução do Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira, relativo ao primeiro trimestre de 2013. 20605

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 20608

2.3 – ENCERRAMENTO. 20610

3 – ATAS

3.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 592, de 2012

Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2013 20611

3.2 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012

Ata da 2ª Reunião, realizada em 28 de fevereiro de 2013 20631

Ata da 3ª Reunião, realizada em 19 de março de 2013. 20633

Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de abril de 2013. 20674

Ata da 5ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2013. 20698

3.3 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 597, de 2012

Ata da 3ª Reunião, realizada em 12 de março de 2013. 20715

Ata da 4ª Reunião, realizada em 19 de março de 2013. 20747

Ata da 5ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2013. 20758

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 20776

Bancadas dos Partidos 20777

Por ordem alfabética 20778

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

..... 20779

6 – LIDERANÇAS

..... 20780

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

..... 20784

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

..... 20785

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 20797

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 20805

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 20809

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 20815

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 20820

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 20830

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 20838

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 20847

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 20854

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 20860

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 20864

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 20868

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993) 20869

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 20870

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013) 20871

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 20871

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	20872
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	20874
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010) ..	20876
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	20878
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)	20880

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	20882
--	-------

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) ..	20886
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	20889
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	20890
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito ..	20891
Comissões Mistas Especiais	20893

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	20897
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	20898
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	20899

Ata da 54ª Sessão, Especial, em 22 de abril de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana e da Srª Ana Amélia

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 11 minutos e encerra-se às 13 horas e 51 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu queria dar bom dia a todos, agradecer a presença de todas, de todos, inclusive daqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Senado, como também agradecer a presença de meus colegas Senadoras e Senadores.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar os 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – a nossa Embrapa, patrimônio nacional –, nos termos dos **Requerimentos nºs 1.049, de 2012, e 134, de 2013**, ambos da Senadora Ana Amélia e subscritos por vários colegas Senadores e Senadoras, inclusive eu fui um dos que subscreveram esses requerimentos.

Eu queria fazer a composição da Mesa, já de antemão me desculpando, tendo em vista a história dos que ocupam este plenário, sejam os colegas Senadores, como aqui consigo ver o Senador, ex-Governador e referência da nossa Casa, Pedro Simon; Senador Waldemir Moka; Senador Ruben Figueiró; a proponente, Senadora Ana Amélia, mas eu tenho que, cumprindo aqui o cerimonial, convidar, para compor a Mesa, a Senadora Ana Amélia, proponente desta sessão, para que, por gentileza, representando-nos a todos, possa estar aqui na Mesa.

Queria também chamar o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Dr. Maurício Antônio Lopes. *(Pausa.)*

Gostaria também de convidar o ex-Presidente da Embrapa, ex-Ministro da Agricultura, um dos fundadores da Embrapa, o Ministro Alysson Paulinelli, para que nos dê o privilégio de compor esta Mesa. *(Pausa.)*

Queria convidar também o Presidente da Embrapa no período de 1979 a 1985 e um dos fundadores da empresa, Dr. Eliseu Alves. *(Pausa.)*

Queria convidar também o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, para que possa compor a Mesa Diretora desta sessão. *(Pausa.)*

E, por fim, queria convidar o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Carlos Augusto Klink. *(Pausa.)*

Convido a todos para, de pé, ouvirmos e cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Mais uma vez agradecendo a presença de todos, iniciamos a sessão especial do Senado Federal destinada a comemorar os 40 anos dessa empresa que é sinônimo de Brasil, a Embrapa.

O cerimonial prevê que, na abertura dos trabalhos, o Presidente faça o pronunciamento inaugural, mas eu, sendo Vice-Presidente do Senado e tendo a honra de presidir esta sessão, queria fazer uma inversão, que é uma maneira de homenagear nossa Senadora Ana Amélia, tão atuante, tão comprometida, seja como profissional do jornalismo, seja como Senadora, na defesa da agropecuária brasileira, da eficiência do Brasil, e que nos ajudou tanto na elaboração do novo Código Florestal.

Por conta da orientação regimental, a Senadora Ana Amélia, que é proponente do requerimento para a realização desta sessão, junto, obviamente, com vários colegas Senadores que o subscreveram, seria a segunda oradora, mas eu acho que seria justo se, agora, eu a convidasse para fazer uso da palavra, como a primeira subscritora do requerimento que nos possibilitou a realização desta justa homenagem à nossa Embrapa.

Com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Mais à frente, vou convidá-la a presidir os trabalhos a fim de que eu faça, também, o meu pronunciamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Jorge Viana, caro Presidente desta sessão especial em homenagem aos 40 anos de uma empresa que é o orgulho de todos os brasileiros, a nossa – e digo “nossa” porque é nossa – Embrapa; caro Presidente da Embrapa, Maurício Lopes, em nome de quem quero saudar todos os cientistas, pesquisadores, pesquisadoras, do mais alto nível, doutores e pós-graduados, ao mais singelo servidor dessa empresa pública, que é uma referência, no Brasil e também no exterior, na

sua especialidade; quero cumprimentar o Presidente da Embrapa Eliseu Alves, tão comprometido que foi, ao longo do tempo, com as causas da pesquisa no setor agropecuário brasileiro, especialmente quando comandou a empresa, de 79 a 85; estimado Ministro Alysson Paulinelli, também comprometido com as questões do avanço tecnológico, da inovação na área da produção agropecuária, como ministro e como produtor, bem como nas discussões, aqui, sobre o nosso Código Florestal; caro amigo Embaixador Eduardo Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, a quem agradeço muito a presença nesta solenidade; caro Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Augusto Klink, falo, Presidente, também em nome do Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária do Senado Federal, meu colega Senador Benedito de Lira, bem como em nome do Líder do nosso Partido, Senador Francisco Dornelles.

Eu quero fazer uma saudação especial aos colegas que estão aqui: ao nosso ex-Ministro da Agricultura, meu colega de bancada do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, um grande defensor da Embrapa, tanto quanto os demais Senadores; ao Senador Waldemir Moka, que também teve um empenho pessoal no debate, nesta Casa, do Código Florestal, a exemplo do que fez o Relator na Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana; ao Senador Rodrigo Rollemberg, combativo defensor não só da causa da boa agricultura, da agricultura sustentável, mas da causa da empresa que nós estamos homenageando hoje, a Embrapa; ao Senador Ruben Figueiró, do Mato Grosso do Sul, não só um conhecedor da área, mas também um produtor rural que sofre na carne as agruras hoje da atividade rural.

Eu estou muito à vontade; talvez eu nunca estivesse tão à vontade numa cerimônia como estou nesta. Primeiro, porque eu, ao longo do tempo, como jornalista, dei uma cobertura muito atenta para o setor da agropecuária brasileira, em especial porque sou de um Estado, Senador Jorge Viana, o Rio Grande do Sul, que tem, na produção agropecuária, a sua sustentação e o seu motor econômico de desenvolvimento social e, também, de um grande comprometimento com essa agricultura sustentável. É lá que está, junto com o Paraná, o plantio direto na palha, o manejo da nossa riqueza de águas, com o plantio irrigado de arroz; é lá que está, também, uma agricultura de alta precisão, no Município de Não-Me-Toque, com a Expodireto Cotrijal; e é lá, no Rio Grande, que muitas iniciativas preservacionistas se desenvolveram.

Portanto, é um Estado cujos valores e necessidades eu, como jornalista, reconhecia. E eu posso dizer

com muita tranquilidade que este exemplar, distribuído aqui, praticamente resume, com muita clareza – e faço questão de lê-lo –, a história bonita, escrita por todos os senhores e senhoras, ao construírem a nossa Embrapa. Sugiro que todos levem para casa essa bonita história.

A pesquisa agropecuária teve papel fundamental na revolução da agricultura tropical no Brasil nas últimas décadas. Em 40 anos, o Brasil deixou de ser dependente da importação de alimentos para se tornar um dos maiores produtores e exportadores do mundo. Os resultados de alto impacto são percebidos na tropicalização da agricultura, no desbravamento do Cerrado, na obtenção de cultivares adaptados ao solo e ao clima brasileiros e nos sistemas de produção, por exemplo. Tecnologias geradas com parceiros nacionais e internacionais promoveram ganhos de produtividade e viabilizaram o crescimento da sustentabilidade. É uma palavra tão forte e que é tão respeitada por todos os senhores na orientação que passam do conhecimento à prática na hora de utilizar o campo.

Eu posso dizer também, pelos mais de 40 anos como jornalista na área e cobrindo o setor, que a história da agropecuária brasileira se divide em antes e depois da Embrapa. E é por isso que hoje eu estou muito à vontade para falar e por ter tomado a iniciativa, com o apoio de muitos colegas Senadores, de solicitar, por meio de requerimento ao Senado, esta homenagem.

Queria cumprimentar o Presidente da nossa Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o agrônomo Maurício Lopes, todas as autoridades aqui presentes, convidados e, principalmente, cada um dos cientistas, pesquisadores e pesquisadoras dessa renomada instituição que, por quatro décadas, se dedica à inovação no agronegócio, um dos setores mais estratégicos e competitivos da economia nacional.

Não fossem o empenho e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mediados, especialmente, pela Embrapa, grande responsável pelos elevadíssimos índices de produtividade no campo brasileiro, a nossa balança comercial estaria registrando perdas maiores que as observadas neste ano. No primeiro trimestre de 2013, o saldo negativo acumulado da balança comercial brasileira já passa de US\$5,150 bilhões.

Antes de me tornar Senadora, como disse, fui jornalista por mais de 40 anos, e, nesse período, a Embrapa, que nasceu lá no começo da minha profissão, sempre foi destaque em incontáveis notícias e comentários que fiz ao longo de minha carreira. A inovação, a novidade e o foco no desenvolvimento do campo sempre foram os motivos que tornaram a empresa tão respeitada e admirada não só por nós brasileiros, mas também no exterior.

Posso dizer, sem medo de errar, que, após a Embrapa, o campo brasileiro ficou melhor e mais desenvolvido. Basta verificarmos as estatísticas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Há 37 anos, o Brasil ocupava uma área de 37 milhões de hectares para a produção de alimentos. Hoje, aproximadamente 52 milhões de hectares são usados para a produção agrícola. No mesmo período, a produção de alimentos, que era de pouco mais de 46 milhões de toneladas, Ministro Alysson Paulinelli, passou de mais de 180 milhões de toneladas e, nessa safra, deve alcançar um novo recorde: 183 milhões de toneladas. Isso significa que, nas últimas quatro décadas, enquanto a área plantada cresceu 40%, Senador Rodrigo Rollemberg – e usamos tanto esse percentual –, a produção de alimentos foi alavancada em 400%, um elevado e surpreendente salto de qualidade, de produtividade, que se explica, principalmente, pela aplicação de boas pesquisas e novas tecnologias no campo brasileiro.

São os melhoramentos e o empenho dos pesquisadores e agricultores que possibilitaram esse desenvolvimento invejável no meio rural brasileiro.

As apostas da Embrapa e dos pesquisadores que compõem essa respeitada instituição refletem, portanto, os resultados surpreendentes que têm sido obtidos em diferentes campos da ciência: agroenergia; tecnologia de alimentos, com variedades de sementes adaptadas a diferentes solos e climas; biotecnologia e nanotecnologia; geoprocessamento e sensoriamento remoto; genética animal e transferência de tecnologia; além da agricultura orgânica.

Só no dia de hoje, a Embrapa, Presidente Maurício Lopes, é notícia em três grandes jornais brasileiros: *Valor Econômico*, *Zero Hora*, de Porto Alegre, e *Jornal do Commercio*, de Pernambuco. Em todas as publicações, a inovação e a importância dos investimentos em pesquisa são sublinhadas.

Inclusive, hoje, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação deve divulgar um estudo inédito do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), com uma boa notícia: em 13 anos, entre 1996 e 2009, o número de mestres no Brasil subiu de 10.389 para 38.800. Isso significa um crescimento de 273,5%, uma média anual de 10,7%, que pode crescer ainda mais.

E não podemos pensar em melhoria genética, em melhoria da qualidade da produção sustentável de alimentos sem a participação dos nossos doutores, dos nossos pesquisadores, dos nossos cientistas.

Esses dados mostram a importância da ciência, do desenvolvimento acadêmico, da pesquisa e do estímulo à geração de novos mestres e doutores, matéria-

-prima essencial para o desenvolvimento da ciência e da pesquisa pública e também privada.

Nesse particular, eu queria registrar, com muita alegria e orgulho, Senador Moka: a Embrapa, como empresa pública, tem a consciência da sua responsabilidade social, ao contrário de algumas outras instituições acadêmicas do setor público que não conseguem repassar o seu conhecimento, que ficam enclausuradas na sua ciência, não compartilhando o conhecimento que agregam com a sociedade, que é quem paga a conta para termos esses especialistas, esses cientistas e esses pesquisadores.

O Ministério da Ciência e Tecnologia vem fazendo um enorme trabalho nessa direção, de abertura, de compartilhamento desse conhecimento. E quanto mais os pesquisadores repassarem o que descobrem e desvendam ao agricultor, do pequeno ao grande produtor, estarão cumprindo sua função social e projetando o Brasil como um grande protagonista nessa produção com sustentabilidade.

Esse repertório levou a empresa a ampliar a cooperação internacional – está aí outro avanço e inteligência da Embrapa – com respeitados centros de pesquisa do mundo. São 78 acordos bilaterais com 56 países e 89 instituições, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria e a transferência da tecnologia.

A empresa também tem reforçado as parcerias com laboratórios estrangeiros, os chamados Laboratórios no Exterior (Labex's), para o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias de ponta nos Estados Unidos, na Europa, especialmente França e Reino Unido, e também na Ásia, com China e Coreia do Sul. No mundo globalizado, hoje, enclausurar-se, ficar isolado já não comporta. O Século XXI não aceita esse isolamento. Por isso, parabéns à direção da Embrapa, que soube entender este novo tempo que estamos vivendo, de compartilhamento e de parcerias, preservando sempre o interesse nacional e a defesa daquelas descobertas que nós, brasileiros, fizemos.

Aqui no Brasil, são 47 unidades da Embrapa, sendo quatro delas no meu Estado, o Rio Grande do Sul: a Embrapa Clima Temperado, em Pelotas, região sul do Estado; a Embrapa Pecuária Sul, em Bagé, na fronteira oeste; a Embrapa Trigo, em Passo Fundo – está aqui o Dr. Dotto, em nome de quem queria homenagear os demais chefes das outras unidades, porque houve um problema com o tempo em Porto Alegre, o aeroporto ficou fechado, duas horas de atraso, e eles não chegarão a tempo de acompanhar esta homenagem –; e a Embrapa Uva e Vinho, em Bento Gonçalves.

Quero aproveitar essa deixa, meu Presidente, para pedir um empenho especial da direção no caso da Embrapa Trigo, em Passo Fundo. O Brasil tem uma

condição privilegiada, mesmo sendo um país que tem protagonismo na produção agropecuária: ser hoje o maior importador de trigo do mundo. Precisamos vencer esse desafio e levar à Embrapa Trigo, em Passo Fundo, as condições para que possamos ter avaliação de qualidade da semente ali gerada, porque, às vezes, gera-se uma semente e garante-se ao produtor que aquela semente de trigo é para o trigo pão, e, quando ele colhe, não é para o trigo pão, que é o de maior qualidade e de maior valor agregado.

Então, queria fazer este apelo desta tribuna, no aniversário. Em vez de eu dar o presente para a Embrapa, fazendo a referência e a homenagem, quero que a Embrapa o dê aos produtores e aos cientistas lá em Passo Fundo e também nas demais unidades de meu Estado e do Brasil.

São quatro setores estratégicos da economia gaúcha e do nosso País que apresentaram saltos de desempenho desde a intervenção do capital intelectual da Embrapa.

No caso do vinho especificamente, o Brasil está conquistando, apesar da concorrência no Mercosul, Senador Pedro Simon, prêmios internacionais na área de espumantes e de vinhos brancos, que são um orgulho para nós, gaúchos. Apesar de termos uma concorrência desleal com o contrabando de vinhos dos países do Mercosul, ainda sim os nossos produtores da região da serra, da região da campanha, do sul do Estado estão demonstrando uma grande capacidade, graças também à participação decisiva da Embrapa na recuperação de variedades de uvas que estavam já esquecidas. Nossos pesquisadores estão recuperando tudo isso.

Portanto, reforço meus cumprimentos a todos que, de algum modo, têm feito parte da história da Embrapa, superando todas as limitações impostas ao desenvolvimento da pesquisa e da ciência no Brasil. Países como a China têm feito investimentos maciços em biotecnologia, bioenergia e nanotecnologia, porque perceberam que a inovação nessas áreas é estratégica para o desenvolvimento sustentável de uma nação neste Século XXI, que está começando.

Ampliar os investimentos públicos e privados na Embrapa é essencial para a continuidade dessa missão tão nobre e tão relevante. Em muitos casos, essa missão tem sido feita com dinheiro dos próprios pesquisadores, que preferem colocar a mão no bolso para ver suas teses e pesquisas concluídas a ficar aguardando, às vezes, a liberação do orçamento que fica contingenciado.

Então, eu queria cumprimentar esses abnegados pesquisadores que tomam essas iniciativas, porque

estão cumprindo uma função social extremamente relevante.

Muitos desses pesquisadores estão se aposentando. Isso exige uma renovação do quadro com talentos tão qualificados quanto os necessários à continuidade da instituição. O orçamento total de R\$2 bilhões por ano é insuficiente para essa necessidade real. E aqueles que já contribuíram com o seu trabalho: o seu fundo de aposentadoria complementar também merece registro pela importância social que isso representa.

A parceria com a iniciativa privada e o controle das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa são essenciais para que nos próximos anos a história de inovação, pesquisa e desenvolvimento se mantenha no Brasil. Que por muitas e muitas décadas, por mais 40, 60, 100 anos, essa empresa continue nos orgulhando.

Queria também, ao terminar, chamar atenção para as modernas práticas de uso do solo, plantio direto na palha, já consagradas no País, especialmente na Região Sul, a começar pelo meu Estado e pelo Paraná, como disse no início deste pronunciamento.

E, agora, há uma urgente necessidade, um desafio, Presidente Maurício Lopes, que é investir em tecnologia para a irrigação. Nós temos algumas áreas, como no Rio Grande do Sul, onde o plantio do arroz é um plantio irrigado, aproveitando as várzeas. E temos agora um desafio: ajustar o novo Código Florestal às exigências da produção e do uso da irrigação.

Nós temos visto diariamente as notícias dramáticas da Região Nordeste do nosso País sofrendo com uma seca inclemente. Nós podemos, sim, vencer esse desafio para aproveitar a irrigação como política de desenvolvimento da agropecuária brasileira, Ministro Alysson Paulinelli.

Queria dizer que a Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, cujo Presidente Helvecio Saturnino está aqui prestigiando esta sessão, também tem dado uma contribuição para colocar essa questão da irrigação dentro das prioridades para a produção agrícola brasileira.

Outro desafio dos cientistas e pesquisadores da Embrapa é aplicar as regras do recém-aprovado Código Florestal Brasileiro às necessidades do nosso País, para continuar produzindo uma agricultura de qualidade, com sustentabilidade.

Agricultura orgânica, biotecnologia e energia renovável, todos esses desafios vão continuar na pauta para os próximos anos dessa empresa que é orgulho de todos os brasileiros. Parabéns a todos vocês que ajudaram a escrever essa bonita história da empresa chamada Embrapa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento a nobre Senadora Ana Amélia pelo pronunciamento, com a autoridade que ela carrega como jornalista, como Senadora e estudiosa dos temas nacionais. Parabéns a V. Ex^a.

Eu queria agradecer. Ainda há pouco tivemos a visita dos alunos do Centro de Ensino Fundamental Jardim II, que nos deram esse privilégio. Aliás, o Senado está se abrindo cada dia um pouco mais para a nossa juventude, com as exposições, com as galerias. São milhares de jovens que, todos os dias, nos dão o privilégio da visita.

Queria também cumprimentar e agradecer a presença da Sr^a Deputada Distrital Celina Leão – obrigado pela presença! –, dos Ex^{mos} Srs. e Sr^{as} embaixadores e embaixadoras e demais membros do corpo diplomático, dos diretores e diretoras executivas, chefes e empregados das unidades da Embrapa, além, obviamente, dos presidentes e das presidentes de associações, federações e sindicatos aqui presentes.

Vou convidar para fazer uso da palavra agora o Senador Ruben Figueiró, pela Liderança do PSDB. Depois, pela Liderança do PMDB, solicitou o Senador Pedro Simon, logo em seguida. E sigo com os oradores que estão inscritos: Senadores Rodrigo Rollemberg e Waldemir Moka.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Ruben Figueiró, pela Liderança do PSDB. Ele também tem sua vida dedicada à agropecuária. Foi colega do meu pai na Câmara dos Deputados e hoje é Senador da República. Certamente, meu pai está assistindo, lá no Acre, e vai ficar feliz de rever V. Ex^a.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Muito grato a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^a Senadora Ana Amélia, a quem dirijo meu respeito pela feliz lembrança de homenagear, nesta data, a Embrapa, instituição que todos nós admiramos no Brasil, Sr. Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, Sr. ex-Presidente – e sempre Presidente – da Embrapa, Eliseu Alves, Sr. Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, também proprietário rural em meu Estado, fato que muito me honra, Sr. Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, Sr. Carlos Augusto Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, meus eminentes colegas, Senador Pedro Simon, Senador Waldemir Moka, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador José Pimentel, que aqui estão também para prestar, pessoalmente, as homenagens a todos os servidores da Embrapa

que aqui se encontram, minhas homenagens a todos os senhores, meu respeito não só pela presença dos senhores aqui, mas pela extraordinária contribuição que têm dado ao desenvolvimento da agropecuária em nosso Brasil.

Sr. Presidente, por delegação do eu eminente Líder, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, minhas palavras serão em nome do meu partido, o PSDB, reconhecido pela extraordinária contribuição que a Embrapa ofereceu ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Poucas instituições brasileiras gozam de tamanho prestígio e reconhecimento, entre especialistas ou mesmo entre populares, quanto a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que ora homenageamos neste plenário.

Às vésperas de completar seu 40º aniversário, que transcorrerá no próximo dia 26, a Embrapa pode se orgulhar de ser um consenso nacional e de ser a grande referência da agropecuária brasileira.

Hoje, nosso País é respeitado no mundo por causa dessa empresa eminentemente brasileira, corpo e alma nacionais, que nos colocou numa posição especial: somos uma das nações mais importantes na área do agronegócio mundial.

Pero Vaz de Caminha, ao anunciar a descoberta do Brasil ao Rei de Portugal, afirmara que “nesta terra, em se plantando, tudo dá”. A Embrapa, Sr. Presidente, senhores e senhoras, confirma o título dado pela revista *Veja* por ocasião da entrevista com Norman Borlaug, em alusão simultânea à carta de Caminha e às tecnologias por ela desenvolvidas: “Quando se pesquisa, tudo dá!”.

Senhoras e senhores, li recentemente um elucidativo artigo escrito pela Senadora Kátia Abreu, que foi publicado na *Folha de S. Paulo*. Naquele texto extremamente feliz e consagrador, a nobre Senadora lembra como era o País na década de 70: ainda perseguíamos a autossuficiência na produção de alimentos, e o brasileiro gastava em média 48% de sua renda com alimentação.

De lá pra cá, o País enfrentou várias crises: crise do petróleo, crise da balança comercial, crises cambiais, crises financeiras e muitas outras. Mas, por iniciativa de brasileiros visionários, cuja tenacidade faz toda a diferença, nasceu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, uma ideia do engenheiro agrônomo Eliseu Alves, que, fazendo parte do grupo de trabalho que desenvolveu a ideia de reformar a pesquisa agrícola do Ministério da Agricultura, no período de 1971 a 1973, ajudou a criar uma das maiores empresas internacionais no cenário mundial.

Ou seja, as crises não arrefeceram o ímpeto de quem tinha os olhos voltados para o futuro, daqueles pioneiros que tinham a clareza de que era possível desenvolver no Brasil uma agricultura tropicalizada, de caráter *sui generis*, descartando, inclusive, o sistema de produção importada das regiões temperadas.

Depois disso, a Embrapa ganhou novo impulso graças à inteligência e visão de futuro do então Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, a quem rendo novamente minhas homenagens. A empresa se fortaleceu passo a passo. E os resultados estão sendo colhidos hoje: o gasto médio do brasileiro com alimentação representa cerca de 20% de sua renda. Não fosse a carga tributária e os óbices infraestruturais, a comida seria ainda mais barata e mais bem distribuída. Mas ainda chegaremos lá.

Atualmente, somos grandes exportadores de produtos agropecuários. Graças à Embrapa, somos um exportador de grãos, de carnes e de frutas de peso no cenário internacional. As pesquisas e as inovações tecnológicas são admiradas pela Europa, pelos Estados Unidos e pelo Canadá.

A Embrapa é símbolo de inovação, de modernidade, de sustentabilidade, de valorização de parcerias e de visão estratégica de longo prazo. Essa instituição, que completa 40 anos de existência, desmente em muitos aspectos um conceito tradicional do Brasil. Ela é a demonstração inequívoca de que parte do Brasil sabe fazer e acontecer, superando crises, trabalhando incansavelmente para dar relevo à mais nobre atividade humana: produzir alimentos e, com isso, transformar as bases da sociedade, tornando-a mais próspera, mais justa e mais democrática.

Na condição de produtor rural, Sr. Presidente e senhores que me ouvem, mas principalmente na condição de brasileiro que deseja ver o País no rumo certo, tenho acompanhado de perto todas essas grandes conquistas da Embrapa.

Honra-me, aliás, registrar a visita que fiz à Embrapa Pantanal, cuja Chefe-Geral se encontra aqui, a Dr^a Emiko, em fins do mês passado, quando pude atualizar meus conhecimentos sobre todas as atividades desenvolvidas por aquela unidade no meu Estado do Mato Grosso do Sul. Ali, como de resto em todo o Brasil, a Embrapa desenvolve um trabalho meritório e indispensável para a geração de empregos e de riquezas, para o abastecimento nacional e para a exportação de produtos agropecuários, tão essencial ao equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

Senhoras e senhores, é com satisfação, portanto, que registro ter a Embrapa desenvolvido, especialmente para algumas regiões do Mato Grosso do Sul, cultivos de soja plenamente adaptados ao solo e ao clima

e de alta estabilidade produtiva. Além disso, a empresa tem auxiliado os produtores locais a planejarem suas atividades, de forma a melhorar o rendimento, como, por exemplo, incentivando a utilização de culturas oleaginosas, de sorgo e de adubação verde, para renovar as áreas de canaviais.

Quero aqui, neste pronunciamento de homenagem aos 40 anos da Embrapa, reforçar a importância da instituição em meu Estado. A Embrapa sul-mato-grossense é subdividida em três núcleos operatórios: a Embrapa Agropecuária Oeste, que abrange a região da Grande Dourados e que atinge, inclusive, parte do Estado do Paraná; a Embrapa Gado de Corte; e a Embrapa Pantanal. Essas unidades funcionam de maneira interdependente.

Quanto às suas ações, podemos afirmar, com toda a tranquilidade, que, graças a elas, Mato Grosso do Sul trilha os caminhos do crescimento de maneira sustentável, equilibrando exploração econômica com preservação ambiental. Somos modelo de produtividade e estamos *pari passu* vencendo obstáculos e obtendo ganhos que assombram a comunidade internacional.

As cadeias produtivas do agronegócio ocupam cerca de 55% da área do meu Estado, sendo que, no Pantanal, predomina a criação extensiva em pastagens nativas. O Estado tem uma área de 36 milhões de hectares, dos quais cerca de 9 milhões são ocupados pelo bioma pantaneiro. Nossa beleza é exuberante, e nossa capacidade de gerar riquezas por meio da produção de alimentos expande-se à medida que aumentamos a aplicação de pesquisas e de tecnologia no campo.

Os dados divulgados pela Embrapa são extremamente significativos. O rendimento físico da soja aumentou 90% nas últimas décadas; no do milho, houve um aumento de 64%; e, no do algodão – imaginem, senhores! –, houve aumento de 139%!

E vejam que interessante, senhoras e senhores: o aumento do rendimento da soja, por exemplo, ajudou a evitar a abertura de 1,5 milhão de hectares de novas áreas, significando que aumentamos a produtividade e, ao mesmo tempo, preservamos a natureza.

O cultivo da cana se expandiu 311% nos últimos cinco anos, principalmente sobre as áreas de pastagens degradadas, ou seja, não fizemos desmatamentos intensivos para expandir o cultivo.

O crescimento médio em área de floresta plantada foi de quase 30% ao ano nos últimos cinco anos, representando um crescimento de 165% no período. Com isso, promovemos um sequestro bruto de carbono de 1,2 milhão de toneladas por ano, o equivalente a 4,3 milhões de toneladas de CO₂ anuais.

A pecuária de corte cedeu aproximadamente um milhão de hectares aos setores sucroalcooleiros e

florestal, mantendo, todavia, seu volume de produção praticamente constante.

Em 2012, vejamos aos senhores, por exemplo, foram abatidas no meu Estado 3,8 milhões de cabeças, de um rebanho total de 21 milhões de animais, o que dá uma taxa de desfrute de 17,7% no ano, aproveitamento superior ao de outros Estados.

O Mato Grosso do Sul, graças ao trabalho da Embrapa, em conjunto com produtores, com órgãos estaduais e com entidades de classe, promoveu uma redução fantástica de desmatamento. Enquanto no ano de 2006 foi autorizado o desmatamento de mais de 67 mil hectares, em 2010 foram autorizados pouco mais de 24 mil hectares, com tendência absolutamente decrescente.

Vejamos, senhoras e senhores, estamos produzindo mais e melhor, com muito mais qualidade, e, ao mesmo tempo, estamos preservando o meio ambiente por meio de estudos e planejamento racionais.

Tudo isso se dá graças a sistemas integrados e sustentáveis de produção, balanço de carbono e gases de efeito estufa, agrometeorologia e zoneamento agrícola, manejo de pragas e doenças, fixação biológica de nitrogênio e implantação de agricultura orgânica.

Esses processos são estimulados pelo Programa ABC – Programa de Agricultura de Baixo Carbono, compromisso firmado pelo Brasil na ONU, que representa o esforço do País para reduzir a emissão de gases de efeito estufa gerados pela agricultura.

Na região do Pantanal Sul-Mato-Grossense, a Embrapa, graças ao trabalho pioneiro e altamente corajoso, vem realizando projetos alternativos para garantir um justo equilíbrio entre produção agropecuária e conservação do ecossistema.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Vários projetos foram e estão sendo desenvolvidos de forma exitosa por aquela unidade, garantindo a melhoria genética do rebanho, a introdução de novas tecnologias de produção e controle de doenças adequadas à realidade específica do Pantanal e a criação de uma linha especial de crédito por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Além disso, a Embrapa Pantanal fez um grande trabalho no setor pesqueiro, criando as bases tecnológicas para o desenvolvimento da aquicultura, reduzindo, inclusive, o valor do pescado para os consumidores. Há um imenso trabalho sendo realizado nessa área para promover o melhoramento genético de quatro espécies nativas de peixes, visando a criar processos para estimular a industrialização que agregue valor ao pescado.

Enfim, graças à ação sistêmica da Embrapa Pantanal, cada vez mais compreendemos a complexidade

do bioma, que sobrevive em função de períodos de seca e de cheia, de onde é possível realizar estudos que façam com que preservemos esse patrimônio natural da humanidade com efetiva participação e colaboração do homem do campo.

Senhoras e senhores, o trabalho realizado pelas três Embrapas em Mato Grosso do Sul está sendo essencial para colocar Mato Grosso do Sul no *ranking* dos melhores lugares para se viver no Brasil. Temos orgulho dessas equipes abnegadas e competentes que estão realizando, de maneira muitas vezes silenciosa, um dos trabalhos mais importantes de nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem neste plenário, a criação da Embrapa há 40 anos foi um marco divisor na agropecuária brasileira. Não há brasileiro razoavelmente informado que não conheça a Embrapa e que não admire sua contribuição para o homem do campo, para o agronegócio, para a preservação ambiental, enfim, para o nosso desenvolvimento sustentável.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Ao saudar a Embrapa, na pessoa do seu Presidente, Sr. Maurício Antônio Lopes, e de todos os seus funcionários, digo, com muita emoção, que, dentre eles, tenho a honra de ter o meu filho, o pesquisador Luís Orcírio Fialho de Oliveira, da Embrapa Pantanal.

Quero congratular-me com o homem do campo e com todo o povo brasileiro que tem pela Embrapa um especial carinho e um especial reconhecimento.

Parabéns à Embrapa e conte sempre com o meu respeito e a minha solidariedade sincera.

Muito obrigado as V. Ex^{as}. *(Palmas.)*

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento o nobre Senador Ruben Figueiró, que tão dedicadamente estava na expectativa desta sessão e fez um belo pronunciamento, porque sua vida é muito vinculada à história da agropecuária brasileira. Sempre vem conversar comigo: “Agora, como Senador, não posso mais olhar minhas coisas como gostaria.” Mas ele está sempre presente, olhando para a produção, para a criação e tentando fazer a defesa da agropecuária aqui na tribuna.

Parabéns, Senador!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (PSDB – MS) – Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Como eu lhe falei, meu pai está assistindo ao vivo, pela TV Senado, ao pronunciamento do seu colega, histórico.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (PSDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Convido para fazer uso da palavra o ex-Ministro da Agricultura e também uma referência do Plenário desta Casa: o Senador Pedro Simon.

Comemoramos os 40 anos da Embrapa aqui, no plenário, graças a uma iniciativa da Senadora Ana Amélia e de vários colegas que subscreveram, inclusive eu. Temos aqui a presença de parte da história da Embrapa.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a, Senador Presidente Jorge Viana, ilustre Presidente, Senadora Ana Amélia, extraordinária jornalista e extraordinária Senadora, não devem repetir essa história de 40 anos de Senado. Parece 50. E acho que a mulher tem a idade que aparenta. Muitos anos de jornalismo e, agora, pelo que se vê, muitos anos na política também.

Sr. Presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes; Sr. Eliseu Alves, que foi praticamente o homem forte, ao longo de todo o período da nossa querida Embrapa; o mesmo digo eu do Ministro Alysson Paulinelli, que teve uma grande colaboração em tudo isso; Sr. Embaixador Eduardo Santos; Sr. Carlos Augusto Klink, se os senhores me permitirem, eu gostaria de citar o nome do Ministro Luiz Fernando Cirne Lima, o criador da Embrapa.

Foi exatamente o gaúcho Luiz Fernando Cirne Lima, num momento difícil, complexo, num momento em que a vida interna da política brasileira ia realmente muito difícil, que teve a coragem, eu diria até a bravura, de conseguir que as pessoas entendessem e criassem uma instituição como a Embrapa. Tive no Luiz Fernando Cirne Lima um amigo e um admirador extraordinário e lhe presto, por isso, esta homenagem.

Senhoras e senhores, em minha opinião, existem instituições brasileiras que são emblemáticas para a nossa soberania. São verdadeiros símbolos nacionais, como a Bandeira e o Hino. Normalmente, nesse quesito, as instituições mais citadas são o Banco do Brasil e a Petrobras. Não é à toa que, por exemplo, sempre que vêm à tona desejos políticos de privatizar essas duas instituições, a resposta é o grito pela soberania nacional, ao som do Hino e sob a proteção da Bandeira. Foi assim com a campanha de O Petróleo é Nosso. Foi assim também, em tempos mais recentes, a pronta reação à proposta de mudar o nome de Petrobras para Petrobrax. O mundo aventou a hipótese, também recente, de mudar o nome do nosso principal agente financeiro, de Banco do Brasil para Banco Brasil.

Esses dois casos foram entendidos como sinais precursores da perda dos símbolos da soberania nacional.

Eu não tenho dúvida da necessidade de incluir a Embrapa nesse rol de instituições emblemáticas e grandes símbolos nacionais da nossa soberania.

A Embrapa gera conhecimento, e o conhecimento é a argamassa mais importante na defesa da soberania e na construção do futuro. Mais do que isso: a Embrapa gera conhecimento para o que nós temos de mais importante no cenário nacional: a agricultura ou a agropecuária. Também não há dúvida de que a agropecuária brasileira também se divide, no horizonte temporal, em antes e depois da Embrapa.

Muitos produtores agropecuários brasileiros dobraram, triplicaram, até mesmo decuplicaram a produtividade, fruto do trabalho exatamente da Embrapa. Nesse sentido, a Embrapa não faz só ciência, porque ela, na verdade, também opera o milagre da multiplicação dos alimentos.

Vivemos, portanto, na nossa agropecuária e na nossa soberania, a era do depois da Embrapa. Esse ponto de inflexão se deu há 40 anos. Daí o motivo de orgulho de todos os brasileiros nesta sessão de homenagem à existência, há quatro décadas, de uma instituição que simboliza o que há de mais importante para todos nós como Nação soberana e independente.

Fui, em um momento importante desse mesmo período, Ministro da Agricultura. E se posso me vangloriar de realizações que geraram progresso, não poderia deixar de reconhecer que muito do que alcançamos naquele tempo devemos ao trabalho da Embrapa. É que, sem conhecimento, não há desenvolvimento.

A Embrapa foi criada em uma hora de grande debate sobre a importância do conhecimento, para que fossem mais bem-desenvolvidos os potenciais agrícolas brasileiros. Foi um tempo de discussão profunda sobre o processo de modernização da agricultura brasileira. As instituições de extensão rural já existiam. Faltava um passo além para o conhecimento que a extensão deveria levar para o mundo rural.

Não podemos esquecer também que se tratava de um momento de grande convulsão política. Era um tempo de ditadura militar, de crescimento da população e de abertura da economia para o mercado externo. Evidentemente que a maior integração do País ao mercado internacional trouxe para cá também interesses nem sempre ligados à nossa soberania.

Eu fico imaginando as pressões sobre a Embrapa desses interesses ligados a multinacionais, que, evidentemente, nem sempre se harmonizam com os interesses nacionais. Eu também imagino a preocupação da Embrapa com a introdução de novas tecnolo-

gias em um País onde se deveria manter como política atividades geradoras de mão de obra.

Esse equilíbrio, entre a maior produtividade via novas tecnologias e a manutenção do emprego, deve ter tirado horas de sono dos empreendedores da Embrapa.

Não podemos esquecer que, exatamente naquele tempo em que a Embrapa estava sendo concebida, a chamada “década de 70”, mais de trinta milhões de pequenos produtores rurais foram expulsos de suas terras. Hoje, essas pressões não se dissiparam, obviamente, e, como consequência, as preocupações. A globalização não respeita fronteiras. Nesse processo, não há, necessariamente, pátria. O mercado e o lucro determinam, muitas vezes, a política, e o mercado e o lucro também não necessariamente se movem pelo pudor, pela melhor distribuição dos ganhos e, no caso, pelo melhor encaminhamento da geração do conhecimento.

Daí a responsabilidade da Embrapa, que traz no próprio nome a expressão “empresa brasileira”. Uma empresa pública a serviço da população brasileira. Repito: as empresas privadas, especialmente as multinacionais, que também investem vultosos recursos na pesquisa, não necessariamente se preocuparão com os nossos principais problemas distributivos: de terra, de renda e de conhecimento. Muitas vezes, caminham em sentido contrário ao da justiça distributiva.

Cabe à Embrapa, como empresa pública brasileira, manter-se na via do desenvolvimento, do desenvolvimento do País e da sua população. Desenvolvimento diferente e muito além do crescimento.

Dentro desses mesmos problemas, persiste a necessidade de manter a geração de emprego rural. As nossas cidades já não crescem. Incham.

Embora se reconheçam os avanços na diminuição da fome, ainda há muito caminho a percorrer, até que os nossos conterrâneos deixem de morrer de doenças típicas da inanição.

Não há como continuar com tantos famintos e, quando não, eles serem saciados por meio de políticas movidas pela dádiva, em um País que tem todos os microclimas do Planeta. Isso sem contar a grande missão de qualquer instituição pública, principalmente em diminuir a fome mundial, que já ultrapassa um bilhão de seres humanos.

Também não devem ser esquecidas as agressões ao meio ambiente diretamente aos homens e, como consequência, a contaminação dos alimentos, além dos danos aos recursos hídricos e à própria terra.

Alguns estudos dão conta, por exemplo, de que eram conhecidos, até o final da década de 50, menos de 200 tipos de pragas na agricultura brasileira e que esse número triplicou duas décadas depois.

Essas são algumas das questões que, a meu ver, devem ser colocadas em discussão pela Administração e pelos 2.400 pesquisadores da Embrapa na próxima década, o que levará essa importante instituição ao cinquentenário.

Eu também tenho por mim que a Embrapa é a instituição que, por excelência, poderá subsidiar, em muito, com o conhecimento que ela gera, o grande debate, mais do que necessário, sobre que país nós queremos. O país para quem queremos dispensa maiores discussões. Aí não há o contraditório. O país que queremos tem que ser, necessariamente, para todos os brasileiros. Bem-discutido o Brasil que queremos, poderemos responder às questões decorrentes, como a indústria que queremos e, no mesmo passo, a agricultura que desejamos. Daí a tecnologia necessária, os investimentos públicos, as prioridades das instituições públicas. Evidentemente que, se queremos um país para todos os brasileiros, em um contexto ainda de milhões de conterrâneos na fome ou próximo dela, a agricultura familiar deve continuar merecendo prioridade absoluta na pesquisa e na extensão rural.

Também me parece evidente que a globalização, ela sim, capitaneada pelas multinacionais do setor, não se preocupará, como devido, com a agricultura de pequeno porte. Isso em um contexto no qual o País será pressionado para que desenvolva os seus potenciais agropecuários, para gerar divisas de exportação e superávits primários e também excedentes para o mercado interno.

Caberá, portanto, à Embrapa, como empresa pública de todos os brasileiros, investir no conhecimento acessível ao pequeno agricultor, cada vez mais pressionado por um mercado para o qual ele não necessariamente tem condições de arcar com o preço do ingresso.

Lembro-me de um tempo em que as instituições de extensão rural se encarregavam da agricultura familiar, e as de pesquisa, prioritariamente, com o agro-negócio.

Mas que conhecimento a extensão rural estaria levando ao campo, se a pesquisa tendia a se preocupar, prioritariamente, com a tecnologia, só acessível ao grande produtor? Daí que os órgãos de extensão rural desenvolviam suas próprias pesquisas direcionadas à agricultura familiar.

Acho não ter sido o acaso o mentor da decisão de aniquilar a Embrater. Naquele tempo, eram outros os interesses. Em minha opinião, uma decisão lamentável. Bom seria se hoje estivéssemos, aqui, louvando a parceria entre a Embrapa e a Embrater, a pesquisa e a extensão rural para os brasileiros do campo ou para aqueles que decidam voltar para o mundo rural, para

desenvolver as suas verdadeiras habilidades – para gerar empregos, para produzir alimentos, para saciar a fome sem necessidade das dádivas das bolsas-família, por mais importantes que elas sejam hoje, embora não sejam vitalícias.

Eu me lembro, igualmente com desgosto, da tentativa, também, de dizimar os órgãos estaduais de assistência técnica e de extensão rural, as chamadas EMATERs. Eu era, então, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, terminando de sair do Ministério da Agricultura. Determinei, peremptoriamente, ao meu Secretário da Agricultura, Odacir Klein, que suprisse, com recursos estaduais, a Emater gaúcha. A pesquisa agrícola, integrada à extensão rural,...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... foi uma das minhas principais prioridades, como Governador do meu Estado. Nenhum favor. Apenas a compreensão da importância da agricultura no Rio Grande do Sul.

Fizemos, então, uma reunião com os Governadores e fizemos com que praticamente todos acertassem em mater as Ematers estaduais funcionando, apesar de ter sido extinto o órgão nacional. E, apesar de o Governo Federal ter deixado de enviar a sua parte, que era a metade da verba das EMATERs, os Estados mantiveram as verbas das EMATERs, que estão aí abertas, com grande responsabilidade e seriedade.

Por isso, o meu voto de louvor à Embrapa, pelos 40 anos vividos. Mas muito mais que isso, a minha esperança de que, no tempo que virá, ela possa continuar a contribuir, em muito, para a construção do País que queremos, evidentemente, sem fugir de uma realidade internacionalizada, globalizada, mas que essa mesma realidade seja democrática, em um País que possa sustentar a sua soberania e melhor distribuir as suas riquezas.

Pelo nível de excelência que a Embrapa alcançou nesses 40 anos, ela pode, para a próxima década e para o futuro do País, optar entre dois caminhos. Caminhos excludentes a meu ver: ou buscar o reconhecimento mundial globalizado, mas não necessariamente voltado para as nossas necessidades mais prioritárias, ou utilizar esse conhecimento acumulado em quatro décadas, mais o que ela continuará a gerar, para sedimentar o País que todos nós queremos verdadeiramente construir.

Eu estou certo de que a Embrapa optará pelo segundo caminho. Daí, quando ela completar 50 anos, não estaremos aqui apenas homenageando a Embrapa, mas celebrando um País muito mais justo e soberano, exatamente porque as instituições públicas brasileiras, tendo a Embrapa como símbolo, terão alcançado o

nosso objetivo mais importante: a construção da verdadeira cidadania.

O Brasil tem todos os potenciais possíveis, principalmente o conhecimento, para produzir alimentos suficientes para a grande mesa de comunhão que queremos construir. Essa mesa, ela sim, globalizada.

Um País democrático e soberano para todos os seus cidadãos. É esse o Brasil que queremos construir. Um mundo menos excludente. É esse o mundo no qual queremos viver. E a Embrapa é, sem dúvida, mestre nessa obra.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Lembro que, quando fui surpreendido com a indicação para Ministro da Agricultura, logo no início, a primeira questão que foi colocada perante mim foi exatamente a Embrapa. O Sr. Eliseu se lembra da luta e do esforço que tinham. Havia a decisão de construir a sede própria da Embrapa, algo que era absolutamente necessário e importante. E havia aqueles que achavam até ridículo a sede própria. Foi naquele momento exatamente.

E hoje eu peço, Sr. Presidente, que conste dos Anais da nossa sessão um pedido de homenagem ao Presidente José Sarney, porque ele, como Presidente da República, foi o grande responsável pela manutenção da Embrapa, pela firmeza da Embrapa e para que a Embrapa não fosse o que alguns imaginavam, mas que seguisse o caminho que realmente seguiu. Foi o Presidente Sarney que, naquele momento em que havia a dúvida entre construir a sede da Embrapa ou deixá-la ali no Edifício Venâncio, com uma sede alugada e sem expectativa, tomou uma decisão importante: “A sede da Embrapa será construída. Há a determinação, e a Nova República não tem nada contra, pois é importante a expansão da Embrapa”.

Lembro-me da discussão muito delicada. Fizemos, naquela oportunidade, Dr. Eliseu, uma reunião na sede do Banco do Brasil, com todos os funcionários da Embrapa e com todos os funcionários da direção do órgão que reunia as EMATERs, para que eles se conhecessem, dialogassem, decidissem. Havia um problema. A Embrapa, um órgão recém construído, sem expectativa, sem tecnologia e sem agricultura, principalmente a familiar, que tivesse condições de avançar, ela, a rigor, funcionava para as grandes empresas multinacionais, para os grandes grupos que recomendavam, davam o dinheiro e patrocinavam esse trabalho.

E foi ali que nós decidimos, e foi importante. Nada a opor que a Embrapa dialogasse com as grandes empresas, com as multinacionais e, com o dinheiro delas, fizesse investigações. Mas o governo colocou dinheiro dele para fazer investigações principalmente para pequenas e médias empresas, para que a Embrapa

trabalhasse também para nós e não fizesse pesquisa fechada e a entregasse a multinacionais. Não, a Embrapa começou a trabalhar, a produzir e a avançar exatamente nesse sentido.

Lembro-me, e o senhor deve se lembrar, quando o Presidente Sarney foi visitar a unidade da Embrapa aqui em Brasília: ele chorou. A emoção dele foi impressionante quando viu aquela unidade, aquele pé de tomate na água com aquele tamanho. Nem ele nem eu – também vi pela primeira vez – imaginávamos que aquilo fosse possível no Brasil. Tanta coisa que se ouvia... Eu pensei que isso acontecia lá no Japão, que aqui não acontecia, mas a Embrapa realmente deu uma demonstração de grande conhecimento e de grande força.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, nenhuma dúvida: o Brasil é o país dos próximos anos, o país que tem a maior reserva de água doce do mundo, que tem as maiores reservas de terras agricultáveis do mundo...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... um país que, como disse o ilustre representante de Mato Grosso do Sul, em questão de tão pouco tempo fez uma revolução.

Quando eu estava lá no Ministério da Agricultura, festejamos 50 milhões de toneladas. Hoje estamos festejando 200 milhões de toneladas e, logo ali, quando formos festejar os 50 anos da Embrapa, eu não tenho nem ideia, não tenho condições de dar palpite de quantas toneladas nós estaremos produzindo.

Talvez muita gente não dê a devida importância a esta reunião. Este é um momento histórico e importante neste País. É mais importante do que a Petrobras, porque o petróleo parece trazer desgraça para os países que o produzem – coitados, está um pior do que o outro, política, econômica e socialmente, vivem dramas permanentes. Onde há petróleo, há desgraça. Mas nós, não: na agricultura, é o desenvolvimento, é o progresso, é o avanço que realmente existe.

Eu fico emocionado quando vou ao Mato Grosso e vejo as pessoas contarem o que foi o Mato Grosso. Eram pessoas que consideravam o Estado praticamente impossível. Eu me lembro, aqui no Senado, de quando criaram o Mato Grosso do Sul. Os líderes do Mato Grosso choravam e pediam pelo amor de Deus para não criarem o Mato Grosso do Sul, porque eles iam morrer: “Mas sem a parte do Mato Grosso do Sul, o que vai ser de nós? Nós vamos desaparecer”. E criaram o Mato Grosso do Sul, que vai muito bem, obrigado. Só que depois que criaram o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso cresceu dez vezes mais, e é hoje um Estado espetacular em desenvolvimento, com

a revolução – e me perdoe a minha Ana Amélia – principalmente dos gaúchos que chegaram lá, levaram a tecnologia do Rio Grande e fizeram uma verdadeira revolução naquela região.

Então, não tenho nenhuma dúvida de que o futuro é nosso. E se nós caminhamos como hoje estamos caminhando, graças a Deus, com uma Presidente que merece respeito, voltada para a preocupação, para a seriedade, para a dignidade, com o Supremo Tribunal encontrando seu verdadeiro caminho e, se Deus quiser, nós do Congresso Nacional cumprindo a nossa parte, podemos dizer: hoje vivemos o dia da maior importância na vida do Brasil. Mais importante do que a Petrobras, mais importante do que o que quiser. Com a Embrapa, com a agricultura, o nosso Brasil está no rumo do descobrimento da grande verdade, em que o Brasil será campeão na produção de alimentos. E tenho certeza de que, pelo seu estilo democrático, pelo seu estilo de fé, de compreensão e de respeito pelo entendimento que há no Brasil, nós haveremos de contribuir para um mundo de mais paz, para um mundo de mais amor, para um mundo de mais justiça.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, ex-Ministro, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, o Líder do meu Partido... O avião não conseguiu sair do Ceará. Ele estava vindo para cá correndo, e terminei falando eu, mas falando em nome dele, que, tenho certeza, seria bem melhor do que eu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Está justificado. Sabemos todos do compromisso do Líder do PMDB nesta Casa, o Senador Eunício, que, se pudesse, estaria aqui. Mas certamente está muito bem representado pela fala histórica de V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que só o senhor pode fazer, pelos outonos que a vida já lhe deu de presente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria só fazer o registro da presença do Sr. Wilmar Lacerda, funcionário da Embrapa, líder dos funcionários, do sindicato, e que hoje é Secretário de Administração do Distrito Federal.

Com a compreensão de todos, passo a direção dos trabalhos para a Senadora Ana Amélia, já que abriu mão de fazer a primeira fala para que pudesse dar a honra à Senadora, que é proponente do requerimento, e ao Senador e ex-Ministro Pedro Simon.

Em seguida, falará o Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a Presidência à Senadora para que eu possa fazer uso da tribuna.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Antes de o Senador Jorge Viana ocupar a tribuna, eu queria apenas, Senador Pedro Simon, reforçar a referência e a homenagem feita ao gaúcho Luiz Fernando Cirne Lima, pelo papel que teve. O Ministro Paulinelli, com quem conversei logo após o uso da tribuna, também fez esse reconhecimento. E, como estamos falando na memória e na história da empresa, não podemos deixar de citá-lo.

Meus cumprimentos a V. Exª. Associo-me à homenagem merecida a esse gaúcho de tanto valor, Luiz Fernando Cirne Lima.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Cumprimento S. Exª, a Senadora Ana Amélia, que preside a sessão; queria cumprimentar também o Dr. Eliseu Alves, fundador dessa empresa, que nos dá a honra de sua presença aqui no plenário; o Ministro Alysson Paulinelli, que também deixou sua marca na consolidação dessa empresa, sinônimo de patrimônio nacional e de orgulho nacional, que é a Embrapa; queria cumprimentar também o Embaixador Eduardo dos Santos, Secretário-Geral do Itamaraty, que, simbolicamente, carrega aqui a importância desta sessão, trazendo a representação da diplomacia brasileira; quero cumprimentar também o Carlos Augusto Klink, que aqui representa o Ministério do Meio Ambiente; e, por fim, o Dr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa, e, na sua pessoa, cumprimentar todos os funcionários, pesquisadores, funcionárias, todos que fazem parte da Embrapa em nosso País.

Não posso nem pensar em começar a falar sem antes me justificar, Senadora Ana Amélia, que preside a sessão, convidados, colegas Senadores e Senadoras e todos que nos acompanham na TV e na Rádio Senado. Desde cedo, fui apresentado à criação e à plantação pelo meu pai. Meu pai é uma pessoa apaixonada por plantar, por produzir. Ele se realiza. Ele não tem fazenda, tem uma pequena chácara, de não mais que dois hectares, que, aliás, fui eu que ajudei a manter.

Mas ele sempre foi um estimulador para que outros tivessem. Sempre se realizou pelo sucesso dos outros. Aqui está o Judson Valentim, vizinho nosso, um dos maiores pesquisadores da Embrapa do Brasil, que preside a unidade da Embrapa no Acre, que acompa-

nhou bem porque foi vizinho, foi meio que adotado pela família e sabe do que estou falando.

Eu sou técnico agrícola, engenheiro florestal, e, desde cedo, meu pai já me botava ali para tomar gosto por criar e plantar. Também não tenho posse nenhuma, até lamento. Gostaria de ter uma floresta para cuidar, uma área para plantar e criar. Mas, quem sabe, depois dessa confusão toda em que estou metido há pouco mais de 20 anos, que é o de trabalhar em política, Deus possa me dar ainda – se é que mereço mais algum presente, porque acho que já recebi todos que alguém poderia receber do nosso bom Deus.

Mas falo isso porque foi na Embrapa Acre que fiz o meu primeiro estágio. E sempre tive nessa empresa uma referência de coisa positiva, boa, correta, que faz o Brasil ser o que é.

O Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia foram muito felizes quando falaram aqui da Embrapa.

Senador Pedro Simon, ex-ministro da Agricultura, o Brasil não teria esse gigantismo que tem se não fosse a Embrapa. De fato, ele fez uma colocação muito importante: sempre que falarmos de empresas que são marcas de nosso País perante o mundo, a Embrapa tem que estar entre as primeiras citadas – isso é fato –, por tudo que ela representa. A Embrapa é sinônimo de modernidade, é sinônimo de avanço, mas é sinônimo também desse Brasil que é rural. Exatamente hoje, oficialmente, a gente celebra o Dia do Descobrimento do Brasil. Hoje. Por coincidência, esta sessão solene acontece neste dia. É também o Dia do Planeta, hoje, dia 22. Fiz até umas postagens, ainda agora, falando dessa coincidência.

Essa empresa foi criada em 1972, ainda na época do regime de exceção. Foi designada ao Ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima – o que merece o registro – a formação de um grupo de trabalho que pudesse criar uma empresa de pesquisa no nosso País.

Temos aqui o privilégio de termos um representante dessa história que ocorreu há mais de 40 anos, como já citei: temos a presença do Dr. Eliseu Alves, que foi da primeira diretoria da Embrapa, junto com o Dr. José Irineu Cabral.

Essa empresa, de fato, ajudou nesse gigantismo do ponto de vista positivo, não é pejorativo, do nosso País. Senão vejamos, vou citar alguns números. Gosto de fazer isso porque talvez traduza melhor.

No período de 1976 para 2011, a área destinada à plantação de grãos, sementes e oleaginosas aumentou em 43% – estou falando do período de 1976 a 2011 –, enquanto a produção aumentou 250%. Como é que acontece isso? Obra do acaso? Não. É conhecimento, pesquisa, adoção de tecnologia, desenvolvimento de tecnologia, dedicação de profissionais que

vêm de uma empresa pública, a Embrapa. Isso porque não há sentido em se ter um crescimento tão grande com uma pequena expansão, eu diria até pequena, da área de produção.

A produção de carne bovina, suína e de aves aumentou de 4.270 toneladas, em 1978, para 24 mil toneladas, em 2011; de 4 mil para 24 mil!. Resultado... É óbvio que estamos aqui fazendo uma homenagem à Empresa de Pesquisa Agropecuária, mas não posso nunca deixar de lembrar – e não é essa a intenção – que há aí a sagacidade, a dedicação, o amor dos produtores e das produtoras. Sem isso, não há nenhum sentido. Mas não tenho dúvida de que o grande aliado dessa grande mudança junto aos produtores foi obviamente a Embrapa.

No período de 1978 a 2011, a produção de carne de aves saiu de mil toneladas para 12 mil toneladas. Doze vezes o crescimento. Doze vezes! A produção de carne suína saiu de mil toneladas para 3 mil toneladas. Três vezes! E a de bovinos saiu de 2 mil toneladas para 8 mil toneladas. Quatro vezes o crescimento nesse período de 1978 a 2011.

O certo é que podemos mencionar, também, a produção de leite – que merece destaque –, que era de 11 bilhões de litros, em 1980, e passou agora para 32 bilhões de litros, em 2011.

Então, aí está a dedicação dos produtores e a tradução da importância econômica e, até, se quiséssemos, financeira do trabalho desenvolvido por essa empresa que é sinônimo de Brasil, que é a Embrapa.

Queria deixar também registrado que, segundo dados do IBGE, a produção nacional de grãos aponta agora, como já disse a Senadora Ana Amélia, para uma produção de 183 milhões de toneladas de grãos – é um aumento de 13% em relação ao ano anterior. E faço uma pergunta aqui, da tribuna do Senado: que país do mundo vive uma situação dessas? Só temos referência de crescimento, nesses termos, com a China.

Mas estamos falando de aumento de produção de alimentos, e não conheço nada mais importante para debatermos, no Dia do Planeta, do que a produção de alimentos. E a ONU, sabiamente, já previu que nós, que somos 7 bilhões de habitantes no Planeta hoje, vamos alcançar 9 bilhões até 2050, que não está muito longe! O problema é que já temos muita dificuldade de alimentar os 7 bilhões de almas que o mundo guarda hoje, e a grande expectativa das Nações Unidas é que o nosso País responda em garantir a segurança alimentar dos que passam necessidade hoje e dos que serão incorporados – estou falando de 2 bilhões, duas Índias, que virão daqui a alguns anos.

Estou-me referindo a história da importância da Embrapa para trás e dos desafios que ela precisa in-

corporar para as próximas décadas. Desafios que têm que ser partilhados por esta Casa, o Senado Federal – aqui fazemos as leis –, aliás, pelo Congresso, quando temos ainda um problema gravíssimo, Ministro Alysson Paulinelli, como a securitização, o seguro da nossa produção, para falar de algo, e o próprio financiamento. E nós, aqui no Congresso, conseguimos – está ali o Senador Rodrigo Rollemberg; lamentavelmente não está aqui o Senador Luiz Henrique, mas está o Senador Moka; está a Senadora Ana Amélia, com todo o respeito aos colegas; está aqui o Senador Pimentel; o Senador Simon – e nos dedicamos a dar uma contribuição quando fizemos o novo Código Florestal.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a, que tem a memória dessas décadas desta Casa, 40% da produção do Brasil estava numa situação de absoluta insegurança jurídica antes do novo Código Florestal. Nós temos no nosso País uma área de 851 milhões de hectares. Desses, perto de 240 milhões são usados pela agricultura, perto de 200 milhões pela agropecuária e 50, 60 milhões são usados para a produção de grãos. Imaginem 40% dessa área numa insegurança jurídica, para não usar o termo “na ilegalidade”. Perante a lei, estavam ilegais, pondo sob suspeição a produção de proteína animal, a produção agropecuária, de modo geral, do nosso País.

Eu tive o privilégio – caindo aqui e procurando me sentir útil, levando em conta a experiência que tive como ex-prefeito e ex-governador – de me ter sido colocado, junto com os colegas, o desafio de resolvermos isso. Alguns simplificaram e falaram: “É simples. Mude-se a lei, está tudo resolvido. Fica todo mundo dentro da lei. Está tudo certo”. Não foi esse o caminho fácil que pegamos. Outros disseram: “Não, ponha todo mundo na cadeia, tome as terras de quem ocupou áreas em desacordo com a lei, que também está tudo resolvido.” Cumprimos um papel difícil de encontrar uma mediação que levasse em conta o interesse do País. O Senador Raupp, que está aqui, também colaborou – porque não o citei.

O certo é que conseguimos esse meio termo, com muito sacrifício, somando a contribuição dos Senadores, de Deputados e do Governo da Presidenta Dilma, da Ministra do Meio Ambiente, Izabella, que se dedicou a esse tema não para fazer uma defesa só e exclusiva do meio ambiente, mas para mediar uma solução que defendesse o meio ambiente.

O resultado é que eu, este mês ainda, fui convidado, juntamente com o Senador Rodrigo Rollemberg e o Senador Luiz Henrique, para irmos a Bruxelas conversar no Parlamento Europeu – o Senador Rodrigo Rollemberg está sempre priorizando o Distrito Federal dele e não vai, mas foi convidado também. Nós vamos

conversar na União Europeia sobre o novo Código Florestal brasileiro, expor como é que o Brasil conseguiu fazer uma legislação nova que garante segurança jurídica para quem produz e que também coloca a proteção do meio ambiente nos mesmos termos e rigidez que a Lei de 1934 e depois a de 1964. São duas referências fantásticas de legislação ambiental no mundo: o Código Florestal de 1934 e o de 1965.

Fui dar uma palestra outro dia no Instituto e estava lá o Ministro Gilmar Mendes. E eu me peguei exclusivamente na justificativa assinada pelo Ministro da Agricultura quando apresentou e encaminhou para o Congresso a proposta do Código Florestal. Era o Ministro da Agricultura que estava ali defendendo o meio ambiente. Quarenta anos depois, o Brasil estava assim: de um lado, ambientalistas; do outro lado, os produtores. Eu acho que nós conseguimos aproximar a produção – quem trabalha, quem produz, não é, Senador Moka? – com a proteção do meio ambiente. Nós procuramos, dentro do possível.

Mas o certo é que eu vou ter o privilégio de ir agora, e vamos fazer uma palestra também em Londres, a convite da Embaixada. O Embaixador Jaguaribe nos convidou. E sabe o que é que nós vamos cobrar lá? Reciprocidade dos outros países em relação à agricultura e à proteção ambiental do Brasil. Reciprocidade! (*Palmas.*) E só vamos fazer isso porque a gente chega com a autoridade de um País que aprendeu a diminuir. O Brasil hoje faz uma equação fantástica que o mundo inveja: o Brasil quebra recordes de produção e quebra recorde de redução do desmatamento.

Então, vejam: que país consegue ter inclusão social, aumento da produção de alimentos, modernização da atividade agropecuária e redução da destruição do meio ambiente? Isso é uma coisa nova. O Senador Pedro Simon, que tanto cobra da tribuna e que faz a gente ouvir tantas cobranças, veio aqui hoje e fez uma defesa fantástica, otimista em relação ao nosso País. Nós não podemos. E aí, V. Ex^a nem fez a referência, mas hoje, por mais que se questione, oficialmente é o dia que celebra o descobrimento do Brasil, e eu também sigo na sua linha, Senador: sou um otimista porque acredito que os desafios que estão colocados podem e devem ser superados.

Eu vou encerrar, Sr^a Presidenta, cumprimentando o Judson e todos os colegas da Embrapa. O Acre mudou, o Acre só não se desencontrou definitivamente com o destino de prosperidade graças também à Embrapa, que incorporou agora o cuidado com a floresta, o cuidado com o seringueiro, o cuidado com o fazendeiro. Pacificamos isso. Só lamento que o nosso País ainda não tenha encontrado aquilo que vi numa viagem que fiz à Costa Oeste americana.

O sétimo PIB do mundo está na Costa Oeste americana: exatamente o Estado da Califórnia. Visitei as universidades de San Diego, San Francisco, Los Angeles, com alguns colegas. O Brasil ainda não conseguiu dar um passo adiante, e é esse o futuro que eu penso para a Embrapa e para os centros de pesquisa. Certamente, os que vão me ouvir vão me criticar muito, mas eu vi lá a fórmula para um Estado, que é um deserto, com todas as dificuldades que nós não temos, ter se transformado em um grande centro econômico, financeiro e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Eles têm lá o endereço do maior centro de biotecnologia do mundo: do remédio mais sofisticado a outros conhecimentos. Lá, o que eu mais ouvi na universidade foi: “Nós conseguimos dar aqui apoio para quem pesquisa, apoio para os cientistas. Nós conseguimos transformar conhecimento em negócios para o país”.

Eu acho que a gente ainda tem muito preconceito a quebrar neste País. Um pesquisador da Embrapa não pode ter uma empresa ou ser parceiro de uma empresa, mesmo seguindo na Embrapa. Um pesquisador de uma universidade, um cientista, não pode ter. Lá, eles criaram uma lei, a lei *by day*, com a qual se permitem horas trabalhadas fora e, ao mesmo tempo, serem parceiro, sim. “Para nós, não é uma maldição a palavra riqueza.” – ouvi isso de uma pró-Reitora da Universidade de San Diego. De fato, não é uma maldição a riqueza, desde que ela venha naturalmente, desde que ela venha como fruto do trabalho.

E o nosso País tem um sério problema. Eu acho que seria muito mais proveitoso, Judson – e você, que não tem um único hectare de terra no Acre, ajudou a fertilizar, a dar rentabilidade a milhões de hectares no Acre – se você tivesse uma empresa lá, junto a alguém, para o seu horário de folga, e essa empresa se tornaria uma referência para outras empresas. E isso sem ter saído da Embrapa, ou seja, continuaria fazendo o que gosta, a sua vocação, mas poderia também ser um exemplo. Foi o que eles fizeram lá. Há algumas coisas que nós precisamos fazer neste País, sem medo de errar.

Então, eu concluo, pedindo desculpas até por ter me estendido um pouco mais, mas vou encerrar dizendo que V. Ex^a, Senador Pedro Simon – e, talvez, V. Ex^a não lembre –, certa feita, numa entrevista pelo rádio, falava da importância da agricultura, da agropecuária do Brasil. E, ali, naquele dia em que ouvi V. Ex^a – e não quero fazer uma guerra, pois todos nós temos a educação como as mãos do presente e do futuro –, V. Ex^a me fez concluir que o mais importante Ministério deste País é o da Agricultura. E, naquela entrevista, V. Ex^a desenvolvia o tema imaginando se o Brasil conquistasse o Centro-Oeste, se conquistasse as outras

regiões e se transformasse num grande – não vou usar a palavra “celeiro”, porque não gosto –, mas na maior referência na produção de alimentos do mundo.

Os Estados Unidos não têm mais como se expandir e também estão – se é que a gente pode dizer – com certa limitação do crescimento da produtividade. A Europa não tem como crescer nem na produtividade, nem na expansão de área. Qual é o único país que reúne as condições, tanto do ponto de vista horizontal, bem feito, dentro da lei, como também vertical, a partir do conhecimento? O nosso País.

Dos 200 milhões usados para a agropecuária, nós podemos dobrar o rebanho usando dois terços dessa área. Dois terços! E liberar uma área do tamanho da que usamos hoje para a produção de alimentos, para produzir ainda mais alimentos. Porque toda a nossa produção ainda não é do tamanho da produção de milho dos Estados Unidos. De milho! Vou repetir: toda a nossa produção de grãos não é ainda do tamanho da produção de milho dos Estados Unidos. Mas pode ser em algumas décadas, em alguns anos. Com certeza, será muito maior do que a produção de carne da agropecuária americana. Nós temos que mirar agora a União Européia; vamos superar a União Européia; e, em seguida, os Estados Unidos, obviamente disputando com a China.

Não tenho dúvidas de que, se soubermos fazer a política de interesse do País, como foi a concepção da criação da Embrapa, cujos 40 anos nós celebramos, o Brasil, nesse aspecto, será o maior, o número um em fornecimento de alimentos para o mundo.

Muito obrigado. Viva a Embrapa!

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Jorge Viana pela racionalidade e pela competência com que fez esse pronunciamento, enfatizando a importância de que a ciência e a pesquisa precisam prevalecer. Fiquei muito feliz, porque tenho a preocupação de que, cada vez que a ideologia entra no processo científico, ela acaba mais atrapalhando do que ajudando. E a visão de V. Exª mostrou que essa racionalidade precisa prevalecer. Por isso queria cumprimentá-lo.

Eu queria informar também que o Senador José Pimentel, do PT do Ceará, estava inscrito para falar, mas, por conta de um compromisso às 13 horas, uma reunião almoço, S. Exª teve de se ausentar, não sem antes deixar aqui registrados, publicamente, os seus cumprimentos pelos 40 anos da Embrapa.

Convido a fazer uso da palavra, pela Liderança do PSB, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Prezada

Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão, quero cumprimentá-la pela iniciativa de fazer esta homenagem merecida pelo transcurso dos 40 anos da Embrapa; prezado amigo, Senador Jorge Viana; prezado Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa, em nome de quem cumprimento todos os pesquisadores, todos os trabalhadores, todos os servidores dessa instituição que é orgulho nacional; prezado amigo Eliseu Alves, Presidente da Embrapa durante seis anos e fundador dessa empresa, uma referência para todos nós; prezado amigo, Ministro, mestre Alysson Paulinelli; prezado Embaixador Eduardo dos Santos; prezado Carlos Augusto Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; prezadas Senadoras e Senadores. Cumprimento o amigo Wilmar Lacerda, Secretário de Administração do Governo do Distrito Federal, funcionário da Embrapa; cumprimento também a combativa Deputada Distrital Celina Leão, filha de um servidor da Embrapa, defensora da Embrapa aqui no Distrito Federal; cumprimento todos os chefes da Embrapa aqui presentes, na figura do Peres, Chefe da Embrapa Cerrados, aqui presente.

Quero registrar, inicialmente, minha emoção de, neste momento, assomar à tribuna, em nome do Partido Socialista Brasileiro, para homenagear essa empresa que, como disse, orgulho e patrimônio de todos os brasileiros, demonstra a capacidade de realização do nosso povo. Toda vez que o Estado brasileiro resolveu investir em ciência, tecnologia e inovação, os resultados foram extremamente positivos. Estão aí a Embrapa, a Embraer, a Petrobras como exemplos disso.

Quero cumprimentar todos os servidores, todos os dirigentes, todos os pesquisadores que construíram a história da Embrapa nestes 40 anos, desde o Ministro Cirne Lima ao Ministro Alysson Paulinelli, que implantou, efetivamente, a Embrapa, como todos os outros que vieram depois deles. E, aqui, na figura do amigo Eliseu Alves, quero cumprimentar todos os chefes, todos os presidentes da Embrapa. Cumprimento também a Vânia, o Ladislau e o Waldyr, Diretores da Embrapa.

Aqui todos já se referiram à importância da Embrapa, ao que significou a Embrapa para o Brasil nestes 40 anos. Reconhecendo esse papel transformador da realidade brasileira, eu gostaria de ousar aqui e colocar alguns temas que entendo estratégicos para o País e que terão, na Embrapa, sem dúvida, um dos instrumentos de superação desses desafios.

Nós temos a previsão de termos uma população, no nosso País, de 248 milhões de habitantes, no ano de 2040, e uma previsão de termos uma população de 9 bilhões de pessoas, em 2050, em todo o mundo. O Brasil cumpre e cumprirá, cada vez mais, um papel

estratégico na produção de alimentos para a população brasileira e para a população mundial.

O dado trazido aqui pela Senadora Ana Amélia, no seu discurso inicial, mostrando que, por meio da ciência, da tecnologia e da inovação, para um aumento de algo em torno de 48% da área plantada no Brasil, nós tivemos um aumento da produção em torno de 250%, demonstra claramente que o caminho a ser seguido é o da inovação tecnológica, é o da busca e pelo conhecimento e a sua ampliação.

Há pouco, eu visitava a página do Ministério da Agricultura, e, lá, há a informação, Senador Jorge Viana, de que a estimativa, alguns anos atrás, para atingirmos uma safra de 185 milhões de toneladas de grãos no País, seria o ano de 2022. No entanto, como foi dito aqui, a previsão é que tenhamos uma safra de 183 milhões de toneladas já no ano de 2013.

Mas alguns desafios estão presentes, como o da engenharia genética, que foi fundamental para ultrapassarmos todas as previsões de produtividade. Agora, aliado aos desafios de aumento da produtividade, também o da completa segurança em relação a todas as técnicas de engenharia genética utilizadas que permitam, ao mesmo tempo, o aumento exponencial da produção e, cada vez mais, segurança por parte dos consumidores.

A agenda dos alimentos funcionais e da nutracêutica, sem dúvida colocada, também, como uma agenda importante, agregadora de valor para a Embrapa dos próximos anos, como também a agenda da agroenergia.

Aqui, abro um parêntese para revelar um dos dias que considero dos mais felizes da minha vida, quando, colocado numa função de extrema responsabilidade pelo então Ministro Eduardo Campos, a de presidente do Fundo Setorial do Agronegócio, tive o privilégio de ter como companheiros, naquele momento, o Ministro Alysson Paulinelli, representando o setor produtivo, e o Silvio Crestana, representando a comunidade científica, antes mesmo de ser presidente da Embrapa.

Num dia, antes de iniciarmos uma reunião do Fundo do Agronegócio, lembro-me de que nós três estávamos sentados quando o amigo Silvio Crestana se levantou e, num quadro onde havia um mapa do Brasil, ele fez um círculo na região central do País e disse que essa seria a região que mais se desenvolveria nos próximos anos, em função da agroenergia, e que o sonho da Embrapa era construir um centro de agroenergia.

Naquela ocasião, eu fiz uma pergunta muito simples: “E o que falta para isso?” Ele falou: “Faltam recursos para iniciar o projeto”. “E quanto seria isso inicialmente?” – perguntei. “Algo em torno de R\$20 milhões, para começar”. Então, eu disse, naquela ocasião – e

estavam o Silvio e o Alysson: “Por que nós não fazemos isso agora? Nós vamos para uma reunião do Fundo Setorial do Agronegócio e propomos que o fundo aprove esses recursos em dois anos, para a implantação do centro da Embrapa Agroenergia”.

Assim foi feito e, como não poderia deixar de ser, a proposta, apresentada por mim, foi aprovada por unanimidade pelo conselho composto por nove membros: três representantes do Governo, um da Finep, um do CNPq, dois do setor produtivo e dois da comunidade científica.

Ali, nós aprovamos os primeiros recursos, os primeiros R\$20 milhões para, em dois anos, implantarmos o centro da Embrapa Agroenergia, projeto este que foi adotado, posteriormente, pela Bancada do Distrito Federal, que colocou recursos – R\$14 milhões –, no ano seguinte, para a implantação dos laboratórios. Hoje nós temos a grande alegria de ter a Embrapa Agroenergia como um dos dez centros da Embrapa aqui, no Distrito Federal, junto com a Embrapa Café, Recursos Genéticos, Estudos e Capacitação, Quarentena, Cerrados, Hortaliças, Informação Tecnológica, Serviços, Produtos e Mercado, além da Embrapa Sede.

Entendo que a ampliação expressiva da produtividade da nossa pecuária também é um desafio econômico e ambiental. Nós temos um rebanho de 210 milhões de cabeças que ocupam uma grande área no País, uma grande área de pastagens degradadas, e o aumento da produtividade do rebanho brasileiro significa poder ampliar o rebanho, desocupando áreas para o avanço da agricultura, para o avanço da agroenergia, sem precisar pressionar novos biomas preservados.

Também entendo que deva ser uma agenda estratégica para os próximos anos, para o País, a redução da nossa dependência dos fertilizantes. Nós somos um país agrícola que, em grande parte, depende do nitrogênio, do fósforo e do potássio comprados de multinacionais, comprados do exterior. E nós podemos reduzir a nossa dependência, como também devemos desenvolver, através do conhecimento, outras alternativas para a redução dessa dependência.

Nesse sentido, eu quero homenagear todos os pesquisadores da Embrapa na figura da Joana Dobreiner, que, através do desenvolvimento de uma bactéria fixadora de nitrogênio, hoje, amplamente utilizada na soja, no feijão, conseguiu reduzir em R\$7 bilhões a utilização de nitrogênio. Isso demonstra o que o conhecimento é capaz de fazer para a questão econômica e para a questão ambiental.

Entendo também que é dever de todos nós trabalhar no sentido de fortalecer o sistema nacional de pesquisa agropecuária, onde as universidades desempenham papel importante na pesquisa básica, a

Embrapa, no desenvolvimento de novas tecnologias, mas precisamos também fortalecer as organizações estaduais de pesquisa e todo o sistema de assistência técnica e extensão rural, muito bem lembrado aqui pelo ex-Ministro e querido Senador Pedro Simon.

São vários os desafios. Entendo que 40 anos é a idade da maturidade e tenho convicção absoluta de que, se a Embrapa foi capaz de fazer tanto pelo País nesses 40 anos em que foi formada e estava formando nesse processo os primeiros recursos humanos, ela poderá fazer muito mais nos próximos 40 anos. E a nós, Senadores, Parlamentares desta Casa, cabe garantir todas as condições, as melhores condições para que a Embrapa possa desempenhar o papel estratégico de que o País precisa e espera dela.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg. É preciso esse esforço. E queria me associar à homenagem prestada a essa pesquisadora. Na condição de Senadora e mulher, sempre fico muito feliz com esse registro, esse reconhecimento. V. Exª falou da pesquisa feita por ela na questão do nitrogênio. Nós precisamos tropicalizar cada vez mais a fertilização do solo brasileiro. E temos tantas riquezas para essas correções, com o calcário e tantas outras riquezas minerais para produzir uma fertilização adequada às nossas necessidades, gerando uma preservação ambiental ainda maior.

Cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg, que falou pela Liderança do PSB.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Senador Waldemir Moka, do PMDB do Mato Grosso do Sul, um Senador muito comprometido com a questão da agropecuária brasileira, que teve um papel relevante na construção do Código Florestal que o Congresso Nacional aprovou.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Presidente e também requerente desta nossa sessão solene.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com o seu apoio e o dos demais Senadores presentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É, mas foi V. Exª que teve a iniciativa, Senadora Ana Amélia. Mas o Brasil inteiro sabe que a Senadora Ana Amélia manda em mim. Então, já chego aqui na condição de...

Eu queria, Senadora, primeiro dizer que vou ocupar a tribuna deste lado direito, porque o pessoal da esquerda já falou muito ali daquele outro lado, inclusive

o meu amigo Rodrigo Rollemberg. Não que eu seja de direita; ao contrário.

Meu caro amigo, Presidente da Embrapa, Dr. Maurício, em seu nome me permita cumprimentar toda a Mesa, a quem farei referência. Em nome da minha professora, Drª Emiko, que representa o Mato Grosso do Sul – é a nossa chefe lá da Embrapa Pantanal –, eu gostaria de me permitir cumprimentar todos os diretores, técnicos e, na humildade da nossa Profª Emiko, cumprimentar o mais humilde dos servidores da Embrapa ao mais renomado pós-graduado da Embrapa.

Meu caro ex-Ministro, que aqui no Congresso Nacional será sempre uma pessoa de um respeito muito grande, ex-Ministro Alysson Paulinelli...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Deputado também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu me lembro. Tenho um irmão engenheiro agrônomo, Waldir. Ele era da Embrater. Na época, falava-se de agricultura, ele falava de Alysson Paulinelli. Vejam como são essas coisas. Eu era menino pequeno – tenho a idade da Embrapa e de política, Senadora Ana Amélia – e me lembro disto: de o Waldir dizer da importância.

Rapidamente, para vocês entenderem: eu chego aqui, começo a defender o Código Florestal, com 16 anos lá na Agricultura da Câmara. Sou médico e professor, não sou produtor rural, como o nosso grande representante do Mato Grosso do Sul Ruben Figueiró, mas esse é o compromisso de alguém que quer defender a economia do seu Estado e do seu País. Acho que, como sul-mato-grossense, meu caro Pedro Simon – V. Exª que é grande amigo do eterno e saudoso Senador Ramez Tebet –, eu tinha de defender a agricultura e a pecuária.

Não entendo – e não é este Governo, mas os governos que se sucederam – por que este País não valoriza aquilo que tem de melhor. Parece que ser exportador de grãos, de proteína tanto animal quanto vegetal, parece que há um certo preconceito, porque o País, para ser grande, tem de ser industrializado, mas não um país com a vocação de produção que tem este País. Esse é um dos equívocos.

Num debate recente, a indústria, a nossa indústria, que precisa de ajuda, reclamava, e eu dizia: por mais paradoxal que possa parecer, Senador Rodrigo Rollemberg, meus amigos, em especial a Senadora Ana Amélia, sabe por que a nossa indústria tem essa dificuldade, e a nossa agricultura é considerada de vanguarda e o Brasil, uma potência na agricultura e na pecuária? Porque neste País se valorizou a pesquisa. E a pesquisa é a cara de cada um dos senhores e senhoras pesquisadores da Embrapa. Foi por isso que não nos atrasamos e nos tornamos cada vez mais

competitivos numa economia globalizada. Mais do que nunca, nós vamos precisar da Embrapa. E a Empresa, mais do que nunca, meu caro Presidente, Sr. Embaixador, terá de ter também, fora deste País, escritórios, até para demonstrar o alto grau de tecnologia que se pratica aqui no Brasil.

Ao contrário dos grandes países que sempre subsidiaram a sua agricultura, aqui, quando o Governo não atrapalha, já ajuda muito a agricultura brasileira. Por que digo isso? Do que adianta produzir, pesquisar, ter tecnologia, se nossos caminhões ficam três dias para descarregar? Não quero entrar nesse ponto, porque acho que não é o momento. Até o limite das nossas porteiiras, nós não temos dificuldades; as nossas dificuldades começam da porteira para fora.

Mas, aqui, hoje, precisamos render as nossas homenagens. Quando cheguei aqui – gente, está aqui um caboclo lá do Pantanal do Mato Grosso do Sul –, falar em transgênico no Congresso Nacional parecia que estava falando alguma coisa de satanás. Era impressionante a resistência de alguns segmentos do Congresso Nacional, apoiados, muitas vezes equivocadamente, tinham resistência. E eu me lembro da luta dos pesquisadores da Embrapa. E sabem o que possibilitou a transgenia? Conseguirmos juntar ao debate das células-tronco. Se não nós não teríamos avançado. Quantas e quantas vezes vários textos do Código Florestal, inclusive o que diz respeito ao Pantanal, foram escritos por técnicos da Embrapa? Está ali a Profª Emiko.

Acho que isso é fazer justiça a homens e mulheres que dedicaram grande parte da sua vida. São 40 anos pesquisando, trabalhando, no dia a dia. Isso é o que o Congresso Nacional, o Senado Federal faz hoje a cada um dos senhores e das senhoras, prestando uma homenagem àqueles que, nos últimos tempos, fizeram com que este País continuasse na vanguarda, mostrando que é possível, cada vez mais, produzir.

Ainda há pouco, dizia o Senador Rodrigo Rollemberg: “A gente tinha uma expectativa de passar de 180 milhões de toneladas a partir de 2022, e chegamos a isso agora, em 2013”. E a quem se credita isso? Claro que é ao produtor, a homens e mulheres de mãos calejadas que fazem isso. Mas em cima de quê? De uma alta tecnologia. E só não fazemos mais – lembrava este extraordinário homem público que é Pedro Simon – porque, na verdade, muito do que é gerado pela Embrapa não chega à ponta do sistema, sobretudo ao pequeno produtor rural, já que, lamentavelmente, equivocadamente, foi extinta no plano nacional a Empresa de Extensão Rural. É preciso gerar pesquisa e levá-la à ponta, ao pequeno produtor.

Algumas pessoas dizem: “Moka, você fala com essa desenvoltura. Você tem certeza? Porque quando eu cheguei aqui... Lógico, Mato Grosso do Sul. Você deve ser um grande latifundiário lá do Mato Grosso do Sul”. Era a imagem que eu passava, mas é o contrário: sou um modesto médico, professor, dei aula de Química e de Física a minha vida inteira. Daí a minha identidade com os senhores. Eu sempre gostei de pesquisa, eu sempre acreditei nisso e acho que é a única forma, realmente, de fazer com que este País continue sendo competitivo.

Para encerrar: a forma de prestigiar a Embrapa, meu caro Presidente, é criar um grupo de Senadores e, quando vier o Orçamento deste País, fazer justiça a homens e mulheres que pesquisam com um Orçamento realmente à altura da capacidade dos nossos queridos companheiros da Embrapa. Essa é a forma de fazer justiça, e não ir ao Presidente para, às vezes, propor emendas de bancada, de comissão. Digo isso, mas faço a ressalva: na Comissão de Agricultura, a primeira prioridade é colocar uma emenda de comissão para a Embrapa, um reconhecimento da capacidade, da dedicação e da seriedade dos técnicos desta empresa que, tenho certeza, é o retrato de um país desenvolvido.

Parabéns, Embrapa! Parabéns, senhores servidores desta extraordinária empresa!

Muitíssimo obrigado, minha cara Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Parabéns, Senador Waldemir Moka!

Eu queria também me associar às homenagens à Profª Emiko, da Embrapa Pantanal, e dizer, Senador Moka, que V. Exª tocou em um ponto crucial: não adianta o pesquisador criar ou desenvolver uma técnica ou uma pesquisa valiosíssima se esta não chegar à ponta. Temos hoje um passivo de 40 mil extensionistas! Precisaríamos, no território brasileiro, de 60 mil extensionistas, mas apenas 20 mil estão trabalhando. Este é outro compromisso que associo a V. Exª: além de preservar e ampliar o orçamento da Embrapa, é preciso assegurar recursos para a área de extensão rural, da qual nós precisamos urgentemente, para que a pesquisa que a Embrapa faz, a excelência feita, chegue, na prática, à ponta, através do trabalho do extensionista.

Eu convido para fazer uso da palavra o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente desta sessão e autora do requerimento desta sessão especial, Senadora Ana Amélia; Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa; Dr. Eliseu Alves, ex-Presidente da Embrapa; Dr. Alysso Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura, que muito contri-

buiu para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária do nosso País; Embaixador Eduardo dos Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores – cumprimento todos os diplomatas do Brasil e dos países aqui representados –; Dr. Carlos Augusto Klink, Secretário de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; Sr^{as} e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores, em face da iniciativa da Senadora Ana Amélia, o Senado Federal comemora hoje, em sessão especial, os 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a nossa querida Embrapa, que é orgulho do nosso País.

Fundada na década de 1970, com o objetivo de desenvolver a produção agropecuária brasileira, nossa grande vocação, a Embrapa chega aos 40 anos coroada de sucessos e repleta de desafios, não só no Brasil, mas também em outros países.

Entre os enormes avanços que possui, em seu DNA, a marca da Embrapa, está a tropicalização da soja e de frutas de clima temperado, como, por exemplo, a maçã. Destaca-se, ainda, a autossuficiência na produção de cereais e de oleaginosas, o que fez do Brasil grande exportador de milho e de soja.

Também na pecuária, a Embrapa tem contribuído muito para a melhoria do nosso rebanho, para a melhoria genética principalmente do rebanho de gado de leite, com o aumento da produção de leite, o que tem beneficiado muito tanto o mercado interno como as exportações.

Aliás, é de se destacar também a nossa produção de soja. O Brasil é, hoje, o segundo maior produtor mundial do grão, só perdendo para os Estados Unidos da América. E essa realidade está mudando! Espera-se que, nesta safra de 2012/2013, o Brasil supere os norte-americanos e se torne o maior produtor mundial dessa oleaginosa. É claro que os Estados Unidos enfrentaram um problema de clima nesta safra, mas eu acredito que, daqui para frente, o Brasil começa a despontar como maior produtor de soja do mundo.

Isso não seria possível, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, não fosse o trabalho incansável da Embrapa nestes últimos 40 anos. A correção do solo ácido do Cerrado brasileiro, hoje responsável por quase 50% da produção agrícola nacional, com destaque para o plantio de soja, é apontada pelos pesquisadores como a principal conquista da Empresa em quatro décadas de história.

Antigamente, o nosso Cerrado, Senador Moka, Senador Rodrigo Rollemberg, nada valia. No nosso Cerrado, ninguém queria terra nem de graça. Hoje, é procurado nos quatro cantos do Brasil.

Eu não poderia deixar de mencionar o papel fundamental da Embrapa na produção de café em Rondô-

nia. Todos sabem que o Brasil é o principal produtor e o maior exportador mundial de café. Mas o Brasil precisa saber que Rondônia, um Estado em plena Região Amazônica, é um grande produtor de café Conilon, graças ao trabalho dos produtores rurais de meu Estado e aos estudos e pesquisas da Embrapa. Rondônia deve ser hoje o quarto ou o quinto maior produtor de café do Brasil. E, agora, a Embrapa desenvolveu uma nova variedade de café Conilon, que é o BRS Ouro Preto.

Ouro Preto é uma cidade do meu Estado, onde começou a produção de café e onde se produz muito café. Hoje, já existem vários Municípios produzindo café, como Rolim de Moura, Cacoal, cidade tida como a capital do café, Buritis e muitos outros. Mas, em Ouro Preto, há uma sede da Embrapa, onde se desenvolvem várias pesquisas. O café BRS Ouro Preto foi desenvolvido pela Embrapa e é uma variedade que aumentará nossa produção de café no Estado de Rondônia, graças aos pesquisadores da Embrapa.

Ao completar 40 anos de inestimáveis serviços prestados ao Brasil e aos brasileiros, a Embrapa encara um futuro repleto de desafios e, com toda certeza, de sucessos. Se já obteve sucesso até aqui, com certeza esse sucesso continuará por muitas décadas. Desde o Governo do Presidente Lula, a empresa lançou um olhar para o exterior, sem, no entanto, descuidar do Brasil. Passou a produzir e a compartilhar conhecimento com os países menos desenvolvidos, especialmente na África, envolvendo-se na grandiosa missão de contribuir para a diminuição da fome naquele enorme continente.

Aqui se encontra o Embaixador de Burkina Faso, um país africano, que tem contado também com a experiência e o auxílio da Embrapa.

Recentemente, participei de uma missão deste Senado na África do Sul, em Angola e em Moçambique. E lá estavam presentes representantes da Embrapa, levando conhecimento àqueles países, para melhorar a produtividade daquela região.

Cresceu o número de servidores, que hoje já chega a quase dez mil. Como falou o Senador Moka, é preciso mais dinheiro, mais orçamento. Se cresceu o número de servidores e suas estruturas em todo o Brasil, logo é preciso mais orçamento para se tocar todo esse trabalho. Cresceu o aporte de recursos orçamentários, mas não como deveria. O aporte deveria ser um pouco maior. Mas cresceram também as responsabilidades. E responsabilidade é o que não falta à Embrapa e a seus pesquisadores.

Aos já tradicionais estudos e pesquisas na área de grãos, de gado e de hortaliças, hoje se somam trabalhos em vinicultura, em pesca e em nanotecnologia. Em resumo, a Embrapa é uma empresa de ponta, que não se acomoda com o sucesso e que está sempre à

procura de novas tecnologias que melhorem a nossa produção agropecuária e a vida de todos os brasileiros.

Eu não poderia deixar de congratular-me com todos os funcionários da Embrapa, os de hoje e os de ontem, pelo retumbante sucesso da empresa nesses 40 anos de história. Bem sabemos que não há tecnologia, por mais avançada, que suplante a genialidade e a dedicação do ser humano. E é isso que tem feito da Embrapa essa grande empresa, dado à garra e à determinação do seu corpo técnico.

Parabéns a todos vocês que trabalham, dia após dia, para o sucesso da Embrapa e para o sucesso do Brasil!

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Vida longa à Embrapa!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Valdir Raupp por esse reconhecimento.

Cada um dos Senadores mostrou a relevância da Embrapa no seu próprio Estado. É o caso do café no Estado de Rondônia.

Com muito prazer, antes de convidar o Presidente da Embrapa para fazer uso da palavra, encerrando a sessão, convido todos para a exposição “Embrapa 40 anos: ciência que transforma a vida”, que está em cartaz, a partir de hoje, até o dia 26 de abril, que é a data do aniversário da empresa, no *hall* da Ala Senador Teotônio Vilela.

Essa exposição teve um apoio muito grande da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no que diz respeito à liberação do espaço, para que ela pudesse ser mostrada aos Senadores e a milhares de visitantes que, diariamente, chegam ao Senado, para valorizar o trabalho que a Embrapa vem fazendo.

Então, estão todos convidados a visitar essa exposição.

Com muita honra, passo a palavra ao Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Lopes.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – A minha saudação à Sr^a Presidente, primeira signatária da sessão, a Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia. Os nossos sinceros agradecimentos a V. Ex^a, Senadora!

Expressamos os nossos cumprimentos ao nosso grande mestre Dr. Eliseu Alves, Presidente da Embrapa no período de 1979 a 1985, em nome de quem eu gostaria de saudar todos os nossos ex-presidentes, os nossos diretores, gestores, pesquisadores, analistas, técnicos e assistentes.

Minha saudação também ao nosso Ministro da Agricultura no período de 1974 a 1979, nosso grande líder, o Ex^{mo} Sr. Alysson Paulinelli. Na sua pessoa, também saúdo todos os pioneiros, os líderes e os to-

madores de decisão que conceberam, implantaram e ajudaram a consolidar a nossa Embrapa.

Gostaria também de cumprimentar o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, o Ex^{mo} Sr. Embaixador Eduardo dos Santos.

Quero cumprimentar o meu caro Carlos Augusto Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Gostaria de cumprimentar as lideranças do agro-negócio, os presidentes de associações, de federações e de sindicatos.

Eu não poderia também deixar de mencionar os nobres Senadores que me antecederam na tribuna: o Ex^{mo} Senador Ruben Figueiró, o Ex^{mo} Senador Jorge Viana, o Ex^{mo} Senador Rodrigo Rollemberg, o Ex^{mo} Senador Waldemir Moka, o Ex^{mo} Senador Valdir Raupp. Eu lhes agradeço por suas palavras de suporte e de apreço à nossa Embrapa.

Antes de fazer qualquer outra consideração, permitam-me agradecer, comovido, em nome de todos os empregados e lideranças de nossa empresa, por todo o zelo, por todo o cuidado e atenção que o Senado Federal da República tem dedicado à Embrapa, não apenas nesta ocasião de homenagens que muito nos orgulham, mas ao longo de toda a existência da nossa empresa.

Esta semana é muito especial para todos nós embrapianos e, de modo geral, para todos os brasileiros. Na próxima sexta-feira, 26 de abril de 2013, vamos celebrar os 40 anos de uma visão, de um sonho, que, na verdade, começou a ser construído no dia 18 de abril de 1972.

Naquele dia, o então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, tão bem lembrado pelos Ex^{mos} Senadores e pela Ex^{ma} Senadora, instituiu um grupo de trabalho, para fazer um diagnóstico da pesquisa agropecuária no País e para apontar as soluções e os encaminhamentos legais necessários para conduzir o Brasil à modernidade no campo. A visão desse grupo de brasileiros se materializou em um documento de 90 páginas que foi apresentado em julho daquele mesmo ano, 1972.

Esse sonho de um futuro melhor lançou as bases para a criação de uma empresa e de um sistema de pesquisa agropecuária genuinamente brasileiros. Nascia ali a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instalada oficialmente em 26 de abril de 1973. A capacidade daqueles pioneiros de antecipar o futuro ajudou a construir o Brasil tal como conhecemos hoje.

A criação da Embrapa e, mais tarde, do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária tornou possível a superação dos desafios e dos limites daquele tempo.

Tempo em que faltava gente especializada no campo, e em que o País precisava adaptar a tecnologia externa antes de poder aproveitá-la.

Nunca nos esqueceremos daqueles que dedicaram suas vidas à Embrapa e à pesquisa agropecuária brasileira, acrescentando à nossa história conquistas que viabilizaram o surgimento de uma agropecuária tropical, hoje considerada a mais importante do Planeta.

Aqui não cabe citar ou descrever realizações, que foram muitas e que são por demais conhecidas por todos, muitas delas citadas e lembradas pelos nobres Senadores no dia de hoje. Também não me cabe citar alguns nomes em detrimento de outros, pois certamente eu cometeria injustiças, tão grande é o número de profissionais que participaram dessa importante trajetória, que participaram dessa importante construção, além, obviamente, do grande número de parceiros e amigos da Embrapa.

Senhoras e senhores, foram 40 anos de intenso trabalho.

A nossa atuação, ao lado de inúmeras instituições parceiras, aliada à força do setor produtivo nacional, à coragem e ao empreendedorismo dos nossos agricultores, transformaram a agropecuária em um dos pilares da economia brasileira. O Brasil conseguiu superar, em tempo recorde, a insegurança alimentar; e mais: projetou-se como um grande provedor de alimentos para o mundo.

Nos últimos anos, a agropecuária vem compensando déficits na balança comercial brasileira como um todo. A importância do agronegócio para a nossa economia é inegável, assim como é inegável a importância da participação do Congresso Nacional na construção dessa trajetória de sucesso.

Nesse sentido, é inescapável que exaltemos a ação do Senado em mobilizar a Embrapa para a solução de problemas sociais e econômicos da gente brasileira, reconhecendo as necessidades orçamentárias, verdadeiramente essenciais à manutenção e modernização dos recursos operacionais da empresa.

A exemplo, só nos últimos anos, a ação diligente das Sras e dos Srs. Parlamentares tem proporcionado à Embrapa ferramentas científicas mais modernas, como o Laboratório de Referência Nacional em Agricultura de Precisão, em São Carlos, no Estado de São Paulo; do Laboratório Multiusuário de Tecnologia de Biomassa, em Fortaleza, no Ceará; e de um dos maiores bancos genéticos do mundo, a ser inaugurado em breve aqui, em Brasília. Todos viabilizados com amplo apoio do Parlamento brasileiro.

As comissões temáticas desta Casa têm possibilitado à Embrapa fornecer informações e conhecimentos que estão contribuindo fortemente na formulação, no

aprimoramento e na implementação de políticas públicas para o nosso País. Essa participação constante e efetiva tem mostrado que a empresa está preparada para cumprir seu papel não só de provedora de produtos, processos e serviços, mas também de informações e conhecimentos que contribuem para a evolução das políticas públicas do nosso País.

Mas o zelo e o interesse do Senado Federal vão muito além disso.

É sempre reconfortante sermos recebidos nesta Casa, por todos os Parlamentares, sem distinção, sempre demonstrando a mesma atenção e sincero apreço pela Embrapa, Srª Presidenta. Isso nos dá o sentimento de pertencimento, de que fazemos parte de um projeto de grandeza de um povo, de que a Embrapa pertence a esta Casa, de que ela, de fato, pertence ao Brasil. Isso nos confirma também que, a cada dia que passa, os destinos da vida política e da vida científica do País estão cada vez mais entrelaçados.

Quando, há 40 anos, o Brasil, com a participação decisiva do Congresso Nacional, decidiu reformar o serviço de pesquisa agrícola do Ministério da Agricultura, não apenas se criou a Embrapa, não apenas se reformulou as perspectivas profissionais de cientistas nas universidades e nos institutos estaduais de pesquisa, mas, ali, reformou-se a vida pública e a vida privada no País.

Vínhamos de séculos de dependência tecnológica, de importação de conhecimentos e de ideias, senhoras e senhores. Ousamos, naquele momento, imaginar que poderíamos participar, com contribuições relevantes, do mercado de visões e sonhos de bem-estar da humanidade, a partir da transformação do mundo tropical, a partir da nossa agricultura.

Não foi uma viagem destituída de tropeços e frustrações. Tivemos a justa cota de erros e equívocos, pois a falibilidade humana é algo que nem mesmo a arte política e a métrica científica irmanadas conseguiram erradicar. Mas é exatamente essa consciência de falibilidade que nos mostra quão grandiosa tem sido a sensibilidade da classe política brasileira, que sempre soube, nos momentos de crise do Estado, preservar as instituições científicas.

Sabemos, hoje, que essa tem sido uma aventura tão vitoriosa, que o Governo propôs, e este Congresso aprovou, a ideia de que podemos, de que devemos, a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) ousar o mesmo na área industrial. O fato é que, nos últimos 40 anos, os temas científicos passaram a constituir uma parcela importante da agenda política do Congresso Nacional, porque tocam questões sensíveis, urgentes da cidadania brasileira.

Lembro-me de que um dos primeiros debates alertava no sentido de que não deveríamos investir recursos nacionais na pesquisa de cultivos internacionais, como, por exemplo, a soja, sob pena de prejudicarmos o desenvolvimento de cultivos genuinamente nacionais, como o feijão e a mandioca. Essa questão, hoje, está plenamente superada pela pluralidade que nos faculta não só a faina de construção do conhecimento, mas também a pujante plástica natureza tropical, que viabilizaram múltiplos cultivos em elevados níveis de eficiência em boa parte do nosso País continental.

De lá para cá, intensificamos o diálogo produtivo entre cientistas e as lideranças do Congresso e tornamos o convívio da ciência e da política saudavelmente frequente nas comissões técnicas. Aí temos debatido o álcool combustível e a agroenergia, os marcos ambientais, a segurança dos avanços em áreas complexas, como a biotecnologia, a nanotecnologia, o acesso à biodiversidade, a propriedade intelectual e os direitos das comunidades tradicionais, o Código Florestal e a segurança alimentar e nutricional da nossa população, entre tantos outros temas relevantes para o nosso País.

Independentemente do tema em debate, para uns a contribuição da ciência terá sido satisfatória, enquanto para outros terá deixado a desejar, o que é simplesmente, na nossa visão, muito natural, dada a pluralidade de expectativas e até, por que não dizer, porque não temos todas as respostas. Mas temos o desejo sincero e determinado de buscar essas respostas e contribuir para que as decisões desta Casa possam estar sempre amparadas no melhor conhecimento possível. Estamos aprendendo esse convívio que os conhecimentos sobre a condição tropical, que amealhamos todos esses anos, podem nutrir e enriquecer as decisões do Parlamento.

Há poucos dias, este Congresso aprovou projeto de lei que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, extraída diretamente dos campos experimentais, para se tornar uma das ferramentas cruciais na batalha de mitigação dos gases de efeito estufa e das alterações climáticas. Há décadas, colhemos os benefícios de maior eficiência no emprego do crédito rural e do seguro agrícola, sustentados na tecnologia do zoneamento de risco climático, que resulta em economia de recursos para o Estado brasileiro e menores custos para o produtor e para o consumidor. Mas há muito mais dados, informações e conhecimentos nas instituições de ciência e tecnologia que podem ajudar a construir a inteligência estratégica do Governo e do Parlamento para a condução dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social.

Senhoras e senhores, uma reflexão que se impõe a nós, cientistas, é que precisamos aprender mais

sobre a maneira de ser do Congresso Nacional, para que possamos ampliar as nossas contribuições aos Parlamentares, de maneira a exercer a pluralidade de soluções que o conhecimento nos permite e, assim, atender à pluralidade de expectativas da sociedade, que é a razão de ser desta Casa.

Nesse mister, é instrutivo ressaltar o alerta do eminente Prof. Carlos Henrique Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, quando nos diz que a inovação não acontece nos laboratórios dos órgãos públicos. A inovação acontece no setor produtivo, onde as empresas absorvem o conhecimento produzido e geram bens e serviços para a nossa população.

Estamos constantemente preocupados com a elevação da base científica na Embrapa e com a aproximação da empresa com a indústria, com o setor produtivo. Já sabemos que os programas de cooperação internacional e a interação com as universidades são um caminho inteligente para acessarmos e desenvolvermos conhecimento fundamental, que será cada vez mais necessário para o desenvolvimento de produtos biotecnológicos, nanotecnológicos, novas máquinas, equipamentos e processos necessários aos agricultores e ao setor produtivo. Estamos implantando, neste instante, uma Unidade Mista Embrapa Unicamp de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas, um modelo inédito de parceria, através do qual pesquisadores das duas instituições trabalharão em busca de variedades agrícolas mais tolerantes aos efeitos do aquecimento global.

E eu faço aqui um parêntese à Senadora Ana Amélia, para informar que estamos avançando naquilo que entendemos ser a última grande fronteira para a agricultura tropical, que é a tropicalização do trigo. Nós estamos avançando a passos largos. A cada dia que passa, o trigo migra para as regiões tropicais do Brasil com alta qualidade. Nós já estamos comercializando trigo produzido no Brasil com qualidade igual ou superior ao trigo importado, rompendo uma barreira que ainda nos aflige. Ciência e políticas públicas certamente poderão, no futuro, fazer do Brasil um grande produtor e talvez até exportador de trigo.

Mas temos que reconhecer que a parceria entre o setor público e as empresas privadas ainda é muito tênue e muito restrita no Brasil, porque a governança do setor público não permite que sejamos tão ágeis quanto o setor privado. O Brasil precisa que o Congresso nos ajude a desenvolver novos arranjos institucionais mais ágeis, mais flexíveis, para que os ativos tecnológicos e de conhecimento do setor público possam facilmente, mais rapidamente, chegar ao mercado, beneficiando

toda sociedade. Nós estamos realizando um grande esforço nesse sentido, Senadores e Senadoras.

Neste momento, tramita no Senado Federal projeto de lei que cria a Embrapatec, uma sociedade por ações de capital fechado que terá por finalidade dinamizar a relação da Embrapa com o setor produtivo e com os mercados de inovação tecnológica. Estamos seguros de que esse mecanismo nos permitirá agilizar a disseminação de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa, fortalecendo, cada vez mais, a inteiração da empresa com os setores agroalimentar e agroindustrial.

E, para fortalecer nossa trajetória em direção ao futuro, a Embrapa abraça, definitivamente, o conceito de inteligência estratégica. Lançaremos, na próxima quarta-feira, o Sistema Agropensa, a plataforma de prospecção, estudos e inteligência competitiva, que ajudará a Embrapa e suas instituições parceiras a responderem aos grandes desafios da agropecuária nas próximas décadas.

Para finalizar, Presidenta, eu gostaria ainda de dizer que a Embrapa tem a exata dimensão da pluralidade e da complexidade de nossa agricultura. Além de transitarmos pelos mercados dinâmicos e competitivos, estamos conscientes de nossa responsabilidade para com os milhões de pequenos produtores que precisam do conhecimento e tecnologia para alcançar o mercado, aumentando sua renda e seu bem-estar.

Para fortalecer, cada vez mais, a pesquisa e a transferência tecnológica para todos os agricultores brasileiros, a Embrapa e as Organizações Estaduais de Pesquisa estarão lançando, em breve, a Aliança para a Inovação Agropecuária no Brasil, iniciativa que irá sinergizar com a futura Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural, que a Presidenta Dilma Rousseff está determinada a implementar ainda este ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, 40 anos se passaram desde a criação da Embrapa, e sabemos que muito se construiu pelo bem do Brasil, a partir do diálogo entre a política e a ciência.

Prospectando o futuro à nossa frente, duas certezas nos confortam: muito o Brasil ainda poderá construir para que a nossa agricultura realize todo o seu potencial de bem-estar para a humanidade e, com o crescente entendimento entre a política e a ciência, essa realização se torna cada dia mais próxima.

Eu brindo à eternidade desse entendimento!

E brindo aos visionários pioneiros, aos ex-presidentes, aos gestores, a todos os pesquisadores, analistas, técnicos, assistentes, aos nossos parceiros públicos e privados, aos nossos clientes, aos produtores grandes e pequenos, às donas de casa... Enfim,

eu brindo a todos os que nos ajudaram a manter a Embrapa no rumo certo.

E, com muito orgulho e alegria, eu brindo à Embrapa do futuro, que todos nós estamos construindo neste momento!

Vida longa à nossa Embrapa!

Muito obrigado a V. Ex^{as}. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Belíssimo pronunciamento do Dr. Maurício Lopes, Presidente da empresa que estamos homenageando hoje, a nossa Embrapa, que deixou muito claro que há 40 anos o Brasil tinha uma dependência à importação de comida e uma dependência à importação do conhecimento. Quarenta anos depois, a Embrapa escreveu e mudou a história. Hoje, somos exportadores de comida e exportadores de conhecimento. Muito mais poderia ser dito, nesta sessão, a respeito do papel fundamental e relevante que a Embrapa, empresa que orgulha a todos os brasileiros, vem fazendo em favor do Brasil.

Particularmente, eu queria agradecer as boas notícias das coisas e das medidas e iniciativas que a Embrapa realiza na semana do seu aniversário. O Congresso seria o órgão que deveria dar o presente. A sessão de hoje é o presente inicial que nós estamos dando aos 40 anos, mas temos ainda um dever adicional, como lembraram muito bem os Senadores, especialmente o Senador Moka, em relação ao orçamento para a Embrapa e para tudo o que ela vem fazendo.

Por questão de justiça, eu quero agradecer à Cíntia Cury, porque ela é a chefe da assessoria parlamentar que, permanentemente, tem contato com o Senado Federal e com a Câmara Federal nas articulações das iniciativas que as duas instituições, Parlamento e Embrapa, fazem em favor do Brasil. Então, cumprimentos ao exemplar desempenho que ela tem na relação respeitosa, amigável e também solidária de parceria com o Congresso Nacional, em particular com o Senado.

Quero renovar os agradecimentos ao Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente, que abriu esta sessão; ao Presidente da empresa homenageada, Maurício Lopes; ao Presidente da Embrapa no período de 1979 a 1985, Dr. Eliseu Alves; ao nosso querido e sempre Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, Deputado Federal, que teve uma atuação muito importante em defesa e que, agora, trabalha num outro segmento que vai exigir de nós uma atenção especial, que é o seguro agrícola, tão desejado pelos agricultores brasileiros; ao Embaixador Eduardo Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, pelo prestígio da sua presença; e ao Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Augusto Klink.

Quero agradecer a presença do Senador e ex-Ministro Pedro Simon e dos Senadores Waldemir Moka e Valdir Raupp, do PMDB, que fizeram manifestações em homenagem à Embrapa; do Senador Ruben Figueiró, pela Liderança do PSDB; e do Senador Rodrigo Rollemberg, pela Liderança do PSB.

Quero, também, agradecer a todos, lembrando não apenas o reconhecimento ao nosso conterrâneo, Senador Pedro Simon, Luiz Fernando Cirne Lima, pelas referências feitas, também, pelo Presidente Maurício Lopes, de ter criado o grupo de trabalho e ter dado o primeiro passo na formação da Embrapa.

Também, muito se falou, aqui, em biossegurança, nos preconceitos que enfrentamos e do que foi vencido com a Lei da Biossegurança, e, também, no próprio Código Florestal, em que floresceram alguns preconceitos, mas, também nesses dois assuntos tão relevantes, tivemos o papel importante de um ex-Deputado Federal que trabalhou muito e foi relator das duas matérias, hoje Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, que foi extremamente construtivo nessa relação.

Agradeço a presença dos senhores embaixadores, dos senhores diplomatas, de todos os convidados, especialmente a de todos os servidores, chefes das diversas unidades da Embrapa espalhadas por todo o País. Esta Casa está orgulhosa da cerimônia que fez para homenagear os 40 anos da Embrapa.

Desejamos que esses 40 anos se repitam com o mesmo sucesso e o mesmo comprometimento com a grandeza do nosso País.

Esta Casa não faltará com o apoio à Embrapa, caro Presidente Maurício Lopes.

Que Deus proteja e inspire todos os nossos cientistas.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço a todos os convidados que nos honraram com o seu comparecimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os Srs. Senadores Renan Calheiros e Eunício Oliveira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nessa sessão comemorativa aos 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a serem completados na próxima sexta-feira, dia 26 de abril, gostaria de fazer, primeiramente, uma pequena reflexão sobre o papel do agricultor. O homem do campo, como muitas vezes é chamado, não é somente aquele que cultiva alimentos, mas também toda sorte de culturas com o objetivo de obter energia, fibras, matéria-prima para vestimentas, construções,

medicamentos, ferramentas ou ainda somente para prazer, como é o caso das plantas ornamentais.

Assim podemos dizer que o agricultor é aquele que dá vida à terra, fazendo dela brotar toda espécie de frutos, fibras e flores, que, além de possibilitar a sobrevivência humana, a torna mais amena e bonita. Pois bem, É com esse pensamento que louvo a Embrapa pelo seu trabalho, suas realizações, suas pesquisas, pois é essa empresa que tem, em nosso país, e em vários outros espalhados pelo mundo, facilitado, aprimorado e disseminado as melhores práticas, por meio das quais o agricultor dá vida à terra. É uma nobre missão.

Quase todo o prestígio angariado pelo Brasil, como celeiro do mundo, e expoente na pecuária, ao longo das últimas quatro décadas, deve-se ao trabalho de pesquisa técnica desenvolvido pela Embrapa. Sem o trabalho de seus pesquisadores talvez fôssemos fadados, tal como o personagem de Lima Barreto, o Policarpo Quaresma, a um triste fim, determinado em grande parte por um ataque de saúvas.

Sem a Embrapa a previsão da produção de grãos para a safra 2012/2013 dificilmente chegaria a 185 milhões de toneladas.

Sem o trabalho da Embrapa provavelmente não produziríamos tanto em áreas cada vez mais reduzidas, o que é determinante para preservação do meio ambiente.

A partir da fundação da Embrapa, em 1973, ao Brasil foi possível aumentar a produção de grãos e ocupar regiões antes pouco utilizadas para a produção de alimentos. Graças a essa empresa, por meio de seleção de espécimes menos sensíveis e mais resistentes as nossas temperaturas e à falta de estações no ano, muitas culturas se tornaram viáveis em nosso país.

Como exemplo podemos citar a soja, que a partir dos anos 1970, começou a ser plantada no Centro-Oeste, onde o cerrado era considerado até então como terra pouco produtiva. Em trinta anos, a produção do grão passou de 1 milhão de toneladas, em 1979, para 57 milhões, em 2009. Não somente a soja, mas muitas outras espécimes antes impróprias ao nosso clima passaram a produzir como se estivessem em seus países de origem, a partir do avanço das pesquisas da Embrapa. Dessa forma, frutas como o melão, a maçã, a pera e o caqui passaram a ser produzidas no Nordeste, por exemplo.

O mais gratificante e surpreendente, até uvas – que precisam de condições muito específicas de sol e frio para alcançar boa qualidade – passaram a ser produzidas em estados nordestinos. Tudo isso, graças ao esforço e dedicação dos pesquisadores da Embrapa.

pa. E não é somente no Brasil que a empresa rende bons frutos.

Em termos de cooperação técnica internacional, a Embrapa mantém 78 acordos bilaterais com mais de 56 países e 89 instituições, bem como acordos multilaterais com 20 organizações internacionais.

A empresa mantém laboratórios virtuais no exterior para o desenvolvimento de pesquisas e prospecção de tendências em temas na fronteira do conhecimento nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Holanda e Coréia do Sul. Também possui um escritório em Gana para compartilhar conhecimento científico e tecnológico junto aos países africanos e, mais recentemente, no Panamá e Venezuela visando a uma atuação na América Latina. No território nacional, a Embrapa encontra-se presente em quase todos os Estados da Federação, nos mais diferentes biomas brasileiros.

Graças à Embrapa, de 1976 a 2011 a área destinada a grãos e sementes oleaginosas aumentou quase 44%, enquanto a produção aumentou por volta de 250% e os rendimentos aumentaram 2,4 vezes. Incremento similar foi observado na pecuária: a produção de carne bovina, carne suína e carne de aves aumentou de forma gradual de 4,270 mil toneladas métricas, em 1978, para quase 25 mil toneladas métricas em 2011. A mesma expansão pode ser verificada na produção de leite: se em 1980 ultrapassou 11 bilhões de litros, em 2011 alcançou 32 bilhões de litros, de acordo com o IBGE.

Esses números exemplificativos são, contudo, etapas já conquistadas. Muito ainda há que se fazer quando se fala em agropecuária. O desafio para as próximas décadas é continuar batendo recordes de produção, com culturas e de alta qualidade e menor dispêndio de trabalho, fertilizantes, água, sementes e áreas trabalhadas. É o que chamamos de agricultura sustentável. Outro desafio é produção pecuária com menor quantidade de elementos nocivos à saúde humana e, ainda, sem o sofrimento dos animais. Tudo isso representa um dos maiores desafios para a humanidade e, em especial, para o Brasil.

Com a Embrapa, certamente avançaremos nas conquistas agropecuárias, dando conta, sem perder de vista a ética e a humanidade, da necessidade de produzir alimentos e matérias-primas e de gerar superávits econômicos, imprescindíveis para a nossa capacidade de investimentos.

Não temos dúvida alguma de que o agronegócio brasileiro se consolidará, cada vez mais, pela nossa capacidade de incorporar, de forma contínua, inovações tecnológicas que nos permitam atender às crescentes demandas do mercado interno, além de fornecer condições de exportação.

Tudo isso de mãos dadas com a sustentabilidade, que garanta a preservação do meio ambiente e a saúde da população. Isso por que temos de ir além da visão utilitária da agricultura, e agregar valores de natureza cultural, valores do ambiente físico e do espaço geográfico, valores ecológicos, além de outros que integram o caráter humano. É isso que as novas gerações de nós exigem. É disso que precisamos. Ainda bem que podemos contar com a Embrapa.

Obrigado a ela e a todos os presentes.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, junto-me aos demais colegas no propósito de homenagear a Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária pelos seus quarenta anos de existência.

Nesse período o Brasil se consolidou como a grande fronteira agrícola mundial. A produção nacional de alimentos quadruplicou e o País ainda se tornou um grande produtor em vários setores agropecuários. Segundos dados do Ministério da Agricultura, o Brasil estava entre os quatro maiores produtores mundiais de açúcar, de café, de suco de laranja, do complexo soja, de carne bovina, de álcool, de carne de frango, de milho e de carne suína. Além disso, produtos agropecuários constituem aproximadamente 40% de nossas exportações e são responsáveis por boa parte de nosso superávit em nossa balança de pagamentos.

Nas palavras do Plano de Safra 2012/2013 do Ministério da Agricultura, ao longo dos últimos 35 anos, o País desenvolveu e consolidou um dos setores agropecuários mais eficientes do mundo, sendo que, nas últimas duas décadas, prevaleceram baixíssimos níveis de proteção tarifária e de subsídio.

É correto afirmar que poucos países conseguiram o que o Brasil fez em termos de agricultura tropical.

Esse período de Revolução não há outra palavra que possa ser utilizada – se deu graças à atuação da Embrapa como elemento de progresso no campo.

Os especialistas são unânimes em apontar que a empresa foi responsável por duas grandes estratégias bem-sucedidas. A primeira foi a criação de técnicas para a correção da acidez do solo do cerrado. A segunda foi a adaptação de plantas de outros climas ao da região.

Até o início da década de 1970, o cerrado era insignificante em termos agrícolas. Hoje, responde por quase metade da produção nacional.

Isso se deu graças ao investimento agressivo em termos de qualificação profissional. Hoje, a Embrapa conta com aproximadamente dois mil e quatrocentos pesquisadores, sendo que 80% possuem doutorado ou pós-doutorado, índices verdadeiramente impres-

sionantes e que dificilmente são encontrados mesmo na iniciativa privada.

As conquistas das Embrapa são verdadeiramente admiráveis. Nesse momento em que completa quarenta anos, novos são os desafios, principalmente porque hoje o cenário econômico é de enorme competição, em que grandes grupos econômicos multinacionais investem quantias significativas em termos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Além do mais, o cenário atual é bem diferente daquele existente nos anos 1970.

Hoje, os desafios econômicos e sociais globais são, dentre outros: a) a busca de novas formas de energia que sejam tanto mais baratas, quanto mais eficientes; b) o enfrentamento da escassez de água; c) um meio ambiente que está mais hostil em razão das mudanças climáticas globais e, por fim, mas não menos importante, d) a pobreza, que em termos mundiais ainda separa uma minoria que vive em abundância, enquanto uma parcela significativa da população mundial não consome o mínimo necessário de calorias por dia.

Nas palavras de Maurício Lopes, presidente da Embrapa, “nós não vamos mais poder pensar uma agricultura que é provedora só de alimentos, fibra e energia. Nós vamos ter que pensar numa agricultura que seja promotora de saúde e de qualidade de vida”.

Em parte, isso se tem feito por meio de ações da Empresa no exterior. Hoje, ela atua em vinte e dois países da África, além de ações de colaboração na América Latina, Caribe, além de estar colaborando com o processo de desenvolvimento do Timor Leste.

Em outra parte, a Empresa está desenvolvendo novos programas, caso do Agropensa, que estimula

o planejamento estratégico no âmbito da empresa, de modo a permitir que a instituição seja mais eficiente, produzindo mais pesquisa com menos gastos financeiros.

É verdade, porém, que os desafios são muitos. Além da concorrência das empresas privadas, a Embrapa deve continuar a atuar em seus campos tradicionais de pesquisa, caso de melhoramento genético de plantas e animais, ao mesmo tempo em que deve investir em novas áreas como nanotecnologia, pesca, tecnologia de informação e automação e mecanização do campo.

Além disso, especialistas sugerem que sejam feitos investimentos em novas áreas. O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, defende, por exemplo, que haja busca por novos fertilizantes, haja vista que hoje o País importa quase 80% de alguns insumos desse tipo que são cruciais para o aumento de produtividade das lavouras.

Enfim, são gigantescos os desafios. Os meios, felizmente, estão à disposição, ainda mais que somos sabedores dos benefícios trazidos pela Embrapa ao Brasil ao longo dessas quatro décadas.

Por fim, reforço os meus parabéns à Embrapa, agradecendo-a pelo que tem feito pelo País e, ressaltando que o Senado Federal sempre está à disposição para ajudá-la e fortalecê-la de modo que possa a continuar a ser referência em termos de pesquisa agropecuária mundial.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a presente sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 51 minutos.*)

Ata da 55ª Sessão, Não Deliberativa, em 22 de abril de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Paulo Paim e João Costa

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 19 horas e 43 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da **Medida Provisória nº 585, 23 de outubro de 2012**, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País, transformada na Lei nº 12.789, de 21 de fevereiro de 2013.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Of. Pres. nº 38/2013/CMO**, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Lobão Filho, comunicando a composição da Mesa Diretora daquele Colegiado para 2013, eleita e empossada em 16 de abril do corrente.

É o seguinte o Ofício:

Of. Pres. nº 38/2013/CMO

Brasília, 16 de abril de 2013

Assunto: Informa a composição da Mesa Diretora para 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, venho informar que assumi a honrosa missão de conduzir os trabalhos da Comissão.

Informo a composição da Mesa Diretora para 2013, eleita e empossada nesta data:

Partido UF Parlamentar

PMDB-MA Presidente: Senador Lobão Filho

PSDB-PE 1º Vice-Presidente: Depurado Bruno Araújo

PP-RJ 2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

PSD-SP 3º Vice-Presidente Deputado: Guilherme Campos

Renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Lobão Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 350, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 258, 259 e 260 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06, de 2008, que tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nºs 13, 32, 70 e 97, de 2007; 30 e 34, de 2008; tramite em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nºs 16, de 2011; 21 de 2012; e 03 de 2013; por possuírem conteúdo congênere, para alterar a idade de aposentadoria compulsória do servidor público.

Sala das Sessões, de abril de 2013. – Senador **José Pimentel**.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. TST-GP nº 281/2013

Brasília, 18 de abril de 2013

Assunto: Encaminhamento de documentação para apreciação de nome para o cargo de Ministro do TST Senhor Presidente,

Em virtude da Mensagem da Presidência da República nº 154, publicada no **Diário Oficial da União** – Seção I, de 16 de abril de 2013, encaminhando para apreciação do Senado Federal o nome do Magistrado Cláudio Mascarenhas Brandão para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga destinada a juizes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Horácio

Raymundo de Senna Pires, envio a Vossa Excelência a documentação anexa, exigida pelo Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dessa Casa.

Atenciosamente, – Ministro **Carlos Alberto Reis de Paula**, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Ofício ASRI nº 4/2013

Brasília, 16 de abril de 2013

Assunto: Indicação para o Tribunal Superior do Trabalho.
Senhor Presidente,

Tendo sido indicado por meio da Mensagem nº 154, de 15 de abril de 2013, da Presidência da República, para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, previsto no art. 111-A da Constituição Federal, para os efeitos da alínea **d** do inciso II do art. 1º do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, informo a Vossa Excelência sobre a inexistência de ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como de procedimento administrativo-disciplinar.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

Cláudio Mascarenhas Brandão, Desembargador do TRT da 5ª Região.

Ofício ASRI nº 5/2013

Brasília, 16 de abril de 2013

Assunto: Indicação para o Tribunal Superior do Trabalho.
Senhor Presidente,

Tendo sido indicado por meio da Mensagem nº 154, de 15 de abril de 2013, da Presidência da República, para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, previsto no art. 111-A da Constituição Federal, para os efeitos da alínea **e** do inciso II do art. 1º do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, informo a Vossa Excelência sobre a minha atuação, como Desembargador no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, nos últimos 9 anos.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

Cláudio Mascarenhas Brandão, Desembargador do TRT da 5ª Região.

Ofício ASRI nº 2/2013

Brasília, 16 de abril de 2013

A Sua Excelência o Senhor

Assunto: Indicação para o Tribunal Superior do Trabalho
Senhor Presidente,

Tendo sido indicado por meio da Mensagem nº 154, de 15 de abril de 2013, da Presidência da República, para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, previsto no art. 111-A da Constituição Federal, para os efeitos da alínea **b** do inciso II do art. 1º do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, informo a Vossa Excelência que não exerço cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração. – **Cláudio Mascarenhas Brandão**, Desembargador do TRT da 5ª Região.

Ofício ASRI nº 3/2013

Brasília, 16 de abril de 2013

Assunto: Indicação para o Tribunal Superior do Trabalho
Senhor Presidente,

Tendo sido indicado por meio da Mensagem nº 154, de 15 de abril de 2013, da Presidência da República, para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, previsto no art. 111-A da Constituição Federal, para os efeitos da alínea **c** do inciso II do art. 1º do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, informo a Vossa Excelência a minha regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração. – **Cláudio Mascarenhas Brandão**, Desembargador do TRT da 5ª Região.

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador
Secretaria Municipal da Fazenda - Coordenadoria de Tributos Imobiliários
PGMS - Coordenadoria da Dívida Ativa
Certidão Negativa de Débitos

Inscrição Imobiliária: 417269-8

Contribuinte: CLAUDIO MASCARENHAS BRANDAO

Endereço: Rua Augusto Ruschi, Nº152, , , AGUAS DO JAGUARIBE, CS , PIATA

Número da certidão: 692868

Certifico que o imóvel da inscrição acima está em situação regular referente a quitação do Imposto Predial Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública , até a presente data, ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 277, parágrafo 3º, da Lei 7.186/2006.

Código de Controle da Certidão: 25A0B23BEE1274DDE29DF9C91F8B06E3

Valida até o dia 17/07/2013 08:58:30

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle da certidão acima.

Nome: CLAUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

Endereço: RUA BÉU MACHADO, Nº 34, PIATÃ, 41650340, SALVADOR, BA

CPF: 202153805-25

Pedido Nº: 3503/2013

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que no Cadastro Geral de Atividades (CGA) deste Município não foi localizada inscrição em nome da Pessoa Física acima mencionada.

Emitida às 10:16:58 horas do dia 18/04/2013

Código de controle da declaração 9869A142208419D2D9827613D2B30BB7

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle da certidão acima

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Emissão: 17/04/2013 14:33

SECRETARIA DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20130700946

NOME	
XX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CPF
	202.153.805-25

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 17/04/2013, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS
FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CLAUDIO MASCARENHAS BRANDAO
CPF: 202.153.805-25**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:28:47 do dia 16/04/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/10/2013.

Código de controle da certidão: **AC34.9E09.3277.BFCA**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO

OFÍCIO.ASRL.Nº 01 /2013


Brasília, 16 de abril de 2013.

Assunto: Indicação para o Tribunal Superior do Trabalho.

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado por meio da Mensagem 154, de 15 de abril de 2013, da Presidência da República, para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, previsto no art. 111-A da Constituição Federal, para os efeitos da **alínea “a” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01/2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, informo a Vossa Excelência que a minha esposa, Maria Esther Gondim Brandão, integra o quadro de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desde 18/01/1985, exercendo o cargo efetivo de Técnica Judiciária.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO
Desembargador do TRT da 5ª Região

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA DO INDICADO

(artigo 1º, inciso III, do Ato nº 1, de 17.10.2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

Havendo sido honrosamente indicado em 15.04.2013 (Mensagem nº 154/2013), pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, após ter sido incluído em lista tríplice para preenchimento da vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, votada em 15.10.2012, pelo Plenário daquele Colendo Pretório, cumpre-me acentuar o seguinte a essa Egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal:

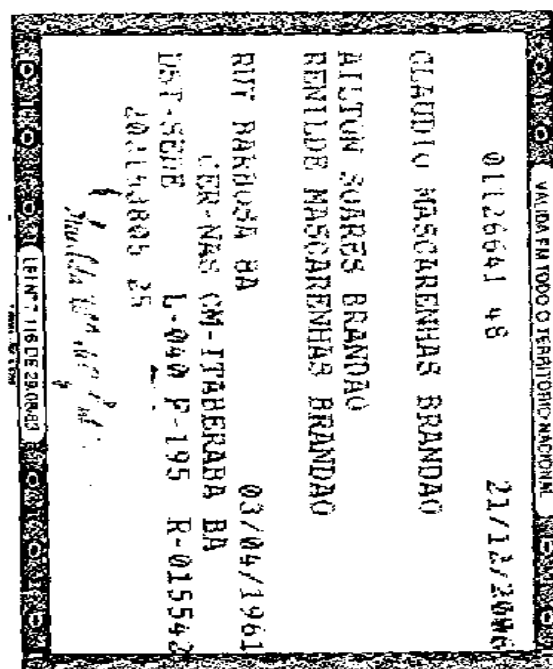
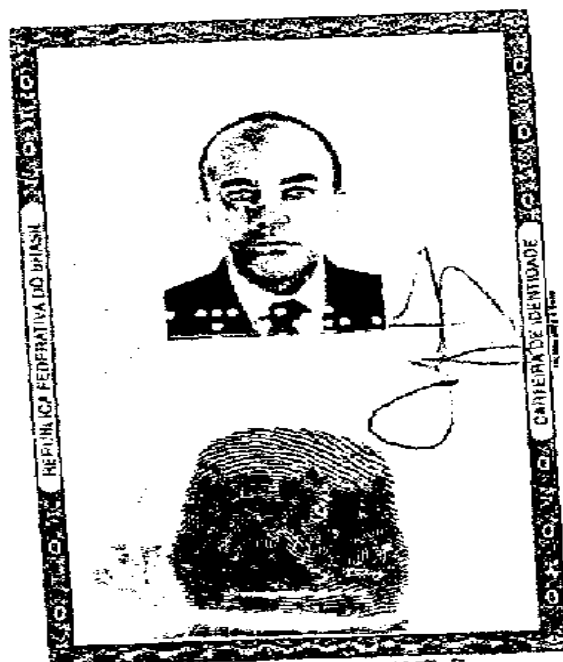
- a) *minha experiência profissional* para o desempenho de tão elevada função decorre, em primeiro lugar, do fato de ser graduado como bacharel em Direito (na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC) em 1985 (há vinte e oito anos, portanto), havendo atuado intensamente como magistrado trabalhista de primeiro grau, após minha aprovação no concurso público para o ingresso na carreira de Juiz do Trabalho em 01.12.1986, e Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, a partir de 16.04.2004 até a presente data;
- b) *minha formação técnica* parece-me adequada para tanto, não só pelas atividades acima descritas, como também por minha atuação como professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho nas Faculdades Ruy Barbosa e Baiana de Direito, na Universidade Salvador - UNIFACS (2004/2006), na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia - UFBA (1989 e 2003), na Escola de Preparação e Aperfeiçoamento da Magistratura - EMATRA-V (1998/2000) e na Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes da OAB/BA (como professor convidado), todas em Salvador - BA. Possuo grande experiência no campo do processo judicial eletrônico por haver integrado a Comissão de Validação do Sistema Unificado de Acompanhamento Processual da Justiça do Trabalho - SUAP (2006/2007), a Comissão de Avaliação dos Projetos de Informatização da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2007/2009), os Comitês Gestores do Processo Judicial Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2011/2013) e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2011/2013), os dois últimos na condição de Presidente. Acrescento que sou Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia e, atualmente, Vice-

Coordenador da Escola Judicial do TRT da 5ª Região, além de membro do Instituto Baiano de Direito do Trabalho e da *Asociación Iberoamericana de Derecho del Trabajo*. Sou autor dos livros "Direito do Trabalho - Apontamentos para Concurso", "Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador" e "Orientações Jurisprudenciais do TST Comentadas", este último em coautoria com o Desembargador Raymundo Pinto. Tive experiência nas atividades associativas ligadas à magistratura, por ter ocupado os cargos de Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, diretor da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, Diretor Cultural, Vice-Presidente e duas vezes Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - AMATRA 5 (Bahia). Integrei Comissão Nacional de Coordenação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania e fui um dos autores da Cartilha do Trabalhador em quadrinhos, além de haver colaborado na elaboração da Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável, todos da ANAMATRA.

- c) *minha afinidade intelectual e moral* para o exercício do cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho decorre, a meu ver, de toda a linha de conduta que sempre procurei adotar, desde a escola, passando pelo Banco do Brasil, onde ingressei, aos 14 anos, como menor-aprendiz, e na Justiça do Trabalho, trajetória iniciada como servidor de nível médio há 32 anos, tendo exercido vários cargos e, posteriormente, como magistrado do trabalho de carreira, nos primeiro e segundo graus de jurisdição, desde 1986, nunca havendo sofrido qualquer condenação judicial ou punição. Acreditando no papel modernizador e civilizatório que o Direito do Trabalho tem a desempenhar nas sociedades democráticas de massas nas quais nosso País se inclui, sempre procurei pautar minha atuação jurisdicional, de um lado, por um profundo respeito pelos jurisdicionados e por seus procuradores e, de outro, pela necessidade de produzir, pelas vias da conciliação ou da decisão judicial, a solução mais justa e mais conforme aos princípios e valores constitucionais e legais que regem as lides trabalhistas, sempre sob a perspectiva da necessária concretização dos direitos fundamentais sociais e do Estado Democrático de Direito.

Brasília, 16 de abril de 2013.

Cláudio Mascarenhas Brandão
Indicado



Cláudio Mascarenhas Brandão

Data de nascimento: 03 de abril de 1961

Filiação: Ailton Soares Brandão

Renilde Mascarenhas Brandão

Cédula de Identidade: 1.126.641-48 – SSP/BA

CPF: 202.153.805-25

Endereço residencial: Av. Orlando Gomes, n. 1.080,
Q-2, C-4, Piatã – Salvador –

Telefones: (71) 9935-9558 / 8802-0428 / 3319-7332

E-mail: claudiobrandao@terra.com.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA / TITULAÇÃO

1. Graduação: Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus/BA, 1985.

2. Pós-Graduação: Mestrado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, 2005.

2.1 Tema: A Responsabilidade Objetiva do Empregador decorrente do Acidente do Trabalho nas Atividades de Risco Acentuado.

2.2 Orientador: Luiz de Pinho Pedreira da Silva.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Magistratura

- 1.1** Presidente da 2ª Turma do TRT da 5ª Região, de 08.11.2007 a 12.11.2009.
- 1.2** Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, Subseção II, do TRT da 5ª Região, de 07.11.2007 a 11.11.2009.
- 1.3** Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia), promovido por antiguidade, em 19.04.2004.
- 1.4** Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulo Afonso, sendo promovido, por merecimento, em 31.05.89. Removido, sucessivamente, para Estância/SE, Santo Amaro, Itaberaba, 3ª e 15ª de Salvador / BA.
- 1.5** Juiz do Trabalho Substituto da 5ª Região da Justiça do Trabalho, de 01.12.86 a 30.05.89.

2. Magistério

- 2.1** Professor de Direito do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito, desde março de 2011.
- 2.2** Professor de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Constitucional do Trabalho da Faculdade Ruy Barbosa, desde março de 2005.
- 2.3** Professor de Direito Empresarial da Faculdade de Tecnologia Empresarial – FTE, desde março de 1999, atualmente licenciado.
- 2.4** Professor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desde o ano de 2006.
- 2.5** Professor Convidado da Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes, da OAB/BA, desde o ano de 2000.
- 2.6** Professor de Direito Processual do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Salvador – UNIFACS, de março de 2004 a abril de 2006.
- 2.7** Professor Substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia / UFBA, de outubro a novembro de 2003, ministrando a disciplina Direito do Trabalho.
- 2.8** Professor Substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia / UFBA, de março a junho de 1989, ministrando a disciplina Legislação Social.
- 2.9** Professor de Direito do Trabalho da Escola de Preparação e Aperfeiçoamento da Magistratura Trabalhista da 5ª Região – EMATRA V, de 2000 a 2004.
- 2.10** Professor de Direito do Trabalho do Curso Fórum, no período de 1998/2000.

3. Outras atividades na Justiça do Trabalho

- 3.1** Vice-Diretor da Escola Judicial do TRT da 5ª Região, de novembro de 2011.
- 3.2** Presidente do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico Justiça do Trabalho – PJe-JT, do Conselho Superior da Justiça Trabalho, de abril de 2011 a março de 2013.
- 3.3** Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho (CGTIC- JT), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de abril de 2011 a março de 2013.
- 3.4** Membro do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico – PJe-, do Conselho Nacional de Justiça, de junho de 2011 a março de 2013.
- 3.5** Presidente da Comissão de Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desde novembro de 2009.
- 3.6** Membro do Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça de 18 de setembro de 2008 (Portaria nº 181, de 18/09/2008) a junho de 2009.
- 3.7** Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, destinado a estudar a realidade da Justiça do Trabalho, no âmbito da estrutura física, recursos humanos e movimentação processual (Ato CSJT.GP nº 27/2007, de 13/06/07).
- 3.8** Membro da Comissão de Avaliação dos Projetos de Informatização da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, de 21/05/07 (Ato CSJT.GP nº 21/2007) até 15/06/09 (Ato CSJT.GP nº 113/2009).
- 3.9** Membro do Comitê de Validação do Sistema Unificado de Acompanhamento Processual – SUAP do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, de outubro de 2006 a fevereiro de 2007.
- 3.10** Presidente da Comissão de Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, de novembro de 2005 a novembro de 2007.
- 3.11** Fiel do Sistema Bacen-Jud do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, de agosto de 2002 a novembro de 2007.
- 3.12** Autor do Manual do usuário do sistema Bacen-Jud, distribuído pela ANAMATRA para os juizes do trabalho do Brasil. 2002.
- 3.13** Instrutor do Curso de Introdução e Reciclagem para Oficiais de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. 1994, 1993, 1992.
- 3.14** Instrutor de curso sobre Execução no Processo do Trabalho para Diretores de Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, no período de 01 a 04 de agosto de 1994.

3.15 Instrutor de curso de Procedimentos Processuais na Justiça do Trabalho para Diretores de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, no período de 14 a 15 de setembro de 1993.

3.16 Autor da Atualização da Consolidação dos Provimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. 1989.

3.17 Supervisor do Manual de Cálculos do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. 1989.

3.18 Autor do estudo para ampliação da jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento da 5ª Região da Justiça do Trabalho. 1988.

3.19 Coordenador do Manual de Preenchimento do Boletim Estatístico do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. 1988.

4. Outras atividades profissionais

4.1 Menor-aprendiz do Banco do Brasil S/A, agência Itaberaba/BA, no período de maio/76 a fevereiro/79.

4.2 Assistente comercial da empresa Bakar Comércio e Indústria Ltda., em Salvador/BA, de junho/79 a janeiro/81.

TÍTULOS RECEBIDOS

- 1.** Comenda da Ordem Mérito *Jus et Labor* do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 2012.
- 2.** Prêmio "DIGNIDADE NO TRABALHO", concedido pela frente Parlamentar pelo Desenvolvimento e Valorização do Trabalho da Câmara dos Deputados, 2012.
- 3.** Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 4.** Comenda Ministro Coqueijo Costa da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região / BA.
- 5.** Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, outorgada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região – AMATRA-V.
- 6.** Medalha da Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região – Alagoas.
- 7.** Medalha da Ordem Sergipana do Mérito Trabalhista, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região – Sergipe.
- 8.** Medalha comemorativa do 50º aniversário da Justiça do Trabalho, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES CIENTÍFICAS

1. Membro da *Asociacion Iberoamericana de Derecho del Trabajo*.
2. Membro do Instituto Baiano de Direito do Trabalho.

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS DE CONCURSOS

1. Examinador da prova oral do XVII Concurso para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (2010).
2. Examinador da prova de sentença do XVI Concurso para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (2009).

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Livros publicados

1. Os Direitos Fundamentais, o Direito e o Processo do Trabalho: homenagem ao Desembargador Federal do Trabalho Roberto Freitas Pessoa (org). Salvador: Podivm, 2011.
2. Orientações Jurisprudenciais do TST Comentadas. São Paulo: LTr, 2009, em co-autoria com Raymundo Antônio Carneiro Pinto, atualmente em 3ª edição.
3. Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador. São Paulo: LTr, 2006, atualmente em 3ª edição.
4. Direito do Trabalho – Apontamentos para Concurso. São Paulo: LTr, 2000, atualmente em 2ª edição.

Capítulos de livros publicados

1. As novas vertentes da competência da Justiça do Trabalho para julgar ações de indenizações por danos morais e materiais decorrentes de

- acidente do trabalho. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes; FAVA, Marcos Neves. *O que estão fazendo da nova competência da Justiça do Trabalho? Análise crítica da jurisprudência do STF, do TST e do STJ após a EC 45/2004*. São Paulo: LTr, 2011. p. 428-464.
2. A proteção ao trabalho em uma perspectiva democrática. In: FREITAS, Juarez; TEIXEIRA, Anderson V. (org.). *Direito à democracia: ensaios transdisciplinares*. São Paulo: Conceito, 2011.
 3. Processo Eletrônico na Justiça do Trabalho. In: CHAVES, Luciano Athayde (org.). *Curso de Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2009.
 4. Reagindo ao Assédio Moral – O Poder Judiciário na Defesa da Dignidade do Trabalhador. In: UNAFISCO. *Seminário Assédio Moral nas Relações de Trabalho*. Salvador: Unafisco, 2009.
 5. Prefácio. *O Direito no Ano que Passou: reflexões acadêmicas e políticas*. PAMPLONA FILHO, Rodolfo.
 6. Anamatra: muitas histórias para contar. In: Anamatra: 30 anos. *Um resgate da história associativa*. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Brasília: Anamatra, 2008.
 7. Acidente do trabalho – responsabilidade do empregador pelo risco da atividade e ação regressiva. In: KERTZMAN, Ivan; CYRINO, Sinésio. *Leituras complementares de previdenciário*. Salvador: Podivm, 2007.
 8. A responsabilidade pelo risco da atividade no contrato de Trabalho. In: PAIXÃO, Cristiano; RODRIGUES, Douglas Alencar; CALDAS, Roberto de Figueiredo (Org.). *Os novos horizontes do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2006.
 9. Ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes do acidente do trabalho: competência da Justiça do Trabalho. In: DIDIER JR, Fred; BRITO, Edvaldo; BAHIA, Saulo Casali (Org.). *Reforma do Judiciário*. São Paulo: Saraiva, 2006.
 10. Relação de trabalho: enfim, o paradoxo superado. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes; FAVA, Marcos Neves (Org.). *Nova competência da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2005.
 11. A sucessão de empresa na liquidação extrajudicial – responsabilidade passiva do adquirente. In: OLIVEIRA, Antônio Carlos; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Org.). *Estudos de Direito*. São Paulo: LTr, 1998.

Artigos publicados em revistas e jornais

1. Processo judicial eletrônico – uma revolução silenciosa na Justiça do Trabalho. *Revista LTr*, v. 77, n. 1, p. 16-23, janeiro 2013.

2. Meio ambiente do trabalho saudável: direito fundamental do trabalhador. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*, v. 21, n. 49, p. 89-98, jan./jun.2011.
3. Acidente do trabalho: competência para o julgamento da ação regressiva, decorrente de culpa do empregador. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região*, v. 6, n. 1, jan/jun. 2010.
4. Acidente do trabalho: competência para o julgamento da ação regressiva, decorrente de culpa do empregador. *Revista LTr*, v. 74, n. 5, p. 553-559, maio 2010.
5. A responsabilidade objetiva por danos decorrentes de acidentes do trabalho na jurisprudência dos tribunais: cinco anos depois. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 76, n. 1, Brasília, jan/mar 2010.
6. Proteção jurídica à saúde do trabalhador: uma necessária (re)leitura constitucional. *Revista LTr*, n.º 74/01, janeiro/2010.
7. Jornada excessiva de trabalho provoca acidentes. *Consultor Jurídico* (www.conjur.com.br), em 20.10.2009.
8. Jornada de trabalho e acidente de trabalho: reflexões em torno da prestação de horas extraordinárias como causa de adoecimento no trabalho. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. v.75, n. 2, Brasília, abr/jun 2009.
9. Acidente do trabalho: responsabilidade do empregador pelo risco da atividade. *Revista do IV Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho de Santa Maria*. KÜMMEL, Marcelo Barroso (org), n. 2, Santa Maria, 2007.
10. Penhora on line. *Jornal A Tarde*, Salvador, 28 jul. 2005.
11. Segurança do trabalho: direito fundamental do trabalhador. *Revista do Programa de Pós-Graduação da UFBA*, Salvador, v. 11, 2004.
12. Penhora on line – processo legal obedecido. *Correio Brasiliense*, Brasília, 15 ago. 2003.
13. Cadê a reforma do processo trabalhista? *Revista de Direito do Trabalho*. São Paulo; *Revista dos Tribunais*, v. 111, 2003.
14. A Transcendência no Recurso de Revista para o TST. *Revista LTr*, nº 11/01, de novembro/01, escrito em parceria com o Juiz Douglas Alencar Rodrigues.
15. O Dano Resultante do Acidente do Trabalho – Avaliação do Dano Moral e Juízo Competente. *Suplemento LTr*, São Paulo, n. 173, 2000.
16. As Mudanças na Legislação Processual – Lei nº 9.756, de 17/12/98. *Suplemento O Trabalho*, set. 1999.
17. As Mudanças na Legislação Processual – Lei nº 9.756, de 17/12/98. *Vistos, etc.* Salvador, v. 1, 1999.

18. A liquidação extrajudicial – competência da Justiça do Trabalho. *Diário Oficial do TRT da 5ª Região*, Salvador, 08 nov. 1996.
19. A intervenção nas instituições financeiras e o processo do trabalho. *Suplemento LTr*, São Paulo, n. 32, 1996.
20. A magistratura e os vencimentos. *Notícias da AMATRA Rs*, n. 7, 1996.
21. A Exigência de Concurso Público Após a Constituição de 1988, *Jornal Trabalhista*, n. 484, de 13 de dezembro de 1993, *Revista Síntese* n.º 55, janeiro/94, e *Revista LTr*, n.º 58/11, novembro/94.
22. A Representação Classista e a Justiça do Trabalho – aspectos Relativos à Aposentadoria, *Jornal Magistratura e Trabalho*, AMATRA-II, São Paulo, ano II, n.º10, novembro/dezembro/93 e *Revista da ANAMATRA*, n.º 19, março/abril/94.
23. A Justiça do Trabalho e a representação classista. *A Tarde*, Salvador, 17 ago. 1993.
24. A representação classista da Justiça do Trabalho: aspectos relativos à aposentadoria. *Boletim da AMATRA II*, São Paulo, 01 dez. 1993.
25. A Litigância de Má-Fé no Processo do Trabalho: Algumas Reflexões, *Revista da ANAMATRA*, n.º 4, setembro/outubro/90 e *Revista Síntese*, n.º 28, outubro/91 – Tese aprovada por aclamação no XIII EBAT, agosto de 1990.
26. Prescrição: preceito regente, *Revista Síntese*, n.º 16, outubro/90.
27. A Comprovação dos Créditos do Empregador Rural, *Boletim AMATRA – V*, n.º 05 (nova fase).
28. Sobre a Correção Monetária na Falência, *Boletim Informativo do TRT da 5ª Região*, n.º 02.
29. Falência da Executada, *Boletim AMATRA-V*, n.º 1 (nova fase).

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, ENCONTROS E CURSOS

Conferências, palestras, aulas e participação em painéis

1. *Seminário Nacional de Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais*, realizado pela Associação dos Advogados de São Paulo, de 25 a 27 de abril de 2012, em São Paulo – SP. Palestra sobre o tema: “A Contribuição Do Judiciário Trabalhista para Reduzir o Número de Acidentes do Trabalho. Ativismo Judicial, Indiferença ou Decisões Pedagógicas?”.

2. *21º Encontro Regional da AMATRA VI*, realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região, de 14 a 17 de março de 2012, em Porto de Galinhas - PE. Palestra sobre o tema: "Um Novo Olhar Sobre o Meio Ambiente do Trabalho".
3. *Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Direito do Trabalho*, promovido pela Universidade Federal da Bahia. Aula nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, em Salvador - BA, sobre o tema "Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador".
4. *Congresso Matogrossense de Direito e Processo do Trabalho*, realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região - AMATRA 23 e Escola Superior da Magistratura do Trabalho de Mato Grosso, de 24 a 26 de novembro de 2011, em Cuiabá - MT. Conferência sobre tema: "Processo Judicial Eletrônico: tecnologia aplicada à atividade jurisdicional".
5. *IV Semana Jurídica: O Direito Sumular*, realizado pela Faculdade Ruy Barbosa, em Salvador - BA, em 24 de outubro de 2011. Palestra sobre o tema: "A Importância da Jurisprudência na Formação do Direito do Trabalho".
6. *XXXIII Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas - CONAT*, realizado pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT, em Fortaleza - CE, em 13 de outubro de 2011. Palestra sobre o tema: "Processo Eletrônico".
7. *Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico*, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENAMAT, em Brasília - DF, em 20 de setembro de 2011. Palestra sobre o tema: "A Justiça do Trabalho e o Novo Paradigma de Prestação Jurisdicional".
8. *XXX Congresso da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo e IX Simpósio Trabalhista da Caravana da ABRAT*, realizado pela Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo - AATSP e Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT, em Maresias - SP, de 15 a 18 de setembro de 2011. Palestra sobre o tema: "Processo Eletrônico".
9. *Curso de Especialização Lato Sensu em Process Civil 2011.1*, realizado pela Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia - PPGD/UFBA. Aula sobre: "Processo Eletrônico", em 19 de agosto de 2011.
10. *Curso de Especialização Lato Sensu em Direito do Trabalho 2010.1*, realizado pela Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia - PPGD/UFBA. Aula sobre: "Construção na Execução Trabalhista", em 18 de junho de 2011.
11. *Seminário Temas Atuais de Direito e Processo do Trabalho*, realizado pela Comissão de Formatura 2011.2 do Curso de Direito da Faculdade

Ruy Barbosa, em 27 de maio de 2011, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema: “Justiça do Trabalho – 70 anos: perspectivas”.

12. *III Fórum de Teses da Faculdade Baiana de Direito*, realizado pela Faculdade Baiana de Direito, de 13 a 14 de maio de 2011, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema: “O Conceito de Atividade de Risco no Código Civil”.
13. *Seminário O Adoecimento pelo Trabalho e a Ética Profissional*, realizado pela FUNDACENTRO, SINTTEL, Sindicato dos Bancários da Bahia, CTB, CESAT, TRT, CUT, Força Sindical, CEAPLER, CREMET, em 29 de abril de 2011, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema: “Direitos dos Acidentados e Garantias Éticas”.
14. *Programa de Formação sobre Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito*, realizado pelo Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 11 a 15 de abril, em Montevideo, Uruguai. Participação como aluno.
15. *Curso de Especialização Lato Sensu em Direito do Trabalho 2009.1*, realizado pela Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD/UFBA. Aula sobre: “Construção na Execução Trabalhista”, em 03 de dezembro de 2010.
16. *Curso de Especialização Lato Sensu em Direito do Trabalho 2009.1*, realizado pela Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD/UFBA. Aula sobre: “Processo Judicial Eletrônico Aplicado ao Processo do Trabalho”, em 16 de outubro de 2010.
17. *2º Seminário Direito e Processo do Trabalho de Campina Grande*, realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região – AMATRA 12 e Escola da Magistratura do Trabalho, de 22 a 24 de setembro de 2010, em Campina Grande – PB. Palestra sobre o tema: “O Direito do Trabalho como Instrumento de Efetividade dos Direitos Fundamentais”.
18. *Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região*, em 21 de setembro de 2010, em Porto Velho – RO. Palestra sobre o tema: “Acidente do Trabalho: competência para o julgamento da ação regressiva, decorrente de culpa do empregador”.
19. *X Encontro de Magistrados do TRT da 14ª Região*, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e Escola Judicial, em 21 de setembro de 2010, em Porto Velho – RO. Palestra sobre o tema: “Processo Eletrônico”.
20. *Curso de Especialização Lato Sensu em Processo Civil 2010.1*, realizado pela Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD/UFBA. Aula sobre: “Processo Eletrônico”, em 18 de setembro de 2010.

21. *Sarau Cultural*, realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região – AMATRA IV, em 03 de setembro de 2010, em Porto Alegre – RS. Palestra e debate sobre o tema: “Meio Ambiente do Trabalho”.
22. *V Encontro com Fornecedores e Administradores de Contratos da CHESF Regional Sul*, realizado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, Administração Regional de Salvador, em 27 de agosto de 2010, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema: “Aspectos Trabalhistas da Terceirização/Contratação dos Serviços pelo Poder Público. Desconsideração da Personalidade Jurídica da Empresa Contratada, Responsabilidade Solidária e Subsidiária”.
23. *VII Congresso Internacional de Direito do Trabalho*, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 16ª Região – AMATRA XVI, de 16 a 18 de agosto de 2010, em São Luis – MA. Conferência sobre o tema: “A Aplicação da Teoria da Árvore de Causas no Acidente de Trabalho e na Doença Ocupacional”.
24. *Conferência Internacional sobre Assédio Moral e Outras Manifestações de Violência no Trabalho: Ética e Dignidade dos Trabalhadores*, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro por meio do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, de 12 a 15 de julho de 2010, no Rio de Janeiro. Conferência sobre o tema: “A Problemática do Assédio Moral na Interpretação da Justiça do Trabalho”.
25. *Curso de Especialização em Direito do Trabalho*, realizado pela Escola Superior da Magistratura da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região. Aula sobre: “Acidente do Trabalho e suas Consequências no Contrato de Trabalho”, em 26 de maio de 2010.
26. *2º. Encontro Sul Brasileiro de Advogados Trabalhistas*, realizado pela Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, de 27 a 29 de maio de 2010, em Curitiba – PR. Palestra sobre o tema: “Inovações Tecnológicas e o Processo Judicial Eletrônico”.
27. *II Conferencia Estadual do Trabalho Decente*, realizada pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia, em 27 de maio de 2010, em Salvador – BA. Palestra sobre: “Trabalho Doméstico”.
28. *Seminário Direito do Trabalho e Direito Previdenciário – Relação e Interdependência*, realizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região – AMATRA V, em 16 de abril de 2010, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema “A Proteção Jurídica do Trabalhador Acidentado e a Responsabilidade Civil do Empregador”.
29. *3º Seminário Nacional sobre Trabalho Infante-Juvenil*, realizado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV), de

11 a 12 de março de 2010, em São José dos Campos – SP. Palestra sobre o tema: “Acidentes do Trabalho na Infância e na Adolescência – Causas, Consequências e Responsabilidades”.

30. *Curso de Especialização em Direitos Humanos e Direitos Fundamentais*, realizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Aula sobre o tema: “Direitos Fundamentais e Direito Privado (tópicos relevantes para as relações trabalhistas”, em 06 de novembro de 2009.
31. *1º Congresso Internacional de Oftalmologia da Bahia*, realizado pelo Clube do Olho, Grupo de Retina da Bahia e Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira – IBOPC, de 13 a 14 de novembro de 2009, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema: “O Trabalho do Médico”.
32. *XX Congresso Brasileiro de Magistrados*, realizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, de 29 a 31 de outubro de 2009, em São Paulo – SP. Palestra sobre o tema: “Cultura Cartorial e Processo Eletrônico”.
33. *Um Papo sobre Direito e Psicologia*, segunda edição, realizado na Faculdade Ruy Barbosa, em 6 de novembro de 2009, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema: “Assédio Moral”.
34. *XXIII EMAT – Encontro dos Magistrados do Trabalho da 1ª Região*, realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região – AMATRA I, de 1 a 4 de outubro de 2009, em Teresópolis – RJ. Palestra sobre o tema: “A Democracia Interna nos Tribunais”.
35. *II Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico – CONSEGI 2009*, realizado pela organização do CONSEGI, de 26 a 28 de agosto de 2009, em Brasília – DF. Palestra sobre o tema: “O Processo Eletrônico na Justiça do Trabalho: desafios e objetivos do SUAP”.
36. *Curso de Administração Judiciária da Justiça do Trabalho da 17ª Região*, realizado pela Escola da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, de 6 a 14 de agosto de 2009, em Vitória – ES. Palestra sobre o tema: “O Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho: realidade ou ficção?”
37. *II Congresso Regional de Advogados Trabalhistas*, realizado pela OAB/SP, de 06 a 08 de agosto de 2009, em Bauru – SP. Palestra sobre o tema: “Processo Digital”.
38. *Curso Intensivo de Formação Continuada para Magistrados Trabalhistas*, realizado pela Escola de Magistratura do Trabalho da 20ª Região, de 03 a 07 de agosto de 2009, em Aracaju – SE. Aula sobre o tema: “Processo Eletrônico”.

39. *Seminário Processo Eletrônico: o virtual é real*, realizado pela Amatra XIX, em 10 de julho de 2009, em Maceió – AL. Palestra sobre o tema: “Processo Eletrônico: o virtual é real”.
40. *Evento da EMATRA IX: “Criando um ambiente de trabalho propício para as presente e futuras gerações”*, realizado pela Escola de Magistratura do Trabalho da 9ª Região, em 19 de junho de 2009, em Curitiba – PR. Palestra sobre o tema: “Elementos Conceituais e Visão Crítica do Direito Ambiental do Trabalho”.
41. *Seminário “O Processo Eletrônico”*, realizado pela Escola da Magistratura da 15ª Região, em 29 de maio de 2009, em Campinas – SP. Palestra sobre o tema: “O Processo Eletrônico”.
42. *II Fórum sobre Acidente do Trabalho*, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 13ª Região, em 27 de maio de 2009, em João Pessoa – PB. Palestra sobre o tema: “Acidentes do Trabalho no Brasil: Consequências no Contrato de Trabalho”.
43. *Evento Cultural*, realizado pela OAB/SP, 40ª Subseção de São Caetano do Sul, em 11 de maio de 2009, em São Caetano do Sul – SP. Palestra sobre o tema: “SUAP – Sistema Único de Administração Processual”.
44. *7º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT*, realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, em 6 de maio de 2009, em Brasília - DF. Aula sobre o tema “Tecnologias Aplicadas à Magistratura”.
45. Palestra sobre o tema: “SUAP-JT – Segurança, Estrutura, Requisitos de Acessibilidade, Propostas do Projeto – Características”, na Escola da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em 25 de março de 2009, em Campinas – SP.
46. *Seminário de Direito Previdenciário*, realizado pela Esmatra, em 18 de março de 2009, em Recife – PE. Palestra sobre o tema: “A Responsabilidade Civil do Empregador no Acidente de Trabalho”.
47. *VI Curso de Formação Inicial de Juízes – Módulo Regional*, realizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em 13 de março de 2009, em Belo Horizonte – MG. Aula sobre o tema “O Processo Eletrônico Nacional da Justiça do Trabalho - SUAP”.
48. *III Congresso de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho*, realizado pelo realizado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 17ª Região – AMATRA 17 e Associação Espiritosantense de Advogados Trabalhistas – AESAT, de 6 a 8 de novembro de 2008, em Vitória – ES. Palestra sobre o tema “As Teorias da Responsabilidade Frente ao Texto Constitucional”.
49. *6º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT*, realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, em 18 de novembro de 2008, em Brasília - DF. Aula sobre o tema “Tecnologias Aplicadas à Magistratura”.
50. *I Fórum de Comportamento Organizacional*, realizado pela Faculdade Ruy Barbosa, em 13 de novembro de 2008, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema: “Assédio Moral e suas Consequências no Contrato de Trabalho”.

- 51.** *1º Fórum de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho de Santa Catarina*, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e Escola Judicial e de Administração Judiciária do TRT/SC, de 6 a 7 de novembro de 2008, em Florianópolis - SC. Debatedor.
- 52.** *Ciclo de Palestras pelos 20 Anos da Constituição Cidadã*, realizado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região - AMATRA 5, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho da 5ª Região - ANPT e Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas - ABAT, em 09 de outubro de 2008, em Salvador - BA. Conferência sobre o tema: "A Proteção à Saúde do Trabalhador na Constituição de 1988: 20 anos depois".
- 53.** *4º Curso de Formação Inicial de Magistrados*, realizado pela Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região - EMATRA VIII, em 23 de setembro de 2008, em Belém - PA. Palestra sobre o tema "Responsabilidade do Empregador no Acidente do Trabalho".
- 54.** *Jornada Jurídica Desembargador Geraldo Lima*, realizada pela Comissão de Formatura da Turma 030/2006, da Universidade Federal do Pará - UFPA, de 22 a 24 de setembro de 2008, em Belém - PA. Palestra sobre o tema "Responsabilidade Civil Decorrente do Acidente do Trabalho".
- 55.** *I Congresso Internacional de Direito do Trabalho*, realizado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 14ª Região - AMATRA 14 e pela Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 14ª Região - ESMATRA14, de 10 a 12 de setembro de 2008, em Rio Branco - AC. Palestra sobre o tema: "Acidentes do Trabalho, Doenças Ocupacionais e Responsabilidade Civil do Empregador: Responsabilidade Objetiva x Responsabilidade Subjetiva".
- 56.** *I Congresso Mineiro de Justiça Digital e Direito do Trabalho*, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, de 21 a 23 de agosto de 2008, em Caxambu - MG. Palestra sobre o tema: "O Processo Eletrônico na Justiça do Trabalho".
- 57.** *Seminário Nacional sobre Acidente do Trabalho e Saúde Ocupacional*, realizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, de 13 a 15 de agosto de 2008, em São Paulo - SP. Palestra sobre o tema: "Fundamentos da Evolução da Responsabilidade Civil".
- 58.** *Seminário Assédio Moral nas Relações de Trabalho*, realizado pela Unafisco - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, em 8 de agosto de 2008, em Salvador - BA. Palestra sobre o tema: "7.2.1 Reagindo ao Assédio Moral - O Poder Judiciário na Defesa da Dignidade do Trabalhador".
- 59.** *18º Congresso Anual de Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região*, realizado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região - AMATRA 5, de 07 a 09 de agosto de 2008, em Salvador - BA. Palestra sobre o tema "Desatando os Nós - Soluções Efetivas no Segundo Grau".

60. *15º Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho*, realizado pelo Instituto Goiano de Direito do Trabalho - IGT, de 19 a 21 de junho de 2008, em Goiânia - GO. Palestra sobre o tema "Acidentes do Trabalho e Responsabilidade Objetiva".
61. *5º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT*, realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, em 30 de abril de 2008, em Brasília - DF. Mesa redonda sobre o tema "Temas Contemporâneos de Direito - A Relação Profissional entre os Operadores Jurídicos na Justiça do Trabalho".
62. *3º Seminário sobre Amianto na Bahia - Trabalho, Saúde e Meio Ambiente*, realizado pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Secretaria do Comércio, Indústria e Mineração do Estado da Bahia, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado da Bahia e Ministério da Saúde, de 03 a 04 de abril de 2008, em Salvador - BA. Painel sobre o tema: "Diálogo Jurídico e Legislativo".
63. *II Congresso Internacional de Direito do Trabalho*, realizado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Região, de 26 a 28 de março de 2008, em Natal - RN. Painel sobre o tema "Direito do Trabalho: discriminação x inclusão".
64. *Ciclo de Debates 2008.1*, realizado pela Faculdade Ruy Barbosa, em 17 de março de 2008, em Salvador - BA. Palestra sobre o tema: "Pessoas com deficiência e o Direito do Trabalho".
65. *VI Ciclo de Debates Jurídicos*, realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 16ª Região, de 29 a 30 de novembro de 2007, em São Luís - MA. Palestra sobre o tema "Acidente do Trabalho: Responsabilidade e Reparação".
66. *1ª Jornada de Direito Material e de Direito Processual do Trabalho*, realizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, de 21 a 23 de novembro de 2007, em Brasília - DF.
67. *XXIX Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas*, realizado pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT, de 31 de outubro a 3 de novembro de 2007, em Recife - PE. Painel sobre o tema "Acidentes do trabalho: indenizações acidentárias, culpa e responsabilidade objetiva".
68. *XIII Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho Rural*, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, de 25 a 26 de outubro de 2007, em Barretos - SP. Palestra sobre o tema "Atividades no Campo - Responsabilidade Civil do Empregador - Aspectos de Direito Material e Direito Processual".
69. *Simpósio Desigualdade, Direitos Humanos e Tecnologia*, realizado pela Faculdade Ruy Barbosa, de 20 a 21 de setembro de 2007, em Salvador - BA. Mesa-redonda sobre o tema "Tecnologia e Acesso à Justiça".

- 70.** *I Seminário de Direito e Processo do Trabalho*, realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 20ª Região – AMATRA XX e Escola da Magistratura do Trabalho da 20ª Região – EMATRA XX e com apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, em 17 de setembro de 2007, em Aracaju – SE. Palestra sobre o tema “O Dano no Acidente do Trabalho”.
- 71.** *V Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho*, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 19ª Região e Escola Superior da Magistratura da 19ª Região, de 22 a 24 de agosto de 2007, em Maceió – AL. Palestra sobre o tema “Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador”.
- 72.** *III Encontro Luso-Brasileiro de Direito do Trabalho “Trabalho e Cidadania”*, realizado pela JUTRA – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, de 02 e 04 de agosto de 2007, em Aracaju – SE. Palestra sobre o tema “Danos Reparáveis no Acidente do Trabalho”.
- 73.** *IV Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho de Santa Maria*, promovido pela UNIFRA, Vara do Trabalho de Santa Maria, AMATRA IV e OAB, de 28 a 30 de junho de 2007, em Santa Maria – RS. Palestra sobre o tema “Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador”.
- 74.** *8º Congresso Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho*, realizado pela LTr, de 26 a 27 de junho de 2007, em São Paulo – SP. *Safetytalk* sobre acidente do trabalho.
- 75.** *47º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho*, realizado pela LTr, de 25 a 27 de junho de 2007, em São Paulo – SP. Palestra sobre o tema “SIGI – Sistema Geral de Informatização da Justiça do Trabalho”.
- 76.** *Seminário sobre Acidentes do Trabalho*, realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região – AMATRA IV, de 14 a 16 de junho de 2007, em Porto Alegre – RS. Palestra sobre o tema “Quantificação do dano em caso de acidente do trabalho”.
- 77.** *Semana Acadêmica do Curso de Graduação em Direito*, promovida pelas Faculdades Jorge Amado, em 17 de maio de 2007. Palestra sobre o tema “Assédio Moral no Direito do Trabalho”.
- 78.** *XVII Encontro Anual de Magistrados da 5ª Região – 17º EMAT*, promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região – AMATRA 5, em 27 e 28 de Abril de 2007, em Salvador – BA. Palestra sobre o tema “A Responsabilidade pelo Risco da Atividade no Acidente do Trabalho”.
- 79.** *Semana em Homenagem às Vítimas de Acidentes do Trabalho*, promovido pelo Fórum de Proteção ao Meio Ambiente do Trabalho do Estado da Bahia – FORUMAT, de 23 a 26 de abril de 2007. Painel sobre o tema “Assédio Moral no Trabalho”.

- 80.** *I Ciclo de Atualização em Direito e Processo do Trabalho*, promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 11ª Região – AMATRA XI, em 12 e 13 de Abril de 2007, em Manaus – AM. Palestra sobre o tema “A Responsabilidade do Empregador Decorrente dos Acidentes do Trabalho”.
- 81.** *2º Ciclo Mato-Grossense de Conferências sobre a Justiça do Trabalho e a Dignidade da Pessoa Humana*, promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região – AMATRA 23 e Escola Judicial do TRT da 23ª Região, em Rondonópolis – MT, de 12 a 14 de abril de 2007. Conferência de abertura sobre o tema “Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador”.
- 82.** *Ciclo de Palestras 2007.1*, realizado pela Faculdade Ruy Barbosa, em 23 de março de 2007. Palestra sobre o tema “Direito do Trabalho e Direito Internacional: o Papel da OIT”.
- 83.** *IV Congresso Internacional da ANAMATRA*, realizado pela Associação Nacional da Justiça do Trabalho – ANAMATRA e Organização Internacional do Trabalho - OIT, de 5 a 15 de fevereiro de 2007, em Turim (Itália), Genebra (Suíça) e Paris (França), sobre Normas Internacionais do Trabalho.
- 84.** *IV Colóquio Brasileiro de Direito do Trabalho*, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho, JusPODIVM – Centro Preparatório para a Carreira Jurídica e Múltipla – Difusão do Conhecimento, de 17 a 18 de novembro de 2006, em Salvador / BA. Palestra sobre o tema “A Responsabilidade Objetiva do Empregador nas Atividades de Risco”.
- 85.** *V Simpósio do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região*, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Escola Judicial e de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em 27 de outubro de 2006, em Florianópolis / SC. Palestra sobre o tema “O dano moral no Direito do Trabalho”.
- 86.** *I Encontro de Juízes e Procuradores da 18ª Região/GO*, promovido pelo Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região e Associação dos Magistrados do Trabalho da 18ª Região, em 6 de outubro de 2006, em Goiânia / GO. Palestra sobre o tema “Responsabilidade do Empregador em Acidente do Trabalho”.
- 87.** *Responsabilidade Civil. Seminário Interdisciplinar*, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador, de 2 a 4 de outubro de 2006, em Salvador. Palestra sobre o tema “Responsabilidade Civil do Empregador por Acidente do Trabalho”.
- 88.** *CONIP Judiciário*, promovido pelo Instituto CONIP, com apoio do Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho, de 18 a 19 de setembro de 2006, em Brasília. Painel sobre o tema “Processo judicial eletrônico. Como e quando fazer: implementação e seus aspectos técnicos”.

89. *1º Ciclo de Conferências sobre Direito Civil na Justiça do Trabalho*, promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região, de 28 a 30 de setembro de 2006, em Cuiabá - MT. Palestra sobre o tema "Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador".
90. *Encontro Inter-Regional das Amatras da Região Sul*, promovido pelas AMATRAS das 4ª, 9ª e 12ª Regiões, em julho de 2006, em Foz do Iguaçu - PR. Palestra sobre o tema "Acidente do Trabalho: culpabilidade, indenização e prescrição".
91. *Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e Escola Judicial do TRT*. Conferência sobre o tema "Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador", em 1º de julho de 2006, em Cuiabá - MT.
92. *Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Direito do Trabalho*, promovido pela Universidade Federal de Sergipe em convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. Aula nos dias 19 e 20 de maio de 2006, no módulo na Disciplina Direito Individual do Trabalho.
93. *Escola Superior da Magistratura da 21ª Região - ESMAT 21*. Palestra sobre o tema "Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador", em 18 de maio de 2006, em Natal - RN.
94. *Seminário Jurídico Regional do Centro Norte*, realizado pela Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes, OAB / BA, em 11 de maio de 2006, em Feira de Santana / BA. Palestra sobre o tema "Aspectos controvertidos da execução trabalhista".
95. *XIII Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - CONAMAT*, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, de 3 a 6 de maio de 2006, em Maceió. Participação como painelistas.
96. *I Seminário de Pesquisa*, promovido pela Faculdade Ruy Barbosa de Administração e Direito, em 11 de março de 2006, em Salvador. Participação como palestrante.
97. *Curso de Introdução ao Direito do Trabalho e ao Direito Processual do Trabalho*, promovido pela Escola da Advocacia-Geral da União, em Salvador, de 19 a 21 de novembro de 2005. Participação como instrutor.
98. *Curso de Introdução ao Direito do Trabalho e ao Direito Processual do Trabalho*, promovido pela Escola da Advocacia-Geral da União, em Salvador, de 20 a 28 de setembro de 2005. Participação como instrutor.
99. *2ª Conferência Estadual dos Advogados no Estado da Bahia*, em Salvador. Palestra sobre o tema "A penhora on line e a efetivação dos direitos da administração pública". 2005.
100. *1º Seminário de Psicopatologia Hospitalar*, promovido pelas Obras Sociais de Irmã Dulce, em 15 de junho de 2005, em Salvador / BA. Palestra sobre o tema "Danos morais e corporais".
101. *1º Encontro Baiano de Juízes e Procuradores do Trabalho*, promovido pela AMATRA-5 e ANPT, em 15 de outubro de 2004, em Salvador. Palestra sobre o tema "Direito a um Saudável Meio Ambiente do Trabalho".
102. *V Seminário Sul Baiano de Direito*, promovido pela AMATRA-5 e OAB/BA, Subseccionais de Porto Seguro e Eunápolis, de 3 a 7 de setembro de 2004, em Porto Seguro. Palestra sobre Penhora on line.

- 103.** *Seminário de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho do Submédio São Francisco*, de 12 a 14 de março de 2004. Palestra sobre "Penhora on line no processo do trabalho".
- 104.** *XII Jornada de Informação Profissional*, em Salvador, promovido pelo Colégio Módulo. Palestra sobre "Escolha profissional – Direito". 2004.
- 105.** *IV Encontro de Magistrados do Trabalho da 3ª Região*, em Belo Horizonte. Palestra sobre o tema "Sistema Bacen-Jud. Apresentação". 2002.
- 106.** *1º Encontro Norte/Nordeste de Entidades do Terceiro Setor*, em Salvador / BA – de 12 a 15 de junho de 2002; palestra sobre o tema "Trabalho voluntário – Termo de Adesão".
- 107.** *III Seminário Avançado sobre Ação Rescisória*, em Salvador / BA, realizado pela Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes da OAB/BA – de 9 a 11 de maio de 2002; participação no painel sobre "Pressupostos processuais e condições da ação. Decadência do direito de propor ação rescisória. O depósito".
- 108.** *Seminário Discriminação e Sistema Legal Brasileiro*, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST – em 20 de novembro de 2001, em Brasília / DF; relator do Painel "As Marcas do Racismo".
- 109.** *XIII CONAT – Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas*, promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT – de 11 a 13 de outubro de 2001, em Costa do Sauípe / BA; palestra sobre o tema "Os Dilemas do Processo de Execução".
- 110.** *XIII EBAT – Encontro Baiano de Advogados Trabalhistas*, promovido pela ABAT – Associação Baiana de Advogados Trabalhistas, em Juazeiro/BA – 30 a 31 de agosto de 2001; palestra sobre "Processo Sumaríssimo na Justiça do Trabalho e Avaliação do Novo Rito Implementado pela Lei nº 9.957/00".
- 111.** *1º Seminário Feirense de Processo do Trabalho: o processo do trabalho em debate*, promovido pela OAB/BA, Subseção de Feira de Santana, de 11 a 12 de maio de 2001. Palestra sobre o tema "Execução das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho com as alterações trazidas pela Lei 10.035".
- 112.** *I Seminário Baiano Pós Emenda Constitucional nº 30/2000 – Precatórios – Responsabilidade dos Administradores*, promovido pelo Ministério Público do Trabalho PRT / 5ª Região – de 22 a 23 de março de 2001; debatedor sobre o tema "O Ministério Público Estadual Face à Lei de Responsabilidade Fiscal".
- 113.** *Seminários Trocando Experiências*, promovido pela Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes e OAB / BA, no ano de 2000; palestras em Cidades do interior do Estado da Bahia, sobre "O Novo Agravo de Instrumento no Processo do Trabalho".
- 114.** *III Seminário Sul Baiano de Direito*, em Porto Seguro / BA – de 9 a 11 de agosto de 2000; palestra sobre o tema "A Execução de Bens do Sócio".
- 115.** *Seminário Flexibilização das Relações Trabalhistas*, promovido pela Delegacia Regional do Trabalho da Bahia – de 7 a 8 de junho de 2000, em Salvador / BA; debatedor sobre o tema "Responsabilidade do Tomador e do Prestador de Serviços na Terceirização da Mão-de-Obra";

- 116.** *Primeiro Seminário Interdisciplinar Sobre Perícia Judicial*, promovido pela Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes, da OAB / BA, de 31 de maio a 11 de junho de 2000; palestra sobre "O Dano Moral Resultante do Acidente do Trabalho; Avaliação do Dano Moral e Juízo Competente".
- 117.** *Seminário 'Justiça x Celeridade'*, promovido pelo Mestrado em Direito da Universidade Federal da Bahia, de 8 a 11 de maio de 2000; participação como debatedor.
- 118.** *Seminário "Que Justiça é Essa?"*, promovido pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, em Salvador / BA – de 12 a 13 de abril de 2000; palestra sobre o tema "A Estrutura e o Funcionamento da Justiça do Trabalho para o Trabalhador".
- 119.** *Seminário Proteção dos Interesses Coletivos na Justiça do Trabalho*, promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT – em 26 de novembro de 1999; palestra sobre o tema "Legitimação Ativa na Ação Civil Pública".
- 120.** *Curso Legislação Trabalhista no Segmento da Construção: problemas e soluções*, promovido pela Visão Treinamento Empresarial, em Salvador / BA – de 23 a 25 de novembro de 1999; participação como instrutor.
- 121.** *III Seminário 'Justiça e Comunidade'*, promovido pela Junta de Conciliação e Julgamento de Conceição do Coité, em Conceição do Coité/BA – de 7 a 8 de outubro de 1999; palestra sobre "Responsabilidade do Sócio em Execução de Sentença Trabalhista".
- 122.** *Ciclo de Estudos de Política e Estratégia*, promovido pela ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia da Bahia – em 04 de outubro de 1999; palestra sobre Reforma do Poder Judiciário.
- 123.** *Jornada Baiana Sobre Questões Trabalhistas*, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade / Bahia – em 14 de julho de 1999; palestra sobre o tema "Atividades Trabalhistas na Gestão Contábil e os Reflexos na Justiça do Trabalho".
- 124.** *Seminário Brasil Real*, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia – de 26 a 27 de abril de 1999; palestra sobre o tema "Reforma do Poder Judiciário. Direitos Trabalhistas e Negociação Coletiva".
- 125.** *XIII Encontro de Magistrados da AMATRA V*, promovido pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região – AMATRA V – de 30 de outubro a 1 de novembro de 1998; palestra sobre o tema "Embargos à Execução".
- 126.** *1ª Conferência Estadual de Advogados*, promovido pela OAB / BA. Participação como painelistas.
- 127.** *VI EBAT – Encontro Baiano de Advogados Trabalhistas*, promovido pela ABAT – Associação Baiana de Advogados Trabalhistas, em Valença/BA – 14 a 16 de junho de 1995; integrante de Painel sobre Contrato Coletivo de Trabalho.
- 128.** *Curso para Diretores de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento da 5ª Região*. Palestra sobre "Execução no processo do trabalho". 1994.

- 129.** *II Painel Sobre Leis Governamentais*, promovido pelo SESC, em Salvador/BA – 07 de julho de 1993; participou de Painel sobre Direitos e Deveres do Desempregado.
- 130.** *Curso para Diretores de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento da 5ª Região*. Palestra sobre “Procedimentos processuais na Justiça do Trabalho”. 1993.
- 131.** *III Encontro de Diretores de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento da 5ª Região*. Palestra sobre “Execução no processo do trabalho”. 1992.
- 132.** *XIII CONAT – Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas*, promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e Associação Baiana de Advogados Trabalhistas, em Salvador/BA – 08 a 11 de agosto de 1990; autor da tese “A Litigância de Má-Fé no Processo do Trabalho”, aprovada por aclamação.
- 133.** *Curso de Preparação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região*. Palestra sobre “Aspectos administrativos das Juntas de Conciliação e Julgamento”. 1989.
- 134.** *Seminário Sobre a Nova Constituição*, promovido pelo TRT da 5ª Região – 4 a 7 de abril de 1989; debatedor do tema “Ação de Comprovação de Créditos do Empregador Rural”.
- 135.** *I Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho*, realizado pelo TRT da 5ª Região em Vitória da Conquista/BA – 16 a 18 de outubro de 1988; debatedor do tema “O Advogado Trabalhista”.
- 136.** *Curso de Preparação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região*. Palestra sobre “Aspectos administrativos das Juntas de Conciliação e Julgamento”. 1988.
- 137.** Seminário “*Desperdício Zero*”, promovido pelo CEDIC aos Diretores de Secretaria das JCJs da 5ª Região – 29 e 30 de maio de 1986; treinamento com avaliação.
- 138.** Palestra sobre *Execução no Processo do Trabalho* no III Encontro de Diretores de Secretaria de Juntas de Conciliação e Julgamento da 5ª Região da Justiça do Trabalho, no período de 20 a 25 de março de 1992.

Participação como congressista

1. Participação como congressista em diversos outros eventos de natureza semelhante.

ATIVIDADES ASSOCIATIVAS

1. Membro voluntário da Coordenação Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania da ANAMATRA, de março de 2004.
2. Diretor de Informática da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, 2001/2003.
3. Vice-Presidente de Atividades Legislativas da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho - ANAMATRA, 1995/1997.
4. Coordenador Nacional da Magistratura do Trabalho da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, 1995/1997.

5. Diretor de Salários da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, 1993/1995.
6. Presidente Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - AMATRA-V, 1995/1997 e 1999/2001.
7. Diretor Cultural da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - AMATRA -V, 1991/1993.
8. Vice-Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - AMATRA-V, 1989/1991 e 1993/1995.

ORIENTAÇÃO EM PROJETOS DE PESQUISA

1. Orientador do projeto de pesquisa de Direito do Trabalho da Faculdade Ruy Barbosa, denominado *A Principiologia do Direito do Trabalho e a Crise do Desemprego*, com foco de estudo relacionado à mulher negra na Cidade do Salvador, de junho de 2006 a junho de 2008.

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS (ACADÊMICAS)

1. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Bruno Tachard Passos, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Direito ambiental do trabalho: o novo paradigma da saúde do trabalhador*. 2012.
2. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Camilla Barros Pavan, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *O assédio processual na Justiça do Trabalho e as suas consequências processuais*. 2012.
3. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Jamile de Souza Simples, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A certidão negativa de débitos trabalhistas como instrumento de efetividade do processo trabalhista*. 2012.
4. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Fernanda Lisboa Correia, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A utilização da prova ilícita para provar em juízo a ocorrência de assédio moral no âmbito laboral*. 2012.
5. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Juliana Campos de Sousa dos Santos, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Trabalho escravo contemporâneo: a triste realidade dos cortadores de cana-de-açúcar*. 2012.
6. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Rosana Santos de Azevedo, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *O dano moral coletivo causado pela exploração do trabalho infanto-juvenil*. 2012.

7. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Flávia Nascimento, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Dano moral coletivo: uma nova realidade*. 2012.
8. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Fernanda Brim Sampaio, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A concessão do benefício da assistência judiciária gratuita em prol das pessoas jurídicas sem fins lucrativos*. 2011.
9. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Martina Oliveira Barreto, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Revista de bolsa: o poder empregatício em face dos direitos fundamentais do trabalhador*. 2011.
10. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Tyciane Adan de Castro, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A nulidade dos contratos de trabalho envolvendo a prática do jogo do bicho*. 2011.
11. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Andressa Fonseca Guimarães, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A responsabilidade subsidiária da administração pública em prol de terceirizadas*. 2011.
12. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de MirelCheron, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A autonomia indigna dos transportadores rodoviários de carga: defesa dos direitos do empregado*. 2011.
13. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Maiana Lopes Paiva, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Os parâmetros para o recolhimento das contribuições previdenciárias no âmbito da Justiça do Trabalho*. 2011.
14. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de João Rafael Magalhães, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Responsabilidade objetiva do empregador nos casos de ambiente de trabalho lesivo*. 2011.
15. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Lorena Araújo Miranda, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Os efeitos da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06) no contrato de trabalho*. 2011.
16. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Alessandra González Cal, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Um olhar reflexivo acerca do dano moral coletivo no meio ambiente de trabalho*. 2011.
17. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Victor Bensabath Ornelas Reis, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Provas documentais: análise sobre a produção extemporânea no processo do trabalho*. 2011.
18. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Herberth Pires Silva Diniz, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *O reconhecimento da relação de emprego entre o profissional de saúde cooperativo e o tomador de serviços*. 2010.

19. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Luana Moreno Souto, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Inversão do ônus da prova no acidente de trabalho: responsabilidade objetiva do empregador. 2010.*
20. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Taís Helena Ladeia Costa, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Aviso prévio indenizado e a prescrição bienal. 2010.*
21. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Gisele Vieira Silva, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A impenhorabilidade do salário e a satisfação do crédito trabalhista. 2010.*
22. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Adler Rangel de Andrade Pinto, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Cabimento de honorários advocatícios diante da atuação do sindicato como atributo processual no âmbito da Justiça do Trabalho. 2009.*
23. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Ruy Amaral Andrade, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A flexibilização da impenhorabilidade do salário para satisfação de crédito trabalhista alimentar. 2009.*
24. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Felipe Gondim Brandão, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *O direito à redução dos riscos no meio ambiente do trabalho: uma avaliação constitucional. 2009.*
25. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Nathália Elisa Oliveira Mendes, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Terceirização nas atividades-meio do tomador de serviços: hipótese autorizada pela súmula nº 331, item III, do TST. 2009.*
26. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Débora Cristina S. de Oliveira, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A aplicação do princípio da reparação integral na Justiça do Trabalho como fundamento para indenização das despesas com honorários advocatícios contratuais. 2009.*
27. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Esequias Pereira de Oliveira Segundo, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Assistência judiciária gratuita do empregador na Justiça do Trabalho. 2009.*
28. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Tatiane de Brito Silva, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Conflito entre o poder de direção do empregador e a privacidade do empregado no ambiente de trabalho: a questão das revistas íntimas e pessoais. 2009.*
29. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Thiago Moniz Silva de Oliveira, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *A imperatividade da regulamentação do adicional de penosidade. 2009.*

30. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Juliana de Assis Oliveira Pinto, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Direito de revista do empregador: intimidades x propriedade*. 2009.
31. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Rafael Gidi Áspora Bahia, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Penhora online: agilidade e efetividade da execução trabalhista*. 2009.
32. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Cassiana Benedito Simão, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Dano moral no processo do trabalho: prova*. 2009.
33. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Mariana Carvalho dos Santos Macedo, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Os limites constitucionais da atuação do sindicato no exercício da autonomia sindical coletiva*. 2009.
34. Banca examinadora e orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Rafaela Cândida Santos Silva, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Extinção do vínculo empregatício x aposentadoria voluntária*. 2007.
35. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Luciana Garzedin Leitão Guerra, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *As doenças da alma: assédio moral nas relações de trabalho*. 2007.
36. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Júlia Nunes Petilo de Figueiredo, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Trabalho parassubordinado: as novas relações de trabalho*. 2007.
37. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Roberta Fabiane Marcês Brandão, Faculdade Ruy Barbosa. Tema: *Assédio moral nas relações de trabalho*. 2007.
38. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Édson Alves Santos Filho, Universidade Federal da Bahia. Tema: *Desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade patrimonial do ex-sócio no processo do trabalho*. 2006.
39. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Débora de Souza Lima, Universidade Federal da Bahia. Tema: *Convênio Bacen-Jud e a penhora online como meios para uma execução trabalhista bem sucedida*. 2005.
40. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Maria Teresa Gondin Cardoso, Universidade Salvador. Tema: *A tutela jurídica do trabalhador religioso como instrumento de efetivação do direito à liberdade religiosa*. 2004.

41. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Luiz Henrique Baqueiro Santos, Universidade Salvador. Tema: *Formas alternativas de organização do trabalho como meio de inclusão do trabalhador informal*. 2004.
42. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Gelson Hélyio C. de Souza, Universidade Salvador. Tema: *O assédio moral na relação de emprego e suas consequências formais*. 2004.
43. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Fernanda Reis Pereira, Universidade Salvador. Tema: *Principais aspectos relativos ao pagamento da diferença da multa de 40% em razão dos expurgos inflacionários*. 2004.
44. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Karla Paiva Machado, Universidade Salvador. Tema: *Propriedade x trabalho escravo: institutos que não combinam*. 2004.
45. Banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) de Júlia Magalhães Santiago, Universidade Salvador. Tema: *Responsabilidade do empregador pelos dados lançados no perfil profissiográfico previdenciário*. 2004.

Salvador, 15 de abril de 2013

Desembargador Cláudio Brandão

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido será publicado e juntado ao processado da **Mensagem nº 28, de 2013**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, cumprimentar aos que nos visitam aqui. Aliás, agora o Senado está sempre cheio, Senador Mozarildo: jovens, estudantes, pessoas de todas as partes do Brasil. Normalmente registramos os visitantes aqui no plenário, e há um grupo aqui hoje. Cumprimento a todos. Acabamos de encerrar uma sessão especial pelos 40 anos da Embrapa, uma sessão muito importante, histórica, não é, Senador Ruben Figueiró?

Começo com a lista de oradores inscritos.

Senador Paulo Paim, que não se encontra. Aliás, ele, que é tão assíduo aqui, havia me avisado de que tem um compromisso, um debate fora de Brasília, mas, daqui a pouco, deve estar aqui.

Convido, como segundo orador inscrito, o Senador Ruben Figueiró e, logo em seguida, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que retornou a esta Casa e é um dos assíduos frequentadores do plenário, ao mesmo tempo em que luta pelo Estado e pelo povo de Roraima.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró, que, aliás, já fez um belo pronunciamento de manhã, na sessão dos 40 anos da Embrapa, com tanta pro-

priedade, como lutador pela agropecuária brasileira e como criador e produtor que V. Ex^a é.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 20 minutos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o seu pronunciamento hoje foi o mais importante de todos, no meu julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Generosidade sua, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Pelas convicções de V. Ex^a. V. Ex^a suplantou a si próprio, ao manifestar a sua convicção da importância que o campo tem para a economia do nosso País.

Todos aqueles que usaram da palavra, no meu entendimento, deram significado à importância da Embrapa. O senhor suplantou a todos nós, porque, com a vibração da sua palavra, conseguiu significar por que é importante a instituição Embrapa para o desenvolvimento econômico e social do País.

Quero cumprimentá-lo, sinceramente, pelo seu pronunciamento e dizer que a sua voz foi a voz de todos os Senadores que têm pela Embrapa um profundo reconhecimento ao trabalho, ao aprimoramento científico e tecnológico da nossa agricultura e da nossa pecuária. Meu profundo respeito a V. Ex^a.

Mas, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, ainda é tempo. Quero comemorar o Dia do Índio, ocorrido no dia 19 último, lembrando o legado do Marechal Cândido Rondon.

A história desse homem notável, desbravador, intrépido, indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz, cujos avós foram das etnias bororo, terena e guará, constitui, acima de tudo, um exemplo de tolerância, compreensão e sabedoria.

Esses princípios são fundamentais nos dias que correm. Eles demarcam os mais importantes conceitos do processo civilizatório.

Rondon, de certa maneira, pode ser comparado com Gandhi, um homem que pesava, acima de tudo, as relações pacíficas entre todos os homens. Infelizmente, nesses dias de comemoração, poucos citam Rondon, mas a sua vida e obra permanecem.

Rondon deveria ser referência a todos aqueles que desejam ver ardentemente índios e não índios irmanados, convergindo esforços para superar as atuais adversidades, porque só a paz constrói coisas grandiosas e duradouras. A violência só faz aumentar os rancores, as diferenças e os preconceitos.

Considero importante lembrar um fato histórico que, com certeza, é emblemático como exemplo de compreensão das diferenças e tolerância com o outro.

Em 1910, depois de realizar expedições pelos sertões brasileiros, implantando redes telegráficas nas regiões Centro-Oeste e Norte, chegando ao Paraguai e à Bolívia, explorando a Região Amazônica, ele passou a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios, convencido de que o momento era – aspas – “integrar para não entregar”.

A Constituição de 1988, no seu art. 231, veio alterar esse conceito geral, inscrito no propósito legítimo de ocupação territorial para garantir as fronteiras brasileiras, e nos protegendo do perigo de internacionalização de grandes regiões inabitadas – como a que honra aqui nesta Casa o Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima –, inóspitas e “abandonadas à própria sorte”.

Assim, a Carta Magna, atendendo a novas demandas modernizadoras, estabeleceu, na espinha dorsal da nossa legislação, as noções de preservação ambiental, social, costumes, línguas, crenças e tradições, garantindo às etnias espaços de inclusão no grande caldeirão cultural que é o nosso País.

Mas quero chamar a atenção para um dado histórico que precisamos restaurar para as novas gerações: o fio condutor que liga a nossa tradição pacifista, forjada no processo miscigenatório que, nos estudos do famoso Gilberto Freire, gerou um povo de fala doce e gestos suaves.

Numa das viagens de Rondon, nos idos setembro de 1913, ele foi atingido por uma flecha envenenada dos índios nhambiquaras. Por sorte, Rondon foi salvo pela bandoleira de couro de sua espingarda. Seus homens pensaram em reagir e ameaçaram atirar nos índios. Mas Rondon ordenou que não reagissem e que batessem em retirada, demonstrando seu princípio de penetrar no sertão somente com a paz.

Rondon era homem de princípios. Tinha sangue indígena nas veias e uma visão positiva de humanidade. Por isso, Srs. Senadores, devemos ter em mente que só vamos solucionar os atuais conflitos demarcatórios tendo como referência a superação das diferenças, da abertura das mentes para o entendimento pacífico, tolada pelo espírito de que todos somos brasileiros e que a compreensão do valor da nacionalidade deve estar acima de todas as querelas e de todas as ideologias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero o dia 19 de abril mais do que uma data simbólica, que serve para as escolas relembrem às nossas crianças a importância da cultura indígena para a formação do povo brasileiro. Afinal, pelas veias da maior parte da nossa população, corre o sangue índio, branco e negro.

O Dia do Índio foi criado por meio de um fato histórico que aconteceu no México.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, com muita honra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Ruben Figueiró, eu quero cumprimentar V. Ex^a, já que, no dia 19, coincidentemente, comemoram-se o Dia do Índio e o Dia do Exército. O Dia do Exército tem ligação direta com o Marechal Rondon, que foi um homem que prestou um serviço muito grande à Pátria nessa questão indigenista. E V. Ex^a fez uma menção clara à situação do nosso Estado de Roraima. Agora mesmo, a Rede Bandeirantes e jornais, como a *Folha de S. Paulo*, no momento em que uma comissão da Câmara foi lá avaliar a situação atual da reserva indígena Raposa Serra do Sol, viram a situação de miséria em que os índios estão, tanto dentro da reserva, como fora da reserva – aliás, a grande maioria está saindo da reserva para ficar na periferia da cidade. Então, entendo que, embora o Supremo tenha colocado 19 condicionantes no julgamento da questão da Raposa Serra do Sol, houve embargos que até agora não foram decididos. E entendo também, com meu pouco saber jurídico, que essa fase de demarcação de terras indígenas já foi prescrita pela Constituição, porque a Constituição diz claramente que a União teria cinco anos para demarcar as reservas indígenas. Mas, mesmo admitindo a elasticidade em um outro ponto da Constituição, que diz que é imprescritível o direito, nós já temos, hoje, mais de 15% do território nacional destinado a reservas indígenas, e o que é pior: na linha de fronteira. E pior ainda, falando aqui como médico: a única política que a Funai tem é a de demarcar terras. Não presta assistência médica nem de outra ordem qualquer, seja na produção, no transporte, na educação, aos índios, que, na sua grande maioria, são aculturados. Então, entendo que, de fato, é preciso haver um critério. Veja a movimentação que está se fazendo por causa de uma emenda à constituição que passa para o Congresso a decisão de demarcar as terras indígenas. É a decisão final, depois que a Funai fizer o estudo. Eu tenho uma PEC anterior em que se dispõe que seria ouvido apenas o Senado. Quando o processo fosse para o Presidente, passaria pelo Senado, porque o Senado é a Casa dos Estados. Então, se a demarcação das terras indígenas, na prática, corresponde a expropriar terras dos Estados e daqueles que estão nessas terras, seria preciso que o Senado se pronunciasse. Nem essa do Senado e muito menos essa do Congresso, que é a que está na Câmara, avançam. Eu espero que a gente possa chegar a um bom termo, como disse V. Ex^a, e que a gente possa viver em paz. Os índios de verdade, que estão lá, nas aldeias, não querem esse

clima de confronto nem de guerra. Agora, algumas organizações misteriosamente criadas, que trazem até dezenas de índios para cá para fazer manifestações, são realmente uma interrogação nesse tabuleiro triste que é o confronto ainda existente, passados mais de 500 anos, entre índios e não índios.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Eu agradeço, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelos esclarecimentos que oferece e quero dizer a V. Ex^a que, no curto espaço da minha presença aqui no Senado da República, eu tenho procurado mostrar a ausência da Funai no tratamento ao índio. Ela não representa aquele espírito de Rondon, que foi não só de amparo aos seus irmãos indígenas, mas, sobretudo, de trazê-los à confraternização com os não índios, principalmente com o branco.

Tenho a mesma impressão de V. Ex^a. Conheci, por meio da televisão e do suplente que o substituiu, Senador Abreu Santoro, a realidade de Roraima. Agora, pela televisão, também tive a oportunidade de ver que aquilo que os senhores pregavam, em nome de Roraima, estava absolutamente certo: que a Funai abandonaria os homens da Raposa Serra do Sol. Isso aconteceu e tem acontecido não somente no seu Estado, mas no meu Estado também.

Por isso, tenho advogado aqui – e recebi, inclusive, apertes encorajadores de muitos dos Srs. Senadores – que o Governo Federal estude a possibilidade de transferir a Funai para o âmbito da Presidência da República, talvez como uma secretaria – e deveria ser como uma secretaria, porque haveria mais transparência –, onde nós pudéssemos chegar e expor as nossas razões de defesa não só do produtor rural, mas, sobretudo, de amparo aos nossos irmãos índios.

A contribuição de V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento.

Gostaria de voltar a dizer que Rondon era homem de princípios. Tinha sangue indígena nas veias e uma visão positiva da humanidade. Por isso, devemos ter em mente que só vamos solucionar os atuais conflitos demarcatórios tendo como referência a superação das diferenças – é o que V. Ex^a salientou, Senador Mozarildo –, da abertura das mentes para o entendimento pacífico, toldada pelo espírito de que todos somos brasileiros e de que a compreensão do valor da nacionalidade deve estar acima de todas as querelas e de todas as ideologias.

O Dia do Índio foi criado por meio de um fato histórico que aconteceu no México. No dia 19 de abril de 1940, foi realizado o 1º Congresso Indigenista Interamericano, com a presença de países e de índios da América. Três anos depois, o então Presidente do Brasil, em 1943, Getúlio Vargas, assinou o decreto, a

exemplo dos demais países, para que se comemorasse a data.

A cultura indígena está extremamente presente no nosso cotidiano, sem, muitas vezes, nos darmos conta disso.

Palavras como Tietê, Anhanguera, Tijuca, Andaraí, Ipanema, entre tantas outras, são alguns exemplos. Se eu for citar, Srs. Senadores, os nomes das cidades do meu Estado, acho que a grande maioria é de origem indígena, como Batayporã, Bataguassu, Aquidauana, Caarapó, Bodoquena, Tacuru, Nioaque, Corumbá, Jateí, Naviraí, Iguatemi, Itaquiraí, Amambai, Ponta Porã, entre outras tantas.

Também posso passar esta sessão discorrendo sobre a grande influência indígena na nossa música, no nosso artesanato, na nossa culinária, na nossa literatura. Desta interação notória dos hábitos miscigenados, herdamos alimentos básicos da culinária, como a mandioca e o milho; instrumentos musicais, como a flauta e o chocalho. E alguns usos, como, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, do tereré – uma bebida refrigerante que se toma na guampa da erva mate com água fria. Ao contrário do chimarrão do Rio Grande do Sul, que é o mate quente. Ou ainda do uso comum de expressões tipicamente indígenas, e me permitam aqui que eu arranhe um pouco o guarani: *di arrá jacuru cun manda*, que significa: vamos almoçar com mandioca e milho.

A importância dos povos indígenas para a configuração da nossa atualidade é inegável. Da mesma forma como também é inegável a dívida história que a população “civilizada”, digamos assim, tem com esta população.

O que não podemos é, por causa de erros cometidos no passado, continuar errando no presente e no futuro. Defendo, especialmente hoje, pela carga simbólica da data, que os índios tenham o seu direito à terra garantido; que possam preservar sua cultura e seus costumes com o respeito e a atenção que merecem.

Agora, o que não podemos é tapar os olhos para desmandos de autarquias vinculadas ao governo, como a Funai, especialmente quando falamos de áreas conflagradas pela disputa de terras entre índios e não índios.

Desde que nesta Casa cheguei, tenho vindo a esta Tribuna e participado de reuniões no Executivo e no Judiciário a respeito desta questão. Há décadas tenho acompanhado os conflitos no meu Estado, Mato Grosso do Sul, mas a impressão que tenho é a de que o problema está, a cada dia, se agravando de ambos os lados, e não vemos as respostas com a agilidade que o tema merece.

No dia 12 de abril último, Arnaldo Alves Ferreira, de 68 anos, um pequeno produtor rural, perdeu a vida em disputa com um grupo de indígenas que adentrou sua propriedade, em Douradina, Mato Grosso do Sul. Digo, Sr. Presidente, sem medo de estar exagerando: mais essa morte ocorreu por causa do descaso do Poder Público. O cone sul do meu Estado vive um momento extremamente tenso. No dia seguinte, os índios denunciavam o atropelamento, supostamente proposital, de um ancião da comunidade guarani-kaiowá. Esses são alguns dos inúmeros incidentes que certamente têm ocorrido pelo Brasil afora.

Infelizmente, não vemos o Ministério da Justiça atuando na resolução da questão indígena, em especial nas condutas da Fundação Nacional do Índio (Funai) ...
(*Soa a campanha.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – ... que descumpra a legislação, ignorando, inclusive, diretrizes do Supremo Tribunal Federal (STF) nos procedimentos demarcatórios do Estado, como bem salientou há poucos instantes o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Falo de Mato Grosso do Sul, mas tenho a certeza de que meus nobres pares de Mato Grosso, de Roraima, Rondônia, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Pará, entre outros, também poderiam estar aqui relatando reclamação semelhante.

Em Mato Grosso do Sul, temos hoje 54 propriedades invadidas. E o pior é que a Funai não só descumpra a legislação como cria expectativas nas comunidades indígenas, estimulando invasões e violência.

No triste episódio de Douradina, que citei, “após o leite derramado” ou “depois que Inês é morta”, a Funai solicitou apoio das instituições...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – ... competentes para garantir a segurança na região.
(*Fora do microfone.*)

As perguntas que ficam, Sr. Presidente, são: quantas notas ainda serão publicadas lamentando mortes nos conflitos entre índios e produtores? Quantas vidas ainda serão perdidas nesta ‘guerra’ que poderia estar sendo evitada se houvesse interesse político de resolver a questão rapidamente?

Acredito que, neste momento, seja imprescindível a imediata suspensão dos processos de demarcação em andamento, até que haja uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os embargos declaratórios propostos em relação as 19 condicionantes estabelecidas pelo Tribunal para demarcação das terras indígenas, no julgamento da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Na semana passada, participei da reunião entre Senadores de vários Estados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Senti que S. Ex^a é bastante sensível ao tema, mas independe dele, neste momento, dar prosseguimento ao processo no Supremo. Antes, é necessário que a Senhora Presidente da República indique o substituto do ex-Ministro Ayres Brito. Por questão regimental, o processo será relatado pelo novo Ministro do Supremo Tribunal.

Precisamos da reedição da Portaria nº 303, para normatizar os procedimentos demarcatórios. Todos sabem que o desenvolvimento do Centro-Oeste está ligado à expansão da agropecuária. Os produtores, que estão lá há décadas, receberam a titulação da terra do Poder Público e, agora, merecem indenização justa, a preço de mercado, sobre a terra e as benfeitorias.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) tem cobrado ação efetiva das autoridades, para permitir que o campo possa produzir em paz – não só em Mato Grosso do Sul, como em todo o Brasil.

Como bem ressaltou o Bispo Diocesano de Dourados, Dom Redovino Rizzardo, em artigo publicado no jornal *O Estado de Mato Grosso do Sul*, de Campo Grande, abram-se aspas: “O mundo caminha e a cultura vai sendo regida por novos paradigmas. Mesmo respeitando a índole de cada povo, é impossível retornar aos bons tempos antigos”, fechem-se aspas. Ou seja, aos tempos do Marechal Cândido Rondon.

Ele diz isso com a experiência de quem visita as aldeias, na região de Dourados, e vê jovens indígenas excluídos da sociedade e, ao mesmo tempo, sujeitos ao que há de pior da chamada civilização: bebidas, drogas, prostituição, violência. Excetuando-se os poucos que têm acesso a cursos superiores, a maioria dos jovens indígenas trabalha em usinas de álcool, na construção civil ou em empresas privadas. Distanciam-se do *modus vivendi* de seus antepassados, já não estão mais fixados ao campo e à cultura da subsistência mais imediatista.

Nesse artigo, Dom Redovino relembra outro assassinato recente: o de um jovem de 15 anos, ocorrido em 16 de fevereiro, em Caarapó. O fato levou até a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, a Mato Grosso do Sul. No entanto, onde está a ação do Ministério da Justiça? Repito: onde está a ação do Ministério da Justiça? Por que ainda não houve uma ação mais efetiva a respeito dos desmandos ou da omissão da Funai ao incentivar a quebra da lei ou desinteressar-se pela sorte do índio?

Como bem disse o Bispo Redovino Rizzardo, aspas: “As autoridades de Brasília continuam visitando a região para renovar promessas que nunca se cumprem e participar de simpósios que nada resolvem”.

Sr. Presidente, acredito que é consenso que o produtor rural fixado no campo há décadas merece uma indenização justa, bem como que as comunidades indígenas merecem que suas aldeias sejam revitalizadas e transformadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – ... em localidades com os serviços e políticas públicas essenciais à vida em comunidade.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que, nessas comemorações pelo Dia do Índio, eu gostaria de estar celebrando a paz no campo, mas, infelizmente, isso não é possível.

Deixo aqui o meu clamor para que os detentores do poder de decisão, como a Funai, tenham a coragem de tomar ações efetivas. A solução não estará nos gabinetes com ar refrigerado ou nos simpósios intermináveis. É preciso dar um basta à violência no campo entre índios e não índios. Essa seria a melhor comemoração para o Dia Nacional do Índio, nosso irmão brasileiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. E muito obrigado pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a merece. Eu não deixo de cumprir o Regimento por conceder o tempo necessário para que V. Ex^a possa, adequadamente, concluir o pronunciamento que com tanta dedicação elaborou e acaba de pronunciar.

Convido, para fazer uso da palavra, o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. Com todo o respeito ao seu substituto, o Senador Santoro, V. Ex^a de volta é a garantia de que temos aqui um atuante colega, usando sempre a tribuna e participando ativamente dos trabalhos da Casa.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, fico muito feliz de falar nesta tarde, tendo V. Ex^a, um colega amazônida, presidindo a sessão.

O que eu quero abordar hoje, Sr. Senador, é um tema que há muito preocupa a sociedade brasileira e que, ultimamente, tem estado em todas as mídias – na televisão, no rádio, nos jornais –, que é a questão da redução da maioria penal.

Há argumentos pró e argumentos contra essa redução. Se nós analisarmos, por exemplo, o sistema carcerário do Brasil, em que permanentemente vemos cenas terríveis de superlotação, de tratamentos desumanos – ao ponto do Ministro da Justiça dizer que até preferia morrer a ir para uma penitenciária –, como pensar em, de repente, reduzir a maioria pe-

nal, portanto, aumentando o número de pessoas que se tornariam presidiárias? Por outro lado, há também os argumentos robustos de que um jovem hoje com 16 anos tem informações suficientes para arcar com responsabilidades, como, por exemplo, o direito, que é voluntário, de votar, pode até dirigir veículos com autorização dos pais. Então, com esses argumentos, se coloca também que eles, portanto, sabem perfeitamente, têm noção exata do que fazem quando praticam um delito, inclusive, sendo, na maioria das vezes, manobrados por maiores que formam quadrilhas e utilizam menores como ponta de lança, para poder se livrar exatamente, digamos, do alcance penal sobre esses atos.

Na verdade, eu, como médico, fico a me perguntar: primeiro, um adolescente, que está na fase de amadurecimento do seu cérebro, que está num turbilhão de hormônios e de substâncias que fazem com que realmente a pessoa discuta de maneira tranquila a questão, será que ele, de fato, sabe o tanto que causa de mal num ou noutro evento que pratica?

Agora, de uma coisa eu tenho certeza: muito antes de pensar em punir, em penalizar, cabe ao Estado brasileiro pensar em dar oportunidades às famílias para que os jovens tenham educação, saúde, tenham de fato melhor atenção. Aliás, a obrigação de dar educação e saúde é um dever do Estado. E, no entanto, uma grande parcela da comunidade do Brasil não tem acesso a essas coisas principais, como educação e saúde. Se não têm acesso a isso, dificilmente terão acesso a emprego. A sua família geralmente vem dessa mesma situação.

Então é um quadro social, eu diria, que precisa ser muito bem estudado. A verdade é que, se fizermos hoje um plebiscito com a população brasileira, vai haver uma maioria esmagadora a favor da redução da maioridade penal.

Eu não estou nem defendendo a redução nem me colocando contra a redução. O que eu quero é justamente provocar um debate, uma análise para que não possamos produzir leis ao clamor deste ou daquele impacto. Por exemplo, sofro profundamente quando vejo, como vi agora, há poucos dias, no Rio, os pais de um jovem que foi assassinado por um menor que três dias depois completava 18 anos e, portanto, ficou livre da penalidade porque não tinha 18 anos no dia do delito. Obviamente, como pai e como avô, eu sofro ao ver uma situação dessas, como sofro como cidadão. Mas entendo que este é um debate que precisa ser analisado de maneira bem criteriosa.

Aí se diz: “Não, mas, no país tal, a maioridade é aos 12 anos”, em outro é aos 8 anos. Agora, vamos ver como esse país citado trata as crianças. Que con-

dições têm as famílias? Qual é realmente a postura do Estado em relação a essas crianças? É muito mais provável que tenham condições de ter discernimento mais cedo. Mesmo assim, esses países citados com frequência como exemplos de maioridade penal baixa não estão livres de permanentemente acontecerem crimes hediondos até, crimes terríveis em que morrem várias pessoas ao mesmo tempo, como vemos nos Estados Unidos, na Inglaterra, em todos os lugares, e na Noruega, recentemente.

Há uma discussão inclusive, Senador Jorge, sobre até onde vai a adolescência. Há uma discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é médico e, como médico, sabe que há um desafio danado para se trabalhar com isso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Pois é. Na verdade se diz até que essa adolescência propriamente dita pode ir até 24, 29 anos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC. Fora do microfone.) – E pode começar precocemente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – E pode começar precocemente, a chamada pré-adolescência, etc.

Então, na verdade é preciso haver, eu diria, um conjunto de técnicos de todas as áreas para estudar essa questão. Merece, evidentemente. Não pode o Congresso Nacional, não pode o Senado, não pode a Câmara, não pode a própria Presidente da República também, nós ficarmos apenas numa posição, digamos assim, a favor ou contra de imediato. Já vi inclusive notas de entidades se colocando contrárias, como vi notas de muitas outras entidades se colocando a favor.

Aprendi na Medicina que uma coisa é eu ter uma impressão diagnóstica, ou seja, eu achar uma coisa; outra coisa é ter o diagnóstico, ter a comprovação daquilo que eu inicialmente achei, tive a impressão de ser. Então é preciso de fato que nós tenhamos os pés no chão para tomar, considerando a realidade do nosso País, medidas que possam proteger a sociedade, porque se, de um lado, os menores, seja por estarem, digamos assim, desamparados familiarmente, socialmente ou por serem utilizados por maiores que se organizam de maneira a explorar o seu trabalho, seja no tráfico de drogas, seja, enfim, em todos os tipos de ilícitos, nós precisamos ter realmente um diagnóstico.

Nesse particular, eu diria que precisava haver até uma espécie de mutirão que envolvesse não só intelectuais e cientistas, etc., mas também os poderes da República, o Judiciário, com a sua experiência, o Legislativo, o Executivo, de forma que nós chegássemos, da maneira mais rápida possível, a uma conclusão que pudesse ser transformada de fato em lei.

Existem inclusive, como foi mencionado pela imprensa, mais de 20 projetos tramitando aqui, na Câmara e no Senado, que propõem a redução da maioria penal. Então acho que seria o momento de talvez de formar uma comissão em nível de Congresso Nacional, pegando esses projetos que existem e também ouvindo, em audiências públicas, representantes das diversas instituições. E, se for o caso, depois de concluídos esses trabalhos, fazer de fato um plebiscito, porque essa é uma decisão muito séria para ser tomada por quase 600 pessoas aqui representadas – 513 Deputados e 81 Senadores – ou então a Presidente, sozinha sancionar ou vetar uma lei desse tipo.

Entendo que é um tema muito sério, que preocupa, sobretudo, todo mundo na sociedade, pais e jovens também, que na sua grande maioria são jovens de bem. Precisamos, de maneira que não seja açodada, como já vi em algumas manifestações, mas serena, ouvir todos os lados para chegar a uma conclusão do que deve realmente ser feito, inclusive, como disse, quem sabe fazer um plebiscito para que a sociedade, depois de um amplo debate, possa, de fato, se posicionar, saber por que amanhã vamos colocar um jovem de 16 anos numa prisão, junto com uma maioria de delinquentes profissionais ou até de psicopatas, e se isso vai melhorar ou piorar a situação da sociedade.

São essas as reflexões que deixo aqui, repito, sem ter uma opinião formada – apenas tenho os indícios e as informações. Gostaria muito de ver essa situação bem observada por todos os homens e mulheres que pensam de fato nas suas famílias, nas famílias de seus amigos, na sociedade como um todo.

Portanto, Senador Jorge Viana, eu queria deixar o registro deste meu pronunciamento, chamando a atenção para a necessidade de um debate mais profundo, porque esse é o tipo de tema que não pode ser tomado por esse ou aquele viés ideológico ou religioso ou de qualquer ordem.

Assim sendo, eu quero encerrar, pedindo a V. Ex^a, que agora preside esta sessão, que encaminhe essa questão, quem sabe, à Mesa para que se faça uma comissão mista que possa, de fato, estudar e concluir esse tema, que reputo muito importante e que está traumatizando a sociedade. E não podemos, portanto, deixar que isso passe sem entrarmos na questão.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a deseja um aparte?

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Quero, Senador...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Será uma honra concluir meu pronunciamento com o seu aparte.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, até fiquei em dúvida, porque, regimentalmente – V. Ex^a muito me ensinou sobre o Regimento –, quando o orador fala pela Liderança, não é permitido aparte, mas, como V. Ex^a sempre fala...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Mas ele está falando como orador inscrito.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – O Senador Mozarildo fala, então, como orador inscrito. Agradeço também ao Presidente pelo esclarecimento. Penso que não nos podemos furtar neste momento. É um tema complexo, não há dúvida. É um tema que vai requerer de todos nós, não só Senadores, mas também Deputados, um exame extremamente criterioso, sintonizado com o que a sociedade brasileira está desejando hoje. No século XXI, é maciça a gama de informações que um jovem tem, é grande o acesso à informação por parte do jovem. E também temos de considerar que, hoje, um jovem de 16 anos, no Brasil, está apto a eleger e a escolher o melhor candidato a prefeito, o melhor candidato a governador, o melhor candidato à Presidência da República. Então, se aos 16 anos o jovem tem capacidade para fazer essa escolha, também do ponto de vista penal esse tema tem de ser considerado. V. Ex^a sugere a discussão sobre a questão da maioria penal. Eu me associo a essa proposta de V. Ex^a, dizendo que vamos, sim, debatê-la no âmbito de todas as comissões temáticas pertinentes, como a Comissão de Constituição e Justiça – não faço parte desta Comissão, mas penso que ela deve ser a primeira a debater o tema – e a Comissão de Assuntos Sociais, porque o assunto tem a ver também com questões sociais, para que conduzamos de maneira muito equilibrada e muito madura esse debate, Senador Mozarildo Cavalcanti. Então, parabéns a V. Ex^a por introduzir aqui, nesta segunda-feira, esse tema da questão da maioria penal! Parabéns!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu agradeço o aparte a V. Ex^a.

Quero só reiterar, como eu disse ao longo do meu pronunciamento, que, evidentemente, como diz V. Ex^a, é dado ao jovem o direito de, voluntariamente, votar ou não votar entre 16 e 18 anos. O jovem passa a ter esse direito se quiser exercê-lo. O jovem tem até mesmo o direito de dirigir, caso tenha autorização dos pais. Esse é um aspecto. Outros aspectos são os sociais, os psicológicos, que têm de ser levados em conta. Por isso, também deixei claro aqui que, raciocinando como médico, uma coisa é você ter uma impressão diagnóstica, outra coisa é você ter o diagnóstico.

Então, acho muito importante que, neste momento, aproveitando até o debate que está posto na sociedade e mais o fato de que existem dezenas de projetos nesse sentido, possamos constituir uma comissão de especialistas nas diversas áreas e concluir com um projeto.

Na verdade, também há um detalhe importante, Senadora Ana Amélia: qual é a realidade do nosso sistema prisional hoje? Superlotação, maus-tratos, até casos absurdos que se passam dentro das prisões.

Então, na verdade, é preciso que nós tomemos cautela, sem deixar de nos sensibilizar com o que está acontecendo, mas também tendo em vista que é uma decisão fortíssima, que não pode ser colocada como muitos colocam: “Ah, no país tal de Primeiro Mundo, a maioria penal é alcançada aos 12 anos; em outro país, isso se dá aos 8 anos.” Nós temos de ver a realidade brasileira e a realidade do nosso jovem e das nossas famílias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Cumprimento V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Peço-lhe desculpas, Senador Pimentel, porque pedi para que ligassem para V. Ex^a, tendo em vista que V. Ex^a estava chegando aqui. Mas aqui está o Senador Rodrigo Rollemberg. Assim, concederei a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, e, logo em seguida, como orador inscrito, falará V. Ex^a, Senador Pimentel.

É que eu estava aqui colaborando, Senador Mozarildo, até que aqui chegasse um orador inscrito.

Com a palavra, o nobre colega Senador Rodrigo Rollemberg.

Já estivemos aqui, hoje, pela manhã, trabalhando, não é? Sei que V. Ex^a é apaixonado pela Embrapa e pelos bons resultados da agropecuária brasileira e um defensor do meio ambiente, meu colega Rodrigo Rollemberg. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB

– DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Realmente, nós tivemos uma sessão memorável hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Inclusive, foi uma proposição da Senadora Ana Amélia.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Foi uma iniciativa brilhante da Senadora Ana Amélia, que tem sido, nesta Casa, grande defensora da Embrapa, como, aliás, nós também. Foi, realmente, um momento bastante expressivo para o Senado Federal.

Senador Jorge Viana, hoje, faço o discurso que eu gostaria de ter feito na sexta-feira, quando, infelizmente, não houve sessão.

Não posso deixar de me pronunciar sobre o aniversário da nossa querida Brasília. Ao me pronunciar sobre mais um aniversário de Brasília, decidi recorrer a um dos mais comoventes discursos já feitos aqui, na Capital do País, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, na véspera da inauguração da nossa cidade, em 20 de abril de 1960.

As palavras emocionadas de JK foram dedicadas aos operários candangos da construção. É um discurso ainda pouco citado, mas significativo e extremamente simbólico, por ser o primeiro oficial dedicado aos heróis pioneiros e trabalhadores.

Não foi por acaso que Juscelino reverenciou, primeiro, as pessoas do que a cidade, porque tinha plena consciência de que as bases da nova Capital não estavam alicerçadas apenas nas construções e nos Poderes institucionalizados na vida política do País. Ele sabia, mais do que ninguém, que as bases de Brasília eram humanas, edificadas principalmente pela força de seu povo, pelos irmãos de suor e de luta que mantiveram o ritmo intenso da construção, escrevendo a história com as próprias vidas. Mais do que uma nova cidade, mais do que uma nova Capital, estavam ali as bases de uma nova cidadania, as bases de um novo País.

São palavras emocionadas, que muito revelam a personalidade do Presidente estadista, inquestionavelmente dotadas de sua grandeza cordial e de sua absoluta capacidade de entrega, sem baixos sentimentos de amargura no serviço do cargo.

Ressalto a emoção como a prova eloquente de que, no homem público, conjuga-se competência técnica, liderança, visão de estadista, princípios éticos e habilidade política, mas, na verdade, é o coração que ensina com sabedoria e vincula o trabalho ao prazer de servir.

Essa imensa capacidade de conciliação e de agregação positiva, fundamental no exercício do poder realmente democrático, realizava-se, de forma inseparável, no JK pessoa e no JK político, além de picuinhas, além das vinganças pessoais, além do imediatismo que corrompe a vida pública. E JK agia em diálogo com o sentimento e com a razão, o próprio sentido do “homem cordial” brasileiro, do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que remete ao coração como pulso e bússola, sem que isso significasse um ser de dócil passividade imobilizadora ou covarde ante a justa indignação contra injustiças e desmandos.

Esses sentimentos oferecem, hoje, a motivação para enfrentar a fase turbulenta por que passa a Capital, 53 anos depois. O quadro de abandono e de desvio das originais missões que legitimam a existência de Brasília nos pede, hoje, respostas diretas sobre pro-

blemas herdados e novos, causados pela incompetência política e administrativa da atual equipe do Buriti.

Ouçam, Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a maneira como JK inicia suas palavras aos candangos:

Meus amigos e companheiros de lutas, soldados da epopeia da construção de Brasília, recebo, profundamente emocionado, a chave simbólica da cidade, filha do nosso esforço, da nossa crença, de nosso amor a este País.

Fogem ao mero estilo de retórica as palavras que estão incorporadas de vida. Havia um vínculo profundo entre criador e criatura, entre o construtor e os construtores. E JK continua, em seu discurso aos candangos:

Sou apenas o guardião desta chave. Ela é tão minha quanto vossa, quanto de todos os brasileiros. Falei em epopeia e retomo a palavra para vos dizer que ela marcará, sem dúvida, uma época, isto é, “o lugar do céu em que um astro atinge o seu apogeu”. Chegamos hoje, realmente, ao ponto alto da nossa obra.

A “chave da cidade é tão minha quanto vossa”, disse Juscelino Kubitschek. Elas nos orientam no sentido maior da continuidade desse sonho concreto que não ficou parado em um tempo histórico. Precisamos, hoje, retomar a cidade como um legado que herdamos, para devolvê-la melhor quando esta hora chegar. Precisamos retomar este “espírito de Brasília”, esta força simbólica e mobilizadora que lançou as bases da nossa Capital e que, hoje, precisa voltar em sua essência, obviamente sob nova linguagem, com outros atores, com outras frentes de revitalização, mas fundada sempre nas bases coletivas que ergueram Brasília, pela decisão de não permitir que o sonho original da nossa Capital seja citado apenas como vaga lembrança de uma utopia abortada.

Ouç o Senador José Pimentel, com muita alegria.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Rodrigo Rollemberg, Líder do PSB, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento sobre o aniversário da nossa querida Capital Brasília e dizer que, neste mês de abril, também recebi o Título de Cidadão de Brasília, com muito orgulho, em face dos 19 anos em que estou aqui, no Congresso Nacional, seja como Deputado Federal, seja, agora, como Senador da República pelo nosso Estado, o Ceará. Quero registrar que Juscelino, além de ser excelente gestor público e excelente político, também tinha muita clareza dos desafios existentes na construção de Brasília e nas suas políticas de metas para todo o Brasil. E, nessa forma de fazer, o Brasil teve, nos anos 50, seja com o nosso primeiro presidente... A primeira fase do governo de Getúlio Vargas não foi tão produtiva para os interesses do Brasil como o foi

o seu segundo governo, com a criação do BNB para a nossa Região Nordeste e da Sudene, no governo Juscelino Kubitschek, ao lado de vários outros empreendimentos que foram feitos. Mas eu queria também lembrar a campanha do sucessor desse grande homem brasileiro Juscelino Kubitschek, que foi Jânio Quadros. Ele fez uma campanha com uma vassoura, dizendo que iria varrer a corrupção do governo de Juscelino Kubitschek. Jânio Quadros o considerava, ao lado de Carlos Lacerda e de outros líderes conservadores da época, como o maior corrupto do Brasil. Tenho o cuidado de ler sempre aquela forma de abordar o governo de Juscelino Kubitschek, para me salvaguardar de outros discursos – que não é o de V. Ex^a – a que tenho assistido no Brasil, nos últimos tempos. Aquela forma de agir nos levou para o período mais crítico da história política brasileira, que foi o Golpe de Estado de 1964, que eliminou muitos líderes brasileiros, muitos jovens, e que frustrou a nossa juventude. Felizmente, as Diretas Já e muitas outras lutas dos patriotas brasileiros recuperaram não só a imagem de Juscelino Kubitschek, mas também a imagem do povo brasileiro. E isso levou aqueles que eram seus algozes, nos anos 50 e no início dos anos 60, a produzir muitas matérias, reconhecendo o valor desse grande homem que construiu Brasília e o Brasil. Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador José Pimentel. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, dizendo que concordo em gênero, número e grau com as observações de V. Ex^a.

Juscelino Kubitschek, além de grande estadista, foi um grande realizador, mas também um homem de diálogo e um homem que fazia tudo com absoluta transparência.

É importante registrar que, naquele ambiente de construção de Brasília, havia uma resistência feroz da UDN à transferência da Capital. Só aprovaram a mudança da Capital, porque entendiam, naquele momento, que aquilo seria o fracasso de JK, que ele não conseguiria fazê-la em tempo hábil.

Mas, Juscelino, mostrando o seu caráter grandioso, o seu espírito de conciliação, a sua determinação de transparência, convidou um membro da UDN para ser, naquele momento, o tesoureiro da Novacap, a empresa responsável pela mudança da Capital e a empresa que movimentaria os recursos financeiros para a implementação de Brasília. Ou seja, o cargo mais importante do ponto de vista financeiro, o que mexia com o dinheiro, ele foi buscar em um Parlamentar da Oposição, da UDN, mostrando seu espírito público

aberto ao diálogo, aberto à transparência e aberto ao entendimento.

Ouçó, com muita alegria, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Rollemberg, V. Ex^a, com muita propriedade, faz um histórico muito bonito sobre a Capital do nosso País, Brasília, que tão injustamente vemos, em televisão, em rádio, falarem como sinônimo de corrupção, de coisas malfeitas. Na verdade, as pessoas que publicam isso se esquecem que para cá vêm como Parlamentares, como Ministros, pessoas de outros Estados, eleitos por outros Estados. O povo de Brasília, na verdade, é um povo de bem, um povo guerreiro, como foi dito muito bem por V. Ex^a, que veio para cá de todos os lugares do Brasil para ajudar a construir e a consolidar a nossa Capital. Quem já está aqui há muito tempo, como eu, que venho para cá desde 1982, época do meu primeiro mandato de Deputado, aprende a compreender realmente a visão que tinha Juscelino de interiorizar a Capital do País. O que seria de nós, do Norte, por exemplo, se a Capital ainda estivesse no Rio de Janeiro? Se olharmos, não foi uma interiorização tão avançada, mas, para época, era muito avançada. Então, é muito importante fazer este registro e parabenizar o povo brasileiro, parabenizar o Brasil como um todo e, sobretudo, fazer essa reverência ao espírito idealizador de Juscelino Kubitschek, que, na verdade, na prática, nada mais fez do que cumprir um ditame constitucional que já estava previsto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Também incorporo a fala de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Lembro que temos aqui, neste plenário, quatro Senadores que representam Estados distintos, mas que podemos dizer que são brasileiros por adoção. Não apenas vocês adotaram Brasília como também foram adotados por Brasília.

E quero registrar, antes de ouvir uma grande brasileira e defensora da nossa cidade, que é a Senadora Ana Amélia, que V. Ex^a, Senador Pimentel, por vários outros motivos, mereceu, e merece, este título de Cidadão Honorário de Brasília. Nós não nos esquecemos do papel importante que V. Ex^a teve a partir, inicialmente, de um projeto de minha autoria, mas, depois, colocando, acertando com o Senador Walter Pinheiro uma modificação na medida provisória que garantiu a mudança das regras de financiamento do FCO, definindo que todos os recursos para o financiamento das atividades de comércio e serviços seriam definidos pelos planos de desenvolvimento regional, retirando o limite de 20%. Isso significou, para este ano, mais R\$250 milhões para o financiamento das

atividades de comércio e serviços no Distrito Federal. Teríamos R\$250 milhões sem a modificação na lei. Com a modificação na lei, teremos R\$500 milhões para comércio e serviços. Nós trabalhamos juntos nisso e somos muito gratos pela participação de V. Ex^a.

Ouçó, com muita alegria, esta Senadora brasileira, a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a permissão da Senadora Ana Amélia e de V. Ex^a, registro que estamos recebendo a visita de alunas – estou vendo que são muitas alunas e alguns alunos – que cursam Direito na Faculdade Católica do Tocantins.

Sejam bem-vindos ao Senado! É um prazer recebê-los todos.

Tocantins também faz parte deste Centro-Oeste que o nobre Senador Rodrigo Rollemberg tão bem resalta, com as intervenções dos Senadores e, agora, com a da Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Rodrigo Rollemberg, aqui, no Senado, eu estou, como V. Ex^a, há dois anos e três meses, mas, em Brasília, estou há 34 anos. Então, eu dotei esta cidade como minha. Gostaria de dar uma contribuição para este brilhante pronunciamento de V. Ex^a, no qual celebra os 53 anos desta jovem cidade, que nos orgulha muito por muitas coisas e que nos entristece também por outras. Mas é essa a nossa contingência de viver. A vida é assim. Então, apenas para colaborar modestamente com seu pronunciamento, gostaria de ler poucas linhas de uma magistral escritora brasileira, Clarice Lispector, a respeito desta nossa Brasília.

Escreveu ela:

Os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil; eles ergueram o espanto deles, e deixaram o espanto inexplicado. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério. Quando morri, um dia abri os olhos, e era Brasília. Eu estava sozinha no mundo. Havia um táxi parado. Sem chofer. Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, dois homens solitários. Olho Brasília como olho Roma: Brasília começou com uma simplificação final de ruínas. A hera não cresceu. Além do vento, há uma outra coisa que sopra. Só se reconhece na crispação sobrenatural do lago. Em qualquer lugar onde se está de pé, criança pode cair, e para fora do mundo. Brasília fica à beira. Se eu morasse aqui, deixaria meus cabelos crescerem até o chão. Brasília é de um passado esplendoroso que já não existe mais.

Mas nós temos, eu acrescento, Senador Rodrigo Rollemberg, o dever de construir um esplendor da Brasília do século XXI, com a ajuda da Bancada dos brilhantes Senadores de Brasília, com V. Ex^a, Senador Cristovam, com o Senador Gim Argello e com a participação daqueles que adotaram Brasília como a sua cidade. Cumprimento-o, Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Suas palavras me emocionam e certamente emocionam todos que gostam muito desta cidade, que foi generosa com todo mundo.

Todas as pessoas que saíram de todos os lugares do Brasil e que vieram para cá, para construir esta cidade, encontraram uma vida melhor do que a que tinham em suas cidades, embora Brasília reproduza, de forma exacerbada, todas as qualidades e os problemas do nosso País. Nós temos aqui uma imensa diversidade cultural, um povo generoso, um povo maravilhoso, mas nós temos aqui também grandes diferenças sociais, grandes diferenças entre as cidades, e é por isso que fiz questão, neste momento de homenagear Brasília, de homenagear o seu povo, homenagear a sua gente. E nada melhor, para homenagear o seu povo e a sua gente, do que retomar esse grande democrata, esse grande brasileiro, Juscelino Kubitschek, no pronunciamento que fez aos candangos, aos construtores desta cidade.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – E voltemos então, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ao pronunciamento de JK.

Mais adiante, ele fala, sempre no plural, que:

oferecemos ao mundo uma prova do muito que somos capazes de realizar e a nós próprios nos damos uma extraordinária demonstração de energia. E mais conscientes nos tornamos das nossas possibilidades de ação.

Mostrando como foi importante Brasília no crescimento da autoestima do nosso povo. E prossegue o Presidente:

Entre o Presidente da República, que vos fala, e vós, trabalhadores de várias categorias – técnicos, empreiteiros, fornecedores, mestres de obras, operários e aprendizes, homens da iniciativa privada, que para cá vos transferistes e me ajudastes – nestes anos de labor incessante, pelos dias e pelas noites, se formou tal vínculo de amizade, se estreitou tal estima, se estabeleceu tal corrente de compreensão, que nos ligamos todos para o mesmo objeti-

vo, que se nos faziam comuns os problemas de cada um.

Aos eternos descrentes, na época, e que hoje ainda insistem em achar que a cidade não tem saída e não tem alternativas inovadoras sob uma vanguarda que um novo tempo exige, JK advertiu:

Os que duvidaram desta vitória; os que nos procuraram impedir a ação; os que se desmandaram em palavras contra esta Cidade da Esperança desconheciam que o impulso, o ânimo, a fé que nos sustentavam eram mais fortes do que os desejos de obstrução que os instigavam.

E reforçamos, hoje, este “impulso, ânimo e fé”, também a nos sustentar para a realização de outros tempos.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Nas palavras de JK:

Deixemos de lado as dificuldades, as canseiras, as incompreensões, os interesses contrariados, alguns de puro egoísmo, outros compreensíveis; deixemos de lado a tendência do imobilismo, as injustiças, até os desumanos ataques. A hora é de emoção. Atingimos o porto para onde se dirigiam as nossas esperanças.

E o Presidente, então, exalta a capacidade de: “dedicar-se, de corpo e alma, ao que parecia uma aventura, ao que ontem constituía um risco, mas hoje é um triunfo.”

E, para fechar, JK faz o apelo direto aos que ele chama de “operários do milagre”, dizendo: “os episódios do erguimento desta cidade, mesmo os mais obscuros, figurarão na história que escrevestes com o vosso suor.”

Neste discurso, há uma pérola, Sr^s Senadoras, Srs. Senadores, ainda relevante para o estilo e sabedoria de JK, quando ele faz uma definição extremamente apropriada, e marcadamente poética, para o verbo “recordar”.

Juscelino Kubitschek dizia que recordar é “ver outra vez com o coração” e que, ali, naquele momento, na véspera da inauguração da Capital, recordava do seu primeiro encontro com os candangos, “como se tivesse acontecido há poucos minutos”.

Saúdo os estudantes que nos honram com a sua presença.

Hoje, 53 anos depois deste pronunciamento inaugural de Brasília, voltamos ao sentido simbólico de “recordar”, a que se refere JK em seu discurso aos candangos. O momento de percebermos o quanto

esta cidade precisa também ser conduzida por um intenso sentimento generoso que venha do coração. Algo que revele o quanto amamos Brasília e que este amor convoca outras competências para uma realização construtora dos novos tempos da Capital. Agir sob o espírito do entusiasmo que fez nascer Brasília em “ânimo e fé”, mesmo sob árduas condições de trabalho e sacrifício, para refazer trajetórias e descobrir novos caminhos. A tarefa que Juscelino indica, neste mesmo discurso, em que: “Brasília começou a crescer, e o Brasil começou a crescer também, mais rapidamente, para recuperar o tempo perdido.”

E, usando o tom de oração final, JK conclamou aos candangos da construção:

Peço ao Criador que mantenha cada vez mais coesa a unidade nacional, que nos dê sempre esta atmosfera de paz, indispensável ao trabalho fecundo e conserve em vós, obreiros de Brasília, o mesmo espírito forte com que erguestes a grande cidade.

Palavras sábias que, em nossa reverência, fazemos também nossas.

Chegou o momento de “ver outra vez com o coração” a sempre necessária “coesa unidade nacional” para um destino maior de país e o bem comum das políticas públicas. A “atmosfera de paz” e o “espírito forte” que não nos faltam para contribuir decisivamente no amor a Brasília, que convoca em sua bandeira “os ventos do futuro”. Futuro que se aproxima e ao qual diremos, agora, presentes em coração, força, trabalho e fé.

Parabéns Brasília!

O desafio de viver em uma cidade nascida de um sonho é renovar, todo dia, nossa vocação para ultrapassar limites, absorver diferenças e vencer adversidades.

Não há desânimo quando lembramos o desempenho heróico dos candangos na árdua construção anônima de tanta beleza.

Não há tempo, nem espaço, para se omitir, quando sabemos dos princípios de ética e dignidade presentes na vida dos homens públicos que honraram os primeiros dias da nova Capital.

Não há como evitar a emoção quando sentimos que a continuidade do sonho está na retomada do espírito de Brasília, vivida pelos pioneiros e primeiros servidores de Brasília.

Só há o que afirmar, em atitude comprometida, hoje, o nosso amor por Brasília, pela continuidade desse sonho de JK, dos candangos, dos brasileiros, que também é nosso.

Parabéns Brasília! Um dia, seu amor nos deu a vida; agora, o nosso amor lhe fará mais viva. Parabéns Brasília!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento o caro colega, Senador Rodrigo Rollemberg, que também representa Brasília, o Distrito Federal, Capital do Brasil nesta Casa, pelo discurso histórico que faz, trazendo as palavras do histórico JK. E eu, como morador da cidade, me associo plenamente a V. Ex^a.

Aproveito para registrar aqui a presença dos alunos do ensino fundamental da Escola Classe 07.

Bem-vindos! O Senado é de vocês. Este Senado foi construído... O Senador estava comemorando aqui o aniversário de Brasília. Entrar num espaço como este e lembrar que foi construído nos anos 50, no século passado, é algo extraordinário. Oscar Niemeyer, com sua sabedoria, talento e planejamento, Lúcio Costa, com sua visão e talento, e outros profissionais é que nos deram isto de presente.

Então, parabéns!

Convido para fazer uso da palavra – o Senador Randolfe não está – o Senador José Pimentel, como orador inscrito, Líder do Governo aqui no Congresso Nacional e meu colega de bancada.

Com a palavra V. Ex^a, pelo tempo regimental de 20 minutos, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana, nosso parceiro de partido e de bancada, quero começar saudando a sessão solene realizada pelo Congresso Nacional, nesta manhã, em que se comemorou os 40 anos da nossa Embrapa, na pessoa da nossa Senadora Ana Amélia, que foi a autora da sessão solene, também subscrita por uma série de outros Parlamentares.

Sr. Presidente, aqui eu registro a importância da Embrapa na economia brasileira, particularmente na agropecuária, no agronegócio, deixando claro o papel dessa instituição na região mais pobre e mais sofrido do Brasil, que é a Região Nordeste, em especial no meu Estado, o Estado do Ceará.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dar como lido o pronunciamento sobre a Embrapa que havia preparado para fazer na parte da manhã, mas, em face de uma agenda, não foi possível registrá-lo, naquele momento.

E aproveito para dizer que, nos últimos 10 anos, o Brasil vem implantando um modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico com geração de empregos, inclusão social e distribuição de renda – e a nossa Embrapa é uma forte parceira nesse projeto.

Apesar de todos os desafios e incertezas que o Brasil enfrentou, no ano de 2012, principalmente aqueles vinculados ao cenário econômico internacional, conquistamos bons resultados com políticas ou-

sadas e ações dirigidas que ajudaram a preservar a nossa economia, os salários e o emprego de milhões de brasileiros.

O ritmo de crescimento do nosso PIB em 2012 ficou bem aquém do que desejávamos – seja a Presidenta Dilma, seja toda a sociedade brasileira –, é verdade. Porém, com todos os esforços que fizemos, poderemos ter geração de emprego, com distribuição de renda e crescimento econômico.

Se observarmos, em 2012, o Brasil gerou mais de 1,3 milhão de empregos – e empregos de verdade, com carteira assinada! – a mais do que havia em dezembro de 2011. Ao mesmo tempo, assistimos a um crescimento econômico e a uma distribuição de renda, com a valorização do salário mínimo e com o reajuste, com ganhos reais na política salarial do ano de 2012.

Se analisarmos os números apresentados pelo Dieese, mais de 95% de toda a população brasileira que tem dissídio coletivo teve não só inflação, mas também ganhos reais, no ano de 2012. E isso permitiu uma política que intensificasse a geração de emprego, a formalização dos nossos empregos.

Se observarmos, essa política permitiu que, em março de 2013, três meses após o ano de 2012, gerássemos – neste março de 2013 – mais de 123 mil empregos formais celetistas, sem levar em consideração os empregos da administração direta. Esse processo permitiu ao Brasil, nos anos da gestão da Presidenta Dilma – em 2011, 2012 e até março de 2013 –, a geração de 3.886.515 empregos com carteira assinada a mais do que havia em dezembro de 2010. Ao mesmo tempo, temos assistido a um conjunto de economias consolidadas, a exemplo da Espanha, de Portugal e de uma série de outros países, com uma política de diminuição e de falta de empregos, especialmente para a juventude.

Enquanto isso, no Brasil, com as políticas desenvolvidas pela nossa Presidenta e pelo nosso ex-Presidente Lula, nós temos assistido à formalização de mais de 18 milhões de empregos a partir de 2003, sob o saldo que nós tínhamos em 2002.

É verdade que ainda temos muito por fazer, particularmente por conta da criação da chamada nova classe média. Já são mais de 40 milhões de brasileiros e de brasileiras que ascenderam na pirâmide social, fruto do aumento da sua renda, da distribuição de renda, tendo a micro e a pequena empresa como principal fator de crescimento econômico, de construção do mercado nacional de massas e, particularmente, da formulação dessa nova classe média.

Se nós observarmos, de 2007 para cá, a grande demanda dessa nova classe média, que passava por bens duráveis, aquisição de veículos, aquisição

da chamada linha branca, aquisição de imóveis, basicamente está sendo atendida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, na parte habitacional, e pelas políticas de incentivo para a indústria automobilística no Brasil, particularmente com a isenção do IPI, entre outros tributos, que foi feita nesse período.

Isso permitiu que a demanda crescente da nova classe média fosse atendida. Mas, com esse atendimento, surgem novas demandas e, entre elas, a questão da mobilidade urbana, particularmente nas médias e grandes cidades.

E a questão da mobilidade urbana é o grande desafio que precisamos enfrentar neste momento, ao invés de fugir dele. E esperamos que os prefeitos que tomaram posse em janeiro de 2013, particularmente das médias e grandes cidades, tenham toda uma agenda voltada para a questão da mobilidade urbana, a fim de dar respostas e atender aos desafios que ali estão postos para toda a sociedade brasileira.

Precisamos continuar gerando emprego com crescimento econômico e distribuição de renda. E neste momento, em que o Brasil vive o pleno emprego, temos também um conjunto de homens e mulheres que procuram trabalho, procuram emprego e não conseguem porque não têm qualificação. Para isso, a Presidenta Dilma lançou o Pronatec, programa de formação de mão de obra que, na sua fase primeira, envolvia os institutos federais de educação mais o Sistema S, com uma grande colaboração nesse setor.

Agora, terminamos de aprovar, na Comissão Mista da Medida Provisória nº 593, toda uma mudança para o Pronatec, para que possamos ter, também, outros setores da iniciativa privada nesse grande programa da Presidenta Dilma, que é a formação de mão de obra, para que todos tenham oportunidade e, consequentemente, uma forte saída do chamado Bolsa Família. Todos nós queremos que, no dia de amanhã, as famílias brasileiras não necessitem mais de assistência e que cada uma possa se sustentar, com dignidade, a partir do seu suor, do seu trabalho e das condições de produção que todos nós temos.

Por isso o programa Pronatec precisava de ajustes, e o Congresso Nacional, na Comissão Mista da Medida Provisória nº 593, fez essas adequações. Esperamos que a Câmara e o Senado Federal aprovem essas mudanças para que, efetivamente, nós possamos, cada vez mais, formar mão de obra.

Não podemos esquecer, também, o papel do programa Brasil Maior, que trouxe um conjunto de medidas reduzindo a carga tributária, particularmente desonerando a folha de pagamento das contribuições patronais para o INSS.

Nesse item, é bom registrar que tais políticas se iniciaram com as micro e pequenas empresas, a partir do Simples Nacional, com a Lei Complementar nº 123, de 2006, que entrou em vigor em 2007.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, havia apenas 1.337.000 micro e pequenas empresas formais no Brasil, no final de 2006. Agora, em março de 2013, estamos chegando a mais de 7,3 milhões de micro e pequenas empresas formais, fruto dessa política de redução da carga tributária para formalizar e, ao mesmo tempo, permitir que Estados e Municípios aumentassem suas arrecadações. Com o ISS, que é o imposto municipal, e o ICMS, que é o principal imposto estadual, tanto os Municípios como os Estados tiveram ganho real em suas arrecadações com as micro e pequenas empresas. Ganhou também o Governo Federal e toda a sociedade brasileira, porque 60,2% de todos os trabalhadores com carteira assinada no Brasil neste 2013 trabalham em micro e pequenas empresas.

Essa política correta está sendo estendida para as médias e grandes empresas, empresas que têm carga tributária através do lucro presumido ou do chamado lucro real. Para essas empresas, desde 2011, o Governo Federal começou com uma política de redução de carga tributária, com o olhar voltado principalmente para aquelas que mais empregam, para aquelas que mais geram emprego. E essas empresas estão tendo a substituição da contribuição patronal para a Previdência Social, que era sobre a folha, passando para o faturamento, para que possamos dar competitividade àquelas empresas que geram emprego, que priorizam a mão de obra e que distribuem grande parte dos seus resultados com seus trabalhadores.

E é por isso que essa política está sendo intensificada em vários outros instrumentos legais, a exemplo da Medida Provisória nº 601, que trata da prorrogação do Reintegra até dezembro de 2013, o que implica a redução da carga tributária do IPI e de outros tributos e, além disso, fortalece a desoneração da folha de pagamento.

É bom lembrar também que essas medidas de fortalecimento do mercado nacional para enfrentar as dificuldades existentes nas economias consolidadas, particularmente num mercado como o europeu, vêm somadas também a uma série de medidas de estímulo à comercialização, de estímulo à exportação e de redução dos custos, que hoje alcançam toda a indústria de transformação brasileira.

E os primeiros resultados já são vistos. Se nós observarmos, nos anos de 2011 e 2012, a indústria de transformação no Brasil basicamente não gerou novos empregos, mas, neste 2013, já temos assistido à geração de empregos na nossa indústria de transfor-

mação, numa demonstração clara de que as medidas adotadas pelo Governo Federal vão no rumo certo, que é exatamente o fortalecimento da nossa indústria, das médias e grandes empresas de transformação, para que voltem também a gerar empregos, somando-se com as micro e pequenas empresas.

É bom registrar que foi protocolado, na semana passada, também no Congresso Nacional, o novo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esse projeto de lei, a exemplo do Plano Plurianual de 2011 a 2015, traz um conjunto de medidas. A primeira delas é a continuidade da política de ganho real para nosso salário mínimo, chegando a R\$719,48, evidentemente que aqui ainda será acrescido com o desempenho da economia de abril a dezembro, como acontece todo ano, a exemplo de 2012, quando o salário mínimo foi para R\$678,00.

Essa política de ganho real ao salário mínimo permite também atender os aposentados e pensionistas, agenda essa para a qual nosso Senador Paulo Paim, ao lado de outros Senadores, tem feito um conjunto de ações para continuar sua valorização e sua recuperação. Nesse item, nós temos mais de 20 milhões de homens e mulheres aposentados e pensionistas que recebem o piso nacional da Previdência Social, que é exatamente o salário mínimo.

Essa política de valorização do salário mínimo é também um instrumento de distribuição de renda, particularmente para as regiões mais pobres do Brasil, a exemplo da Região Norte e da Região Nordeste, que necessitam de um olhar diferenciado para diminuir suas desigualdades.

É bom lembrar também que o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2014 traz uma previsão de crescimento econômico de, no mínimo, 4,5%. E nós sabemos que, sem crescimento econômico, não há política de valorização salarial que se sustente. Por isso, precisamos apostar, trabalhar e se dedicar para que nossa economia volte a crescer em patamares acima de 3%.

Neste 2013, todos os indicadores demonstram que o Brasil crescerá acima de 3%, apesar de alguns pessimistas procurarem vender dificuldades para ver se colhem algumas facilidades. Mas o povo brasileiro os conhece e sabe que, com trabalho e dedicação, nossa economia voltará a crescer a patamares acima de 3%, para que nós possamos manter o pleno emprego e, acima de tudo, gerar, neste 2013, no mínimo, mais 1,7 milhão de empregos formais sobre um saldo que nós tínhamos em 2012, que é o planejamento feito pelo Governo Federal e é o planejamento elaborado pelas centrais sindicais e pelas confederações dos empregadores neste País.

Portanto, Sr. Presidente, nós e a sociedade, que tem passado por uma série de crises econômicas, particularmente a partir de 2008, começamos a assistir a alguns cenários que permitem o nosso desenvolvimento, seja nos chamados BRICS, os países que integram esse bloco, seja em algumas economias consolidadas, a exemplo da economia norte-americana.

Esse esforço todo, no Brasil, é expressado exatamente pela vontade que têm os vários setores da sociedade, pelo apoio do Congresso Nacional, para resolver uma série de embaraços e de entraves na infraestrutura a que o Brasil assistiu, e parte deles ainda existe, a exemplos dos portos.

Nós estamos com a Medida Provisória nº 595 na agenda do Congresso Nacional, que tem como objetivo destravar exatamente um dos setores fundamentais para a redução do custo do transporte da nossa produção, o sistema marítimo. Aquela medida provisória tinha uma série de desafios. O primeiro deles era assegurar aos trabalhadores a certeza de que não perderiam os seus direitos e de que teriam a consolidação desses direitos da Convenção Internacional do Trabalho e, ao mesmo tempo, a segurança de que esses portos passariam a ter mais investimento, mais crescimento e mais geração de trabalho.

Fizemos um conjunto de reuniões com as seis centrais sindicais e chegamos a bom termo no que diz respeito aos trabalhadores. Agora, estamos terminando de ajustar a relação com alguns governos estaduais que têm a gestão dos seus portos, para que garantam a descentralização e essa parceria saudável entre o Governo Federal e os governos municipais.

Esperamos, nesta semana, concluir a votação dessa medida provisória que trata dos portos, porque ela é decisiva para a redução do chamado custo Brasil. Para se ter uma ideia, no Nordeste, que vive uma grande seca – mas, graças a Deus, nos últimos 15 dias, já começou a chover, e ali nós precisávamos e precisamos de muito milho para alimentar os nossos animais –, o preço do frete de uma tonelada de milho, por terra, estava saindo na casa de R\$340,00, enquanto a mesma tonelada, por navio, sai a R\$60,00, demonstrando a redução do custo que nós temos quando esse transporte é feito pela via marítima, por conta da diminuição dos custos e, particularmente, da certeza das cargas que existem nesse segmento.

Por isso, nós estamos nesse programa da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 juntamente com o Plano Plurianual, garantindo os investimentos do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento, das parcerias...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ... com os governos estaduais e municipais e com essa política de redução da carga tributária.

Por isso, Sr. Presidente, eu entendo que essa forma de dar condução da nossa política econômica, social e de geração de emprego é a melhor política para a realidade brasileira. Tanto é verdade que vários outros países estão vindo ao Brasil analisar por que é que este País, que até ontem era símbolo de dificuldade, de descrédito internacional, passa a fazer diferente, e, acima de tudo, o seu povo tem uma dedicação para o trabalho. E o Presidente Lula e a Presidenta Dilma sempre registram que a única coisa que eles fizeram foi acreditar no seu povo, acreditar nos seus trabalhadores, acreditar nos seus empreendedores e, ao mesmo tempo, deixar claro que o crescimento econômico do Brasil passa por uma política de distribuição de renda e de fortalecimento do mercado nacional, ao contrário de outros que entendiam que era preferível gerar desemprego, reduzir os investimentos públicos e privados e, com isso, tentar combater a grave crise econômica que se iniciou em 2008 e que ainda se arrasta por alguns países. O Brasil, ao contrário disso, resolveu traçar outro caminho, caminho esse a que o Presidente Lula chamou toda a sociedade brasileira e a Presidenta Dilma a dar continuidade.

Por isso, quero aqui parabenizar todos os congressistas que tenham ajudado na aprovação do Plano Brasil Maior e das várias políticas da Presidenta Dilma, seja no Senado Federal, seja na Câmara Federal.

Senador Paulo Paim, por gentileza.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pimentel, eu vinha vindo aqui para o Congresso e ouvia V. Ex^a com esse belíssimo pronunciamento, do carro, e disse: eu vou chegar em tempo, porque quero fazer um aparte para destacar principalmente – eu concordo, na íntegra, com o seu pronunciamento, mas quero destacar...

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ... a política do salário mínimo. V. Ex^a, na época, era Ministro da Previdência, foi fundamental para construir o entendimento, havia aqueles que diziam que nós íamos quebrar o País. V. Ex^a e o Presidente Lula foram muito firmes naquele diálogo com as centrais sindicais, dizendo que era possível, sim, e a Previdência resistiria a um salário mínimo mais PIB. E hoje, pela projeção para 2014, o salário mínimo deve estar em torno de US\$365. Olha, é até um número simbólico, porque, quando o presidente Lula assumiu, o salário mínimo estava em torno de US\$60, e não é só o valor em dólares, mas, sim, o poder de compra. Mais que dobrou o valor do poder de compra do assalariado brasileiro. V.

Ex^a está correto. Quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a por falar dos aposentados. V. Ex^a sabe e eu sei que V. Ex^a respeita o meu ponto de vista, como eu sei que, se V. Ex^a pudesse, já teria feito muito mais, dentro das limitações, mas 20 milhões de aposentados e pensionistas são beneficiados, isso é inegável, com o crescimento da inflação mais o PIB do salário mínimo. Quanto aos outros oito milhões, nós estamos discutindo e tentando construir uma política ainda. Mas eu quero aqui falar do salário mínimo e cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a sempre foi parceiro nesse debate, desde o início: “Paim, o salário mínimo dá. O outro lado vamos ter de ver mais na frente, mas o salário mínimo tenho certeza de que dá para chegarmos lá.” Então, eu quero, de público, dizer ao povo brasileiro que V. Ex^a foi fundamental para termos um salário mínimo hoje que ninguém discute mais. Ninguém questiona, porque o Brasil, a partir do governo do Lula, Dilma e V. Ex^a, na época, Ministro da Previdência, ajustou isso. Ficou acertado com as centrais sindicais e com todos os parlamentares comprometidos que aquela era uma política permanente. Lembro-me da projeção: se ficarmos até 2023, 2025, poderemos chegar a um salário mínimo próximo a mil dólares, que é um salário mínimo de Primeiro Mundo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Paulo Paim, eu quero incorporar, na globalidade, o seu aparte e dizer que essa política é construída por toda a sociedade brasileira.

Hoje, as centrais sindicais e o setor empregador têm clareza de que a política de valorização do salário mínimo foi o que permitiu a criação do mercado de massas do Brasil e, ao lado da micro e da pequena empresa, a ascensão da chamada nova classe média.

Mas nós precisamos, Senador Paim, criar uma saída...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ... para os oito milhões de aposentados e pensionistas que recebem acima do salário mínimo.

Para os trabalhadores que estão na ativa, nós construímos dois instrumentos que estão permitindo a recuperação do poder de compra.

Todos eles recebem a inflação e, ao lado disso, têm o ganho real, anual, fixado na data base de cada categoria, e esse ganho real é, basicamente, para quem tem salário acima do mínimo. Como distribuir isso para aqueles que, ontem, também contribuíram com a riqueza nacional?

A segunda questão é a participação nos lucros, porque, cada vez mais, eles participam da produtividade da sua empresa, do lucro no final do ano, e, recentemente, o Congresso Nacional aprovou uma lei

que trata da isenção do Imposto de Renda sobre a participação nos lucros de até R\$6 mil.

Portanto, são esses os dois instrumentos que nós construímos para os trabalhadores da ativa, para que eles possam ter ganho real e o aumento da sua renda mensal e anual, que é o ganho real somado com a participação dos lucros.

Como fazer para que os aposentados e pensionistas também possam receber esses benefícios, melhorando a sua renda, melhorando os seus recursos para dar conta dos novos desafios, das novas demandas que surgem na terceira idade?

Por isso, quero ficar ao lado de V. Ex^a, meu companheiro de partido, para que a gente possa construir esse ambiente saudável e positivo que a economia brasileira suporta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a capacidade de um país de afirmar e de garantir sua soberania está intimamente ligada à sua capacidade de produzir alimentos.

O fato, portanto, de sermos a potência agrícola que somos, e que impressiona o mundo, tem esta dimensão: produzir alimentos, fibras têxteis e fontes de energia renovável, mais do que uma riqueza econômica, mais do que um fator de bem-estar social, é elemento central do processo de nossa contínua afirmação como Nação soberana.

Ao buscarmos as razões desses êxitos, alguns fatores se sobressaem. Entre eles, devem ser destacados, sem dúvida alguma, o dinamismo e a capacidade de trabalho de nossos produtores rurais, sejam eles grandes ou ligados à agricultura familiar, e a eficácia das políticas públicas do Governo Federal.

Outro fator, contudo, sem o qual jamais teria sido possível chegarmos à situação em que nos encontramos é, indiscutivelmente, o magnífico trabalho de pesquisa e inovação silenciosamente desenvolvido por nossos pesquisadores e cientistas agrícolas.

Por tudo isso, é dever de todos nós que temos compromisso com o futuro do Brasil, lembrar e saudar o quadragésimo aniversário da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, uma instituição que é, hoje, referência mundial.

Em 28 de março de 1973, o Decreto nº 72.020 aprovava os estatutos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, criada pela Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, e estabelecia sua instalação no prazo de 20 dias. Em 26 de abril de 1973,

tomava posse a primeira diretoria da nova Empresa, marcando, assim, o nascimento oficial de uma instituição cuja contribuição para o País tem sido estratégica ao longo destes 40 anos de história.

Efetivamente, Sr. Presidente, se levarmos em conta a proporção assumida pela atividade agropecuária na prosperidade do País nas últimas décadas – hoje quase um quarto do PIB brasileiro é garantido pelo agronegócio –, não podemos deixar de considerar a atuação da Embrapa como uma contribuição especialmente estratégica para a prosperidade do País.

Não é por acaso que hoje o Brasil tem a maior produtividade agrícola na América Latina e um índice de desenvolvimento agrícola superior à média mundial: esse resultado é consequência de um esforço, do qual a Embrapa participa como uma das protagonistas. Sem o trabalho de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de difusão do conhecimento proporcionado pela Empresa, esse sucesso certamente não teria a magnitude que teve ao longo dessas 4 décadas.

Em 1976, o Brasil tinha uma área de 37 milhões e 318 mil hectares plantados. Segundo estimativas para este ano, o total poderá ultrapassar os 52 milhões de hectares – um aumento de 40%. No mesmo período, a produtividade passou de 1.258 quilos por hectare para mais de 3.200 (com uma estimativa de ultrapassar os 3.400 kg/ha na safra deste ano) – um aumento de mais de 150%. Cresceu a área, mas cresceu também – em proporção expressivamente maior – a eficiência e o aproveitamento da terra. Isso certamente não seria possível sem a aplicação intensiva de tecnologia, proporcionada pela atuação da Embrapa.

Essa combinação de expansão na área plantada e de aumento da produtividade permitiu que chegássemos a uma safra que, segundo estimativas para este ano, pode alcançar 183,5 milhões de toneladas – uma safra 4 vezes maior do que a de 1976/1977. Tudo isso, Sr. Presidente, digo mais uma vez, a ser creditado, em boa parte, na conta da Embrapa.

Se olharmos mais de perto, tomando o exemplo de algumas lavouras em particular, a evolução é ainda mais notável. Em 1976, as lavouras de feijão ocupavam 4 milhões e 538 mil hectares de área. As estimativas para 2013 prevêem uma redução desse total para 3 milhões e 188 mil hectares. Mas no mesmo período, a produtividade cresceu significativamente: de 488 quilos por hectare para algo próximo de 1.000 kg/ha. O resultado é que, mesmo com a redução da área, a produção aumentou de 2 milhões e 200 mil toneladas na safra de 1976/1977 para uma estimativa de mais de 3 milhões e 200 mil toneladas este ano. Com o arroz, o mesmo aconteceu: a área diminuiu, entre 1976 e hoje, de quase 6 milhões de hectares para pouco mais

de 2 milhões e 400 mil. A produtividade, no entanto, saltou de 1.500 kg/ha para quase 5.000 kg/ha, o que permitiu que, apesar da drástica redução de área, a produção passasse de pouco menos de 9 milhões de toneladas em 1976/1977 para mais de 12 milhões hoje. Mesmo lavouras menos expressivas no Brasil, como a de trigo, tiveram uma evolução notável. Em 1976, a produtividade das lavouras de trigo no Brasil era de apenas 655 kg/ha; no ano passado, a produtividade registrada foi de 2.672 kg/ha.

Tudo isso, mais uma vez, só foi possível graças ao uso de novas tecnologias, que resultam não apenas em novas técnicas de plantio, mas também no desenvolvimento de variedades de plantas mais produtivas e mais adequadas às condições brasileiras. E por trás de muitos desses desenvolvimentos, está certamente a nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a atuação da Embrapa ao longo de seus 40 anos de história foi especialmente importante para o desenvolvimento da região Nordeste, que, com suas peculiaridades climáticas, hidrológicas e orográficas, põe dificuldades relevantes para as atividades agropecuárias. Quero aqui, Senhor Presidente, destacar particularmente a importância para o Nordeste da unidade Embrapa Agroindústria Tropical, que tem sede em Fortaleza, além de dois campos experimentais no Ceará, um em Curu e outro em Pacajus. Criada inicialmente para atender às necessidades do agronegócio do caju, hoje a unidade tem uma atuação ampla, que vai da gestão socioambiental à pós-colheita, passando pelo melhoramento genético e pelo desenvolvimento de sistemas de manejo integrado de pragas, abarcando uma variedade expressiva de lavouras, de frutas a flores tropicais.

Também no Ceará, em Sobral, está outra unidade da Embrapa que tem um papel estratégico no esforço de desenvolvimento do semiárido: refiro-me, Senhor Presidente, à Embrapa Caprinos e Ovinos, criada em 1975 e hoje uma referência mundial na pesquisa relacionada à caprinocultura e à ovinocultura.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, uma instituição como a Embrapa, com sua história de 4 décadas de excelência, é um verdadeiro orgulho nacional. Sua contribuição para o progresso da agropecuária brasileira ao longo desses anos é prova cabal da importância estratégica do investimento em pesquisa e em tecnologia para garantir o desenvolvimento social e econômico. Se hoje temos um agronegócio altamente competitivo a nível mundial, muito disso se deve às pesquisas desenvolvidas e às transferências de tecnologia promovidas pela Embrapa.

Para concluir, Sr. Presidente, quero aqui deixar uma saudação especial ao Sr. Maurício Antônio Lopes, atual presidente da Embrapa, por meio de quem saúdo a todos os dirigentes, pesquisadores e demais servidores da Empresa. A todos, deixo aqui minhas congratulações pelos 40 anos de brilhante história e meus sinceros agradecimentos pelo excelente trabalho que sempre realizaram em benefício da agropecuária brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso, ex-Ministro e colega que orgulha a nossa Bancada, por trazer números tão consistentes relativos à vida financeira, aos avanços sociais do nosso País, e fazendo um discurso com tanta competência na defesa do nosso Governo e da classe trabalhadora do nosso País.

Eu convido, para fazer uso da palavra, por permuta com a Senadora Ana Amélia, o Senador João Capiberibe e, em seguida, o Senador Anibal, como oradores inscritos. E depois sigo com a lista, inclusive estou eu aqui inscrito também.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, em especial os que nos acompanham e assistem lá no Estado do Amapá, ontem, domingo, 21, enquanto Brasília comemorava os 53 anos de vida, o Amapá chorava a perda do combativo jornalista Antônio Corrêa Neto.

Tão combativo quanto Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que foi enforcado e esquartejado no Largo da Lampadosa, na cidade do Rio de Janeiro, nesse mesmo dia 21 de abril, pelo envolvimento com a Inconfidência Mineira – um dos primeiros movimentos organizados pelos habitantes do território brasileiro, no sentido de conseguir a independência do País em relação a Portugal.

Corrêa Neto tinha muita semelhança com o infidente Tiradentes, pois venerava a justiça e a liberdade.

Sempre que conversava com Corrêa, vinham-me à mente os versos de Zé Ketí:

“Podem me prender / Podem me bater / Podem até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião”.

Eu sou testemunha de uma das prisões de Corrêa. Ele foi retirado da cabine de uma emissora de rádio, preso por causa das opiniões, por causa da sua manifestação em relação ao poder naquele momento.

Esses versos da composição “Opinião”, de Zé Ketí, que marcaram um período da vida política deste País,

o período do golpe civil-militar de 1964, também, a meu ver, marcaram a passagem de Corrêa Neto pela Terra.

Foi dessa forma a atuação de Corrêa Neto na imprensa do Pará e, nos últimos 30 ou 40 anos, do Amapá.

Corrêa passou por emissoras de rádio, de televisão e jornais, sempre fazendo um jornalismo instigante, mas sem descuidar uma apuração exigente da notícia.

Nos últimos anos, apesar da idade e das dificuldades físicas, vislumbrou na Internet uma ferramenta de democratização da informação e foi um dos primeiros jornalistas do Amapá a manter um sítio atualizado.

Lembro, ainda, os tempos em que Corrêa dirigiu o jornalismo da TV Amapá, afiliada da Rede Globo, e, no jornal matutino “Bom Dia, Amapá” fazia entrevistas instigantes, às vezes tirando leite de pedra. Lembro que, na volta do exílio, no início de 1980, eu fui entrevistado pelo jornalista Corrêa Neto, no “Bom Dia, Amapá”, que era levado ao ar pela repetidora da TV Globo no Amapá.

Apesar de nossa amizade, mesmo tendo uma história em comum, Corrêa não tergiversava. Para Corrêa, o pau que dava em Chico dava em Francisco também. Por isso, nunca colocou a nossa amizade acima do jornalismo. O jornalismo vinha sempre em primeiro lugar para Corrêa Neto.

Sua morte é uma grande perda para o jornalismo do Amapá, do qual Corrêa foi um dos grandes mestres, haja vista que ele formou uma legião de jornalistas provisionados, enquanto o Amapá não era contemplado com um curso universitário de jornalismo.

Domingo, 21 de abril, foi um dia de profunda tristeza para o Amapá. Um enorme sentimento de perda nos envolve ao ver o indomável jornalista Antonio Corrêa Neto empreender a grande viagem.

Adeus, meu amigo Corrêa. Sua partida esvazia a grande trincheira do jornalismo combativo da Amazônia.

Encerro as minhas palavras, dizendo, com esse depoimento sobre o jornalista Corrêa Neto, que ele vai continuar presente entre nós. É a referência de uma luta de mais de 30 anos em defesa da cidadania, da correta aplicação do recurso público. Ele denunciou seguidamente desvios de recursos, nunca se conformando com a possibilidade de o cidadão ser lesado, principalmente por aqueles que são escolhidos por ele.

Corrêa teve esse papel importante na imprensa do Amapá e da Amazônia.

Era isso, Sr. Presidente.

Ficam aqui as nossas homenagens, e peço registro, nos Anais da Casa, desse dia tão triste para todos nós no Amapá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu o cumprimento, Senador Capiberibe.

Como comentei, ainda há pouco, com V. Ex^a, fiquei chocado. Conhecia muito Corrêa Neto. Li, no Twitter dele, na sexta-feira, a postagem em que ele comentava sobre a sua paixão que tinha pelo jornalismo. E, agora, ser, tão precocemente, no mundo de hoje, com setenta e poucos anos de idade... Ele, realmente, foi um exemplo de militância, pelo jornalismo independente, pela Amazônia, o que fazia com muita paixão. Tive o privilégio de conhecê-lo, como sua filha Márcia.

Cumprimento V. Ex^a pelo registro que fez aqui, no Senado, da perda do jornalista Corrêa Neto, que inscreveu seu nome na história da democracia do Estado do Amapá, que V. Ex^a tão bem representa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Antes de o Senador Anibal começar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com um pedido de desculpas – e de licença – ao Senador Anibal, por gentileza, nosso Líder.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição pela Liderança do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O pedido de V. Ex^a é uma ordem para mim, eu que sou liderado por V. Ex^a independentemente de estar presidindo aqui.

Muito obrigado, Senador Wellington Dias, Líder do PT na Casa.

Com a palavra, o Senador Anibal pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana.

Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, tenho a honra de informar a todos os brasileiros que nos acompanham pela TV Senado que, na última quinta-feira, eu estive, à tarde, reunido com o chefe do gabinete da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Sr. Sílvio Jablonski, que esteve em visita ao Acre, com sua equipe, para apresentar ao Governo do Estado do Acre os estudos iniciais realizados pela Agência Nacional de Petróleo e, ao mesmo tempo, informar a expectativa bastante elevada que, hoje, a Agência Nacional de Petróleo tem em relação à bacia sedimentar do Acre, que envolve tanto o Vale do Juruá, como uma parte do Estado do Amazonas.

Vale ressaltar que a Agência Nacional de Petróleo já estabeleceu como meta o mês de outubro para a realização de licitação em busca de empresas interessadas em fazer a prospecção, pelo prazo de cinco anos, no sentido de comprovar a existência e a viabi-

lidade econômica de uma importante jazida de gás e petróleo na região do Vale do Juruá.

Para nós, povo do Acre, Governo do Acre, foi uma notícia muito importante, especialmente porque veio acompanhada de uma segurança ambiental completa. O Sr. Sílvio Jablonski mostrou os mapas dos estudos realizados, tanto os estudos aéreos quanto os estudos sísmicos, e esses estudos todos foram realizados fora das áreas indígenas. Portanto, nós temos total garantia de que há a preocupação de fazer a prospecção de petróleo e gás na bacia do Acre, que envolve o Vale do Juruá e uma parte do Estado do Amazonas, e, ao mesmo tempo, proteger as áreas indígenas. Não há nenhuma intenção de fazer exploração ou prospecção em áreas indígenas.

Digo isso porque, tão logo surgiu a informação, tão logo foi noticiada a reunião que fizemos no gabinete do Governador com a chefe do gabinete civil, a Dr^a Márcia, e que teve também a presença da engenheira Luciene Pedrosa, assessora da Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Dr^a Magda Chambriard, nessa reunião houve o cuidado de parte da equipe da ANP de apresentar o mapa e fazer uma apresentação detalhada, com todas as preocupações, tanto no sentido de buscar a viabilidade econômica da prospecção, no sentido de identificar as empresas que venham a se interessar por essa prospecção na licitação que vai acontecer até o mês de outubro, quanto no sentido de mostrar, ao mesmo tempo, preocupação ambiental, os cuidados todos que são tomados para que a exploração de petróleo e gás se dê de maneira ambientalmente correta, adequada, e que tenha preocupação com a preservação e, principalmente, com a qualidade de vida da atual e das futuras gerações.

Eu tive a oportunidade, antes ainda de ser Senador da República, a convite do então Senador Tião Viana, de visitar a base de Urucu, no Amazonas, e pude testemunhar, pessoalmente, que, em um local onde se explora gás e petróleo, os cuidados ambientais são totais. Pode-se garantir que um motorzinho de rabeta de uma canoa que circula para baixo e para cima nos rios, com certeza, é mais poluente do que uma prospecção de gás e petróleo, no que diz respeito aos cuidados que são tomados. É uma garantia total!

Nesse sentido, eu externei ao Sr. Sílvio Jablonski que nós, do Governo do Acre – Senador Anibal, Senador Jorge Viana, Governador Tião Viana –, estamos com uma grande expectativa em torno da realização dessas prospecções, porque, caso seja comprovada a existência dessas jazidas e caso essas jazidas tenham viabilidade econômica, será algo muito importante para a redenção daquele povo do Vale do Juruá e de uma parte do Estado do Amazonas, porque a

preocupação central do Governo do Acre é poder usar os benefícios dessa energia que vai ser gerada justamente para proporcionar melhor qualidade de vida e mais investimento ambiental sustentável no Estado do Acre, dando continuidade a esse esforço que já vem acontecendo desde o Governo de Jorge Viana, passando pelo Governo Binho Marques, e agora com o Governador Tião Viana.

Então, essa notícia de que tudo está pronto e sendo encaminhado para a licitação das empresas para prospecção de gás e petróleo no Acre, na bacia sedimentar do Acre, a partir do mês de outubro de 2013, é uma notícia que nós recebemos com muita alegria.

Ouço, com muita atenção, o aparte do Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Anibal, fiz questão de, recorrendo ao Senador Paim para que ele me substituisse na Presidência, ter o privilégio de apartear V. Ex^a, que traz à tribuna do Senado um tema da maior importância para o País, especialmente para o nosso Estado: a possibilidade de termos petróleo ou gás no subsolo do Acre, na Amazônia brasileira, na parte mais ocidental da Amazônia. Primeiro, V. Ex^a tem razão quando traz para cá dados, informações que dão transparência a essa possibilidade ou aos trabalhos que foram feitos. Eu mesmo, no ano passado, recebi a Diretora Presidente da Agência Nacional do Petróleo, que foi sabatinada aqui, e ela colocou, com toda a tranquilidade, a maneira responsável como esse tema tem sido conduzido até aqui. V. Ex^a traz números novos, traz dados recentes. E, como V. Ex^a sabe, meu colega, Senador Anibal, a prospecção de petróleo na Amazônia e no Acre já ocorreu há décadas e não chegou a bom termo do ponto de vista econômico. Nesse trabalho feito agora, quando eu ainda era governador, foram liberados os primeiros R\$250 mil para estudos bem preliminares. O Senador Tião Viana, à época, estava envolvido diretamente com esse tema, promovendo debates no Acre e procurando estabelecer, junto à ANP e aos órgãos competentes, a possibilidade de tirar essa dúvida sobre se há ou não petróleo ou gás no subsolo do Acre. O trabalho foi feito, atendendo ao licenciamento ambiental, com responsabilidade social, e, agora, nós chegamos a uma fase realmente nova nessa trajetória, a possibilidade de se licitar a prospecção, não de explorar petróleo no Acre, uma vez que ainda não temos essa resposta.

Todo o trabalho feito pela ANP foi concluído. E agora, como acontece nos outros Estados e regiões do País, será feita uma licitação para saber quem vai fazer o investimento para, aí sim, para correr o risco de encontrar ou não petróleo e gás no Acre. Estou traduzindo isso para ficar bem claro. Há fortes indícios, senão não

estaria sendo feita a licitação, de ter gás ou mesmo petróleo. Se o volume, se a qualidade é viável economicamente, só agora, com essa nova licitação, com o capital de risco de empresas inclusive privadas, é que se pode saber. Mas uma coisa – eu queria concluir este aparte, novamente parabenizando V. Ex^a – tem que ficar bem clara para o povo acreano: a defesa dos povos indígenas, a defesa do meio ambiente é hoje uma prioridade no nosso Estado. É lamentável que alguns desinformados ou que tenham compromisso com a desinformação sempre tentem fazer questionamentos. Se existe um Estado que implementou políticas, tomou atitudes em defesa do socioambientalismo foi o Estado do Acre e segue sendo assim com os compromissos do Governador Tião Viana. Então, estou bem tranqüilo. Não há possibilidade de se fazerem grandes mudanças no Acre, mesmo que se encontrem petróleo e gás. A ideia, por exemplo, pode ser de montar unidades geradoras de energia elétrica e vender energia. Seria muito bom. Atender à geração no Acre e vender para fora. Eu, por exemplo, defendo isso. Se encontrarmos gás, em vez de fazermos gasodutos, faremos a geração de energia e a venda dessa energia. Obviamente isso será feito, caso cheguemos a essa situação, com todo o zelo, como foi feito em Urucum. E o Brasil tem a tecnologia. Agora, não podemos ver isso com preconceito nenhum. O Brasil está explorando o pré-sal. Já são mais de 300 mil barris de petróleo explorados no pré-sal diariamente. E nós temos o exemplo do próprio Alaska, nos Estados Unidos, que, do ponto vista social e ambiental, só ganhou com a exploração do petróleo. Temos países como a Noruega, um dos países mais comprometidos com o socioambientalismo no mundo, que vive da exploração do petróleo. Agora, não vale a desinformação. E concluo dizendo que vi, neste final de semana, uma esperteza do Presidente do PSDB no Acre, Deputado Márcio Bittar, pura esperteza. Esse pessoal, quando chega perto do calendário eleitoral, começa a ter uma agenda diferente, vai a procissão, vai a culto, começa a fazer seminários de propostas sobre as quais, aliás, nunca deram uma palavra de defesa, que é o que está ocorrendo no Acre. É uma espécie de pirataria que tem como único objetivo enganar o eleitor. Agora, se for para valer, a primeira coisa que teriam que ter feito era uma visita ao Governador Tião Viana, comprometendo-se a auxiliá-lo, porque Tião Viana é Governador do Acre, de todos os acreanos. Principalmente, ele tem a responsabilidade de conduzir temas que são de interesse estratégico para o Acre. Eu sou um defensor intransigente do uso sustentável da nossa floresta e da sua conservação. Agora, não me restrinjo só à floresta. É muito importante que encontremos uma maneira de explorar os recursos minerais e os recursos naturais que o Acre tem, de forma sustentável. E é esse o propósito. Então, não vamos fazer

uma confusão antes. A licitação tem que acontecer. Só depois de alguma empresa ganhar, depois de explorar é que ela vai chegar à conclusão sobre se há ou não gás ou petróleo no Acre. E, aí sim, todos nós devemos nos somar para que seja feita a exploração de forma exemplar, tanto do ponto de vista social como ambiental, e sempre com muito respeito aos nossos povos indígenas. Por tudo que me consta, não há nenhum risco, porque as áreas que em que há possibilidade de exploração – V. Exª tem os números – não comprometem a cultura e a história do nosso povo indígena, como V. Exª já colocou e certamente vai seguir colocando nesse pronunciamento. Parabéns, Senador Aníbal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

O aparte de V. Exª traz qualidade ainda maior para este pronunciamento, justamente porque traz elementos que se somam aos argumentos que estou defendendo aqui, depois da reunião de que tive a honra de participar com o Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Sr. Silvio Jablonski, com a Secretária de Gabinete Civil do Governador, Drª Márcia, e a equipe ambiental do Governo do Acre, porque é um assunto que é tratado de maneira interdisciplinar dentro do governo. Se se vai tratar de uma possibilidade de exploração de petróleo e gás, estará, na mesma reunião, o coordenador ou o secretário do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre, que trata especificamente de um projeto ousado, voltado para o fortalecimento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Acre. O Secretário de Meio Ambiente também se fez presente; a equipe que cuida do Patrimônio Histórico também participa diretamente dessa discussão.

O mais importante é que o Sr. Silvio Jablonski mostrou o mapa de onde foram feitos estudos, e nenhuma área indígena será atingida; também não será atingida nenhuma área de preservação permanente. Isso tudo nos dá muita tranquilidade para dialogar com a sociedade e dizer que temos grandes possibilidades de comprovar – ainda no final de 2013, passando por 2014 e 2015, porque os estudos vão-se estender por pelo menos mais cinco anos – a viabilidade econômica, com garantia de sustentabilidade ambiental, da exploração de gás e petróleo no Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Anibal Diniz, permita-me, porque sei que daqui a pouco eles terão que se retirar. Estão conosco os alunos do Colégio JK, Asa Norte, Brasília/DF. Vocês estão assistindo, na tribuna, ao Senador Anibal Diniz, que já foi 1º Vice-Presidente desta Casa e é um dos melhores quadros do Parlamento brasileiro. Sejam bem-vindos!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim.

Sejam todos muito bem-vindos às galerias do Senado Federal!

Para concluir essa parte do meu pronunciamento, Senador Paim, o que temos a dizer – e vamos fazer o grande debate no Estado do Acre – é que esse projeto de estudos para a identificação da potencialidade de prospecção de gás e petróleo no Acre é uma preocupação que já vem há pelo menos 12 anos. O Governador Tião Viana era Senador ainda quando correu atrás, buscou, articulou-se, procurou a nossa Petrobras, procurou a Agência Nacional de Petróleo, identificando-se com essa causa, e se esforçou ao máximo para isso. Muita gente achou que não era possível, que não ia dar em nada, e hoje já temos uma oposição também querendo se apegar a esse discurso.

É bom que se some todo mundo, somem-se todos os esforços para que, verdadeiramente, realizemos essa licitação, com total garantia de preservação ambiental e de cuidados com as comunidades indígenas, para que possamos, quem sabe, ter uma grande redenção do povo do Juruá a partir da exploração dessas jazidas existentes na Bacia Sedimentar do Acre, que envolve o Estado do Acre e do Amazonas.

E vale ressaltar, Senador Paim, que está em licitação a construção de um linha, pela Eletrobrás, que vai de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul, o Município mais ocidental do Brasil. E, caso as duas coisas se combinem, se tivermos o linha até Cruzeiro do Sul, levando energia limpa e substituindo as termoeletricas, que são muito poluentes e têm grande dispêndio econômico também, porque o transporte de combustível para essa região é algo muito difícil... Então, se porventura a gente conseguir, nos próximos anos, a interligação do linha da Eletrobrás até Cruzeiro do Sul e caso tenhamos sucesso na prospecção de petróleo e gás lá no Vale do Juruá, isso significa que o linha não só vai levar energia, como vai trazer energia a partir do que for explorado na região. Então, nós estamos vivendo um momento de grande expectativa para o povo do Acre, principalmente para o povo do Vale do Juruá.

Quero dar este testemunho aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...porque venho acompanhando de perto o esforço do Governador Tião Viana, que é um incansável, que está permanentemente em cada um dos Municípios.

O Acre é um Estado pobre, é um Estado que passa por extremas dificuldades, principalmente agora, com essa redução de FPE, que está atingindo todos os Estados brasileiros. Neste mês de abril mesmo, nós temos a possibilidade de uma arrecadação a menos de R\$43 milhões no Acre. Isso é extremamente preocupante. E o Governador Tião Viana está incansa-

velmente tentando compensar as perdas com novas possibilidades, novas alternativas. Quem sabe, se a gente tiver sucesso, se for bem sucedida essa prospecção de petróleo e gás no Vale do Juruá, a gente tenha uma fonte permanente de recursos que possa ajudar o Acre a ter uma redenção, principalmente nessa região.

Outros esforços estão sendo empreendidos pelo Governador Tião Viana, buscando financiamento junto ao BNDES, junto ao Banco Mundial e até mesmo recursos a partir de convênios com o Governo Federal.

Têm sido feitos investimentos para melhorar a própria renda e o PIB do Acre. O Governador Tião Viana conta com financiamento do Governo Federal num grande projeto de habitação em Rio Branco. São mais de dez mil casas do Programa Cidade do Povo para as famílias que precisam de moradia, principalmente aquelas atingidas pelas alagações dos últimos anos. No ano passado é que tivemos a alagação mais forte.

Ao mesmo tempo, o Governador Tião Viana tem feito uma agenda de Município em Município, apresentando toda uma carta, um portfólio de investimentos do Governo em cada um dos Municípios a partir de recursos contraídos em financiamentos, justamente para assegurar alguma atividade econômica nesses Municípios e para compensar as perdas que esses Municípios estão tendo em termos de FPM.

No início da semana, estivemos em Brasília, onde foi lançada a pedra fundamental para a construção do hospital regional do Vale do Acre, que fica em Brasília, mas vai atender aos Municípios de Assis Brasil, de Epitaciolândia, de Xapuri e de Capixaba. E todos os prefeitos desses Municípios estavam presentes. Esse hospital, que vai ser um hospital de referência para essa região, está projetado para o investimento aproximado de R\$50 milhões.

Às vezes, as pessoas não entendem e falam assim: “Pôxa, se o Governo do Estado está tendo redução de FPE, como vai assegurar um investimento dessa magnitude?” É porque se trata de investimento a partir de recursos contraídos em empréstimos junto ao BNDES e ao Banco Mundial. Então, no que diz respeito aos investimentos, devido ao Estado do Acre ser adimplente e estar plenamente equilibrado do ponto de vista fiscal, ele tem conseguido recursos para os grandes investimentos.

Assim, temos que fazer esta associação perfeita: ao mesmo tempo em que buscamos novas alternativas econômicas para o Acre, temos que buscar um caminho para conter a redução de Fundo de Participação dos Estados, que é algo extremamente preocupante não só para o Acre, mas para o conjunto dos Estados brasileiros. As desonerações, as isenções de impostos implementadas pelo Governo Federal têm dado uma grande contribuição no sentido de garantir a empregabilidade

do trabalhador brasileiro, no sentido de manter o aquecimento da indústria automobilística, mas têm, ao mesmo tempo, resultado em um grande sacrifício para os Estados. Nós precisamos encontrar um caminho junto ao Governo Federal para ter uma compensação, sob pena de sofrermos uma crise muito maior nos Estados e Municípios, nos próximos meses, sem previsão das consequências. O fato é que nós já temos governador de Estado que estão assumindo que, a continuar essa redução do FPE, com certeza, a partir dos meses de julho e agosto, já vai haver Estado impossibilitado de honrar a sua folha de pagamento no final do mês.

Então, Senador Paim, concluo este meu pronunciamento, dizendo que cumpri agenda no Estado do Acre no fim de semana. Volto a falar sobre essa agenda ao longo da semana. Tivemos atividade em Rio Branco e, depois, fizemos uma viagem pela BR-364 até Cruzeiro do Sul. Tenho de fazer o debate aqui sobre essa BR, que é fundamental para a integração do Estado do Acre, dos vales do Acre até o Vale do Juruá. Nós temos de fazer a defesa dessa obra, que tem uma importância total para o desenvolvimento do Estado do Acre. Ao longo da semana, voltarei à tribuna para relatar, com maior precisão, o resultado dessa viagem e as preocupações sobre as quais temos de refletir no Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Paim. Espero que, ao longo da semana, a gente possa fazer um bom debate...

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...sobre a importância de todos os passos que estão sendo dados no Estado do Acre, no sentido de construir uma vida melhor para todos os acrianos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Anibal Diniz.

Agora, seria a vez de um Líder e, depois, a de um orador inscrito. O Líder fala por cinco minutos. Agora, seria a vez do Senador Alvaro Dias. O Senador Jorge Viana está com certa pressa. Há problema de falar, primeiro, o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Houve concordância do Plenário. Pelo silêncio, houve concordância.

Senadora Ana Amélia, a senhora trocou a sua vez. A senhora falará depois de quatro Senadores.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não tenho ainda o privilégio de ter sido Líder na Casa, mas,

como ainda falarão aqui três Líderes, Ana Amélia, Wellington Dias e Alvaro Dias, vou falar bem pouquinho.

Primeiro, antes de tudo, cumprimento o Senador Anibal pelo pronunciamento.

Sr. Presidente, venho à tribuna para agradecer e dizer que são atitudes como esta que me enchem de orgulho e de satisfação de pertencer à Bancada do Governo: o Ministro José Eduardo Cardozo, nesse fim de semana, foi a Brasileia para visitar a região pessoalmente e para observar o trabalho do grupo da força-tarefa, que, em uma semana, mudou completamente a condução do problema que envolve haitianos e pessoas de outras nacionalidades que estavam na fronteira. Havia lá quase 1,5 mil pessoas sem documentação, em situação ilegal.

O Município de Brasileia vivia em sobressalto, em situação perigosa. O Governador Tião Viana decretou situação de emergência e pediu ajuda ao Governo Federal. O Senador Anibal veio ao plenário e falou sobre isso, e eu também o fiz. Foi montada uma força-tarefa. Todos foram documentados, todos foram cuidados. Milhares de doses de vacinas foram aplicadas. O fato é que esse trabalho foi coroado com o envolvimento da Casa Civil, de Beto Vasconcelos e do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. O Ministro Eduardo Cardozo foi a Rio Branco, foi ao Acre, foi a Brasileia, reuniu-se com a equipe da força-tarefa e conversou com os refugiados.

Dessa maneira, eu me sinto no dever de vir aqui. Agora, eu, que, antes, vim aqui para cobrar, venho aqui para agradecer o empenho e o envolvimento direto do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que mostrou a sensibilidade que tem e o discernimento de saber a gravidade de um tema que exigia a presença de uma autoridade naquela região.

O desafio segue. Não será fácil encontrar uma solução para aqueles que estão no meio do caminho, que estão chegando a Brasileia, que estão chegando ao Acre. Temos de interromper essa rota, para retirar dali os exploradores, os coiotes, essa verdadeira máfia que explora essas pessoas, que, além de terem uma situação de muita fragilidade em seus países, sonham agora com a possibilidade de entrar no Brasil. Que a entrada, que o acolhimento dessas pessoas seja humanitário e seja feito de forma legalizada, sem a intermediação de exploradores que abusam dos que buscam uma melhor sorte no Brasil!

Sr. Presidente, além desse agradecimento, eu queria aqui fazer um rápido registro sobre uma matéria que acabou de receber uma deliberação parcial da Câmara dos Deputados e que trata da reforma política. Já falei sobre isso desta tribuna, já atuei nessa questão na Comissão criada na época pelo Presidente Sarney, tenho proposições a esse respeito tramitando na Casa.

Para mim, como Parlamentar, não vejo tema mais importante do que a reforma política, para que o Brasil saia dessa armadilha em que eleição não tem fim e em que a credibilidade da classe política, a cada dia, diminui mais. Acho que o prestígio perdido pelo Parlamento brasileiro e pelos partidos políticos está diretamente ligado à ausência da reforma política. É fato que a democracia brasileira está consolidada e é uma referência, mas o sistema político brasileiro é débil, é frágil.

Nesta semana, dei entrevista à revista *Carta Capital*. Foram generosos comigo, deram-me duas páginas para falar de pura política. Está abordado na *Carta Capital* o tema, que é apaixonante e prioritário. Mas como se falar de governo, de maioria no Parlamento, de base aliada, sem entrar no mérito da falta que a reforma política faz?

Na entrevista, falei que quem está governando o Brasil, não importa quem seja, tem de fazer alianças que extrapolam os compromissos de campanha, que extrapolam a visão ideológica. Há arranjos necessários para que se reúnam as condições mínimas para governar. Não importa se é o PT ou o PSDB que está no governo, não importa que venha outro partido. Tudo isso se dá em função da verdadeira anarquia existente na criação de partidos no País. Falei e sigo falando isso.

Mas venho aqui hoje para discordar um pouco de uma visão que tem tomado conta do noticiário: de que é obra do PT, de que é obra do Governo criar barreiras para o surgimento da Mobilização Democrática (MD), que é uma soma do PMN com o PPS. Ora, sou Vice-Presidente do Senado, sou do PT, e, pelo menos comigo, até hoje ninguém falou sobre tal assunto. O estranho é que ficam pondo isso na conta do Governo e da Presidenta Dilma! Será que o DEM, antigo PFL, agora obedece ao PT? Pelo que sei, o DEM votou nessa matéria na Câmara dos Deputados. Eu não gostaria de ser avalista de uma versão que não é verdadeira. Se uma ampla maioria do PT defendeu, se outros partidos defenderam, vamos contar as histórias. Vi debates na televisão, e se omite isso! O DEM, o antigo PFL é da base do Governo hoje? Não o é, não! Então, acho que isso significa simplificar.

Estou trazendo o tema, porque sou contra a maneira como esse projeto foi votado, Senador Alvaro Dias. Eu sou contra! Se essa matéria serve ou não para atender interesses de um ou de outro, eu, que defendo intransigentemente a reforma política, que apresentei uma proposta para tentar tirar o dinheiro sujo da eleição e que tenho uma proposta que limita o gasto do candidato ou dos candidatos, não vou assinar embaixo.

E mais: anuncio daqui, porque a matéria ainda está tramitando lá, Senador Alvaro Dias, que vou apresentar uma emenda, estou elaborando a proposta, para que as mexidas que limitam o uso de tempo de televisão e

o fundo partidário só possam valer depois da eleição do ano que vem. Temos de ser justos: mexer nas regras do jogo com o jogo em andamento não vale. Se for para discutir financiamento de campanha e temas para todos os partidos, acho que isso vale, pois dá tempo. Vai se discutir coligação partidária e tipo de voto? Vale, vale para todos! Mas fazer uma regra para servir a alguns poucos? Não tenho o endosso para fazê-lo.

Estou muito bem no PT, estou satisfeito e feliz. A minha vida é ligada ao PT, e não vejo perspectiva de dele sair. Mas o partido que a ex-Ministra, ex-petista Marina Silva está fundando é um partido legítimo, não é um partido cartorial qualquer. O outro é uma fundação de dois partidos legítimos.

Então, ouço o Senador Alvaro Dias, só dizendo: a minha proposta de emenda é no sentido de que está tudo bem, mas essa regra que mexe só em parte do jogo e que interfere no jogo só deve valer no dia 08 de outubro do ano que vem.

Ouçó, com satisfação, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Jorge Viana, a sua emenda já tem o meu voto e o meu apoio. É evidente que a tese é boa, mas o momento é inadequado. Estabelece a prática de dois pesos e duas medidas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Concorde com V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Quando surgiu o PSD, isso interessava a alguns, e se permitiu que o parlamentar que se filiasse ao partido levasse com ele o tempo de televisão e, percentualmente, os recursos do fundo partidário pertencentes ao partido pelo qual se elegeu. Agora, não serve ao Governo, ou não serve a alguns, e adota-se outra medida. Antes, podia; agora, não pode mais. Então, V. Ex^a tem razão. Que prevaleça a tese, mas não o casuísmo, não o oportunismo, não a prática de dois pesos e duas medidas! E que a tese, que é boa, seja aprovada para depois das eleições! O erro já foi cometido, já se permitiu ao PSD esse benefício, e, portanto, não se pode negar agora a outros partidos que se organizam o mesmo benefício. Enfim, nós necessitamos de uma reforma política abrangente. O modelo que temos é superado, é retrógrado, é condenado reiteradamente. Estamos devendo um modelo político compatível com as aspirações do nosso povo e com a realidade do momento que vivemos no País. Nós o estamos devendo e não temos tido a competência para oferecê-lo. Por isso, esses retalhos apenas comprometem esse processo. Nós já deveríamos ter oferecido ao Brasil um novo modelo político. Mas não quero tomar o tempo de V. Ex^a. Apenas quero dizer que concordo com a tese, mas não com a oportunidade. Por isso, a emenda de

V. Ex^a corrige o oportunismo, acaba com o casuísmo, e nós poderemos, dessa forma, aprová-la.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço ao Senador Alvaro Dias. É exatamente esse tipo de distorção que diminui o prestígio da classe política e que faz com que o Congresso viva num permanente questionamento. Eu também, como V. Ex^a, concordo com a tese. É óbvio que temos de criar barreiras para a criação de partidos cartoriais, e, certamente, os partidos que são legítimos, que vêm do anseio da sociedade, dos tempos novos da sociedade, vão ter espaço, como é o caso da Rede Sustentabilidade. Mas acho que é um desrespeito essa alteração que se faz. Acho que isso é casuísmo ou, mais que isso, uma esperteza. Eu, particularmente, tenho uma posição pessoal contra isso.

Ouçó, com satisfação, a Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Jorge Viana, compartilho integralmente das manifestações de V. Ex^a e também da posição do Senador Alvaro Dias em relação a esse assunto e, em especial, ao caso da ex-Senadora Marina Silva, que, com muita honra, ocupou seu mandato no Senado, que foi Ministra do Meio Ambiente e que integrou os quadros do Partido dos Trabalhadores. O Senador Paulo Paim, o Senador Pedro Simon e eu assinamos o manifesto para ajudar na criação da Rede Sustentabilidade. Ora, não seria coerente de nossa parte, agora, negar o direito de que ela tenha acesso à participação da atividade político-partidária por conta desse casuísmo que a Câmara dos Deputados, lamentavelmente, acabou aprovando. Nem vou discutir o mérito: quem foi que fez isso, quem é que estimulou, quem é que tem medo da Marina, todas essas coisas. Vou apenas centralizar no essencial: trata-se de manifestação legítima, de um grupo muito expressivo da sociedade, que quer uma alternativa também de poder, e ela representa isso. Senadora pelo seu Estado, o Acre, V. Ex^a tem uma relação pessoal com ela. Durante a votação do Código Florestal, tivemos muitos embates, mas nem por isso esse fato me tira a vontade e o desejo de ajudá-la nessa missão. Claro, a questão é a oportunidade. Temos partidos demais, mas eu não vou tirar da Ministra Marina Silva e da liderança dela a criação do Partido, a Rede Sustentabilidade. Este é um momento importante. Vamos corrigir as distorções no futuro, e não agora, para inviabilizar a iniciativa dela, com o Partido que ela tão bem representa. Cumprimento o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu lhe agradeço, Senadora Ana Amélia.

E veja como é uma questão apenas de coerência: o Senador Alvaro Dias, um atuante combatente em nome da oposição, toda hora cobrando e questionando; a Senadora Ana Amélia também, com sua indepen-

dência. Mas nós, aqui, cada um de uma força política, temos bom senso e devemos dizer: “A ideia é boa, mas está no momento errado.” E aí vira oportunismo.

Então, eu cumprimento até o Deputado Edinho Araújo, que é do PMDB. Ele apresentou esse projeto no ano passado. Agora, se se puser a toque de caixa a votação desse projeto, ele já passa a atender a outros interesses. E não sou favorável, como também fui contra as mexidas que fizeram: mudou-se reeleição, mudou-se prazo de mandato presidencial, e o Presidente Lula foi tentado, mas não caiu na tentação, não mexeu nas regras, quando era Presidente. A Presidenta Dilma também tem compromisso, porque nós devemos seguir o caminho de não mexer nas regras do jogo com o jogo em andamento, e voto se disputa e se ganha nas urnas.

Acho que é muito importante que o Senado, com esse equilíbrio que temos aqui, caso venha essa distorção votada na Câmara dos Deputados, possa fazer o ajuste.

Eu, particularmente, devo dizer que lamento muito a saída da ex-Ministra, minha companheira Marina, do PT, assim como o Senador Paim, o Senador Anibal, todos nós lamentamos. Meu desejo é que um dia ela volte para o PT, mas não posso deixar de reconhecer que ela é uma legítima representante de importantes movimentos sociais, é uma voz importante para o País.

Ela está procurando construir um partido mais que legítimo, ou tão legítimo quanto o meu, o PT, e outros que existem e que não devem encontrar esse tipo de dificuldade pelo caminho. Já chegam as barreiras que ela tem que enfrentar, ou que se tem que enfrentar, para quem quer fazer um partido direito, pela porta da frente, neste País. Para os que querem fazer partidos cartoriais, partidos apenas para negociatas de véspera de eleição, por horário, tempo de televisão e fundo partidário, parece-me que é fácil. Há verdadeiros profissionais em fundar partidos. Mas para quem quer fazer com legitimidade, com perspectiva de colaborar com a democracia, como é o caso do Rede Sustentabilidade, aí enfrenta todo tipo de má sorte.

Então, eu queria agradecer a V. Ex^a e só dizer, por último, que acho que, se é para debater algo muito importante, que resgate a confiança do cidadão no sistema político-eleitoral brasileiro, eu apresentei uma proposta. Ela está na CCJ, esperando o Relator. Vou pedir que haja uma relatoria indicada pelo Presidente da Comissão, Vital do Rêgo.

Minha proposta é simples, porque a lei dá limites para quem doa dinheiro na campanha, mas não dá limite nenhum para o candidato.

Um magnata, por exemplo: ele estabelece gastar R\$50 milhões, R\$100 milhões, R\$500 milhões, R\$1 bilhão, gasta, e, às vezes, leva uma eleição, compra uma eleição. Isto para mim é prioridade: tirar o dinheiro sujo

da eleição, estabelecer a igualdade, para que prevaleçam as propostas. Para mim, é isto: estabelecer teto.

Está aqui o meu projeto, benfeito, com a Consultoria me ajudando. Estabelece teto, com base na eleição passada, os que gastaram mais; estabelece o teto da futura eleição para Deputado, para Senador, para Governador, e assim sucessivamente.

Isso ajudaria, porque acredito que, se não dá para fazer a reforma política, que defendo, pelo menos que a gente trabalhe para tirar o dinheiro sujo da eleição. Depois do Ficha Lima, dinheiro limpo na eleição.

Essa é a tese que defendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a.

Permita-me assinar embaixo o seu pronunciamento. Ele não só uma homenagem à nossa querida Marina. (*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei da amizade de V. Ex^a. Ela ligou também para nós e disse que caminharia com V. Ex^a; como também, claro, limitar o gasto exagerado de quem recebe o dinheiro, e não só de quem doa.

Parabéns a V. Ex^a!

Como Líder, até com tolerância, ele já permitiu que o Senador Jorge falasse antes, Senador Alvaro Dias.

Convido-o a vir à tribuna.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Presidente, enquanto o nosso Líder se encaminha à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria só de fazer um registro.

O Município de Tarauacá, no Estado do Acre, está comemorando esta semana o seu centenário de existência, e o Prefeito daquela cidade, o Dr. Rodrigo Damasceno, juntamente com a sua equipe, preparou uma grande festa. Ele tem recebido pessoas de todo o Estado do Acre, e também há uma programação cultural e política acontecendo nesses dias lá.

Então, eu queria fazer este registro aqui, do plenário do Senado.

Essa atividade vai se estender até a próxima quarta-feira, no Município de Tarauacá, no Estado do Acre, ao longo da BR-364.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feito o registro, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu considero da maior gravidade o que está ocorrendo nas relações Brasil/Bolívia. Não há como ignorar fatos que são surpreendentes até, diante da passividade do Governo brasileiro.

Eu quero inicialmente cumprimentar a Rede Bandeirantes, que tem atuado quase que solitariamente na defesa de brasileiros que se encontram sequestrados na Bolívia. A expressão é correta. Houve um “sequestro” de 12 brasileiros na Bolívia, que estão presos de forma ilegal, absolutamente arbitrária, injusta e desumana.

Quem viu ontem o Canal Livre, da TV Bandeirantes, deve estar possuído da indignação que toma conta de mim no dia de hoje. Eu ouvi um relato competente da Dr^a Maristela Basso sobre o que está ocorrendo com esses 12 brasileiros na Bolívia.

São dois fatos que caminham paralelamente: o sequestro dos brasileiros e o asilo do Senador Roger Pinto, acolhido na Embaixada do Brasil em La Paz.

É bom lembrar: esses brasileiros estão presos porque assistiam a uma partida de futebol, em Oruro, entre Corinthians e San José, da Bolívia. Cinco desses brasileiros estavam fora do estádio, quando houve um incidente fatal que levou a vida de um jovem boliviano. Os outros sete estavam no estádio, mas em localidade diferente daquela que promoveu o incidente. Portanto, não há nenhuma prova de que esses 12 brasileiros são responsáveis pela morte do boliviano.

Mas as coisas evoluíram, e esses brasileiros que estão presos foram submetidos ao calabouço, foram submetidos a uma espécie de tortura. São submetidos a uma espécie de tortura. Nas noites frias da Bolívia, são colocados no pátio, nus, para serem observados por todos os presos daquela penitenciária. Já estão doentes. Alguns deles gravemente enfermos.

Quando tivemos o pleito dos advogados de defesa para que se vistoriasse, com a presença deles, o local do incidente no estádio de futebol, surpreendentemente o Governo brasileiro se opôs a essa providência. Tanto é que, num primeiro momento, ela não se efetivou. Houve necessidade de recurso da advocacia de defesa para que ocorresse a vistoria no local em que aconteceu o incidente, na presença dos 12 brasileiros que se encontram presos – na verdade, sequestrados.

O Embaixador provisório, Eduardo Saboia, declarou que tinha ordens para não concordar, em nome do Governo do Brasil, com aquela providência judiciária; e disse que não tinha que dar explicações porque era simplesmente um servidor cumprindo ordens. Isso é muito grave! Por que esse conluio do Governo do Brasil com o Governo da Bolívia? O que há por detrás da prisão desses brasileiros?

E o que é mais grave, Sr. Presidente, o Ministro José Eduardo Cardozo esteve na Bolívia, pretendendo uma audiência com o Presidente Evo Morales. Ficou à espera 18 horas, 19 horas, 20 horas, e a audiência não ocorreu. Pediram que conversasse com o Ministro Quintana, e a postura do nosso Ministro não poderia ser outra: não aceitou a sugestão. Afinal, recentemente, o Ministro Patriota esteve em audiência com o Ministro Quintana, que é um homem do governo boliviano que tem relações estreitas com o narcotráfico. Recentemente, a revista *Veja* publicou matéria informando sobre a participação efetiva do Ministro Quintana nos negócios do narcotráfico boliviano.

O que há não é um desrespeito; nesse caso, não foi desrespeito com o Ministro Eduardo Cardozo, que agiu com dignidade. Há um desrespeito ao Brasil; há uma afronta ao Brasil. O sequestro desses brasileiros é uma afronta ao nosso País. O Governo do nosso País está agindo covardemente. Não é apenas a passividade, é a covardia, a cumplicidade. O Governo do Brasil está sendo cúmplice de um sequestro na Bolívia, e isso tem que ser denunciado.

O Sr. Roger Pinto, Senador boliviano, perseguido pelo governo Morales, que se asilou na nossa Embaixada, também está proibido de receber visitas. No dia 28 de maio completará um ano nesse cárcere privado, porque nem mesmo sol ele pode tomar. Ou seja, um senador boliviano em cárcere privado na Embaixada brasileira, porque sequer sol pode tomar. Há um ano, e a posição do Brasil é contemplativa!

Em relação aos torcedores que se encontram presos, ou sequestrados, na Bolívia, a Dr^a Maristela Basso, que é da Faculdade do Largo de São Francisco, ingressará com um apelo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, junto à OEA, exatamente porque se trata de um desrespeito aos direitos humanos.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Em relação ao governo da Bolívia, a postura é de xenofobia. A postura do governo boliviano é contra o Brasil. Foi assim no final de abril de 2006, quando o governo de Evo Morales decidiu nacionalizar a exploração dos negócios de petróleo e gás no país, e o Presidente ordenou a ocupação pelo Exército dos campos de produção das empresas estrangeiras, sobretudo da Petrobras. As refinarias da Petrobras foram ocupadas por militares e funcionários da estatal boliviana com a complacência do Governo brasileiro, com a omissão do Governo brasileiro, com essa covardia que se instalou no Governo do nosso País, diante de democracias frágeis e sistemas autoritários de governo, sob a camuflagem institucional do Estado de direito.

A democracia boliviana é uma frágil democracia, tanto é que um Senador da República é obrigado a se exilar na embaixada de outro país. E qual é o comportamento do nosso Governo? É de absoluta complacência, é de cumplicidade. São dois fatos caminhando paralelamente, e, certamente, a prisão desses brasileiros, ou o sequestro desses brasileiros se dá exatamente no campo da revanche. Há um revanchismo visível pelo fato de o Brasil ter acolhido, na sua embaixada, o senador boliviano. Em que pese o fato de o Governo brasileiro aceitar as imposições de Evo Morales, cabe, sim, uma intervenção da OEA neste caso. No caso do Senador Roger Pinto, cabe também uma ação dirigida à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que se respeite a Convenção sobre Asilo Diplomático, que foi assinada em Caracas, no dia 28 de maio de 1954.

Sr. Presidente, nós não podemos ficar calados diante desses fatos. E não basta o discurso da tribuna. Pretendo apresentar um requerimento à Comissão de Relações Exteriores convidando o Embaixador da Bolívia para que se pronuncie junto aos Senadores desta Comissão, para que nós possamos questioná-lo, para que ele possa apresentar as justificativas para as atitudes que ocorrem na Bolívia, porque a ordem jurídica daquele país está também sendo afrontada nesse caso do sequestro dos torcedores brasileiros. Não há respeito à ordem jurídica da Bolívia. Por isso, a prisão é ilegal. E nós queremos ouvir, se possível, do Embaixador da Bolívia no nosso País, as razões que levam o governo boliviano a manter brasileiros presos e a impedir que um senador da república tenha salvo conduto para sair do País, já que, ameaçado de morte, lá não pode permanecer.

Quero, mais uma vez, ao final, enaltecer a ação da Rede Bandeirantes, que é o veículo de comunicação no Brasil que está dando importância a esses fatos, que são gravíssimos, são da maior importância, e nos surpreende o descaso que há no nosso País. São seres humanos que lá estão submetidos a uma situação de desumanidade, de violência, em razão de serem brasileiros. A justificativa é esta: são brasileiros. Por isso, estão sendo maltratados na Bolívia; a Bolívia das refinarias invadidas pelos militares; a Bolívia dos carros roubados no Brasil e comercializados naquele país; a Bolívia de agricultores brasileiros, que lá trabalham perseguidos;...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... a Bolívia do narcotráfico, que infelicitiza famílias no Brasil. E o Governo brasileiro se comportando com a passividade e a covardia que não se recomenda a qualquer governo de qualquer país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, permita-me que eu diga que, claro, todos estamos preocupados com a situação dos

brasileiros na Bolívia. Por isso, acho que a Comissão de Direitos Humanos do Senado também tem que se pronunciar. Mediante a provocação de V. Ex^a, positiva, que façamos essa audiência na Comissão de Relações Exteriores e também na Comissão de Direitos Humanos. Não há como o Congresso não se posicionar sobre a situação dos brasileiros que lá estão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Seria interessante, Senador Paim – inclusive eu não integro a Comissão de Direitos Humanos, V. Ex^a com brilhantismo a integra –, um convite à advogada Maristela Basso, que tem diagnóstico...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Presidente.

A Dr^a Maristela Basso, que é a advogada desses brasileiros, tem o diagnóstico completo da realidade vivenciada neste momento lá na Bolívia. Seria interessante que ela fosse convidada para audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, seria uma Senadora inscrita, a não ser que V. Ex^a concorde...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Com certeza, será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a tolerância e a bondade da Senadora Ana Amélia, passamos a palavra ao Líder Wellington Dias, sendo que, neste espaço de cinco minutos, terei a mesma tolerância que tive com o Senador Alvaro Dias, que falou em torno de dez minutos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero registrar que temos que cuidar, com todo o carinho, e assim estamos fazendo, dos atletas brasileiros que enfrentam este momento. Ao mesmo tempo, tenho a convicção de que a área de relações exteriores do Brasil defende sempre os interesses dos brasileiros, os interesses do nosso País, e assim também o fará, de forma corajosa e democrática, respeitando os acordos que existem entre todos os países.

Antes de entrar no tema que me traz aqui, quero, Sr. Presidente, trazer outro assunto. Tive, nesse período, uma agenda importante no meu Estado. Há poucos dias, tratei aqui de investimentos feitos pela empresa Suzano, como a própria empresa diz, por problemas de ordem financeira e, ao mesmo tempo, por ações judiciais que a impedem de continuar os investimentos, provocadas pelo Ministério Público Federal, num questionamento de quem faz o licenciamento, se o Governo Estadual ou se o Governo Federal, por meio do Ibama. Havia uma decisão de suspender investimentos na região de Teresina, Palmeiras, Monsenhor Gil.

Na semana passada, recebi em meu gabinete – ele já havia estado com o Governador do Estado – o Presidente da Suzano, Dr. Walter, e sua equipe. E aqui, a partir de entendimentos feitos com o Governo da Presidenta Dilma, com o Ministro Fernando Pimentel, com o Presidente Luciano Coutinho, foi possível reverter a situação, no sentido de que a empresa mantenha o compromisso da retomada desses investimentos.

Devemos buscar soluções para os problemas colocados, inclusive com a possibilidade de parcerias com outras empresas. E o mais importante, medidas para que as pessoas que ali já trabalham... Já foram feitos investimentos da ordem de R\$500 milhões, de um total de aproximadamente R\$5 bilhões que estão previstos, e eu acredito que, com essa medida, nós temos todas as condições de ter essa confiança, considerando que, ainda hoje, quando estava em Teresina, fizemos uma reunião com o Prefeito Pila e com lideranças do Município de Monsenhor Gil, e ali, juntamente com outras lideranças – destaco aqui o trabalho do ex-Prefeito também, Noronha, e isso é algo que está acima dos partidos naquele Município –, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Governo do Estado, ficou acertada a criação de medidas emergenciais para proteger esses trabalhadores que já estavam em atividades.

Destaco ainda, Sr. Presidente, uma agenda que tivemos aqui, na semana passada, com prefeitos e a bancada federal, com o Ministro Fernando Bezerra, tratando da retomada da Região Integrada de Desenvolvimento da grande Teresina, com a presença do Prefeito de Teresina, Firmino Filho, além de outros prefeitos do Estado do Piauí e do Prefeito Luciano Leitoa, do Estado do Maranhão. A bancada federal do Piauí e do Maranhão unidas para que tenhamos a implantação da Ride. O Ministro prontamente estabeleceu ali um calendário.

Trato aqui também do Abril Vermelho, que acompanhamos. Visitamos o acampamento dos sem-terra. Também da Semana do Índio. Realizamos audiências na Câmara e no Senado. Quero apresentar à Presidenta Dilma e a vários membros da sua equipe a pauta que nos foi apresentada aqui esta semana.

Destaco, ainda, a agenda que está marcada para o próximo dia 30, em Teresina. É uma data que está sendo trabalhada com o Governo do Estado e com a Associação dos Prefeitos Municipais do Piauí, no sentido de garantir um encontro de 12 Ministérios. Alguns Ministros irão pessoalmente a Teresina para uma reunião de trabalho com os 224 Municípios do Estado do Piauí. Parabenizo a Presidenta Dilma por essa iniciativa. Segundo a Ministra Ideli, que coordena esse trabalho, é da própria Presidenta essa ideia. Após o encontro que tivemos aqui em Brasília, no início do ano, agora é o Governo que vai aos Estados para dar solução,

Município a Município, às obras em andamento, aos convênios, aos programas, enfim, o que considero da maior importância. Então, a nossa bancada federal e eu, pessoalmente, consideramos uma medida fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado.

Sr. Presidente, quero tratar aqui de uma agenda que fiz esses dias, comandada pelo Partido dos Trabalhadores, com a presença da nossa bancada estadual na Assembleia. O Deputado Fábio Novo, que é o nosso Presidente, tem comandado esse trabalho, bem como a minha suplente de Senador, Regina Sousa. Destaco aqui a presença dos Deputados João de Deus Sousa, do Deputado Merlong Solano, da Deputada Flora Izabel, da Deputada Rejane, do Deputado Cícero Magalhães, dos Deputados Federais Nazareno Fonteles, Jesus Rodrigues e Assis Carvalho. Estivemos, junto com o Governo do Estado, na inauguração da agência do INSS na cidade de Altos. Lá, com a Prefeita Patrícia, com sua equipe, com vereadores e lideranças de vários partidos, comemoramos uma das 11 agências do INSS que estão sendo inauguradas em meu Estado.

Ali, anunciei também a importância desse trabalho para facilitar a vida dos trabalhadores rurais. Iniciada lá atrás, no governo do Presidente Lula, quando ainda era Ministro, e hoje é nosso colega, Senador José Pimentel, uma emenda do Deputado Nazareno Fonteles, que deu essa importante condição de ter as agências do INSS em mais regiões do Estado do Piauí, assim como em outros Estados brasileiros.

Ali, nós tratamos não só do aniversário do Partido dos Trabalhadores, desses 10 anos de um governo democrático e popular, mas também de novos investimentos na área da educação, saúde, social...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Destaco aqui o pleito da construção da BR-226 ali, naquele Município. Eu ainda com essa equipe tive a oportunidade de visitar os Municípios de Beneditinos, onde tratamos com lideranças dos diferentes Partidos sobre a necessidade de retomada da obra da unidade de saúde, quadras poliesportivas, Unidade Básica de Saúde.

Estive no sindicato dos trabalhadores rurais, tratando de um projeto de piscicultura e de irrigação, como também da conclusão da ponte sobre Rio Gamela. Eu destaco ainda a visita que fizemos a Pau D'Arco, onde tratamos sobre investimentos no MEC. Lá temos de dar solução a uma situação de inadimplência do Município. Alto Longá, onde foi cobrada a conclusão da rodovia que vai em direção a São João da Serra, onde a ponte sobre o Rio Poty, iniciada no meu governo, já ficou pronta. Também foi cobrada a BR-226. Ali foi cobrada pela liderança, e aqui destaco o ex-prefeito César Sindô, que pede que no asfaltamen-

to seja contemplada uma alça sobre o povoado Buriti Só. E ainda o Município de Novo Santo Antônio, onde também foram apresentados projetos para a construção de barragens, para equipamentos da unidade de saúde que ficou pronta e o Prefeito Edgar Bona, que acaba de tomar posse, também pediu apoio para várias ações, dentre elas a ponte sobre o Rio Canudos, que considero da maior importância para o Município.

Essas visitas, portanto, têm sido de grande destaque, não só pela participação de lideranças dos mais diferentes Partidos. Fico feliz, porque em cada Município, Sr. Presidente, independentemente das disputas locais, tivemos a presença de lideranças de todos os Partidos.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Finalmente, quero aqui Sr. Presidente, na verdade, dar como lido pronunciamento em que trato sobre o aniversário de 53 anos de Brasília e transcrevo aqui com base em um pronunciamento feito pelo nosso Governador Agnelo. Reconheço daqui todo o esforço de sua equipe para fazer um projeto ousado.

Entendo que o Distrito Federal teve poucos momentos em toda a sua história com tantos investimentos, e não só o estádio Mané Garrincha, do qual acompanhamos a construção, mas nos 53 anos eu diria que quem ganha é o povo do Distrito Federal.

É uma cidade que representa a síntese de muitos brasileiros e brasileiras, moram muitos piauienses aqui no Distrito Federal. Hoje é um território cheio de oportunidades.

E vejo aqui esse esforço do nosso Governador, que conhece bem os seus problemas e desafios, e trabalha no sentido de garantir qualidade de vida, mais planejamento urbano; mais segurança; uma melhor educação para as crianças e jovens; maiores cuidados com o meio ambiente, uma saúde pública digna e atenciosa aos seus doentes.

Então, nesse aniversário da cidade, e eu ressalto aqui esse pronunciamento, que eu espero que possa ser contemplado na íntegra, Sr. Presidente, registrando que, verdadeiramente, há o que comemorar, e grandes desafios que, com certeza, esperamos ver vencidos aqui na Capital. No aniversário da cidade, precisamos realizar uma profunda reflexão sobre os problemas e os desafios de Brasília, nos diz o Governador Agnelo. E todo o Brasil, diz ele, sabe...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... que a cidade atravessou uma grave crise institucional e política, por isso que ainda maior é o seu desafio.

Então, dou como lido aqui este pronunciamento e, com certeza, parabenizo o povo do Distrito Federal, que nos recebe com todo o carinho.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Discurso Aniversário 53 anos de Brasília

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Brasília acaba de completar 53 anos de idade.

Há cinco décadas esta cidade é a síntese dos esforços de milhares de brasileiros e de brasileiras.

Um território cheio de oportunidades!

Brasília é a cidade de quem estuda; de quem trabalha; de quem produz; de quem acredita no esforço pessoal, mas também de quem não abre mão de 'viver em sociedade e acreditar na solidariedade entre as pessoas...

Brasília cresce! Fica maior a cada dia.

Os seus problemas e os seus desafios são os mesmos de qualquer outra grande metrópole do Brasil:

Brasília quer mais qualidade de vida; mais planejamento urbano; mais segurança; uma melhor educação para as crianças e para os seus jovens; maiores cuidados com o meio ambiente; uma saúde pública digna e atenciosa aos seus doentes.

No aniversário da cidade precisamos realizar uma profunda reflexão sobre os problemas e os desafios de Brasília.

Todo o Brasil sabe que a cidade atravessou uma grave crise institucional e política.

A Brasília que foi entregue ao governador Agnelo Queiroz, do PT, estava afundada em dívidas; inadimplente com o Governo Federal, mal cuidada e muito maltratada!

Nos últimos dois -anos o governador Agnelo trabalhou duro para virar a página dessa triste história que marcou recentemente o Distrito Federal.

Todos assistiram aos ataques covardes e infundados contra a pessoa do governador.

Assistiram a sua coragem de abrir sigilo bancário; de enfrentar esquemas fraudulentos que pretendiam ingressar na administração pública do DF; de auditar contratos suspeitos; de exigir na justiça a devolução dos recursos desviados por corruptos do passado e instaurar a decência na gestão do bem público.

Brasília tem muito a comemorar nesses 53 anos de idade.

Comemorar a sintonia do governador Agnelo com a presidenta Dilma.

Brasília e o Brasil hoje estão de mãos dadas!

Na área da saúde, a maior prioridade da gestão, as ações conjuntas empreendidas pelo Ministério e pela Secretaria de Saúde do DF estão presentes em diversas áreas:

No Caminhão da Mulher – 3 unidades móveis que atendem mulheres pobres com exames básicos da saúde feminina (mamografias/ papanicolau e ultras-

sonografias). Mais de 30 mil mulheres já receberam esses serviços;

A saúde avança também na ampliação da rede de atendimento. 4 UPAS já foram construídas e estão funcionando;

O Mutirão das cirurgias; que já proporcionou há mais de 4 mil pessoas a resolução da sua enfermidade; zerando inclusive a fila para o caso das cirurgias de catarata;

O Brasil Sorridente; programa federal de assistência à saúde bucal é uma realidade no DF, como também é a modernização e o fortalecimento da atuação das equipes do SAMU.

O governador reformou e também reconstruiu pronto socorro de vários hospitais públicos e outros 28 centros de saúde foram modernizados e revitalizados.

Inaugurou uma nova farmácia de distribuição de remédios de alto custo na cidade de Ceilândia.

Contratou, por concurso público, mais de 10 mil profissionais entre médicos, enfermeiros, assistentes e auxiliares de saúde.

Brasília é recordista no número de transplantes de coração e de córnea. O número UTVs foi ampliado em mais de 200 novos leitos. Um rede de Clínicas da Família – com 42 unidades – está sendo entregue à população. A cobertura do Programa Saúde da Família, que era de apenas 12% no DF; com Agnelo passou para mais de 30% em dois anos.

Mais de mil pacientes foram retirados dos hospitais para receberem tratamento nos seus domicílios, com a humanização dos cuidados pela família e o treinamento e o acompanhamento profissional. Ou seja, mil leitos foram disponibilizados por conta do 'atendimento em casa dos pacientes crônicos.

Todas essas realizações na área de saúde são inquestionáveis.

Não há governo antes de Agnelo que investiu mais nesta área; que tenha contratado mais; que tenha atendido tanto quanto o atual governo do DF.

Só não consegue ver e reconhecer essas conquistas aqueles atacados pela cegueira eleitoral ou pela dor de cotovelo político.

Na área da mobilidade urbana, a dobradinha do governador Agnelo com a presidenta Dilma também está dando resultados.

O PAG Mobilidade trouxe para o DF uma vasta carteira de empreendimentos na área do transporte público:

Destaco a construção do Expresso DF – Eixo Sul (Trecho Gama/Santa Maria até o Plano Piloto); a expansão do metro em mais duas estações na Ceilândia e em Samambaia; a expansão até o começo da Asa Norte; a retomada do VLT; o BRT Eixo Oeste – Taguatinga/Ceilândia e o túnel rodoviário' ao final da EPTG – centro de Taguatinga.

Seiscentos quilômetros de ciclovias estão sendo construídas em diversas cidades do DF.

Portanto, essa sintonia tirou Brasília da inadimplência; das dívidas; e da vergonha.

O governo Agnelo também se dedica ao cuidado com as pessoas.

Cuidar das crianças; dos jovens; daqueles que precisam de mais saúde; das pessoas com deficiência; das mulheres e dos idosos.

No governo Agnelo, gente tem mais valor do que qualquer outra coisa!

Foi por isso que houve a parceria com a sociedade civil e hoje funciona o Hospital da Criança José de Alencar, atendendo mais de 5 mil crianças por mês.

Estão sendo construídas 65 creches públicas. Estarão disponíveis mais de 20 mil vagas para a educação infantil.

Foi implantado o cartão para a compra de material escolar pelas famílias mais pobres. O ensino integral – com 10 horas aulas e 5 refeições por dia – já beneficiam milhares de estudantes e dezenas de escolas públicas.;

Foi construído o CentroPop, que acolhe, ampara e respeita o morador de rua do Distrito Federal.

Nas escolas públicas da área rural do DF as crianças agora recebem além da merenda escolar um café da manhã.

Os agricultores familiares vendem a sua produção para o governo local, através do programa de apoio a Agricultura Família, o PAPA-DF.

O GDF constrói 4 novas unidades de internação e recuperação dos adolescentes em conflito com a lei!

O CAJE, vergonha de Brasília e do Brasil, será demolido e no seu lugar surgirá um novo modelo de atendimento aos adolescentes.

Vinte mil famílias pobres foram incluídas no Programa Bolsa Família.

A alegria de saber ler e escrever já é realidade para mais de 6 mil jovens e adultos, por ação do DF Alfabetizado.

O Programa QualifiCopa proporcionou aos jovens mais qualificação profissional e oportunidades de trabalho.

Graças ao governador Agnelo o usuário dos serviços de transporte será finalmente respeitado.

Ônibus velhos; inseguros e sujos em breve serão outra página virada na história do DF.

Com muita persistência; vencendo mais de 130 ações judiciais e administrativas, o governador concluiu a licitação para a troca de todas as operadoras dos serviços de ônibus e a renovação da na capital federal.

Algo que não era feito desde a fundação de Brasília, ou seja, há mais de 50 anos.

Nenhum governador teve a coragem de enfrentar os barões do transporte público coletivo do DF. Agneio teve.

Não só realizou a licitação como interveio e assumiu o controle operacional de um poderoso grupo de empresa de ônibus.

Brasília finalmente terá um serviço de transporte com qualidade e com dignidade.

O Programa Acelera DF, com mais de 189 obras civis; injeta na economia local R\$ 1,9 bilhão em investimentos na recuperação do asfalto das ruas e avenidas; na ampliação e construção de rodovias; na oferta de esgotamento sanitário.

Brasília convive hoje com a menor taxa de desemprego da história, segundo dados do Dieese.

Foram gerados nos últimos 2 anos 100 mil novos postos de trabalho.

Foram criados no DF vários canais institucionais para ouvir e interagir com a sociedade organizada.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social reúne 80 personalidades públicas da capital federal discute os principais problemas e indica as melhores soluções para superá-los.

O Orçamento Participativo é hoje o espaço onde a população encontra no governo a garantia de que as suas prioridades serão atendidas e respeitadas.

Há uma mesa permanente de negociação com as diversas entidades representativas dos trabalhadores.

O GDF acaba de celebrar um acordo histórico com os professores e as professoras da rede pública.

Um acordo que vai impedir que se tenha greve na rede pública de ensino nos anos de 2013 e de 2014.

Um acordo que proporcionou aos professores do DF o atendimento de reivindicações históricas e um reajuste de até 32% nas remunerações.

No governo Agnelo não houve e não há violência desmedida ou brutal contra nenhum grupo social ou manifestante.

Houve tolerância nos momentos mais tensos, mas também houve rigor e firmeza no cumprimento da lei.

A Secretaria de Transparência e Controle do DF, pioneira na administração pública, é um modelo na postura de radicalizar o acesso da população às informações sobre as despesas e os recursos do governo.

O portal da transparência é um dos mais avançados da federação.

A lei de acesso à informação vigora e o cidadão tem assegurado o direito de saber sobre todos os atos do governo.

A postura vigilante do governador quanto à probidade administrativa selou uma grande marca na sua gestão: não há denúncia que não seja apurada; e tam-

bém não há nenhum responsável devidamente apontado em processo legal que não seja punido!

Grandes responsabilidades estarão nas mãos do governador para os próximos dois anos.

A cidade será a anfitriã da abertura da Copa das Confederações, já no próximo dia 15 de junho.

Receberá sete grandes jogos durante a Copa do Mundo de 2014.

Milhares de torcedores brasileiros; milhares de torcedores de diferentes países terão a oportunidade de serem acolhidos com carinho e respeito pelos moradores da capital federal.

Brasília se preparou bem para Copa das Confederações e para a Copa do Mundo.

A Presidenta Dilma realizou a concessão para a iniciativa privada do Aeroporto Internacional Juscêlino Kubistchek.

Com isso, a capital vai receber R\$700 milhões para a ampliação e modernização do seu aeroporto.

Temos aí o Estádio Nacional Mane Garrincha.

Brasília é a capital do Brasil. Capital de todos nós brasileiros.

O estádio terá 71 mil assentos. 226 sanitários. 12 vestiários. 22 elevadores. 60 escadas. 50 rampas. 40 bares. E 14 lanchonetes.

O Estádio Nacional de Brasília Mane Garrincha é mais do que um estádio. Nele haverá até jogo de futebol, mas não servirá apenas ao futebol como proclamam alguns incautos.

Temos em Brasília na verdade uma Ecoarena.

Nessa mega arena ocorrerão diversas e múltiplas atividades sociais, culturais, artísticas, religiosas e turísticas. Grandes eventos nacionais e internacionais agora terão um espaço apropriado e bem localizado.

Portanto, quero concluir parabenizando Brasília pelos 53 anos de fundação.

Parabenizar o governador Agnelo pelo trabalho desenvolvido e pela agenda construída para o futuro da capital do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem, Senador Wellington Dias, eu estava dando o mesmo tempo que eu dei para o Senador Alvaro Dias. Por isso, V. Ex^a ainda tinha mais dois minutos, mas, gentilmente, cedeu espaço para a nossa Senadora Ana Amélia, que está aguardando e permitiu que outros três Senadores falassem antes que ela.

Então, convidamos à tribuna, nesse momento, Senadora Ana Amélia, pelo tempo de 20 minutos, com a tolerância da Presidência, se assim for necessário.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, meu colega da Bancada do Rio

Grande, Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, não é próprio de falar das homenagens que a gente recebe, mas, como eu recebi duas, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já cumprimento a V. Ex^a, porque eu já falei também, e eu acho que não há nada de mais poder ouvir V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... eu queria explicar por que eu vou falar, porque eu queria compartilhar esta honraria que eu recebi do Ministério do Exército, da Ordem do Mérito Militar, na sexta-feira, Dia do Exército Brasileiro, com os meus eleitores. Uma comenda dessa natureza, Senador, tem a ver com o exercício do nosso mandato e ela só existe em função do nosso trabalho. O reconhecimento é uma espécie de pagamento que recebemos pela dedicação que temos aqui. Então, eu fiquei muito honrada e quero compartilhar, não só a comenda da Ordem do Mérito Militar, que eu recebi na sexta-feira, mas também a Medalha da Inconfidência, a Grande Medalha da Inconfidência, que eu recebi em Ouro Preto, neste domingo, numa cerimônia muito importante pelo simbolismo que aquela cidade de Ouro Preto tem, no centro da praça, Senador Pedro Taques, próximo àquele enorme obelisco, encimado por Tiradentes, na frente do Museu da Inconfidência.

A minha alegria foi muito grande e também a compartilho com os meus eleitores por ter recebido a Medalha da Inconfidência, reconhecida nacionalmente.

Agradeço ao Governo de Minas Gerais, na pessoa do seu Governador Antonio Anastasia, e do Vice-Governador, Alberto Pinto Coelho, que é o Presidente do meu Partido naquele Estado, especialmente porque estava sendo homenageado com o Grande Colar da Medalha da Inconfidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, que fez um discurso exaltando os ideais libertários e usou uma frase que, para mim, foi a mais bonita pronunciada, que foi: “Liberdade é uma expressão ou uma palavra que poucos explicam, mas todos entendem.”

Então, é exatamente esse o espírito da Inconfidência Mineira, da liberdade que os mineiros expressam na sua própria bandeira, manifestam pela contribuição que deram ao escrever a história do Brasil com o olhar, o esforço e até o sacrifício da morte em favor e em defesa da liberdade.

Eu queria agradecer muito o recebimento dessas duas medalhas também ao nosso colega, Senador Aécio Neves, e compartilhar a honraria. Agradeço essas duas distinções que compartilho com os eleitores.

Mas eu gostaria também de sublinhar, Senador Paulo Paim, em relação ao Exército. Eu tenho grande respeito pelas instituições militares, pelo que elas representam para o País. E eu gostaria de referir aqui os projetos estra-

tégicos que são indutores da transformação, eu diria não do Exército, mas da transformação tecnológica do Brasil.

Quando se pensa em Exército, em armamento, logo se pensa em guerra ou em defesa. Mais do que isso, a área militar é, na produção desses equipamentos de defesa, um grande indutor de acesso à tecnologia, de inovação tecnológica.

Então, os projetos Astros 2020, Sisfron ou Recop – Projeto de Recuperação da Capacidade Operacional, Defesa Cibernética, Senador Paim, Proteger e Guarani, além de Defesa Antiaérea representam na composição de projetos estratégicos aquilo que o Ministério do Exército, o Comando Militar também do Exército, tem como prioridades. Nós, aqui – eu, pelo menos –, na Comissão de Relações Exteriores, com muita honra, farei um grande esforço para lutar em favor desses grandes projetos, porque não são para a área militar, mas para todo o desenvolvimento tecnológico brasileiro na hora em que, no século XXI, está-se falando em TI, tecnologia da informação, em 4.0, no setor industrial, que é a conversa que os computadores fazem entre si que a área da cibernética, a área da indústria de defesa representará como acesso à tecnologia. Então, eu queria agradecer muito essas distinções e compartilhá-las com os eleitores.

Mas eu queria tratar de um assunto, Senador Paim, que aflige milhares de famílias do nosso Rio Grande do Sul, certamente, de outros Estados brasileiros, que é relacionado ao consumo abusivo de drogas e entorpecentes, uma ameaça à saúde dos usuários e um problema social com impactos preocupantes, não apenas no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo. Só quem tem um conhecido, um amigo ou alguém da família dependente de algum tipo de droga, sabe o drama que é lidar com essa situação.

Recentemente, aliás, ouvimos do ex-jogador Casagrande, agora, comentarista de televisão, a libertação que teve das drogas, mas graças à ação de um filho dele que, involuntariamente, o internou numa clínica. E ele reconheceu, depois de desintoxicado, já descobrindo a recuperação da autoestima e o retorno à vida e à atividade que faz, descobrindo que, não fosse aquele gesto do filho de interná-lo compulsória ou involuntariamente, ele talvez não estivesse conversando, falando e voltando ao trabalho.

Então, penso que o exemplo do Casagrande, que teve a coragem de expressar num livro sobre os seus demônios, pode contribuir decisivamente para aquilo que estamos trabalhando aqui.

O filme “O Acordo”, que está em cartaz nos cinemas, conta a história também real de um pai de família, interpretado por Dwayne Johnson, que vê o mundo desabar quando o filho do primeiro casamento

é preso por porte de drogas. Mesmo sendo vítima de uma emboscada, o filho é condenado a 10 anos de prisão. Inconformado, o pai coloca a própria vida em risco, infiltra-se em um complicado esquema ilegal de tráfico de drogas, para ajudar as autoridades policiais a fim de atenuar, deste modo, a pena do filho preso.

Se um pai é capaz de fazer isso por um filho, imaginem as mães e outros familiares que convivem com filhos, muitos deles implorando pela internação compulsória ou por uma solução que diminua o sofrimento provocado pela dependência química?

A família também adocece com o usuário e cria-se uma situação de desespero e descontrole, como mostram as estatísticas oficiais.

Só no Rio Grande do Sul, o número de usuários de *crack*, uma das drogas mais devastadoras da atualidade, aumentou, nos últimos 10 anos, de 0,2% para 0,8% da população do meu Estado, segundo dados do Ministério da Saúde. Significa que dos 10,6 milhões de habitantes gaúchos, 85,5 mil, lamentavelmente, já são hoje dependentes de *crack*.

As estatísticas do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, órgão vinculado à Secretaria Nacional Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça – que será coordenada pelo Defensor Público de São Paulo Vitor André Maximiano, nova nomeação publicada hoje no Diário Oficial da União – mostram que o consumo de drogas, independentemente do tipo, ocorre em 22,8% da população.

O *crack* já é utilizado por 0,7% dos brasileiros. A cocaína, consumida por 3,2% da população, está entre as drogas mais usadas no País, de acordo com levantamento domiciliar feito com base em informações de quase 8 mil entrevistados com idade entre 12 e 64 anos, de 108 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes.

São estatísticas que, certamente, quando atualizadas, mostrarão uma realidade ainda mais preocupante! Não podemos fechar os olhos para esses fatos. Esta Casa tem a obrigação de debater o assunto e propor medidas que, em conjunto com outras iniciativas já existentes no Poder Público e no setor privado, viabilizem a melhora da qualidade de vida da população, com mais segurança, mas, sobretudo, com mais saúde.

Na última sexta-feira, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo debateu essa questão, especialmente sobre a internação compulsória de dependentes químicos, tratada no PLS nº 111, de 2010, substitutivo de minha autoria apresentado ao projeto do ex-Senador Demóstenes Torres. Essa proposta foi aprovada neste mês pela Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, presidida pelo competente e aplicado Senador Waldemir Moka, do PMDB do Mato Grosso do Sul. O projeto de lei prevê, entre outros pontos, a determinação judi-

cial de encaminhamento a tratamento ou à internação compulsória de usuário de drogas.

Queria, sobre este aspecto, Senador João Costa, chamar atenção para um detalhe.

A área de direitos humanos tem muita preocupação, com fundamentadas razões, em evitar que a internação compulsória signifique a perda dos direitos individuais. É uma violência à cidadania.

Na verdade, substitutivo, como a própria palavra já diz, substitui. O substitutivo que eu fiz, Senador Pedro Taques, altera radicalmente, porque o projeto original do Senador Demóstenes previa inclusive o apenamento do dependente químico, multa e internação, independentemente de qualquer análise de saúde, tratando mais como segurança pública e repressão do que propriamente internação para desintoxicação e recuperação do dependente químico.

Nesse substitutivo, foram resguardados esses direitos individuais. É claro que um cidadão sob o efeito de drogas não tem discernimento para saber se está fazendo bem ou mal, como disse Casagrande naquela entrevista reveladora: “Eu perdi o senso.” Mas o gesto de amor que seu filho teve de interná-lo compulsoriamente salvou-o das garras da dependência química, da cocaína, do *crack*, da maconha, de todas as drogas.

No caso do substitutivo, Senador Pedro Taques, primeiro, só o juiz pode determinar; segundo, antes de o juiz se manifestar, um grupo formado por três profissionais de saúde, incluindo um médico e, se possível, um psiquiatra, deve dizer se o dependente precisa ser internado. Só então, depois dessa avaliação médica, o juiz vai determinar, se ele entender assim, a internação compulsória.

Portanto, retira a multa, retira o aprisionamento. As pessoas não vão caçar o dependente, porque, para ser internado, será necessária a palavra dos especialistas em saúde. Preservam-se, assim, todas as condições em relação aos direitos individuais.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senadora Ana Amélia, inicialmente, quero cumprimentá-la pela honraria recebida em Minas Gerais: a Medalha da Inconfidência. Poucos brasileiros e poucas brasileiras recebem essa homenagem. V. Ex^a é uma daquelas pessoas cuja homenagem não vai ficar só pregada na roupa, mas é recebedora desse preito. Parabenizo o Governador do Estado de Minas Gerais pela escolha e também o conselho, a comissão que faz a escolha por V. Ex^a ter sido distinta com essa medalha. Quanto à segunda parte da sua fala, existe um preconceito em relação a essa internação. Dizem que ofende os direitos fundamentais do cidadão. Eu pergunto a V. Ex^a, neste debate que nós estamos a fazer: qual a diferen-

ça de um indivíduo para este copo? Este copo é uma coisa. Este copo não tem dignidade. Este copo não é um fim em si mesmo; é um meio para atingir um fim. O indivíduo tem dignidade. E uma das características da dignidade, uma das expressões da dignidade é a liberdade: a possibilidade de escolher o seu destino; a possibilidade de ter a opção de fazer escolhas, de eleger caminhos. Eu pergunto: aquele cidadão que está drogado pode fazer escolhas? Ele está “coisificado”; ele está se transformando em uma coisa. Nós precisamos “descoisificar” esse cidadão. Eu sou favorável a este tipo de internação. O Ministério Público do Estado de São Paulo realiza um trabalho semelhante na Cracolândia. Eu sou favorável a isso. Ninguém quer desrespeitar direitos fundamentais daquele cidadão. O que se busca é retirar-lhe a característica de coisa, porque ele não pode escolher o seu destino; ele não tem mais a autodeterminação, que nos faz diferentes deste copo. Por isso, eu sou favorável e quero manifestar o apoio a esse substitutivo de V. Ex^a. “Ah, sim, nós estamos violando direitos fundamentais do cidadão.” A Constituição garante o direito à existência, mas essa existência não é qualquer existência. Deve ser uma existência digna no seu sentido moral, no seu sentido material. E uma existência digna no sentido moral significa direito de ter direitos. E aquele cidadão viciado se encontra na mais baixa situação de degradação humana está se transformando em uma coisa, e precisamos ajudá-lo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É exatamente esse o sentido da alteração feita nesse substitutivo, Senador Pedro Taques.

Eu penso que os exemplos estão aí para nos revelar a oportunidade de encararmos esta questão dessa forma, com racionalidade, mantendo as condições pragmáticas do atendimento de resolver essa questão. Caso contrário, poderemos entrar num beco sem saída nessa matéria que está, digamos, dizimando muitas famílias, destruindo muitas famílias por conta de um membro da família ser dependente de *crack*.

O assunto foi muito discutido na Comissão de Assuntos Sociais, e o projeto, aprovado por maioria, com o voto contrário do Senador Humberto Costa, que tem se dedicado a essa questão, e do Senador Eduardo Suplicy, foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos, onde terá caráter terminativo. Eu só espero que esse projeto não seja, na Comissão de Direitos Humanos, mutilado, porque, como eu expliquei – V. Ex^a é advogado, homem das leis, e sabe disso –, claramente ele não retira nenhum direito individual do cidadão, que, enquanto está sob o efeito da droga, não tem discernimento sobre si mesmo. Depois de observadas as regras de atendimento e após a análise médica, um

juiz precisa dar a palavra. Não se pode simplesmente jogar o cidadão dentro de uma clínica.

É preciso também ter uma visão clara da necessidade de darmos apoio às chamadas, hoje, equivocadamente – eu penso –, comunidades terapêuticas. Estou trabalhando intensamente na criação de um marco regulatório sobre essas instituições, que deveriam ter outro nome: casas de acolhimento, casas de ressocialização, casas para recuperar a autoestima, como quiserem. A palavra terapêutica dá ideia de uma clínica com a necessidade de médicos. A comunidade hoje reúne as pessoas que sofrem da dependência, que sofrem da doença chamada dependência química, exatamente para, no conjunto, seja com orientação religiosa, seja com orientação filosófica, buscarem a recuperação da sua autoestima e se libertarem das drogas, porque a dependência é, como dizem os especialistas, uma doença.

Então, essas entidades, as chamadas hoje comunidades terapêuticas estão fazendo um papel extremamente importante. O Senador Wellington Dias aqui tem trabalhado muito. Ele conhece, no Estado dele, no Piauí, assim como eu conheço no Rio Grande do Sul o que tem sido feito. Nós ouvimos depoimentos aqui de muitas comunidades que deixo de citar, para não cometer injustiça, e de outras tantas que, espalhadas pelo Brasil, estão fazendo um trabalho social de grande relevância, salvando muitos e muitos jovens da dependência química, da dependência das drogas e recuperando esse cidadão ou essa cidadã para o convívio familiar, para o trabalho, enfim, para a própria vida.

É uma questão importante essa, que merece a atenção desta Casa. Temos debatido o assunto com o Governo Federal e com especialistas nessa matéria. A meu ver, existe uma visão conflitante sobre o problema dentro do Governo. O Ministério da Justiça trata o tema como um assunto de segurança pública e, por isso, tende à repressão, enquanto o Ministério da Saúde tem uma percepção clara...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...de que a dependência química é uma doença e, como tal, deve ser tratada. Foi isto que nós buscamos: adaptar o projeto nesse Substitutivo do PLS nº 111, referido há pouco.

É preciso esclarecer que o dependente químico é um doente, e não um criminoso. É claro que ele pode ser um criminoso na hora em que mata ou assalta para ter dinheiro para comprar droga; mas, antes de ser um dependente químico, ele é um doente. Ele não precisa de cadeia, mas de um tratamento adequado, supervisionado.

A visão do substitutivo é muito mais humanista e focada na saúde pública. Precisamos desse equilíbrio. A sociedade quer uma resposta, e o Poder Público pre-

cisa se posicionar sobre este problema tão presente na nossa sociedade.

Como médico, o Senador Waldemir Moka também demonstrou preocupação com o tema. Segundo ele, existem muitos usuários de drogas que nunca se tornam viciados. Mas há outros, segundo o Senador, que até matam com o objetivo de adquirir dinheiro para o consumo de mais drogas, requerendo, neste caso, a internação compulsória. Por isso, a importância de uma comissão técnica para avaliar cada situação antes de determinar a internação do paciente, como prevê o substitutivo que eu elaborei.

Nos debates feitos nesta Casa, o Senador Sodré Santoro disse que as chances de os usuários de drogas se tornarem viciados e, posteriormente, traficantes são muito grandes. Não há dúvida de que o consumo de drogas aniquila a juventude e aumenta o sofrimento dos usuários, mas, sobretudo, das suas famílias.

As ações que têm sido adotadas em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, Belo Horizonte e em outras capitais brasileiras mostram que o debate sobre a internação compulsória de dependentes químicos se torna cada vez mais urgente e necessário.

Dados recentes divulgados pelo Jornal *Estado de Minas* mostram que, após mais de um ano do lançamento de um megaprograma de combate às drogas chamado Crack, é possível vencer, que previa a aplicação de R\$4 bilhões até 2014, apenas – apenas, Senador João Costa – R\$147 milhões foram previstos no Orçamento do ano passado, e, desse somatório, apenas R\$16,8 milhões, ou seja, 10,8% do total, foram efetivamente aplicados no programa, coordenado pelo Ministério da Saúde, Educação, Justiça e Secretaria de Direitos Humanos. O cenário fica ainda mais dramático se considerarmos que, no mesmo período, o Ministério da Saúde foi obrigado a desembolsar R\$116,8 milhões com mais de 150 mil internações de dependentes de droga.

A situação preocupa também no caso do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), que financia programas de vários Ministérios. Dos R\$322,5 milhões autorizados para uso em 2012, apenas 4,6% do valor, ou seja, R\$14,8 milhões foram, de fato, destinados à finalidade do fundo.

Lamentavelmente, ações básicas de prevenção e assistência aos usuários de drogas não têm saído do papel. Enquanto isso, famílias inteiras sofrem em busca de internação ou de uma saída possível para um drama tão difícil e recorrente em nosso País.

O respeitado médico Drauzio Varella acompanha dependentes de *crack* há mais de 20 anos e tem dito, repetidas vezes, por que é favorável à internação compulsória dos usuários de *crack* que perambulam pelas ruas feito verdadeiros zumbis.

Segundo a autoridade médica, todas as experiências mundiais com a liberação de espaços públicos para o uso de drogas foram abandonadas porque houve aumento da mortalidade. Ninguém conhece, por isso, o melhor método para tratar a dependência de *crack*.

Certamente, a internação compulsória não acabará com o consumo dessa violenta droga, principalmente se as medidas públicas não vierem acompanhadas da criação de serviços ambulatoriais que ofereçam suporte psicológico e social para a reintegração social do usuário.

O consumo de *crack* é uma epidemia e deve ser tratada como tal! Se a decisão de internar pessoas com a sobrevivência ameaçada pelo consumo da droga amadureceu a ponto de ser implantada, vamos nessa direção. É pouco, mas é o primeiro passo. Liberdade é diferente de irresponsabilidade ou displicência, desleixo ou ainda negligência. Não podemos fechar os olhos para esse grave problema. As famílias que vivem na pele esse drama esperam ações de nossa parte. Essa é uma delas!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Costa.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Srª Senadora Ana Amélia, gostaria de parabenizá-la pelas merecidas homenagens que a senhora recebeu: a Ordem do Mérito Militar, na sexta, e a Medalha da Inconfidência, no domingo. A senhora é um orgulho para o povo do Rio Grande e um orgulho também para os brasileiros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Com relação à droga, essa epidemia que está tomando conta do Brasil, nós precisamos, Senadora, tratar os usuários de droga e suas famílias com amor, mas precisamos ser implacáveis com os traficantes.

Senador Pedro Taques, é muito importante V. Exª estar aqui. Nós estamos analisando aqui o Projeto de Lei nº 236, o futuro Código Penal, que está descriminalizando o uso de drogas com relação à droga suficiente para ser usada por até cinco dias. Normalmente, um usuário de *crack* usa cinco pedras por dia; cinco vezes cinco dias são 25 pedras. Se o traficante se encarregar de pegar dez usuários – traficantes da periferia, traficantes do morro, do entorno de Brasília – e se esses dez estiverem com 25 pedras cada um, eles vão destruir qualquer centro de cidade: destroem Palmas, que é menor; destroem Brasília, que é maior; e destroem São Paulo.

Então nós precisamos ser cada vez mais duros com os traficantes, mas precisamos saber amar os usuários e suas famílias, que sofrem muito. Penso que nós

precisamos caminhar na direção de equacionar tudo isso e melhorar a vida desse grupo que sofre tanto.

Muito obrigado.

Considerando a ausência do Senador Valdir Raupp, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou trocar com o Senador Pedro Taques porque, em seguida, vou ficar presidindo, para V. Ex^a falar. Então, o Senador Pedro Taques fala agora, eu falo em seguida, depois eu ficarei para ouvir V. Ex^a. Naturalmente, vou ouvir também o Senador Romero Jucá, como ouvi o belo pronunciamento da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo, então, a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço inicialmente a S. Ex^a, o Senador Paulo Paim, nobre representante do Rio Grande do Sul, que me permitiu fazer essa inversão.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela Agência Senado, amigos das redes sociais, no meu primeiro ano de mandato, 2011, falei aqui e em dezenas de jornais, *sítes* e rádios sobre a anunciada intenção do Governo de Mato Grosso de repassar a Organizações Sociais (OS) o comando das unidades hospitalares do Estado. Sob o argumento – isso do Governo do Estado em 2011 – de que a saúde estava “um caos”, o atual Governo – que apesar de todo esse discurso é, na verdade, a continuidade da gestão anterior – queria livrar-se de suas responsabilidades, entregando as decisões da saúde pública nas mãos de entidades privadas. Desde aquele momento eu critiquei de forma veemente essa proposta.

Como qualquer mato-grossense e brasileiro, Sr. Presidente, que luta por melhores condições e pelo fortalecimento da saúde pública, não posso me furtar de alertar sobre os perigos da privatização de um direito fundamental do cidadão. A Constituição estabelece o direito à vida, o direito à existência, mas não é qualquer vida, não é qualquer existência. A vida tem de ser digna, e para que seja digna, cada pessoa precisa ter as condições de saúde para viver. E isso não vem acontecendo, ao menos no Estado de Mato Grosso.

De 2011 pra cá, venho apurando inúmeras denúncias de possíveis irregularidades e superfaturamentos nos pagamentos da Secretaria Estadual de Saúde para cinco Organizações Sociais, que receberam o poder de hospitais públicos em Mato Grosso. Mais recentemente, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso confirmou que esses indícios realmente existem. No início deste mês, o Tribunal de Contas formou

uma comissão técnica para apurar irregularidades nos contratos do Estado com essas entidades privadas. A medida foi necessária para que o Tribunal aprofunde a investigação a respeito do que essas chamadas Organizações Sociais estão fazendo com os hospitais públicos do Estado do Mato Grosso.

Mas onde estão as possíveis falhas, Sr. Presidente? Quando o Tribunal de Contas examinou as contas do Fundo Estadual de Saúde de 2011, no meio de 134 falhas – 134 irregularidades –, muitas delas classificadas como gravíssimas, descobriu-se também que o Governo do Estado pagou mais de R\$10 milhões às Organizações Sociais, sem a devida prestação dos serviços para os quais elas foram contratadas – mais de R\$10 milhões foram pagos sem a devida prestação do serviço!

Ao mesmo tempo, a Secretaria de Saúde atrasa de forma reiterada os repasses devidos por lei aos Municípios para custear os hospitais e unidades de pronto-socorro, como foi o caso do Município de Várzea Grande, Município vizinho, lindeiro à capital de Mato Grosso. Mais da metade não foi repassada.

A Secretaria de Saúde vem distribuindo os recursos aos Municípios de forma aleatória, sem qualquer critério, de forma desorganizada, prejudicando, assim, as finanças do gestor municipal, que é, na prática, quem tem a missão de manter abertas as portas dos hospitais e unidades de saúde para receber a pessoa que precisa desse atendimento.

Os exemplos do descaso são inúmeros. Há mais ou menos duas semanas, uma criança com apenas dois dias de vida morreu por falta de vaga na UTI no pronto-socorro de Várzea Grande. A vaga havia sido solicitada no dia do nascimento do bebê, na mesma unidade, devido a problemas cardíacos, mas todos os seis leitos da UTI neonatal estavam ocupados. Morreu aquele ser.

Nem quando o cidadão vai à Justiça, Sr. Presidente, para assegurar o direito à saúde, consegue esse atendimento, que é um direito constitucional. Decisões recentes proferidas em favor de pacientes do SUS, em Sinop, no norte do Estado do Mato Grosso, a 503km de Cuiabá, foram descumpridas pelo Poder estadual e pelo Poder municipal. Decisões judiciais que não são cumpridas! Os casos dizem respeito a uma gestante que necessitava de uma unidade de terapia intensiva para realizar o parto e a um homem que precisava de uma cirurgia cardíaca. Isso é muito grave.

Amigos de Mato Grosso, o Governo não entrega aos prefeitos os recursos do SUS, que devem por lei, ser aplicados por eles, prefeitos, na manutenção da saúde pública, mas o Governo, Sr. Presidente, não tem qualquer dúvida na hora de pagar a essas entidades privadas valores muito acima dos que paga aos próprios Municípios e que sequer são aplicados na prestação

do serviço público que foi contratado, como encontrou o Tribunal de Contas do nosso Estado. Não falta dinheiro, falta cuidado, falta respeito à lei e ao direito do cidadão a uma saúde pública que traga dignidade.

Mas o que são essas tais Organizações Sociais, Sr. Presidente, que hoje tomam conta de seis dos maiores hospitais e centros públicos de saúde do Estado de Mato Grosso? São entes privados supostamente sem fins lucrativos que receberam, sem licitação, o direito de dirigir os hospitais públicos, usando o seu patrimônio e os seus servidores e sendo pagos pelo Estado para fazer isso. Uma autêntica privatização da saúde pública. É a chamada capitalização dos lucros e socialização dos prejuízos.

Neste caso, não se trata de hospitais privados que prestam serviços ao SUS e recebem por esses serviços, como muitas Santas Casas espalhadas pelo nosso Estado. A Santa Casa de Cuiabá tem mais de cem anos. Ao contrário, são ONGs, organizações não governamentais, em geral desconhecidas no nosso Estado, que ganham o direito de operar os hospitais públicos, o patrimônio público, e receber por isso. É claro que todos os controles, todos os cuidados que uma prefeitura tem que cumprir para prestar o serviço de saúde não passam nem na porta dessas entidades, Sr. Presidente. Não passam nem perto.

A pressa de privatizar era grande. Na contratação desses organismos, o Governo do Estado ignorou o Conselho Estadual de Saúde, contratou entidades que não tinham o registro profissional e os documentos necessários, combinou pagamentos em valores não justificados, aceitou fazer pagamentos sem qualquer informação sobre os serviços que foram realmente prestados. Não se sabe o que ocorreu.

Sr. Presidente, a desculpa para tudo isso era que o serviço de saúde ia melhorar. É claro que era uma desculpa esfarrapada. O atendimento de emergência por esses hospitais privatizados não obedeceu aos padrões mínimos exigidos pelo Ministério da Saúde. O acesso da população ao atendimento médico, aos leitos, aos exames, não cumpriu os padrões mínimos de igualdade ao acesso universal, ficando a critério dos próprios hospitais quem vai e quem não vai ser atendido. Um absurdo.

Pior ainda: o dinheiro público foi pelo ralo. E o ralo está podre, o ralo está fedendo. Os bens comprados com dinheiro público pelas entidades privadas para equipar os hospitais não foram incorporados ao patrimônio do Estado. Muito bonito isso! Como se diz em Mato Grosso, faz-me rir, Sr. Presidente. As entidades receberam muito dinheiro do Estado, sem comprovar que prestaram os serviços que prometeram oferecer ao cidadão.

O Ministério Público de Contas, que oficia junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, listou os números, que são impressionantes: R\$5.4 milhões foram pagos ao Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde, que administra vários hospitais públicos em todo o Estado; R\$3.2 milhões foram pagos à Associação Congregação de Santa Catarina, que atua no Hospital de Cáceres, cidade a 220km a oeste de Cuiabá. Mais, Sr. Presidente, R\$3.000.000 repassados para a Sociedade Beneficente São Camilo, que administra a unidade de Rondonópolis, a 220km ao sul de Cuiabá. Tudo sem a devida prestação dos serviços pelos quais elas foram contratadas.

Meus amigos, a saúde pública em Mato Grosso está sendo desmantelada por essa privatização disfarçada. Eu não sou contra, Sr. Presidente, a prestação de serviços por empresas privadas. Não sou contra. A lei que cria o SUS permite e incentiva a participação de prestadores privados, mas define que será feita em caráter suplementar: primeiro, pública; depois, filantrópica; depois, privada. Está na lei. Existem duas leis que regulamentam isso, a Lei nº 8.142 e Lei nº 8.180, em caráter suplementar, como uma ajuda, um complemento à saúde pública. Por exemplo, um Município que tem uma boa rede de postos de saúde de emergência pode, sim, contratar alguns serviços mais especializados, como cirurgias e exames laboratoriais com hospitais realmente privados. Isso é possível, pagando, evidentemente, só por aqueles serviços que esses hospitais realmente prestem. Isso está previsto na lei e é corriqueiro em todo o País. Está na lei, nós temos que cumprir.

Mas a saúde de Mato Grosso optou pela privatização da malandragem, do chamado jeitinho. Enquanto, Sr. Presidente, muitas Santas Casas fazem um enorme esforço para manter as portas abertas, atender a população e só depois de muito tempo recebem pelo que fizeram – isso se receberem, e valores muitas vezes irrisórios –, o Governo do Estado de Mato Grosso chama entidades privadas desconhecidas, entrega a elas o patrimônio público dos hospitais, entrega de forma antecipada o dinheiro e fica esperando de braços cruzados que tudo seja usado da melhor forma possível, para atender à população. Um absurdo!

Enquanto as prefeituras recebem, de forma imprevisível, desordenada, os recursos para o atendimento mais importante, que é o do posto de saúde e o da emergência, e recebem um valor mínimo por cada paciente que deve atender, essas entidades privadas recebem muito mais, um valor muito maior, por paciente, e nem se dão ao trabalho de justificar o que fizeram com o dinheiro. Não se dão ao trabalho. Fazem de conta que o trabalho não é feito por elas. Mas o dinheiro lhes é entregue.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso não é privatizar, isso é destruir. É fazer sumir o pouco dinheiro que o Estado tem pelos ralos da ilegalidade. E aqueles mesmos ralos, ralos podres da corrupção. Não são denúncias vazias, não é falatório, são constatações formais de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, que vem desempenhando um trabalho seriíssimo e correto no exercício de suas atribuições constitucionais, que é fiscalizar. Aliás, para isso servem os tribunais de contas. Quando os tribunais de contas não fiscalizavam, muitos reclamavam. Agora que os tribunais de contas estão fiscalizando, existem os outros, os amigos do alheio, que estão reclamando igualmente, Sr. Presidente.

Para minha alegria, concedo um aparte ao Senador Cícero Lucena, digno representante da Paraíba.

O Sr. Cícero Lucena (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Senador Pedro Taques, V. Ex^a, como sempre, traz um assunto que é de total interesse do País. Tem tudo a ver com o dia a dia e com o grande problema que é hoje a saúde no Brasil, quer seja no atendimento público, quer seja nas agências complementares de saúde, quer seja nas empresas privadas, nós estamos tendo cada dia o sentido e o sentimento do agravamento. Mas, especificamente, no tema que V. Ex^a traz, há dois anos, eu usei a tribuna desta Casa para registrar a minha preocupação, que refletia o sentimento do povo paraibano quando da privatização ou pirataria do serviço público, como V. Ex^a aqui traz também. O principal hospital público do Estado da Paraíba é o Hospital do Trauma Humberto Lucena, em João Pessoa. Esse hospital, que vinha sendo gerido diretamente pelo Estado, passou então a ser administrado pela Cruz Vermelha. Eu fiz audiência pública para mostrar que não era a Cruz Vermelha, que no subconsciente do brasileiro, ou até internacionalmente, presta com grandes louvores serviço de atendimento, por exemplo, em grandes conflitos internacionais e em guerra. Era uma ONG do Rio Grande do Sul, uma Oscip, uma OS, que até hoje está administrando o Hospital do Trauma na cidade de João Pessoa. E para maquiá-lo, Senador, esse serviço, primeiro, ela mesma compra a farmácia, medicamentos sem licitação que dizem que é de parente dos gestores. Ela mesma terceiriza o serviço de lavanderia, também sob os seus interesses. Ela mesma faz a manutenção dos equipamentos com terceiros, também todos eles vinculados a essa instituição. Da mesma forma tem uma conivência do governo do Estado, porque, para não dizer que eles pioraram o atendimento ou que reduziram a quantidade de atendimento, o governo do Estado disponibiliza outros hospitais na cidade para que sejam depósitos de possíveis pacientes que vão morrer. Então baixou o índice de mortalidade no hospital, mas porque retiram

de lá e mandam, na hora de morrer, para outro hospital. Utilizam inclusive desse tipo de procedimento. O ClickPB, mais recentemente, na semana passada, por exemplo, que é um portal da Paraíba, publicou o caso de que o irmão de um dos gestores dessa Oscip tinha feito uma doação de R\$300 mil para a campanha do Governador do Estado da Paraíba. Prova? Mera coincidência. E fez para o partido num dia e o partido, no outro dia, depositou na conta da campanha, como o senhor bem disse, com mera coincidência. Quero dizer que o senhor traz mais uma vez um tema que precisa ser aprofundado. Não quero com isso, com a mesma cautela que V. Ex^a teve, generalizar a possível contratação de outras prestadoras de serviço, porque, por exemplo, no Estado de São Paulo, tem exemplos com a USP, com o Instituto do Coração, com a Santa Casa, podem fazer com os hospitais universitários, com uma série de entidades que são filantrópicas e que são honestas, humanizadas, responsáveis, coerentes, competentes. Então, aí sim, terão o nosso apoio. Agora, essa “pilantrópia”, essa terceirização, na verdade terceiriza um recurso público para poucos em sacrifício de muitos com a piora do atendimento público.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero. V. Ex^a é um conhecedor – porque já foi prefeito – e sabe qual é a dificuldade da saúde.

A saúde no mundo, todos nós sabemos, é altamente tecnológica. Por ser altamente tecnológica é muito cara, a saúde curativa. Temos de investir na saúde preventiva. Temos de investir, sim, na saúde preventiva, através dos agentes comunitários de saúde, de agentes de combates às endemias, nos programas de saúde familiar, em saneamento, na defesa do meio ambiente. Na saúde curativa, como é cara, o Estado não vai poder dispor.

Sou favorável à iniciativa privada, sim, nessa relação. Agora, as leis estabelecem de forma complementar. A lei estabelece que a saúde tem de ser pública, aliás, está na Constituição, depois filantrópica; depois, a iniciativa privada pode, sim, sem pilantragem e sem coincidências dessa ordem que V. Ex^a aqui relatou. Não podemos generalizar. Existem, sim, prestadoras que desenvolvem o seu papel conforme os princípios estabelecidos no art. 37, da Constituição, com eficiência, com economicidade. Agora, o que existe de pilantra nessa relação, e muitos!

Nós, Sr. Presidente, Parlamentares do Estado de Mato Grosso, estamos aqui no Congresso tentando defender nosso Estado para que não perca receitas com as mudanças de repartição tributária que estão impostas pelo Governo Federal. Mas não vai adiantar nada garantirmos aqui a receita do Estado, através do aumento do valor do FPE, através da questão da unificação das alíquotas do ICMS, através da questão dos *royalties* do petróleo, isso não vai adiantar que nós aqui possamos

fazer essa defesa da receita do Estado se o governo joga o dinheiro fora com malandragens dessa natureza.

A população mato-grossense precisa entrar conosco nessa luta. Precisamos retomar os hospitais públicos de Mato Grosso para a gestão do Estado. Saúde pública se faz com boa gestão, com seriedade e não com jeitinho. É lógico que é possível – e defendo isso, a iniciativa privada na saúde – mas de forma complementar, de forma suplementar, conforme está na legislação. É possível isso. A saúde deve ser pública. Aliás, não é só isso que vem sendo privatizado no Estado de Mato Grosso.

Sou favorável à privatização. Mais um escândalo no Estado de Mato Grosso. A privatização aqui, e vamos a outro tema, Sr. Presidente, “mudando de trote para galope”, como dizem alguns, a privatização aqui constada também chegou ao setor de formação, ao setor de educação.

Por exemplo, a história dos Municípios mato-grossenses foi completamente distorcida em um livro usado em um curso de capacitação gratuito oferecido pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, visando a Copa de 2014, em Cuiabá.

Imaginem o que a Secretaria contratou! Uma ONG, uma empresa privada para levantar a história de Mato Grosso e formar, qualificar os cidadãos do nosso Estado para atendimento aos turistas.

A cidade de Cáceres, por exemplo, de acordo com o livro, teria sido fundada por “um grupo de ex-comungados gatos de botas que carregavam bandeiras, índios tabajaras, freiras lésbicas celibatárias e de fugitivos de um circo de horrores holandês”. Isso está em um livro, Sr. Presidente!

A apostila era usada por alunos do curso de qualificação para atendente em hotelaria e turismo. O objetivo era “instruir” a população – e digo instruir com todas as aspas possíveis – sobre elementos da história de Mato Grosso.

Sobre Barão de Melgaço, uma cidade centenária, o livro diz que se trata de um pântano, com apenas 2,5% de terra firme e

De acordo com as lendas passadas de geração a geração, a primeira habitação [eu não posso pronunciar a palavra aqui] naquele ‘c... de mundo’ foi feita por um tal de Lourenço Tomé em meados do século XIX, que cuidava de uma pequena roça produtora de sanguessugas medicinais.

O Município também é chamado, no livro, de ‘atoleiro inóspito’ e de ‘porcaria’.

Reafirmo aqui a posição do Professor Gabriel Novis Neves, ex-Reitor da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. Ele disse, nesta semana, em um de seus artigos:

O complicado disso é entender porque um governo que possui uma excelente universidade (Unemat) recorra aos préstimos de uma empresa privada para a elaboração de um documento feito para ‘instruir’ [a população].

Existe a Unemat, a Universidade Federal de Mato Grosso. Aliás, criada no governo do ex-Governador e hoje Senador Jayme Campos. Existe a Unemat, a Universidade Federal de Mato Grosso. Para que contratar uma empresa privada, que, ao que consta, recebeu R\$13 milhões? Repito: R\$13 milhões!

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E já encerro, Sr. Presidente.

Mato Grosso possui profissionais de competência reconhecida nessa área e que poderiam, perfeitamente, ser convocados para essa tarefa. O governo do Estado não aprova as nossas instituições. Não concorda com a Unemat, não concorda com a Universidade Federal de Mato Grosso, entende que não existam pessoas preparadas. O Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, um dos seus membros titulares, o Professor Paulo Pitalugo, historiador do Estado de Mato Grosso, reconhecido historiador, que tem um cabedal da história do nosso Estado, também escreveu um artigo criticando esse tipo de falácia.

Qual o currículo dos empresários que detonaram, com sua sabedoria e eficiência, o saber das universidades, do Instituto Histórico, dos membros da Academia Mato-Grossense de Letras e tantos estudiosos do nosso passado, Sr. Presidente? Não foram chamados para trazer o seu conhecimento. É muito mais fácil a contratação de uma empresa – R\$13 milhões – para fazer cartilhas.

Eu quero crer que a Secretária de Trabalho seja uma mulher de bem. Eu acredito que ela seja uma mulher de bem, digna e honrada. A Secretária de Trabalho do nosso Estado, a Primeira-Dama do nosso Estado, a Dona Roseli Barbosa, a Sr^a Roseli Barbosa, cujo trabalho na Secretaria de Trabalho do nosso Estado eu quero reconhecer. Agora, esse tipo de falha não é possível.

E o Ministério Público do Estado de Mato Grosso não pode quedar-se silente, não pode ficar deitado em berço esplêndido, esperando a investigação. O Ministério Público tem que investigar, sim, essa pessoa jurídica que recebeu esses valores, para saber o que efetivamente está a ocorrer.

Eu agradeço, Sr. Presidente, a extensão do tempo e agradeço a S. Ex^a o Senador Paulo Paim, pela oportunidade da permuta.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Sr. Senador Pedro Taques, eu não consigo entender por que os governadores de um Estado ou de

outros Estados não aprendem com a própria experiência ou com a experiência de outros Estados.

Nós tivemos, em Tocantins, também uma terceirização ou privatização, em 2011. Acabaram com a saúde, que já estava próxima do fim; agora acabaram de destruir tudo que poderia recomeçar.

Então, essas experiências, seja em Tocantins, pelo visto também em Mato Grosso, precisam servir como lições, precisam ter um caráter pedagógico, porque é cada vez pior, e o povo pagando cada vez mais caro por uma saúde cada vez pior.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, que falará pela liderança do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, e quero agradecer ao Senador Paulo Paim, por ter possibilitado a inversão e eu poder, rapidamente, Sr. Presidente, fazer um registro de dois projetos.

O primeiro projeto, de minha autoria, pretende enquadrar a inseminação artificial, a fertilização *in vitro* e congêneres, como um serviço de industrialização; portanto, passível de ICMS, retirando esse mesmo serviço da cobrança do ISS.

Por que isso? Porque o processo de inseminação e de fertilização, a produção de embriões, tem várias etapas e, ao fazer a inseminação, havendo ICMS, a indústria que contrata o trabalho se credita e, portanto, ajuda no ciclo produtivo. Da forma como está sendo cobrado hoje, com ISS, alguns Estados também entendem que é um processo industrial e está havendo, em alguns casos, bitributação: cobrança de ISS – Imposto Sobre Serviço – e de ICMS – Imposto sobre Circulação de Bens e Mercadorias.

Então, na verdade, o meu projeto pretende clarificar essa questão e colocar a inseminação como ICMS, podendo ser deduzido o crédito desse procedimento quando da cobrança final do produto acabado ou da sua venda.

É o Projeto de Lei do Senado nº 94, complementar, porque trata efetivamente de sistema tributário. Eu gostaria de registrar que o estou acompanhando nas comissões permanentes, pedindo pressa, porque sem dúvida nenhuma é um setor que cresce e que precisa ser fortalecido no nosso País.

Nós temos o rebanho maior do mundo. Na verdade, somos o maior produtor de carne do mundo, o maior exportador, e temos de incentivar ainda mais a

racionalidade, a tecnologia, a qualidade do nosso rebanho. E esse é um caminho para essa questão.

O outro assunto a que eu gostaria de me referir rapidamente é o projeto de lei da Senadora Vanessa Grazziotin, o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2011, que amplia a representação do conselho da Suframa, Superintendência da Zona Franca de Manaus, colocando dois representantes do setor acadêmico-científico no conselho da Suframa e um representante da Associação de Municípios dos Estados, que são Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia.

Portanto, é a ampliação do Conselho Deliberativo da Suframa, trazendo do Município e da sociedade civil organizada da área científica representantes para discutir.

É importante registrar que o Governo é majoritariamente representado nesse Conselho por Ministérios. Então, é uma representação enorme a do Governo. Portanto, esse ingresso de mais três representantes não altera a posição do Governo, mas amplia o debate, areja o debate; democraticamente, traz à participação outros segmentos que precisam falar nesse Conselho, não só os representantes dos Estados, mas também os representantes dos Municípios e o representante das universidades da área científica.

Então, já dei parecer favorável a esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e estou pedindo ao Senador Vital do Rêgo que paute o projeto para que possamos dar andamento a essas questões.

Agradeço a oportunidade de fazer os dois registros e peço a transcrição dos dois projetos a que me referi. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2013 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para aplicar a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, às atividades de inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 2º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 2º.....
.....

IV — atividades de inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

.....”(NR)

Art. 2º Fica excluído da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, o subitem 5.04.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil possui um rebanho bovino de 212,8 milhões de cabeças, com uma produção anual de 32 bilhões de litros de leite (pesquisa Produção da Pecuária Municipal 2011, do IBGE) e de carne de 9.210 mil toneladas equivalente-carcaça (USDA, 2012). A atividade pecuária gerou, em 2011, um PIB, ou seja, riqueza para o Brasil, de R\$278,8 bilhões (CEPEA, 2012).

Apesar dos números surpreendentes, o rebanho bovino brasileiro apresenta baixa eficiência produtiva. Um dos grandes entraves da baixa produtividade é a qualidade genética de nossos animais. Os produtores brasileiros utilizam muito pouco as biotecnologias da reprodução, técnicas mundialmente empregadas para promover melhoria genética dos rebanhos. O uso programado de biotecnologias da reprodução visando à eficiente multiplicação de animais de produção e ao rápido ganho genético do rebanho pode proporcionar aumento significativo da produtividade e maior retorno econômico à agropecuária.

Entretanto, para que essa realidade se estabeleça, uma das condições é adequar a tributação da atividade de “produção **in vitro** de embriões animais”, para deixar claro que o processo de produção de embriões constitui industrialização e não prestação de serviço.

A Lei Complementar (LCP) nº 116, de 31 de julho de 2003, que trata do Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, no subitem 5.04 de sua lista de serviços anexa, relaciona a inseminação artificial, a fertilização **in vitro** e congêneres como fato geradores do tributo.

Ocorre que a produção **in vitro** compreende, mas não se resume à inseminação artificial, nem à fecundação **in vitro**. Mas, a partir do momento que essas atividades passaram a constar da lista anexa à LCP nº 116, de 2003, os Municípios se viram autorizados a exigir o ISS sobre essas operações, mesmo que compreendidas na complexa atividade industrial de atividade de produção **in vitro** de embriões, compelindo as produtoras a emitirem nota fiscal de prestação de serviços.

Efetivamente, o processo de produção **in vitro** dos embriões bovinos, ovinos e caprinos consiste na execução de diversas atividades e etapas de produção, iniciando-se com a aspiração dos ovários das doadoras

para coleta de ovócitos (óvulos imaturos aspirados com auxílio de equipamento). Posteriormente, os referidos materiais coletados passam por um processo denominado de maturação e em seguida são destinados à fertilização.

Para a consecução dessas atividades, são necessários laboratórios equipados com maquinários apropriados e de alta tecnologia. Na produção **in vitro** dos embriões, utiliza-se um grande número de insumos específicos para o desenvolvimento e transformação do material genético, tais como: ovócitos, sêmen, hormônios, meios de maturação, fertilização e cultivo, contendo todos os ingredientes necessários à formação do embrião, gases especiais, etc.

Uma vez realizada a fecundação, os óvulos são levados ao meio de cultivo específico para que se chegue ao estágio de embrião. O meio de cultivo é dotado de condições (atmosférica, de temperatura e de nutrientes) ideais para o desenvolvimento dos embriões.

A proveniência dos embriões e do sêmen pode ocorrer de duas maneiras: (i) o cliente solicita que seja encaminhado veterinário para a sua fazenda e discrimina os animais que deverão ser submetidos à aspiração e coleta, sendo que o material coletado é levado para os laboratórios da produtora; e (ii) o cliente solicita o tipo de embrião que deseja e a produtora adquire o sêmen e óvulos de terceiros e produz o embrião seguindo as especificações solicitadas.

Cessado o referido processo, os embriões que se desenvolverem perfeitamente (aqueles que não são descartados) são levados às “Centrais” – fazendas de terceiros – que se responsabilizam por promover a transferência dos embriões em fêmeas receptoras (“barrigas de aluguel”), as quais são, posteriormente, transportadas para as fazendas dos pecuaristas que encomendaram os embriões, ou são transferidas nas próprias receptoras dos pecuaristas em suas respectivas propriedades.

Desse modo, observando-se as características intrínsecas ao processo de produção de embriões praticado, seja em relação a cada uma das atividades realizadas, seja no que se refere aos insumos empregados, infere-se que o resultado a ser atingido com a execução de tal processo não é outro senão o de modificar ou transformar os materiais genéticos coletados em embriões desenvolvidos, prontos para serem utilizados na inseminação. A produção de embriões, portanto, tem nítido caráter industrial, já que o processo enquadra-se perfeitamente no conceito de industrialização, mais especificamente na modalidade de transformação, previsto no inciso I do art. 4º do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI – Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010) e no parágrafo único do art. 46 do Código Tributário Nacional.

Sobre o tema e em linha com o disposto acima, note-se que a

Divisão de Tributação (DISIT) da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, na Solução de Consulta nº 246, de 19 de dezembro de 2007, adotou exatamente o mesmo entendimento, ou seja, de que a realização de coleta de sêmen, de processamento e embalagem do produto em ampolas não tem natureza jurídica de prestação de serviço.

No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) celebrou o Convênio ICMS 70, de 1992, com o objetivo de desonerar da tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), as operações realizadas com embrião ou sêmen.

Pelo exposto, fica patente que a produção de embriões se enquadra no conceito de industrialização contido na legislação do IPI, não consubstanciando prestação de serviços sujeita ao ISS. Ainda no que se refere à diferenciação da natureza jurídica do fato gerador do ISS e do IPI, é clara a lição de José Eduardo Soares de Melo (IPI – Teoria e Prática, São Paulo, ed. Malheiros, 2009, p. 92) quando explica que a prestação de serviço demanda esforço humano, pessoal, que pode (ou não) traduzir-se em um bem corpóreo ou mesmo implicar a utilização de materiais, sem que desvirtue sua efetiva natureza: é uma obrigação de fazer. Dessa forma, o IPI se distingue do ISS fundamentalmente pela prática de operações jurídicas (de cunho tecnológico), implicando obrigação de dar um bem (a exemplo do ICMS), objeto de anterior elaboração.

Contudo, como visto acima, a LCP nº 116, de 2003, em virtude de seu subitem 5.04, dá margem à tributação da atividade de produção *in vitro* de embriões bovinos, ovinos e caprinos pelo ISS, o que, representa uma injustiça tributária, ainda gera insegurança jurídica. Assim, nossa intenção com este projeto de lei é dirimir por completo o conflito quanto aos tributos incidentes na comercialização dos embriões, de maneira que incidam na operação apenas o IPI e o ICMS.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

PARECER
Nº , DE 2013

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2011 – Complementar, da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei Complementar nº 134, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

O Projeto de Lei sob exame, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, tem por objetivo alterar o art. 2º da Lei Complementar nº 134, de 2010, para incluir, entre os membros que devem compor a referida instituição, dois representantes do setor acadêmico/científico, e um representante da Associação de Municípios dos Estados indicados no inciso II do dispositivo, ou seja, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

O projeto acrescenta, ainda, § 6º do art. 2º, para determinar que os representantes do setor acadêmico/científico e seus respectivos suplentes serão indicados, um pelo Instituto de Pesquisa da Amazônia – INPA e o outro indicado em sistema de rodízio entre as instituições federais de ensino superior instaladas na área de atuação da Suframa, a cada dois anos.

Na justificação, a autora argumenta que, apesar da participação do Executivo Federal, estadual e municipal no Conselho da entidade, ainda faltam representantes do setor acadêmico-científico, que contribuiriam para o aprimoramento técnico das pesquisas no setor, e, ainda, representantes da Associação de Municípios envolvidos, muitas vezes esquecidos nas políticas de desenvolvimento. Estes últimos poderiam contribuir com as diretrizes, planos, programas e ações a serem desenvolvidas pela instituição.

II – Análise

O Projeto não fere a Constituição Federal nas suas cláusulas pétreas, e nem afronta os preceitos magnos referentes à iniciativa exclusiva do Presidente da República, estipulados nos arts. 61 e 84.

Embora trate de alteração a dispositivo de Lei que versa sobre órgão público, não intenta inovar substancialmente as determinações contidas na Lei Complementar nº 134 de 2010, mas quer tão somente dotar o Conselho de representantes aptos a enriquecer sua estrutura e aprimorar o cumprimento de sua missão, de definir diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidas na área de atuação do Suframa, conforme o disposto no art. 1º da Lei.

Dessa forma, não interfere na direção superior da administração federal, atribuição privativa do Chefe da Nação de acordo com o inciso II do art. 84 da Constituição Federal, e nem envolve disposições vinculadas a sua organização e funcionamento, passíveis de alterações por meio de decreto, de acordo com a letra a do inciso VI do mesmo preceito magno.

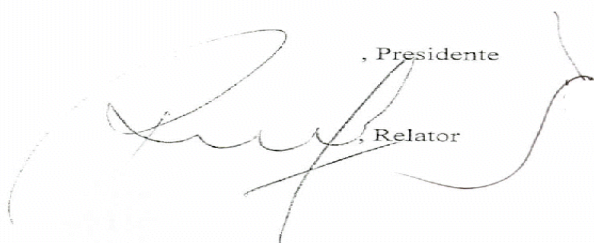
Atende, igualmente, aos ditames da técnica legislativa consubstanciados na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 2008, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

A iniciativa, a nosso ver, é plena de mérito, pois certamente os representantes do setor acadêmico-científico e o representante dos municípios mencionados contribuirão para o aprimoramento dos debates a serem realizados pela entidade, com vistas a cumprir seu objetivo, definido no art. 1º da Lei. Tudo isso nos leva a opinar pela acolhida da proposição.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2011.

Sala da Comissão,



, Presidente
, Relator

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Obrigado, Senador Romero Jucá. Defiro a transcrição.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente.

Antes que o nosso colega Paulo Paim chegue à tribuna, eu queria lembrar que hoje é o Dia da Comunidade Luso-Brasileira. Todos os portugueses e descendentes merecem a nossa lembrança neste 22 de abril. Eu queria também lembrar apenas a frase do Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Ribeiro Teles:

As relações entre Portugal e Brasil vivem um excelente momento do ponto de vista político, econômico, social e cultural, assente num vasto e crescente número de interesses comuns e numa multiplicidade de iniciativas e ações conjuntas que se pretende aumentar e melhorar. Existe, obviamente, ainda margem para, desejavelmente, se intensificar o nosso relacionamento, nomeadamente ao nível econômico, volume de trocas comerciais, investimentos e parcerias recíprocas mutuamente vantajosas, a ligação aos mais diversos níveis e das mais variadas áreas entre os nossos dois povos, a dinâmica das respectivas sociedades civis, o acrescido fluxo de deslocações e movimento de cidadãos portugueses e brasileiros em Portugal e no Brasil.

Aliás, Porto Alegre, a capital do nosso Estado, Senador Paim, tem voo direto para Lisboa, uma de-

terminação e uma boa iniciativa de fazer uma maior integração com a nossa pátria mãe, como dizíamos, o nosso Portugal, com quem temos um vínculo histórico indissolúvel. É bom comemorar exatamente o Dia da Comunidade Luso-Brasileira, e o faço também em homenagem a todos os descendentes de portugueses ou com cidadania portuguesa em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pelo registro. Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna, neste momento, para falar de um tema que me marcou muito. Venho falar sobre alienação parental.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, fui procurado por pais e mães que dedicaram a sua vida para debater essa questão do conflito, no momento em que os pais se separam, que fica com a criança. A criança usada indevidamente, como instrumento até de barganha do pai ou da mãe. A separação é legítima e normal, quando o casal não se entende mais e quer caminhar de forma diferente. Agora, os filhos não podem pagar a conta!

Por isso, dia 25 de abril é o Dia Internacional da Alienação Parental e, como fui relator dessa matéria, a partir desse grupo de pais e mães que me procuraram e hoje é lei, venho à tribuna falar desse tema.

Sr. Presidente, o que há de mais importante num ambiente familiar do que viver em harmonia? Pais e filhos em congraçamento permanente, em meio a muita alegria, numa convivência salutar que lhe propicie o crescimento individual e da própria célula familiar?

Pois é! O mundo mudou. O mundo mudou muito nos últimos anos!

O que deveria ser um núcleo permanente de convivência, em meio a muito amor, como previsto nos preceitos religiosos e não religiosos, segundo os quais o casamento era para durar “até que a morte os separe”, atualmente está se tornando cada vez mais raro. Os casais se separam, muitas vezes de forma litigiosa, e as consequências recaem, infelizmente, sobre os filhos, a começar pelos interesses em relação à guarda paterna.

Por isso, associações de Portugal, da Espanha, dos Estados Unidos e do Brasil envolvidas na luta por direito de pais separados se esforçaram por estabelecer uma data para reflexão e outras ações sobre o tema. Surge, assim, 25 de abril, que passou a ser o Dia Internacional de Conscientização sobre Alienação Parental.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, a alienação parental tem como marca, infelizmente, a implantação de falsas memórias e abuso do poder parental e está se tornando mais comum a cada dia que passa. Certamente, já temos tomado conhecimento de fatos que ocorrem nos nossos meios de convivência – no trabalho, entre amigos, na vizinhança, e em outros grupos.

Trata-se da influência ou pressão injustificadas que uma criança ou adolescente recebe, fazendo com que passe a ter restrições em relação a um dos genitores. Acaba por gerar o afastamento entre pais e filhos e o desenvolvimento de sentimentos negativos, como ódio e indiferença.

A alienação pode ser promovida pelo pai, pela mãe, pelos avós ou qualquer pessoa que conviva de maneira próxima e possa influenciar a criança ou o adolescente.

Isso leva à conclusão de que são necessários pelo menos três participantes para a ocorrência da alienação parental: o alienador, o alienado e o filho ou filha.

Sr. Presidente, o alienador é a pessoa que pretende que o filho apresente restrições em relação a um dos genitores; o alienado é aquele dos genitores que não convive permanentemente com o filho.

O termo alienação parental só se aplica quando a mãe ou o pai alienado não der motivo, isto é, não apresenta comportamentos que possam resultar na construção de uma imagem negativa. Aliás, a alienação é a violação de um direito do genitor e da criança, que pode trazer sérias consequências emocionais e psicológicas. Ocorre cada vez com maior frequência na atualidade, pois os casamentos são muito menos estáveis e duradouros do que no passado. Isso é fato e é real. Antigamente, quando as separações não eram comuns, as crianças e adolescentes acompanhavam de perto o comportamento dos genitores, estando menos sujeitos às influências que provocam a alienação.

Sr. Presidente, a alienação parental não é um tema exclusivo do meio jurídico. A própria denominação tem origem na área da Medicina. Foi um médico psiquiatra americano, Richard Gardner, que propôs, ainda em 1985, a denominação Alienação Parental, que no Brasil se tornou conhecida como Síndrome da Alienação Parental (SAP).

No meio médico, a síndrome se apresenta como um processo que consiste em programar uma criança, vejam bem, para que ela odeie ou recuse a presença de um dos genitores. Instalada a síndrome, a própria criança dá a sua contribuição na campanha para desmoralizar o genitor alienado, geralmente recusando a sua companhia, o que acaba por resultar na quebra dos vínculos paternos. Claro, isso incentivado por um dos dois. Para inibir a disseminação dessa síndrome,

visto que a separação de casais, cada vez mais frequente nos dias atuais, constitui um campo fértil para o seu crescimento, o Congresso Nacional aprovou, em 2010, uma lei específica sobre o tema, a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que define, em seu art. 2º:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

E a própria lei – de que eu tive a alegria de ser o Relator, a pedido desse grupo de pais e mães –, no parágrafo único do art. 2º, apresenta algumas ações que podem ser consideradas fatores de alienação, não descartando outras que podem ser classificadas como tal pelo juiz ou mediante perícia:

.....
*I – realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
II – dificultar o exercício da autoridade parental;
III – dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
IV – dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
V – omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
VI – apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
VII – mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.*

Sr. Presidente, Senador João Costa, tive a satisfação de atuar como relator da proposição que deu origem à Lei da Alienação Parental, que considero importantíssima para o benefício das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Foi uma iniciativa louvável, que veio lá da Câmara, do Deputado Regis de Oliveira, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2010 (PL nº 4.053, de 2008, na origem).

Sua ementa deixava bem claro o propósito da futura norma e vinha assim redigida: “Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069,

de 3 de julho de 1990". (Interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança, para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou manutenção do vínculo com este.)

Esse projeto veio ao Senado em 26 de março de 2010 e foi distribuído para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relatório, de minha responsabilidade, foi aprovado na CDH em 9 de junho de 2010, na íntegra. O de responsabilidade do Senador Pedro Simon foi também aprovado lá na CCJ em 7 de julho de 2010, mantendo o relatório original. Foi uma tramitação bastante rápida aqui no Senado, com decisão terminativa.

Esse tema passou a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro, na forma da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.

Como afirmei no relatório que apresentei na CDH, a lei visa o seguinte:

Busca interferir no âmbito privado para proteger crianças e adolescentes de práticas autoritárias e tirânicas que, na tentativa indevida de enfraquecer laços afetivos, causam sérios prejuízos psicológicos às crianças, visto que crianças e adolescentes compõem o segmento mais vulnerável no caso de conflitos familiares relacionados ao exercício parental.

Julgo importante trazer à tona, ainda, uma das conclusões de audiência pública realizada aqui e na Câmara dos Deputados, que também consta do relatório por mim apresentado na oportunidade da votação na CDH:

A alienação parental, também chamada de implantação de falsas memórias, é forma de abuso emocional, que pode causar à criança ou ao adolescente sérios distúrbios psicológicos.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade, este pronunciamento para cumprimentar a escritora Glória Perez e o Diretor-geral da novela Salve Jorge, Marcos Schechtman, por estarem abordando este tema tão importante em horário nobre da Rede Globo.

É muito positivo que essas questões sejam pontuadas, assim como já havia ocorrido em relação a outros temas. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto do Idoso, a questão dos autistas são temas que as redes de TV estão tratando com muita competência.

Por isso, Sr. Presidente, eu aqui reflito, neste momento. Ao mesmo tempo em faço a reflexão, dou meus cumprimentos por essa novela estar tratando o tema. Eu tenho assistido com muita atenção à forma como aquele casal trata o filho, que é quem está pagando

a conta; e por isso o casal será enquadrado, claro, na Lei Parental, porque lá é um fato criado pela escritora, mas que, na vida, é um fato real que acontece com centenas e centenas de casais.

E assim, tenho certeza, outros temas relacionados a esse campo dos direitos humanos nós havemos de ver e ouvir no nosso sistema de comunicação, enfim, na mídia.

Quero cumprimentar também o jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, e a sucursal em Caxias do Sul, o jornal *Pioneiro*, que publicaram excelente matéria relativa à alienação parental, como um alerta a todos e a todas. Tema sobre o qual eu – e repito de novo – e o Senador Pedro Simon fomos Relatores, aqui no Senado.

Espero, sinceramente, Sr. Presidente, que o 25 de abril... E falo hoje a pedido das associações que me solicitaram que relatasse o tema, porque hoje ele estaria assistindo, mas vai ser no dia 25, daqui a três dias – que esse 25 de abril, Dia Internacional de Conscientização sobre Alienação Parental, sirva para muita reflexão e para que as pessoas tomem conhecimento dos males causados pelo comportamento excludente de alguns genitores e parentes, que tentam incutir nas crianças e adolescentes restrições contra o genitor que não detém a guarda paterna ou materna.

O afastamento das crianças ou as restrições desenvolvidas em relação à convivência a que têm direito os genitores certamente não deixa de causar danos emocionais e psicológicos aos filhos, muitas vezes de difícil solução, porque eles ficam entre o pai e a mãe, entre a mãe e o pai.

A Lei 12.313, de 2010, constituiu, sem dúvida, um grande avanço na adequação das regras de convivência para a sociedade atual.

Meus cumprimentos aos pais e às mães, porque foram eles que construíram esse projeto, levaram para a Câmara, depois vieram em massa ao Senado e aqui, depois de audiências públicas, muita conversa e muitas reuniões, aprovamos o projeto e a Presidenta sancionou.

Os filhos não têm culpa de os pais se verem incapazes de conviver por mais tempo juntos, ou nos casos em que sequer chegaram a uma convivência mais estreita. Eles merecem usufruir do amor e da proximidade dos genitores, um amor que a própria natureza se encarrega de tornar presente reciprocamente em filhos e pais.

Todos os esforços para evitar a alienação parental são bem-vindos, em benefício de uma convivência mais saudável entre as pessoas, para que tenhamos um Brasil cada vez melhor, um mundo cada vez melhor, porque essas crianças de hoje, os jovens de hoje, como

eu dizia, quando aqui relatamos o Estatuto da Juventude, serão aqueles que vão dirigir o País do amanhã.

Os jovens de hoje serão os grandes empresários do amanhã. Os jovens de hoje serão os grandes Senadores de amanhã, as grandes Senadoras. Os jovens de hoje serão os Governadores, Deputados, Prefeitos. Serão os que vão presidir o País do amanhã. Essa é a lei da vida, é irreversível. E, por isso, tínhamos que, neste momento, fortalecer esse debate tão positivo da alienação parental.

E fiz questão de fazê-lo no dia de hoje, porque sei que esta fala que aqui proferi vão reproduzir no dia 25, em muitos locais em que aqueles que trabalharam diretamente com o tema não poderão naturalmente estar presentes.

Por fim, Sr. Presidente, ainda quero aproveitar V. Ex^a, porque sei que cuida também com carinho do tema. Como eu não estava aqui no Dia do Índio, que foi no dia 21 de abril – eu não estava aqui, naturalmente porque caiu em um domingo –, quero aqui também deixar registrado o meu pronunciamento sobre o Dia do Índio.

Ao relembrar as cerimônias que aconteceram no Congresso e na sociedade brasileira lembrando o Dia do Índio, presto aqui também a minha homenagem a toda essa nação do povo indígena e a todos aqueles que de uma forma ou de outra se dedicaram a defender a vida dos povos indígenas e a própria qualidade do seu habitat natural. Mas ao contrário destes, muitos fatores negativos ganharam corpo, as queixas dos povos indígenas aumentam a cada ano mais intensamente; a voz de protesto ganha as ruas, repercutindo, inclusive, aqui no Congresso Nacional...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) –... E nós vimos o protesto que eles fizeram quando da ocupação da Câmara dos Deputados e depois dos palácios de Brasília.

Neste ano, registro a realização, em Brasília, da Mobilização Indígena Nacional em Defesa dos Territórios Indígenas, com a presença de mais de 600 representantes de 73 povos e várias organizações indígenas de todas as regiões do Brasil.

O propósito dessa mobilização, como assinala a declaração em que é enunciada, é a defesa dos direitos indígenas, principalmente o direito sagrado às terras, territórios tradicionais e bens naturais.

Por esse motivo, Sr. Presidente, é que houve uma grande manifestação lá na Câmara dos Deputados para que os índios fossem chamados a debater e analisar a Proposta de Emenda à Constituição n° 215, de 2000, a qual, segundo os povos indígenas, entre outras alterações, pretende transferir do Executivo para o Le-

gislativo a competência para demarcação das terras indígenas, a que eles são contrários.

Munidos de seus adereços tradicionais: chocalhos, tambores, tacapes e lanças, os índios adentraram o recinto da Câmara dos Deputados e lá fizeram o seu protesto.

Lembrei-me aqui dos dias da Constituinte, em que estive de 1987 a 1988. Naqueles tempos, este Parlamento também presenciou inúmeras manifestações de negros, de índios, de pobres, de sindicalistas, que adentravam a Casa do Povo pedindo para que, na sua ótica, os direitos fossem respeitados.

Inúmeras vezes recebemos aqui também, no Senado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, os representantes dos povos indígenas.

Sr. Presidente, até agora vigorava, na legislação brasileira, perspectiva que compreendia o tratamento da questão indígena por meio da assimilação e da integração, permitindo que os índios fizessem a defesa dos seus territórios. E, neste momento, eles se sentem ameaçados.

Assim, a nova perspectiva da Carta Magna empenhava-se em fazer valer a ideia de que aos índios devem ser garantidas as condições para que vivam sua vida, e não a vida da sociedade brasileira. Isso significa a proteção dos direitos dos povos indígenas, como a garantia e reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e, sobretudo, da terra que tradicionalmente sempre ocuparam.

Pois bem, Sr. Presidente, Senador João Costa, no dia 16 de abril, o Plenário da Câmara sentiu vivo o espírito da Constituinte, porque lá fazíamos os grandes debates da nova Constituição, chamada por Ulisses de Constituição Cidadã. Todos sabem que estou entre aqueles que se opõem ao desrespeito aos princípios da Constituição Cidadã de 1988.

Parece claro que a finalidade da PEC 215, de 2000, é precisamente introduzir ainda mais empecilhos e obstáculos aos processos de demarcação, tornando-os impraticáveis.

Como observou o antropólogo Márcio Meira, conhecedor da questão por ter exercido a presidência da Fundação Nacional do Índio nos últimos cinco anos, a aprovação da proposta é um desastre político para o País, abrindo frente de conflitos de alto risco e difícil previsibilidade, pois, nas suas palavras, “tirar do Executivo e levar ao Congresso é igual a dizer que nenhuma terra indígena será demarcada mais no País”.

Parece não serem suficientes, para os interesses outros que patrocinam esta PEC, as enormes dificuldades enfrentadas, nos dias de hoje, para que os processos de demarcação sejam levados a termo.

Neste abril indígena, aproveito sempre para lembrar que o Brasil dispõe de 1.044 territórios. Estão regularizadas pouco mais de um terço, 363. Atualmente, eles representam cerca de 13% do território brasileiro. Os povos indígenas reivindicam 348, porém a Funai ainda não iniciou os processos de demarcação respectivos, encontrando-se em tramitação 335.

A posse precária da terra repercute na situação socioeconômica dos indígenas brasileiros, comprometendo a todos, porque o conflito se instala, e, não havendo solução, nós sabemos que o conflito pode levar à morte agricultores e índios. O que nós queremos é a solução.

Aproveito para dizer, Sr. Presidente – e peço que considere na íntegra o meu pronunciamento –, que a saída, nesta situação, não é alguém pensar que estou pregando que os agricultores devem perder suas terras. Eles foram induzidos pelos governos da época, Senador, para que lá estivessem os agricultores. Por meu entendimento, eles merecem ajuste e indenização, tanto dos territórios quilombolas como das terras indígenas, para que eles possam ter a sua terra, a sua plantação, mas a indenização devida, pela forma como foram conduzidos a ocupar aquele espaço de terra. Se o Governo indenizar os agricultores, com certeza todos ficarão num convívio fraternal: índios, agricultores e também quilombolas.

Eu me lembro de um fato, no Rio Grande do Sul, quando levei essa proposta e percebi que muitos preferiam indenização e outros queriam ficar. Assim, encontrou-se um convívio, eu diria, até familiar entre índios, quilombolas e agricultores. Alguns índios preferiam indenização, alguns quilombolas preferiam indenização e alguns agricultores preferiam indenização. Mas outros agricultores queriam ficar na terra, outros quilombolas queriam ficar na terra e outros índios queriam ficar na terra. Fez-se um meio-termo: os que queriam indenização foram indenizados, por preço justo; os que queriam ficar na terra, ficaram na terra. Esse é o caminho, para evitar o conflito na linha do entendimento, do bom senso, não querendo sacrificar ninguém.

Sempre digo que temos de trabalhar na linha de combater o ódio, a violência e preservar os direitos humanos. Aí, olhar para todos: olhar para o agricultor, aquele imigrante que aqui chegou; olhar para os afrodescendentes quilombolas; e olhar para os índios, na busca de uma solução coletiva em que todos se sintam abraçados pela Nação, abraçados pelo Estado. Que haja uma situação em que cada um possa dizer: eu estou aqui porque aqui quis ficar; ou eu me desloquei para outra região, fui indenizado pelo Estado, e aqui estou muito bem.

Enfim, Sr. Presidente, essa é a nossa fala porque o Executivo tem que ter compromisso com essa causa e não jogar para o Congresso Nacional.

É isso, Senador João. É uma alegria estar aqui sob a Presidência de V. Ex^a e fazer esse pronunciamento, tanto da alienação parental como, terminando, lembrando um pouco a luta dos povos tradicionais, mas não deixando, também, de lembrar os nossos imigrantes agricultores.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que há de mais importante no ambiente familiar do que viver em harmonia? Pais e filhos em conagração permanente em meio a muita alegria numa convivência salutar e que propicie o crescimento individual e da célula familiar?

Pois é! O mundo mudou muito nos últimos anos!

O que deveria ser um núcleo permanente de convivência em meio a muito amor, como previsto nos preceitos religiosos, segundo os quais o casamento era para durar “até que a morte os separe”, atualmente está se tornando cada vez mais raro.

Os casais se separam, muitas vezes de forma litigiosa, e as consequências comumente recaem também sobre os filhos, a começar pelos interesses em relação à guarda paterna.

É por isso que associações de Portugal, da Espanha, dos Estados Unidos e do Brasil envolvidas na luta por direitos de pais separados se esforçaram por estabelecer uma data para reflexão e outras ações sobre o tema.

Então o dia 25 de abril passou a ser o Dia Internacional de Conscientização sobre a Alienação Parental.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a alienação parental se caracteriza pela implantação de falsas memórias e abuso do poder parental e está se tornando mais comum a cada dia que passa.

Certamente já temos tomado conhecimento de fatos que ocorrem em nosso meio de convivência – no trabalho, entre amigos, na vizinhança, e em outros grupos.

Trata-se da influência ou pressão injustificadas que uma criança ou adolescente recebe, fazendo com que passe a ter restrições em relação a um dos genitores.

Acaba por gerar o afastamento entre pais e filhos e o desenvolvimento de sentimentos negativos, como ódio e indiferença.

A alienação pode ser promovida pelo pai, pela mãe, pelos avós, ou qualquer pessoa que conviva

de maneira próxima e possa influenciar a criança ou adolescente.

Isso leva à conclusão de que são necessários pelo menos três participantes para a ocorrência da alienação parental: o alienador, o alienado e o filho ou filha.

O alienador é a pessoa que pretende que o filho apresente restrições em relação a um dos genitores; o alienado é aquele dos genitores que não convive permanentemente com o filho.

O termo alienação parental só se aplica quando a mãe ou o pai alienado não der motivo, isto é, não apresenta comportamentos que possam resultar na construção de uma imagem negativa.

Aliás, a alienação é a violação de um direito do genitor e da criança, que pode trazer sérias consequências emocionais e psicológicas.

Ocorre cada vez com maior frequência na atualidade, pois os casamentos são muito menos estáveis e duradouros.

Antigamente, quando as separações não eram comuns, as crianças e adolescentes acompanhavam de perto o comportamento dos genitores, estando menos sujeitos às influências que provocam a alienação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a alienação parental não é um tema exclusivo do meio jurídico. A própria denominação tem origem na área da medicina.

Foi o médico psiquiatra americano Richard Gardner que propôs, ainda em 1985, a denominação Parental Alienation Syndrome (PAS), que, no Brasil, se tornou conhecida como Síndrome da Alienação Parental (SAP).

No meio médico, a síndrome se apresenta como um processo que consiste em programar uma criança para que odeie ou recuse um de seus genitores sem justificativa.

Instalada a síndrome, a própria criança dá sua contribuição na campanha para desmoralizar o genitor alienado, geralmente recusando sua companhia, o que acaba por resultar na quebra dos vínculos paternos.

Para inibir a disseminação dessa síndrome, visto que as separações de casais, cada vez mais frequentes nos dias atuais, constituem um campo fértil para o seu crescimento, o Congresso Nacional aprovou, em 2010, uma lei específica sobre o tema.

A Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010, define, em seu artigo 2º: “Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.”

E a própria Lei, no parágrafo único do artigo 2º, apresenta algumas ações que podem ser consideradas fatores de alienação, não descartando outras que podem ser classificadas como tal pelo juiz ou mediante perícia. São:

I – realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II – dificultar o exercício da autoridade parental;

III – dificultar contato da criança ou adolescente com genitor;

IV – dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V – omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI – apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII – mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a satisfação de atuar como relator da proposição que deu origem à Lei da Alienação Parental, que considero importantíssima para o benefício das crianças e adolescentes no mundo atual.

Foi uma iniciativa louvável do Deputado Régis de Oliveira, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2010 (PL 4.053, de 2008, na origem). Sua ementa deixava bem claro o propósito da futura norma, e vinha assim redigida: “Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou manutenção de vínculo com este.)

Esse projeto veio para o Senado em 26 de março de 2010 e foi distribuído para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relatório de minha responsabilidade foi aprovado na CDH em 9 de junho de 2010 e o de responsabilidade do Senador Pedro Simon foi aprovado na CCJ em 7 de julho de 2010. Foi uma tramitação bastante rápida no Senado Federal, com decisão terminativa nas Comissões.

Esse tema passou a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro na forma da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.

Como afirmei no meu relatório perante a CDH do Senado Federal, a Lei “busca interferir no âmbito privado para proteger crianças e adolescentes de práticas autoritárias e tirânicas que, na tentativa indevida de enfraquecer laços afetivos, causam sérios prejuízos psicológicos”, visto que “crianças e adolescentes compõem o segmento mais vulnerável no caso de conflitos familiares relacionados ao exercício parental”.

Julgo importante trazer à tona, ainda, uma das conclusões de audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, que também consta do relatório por mim apresentado na oportunidade da votação na CDH: “A alienação parental, também chamada de implantação de falsas memórias, é forma de abuso emocional, que pode causar à criança ou ao adolescente sérios distúrbios psicológicos.”

Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito este pronunciamento para cumprimentar a escritora Glória Perez e o diretor-geral da novela *Salve Jorge*, Marcos Schechtman, por estarem abordando este tema, tão importante, em horário nobre da Rede Globo.

É muito positivo que essas questões sejam pontuadas, assim como já havia ocorrido em relação a outros temas também muito relevantes, como a pessoa com deficiência, ou os idosos, tratados em novelas anteriores. E, assim como, tenho certeza, outros mais ainda serão abordados.

Quero cumprimentar, também o *Jornal Zero Hora* do RS e a sucursal, em Caxias do Sul, *Jornal o Pioneiro*, que publicaram excelente matéria relativa à alienação parental, tema sobre o qual eu e o meu amigo, Senador Pedro Simon, fomos relatores.

Espero, sinceramente, Senhor Presidente, que este 25 de abril, Dia Internacional de Conscientização sobre a Alienação Parental, sirva para muita reflexão e para que as pessoas se inteirem dos males causados pelo comportamento excludente de alguns genitores e parentes, que tentam incutir nas crianças e adolescentes restrições contra o genitor que não detém a guarda paterna.

O afastamento das crianças ou as restrições desenvolvidas em relação à convivência a que têm direito os genitores certamente não deixa de causar danos emocionais e psicológicos aos filhos, muitas vezes de difícil solução.

A Lei 12.318, de 2010, constituiu, sem dúvida, um grande avanço na adequação das regras de convivência para a sociedade atual.

Os filhos não têm culpa de os pais se verem incapazes de conviver por mais tempo, ou nos casos em que sequer chegaram a uma convivência mais estreita.

Eles merecem usufruir do amor e da proximidade dos genitores, um amor que a própria natureza

se encarrega de tornar presente reciprocamente em filhos e pais.

Todos os esforços para evitar a alienação parental são bem-vindos, em benefício de uma convivência mais saudável entre as pessoas, para que tenhamos um Brasil e um mundo melhores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao relembrar as cerimônias solenes do Congresso Nacional de comemoração do Dia do Índio dos anos passados, prestando atenção ao conteúdo dos pronunciamentos e das manifestações em Plenário, podemos constatar que o quadro desesperador da condição de vida dos índios não se alterou.

Ao contrário, muitos fatores negativos ganham corpo, as queixas dos povos indígenas aumentam com cada vez maior intensidade, a voz de protesto ganha as ruas, repercutindo aqui, no Congresso Nacional.

Neste ano, registro a realização, em Brasília, da Mobilização Indígena Nacional em Defesa dos Territórios Indígenas, com a presença de mais de 600 representantes de 73 povos e várias organizações indígenas de todas as regiões do Brasil.

O propósito dessa mobilização, como assinala a declaração que a enuncia, é a defesa dos direitos indígenas, “principalmente o direito sagrado às nossas terras, territórios tradicionais e bens naturais”.

Pois esse movimento paralisou, na semana passada, os trabalhos do Plenário da Câmara dos Deputados, em protesto contra a criação de comissão especial destinada a analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215, de 2000, a qual, entre outras alterações, pretende transferir do Executivo para o Legislativo a competência para demarcação de Terras Indígenas (TIs).

Munidos de seus adereços tradicionais, chocalhos, tambores, tacapes e lanças, os índios adentraram o recinto do plenário da Câmara dos Deputados para pressionar diretamente os parlamentares, causando grande impressão.

Lembrei-me dos dias da Constituinte de 1987/1988. Naqueles tempos, este Parlamento exerceu, com as últimas consequências, o predicado de Casa do Povo.

Inúmeras vezes, recebemos, aqui, os povos indígenas para celebrar a refundação de uma República que se queria inclusiva e respeitadora dos direitos das comunidades tradicionais.

Até então, vigorava, na legislação brasileira, perspectiva que compreendia o tratamento da questão indígena por meio da assimilação e da integração, corolários da história de aniquilamento dos povos indígenas brasileiros.

Assim, a nova perspectiva da Carta Magna empenhava-se em fazer valer a ideia de que aos índios devem ser garantidas as condições para que vivam sua vida, e não a vida da sociedade brasileira.

Isso significava a proteção dos direitos dos povos indígenas, como a garantia e reconhecimento de sua organização social e costumes, línguas, crenças, tradições e, sobretudo, da terra que tradicionalmente ocupam.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, no 16 de abril, o Plenário da Câmara dos Deputados sentiu vivo o espírito da Constituinte de 1987/1988. Todos sabem que estou entre aqueles que se opõem ao desrespeito dos princípios da Constituição de 1988.

Parece claro que a finalidade da PEC nº 215, de 2000, é precisamente introduzir ainda mais empecilhos e obstáculos aos processos de demarcação de TIs, tornando-as impraticáveis.

Como observou o antropólogo Marcio Meira, conhecedor da questão por ter exercido a presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nos últimos cinco anos, a aprovação da proposta é um desastre político para o País, abrindo frente de conflitos de alto risco e difícil previsibilidade, pois, nas suas palavras, “tirar do Executivo e levar ao Congresso é igual a dizer que nenhuma terra indígena será demarcada mais no País”.

Parece não serem suficientes, para os interesses escusos que patrocinam esta PEC, as enormes dificuldades enfrentadas, nos dias de hoje, para que os processos de demarcação de TIs sejam levados a termo.

Neste Abril indígena, aproveito sempre para lembrar que o Brasil dispõe de 1.044 TIs. Estão regularizadas pouco mais de um terço delas, ou seja, 363.

Atualmente, elas representam cerca de 13% do território brasileiro. Os povos indígenas reivindicam 348 TIs, porém a FUNAI ainda não iniciou os processos de demarcação respectivos. Encontram-se em tramitação 335 processos de demarcação de TIs.

A posse precária da terra repercute na situação socioeconômica dos indígenas brasileiros, comprometendo a sua sobrevivência.

O Primeiro Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, de 2010, revela que a população indígena brasileira inscreve-se em quadro geral de ação econômica irregular, pouco qualificada, pouco produtiva e subalterna.

Segundo o levantamento, realizado a partir de mais de seis mil entrevistas com mulheres de 113 aldeias, 62% dos domicílios indígenas têm renda do trabalho remunerado, o que indica uma inserção importante na economia de mercado e na economia monetária como assalariados de baixa renda.

O comércio de produtos agropecuários gera renda para 36,8% dos lares indígenas, ao passo que o de produtos extrativos compõe renda para 18,2% dos lares.

É uma população que conta com o apoio do Estado para compor renda, pois 19,7% recebem aposentadoria e 63,9%, algum tipo de benefício social.

Diferentes fontes de renda no mesmo domicílio revelam atividade econômica irregular e heterogênea. Apenas 28,1% dos domicílios têm renda com a comercialização de produtos de artesanato ou culturais, práticas econômicas sustentáveis, porém a coexistência com outras fontes de renda parece sugerir a insuficiência daquela.

Os dados sobre a condição nutricional e de saúde não deixam dúvidas sobre o fato de tratar-se de uma população com renda bastante baixa. A situação das crianças é dramática.

A falta de território compele os índios à economia urbana de subsistência, empobrecida e patogênica, muito diferente da economia indígena de caça, coleta e pesca coletivas, que depende da demarcação das terras onde possa ser praticada.

Talvez esteja neste fato a razão da permanência da questão indígena nos horizontes dos grandes problemas nacionais. Trata-se de vastas porções de terras, regularizadas e a regularizar, a confrontar-se com a pressão agressiva da expansão de fronteiras proporcionada por fortes interesses econômicos, do agronegócio à exploração mineratória, e pela urgência de realização de grandes projetos de infraestrutura em áreas de reserva.

Os indígenas não podem ser considerados e não querem ser vistos como um dos elementos do custo Brasil, ou seja, meros constrangimentos que operam sobre os investimentos e a produção, opondo obstáculos e arestas ao pleno desenvolvimento econômico.

Queremos discutir em que medida as peculiaridades da nossa formação histórica conduziram a que, na formação do mosaico da população brasileira, os indígenas continuem sendo manifestação viva da nossa diversidade étnica e racial.

Temos o privilégio, que foi desperdiçado por tantas outras nações, cujos processos de modernização “assimilaram” os seus agrupamentos constitutivos em uma só forma, um só padrão cultural, que se constituiu como hegemônico daquela formação; temos o privilégio, Senhoras e Senhores Senadores, de contar com a expressão viva de um dos principais caudais da nossa formação histórica.

No Brasil, vivem aproximadamente 238 povos indígenas, que contabilizam 817.963 pessoas, segundo os dados do IBGE. É uma contribuição de saberes milenares e de estoques de práticas econômicas, sociais

e culturais que pode servir de maneira também peculiar ao nosso desenvolvimento econômico, social e cultural.

Mais de três quartos das terras indígenas concentram-se na Amazônia brasileira. Na condição de guardiões da floresta, os povos indígenas têm prestado relevante serviço de preservação de nossos recursos naturais, como é notadamente reconhecido entre os ambientalistas.

Algumas áreas são muito sensíveis. Chamaria atenção, particularmente, para os povos indígenas do vale do Rio Xingu, uma das áreas de reservas indígenas mais delicadas.

O posicionamento das TIs é estratégico para a conservação do vale, pois constitui imenso corredor de áreas protegidas de aproximadamente 26 milhões de hectares, constituído pelo bloco de TIs do médio Xingu, pelo mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, pelo bloco de TIs Kayapó, no sul do Pará, e pelo Parque Indígena do Xingu, situado no norte de Mato Grosso.

Sabemos que a luta pelos direitos indígenas é árdua. Hoje, aqui mesmo no Congresso Nacional, há lobbies imensos de interesses reconhecidamente anti-indígenas, fortemente articulados a poderosos grupos econômicos, basicamente interessados nos destinos futuros das terras indígenas.

Recupero a mensagem deixada, na solenidade do ano passado, por Marcos Terena, quando citou a passagem de Rondon, que dizia: “morrer, se preciso. Matar, nunca”.

É uma mensagem de paz, e estamos aqui para difundi-la. Mas também é uma jura inarredável de defesa dos direitos indígenas. Estamos juntos nesta luta.

Solenidades como aquela da semana passada, nestes momentos difíceis, nos permitem renovarmos as manifestações de apoio e solidariedade para com os povos indígenas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Sr. Senador Paulo Paim, eu gostaria de parabenizá-lo pela sua sensibilidade social de compartilhar temas tão árduos, às vezes, como essa alienação parental, que destroem as famílias, que machucam, as crianças ficam entre seus pais, mas ficam também entre as mentiras e as verdades.

Gostaria de convidá-lo para presidir o Senado enquanto eu vou à tribuna proferir meu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Considere na íntegra esse pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Defiro como lidas as demais peças do pronunciamento de V. Ex^a, que sejam consideradas como lidas.

O Sr. João Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, neste momento, (*Fora do microfone.*) ao Senador João Costa, Senador do Partido Pátria Livre, que até o momento estava presidindo a sessão do Senado da República.

V. Ex^a tem o tempo de 20 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Paulo Paim, em seu nome permita-me cumprimentar os demais Senadores e Senadoras, os Senhores e as Senhoras presentes, os que nos assistem e nos ouvem pela TV e pela Rádio Senado e aqueles que acompanham esta missão do Parlamento pelas redes sociais.

Senador Paulo Paim, Sr. Presidente, o que me traz aqui é um descontentamento com relação à falta de igualdade e à falta de segurança que têm vivido os servidores comissionados não só desta Casa, mas de todos o serviço público brasileiro.

Eles não têm direito à indenização, a título de FGTS; eles não têm direito a nenhum tipo de estabilidade; podem ser exonerados *ad nutum*, sem qualquer justificativa; podem ser exonerados em pleno período de gravidez, aqui as mulheres; podem ser exonerados durante o período de uma doença, da recuperação de uma doença. Alguns são há 18 anos, Sr. Presidente, ou mais, servidores comissionados do Congresso Nacional e se forem exonerados amanhã, de manhã, não terão um dia de indenização. Após 18 anos, após 20 anos, após 22 ou 23 anos, não importa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nem sequer aviso prévio.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Nem sequer aviso prévio.

Eu assisti a uma luta travada pelo senhor, com todos os Senadores e Senadoras, em relação às garantias e aos direitos trabalhistas e previdenciários das empregadas domésticas. Uma luta no sentido de melhorar a condição de seres humanos que já não aguentavam mais viver às vezes à margem dos seus direitos. Mas no Brasil, Sr. Presidente, quando nós enxergamos que um grupo foi atendido, que um grupo foi protegido, nós descobrimos outro grupo. É mais ou menos se o cobertor fosse pequeno e nós tivéssemos que proteger muita gente.

Mas com essas considerações, Sr. Presidente, eu ingressei com o Projeto de Lei nº 139, na última semana, no qual peço que o art. 51 da Lei nº 8.112 seja alterado e que na redação do inciso V conste uma indenização “por tempo de serviço, destinada a indenizar”.

zar servidor ocupante de cargo em comissão, quando de sua exoneração”.

Nas hipóteses de demissão a bem do serviço público ou não, não importa, eu penso que não devemos pagar essa indenização, mas nas hipóteses de simples exonerações, nós precisamos ter, precisamos criar essa indenização.

O art. 52-A, desse dispositivo passaria a ter a seguinte redação:

A indenização estabelecida no inciso V, do art. 51, [essa que eu acabei de ler] será devida por ocasião da exoneração do servidor ocupante de cargo em comissão, na proporção de oito por cento dos vencimentos mensais, por cada mês de efetivo tempo de serviço.

[E no parágrafo único eu digo:] A indenização de que trata este artigo não é devida na hipótese de demissão do servidor em comissão, em consequência de falta disciplinar.

Sr. Presidente, nós precisamos corrigir uma injustiça. Antes os servidores tinham o FGTS. Depois, com a estabilidade, não se justificava mais o FGTS, e nós tiramos. Mas há os empregados da iniciativa privada, ou quando regidos pela CLT, que têm FGTS, porque a estabilidade é menor.

Então, no momento em que conquistam a estabilidade, não faz sentido haver mais uma indenização mensal. Mas os servidores comissionados não têm qualquer tipo de estabilidade, são demissíveis *ad nutum*, são demissíveis de acordo com a vontade de seu chefe, da vontade daquele que os nomeou.

Então, não podemos continuar convivendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, com tamanha injustiça. O Brasil precisa crescer. Eu era menino e meu pai me falava do Brasil do futuro, meu pai morreu e não viu o Brasil do futuro. Mas de uma coisa tenho certeza, Sr. Presidente, nós não vamos chegar ao Brasil do futuro com injustiças, nós não vamos chegar ao Brasil do futuro tirando de quem trabalha. Nós vamos chegar ao Brasil do futuro trabalhando e reconhecendo os direitos daqueles que trabalham.

A proposição apresentada visa a suprir, a sanar, essa lacuna da lei, corrigindo uma grande injustiça cometida contra os dedicados servidores públicos ocupantes de cargos em comissão.

Com essas considerações, Sr. Presidente, penso que a primeira etapa, a primeira parte de meu pronunciamento, já se encerrou. Essa etapa é preciso corrigir. No meu projeto, Sr. Presidente, toco apenas na criação de uma indenização de 8% por mês. Não toquei naquele impedimento de exonerar no período da gravidez, de exonerar no período de doença, mas

um projeto começa com um passo. Esse passo já dei, mas as sugestões e colaborações precisam ser dadas. Emendas a esse projeto, se for o caso até um projeto substitutivo, mas precisamos caminhar para a frente, Senador Agripino, precisamos corrigir essa injustiça. Não são servidores de um dia, não são servidores de uma semana, são servidores, às vezes, de décadas, servidores que vão se aposentar sempre ocupantes de cargos em comissão. São servidores que são exonerados de uma hora para a outra e não recebem um centavo! Servidores que vão para suas casas, que não têm seguro-desemprego, que não têm aviso prévio, que não têm nada. São servidores que não sabem como vão criar seus filhos até conquistar novos empregos.

E é em nome desses servidores, em nome da dor e do sofrimento que todos enfrentam que nós precisamos reagir. Vamos diminuir as desigualdades, vamos criar um País mais justo. Assim, vamos chegar perto, nos aproximar de um Brasil do futuro.

Um outro ponto, Sr. Presidente, diz respeito ao projeto de lei que apresentei, o de nº 139... Desculpem-me. Na verdade, é o 138, pois o de número 139 é referente dos servidores comissionados.

No Projeto de Lei nº 138 eu busco, Sr. Presidente, regulamentar e possibilitar a adoção do nascituro, assim considerado aquele que não nasceu e que está no ventre materno.

Precisamos criar instrumentos e opções para a mulher antes da gravidez; opções para a mulher e para o bebê durante da gravidez e depois dela também. Opções que possam levá-las a ter uma relação sexual cada vez mais responsável, a ter uma gravidez cada vez mais planejada e que possam colocá-las cada vez mais distantes dos abortos que estão sendo feitos no Brasil. Abortos, às vezes, injustificáveis; abortos com sequelas gravíssimas para as mães.

E o que penso não é travar um luta entre ativistas pró-aborto e aqueles que são contra o aborto. A luta que precisamos travar juntos é uma luta em que buscamos opções a favor da vida. Nós precisamos defender a vida. E só poderemos encontrar essas opções depois de muita conversa, de muito diálogo.

Com essas palavras, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer os mais de 100 *e-mails* que recebi de quinta-feira para cá, todos eles me parabenizando pelo pronunciamento que fiz no final da tarde de quinta-feira, quando me posicionei contra o aborto e critiquei duramente o anteprojeto do futuro Código Penal, em que a vida é banalizada.

Um projeto que ampliou, de forma injustificável, as diversas formas de aborto que já temos ou, no mínimo, as três formas que já existem.

Então, agradeço todos aqueles que enviaram mensagens, mensagens de apoio, mensagens na direção que tenho adotado: nós precisamos conversar, mas é preciso conversar criando alternativas e opções para as mulheres, respeitando a individualidade de cada um e defendendo o nascituro. Precisamos criar um cadastro de nascituros que vão ser adotados, de pais que querem adotá-los, esse cadastro precisa ser sigiloso, principalmente com relação ao nome da gestante. E, se for o caso, em decisão fundamentada, os juízes precisam deferir a utilização de pseudônimos, para que as gestantes tenham a segurança de que a sua identidade será preservada na adoção do nascituro.

Com essas considerações, Sr. Presidente, agradeço a atenção de todos e desejo uma boa noite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador João Costa, que faz o seu pronunciamento, e, entre eles, permita, todo o conjunto muito bom, mas fortalecendo os servidores da Casa, porque, é verdade, não são nem celetistas, porque eles não têm o direito de celetistas. Já que eles não são estatutários, vamos colocá-los como celetistas, pelo menos isso. Aí, eles teriam direito aos mesmos direitos da empregada doméstica. Não têm os direitos que as empregadas domésticas hoje têm. Claro que é importante que a empregada doméstica tenha esse direito, mas que os servidores da Casa também tenham. Pelo menos aviso prévio, Fundo de Garantia, sei que o Senador Agripino, que vai usar a palavra agora, concorda com a tese, não é, Senador?

Passo a palavra, nesse momento, não sei se V. Ex^a concluiu.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Não. Só agradecer e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a.

Senador José Agripino, com a palavra, fala como Líder, mas, se quiser falar também como orador inscrito, V. Ex^a teria um tempo maior.

Posso colocá-lo como orador inscrito?

Então, eu o colocarei como orador inscrito, porque são vinte minutos e, como Líder, são cinco.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a que escolhe.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os vinte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não. Meu pronunciamento não vai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fica como Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí eu serei tolerante com V. Ex^a, assim...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Agradeço a generosidade de sempre, Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, a minha palavra hoje diz respeito a um fato que, para mim, é importante, como político, porque já foi tratado neste plenário, já é assunto recorrente e precisa ter um fim.

V. Ex^a, creio, é fundador do PT, é petista de muito tempo, e eu entendo que o Partido de V. Ex^a é composto, na sua origem, por muitos líderes sindicais, por sindicalistas, e, num segundo momento, por ideólogos que foram se aproximando de um movimento popular que desaguou num partido político, que terminou ocupando a Presidência da República, legitimado pelo voto direto do povo do Brasil.

Existem serviços prestados? Existem. Existem equívocos? Na minha opinião, existem. Os serviços prestados, evidentemente, são objeto de cumprimentos; e aquilo que não é republicano, aquilo que é incorreto merece, até por parte da oposição, a crítica construtiva, que é o que eu pretendo, neste fim de tarde de segunda-feira, abordar.

Eu me refiro ao caso Rosemary Noronha, que descobri pela matéria da *Veja*, capa da *Veja* deste final de semana, que era, a exemplo do ex-Presidente Lula, de Delúbio Soares, de Silvinho Pereira, de Berzoini, que foi Ministro da Previdência, uma ativista de movimento sindical nos anos 90.

Ela é colocada como militante sindicalista dos anos 90 – eu não sabia – e, neste movimento de militante nos anos 90, ela teria se aproximado do ex-Presidente Lula, que a teria colocado, como Silvinha Pereira, sindicalista; como Delúbio Soares, sindicalista, que terminou tesoureiro do PT; como Berzoini, sindicalista, que terminou Ministro da Previdência. Todos passaram a ocupar postos de proeminência na estrutura do governo, na estrutura partidária, e Rosemary Noronha, na estrutura administrativa, muito próxima à Presidência da República.

A minha preocupação refere-se exatamente ao episódio que está para se encerrar ou para ter desfecho dentro de pouco tempo.

A matéria da *Veja* traz a Sr^a Rosemary Noronha, militante do PT, como objeto de uma sindicância administrativa levada a efeito pela Presidência da República atual, pela Presidente Dilma, que encarregou a

Ministra Gleisi Hoffmann, nossa colega Senadora, de estabelecer um processo de investigação sobre denúncias feitas pela imprensa, pela revista *Veja* e por praticamente todos os jornais de circulação nacional há um mês, dois meses, três meses.

A matéria da *Veja* traz, agora, o produto da sindicância, que coloca os fatos que já eram conhecidos e acrescenta outros que não o eram; fatos conhecidos como o uso, por exemplo, do gabinete da Presidência em São Paulo para encontro com lobistas ou encontro entre pessoas para fins não republicanos. Isto é o que a sindicância revela na matéria da *Veja*: usufruto da função para benefícios pessoais, usufruto da função para conseguir empregos para parentes. Tudo isso com alguns detalhes de significação pessoal, retratando a Sr^a Rosemary como arrogante com humildes e com atitude muito considerativa em relação aos poderosos, para traçar o perfil da Sr^a Rosemary.

E, lá para as tantas, fala sobre o episódio de uma ida da Sr^a Rosemary com o esposo à Itália, sendo hospedada com honras de chefe de estado na Embaixada do Brasil, à frente S. Ex^a o Embaixador Viegas, que a teria hospedado, teria colocado carro à disposição, teria colocado todo o esquema que se dá a uma grande autoridade à disposição dela, hospedando-a até no quarto ou no salão vermelho do Palazzo Doria Pamphilj.

O que me preocupa? A revista *Veja* foi requintada ao revelar dados da sindicância. Como conseguiu? Não sei, revelou. A mim preocupam duas coisas: primeira, a proximidade da Sr^a Rosemary Noronha com o ex-Presidente Lula determinaria que o ex-Presidente desse uma palavra qualquer ou de apreço ou de desapeço em relação à conduta da Sr^a Rosemary. Acho que se impõe uma manifestação de Sua Excelência o ex-Presidente Lula, tendo em vista que as matérias todas retratam a ex-militante ou a militante do PT, a sindicalista dos anos 90, que teria ocupado funções muito próximas na Presidência da República junto ao então Presidente da República. Deveria, pelos fatos denunciados, haver uma palavra de reparo de Sua Excelência o Presidente. Não houve, até hoje, uma única palavra; nada, absolutamente nada. É como se esse caso não existisse, um caso que é tão rumoroso e que ocupa capas da revista *Veja*...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... ocupa páginas e páginas dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, etc., etc., etc.

O que mais me preocupa e que me traz à tribuna nesta tarde de segunda-feira? A sindicância, Senador Paulo Paim, está apresentada, está revelada pela revista *Veja* e não pode encerrar em si própria.

Não sei se haverá algum burburinho entre segmentos do PT, porque o Governo da Presidenta Dilma mandou fazer a sindicância e tornou-a de conhecimento público. Aquilo que a sindicância apurou, para ter consequência prática e para o Governo não conviver com improbidade nem com impunidade, deve servir de instrumento ao Governo, que deve entregar esse material à Justiça, para que a denúncia feita se consubstancie num processo; para que haja, se for o caso, a punição dos culpados; para que se dê a ela, Rosemary, o direito e a oportunidade de defesa. Do contrário, ela é alvo de uma sindicância em que só é acusada, em que só é, nas páginas das revistas e dos jornais, alvo de açoite, sem ter a oportunidade, que num processo terá, de apresentar a sua defesa.

Acho que se impõe, tanto por obrigação de Estado como por respeito a uma acusada, que tem o direito a se defender, a instalação de um processo. Que a denúncia seja feita aos meios da Justiça, para que a justiça se faça e para que a capa da *Veja* não condene por antecipação, se for o caso, uma pessoa que tem, no mínimo, o direito à defesa.

Acho – aqui trago a minha palavra, e a oposição vai exigir – que aquilo que foi divulgado pela revista *Veja* e que significa o resultado de uma sindicância levada a efeito pelo Governo precisa se consubstanciar numa denúncia e na instauração de um processo, para que, se culpa houver, a culpada seja punida; se culpa não houver, se dê à denunciada o legítimo direito, o republicano direito de se defender e de colocar os fatos a seu favor.

Essa é a posição do meu Partido, que está colocada e que será cobrada.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador José Agripino, que falou em nome da Liderança dos Democratas.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Cícero Lucena, que está pacientemente esperando a sua oportunidade de chegar à tribuna.

S. Ex^a dispõe do tempo de 20 minutos, com a tolerância necessária que, com certeza, daremos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, V. Ex^a disse corretamente: “Pacientemente esperando”. O motivo desta paciência é por demais justo.

Na última sexta-feira, nós fizemos uma visita ao eixo leste da transposição das águas do Rio São Francisco, na companhia do Ministro Fernando Bezerra, bem como dos Senadores Vital do Rêgo, Cássio, Humberto Costa, com a minha presença também, e dos membros da Subcomissão de Fiscalização da Câ-

mara, Deputado Carlos e Deputado Hugo Motta. Fizemos um acompanhamento, uma verificação de como anda a transposição das águas do Rio São Francisco.

Do eixo leste, ao descermos em Paulo Afonso, logo pela manhã, nós nos dirigimos para a tomada d'água em Itaparica. Lá era o início da obra do eixo leste, que se deu sob a responsabilidade do Exército brasileiro. Naquela oportunidade inclusive, o Ministro assinou o termo de recebimento das obras que eram de responsabilidade do Exército brasileiro e comunicou, de forma muito clara, que o Exército irá continuar essa etapa da transposição não mais com essas obras civis que eventualmente precisam ser concluídas. O Exército vai agora retomar a sua participação nas obras rodoviárias que servirão de apoio não só para o período de execução, mas também de manutenção do canal do eixo leste.

Pois bem, Presidente, fizemos a visita e comprovamos aquilo que já sabíamos: há muito ainda a ser feito. Basta dizer que a primeira subestação que está a pouco mais de 3km da tomada d'água está com a parte civil concluída, mas a instalação elétrica não está executada. Após essa estação elevatória, existe um aqueduto que passa por cima de uma BR que havia sido licitada no passado, mas que a empresa não concluiu e que agora participa desta nova etapa a ser licitada.

Como há mais 6km à frente, a primeira barragem está pronta, mas, obviamente, está sem água por conta da interrupção do aqueduto, bem como das instalações elétricas da primeira estação elevatória. E por aí vai. Lote 5: falta um pedaço de concretagem, falta um pedaço a ser executado de canal, e, subsequente, as outras subestações estão faltando. O túnel que entra na Paraíba, perto da cidade de Monteiro, também não está em execução.

Mas houve, na cidade de Monteiro, uma audiência pública, inclusive feita pela Assembleia Legislativa da Paraíba – pelo Deputado Ricardo Marcelo e por alguns outros Deputados –, na qual foi franqueada a palavra ao Deputado Quintans, que, conhecedor profundo que é dos problemas da seca daquela região, relatou todo o seu desencanto, a sua tristeza por não ver uma obra tão importante e tão significativa, uma obra estruturante para nos ajudar a resolver um problema tão sério como o problema da água no Nordeste, em particular na Paraíba.

Mas o Ministro Fernando Bezerra, entusiasmado que está – já é a segunda visita que nós fazemos –, estabeleceu alguns cronogramas, que nós consideramos importantes. É importante trazê-los a esta tribuna, para que fiquem registrados nos Anais desta Casa, bem como ao conhecimento da imprensa e do povo

de um modo geral, para que nós possamos, então, estabelecer um cronograma de cobrança para isso.

Ele fez referência ao chamado lote leste, que é fundamental, Presidente, para a Paraíba. Para V. Ex^a ter ideia, irá beneficiar mais de 70 Municípios paraibanos, dando garantia hídrica para o abastecimento humano daquela população.

Eu fico muito à vontade em falar sobre esse eixo, porque, quando assumi o Ministério – ainda de Fernando Henrique Cardoso –, no projeto inicial da transposição, não existia esse eixo. E, sabedor que sou da gravidade das dificuldades e do problema de abastecimento de água da Paraíba, eu tive a felicidade de dar início ao projeto do eixo leste.

Em 1994, Presidente, como Governador do Estado, nós chegamos a transportar água de trem para a cidade de Soledade, porque não existia, em torno da cidade de Soledade ou na região, mananciais que pudessem, simplesmente, encher os tanques dos carros-pipa com água potável.

Pois essa preocupação me permitiu, então, ao chegar ao Ministério, de colocar o Eixo Leste. E a prova maior da importância desse eixo é que a Presidente Dilma, há um mês, esteve no Brejo Paraibano anunciando o projeto Acauã-Araçaji, que irá garantir o abastecimento d'água de cidades do Brejo Paraibano.

Presidente, você dizer, hoje, que o Brejo está em seca, que o Brejo precisa de abastecimento de carro-pipa, era algo imaginário poucos anos atrás, na Paraíba – o Sertão, o Cariri, o Curimataú, todo ele sofrido com o abastecimento d'água; mas o Brejo, era inadmissível você imaginar isso. Pois bem. A Presidente Dilma esteve lá, de forma festiva, como são as suas visitas, anunciando essa obra da Acauã-Araçaji e o abastecimento daquelas cidades – o Eixo Litorâneo, como eles estão chamando. E eu quero lhe dizer que essa obra só vai existir, ela só vai funcionar, com a conclusão do Eixo Leste, da transposição das águas do Rio São Francisco.

Mas o Ministro, naquela oportunidade do debate que nós tivemos com a presença dos Senadores, a que já fiz referência aqui, dos Deputados Estaduais e Federais, também da Prefeita da cidade, a Prefeita Edna, e vários representantes da região, e Prefeitos também, ele assumiu que dividiu os dezesseis lotes, que antes eram o Eixo Leste, em três metas: a primeira meta, que é até a primeira estação elevatória, que ele considerou concluída pelo Exército; a segunda meta, que vai até o início do túnel, onde vai ser um túnel de quatro quilômetros, que eles estão pensando em reduzir. Disse que a licitação, pelo plano especial de licitação, foi concluída, e que ele espera, até o final deste mês, dar a ordem de serviço para a meta dois, bem

como a meta três, pelo regime especial de licitação. Ele acredita que até junho, no máximo julho, estará sendo dada essa ordem de serviço e, portanto, regularizadas aquelas pendências que o Ministério considerou, que foram as razões do atraso da transposição das águas do rio São Francisco, garantindo, assim, até o início de 2015, a oportunidade dos cem primeiros quilômetros, quer sejam do Eixo Norte, quer sejam do Eixo Leste, possam ter a água funcionando com os serviços e o benefício que todos nós dimensionamos como muito importantes.

Sr. Presidente, naquela oportunidade, nós estaremos cobrando, até porque o Ministro já anunciou uma visita possível da Presidente Dilma no final de junho, começo de julho, para que, efetivamente, estejam sendo retomadas todas as obras da transposição do Rio São Francisco previstas.

Naquela oportunidade, o Ministro falou de um tema que eu tenho batido muito aqui nesta Casa. Para se ter uma ideia, eu tenho um projeto, desde 2007, assim que eu tomei posse aqui no Senado, que trata do problema do financiamento do pequeno e médio agricultor nordestino, que estão inadimplentes, financiamento com recursos do FCO, que o Banco do Nordeste já colocou na conta de prejuízo. Já houve cinco ou sete decretos autorizando negociação, mas o que está ocorrendo é que o Banco do Nordeste tem entrado com ações na Justiça para tomar a terra desse pequeno e médio agricultor.

E V. Ex^a, que é um dos Senadores mais assíduos aqui, já ouviu dizerem: do jeito que vai, o Banco do Nordeste vai se tornar o maior latifundiário da Região, porque está tomando as terras que dão a sobrevivência, dão o sustento dos pequenos e médios agricultores nordestinos, com renegociações de dívidas que já pagaram até quatro ou cinco vezes o valor do empréstimo, mas ainda não foram suficientes para saciar a sede da ganância bancária, mesmo de um banco oficial.

Pois bem, Presidente, o Ministro, naquela oportunidade, disse que o Conselho Monetário Nacional, na última semana, tinha baixado uma resolução que equacionava esse problema. O Presidente da Federação dos Agricultores da Paraíba me chamou e disse que isso não resolvia o problema. Eu o coloquei para conversar com o Ministro. O Ministro garantiu que estava resolvido.

Então, eu espero que, nesta semana, fique devidamente esclarecido, porque hoje, talvez, as televisões nacionais mostrem – os portais e os locais na Paraíba já o fizeram – várias carcaças de animais. Carcaças, Presidente, ossadas de animais foram colocadas, hoje pela manhã, em sinal de protesto, na frente da agência do Banco do Nordeste, na cidade de Campina Gran-

de, com os agricultores renovando o seu sofrimento, a sua angústia, a sua preocupação com a questão do endividamento em relação ao Banco do Nordeste.

Portanto, chegou a hora de nós, de uma vez por todas, enfrentarmos esse problema de frente. Não adianta, com uma ação de medida de combate ou de convivência com a seca, dizer que tem o Banco do Nordeste, disponibilizando R\$2 ou R\$3 bilhões, para encher a boca num pronunciamento, e a boca dos agricultores nordestinos está seca, sem dormir, adoecendo, com a preocupação de ver o seu único patrimônio, a sua única forma de sustento ameaçada de ser tomada pela Justiça, através de ação movida pelo próprio Governo e pelo Banco do Nordeste.

Portanto, espero que esta semana, com a resolução do Conselho Nacional e com o protesto feito hoje, em Campina Grande, na Paraíba, possamos equacionar, de uma vez por todas, esse sacramento que ronda as famílias dos pequenos e médios agricultores nordestinos.

No sábado, eu recebi o Prefeito Luiz, de Brejo dos Santos, no interior da Paraíba, que me relatou algo que me deixa bastante preocupado e só reafirma aquilo que venho, nesta tribuna, batendo na mesma tecla. Na semana passada, registrei que estive em Guarabira, em Cuiteji, num protesto porque existiam 50 carros-pipas cadastrados pelo Governo para dar condições de abastecimento na região, mas 70 carros-pipas estavam pagando R\$50,00 por carrada, para tirar água do manancial da Cagepa, que é a companhia de abastecimento de água do Estado, e ao retirarem, esses carros-pipas, vendiam por até R\$300,00.

Eu perguntava e os agricultores diziam que os que não podiam ou não estavam cadastrados no programa do Governo, ou não tinham os trezentos reais, estavam sobrevivendo de forma bastante difícil na região do Brejo.

O relato do Prefeito Luiz, de Brejo dos Santos, é o seguinte: o açude de Carneiros, que é operado pela Cagepa, do Governo do Estado da Paraíba, está em situação crítica e foi suspenso o abastecimento de cinco cidades. Presidente, eu estou falando: suspenso o abastecimento de água de cinco cidades. Cinco cidades!

Quem está me ouvindo, quem está me assistindo, já parou um momento para pensar o que é a sua cidade, a sua casa, a sua empresa não ter água encaçada? Como é que você programa a sua vida? Como é que você sobrevive numa condição dessas? Pois isso está acontecendo em várias cidades do Estado da Paraíba, como deve estar acontecendo também em outros Estados.

Sr. Presidente, essa cidade de seis mil habitantes, a zona rural, segundo o depoimento do Prefeito Luís,

está sendo atendida pelos carros-pipas do Exército. Mas a cidade com mais de seis mil habitantes tem dois carros-pipas que o Governo do Estado colocou. Dois carros-pipas! Um fazendo viagem durante três dias e outro fazendo com quatro dias, para abastecer a cidade. O Prefeito está gastando também para abastecer a cidade, colocando três carros-pipas, fora pequenas pipas para abastecer, numa sobrecarga de um orçamento sacrificado do prefeito daquela cidade.

Pois, Presidente, essa é a realidade. Eu tenho feito pronunciamentos e alertado de que este ano está prevista uma seca tal qual ou maior do que a do ano passado. O Governo precisa fazer um planejamento melhor desse abastecimento. Secaram-se os mananciais dessa cidade. O Exército está indo buscar carreta a 70km, no açude em Brejo dos Santos. Isso quer dizer que está diminuindo a quantidade de viagens e, ao diminuir a quantidade de viagens dos carros-pipas, menos pessoas estão sendo atendidas.

Essa é a realidade. Não há um programa de perfuração de poços nos leitos mais próximos das cidades, nos leitos dos rios, para que os carros-pipas possam ser cheios mais rapidamente e, conseqüentemente, façam maior quantidade de viagens e atendam um número maior de pessoas.

É isso que eu tenho falado desta tribuna. É essa sensibilidade que temos pedido do Governo, para que tenha planejamento, para que tenha uma programação de atendimento a um povo tão sofrido e tão sacrificado.

Diz-se que tem dinheiro, mas está faltando gerenciamento, está faltando cuidado, preocupação com as pessoas. Eu repito: você, que está me assistindo, que está me ouvindo, já imaginou passar um dia, dois dias, três dias, uma semana sem água? É isso que está ocorrendo, infelizmente, na Paraíba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Senador Cícero Lucena fazendo esse belo pronunciamento.

Agora, passamos a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria e satisfação que, mais uma vez, uso a tribuna desta Casa. Cumprimento especialmente nosso telespectador, que acompanha, mais uma vez, a sessão aqui do Senado. Ao mesmo tempo, também mando um abraço para os amigos, as amigas do meu grande e querido Estado de Rondônia, que sempre temos defendido nos quatro cantos desse pujante Estado que serviu de modelo da reforma agrária e, hoje, tem mais de doze milhões

de cabeças de gado, uma economia forte e um povo que acredita na garra, na raça e na sua determinação.

Quero aqui mandar um abraço para um amigo de Machadinho d'Oeste – além do Deputado Neodi, aquela grande liderança que é –, para o Messias Fernandes, que se comunicou com a gente, com o nosso gabinete, porque acompanha semanalmente e diariamente os trabalhos desenvolvidos aqui, nesta Casa. Além de cumprimentar os amigos, em nome dele, mando um abraço especialmente para as nossas crianças e para os nossos jovens. Além dos amigos e amigas que também cumprimentei, a todos os amigos e as amigas da terceira idade, que são exemplos de alegria, exemplos de satisfação, essas pessoas experientes, vividas, e que, no dia a dia, dão exemplo de vida não só para a gente, mas para os nossos filhos e para todo mundo.

Ontem o Brasil inteiro, mais uma vez, acompanhou, estarrecido, a matéria veiculada pela Rede Globo, no Fantástico, que infelizmente mostrou, em nível nacional, a precariedade da nossa infraestrutura e o custo Brasil.

E aí eu pergunto para quem está nos assistindo, à senhora dona de casa, aos Srs. Senadores, às Sr^{as} Senadoras: quem paga esse custo Brasil? É só o Senador Ivo Cassol? Não! Quem paga esse custo Brasil é toda a nossa população. Quem paga esse custo Brasil, a falta de gerenciamento, a falta de competência, a falta de visão, a falta de gestão, quem paga isso é a sociedade como um todo, do mais pequeno ao maior, quando compra um quilo de açúcar, ou um quilo de sal, um quilo de farinha, um quilo de feijão.

Quero, aqui, parabenizar o programa Fantástico, da Rede Globo, que, no dia 21, ontem, último domingo, exibiu uma matéria de extrema importância para o desenvolvimento do nosso País: deficiência estrutural nas ferrovias e portos faz o Brasil desperdiçar bilhões. Alguém pode dizer que estamos fazendo agora. Quero até parabenizar a Presidente Dilma, que é determinada e arrojada, mas ela tem que colocar muitos companheiros para correr, porque não planejam, não administram, não tiram o pé do chão e deixam esse gargalo, infelizmente, atrapalhando o nosso País.

O Brasil produz muito, mas não tem condições de entregar nos prazos por causa da falha no transporte. São investimentos previstos em mais de R\$28 bilhões. Infelizmente a gente vê isso. Dessa vez, o Fantástico focou nas ferrovias e portos. No preço de tudo que nós compramos, 20% são os custos de transporte. Vocês sabiam disso? Vinte por cento do que a senhora, dona de casa, compra, do que o senhor compra são transporte! Isso se transforma em R\$2,00, em cada R\$10,00, em prejuízo para o nosso consumidor, para a nossa população. E tem consequência.

Este ano, por exemplo, o Brasil teve uma super-safra de grãos. E a comida ficou mais barata? Não. O tomate que ficou mais caro. Mas, só o tomate? Não. O feijão também ficou mais caro. A nossa soja, que era vendida a peso de ouro, essa, sim, ficou mais barata. Perdemos espaço e, ao mesmo tempo, quando pensamos que o produto ficou mais barato, o preço do transporte fica mais caro todo ano. De 2003 a 2011, o frete dessa lavoura mais do que triplicou. É uma situação absurda, e essa conta acaba sendo de todos nós.

A velocidade de que o Brasil precisa ainda não entrou nos trilhos. É preciso uma camionete fazer as vezes do trem para percorrer a Ferrovia Norte-Sul do centro do País. Entre Palmas, em Tocantins, e Anápolis, em Goiás, há 700 quilômetros que ainda não podem ser chamados de ferrovia. O País já gastou, já investiu R\$5.1 bilhões e, depois de duas décadas, continua esperando pelo trem. São mais de 700 quilômetros desde Palmas, no Tocantins, até o perímetro urbano de Anápolis, em Goiás. E aí, faltando apenas 6 quilômetros para chegar ao pátio de manobras, é o fim da linha. Não que este pátio exista. Depois do túnel, há o espaço e as pilhas de trilhos, que, de tanto tempo estocados, estão perdendo a garantia.

Para o Ipea – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, esse é o tipo de situação que o Brasil não pode mais permitir se quiser se desenvolver.

Carlos Campos, economista do Ipea: a hora de fazer bem feito é agora. Porque não adianta fazer um projeto vagabundo, um projeto pela metade, começar uma obra e dali a pouco isso dar com os burros n'água. É prejuízo, é dinheiro público que, infelizmente, vai para o ralo.

Só agora o Ministério dos Transportes constatou que o aço dos trilhos comprados da China... Não quero aqui culpar o novo Ministro, porque assumiu há pouco, o Ministro César Borges, mas, infelizmente, os técnicos deveriam ter verificado que a dureza necessária do material é abaixo da qualidade, por isso a quantidade de carga deve diminuir. Porque os trilhos são de péssima qualidade, tem de diminuir as cargas dos trens, caso contrário, vai derreter os trilhos da ferrovia. Vocês acreditam numa coisa dessas? Uma ferrovia que tem trilhos de ferro, se botar a carga como assim era planejado, infelizmente, vai derreter. O prejuízo é contabilizado dia a dia pelas empresas do distrito industrial de Anápolis. Só de uma delas saem, todo mês, caminhões que percorrem 300 mil quilômetros fazendo entregas.

Para o atual Presidente da Valec – a empresa do governo encarregada de construir ferrovias –, a obra atrasou e ficou tão mais cara, porque foi feita sem um projeto executivo. Ou dito, Sr. Presidente, Senador

Paim, um projeto básico, um projeto feito nas coxas, um projeto que, infelizmente, não leva a lugar nenhum.

“Não necessariamente aquilo que foi feito a mais significa um dano ou um prejuízo ao erário, mas, evidentemente, uma falta de planejamento. Eventualmente, você pode ter má-fé e algum desvio na obra, que a gente tenta coibir de todo jeito. Mas uma falta de planejamento pode dar vazão a isso, sim” – afirma Josias Sampaio Cavalcante, Presidente da Valec.

Agora a Valec fará os projetos antes de qualquer nova licitação. Mas parece impossível ter chegado até aqui uma obra que começou há 26 anos, ainda no governo do nosso Senador e colega José Sarney.

Por incrível que pareça, 26 anos! Entra governo e sai governo. Entra governo e sai governo.

Ficou parado mais de 16 anos e não tiveram competência de fazer o projeto executivo. Isso, infelizmente, é conversa para boi dormir. O que tem, sim, e nós temos que admitir, é o *lobby* das indústrias de caminhões, que, por causa de meia dúzia de empregos nos grandes centros, inviabilizam o País inteiro.

É com isso que não podemos concordar! É isso que não podemos admitir! A nossa infraestrutura, infelizmente, foi para o ralo. As nossas rodovias estão acabadas, arrebentadas, a exemplo da BR-364, que infelizmente está ceifando vidas todos os dias, todas as semanas.

Tanto o diretor do DNIT, o general, como o Ministro garantiram que nos próximos dias vão começar a restauração e a duplicação das marginais, nas curvas e nos morros. Assim esperamos. Infelizmente já estamos cansados de sermos enganados, de sermos iludidos. A burocracia muitas vezes trava. Não consigo entender o nosso País muitas vezes, por mais que eu esteja legislando, fazendo as leis.

Poderia existir uma lei em que todas as obras estruturantes do País, Sr. Presidente, que têm o interesse social da Nação brasileira, não poderia ter um órgão ambiental, um órgão não sei do que do Estado que sempre chega lá e coloca empecilho. Acham uma rã, acham um rato, acham um sapo, acham um calango e paralisam as obras. Todo mundo sabe que por aquele local vai ter de passar a rodovia. Todo mundo sabe que naquele local vai ter de ser construída aquela obra, aquela infraestrutura. Mas, infelizmente, fazem isso para valorizar e para alguém ganhar. E quem paga esse custo Brasil são vocês, somos nós, o povo brasileiro.

Por isso, nós aqui no Senado temos trabalhado e, ao mesmo tempo, desejado que o nosso Presidente da EPL, Bernardo Figueiredo, que preside da EPL – Empresa de Planejamento de Logístico – possa planejar

este País como um todo. Você, Bernardo Figueiredo, foi tão criticado nesta Casa, teve dificuldade. Agora é o momento e a hora de provar que você tem condições e capacidade de planejar essa infraestrutura logística de produção neste País do agronegócio. Criado pelo governo no ano passado para fazer os projetos de infraestrutura antes de as obras começarem e não depois que elas estiverem pela metade.

Ao mesmo tempo, preparar um mapa de transportes que inclui mais de 10 mil quilômetros de ferrovias para escoar a produção e as cargas do País. A missão da empresa é investir em logística e evitar desperdícios.

Nós precisamos qualificar melhor a preparação das obras, porque é isso que vai evitar aditivos e muitas vezes aditivos cabriteiros, obras inacabadas e contrato que se esgota antes da obra concluir, diz o próprio Bernardo.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, todo mundo perde. Nós ganhamos, como se diz aqui – eu vou falar a palavra de um caminhoneiro; todo mundo perde: “Nós ganhamos porcentagem [na produção], não somos assalariados [a maioria deles]. Nós estamos parados, nós estamos perdendo. Nós não ganhamos o dinheiro. Nós não temos salário fixo”, reclama um caminhoneiro que foi entrevistado pelo Fantástico.

O engarrafamento de caminhões é o pior, porque, a cada vez que chega um trem, a estrada bloqueia. O viaduto que evitaria isso é obra do PAC – está parado. A exemplo dos viadutos de Porto Velho. Infelizmente, o ex-prefeito que passou por lá, um incompetente, cometeu falcaturas. Fizeram aditivo, pagaram parte das obras, não concluíram a obra e o povo de Porto Velho, a mercê da conclusão também daquela obra, como tantos outros viadutos por aí no meio do caminho.

A dificuldade não é só fazer a soja chegar ao porto, mas fazer com que ela embarque nos navios. E aí é outra dificuldade, é outra situação difícil que ninguém consegue entender.

Um País, um dos maiores do mundo igual ao nosso, que o que sustenta e viabiliza é a nossa produção agrícola, o agronegócio, com tantos discursando, falando, mas pouco planejando, ao mesmo tempo, poucos dias atrás, Sr. Presidente, movimentação aqui em Brasília contra a Medida Provisória dos Portos. A Presidente Dilma já mandou foi tarde essa medida provisória.

Esses portos brasileiros já deviam ter sido privatizados há dez anos. Eu sei que muita gente foi contra a privatização, mas foi discurso de campanha política. Já ganharam as eleições lá atrás. Agora tem que botar o Brasil para rodar, tem que botar o Brasil para andar.

O que o Governo Federal não dá conta, o Governo do Estado não dá conta, o Município não dá conta

de fazer, passa para a iniciativa privada que consiga dar conta do recado, do resultado para o País poder produzir muito mais.

O Brasil não tem berço suficiente, o que quer dizer espaço e estrutura para carregar os navios. E aí se forma outro engarrafamento na estrada do porto.

Um sobrevoo na aproximação do Porto de Santos mostra o tamanho do engarrafamento. Eu estou falando engarrafamento, não é mais da estrada, não é mais da BR, estou falando engarrafamento já de navios, mais de oitenta navios ancorados, na fila para atracar.

Eles vão esperar, em média, não uma semana, ao custo de R\$60 mil/por dia, mas até 60 dias. São R\$60 mil/dia, US\$30 mil/dia. Essa é a razão para que entre os BRICS, o grupo de países emergentes, o Brasil fique em último lugar em qualidade de portos e de ferrovias.

“Se você olha praticamente em todos os portos, temos filas, filas e filas de navios. Dentro das baías, fora das baías. Isso daí alguém paga. Nós pagamos. Não há dúvida de que nós pagamos” – destaca Cláudio Frieshtak, economista.

Por causa do atraso no carregamento dos navios, a China cancelou há poucos dias a compra de dois milhões de toneladas de soja este ano.

“O recente cancelamento de exportações de soja é uma demonstração clara de que o Brasil tem condições de vender, mas não tem condições de entregar nos prazos definidos”, afirma José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Um armazém é o exemplo de como o sistema entra em colapso. Há três dias parou de receber soja porque está completo, com 135 mil toneladas de soja. Dá para carregar dois navios, só que não pode entregar, não pode carregar, porque não tem espaço no porto para os navios atracarem. Até quando vai continuar esse monopólio desses que querem mamar a custa do dinheiro público? E o País, o povo brasileiro, pagando os custos. Vão ter de esperar mais 15 dias para começar a carregar essa mesma soja. A empresa dona do armazém divide apenas um leito com outras três empresas. Assim, só consegue carregar dois navios por mês.

Pelo menos um gargalo começou a ser resolvido. Desde sexta-feira, dia 19, o serviço público – e meus parabéns pela determinação da Presidente Dilma, da Receita Federal, da Vigilância Sanitária, do Ministério da Agricultura, do Ministro da Agricultura – está trabalhando 24 horas. Mas foram necessários quantos anos para colocarem, 24 horas, a Receita Federal dentro dos portos? Precisou a imprensa, o quarto poder desta Nação, colocar na mídia, divulgar, para daí tomarem providências. (...)E aí se tomaram providências.

Meus parabéns, porque hoje isso acontece 24 horas por dia nos portos de Santos, Rio e Vitória. Em maio, outros portos passarão a operar 24 horas por dia. Só isso deve aumentar a capacidade de embarque e desembarque em 25%, segundo a Secretaria Especial dos Portos.

Pela primeira vez, o Brasil fez planejamento de longo prazo. De maneira que nós sabemos o que o Brasil precisa de investimentos até 2030. No ano passado, nós movimentamos mais de 900 milhões de toneladas. Em 2030, deveremos movimentar 2,23 bilhões de toneladas em nossos portos.

É o que afirma Leônidas Cristino, Ministro dos Portos.

Os investimentos previstos são de R\$58 bilhões, a maioria da iniciativa privada. É dinheiro que vai fomentar nossa economia.

Na outra ponta da Ferrovia Norte-Sul, a soja já chega de trem, apesar de isso ainda acontecer em volume pequeno, porque a principal região produtora ainda não tem acesso à ferrovia.

Dou o exemplo aqui, Sr. Presidente. Eu era Governador do Estado de Rondônia. Foram com um projeto para fazer a Ferrovia Norte-Sul. Estavam levando de Lucas do Rio Verde para chegar na região de Vilhena, chegando a ferrovia ao portal de entrada do nosso Estado de Rondônia. Eu disse naquela época, numa audiência pública na cidade de Vilhena: por que não fazer de Vilhena a Porto Velho, para levar os 5 milhões de toneladas de soja que produz o Mato Grosso e que produz o Cone Sul do Estado de Rondônia – Cerejeira, Vilhena, Cabixi, Comodoro, Sapezal e toda aquela região?

Hoje, graças a Deus, com aquela iniciativa minha na época como Governador, na audiência pública em Vilhena, contra tudo e contra todos que estavam lá dentro...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eles estavam num projeto infelizmente equivocado; estavam em um projeto, infelizmente, que levava nada a lugar algum, quando, pela mudança que eu estava propondo, se levaria muita soja ao porto de Porto Velho para descer Itacoatiara e, ao mesmo tempo, levar para o resto do mundo afora.

Ao mesmo tempo, no porto de Itaqui, no Maranhão, o problema não é a falta de berços. Há um novinho, que fica pronto em dezembro. Só que ele não pode ajudar a escoar a supersafra porque não há armazém para estocar os grãos, gente! Há portos, mas não há armazém!

Então, por isso, temos de passar para a iniciativa privada. Precisamos passar para quem possa mesmo tocar.

A obra do terminal de grãos ainda está na terra-plenagem. Ao lado, em um terminal privado de uma empresa de mineração, mais de 3 milhões de toneladas de soja chegam de trem todo ano. É fácil ver como é mais eficiente. Um trem de 80 vagões é descarregado em 8 horas. Pela estrada, a mesma carga precisaria de 240 caminhões e 60 horas de descarga.

Só que, para embarcar em um navio, essa soja precisa dividir esteira com ferro. Quando um embarca, o outro para ou espera. A empresa está construindo um armazém de esteira para duplicar a capacidade de embarque. Mas, gente, só agora? Tantos anos! Quê os intelectuais, ou metidos a esperto, ou metidos a inteligente, que sempre estiveram na frente de tudo isso? Não planejaram este País?

Infelizmente, é o custo que o Brasil paga, e o custo está exatamente em chegar e sair dos portos. Se você fizer o comparativo, o transporte de um contêiner de São Paulo para cá custa, mais ou menos, R\$1,2 mil. Isso equivale a US\$600. Com US\$600, você atravessa a costa americana, da costa leste para a costa oeste, lá nos Estados Unidos. São 4.300km pelo que pagamos por 120km. É que lá vai de trem. Se a Ferrovia Norte-Sul estivesse pronta, o Brasil também sentiria o impacto de redução dos custos. E, em vez de esvaziar, encheria os cofres públicos. De 2007 até agora, teria faturado R\$12 bilhões. Suficientes para pagar toda essa obra.

Isso que nos entristece, mas não nos cala. O que nós precisamos, sim, é projetarmos e trabalharmos junto com o que está acontecendo nacionalmente, especialmente quando se planeja, especialmente quando se estuda, especialmente quando nós temos dos nossos produtores, de mãos calejadas, que produzem e, ao mesmo tempo, fazem a diferença.

O nosso produto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso grão é um dos mais competitivos mundialmente. Se nós conseguirmos reduzir esse custo, esse custo de transporte das nossas BRs, esse custo das ferrovias, esse custo de R\$60 mil por dia de cada navio, que é o agricultor brasileiro que paga. Quem paga esse custo é você que produz a soja, é você que está aí produzindo o milho. Esse recurso poderia estar no bolso do nosso agricultor para comprar mais máquinas, mais equipamentos e, ao mesmo tempo, ajudar a desenvolver muito mais o Brasil.

É por essa razão que eu aqui me solidarizo com todos aqueles que estão estudando e planejando, para que a gente possa, junto, pensar grande e pensar forte. Nós precisamos, sim, que a infraestrutura não fique

paralisada, ou não fique estagnada. Só da maneira que está, nós queremos fazer, mas não fizemos acontecer. Nós precisamos é fazer acontecer, ao mesmo tempo que essas obras são obras estruturantes para a Nação, não só as ferrovias, mas, especialmente, as nossas rodovias. E as nossas rodovias, infelizmente, estão precárias.

Está aí um exemplo, a BR-319, Sr. Presidente, que interliga Porto Velho a Manaus. Eu fui motorista de caminhão em 1977, 1978, 1979, e levava banana de Porto Velho a Manaus. Eu saía às 6 horas da manhã, 5 horas da manhã, e, às 6 horas da tarde, eu estava em Manaus. Hoje, existe um pedaço no meio em que não se passa. Trinta e cinco anos depois, trinta e quatro anos depois, estamos num novo século, estamos num novo milênio, estamos numa nova situação, e a burocracia, infelizmente, inviabiliza o Brasil ficar interligado pelas nossas rodovias, e está interditado parte daquele trecho.

É isso que nos entristece muito, quando, na verdade, ela devia estar interligando, continuando a levar o progresso...

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) –...e, ao mesmo tempo, preservando. Não é uma estrada que vai abalar o Planeta na questão ambiental; não é uma rodovia que vai abalar o nosso País em questões ambientais. Nós somos muito competentes e, além de competentes, somos muito trabalhadores, porque temos feito sempre da questão ambiental uma questão de sobrevivência.

E onde nós podemos fazer uma obra estruturante e uma obra importante para o País, podemos pegar outro lugar degradado e recuperar essa área para poder ajudar a nossa Nação e, especialmente, o mundo afora.

Além disso tudo, Sr. Presidente, a preocupação que nós temos é que o País inteiro precisa dessa infraestrutura na área da produção agrícola, em que hoje os Municípios se encontram quebrados; hoje, os Municípios se encontram falidos, porque não têm recurso, porque se está dando isenção para carros, mas não tem dinheiro para a infraestrutura, para fazer avenidas, para fazer ruas, para fazer asfalto nas nossas rodovias, e se anda a passos de tartaruga.

Eu sou contra a isenção para quem compra um carro, porque quem tem dinheiro para comprar um carro coloca R\$5 mil a mais para poder ajudar a comprar remédio, para colocar esse dinheiro na infraestrutura para poder construir mais asfalto.

Está aqui o exemplo de Brasília, Sr. Presidente. Se sairmos daqui, dos nossos gabinetes, às 18 horas, nós não conseguimos andar. O povo não consegue sair daqui para as cidades vizinhas, circunvizinhas a

Brasília. Se você vem de manhã cedo para o trabalho, a situação não é diferente; na hora do almoço, não é diferente. E olhe que Brasília é uma cidade planejada. Imagine então esses grandes centros!

É por isso que temos de pegar esse recurso. “Ah, mas nós estamos segurando emprego.” No meu Estado, não estão segurando emprego nenhum. Estão segurando emprego em São Paulo.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Estão segurando emprego na indústria. Mas a pessoa que compra um carro paga os R\$3 mil a mais, paga R\$5 mil a mais. Não é por causa de R\$2 mil, R\$3 mil que ela vai deixar de comprar um carro. Na hora em que superlotar e na hora em que todo mundo comprar os seus veículos, você vai oferecer o quê? Vai comprar um carro velho? Daí você dá um carro novo? Aí, vai chegar um momento em que ninguém mais vai precisar de carro a não ser aqueles que vão substituir os carros velhos por carros novos, carros usados.

Portanto, sou contra isso, Sr. Presidente.

Mas uma coisa boa a Presidente fez: ela deu para a cesta básica os incentivos fiscais que precisava. Mas precisamos de mais. Nós precisamos também desonerar os nossos remédios, porque quem compra medicamento é a maioria das pessoas idosas. Os jovens, os da média idade, muitos, até hoje, não tomaram sequer uma cibalena. Mas todas as pessoas da terceira idade, estes, sim, diariamente, estão precisando e tomam remédio e estão pagando os impostos, infelizmente carros. Estão, de uma maneira, contribuindo muito mais com a arrecadação.

Mas vamos aumentar mais ainda no consumo de álcool, vamos aumentar mais ainda o imposto no consumo de cigarro, vamos aumentar mais o imposto em outro supérfluo para poder ajudar aqueles que, na verdade, têm mais dificuldade.

Por isso, quero aqui, Sr. Presidente, nesta segunda-feira, deixar meu abraço, agradecer a sua compreensão por ter me dado alguns minutos a mais e me colocar à disposição mais uma vez, porque, como Governador do Estado de Rondônia que fui, Prefeito de Rolim de Moura que fui, me preocupei muito com a infraestrutura. Diziam eles no Estado de Rondônia, sou conhecido como o Prefeito das estradas. A sociedade, a população de Rondônia me conheceu como o Governador da infraestrutura, mas também investi na saúde, na educação, na segurança pública e, ao mesmo tempo, sem infraestrutura, não se vai a lugar nenhum.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – A infraestrutura, as nossas rodovias, as nossas ferrovias, nossos portos, Sr. Presidente, são iguais à espinha

dorsal do corpo humano: se você não cuidar dela, você quebra, você fica na cadeira de rodas, fica enfermo. E aí, infelizmente, com muita tristeza, se vê ainda hoje, muitas vezes, em certos Estados, certas regiões, locais nessa situação.

É isto que temos que fazer: planejar um Brasil moderno e eficiente, competente, para termos num futuro, e num futuro próximo, produtos agrícolas mais baratos na nossa mesa, com isso, diminuindo a inflação, que tem afetado a todos, especialmente pelo tomate.

Um abraço a todos. Obrigado e até a próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ivo Cassol, pelo seu pronunciamento.

Só quero registrar que, neste fim de semana, estive em quatro eventos marcantes para nossa atividade parlamentar.

Particpei, na sexta-feira, na Fiergs, do 18º Encontro de Técnicos em Segurança do Trabalho. Estivemos lá com o Sr. Orlandino, do Rio de Janeiro, idealizador do projeto Segurança nas Escolas, tema de que tive a alegria de ser o relator.

No sábado, estivemos em Caxias do Sul, onde, na universidade daquela cidade, participamos como convidados da Mesa que diplomou 75 formandos. Tive a honra de entregar as homenagens aos três alunos destaques, ou seja, os que tiveram as melhores notas. Estivemos lá a convite do formando em Direito José, o mais idoso da turma, de cabelos brancos, e do jovem João, todos formandos em Direito, neste caso. Agradeço aqui o carinho com que fui tratado pelos professores, alunos, amigos e familiares naquele ato de formatura integrado. Deixo um agradecimento especial ao Reitor da Universidade de Caxias do Sul, Isidoro Zorzi, que, na sua belíssima oratória, destacou uma frase do escritor caxiense José Clemente Pozenato, aquele que escreveu e foi quem idealizou o filme Quatrilho. Ele disse: “Não sei se aprendi tudo o que devia, mas aprendi que ainda não parei de aprender”.

Por fim, nesta semana ainda, estive no aniversário de 26 anos da ocupação do Guajuviras. Estive lá com

o Prefeito Jairo Jorge, com a chamada prefeitura na rua. Estava presente o Deputado Nelsinho, vereador, secretário e líderes, todos integrados com a população.

Termino só lembrando que ontem foi 21 de abril, Dia Nacional dos Metalúrgicos. Foi com satisfação que participei de um evento pelas 40 horas semanais e pelo fim do fator previdenciário em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 104, de 2013**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção do Substitutivo do Senado ao **Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar**.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 104/13/PS-GSE

Brasília, 17 de abril de 2013

Assunto: Comunica envio de PLP à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo dessa Casa ao Projeto de Lei Complementar nº 277, de 2005, da Câmara dos Deputados (PLC nº 40/10 – Complementar), o qual “Regulamenta o § 1º do art. 201, da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria de pessoa com deficiência segura da do Regime Geral de Previdência Social – RGPS”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Marcio Bittar**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 20, de 2013** (nº 120/2013, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, relatório sobre a execução do Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira, relativo ao primeiro trimestre de 2013.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 20, DE 2013

Aviso nº 120 / MF

Brasília, 16, de abril de 2013.

Assunto: Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No contexto da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, e em cumprimento ao seu art. 4º, encaminhamos a Vossa Excelência relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas no primeiro trimestre de 2013.

Na oportunidade informamos ainda à Vossa Excelência que o Tesouro Nacional não realizou emissão de títulos da República Federativa do Brasil no trimestre encerrado em 31 de março de 2013, nos termos do Inciso I do Art. 1º do referido normativo.

Atenciosamente,



GUIDO MANTEGA

Ministro de Estado da Fazenda

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

ASSUNTO: PROGRAMA DE RECOMPRA – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 4º. INCISO II DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 16/11/2004.

1. Dentro da estratégia definida nos últimos Planos Anuais de Financiamento – PAF¹, o Tesouro Nacional vem dando continuidade ao “Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira”, objetivando resgatar antecipadamente títulos de emissão da República com a finalidade de melhorar o perfil do passivo externo brasileiro e consolidar a curva de juros da dívida externa.

mercado, por título alvo.

¹ Trata-se de um instrumento de gestão fiscal que define os objetivos e diretrizes da administração da Dívida Pública Federal. Por meio do PAF, o Tesouro Nacional expressa seu compromisso com a redução dos custos, o monitoramento dos riscos e o planejamento estratégico dessa dívida, contribuindo para aumentar a confiança dos investidores.

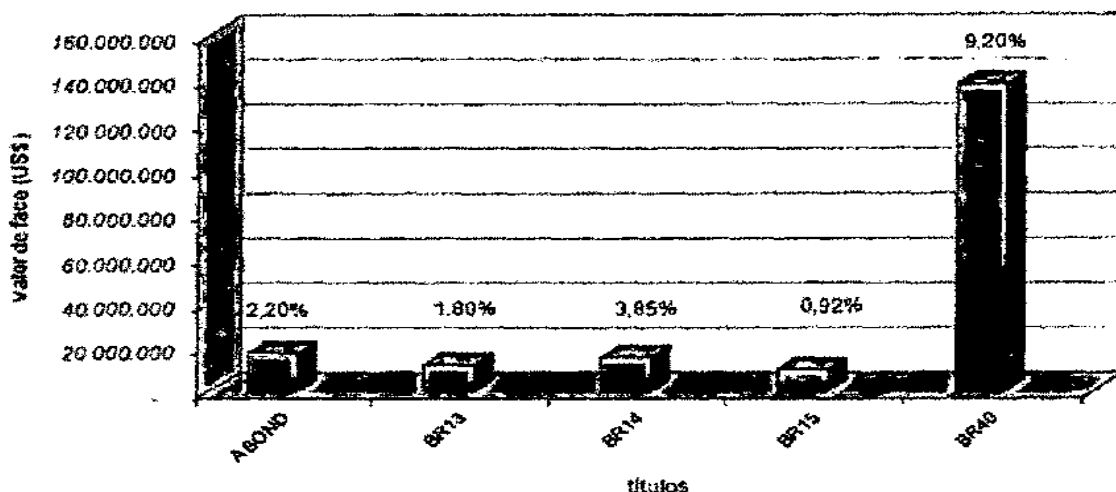
2. Entre os meses de janeiro e março de 2013, o Tesouro Nacional recomprou o montante de US\$ 228.078.884,73 em valores financeiros, correspondendo a US\$ 186.082.555,56 em valor de face – demonstrativo no Quadro 1. Esse valor representa aproximadamente 4,3% do estoque dos títulos Globais que foram alvo do programa neste período. O Gráfico 1 mostra o percentual retirado do

Relatório de execução – Programa de recompras pág. 2/3

QUADRO 1: VALORES RECOMPRADOS

				US\$
Ativo	Valor de Face	Valor Juros	Valor Ágio	Pagamento Total
A BOND	17.055.555,56	231.358,02	2.956.166,67	20.243.080,25
BR13	12.000.000,00	170.833,33	420.000,00	12.590.833,33
BR14	15.448.000,00	218.108,04	2.106.480,75	17.772.588,79
BR15	10.000.000,00	164.062,50	1.397.500,00	11.561.562,50
BR40	131.579.000,00	2.636.912,36	31.694.907,50	165.910.819,86
Total geral	186.082.555,56	3.421.274,25	38.575.054,92	228.078.884,73

GRÁFICO 1: PERCENTUAL RETIRADO DO MERCADO



3. Considerando-se as recompras efetuadas, a redução total no fluxo de pagamento de juros, nesse período, foi de US\$ 412,92 milhões em valores correntes.

4. Ressalta-se que os títulos foram recomprados no mercado secundário, segundo o modelo de avaliação do Tesouro Nacional, em linha com a finalidade de melhorar o perfil do passivo externo e consolidar a curva de juros da dívida externa.

Em 12 de abril de 2013.

Arno Hugo Augustin Filho
Arno Hugo Augustin Filho
 Secretário do Tesouro Nacional

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 20, de 2013**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 5, DE 2013

(Proveniente da Medida Provisória nº 594, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; altera as Leis nºs 12.487, de 15 de setembro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.491, de 20 de julho de 2007; prorroga os prazos previstos nas Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009 (proveniente da Medida Provisória nº 594, de 2012).

Parecer sob nº 9, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG); e Relator Revisor: Senador Ivo Cassol (PP/RO), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013, que oferece. (Lido no Senado Federal no dia 16.4.2013) (Sobrestando a pauta a partir de 3.3.2013) Prazo final prorrogado: 16.5.2013

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 117, DE 2012

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 280, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2012 (nº 7.330/2010, na Casa de origem) de iniciativa da Presidência da

República, que dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008 (autoriza o Banco Central do Brasil a abrir crédito aos Bancos Centrais da República Argentina e do Uruguai, sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local – SML). Pareceres favoráveis, sob nºs 207, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy; e 208, de 2013, de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Humberto Costa, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 84, DE 2013

(Incluído em Ordem do Dia,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 209, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Humberto Costa), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 85, DE 2013

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 330, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais. Pendente de parecer da CCJ.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que cria Tribunal Regional Federal. Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012**

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27*

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 115, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 101, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008 (nº 6.039/2005, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rubem Santiago), que *institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 102, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008 (nº 6.046/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que *institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito*.

Parecer favorável, sob nº 64, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Sérgio Zambiasi.

13

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 60, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 103 e 104, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

14

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 61, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 105 e 106, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Alfredo Cotait; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

15

**REQUERIMENTO
Nº 316, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 316, de 2012, do Senador Jorge Viana, *solicitando voto de aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre, instituição criada em fevereiro de 1979, pelo exemplo de trabalho na defesa da cidadania dos povos indígenas nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente*. Parecer favorável, sob nº 283, de 2013, da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Vital do Rêgo.

16

**REQUERIMENTO
Nº 270, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 270, de 2013, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (fornecimento e instalação dos equipamentos de medição de energia elétrica)*.

17

**REQUERIMENTO
Nº 277, DE 2013**

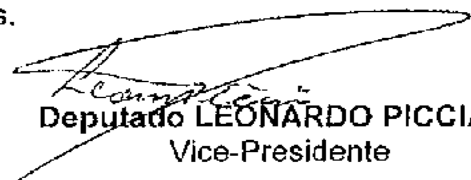
Votação, em turno único, do Requerimento nº 277, de 2013, do Senador Pedro Simon, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação da razão social e de documentação de emissoras de radiodifusão)*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 43 minutos.)

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 592, DE 2012, ADOTADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "MODIFICA AS LEIS Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, E Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010, PARA DETERMINAR NOVAS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO DOS ROYALTIES E DA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS SOB O REGIME DE CONCESSÃO, E PARA DISCIPLINAR A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO SOCIAL", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 14h30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 03, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na Sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Leonardo Picciani, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 592, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Amélia e Ana Rita, dos Senadores Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Lindbergh Farias, Inácio Arruda e José Pimentel e dos Deputados Luiz Alberto, Carlos Zarattini, Leonardo Picciani, Heuler Cruvinel, Sérgio Zveiter, Bruno Araújo, Beto Mansur, Mendonça Filho, Anthony Garotinho, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Sarney Filho, Alex Canziani, Arolde de Oliveira, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Hugo Leal. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. A Presidência passa a palavra ao relator, Deputado Carlos Zarattini, que apresenta seu Plano de Trabalho. Lido o Plano de Trabalho, é aberta a discussão. Encerrada a discussão, é colocado em votação e aprovado. O Vice-Presidente comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Senador Vital do Rêgo para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Vital do Rêgo. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior. A ata é aprovada. Usam da palavra os Senadores Sérgio Souza, Inácio Arruda e Vital do Rêgo e os Deputados Paulo Rubem Santiago, Luiz Alberto, Laércio Oliveira, Mendonça Filho, Anthony Garotinho, Espiridião Amin e Sarney Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Vital do Rêgo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Deputado LEONARDO PICCIANI
Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 592, de 2012.

A reunião de hoje terá dois momentos. No primeiro, eu convido o Relator, Deputado Carlos Zarattini, a apresentar ao Plenário o plano de trabalho a ser adotado nesta Comissão. E, assim que tivermos número regimental para a realização da eleição do Presidente, nós iremos realizá-la. O Senador Sérgio Souza deixou a Comissão, e a Liderança do PMDB do Senado Federal indica, por um acordo de Lideranças, o Senador Vital do Rêgo para assumir a Presidência. Assim que tivermos número regimental, faremos a eleição do Presidente e passaremos a condução dos trabalhos ao Presidente.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui cumprimentar todos os Deputados, todos os Senadores e colocar que eu acho que nós vamos ainda enfrentar muito debate aqui em função de uma possível decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o encaminhamento a ser dado na votação dos vetos presidenciais. Todos sabemos aqui que o projeto aprovado pela Câmara é oriundo do Senado, do qual o Senador Vital do Rêgo foi Relator, e teve trechos vetados e vários desses trechos foram substituídos por artigos desta Medida Provisória 592. Então, evidentemente, a depender da decisão do Supremo Tribunal Federal e da Mesa do Congresso, nós poderemos ter outra situação política aqui para discutir esta Medida Provisória.

Nós estamos apresentando aqui uma proposta de trabalho, em que, no primeiro momento, queremos discutir aqui e ouvir dos responsáveis do Governo as perspectivas de produção de petróleo e gás no Brasil. Nós tivemos aqui, recentemente, declarações da Presidente da Petrobras sobre uma redução da perspectiva de aumento de produção. Quer dizer, na verdade, no ano de 2012, não se aumentou a produção como se esperava por parte da Petrobras e das outras empresas. Também a Agência Nacional de Petróleo anunciou novas rodadas de licitação e também deve ser feita uma avaliação do Ministério de Minas e Energia.

Então, propomos que, em uma data a ser marcada pelo Presidente, na primeira audiência pública, convidemos o Secretário de Petróleo e Gás, Marco Antônio Martins, do Ministério de Minas e Energia; a Diretora-Geral da ANP, Magda Maria Chambriard; e a Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster.

Em um segundo momento, nossa proposta é ouvirmos o ponto de vista dos Estados confrontantes ou produtores. Propomos aqui que três governadores possam ser convidados: o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande; o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Teríamos, então, o ponto

de vista desses Estados confrontantes em relação à distribuição das receitas de *royalties* e participação especial.

Em uma terceira data, o ponto de vista dos Estados não confrontantes. Então, o Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes; o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; e o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Assim, nós teríamos governadores de três regiões diferentes do País.

Eu acredito que talvez mais adiante tenhamos que fazer, talvez seja possível fazer, uma quarta audiência para discutir a destinação do *royalty* em relação à educação e, para isso, ouvir o Ministro da Educação e outros pontos de vista, como, por exemplo, o do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que tem uma posição contrária a essa, o Sr. Paulo Ziulkoski. Poderíamos talvez marcar uma quarta audiência num segundo momento.

Essa é a nossa proposta inicial de trabalho que queríamos apresentar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Paulo Rubem. Em seguida, o Deputado Luiz Alberto.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados integrantes da Comissão, eu gostaria de saudá-los neste retorno às atividades da Câmara e do Senado e, aproveitando a iniciativa do Deputado Zarttini, no tocante à discussão específica das vinculações para a educação, eu, que fiz parte, como Deputado titular, da comissão que cuidou da aprovação do Fundo Social do Pré-sal e, ao mesmo tempo, fui também titular da comissão que discutiu na Câmara o Plano Nacional de Educação – foi de nossa autoria o destaque para a aprovação da meta do financiamento de 10% do PIB –, sugeriria, Deputado Zarattini, que, para a audiência à qual V. Ex^a se referiu, nós convidássemos a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que congrega hoje mais de 200 instituições, é a referência nacional para os estudos de financiamento da educação, de fontes de financiamento. Inclusive, por intermédio do seu coordenador, o sociólogo Daniel Cara, já publicou uma avaliação preliminar do que foi dito acerca da MP nº 592.

Creio que será uma contribuição de alta qualidade técnica, com a experiência de quem veio acompanhando a discussão do Fundeb, em 2006, do fim da DRU na educação, em 2009, e agora, do Plano Nacional.

Eu gostaria, portanto, de sugerir que nós incorporássemos a esta audiência específica sobre a educação a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Relator Zarattini, eu quero, primeiro, parabenizar a nossa Comissão, que

volta a debater um tema tão importante, e concordar com o roteiro proposto pelo Deputado Zarattini em relação às audiências públicas.

Eu queria sugerir, Deputado Zarattini, para a oitiva de governadores de Estados não confrontantes, que V. Ex^a convidasse, propusesse um convite ao Governo do Estado da Bahia. Por quê?

A Bahia é um Estado que tem uma experiência acumulada na indústria de petróleo, vivenciou por longo período esse processo do significado de *royalties* do petróleo e os resultados da indústria de petróleo no seu processo de desmonte, quando a produção começa a diminuir, o processo de desativação da indústria de petróleo. Essa experiência é muito importante, até para consolidar a nossa ideia da distribuição dos *royalties* para todos os Estados brasileiros, independentemente da sua confrontação com os campos produtores.

Eu entendi a lógica de V. Ex^a, de colocar três Estados em cada audiência. No caso dos produtores, não haveria mais de três; quanto aos não produtores, teríamos 24. Não estou sugerindo que sejam os 24, mas apenas incluir o Estado da Bahia, que vai contribuir bastante nesse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Leonardo Picciani, Sr. Relator, Carlos Zarattini, quero dizer da alegria de estar aqui, representando o Senado Federal, no momento em que estamos discutindo a Medida Provisória nº 592, que reputo de suma importância dentro de um processo maior, não apenas, Sr^{as} e Srs. Deputados, aquilo que está posto na frieza da lei, mas muito mais do que se construiu ao longo desses últimos três anos, desde 2010, 2011 e 2012, quando o Senado e a Câmara participaram de longos debates a respeito da destinação dessa riqueza do povo brasileiro.

V. Ex^a, Sr. Relator, produziu, com muito esforço, ao longo de quatro meses, um texto importante, como nós o fizemos também no Senado.

Entendo, Presidente Picciani, que, quanto a esta medida provisória que veio por força de um vazio legislativo, da necessidade de que o Governo, o Poder Executivo, pudesse dispor de normas que fizessem valer a sua condição de poder licitante desta riqueza, nós estamos vivendo um momento importantíssimo em que, membros desta MP, não podemos desperdiçar.

Entendo que há uma ansiedade muito grande – e hoje é a data para a decisão do Supremo Tribunal Federal – acerca de um movimento ilícito, juridicamente posto à apreciação do Ministro Relator da matéria, Luiz Fux, que vai pôr em pauta, vai sobre a mesa colocar à apreciação dos demais membros do Supremo Tribunal Federal. A par dessa decisão, certamente esta Comissão terá novos caminhos a perseguir em busca de um consenso.

Quero fazer o consenso dessa proposta, porque eu acho que nesta Comissão nós teremos um terreno extremamente fértil. Aqui estão presentes o

Relator da matéria na Câmara e autor do substitutivo ao projeto do Senado; o autor do projeto originário, que é o Relator revisor, o Senador Wellington Dias, teve um mal-estar há pouco, pela manhã, mas está refeito; precisa apenas repousar e, por isso, justificou sua ausência. Então, nós temos os três autores, do Senado e da Câmara, de uma proposta. E a Comissão bem representada pelos seus membros pode produzir um acordo importante sob as mãos do Relator Zarattini.

O calendário, ou a proposta de audiências públicas, tem um equilíbrio – o Deputado Alberto colocou há pouco. Há um equilíbrio em que possamos ter os membros do Ministério de Minas e Energia, o Secretário de Petróleo, o da ANP e o da Petrobras. Sob o ponto de vista dos Estados confrontantes – essa é a terminologia tecnicamente perfeita –, nós teremos os Governos do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo; dos Estados não confrontantes há uma perspectiva. Aí, eu me acosto às manifestações de outros parlamentares, que possam solicitar a presença de outros governantes, até buscando a proporcionalidade federativa neste aspecto, para que possamos ouvir, por exemplo, o Governador da Bahia, que será muito bem-vindo.

Entendo que devemos também aprovar, Relator, Presidente, o quarto ponto do seu plano de trabalho que foi verbalmente anunciado por V. Ex^a, que são os objetivos e a destinação dos *royalties*. Já se tem como perspectiva a convocação da Confederação Nacional dos Municípios, o Ministério da Educação e agora, pelo Deputado Rubem Santiago, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que tem um trabalho condensado que eu conheço. Aprovo a iniciativa do Parlamentar.

Ademais, quanto ao calendário para as audiências públicas, certamente, o Presidente Picciani, quando esta Comissão puder escolher a Presidência titular, nós haveremos de com o Relator e com os companheiros colocar.

Quero, ao final desta intervenção, me dirigir especialmente ao Senador Sérgio Souza e dizer da felicidade de poder sucedê-lo como indicado do PMDB nesta Comissão.

Por força de uma série de atribuições, V. Ex^a declinou da indicação e o PMDB me fez, até por força de uma história de trabalho nesta matéria. Mas o gesto de V. Ex^a, do companheirismo, ao declinar da possibilidade de presidir esta Comissão e me fez seu indicado ao Líder Eunício Oliveira, me traduz uma responsabilidade muito grande ao estar ao lado do Deputado Picciani e do Deputado Zarattini.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Boa tarde a todos!

Os trabalhos começaram. Eu ainda não fui almoçar hoje. Acredito que muitos aqui ainda não. Várias comissões estão trabalhando ao mesmo tempo. Ainda temos a instalação de uma comissão importante no Senado, a de Agricultura. Vamos ter eleição daqui a alguns minutos, mas eu não poderia deixar de estar aqui para dizer que este é um assunto que interessa a todo o povo brasileiro, em especial ao povo do meu Estado.

Deputado Zarattini, que vai ser o Relator desta Medida Provisória, o meu Estado é um dos injustiçados, juntamente com o Estado do Piauí – o Senador Vital do Rêgo sabe e conhece muito bem isso. Porque é inadmissível, ou incompreensível pelo menos, você ter uma fronteira de mar e de repente, a poucos quilômetros da costa, aquilo não existe mais.

No Estado de São Paulo, que é o de V. Ex^a, e no Estado de Santa Catarina, as linhas se cruzam a poucos quilômetros da costa e aí nós não sabemos também se é de Santa Catarina ou se de São Paulo, porque passa a ter uma...

Então, essa é uma situação sobre que nós já tentamos, em outro momento, conversar aqui. E ocorre da mesma forma no Piauí, Estado do Senador Wellington Dias, Relator revisor nesta Comissão.

Eu gostaria de requerer a V. Ex^a que possamos enfrentar esse debate aqui nesta Comissão do Congresso Nacional, que é especialmente para tratarmos dessa questão dos *royalties* do petróleo. Estamos falando da exploração do petróleo em mar, e poderemos debater essa questão dos mares dos Estados. Talvez seja muito importante. Para o meu Estado, não tenho dúvida.

Se possível, Sr. Presidente – que vai ser escolhido dentro em breve –, tendo em vista todas as funções que tenho assumido no Senado Federal, como a Vice-Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, a titularidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e outras tantas comissões de que faço parte – inclusive venho de uma reunião agora há pouco na Casa Civil para debater a questão da MP dos Portos – não tenho dúvida de que V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo, que já conhece todas as peculiaridades deste tema, fará uma excelente trabalho na condução desta MP.

Então eu já, de imediato, gostaria de deixar registrada a minha vontade de tratarmos, numa audiência pública ou nos debates da Comissão, essa questão das linhas geodésicas dos Estados, para definirmos por vez e por lei, e não por uma interpretação feita por um órgão regulamentador; não sei nem se é regulamentador, mas por um parecer de um órgão federal, um órgão de estatística federal que define hoje quais são as regras de linhas geodésicas para exploração no mar do petróleo brasileiro.

Muito obrigado. Sucesso a todos.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Presidente Picciani e, de igual modo, todos os colegas Deputados e Senadores aqui presentes.

O meu pleito vai na mesma linha do colega da Bahia com referência à inclusão do Governador do Estado da Bahia como um dos palestrantes dentro do ponto de vista dos Estados não confrontantes.

Sou de Sergipe, Estado produtor de petróleo, e de igual modo entendo que o Estado tem uma contribuição muito importante para apresentar nesta discussão aqui. Por isso, gostaria de solicitar ao Relator que incluísse um convite para que o Governador do Estado de Sergipe se fizesse presente nessa audiência pública para também discutir conosco. E aproveito a oportunidade para desejar, como o Senador colocou há poucos instantes, sucesso para todos; que nós possamos discutir, nesta Comissão, este assunto que é tão importante para o destino e para o futuro do nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Informo ao Plenário que ainda faltam, na verdade, duas assinaturas na Câmara dos Deputados para que possamos fazer a deliberação do plano de trabalho apresentado pelo Deputado Zarattini.

Aproveito, Deputado Zarattini, que ainda não temos quórum para, primeiro, parabenizar V. Ex^a pelo plano de trabalho apresentado e perguntar se V. Ex^a me permite fazer algumas ponderações e sugestões a V. Ex^a.

No item 1, V. Ex^a – e acho que está corretíssima a lógica apresentada por V. Ex^a – sugere o convite ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional do Petróleo e à Petrobras. Eu faria a sugestão a V. Ex^a de que nós convidássemos também o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo. Por quê? Porque, ao tratar da perspectiva de produção, creio eu, nós devemos ouvir também as empresas privadas que produzem petróleo no País. Aqui, nós estamos ouvindo apenas o Governo e a empresa estatal que produz petróleo. Então, eu sugeriria o convite ao Instituto Brasileiro de Petróleo, que representa as empresas privadas que produzem petróleo no nosso País.

Quanto ao item 2, acho que, evidentemente, está de acordo. São, de fato, os Estados mais afetados nesta discussão.

No item 3, acho que está correto o critério apresentado por V. Ex^a, de distribuição regional, um do Sul, um do Centro-Oeste, um do Norte e Nordeste.

A sugestão do Deputado Luiz Alberto tem fundamento. A Bahia é um Estado que tem experiência na produção de petróleo, bem como Sergipe, como lembrado pelo Deputado Laércio, mas, se não me falha a memória, um Governador que foi muito atuante nesse tema e que eu não vi convidado aqui foi o Governador de Pernambuco. Eu acho que, talvez, ouvir o Governador de Pernambuco, que foi, sem dúvida nenhuma, o Governador do Nordeste mais empenhado nessa legislação. E talvez o do Ceará... O do Ceará já está proposto. Eu, de repente, deixaria a sugestão.

Quanto ao quarto tema, acho fundamental a vinda do Ministro Mercadante e da Confederação Nacional dos Municípios, mas eu sugeriria também a convocação dos representantes dos Municípios produtores de petróleo. Eu não sei como é organizado no Espírito Santo e no Estado de São Paulo, mas, por exemplo, no Rio de Janeiro existe a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo. O Deputado Garotinho pode lembrar bem.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Permite-me, Deputado Picciani?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Não sei se é a Prefeita Rosinha ou o Prefeito Aluizio que preside a... Atualmente, é a Prefeita Rosinha Garotinho. Então, fica a sugestão que pudesse incluir um convite à Prefeita Rosinha Garotinho, em representação à Organização dos Municípios Produtores de Petróleo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Deputado Picciani, permite-me? Eu gostaria de sugerir que fosse no segundo painel aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Mas é porque eu creio que tenha que ser no mesmo da CNM.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sim, mas lá é que a discussão seria mais sobre...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Porque a CNM trará...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – ... a destinação do *royalty*.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – A CNM trará uma posição sobre a destinação dos *royalties*. Não necessariamente sobre a divisão. Pode ser os Municípios produtores inclusive para falar da experiência da aplicação dos *royalties*.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Deputado Picciani, só para colaborar. Seria bom. Não tenho discordância quanto à sua sugestão, mas Estados como a Bahia, por exemplo, produtores, o Rio Grande do Norte, não sei se o Ceará, mas esses Estados também têm associação de produtores. Quer dizer, seria melhor precisar, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Nós poderíamos chamar, se me permite aqui tentar um ensaio de uma proposta, Deputado Luiz Alberto – e tem total razão V. Ex^a –, uma associação dos Municípios produtores do Sudeste; outra, dos Municípios produtores do Nordeste; outra, do Sul; do Norte. No Centro-Oeste não há produção. Se V. Ex^a entender que dessa forma fica melhor atendido, eu proporia assim. Acho que V. Ex^a tem razão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Estamos aqui debatendo o plano de trabalho sugerido pelo Deputado Carlos Zarattini. Eu gostaria aqui,

Deputado, que a questão das linhas geodésicas também fosse tratada dentro do plano de trabalho, que constasse do plano trabalho a questão da discussão das linhas geodésicas. E sugerir que esse tema seja tratado em uma dessas audiências – e, pelo que estou percebendo aqui, pode ser que precisemos de mais uma audiência –, porque é um tema, realmente, muito importante. Nós precisamos dar um resultado, uma resposta para isso. Então, eu gostaria que a colocação desse tema no plano de trabalho fosse submetida também à análise da Comissão, primeiramente – lógico – ao crivo do Sr. Relator.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Só complementando, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Poderia ser um momento separado, porque é um assunto muito específico. E eu sugeriria que viesse um representante do IBGE, que foi quem elaborou essas linhas, e também da ANP, para explicar exatamente como é feito o cálculo, porque, além das linhas, existe também uma série de outras definições, para se dizer que o *royalty* é deste ou daquele.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Pode ser o diretor responsável.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sim. Então, um representante da ANP que não a Diretora Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – O diretor específico.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sim, específico. E um representante do IBGE.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – E um representante dos Estados, desses dois Estados específicos, para mostrar e demonstrar. Pode ser da universidade, pode ser uma entidade que represente muito bem. Eu posso pensar em alguma entidade que tem isso como foco, como bandeira, como estudo de muitos anos. No meu Estado do Paraná, por exemplo, a Universidade Federal do Paraná vem tratando, analisando, estudando isso há muito tempo, como a OAB, a Federação das Indústrias e o próprio Governo do Estado do Paraná.

Eu gostaria de requerer a V. Ex^a, uma vez ouvida a Mesa Diretora dos trabalhos, a possibilidade de eu sugerir um representante do Estado do Paraná nessa audiência pública, que seria, meu caro, Senador Vital do Rêgo, específica para tratar do tema. Seria isso, Deputado Leonardo?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Exatamente. Essa é a proposta do Deputado Zarattini. Então, seria uma quinta audiência, que trataria sobre as linhas geodésicas. Usei a expressão utilizada pelo Senador Sérgio Souza.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Tem sentido.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Minha preocupação é... Depois da Emenda Calmon, eu tenho dito que o maior aporte de recursos para a educação vem com esta medida provisória. Eu me preocupo no sentido de que possamos afinar mais o debate em torno da questão que considero central, que é a destinação desses recursos para a educação no Brasil, para não transformarmos a nossa Comissão num novo debate sobre redistribuição dos *royalties* entre Estados e Municípios, porque essa é outra matéria. Nós estamos tratando da destinação desses recursos para a educação.

Acho que poderíamos fazer um bom trabalho com o Ministro da Educação, com o Conselho Nacional de Educação, com os órgãos da educação que têm interesse direto, a União Nacional dos Estudantes, a Associação Nacional dos Pós-Graduandos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Acho que essas são as pessoas e as instituições que estão com grandes expectativas em relação à aprovação dessa medida provisória, para não transformarmos novamente a matéria numa nova batalha de distribuição dos *royalties*. Essa já está em curso; está até no Supremo Tribunal Federal. Imagine se transformarmos a medida provisória numa nova confrontação em torno dessa questão da redistribuição entre Estados e Municípios dos *royalties* do petróleo e do gás! Talvez tivéssemos que afinar mais na direção que a matéria exige, que é a destinação dos recursos para a educação.

Eu não quero nem propor nomes, mas eu acho que nós deveríamos ouvir estas instituições: Ministério da Educação, UNE, Ubes, SBPC. A educação está numa expectativa em relação a esses recursos.

Nós fizemos uma proposta quando tratamos da regulamentação do novo marco regulatório, que, infelizmente, foi vetada na época, mas já destinava 50% dos recursos, por exemplo, do Fundo Social para a educação. Já era um caminho. Mas houve um veto, talvez uma incompreensão, naquela época, de que deveríamos vincular mais esses recursos à educação, porque, destinando-os à educação, nós trataríamos de vários temas, à medida que se formaria melhor o povo brasileiro.

Então, meu caro Carlos Zarattini, se pudermos tratar da medida provisória nesses termos, considero que sairemos melhor na Comissão e não nos engalfinharemos tanto, porque senão corremos o risco de transformar essa medida provisória numa nova peleja em relação à distribuição dos *royalties* entre Estados e Municípios e não fazer a sua destinação para educação, ciência e tecnologia, que é o objetivo central da medida provisória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Relator Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – O Senador colocou uma questão importante e política.

No início, nós aqui colocamos também essa questão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que vai se dar hoje, e as consequências desse posicionamento. No entanto, como nós estamos aqui definindo um calendário, e a medida provisória trata de distribuição... Ainda que possamos falar: “Isso é uma questão já resolvida”, efetivamente ainda não se resolveu. Então, nós estamos aqui levando em conta isso.

Nós podemos também, num segundo momento aqui, falar: “Então, vamos só nos reduzir à questão da destinação para a educação ou para...”

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não é reduzir. É tratar da questão principal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Principal, sim. Mas, efetivamente, hoje trata de dois assuntos a medida provisória.

Então, eu queria só, por enquanto, manter essa perspectiva, até que tenhamos outras definições, e acatar a sua sugestão, Senador, em relação a convidar, no quarto debate, que tratará da destinação dos *royalties*, também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que também teve um papel muito grande nesse debate – lá na Câmara, pelo menos, estiveram muito presentes. Então, acho que, no quarto debate sobre a destinação dos *royalties*, incluiríamos aqui a SBPC.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Para uma questão de ordem, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, eu, ao chegar à Comissão Mista, me deparei com uma situação que confronta uma decisão da Deputada Rose de Freitas, no exercício da Presidência do Congresso Nacional, que, respondendo a uma questão de ordem do nosso Partido, o Democratas, assinalou o que está consagrado no Regimento Interno das duas Casas Legislativas – Câmara e Senado –: a lista de presença de Senadores e Deputados, quando da reunião de Parlamentares, tendo em vista uma Comissão Mista para analisar uma medida provisória, tem que permanecer no recinto onde se realiza a sessão que aprecia e discute a medida provisória. E fui informado por um dos funcionários aqui do Senado que, conseqüentemente, dá assessoria à Comissão Mista que a lista estava fora do recinto e que teria sido levada para fora do recinto da Comissão, o que contraria uma decisão da Presidente Rose de Freitas. Aliás, o nosso Partido tem-se deparado com esse tipo de situação, que contraria inclusive o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

A gente quer discutir aqui a questão do objeto dessa medida provisória de forma democrática, plural, respeitosa com as posições do Governo, mas a gente não pode tolerar que o Regimento venha a ser desrespeitado.

Então, eu queria colocar essa questão, esse fato para V. Ex^a e pedir providências para que isso não se repita.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Mendonça, eu determino à Secretaria da Comissão que mantenha a lista exclusivamente no recinto da Comissão, seguindo o Regimento da Casa e a decisão tomada pela Presidência do Congresso Nacional.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não significa a sala, viu? O recinto da Comissão pode ser mais amplo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Não é no banheiro. É aqui mesmo, dentro da Comissão, no local do debate. A gente sabe onde é que fica a lista de presença. Daqui a pouco vai ficar no plenário do Senado. E aí, se for o recinto do Senado, vira uma coisa desorganizada. Como todos querem organização, disciplina e respeito ao Regimento, tenho certeza de que todos vão seguir o Regimento. É o apelo que eu faço. A gente pode ser superado na tese, na discussão e na votação, mas dentro dos princípios democráticos.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Está deferida a questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – O procedimento será dessa forma.

Havendo número para deliberação, não havendo mais...

Deputado Sérgio Zveiter, V. Ex^a...

Deputado Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Quero cumprimentar o Deputado Leonardo Picciani, o nosso Senador Vital do Rêgo, o ilustre Deputado Carlos Zarattini e dizer que o Deputado Zarattini teve, na Câmara, um papel fundamental na condução daquele acordo que resultou naquele substitutivo ao projeto do Senador Vital do Rêgo, que acabou sendo derrotado por um número pequeno de votos, nove votos, no Plenário da Câmara e que com uma ou outra pequena alteração deve servir de base para nossa discussão, para que a gente não saia repetindo uma série de reuniões, uma série de convites a pessoas que já foram ouvidas, que já falaram, que já debateram. Essa questão está madura.

Talvez aqui, introduzindo o desejo da Presidente de destinar os recursos para a educação, nós não vamos avançar muito mais além daquilo que nós já avançamos na Câmara. Falo pelo menos do lado dos Estados e Municípios produtores. Assim também como acho que os Estados não produtores também

não vão avançar muito. O trabalho foi muito bem elaborado, chegamos a uma posição muito madura, consequente, que não inviabiliza os Estados e Municípios produtores e já começa com uma receita para os Estados e Municípios não produtores.

Acho que, se a gente, com todo respeito ao plano do Deputado Zarattini, começar ouvindo de novo todo mundo, uma série de palestras, debates, nós vamos perder tempo e não vamos avançar. Não vamos avançar. Acho que nós temos que pegar a medida provisória, pegar o espírito da medida provisória, o espírito do substitutivo construído por V. Exª com o apoio de todos nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quase todos.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Todos nós! Todos nós! Mesmo quem foi contra foi vencido pela maioria. Essa é a regra da democracia, não é? Há de convir que o nosso entendimento é muito melhor do que qualquer tipo de situação de confronto que leve à inviabilidade do Estado do Espírito Santo, do Estado do Rio ou de qualquer Município.

Sei até que, quando o Senador Vital do Rêgo construiu a sua proposta aqui, no Senado, essa era a sua intenção, mas não foi o que, de fato, acabou sendo enviado para a Câmara e que foi corrigido no substitutivo que V. Exª construiu, aprimorou, vamos assim dizer.

Então, com toda sinceridade, com toda franqueza, acho que fazer aqui uma agenda longa de repetição de discussão, de debate, para discutir as linhas geodésicas do IBGE, por que o poço tal rende tanto e beneficia o Município tal, questões que já discutimos exaustivamente, não contribui para a solução. O que contribui para a solução é confrontar a medida provisória com seu substitutivo, fazer o casamento dos dois e decidir. Isso é que vai resolver. Assim eu penso. Só quero colaborar na propositura, ao contrário do que foi aqui, para ver se é possível...

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC. *Fora do microfone.*) – Fazer o casamento é difícil.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não, não é difícil não. V. Exª sabe, Deputado Espiridião Amin, que eu fui professor da classe de casais da minha igreja durante oito anos. Então, sou especialista em salvar casamentos.

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC) – Se V. Exª me permite, mas ninguém casa ninguém.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Casa sim.

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC) – O sacramento do casamento é feito, é praticado pelos nubentes.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não vamos discutir casamento. V. Exª entendeu o sentido figurado.

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – É, mas vamos ao que interessa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quando vier uma medida provisória tratando de casamento, nós teremos...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu quero propor a redução dessa proposta de audiência pública. Há audiências demais, reuniões demais. Eu quero reduzir isso. Eu acho que estou dando uma contribuição, porque vamos fazer um monte de audiências que já fizemos, em que já ouvimos. Todos nós aqui já sabemos o que vai falar o representante da ANP, o da Petrobras, o secretário de petróleo do Rio de Janeiro, o secretário de petróleo do Espírito Santo, o Governador do Rio, o Governador do Espírito Santo. Todos nós já sabemos o que vão falar aqui. Como vamos repetir tudo o que já foi feito? Vamos ser objetivos. Há a medida provisória e há o seu substitutivo, que é muito bom. Vamos fazer um encontro. O Deputado Espiridião Amin, me parece, é um profundo crítico à palavra casamento. Ele gosta de viver o casamento, mas não gosta tanto de falar do casamento. Eu prefiro que partamos para uma solução mais objetiva. Essa é a minha proposta.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani, PMDB – RJ) – Pela ordem, o Deputado Espiridião Amin e, em seguida, o Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado.

O SR. ESPIRIDÃO AMIN (PP – SC) – Eu fiz aquela intervenção até em homenagem ao profundo conhecimento teológico que todos nós sabemos de que é dotado o nosso querido amigo, o Deputado Garotinho. Não vou voltar ao assunto, porque acho que, objetivamente, nós temos dois assuntos para tratar nesta medida provisória: um é a destinação, como foi salientado há pouco, mas não é o único assunto.

Sobre esse assunto, a única consulta adequada que acho que a Comissão deve fazer é ao Plano Nacional de Educação, que está votado, está no Senado. Para a consecução dos seus objetivos o montante de recursos desta medida provisória é muito importante, assim como para a parte de ciência e tecnologia e outras, mas especialmente educação. Ou seja, qual é o norte que nós temos? É o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Câmara e que está no Senado. Eu confesso que não sei em que estágio está, mas foi aprovado pela Câmara. Então, mais até do que a SBPC, que participou lá das reuniões, eu acho que o Plano Nacional de Educação é um instrumento básico para que se debata a destinação dos recursos, sem prejuízo de outras contribuições. A SBPC sempre trará boas informações e boas ponderações.

Agora, quanto à outra parte, acho que o Deputado Garotinho foi muito feliz. Fazer mais do que foi feito naquele âmbito, pelo menos em nível da Câmara dos Deputados, é impossível, até pelo tempo que se levou.

Deputado Zarattini, ficamos quanto tempo naquilo?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Quatro meses.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Não! Desde março até dezembro. Quer dizer, ficamos oito, nove meses toureando, brigando, disputando, discutindo, até que se conseguiu uma proposta que não era o consenso, mas virou consenso na hora do voto, como disse o Deputado Garotinho.

Portanto, na Câmara, há duas posições. Uma é o 2.565, como saiu do Senado, que, por razões políticas e regimentais conhecidas, foi vitorioso, sem falar no documento que a Confederação Nacional dos Municípios distribuiu sem autenticação no dia da votação, o que, a meu ver, foi determinante para a derrota ou vitória por nove votos – acho que foi determinante. Confere? Acho que aquele documento foi determinante.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Induziu muita gente a erro ali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Sim! E até a erro induziu.

Mas, sem entrar no mérito, há duas posições na Câmara. Há a posição original do 2.565, e a posição que, digamos, é uma suavização, um aperfeiçoamento, um aprimoramento – ou outro nome que se dê –, mas não é uma coisa que caiu do céu; é um aprimoramento do texto do 2.565. Então, querer ignorar isso eu acho que é faltar com o dever de conhecer a realidade.

Repito: quanto à destinação, a única contribuição que eu acho que nós devemos a ela dedicar é o Plano Nacional de Educação, que é fruto de um debate e que, aliás, já deveria estar aprovado desde 2011. Se for aprovado neste ano, vai mudar de década para decênio a sua vigência – é preciso mudar o substantivo.

Na questão da destinação, devemos nos curvar a quê? Pode ser aperfeiçoado? Pode, sempre pode. Mas nós temos duas propostas concretas a considerar.

Essa é a contribuição que eu dou.

Estamos ansiosos para votar. Quero explicar que eu sou suplente do Deputado Beto Mansur. Como ele não está, é claro que teremos um voto só: ou eu voto ou o Deputado Beto Mansur.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, antes de tudo, parabênizo os dois que já foram eleitos por aclamação e o nosso futuro Presidente, que será eleito também.

Eu quero começar pela concordância com o que disse o Deputado Garotinho ao final. Evidentemente, no mérito, nós estamos em campos completamente opostos, mas, na forma, nós estamos concordando.

Eu acho que não temos que perder mais tempo. As posições estão bastante estabelecidas. Até lamento.

E eu quero logo ser sincero. Gente, é muito difícil que, nesta Comissão, quando for a voto, não seja aprovado o 2.565, não retorne o espírito do 2.565. Vai por voto, vai-se discutir, pode fazer o que for, mas é outra questão. As posições já estão estabelecidas. Não vai ser aqui que se vai formar consenso, a não ser entre os Líderes do Rio de Janeiro, que, parece-me – não faço nenhuma alusão pessoal – fizeram muito esforço para estar aqui.

De certa forma, esta Comissão não reflete a realidade dos votos do Plenário. Não há como! Aquele Líder de Bancada grande que ficar contra a sua Bancada corre o risco de ser destituído, porque isso vai esquentar, isso não vai ficar assim.

Os governadores estão vindo aí para conversar com o Presidente da Câmara. Hoje nós vamos ter a decisão do Supremo Tribunal Federal. Os Estados estão em situação de pobreza absoluta. Os Municípios estão mendigando. Os prefeitos eleitos... Não há como um representante de um Estado que está se sentindo lesado não votar a favor do seu Estado, do seu Município.

Então, eu acho que, quanto mais rápido se resolver isso, melhor. Nada de ficar discutindo. As posições já estão tomadas. Cada um que discuta internamente com sua Bancada e resolva o posicionamento. Mas não vai ser ouvindo o Governador do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, do Ceará, do Maranhão, do Mato Grosso, que nós vamos mudar posição aqui. Não vai!

Então, eu acho que nós devemos realmente simplificar esse processo.

O SR. VITAL DO RÉGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani, PMDB – RJ) – O Senador Sérgio Souza está inscrito. Eu passo a palavra a ele. Em seguida V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Muito obrigado. É bem rápido. Eu gostaria só de contraditar a opinião do Senador... Deputado Garotinho. Eu acho que este não é um tema assim tão simples. É um tema muito polêmico. Já foi debatido aqui.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu agradeço a profecia do senador, mas eu sou candidato a governador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Mas, Deputado, é um tema muito polêmico. Nós debatemos isso extensivamente no Senado, na Câmara. Votamos algo que foi à Presidente da República. Vieram vetos. E hoje gerou, inclusive, imbróglio que está numa decisão liminar do Supremo Tribunal Federal que tranca a pauta do Congresso Nacional – e talvez teremos hoje à tarde –, devido à questão dos *royalties*.

Então, é um tema que, na minha opinião, deve ser aprofundado. E nós temos tempo, nós temos tempo, sim, se nós começarmos a trabalhar agora, para debater com os atores principais e aqui sugeridos, como a ANP, o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras, os governos, ou seja, as unidades federativas produtoras e as não produtoras e também o setor que mais interessa neste

momento e que vai receber, pela sugestão da MP, boa parte ou grande parte desses recursos, que é a educação.

Eu gostaria de ver um debate amplo, porque acho que a sociedade brasileira, os Municípios, os munícipes, os cidadãos brasileiros têm interesse em ver esse debate um pouco além de uma simples votação nossa aqui na Comissão. Nós sabemos que os debates vão ocorrer aqui nesta Comissão, não vai ser depois na Câmara e nem no Senado Federal, muito menos no Senado, porque as MPs chegam ao Senado com um prazo exíguo. Por exemplo, nós vamos votar duas hoje em plenário no Senado cujo prazo vence amanhã, senão, elas caem. E a Câmara também, com a formação das Comissões Mistas, não tem mais tempo de debater amplamente essa questão das medidas provisórias.

Os debates devem ocorrer aqui. E agora é a oportunidade de fazermos isso.

Pelo que entendi da sugestão do Relator, Deputado Zarattini, ele quer ouvir a opinião da sociedade, já definida num plano de trabalho, para que os senhores parlamentares e para que ele possam consolidar isso num relatório. Talvez, Deputado Garotinho, seja justamente isto: uma forma de aproveitar o substitutivo do Senador Vital do Rêgo com a medida provisória. Agora, como é que ele vai chegar a isso, aí seria...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não. O Substitutivo do Deputado Zarattini com a medida provisória.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Perfeito. E eu acho que ele quer ouvir a sociedade realmente para fazer essa análise e achar uma solução que seja boa para todos nós, que representamos aqui os nossos Estados e o nosso povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de ir ao encontro...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Eu gostaria de ir ao encontro da maioria dos membros da Comissão – tive o prazer de ouvi-los –, inicialmente transmitindo ao Deputado Esperidião Amin que, no Senado, o Plano Nacional de Educação – já tive conhecimento, porque tomei essa informação para lhe passar neste momento – está com o Senador José Pimentel na Comissão de Assuntos Econômicos.

Entendo, Sr. Presidente, que se o Senador Sérgio Souza trouxe a questão das linhas geodésicas, por uma preocupação federativa do seu Estado, do Paraná, e de outros Estados da Região, foi porque nem o substitutivo nem o substitutivo do Deputado Zarattini atacou esse problema, atacou essa questão, que traz para o Estado de S. Ex^a uma grave injustiça, até porque a metodologia e a forma como está sendo tratada essa questão ocasionam prejuízos econômicos muitos fortes ao seu Estado.

Mas eu trago, Sr. Presidente, uma proposta que certamente vai ao encontro da maioria dos nossos Deputados e Senadores que se propuseram aperfeiçoar a proposta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Pedi um aparte para não ter que pedir a palavra de novo. Porque este assunto linhas geodésicas também está no Supremo. Em 1990, complementando uma iniciativa que tomei como Governador em 1986, Santa Catarina impugnou as linhas fixadas arbitrariamente pelo IBGE e, além de sermos litigantes com o Paraná, que foi o beneficiário do petróleo extraído, tendo como base o Porto de Itajaí – mas não quero entrar no mérito, só que isso é um fato, a base de operação era Itajaí, só que a linha geodésica inflete para o Sul. E o Estado de São Paulo, do Deputado Zarattini, é litisconsorte. Então, se nós levarmos para a questão de linha geodésica, tanto Ministros do Supremo quanto alguns de nós, temos que reconhecer que somos suspeitos. Eu sou suspeito. Eu tenho posição a respeito.

Então, é um aparte para não prolongar o assunto, porque senão vai dar outra ação. Mas está no Supremo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Esclarecedor o aparte de V. Ex^a.

Em resumo, eu gostaria de retirar, sugerir a retirada da parte política da proposta de audiências públicas e ficarmos na parte técnica. Por quê? Porque nós temos que saber como anda a Petrobras, a ANP e o Ministério das Minas e Energia com relação à produção atual e a perspectiva futura e essa questão da destinação dos *royalties* no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação e outras questões.

Então, Sr. Presidente, para não tomar muito tempo – nós estamos com um prazo já se esgotando, temos votação –, eu gostaria de retirar e solicitar do Relator a retirada.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar pela sua visão, porque o que nós temos que discutir aqui é justamente isto: é a produção e a destinação. E pronto.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – De acordo, Deputado Carlos Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – De acordo com a proposta do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Eu vou passar à votação, dado o adiantado da hora.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o plano de trabalho apresentado pelo relator, Deputado Carlos Zarattini, com as alterações propostas pelo Senador Vital do Rêgo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o plano de trabalho.

Vamos passar à escolha do Presidente da Comissão.

A presente reunião destina-se à eleição do novo presidente, tendo em vista a renúncia do Senador Sérgio Souza, conforme Ofício nº 42, de 2003, lido na sessão do Senado em 21 de fevereiro de 2013.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão é de responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição do Presidente da Comissão.

Consulto o Plenário se podemos fazer esse processo por aclamação.
(Pausa.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Havendo o acordo, passamos ao processo de escolha por aclamação.

Informo que foi indicado pelas Lideranças o Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, para Presidente.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Declaro eleito, por aclamação, o Senador Vital do Rêgo Presidente desta Comissão.

Desejo boa sorte nessa tarefa ao Senador Vital do Rêgo e passo a Presidência da Comissão ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^{as} o gesto de confiança e apoio à condução dos trabalhos nesta Comissão.

Eu gostaria de fazer uma indagação. Nós temos um prazo: segundo informa a Secretaria, nos próximos 60 dias, prazo que se expira no dia 13 de março; com mais 60 dias regimentais, nós teríamos até 13 de maio. Nós temos que dar um tempo necessário aos Plenários da Câmara e do Senado para a manifestação.

Temos agora, dentro do plano de trabalho aprovado, que criar um calendário. Eu consultaria V. Ex^{as}, inicialmente, antes de enveredar pelos caminhos do calendário, qual seria a data, ou melhor, o dia da semana que melhor, Senador Sérgio Souza, poderia coincidir com a agenda de V. Ex^{as}, terça ou quinta? Quarta está fora de questão. Seria, Deputado Mendonça Filho, terça ou quinta?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Terça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós deixaríamos marcado, de forma ordinária, semanalmente, terça ou quinta

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Terça ou quinta de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Terça ou quinta de manhã.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – O problema é que, terça-feira de manhã, há reunião de Líderes. Eu não tenho como.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Terça à tarde ou quinta pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Colocaria terça à tarde...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Terça, nesse horário de 14 horas, é bom porque ainda está na sessão ordinária. Não tem Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, fica marcado terça à tarde, Presidente Picciani, Relator Zarattini? *(Pausa.)*

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Terça, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como regra, terça, às 14 horas. Seria nossa reunião ordinária.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou me permitir montar com o Relator e com o Vice-Presidente esse calendário proposto, e passarei imediatamente, por meio eletrônico, ao gabinete dos senhores, dentro do que foi aprovado nesta Comissão.

Consulto se há mais algum assunto a tratar.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não, Sr. Presidente. Apenas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Garotinho, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – ... de fazer uma pequena observação: nós devemos ter agilidade, sem açodamento.

O que eu chamo agilidade sem açodamento?

Há uma questão contra a qual nós temos o que fazer. Qual é? O princípio da anterioridade e o princípio da anualidade tributária. Então, se nós mexermos na lei agora, em setembro, ou em junho, ou em novembro, o que nós decidirmos, por esses princípios consagrados no Código Tributário nacional e na própria Constituição do País, só vai vigorar no ano que vem, para o próximo exercício.

Então, que a gente seja ágil para tomar a decisão – como eu propus aqui um calendário ágil –, mas não precisa ser de maneira açodada, porque o que a gente for decidir só vai vigorar a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Nós não vamos decidir nada para vigorar no mês que vem ou, como disse aqui, em discurso inflamado, o Deputado Zequinha Sarney, que os Municípios estão desesperados, precisando de recursos. Bom, nós não vamos resolver aprovando isto aqui hoje, ou amanhã, ou em setembro; o que a Comissão decidir e o Plenário aprovar só vai vigorar no ano que vem.

Então, que a gente tenha cautela e agilidade, caminhando uma ao lado da outra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, convoco V. Ex^{as}, antes pedindo o apoio dos senhores para aprovação da ata da reunião anterior.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da 1ª Reunião.

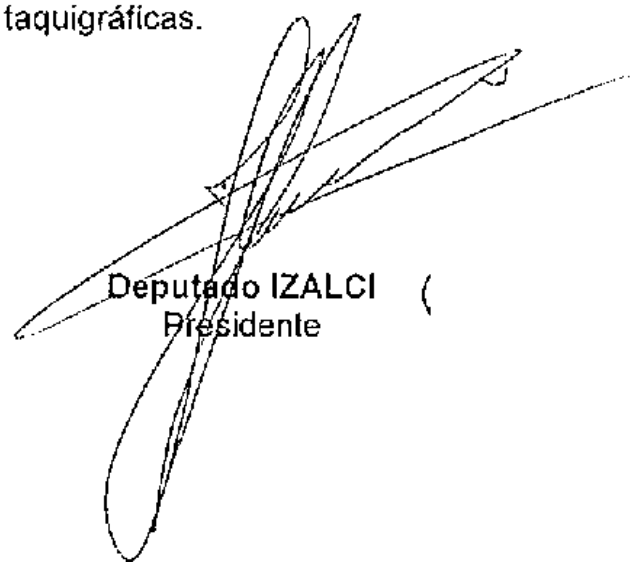
Estão convocados V. Ex^{as} para a próxima reunião ordinária desta Comissão.

Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e dois minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 593, DE 2012, ADOTADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC, PARA AMPLIAR O ROL DE BENEFICIÁRIOS E OFERTANTES DA BOLSA-FORMAÇÃO ESTUDANTE; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, na Sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Izalci, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 593, de 2012, com a presença dos Senadores João Alberto Souza, Waldemir Moka, Ana Amélia, Humberto Costa, Armando Monteiro, Ana Rita, Jayme Campos e Blairo Maggi; e dos Deputados Afonso Florence, Marçal Filho, Onofre Santo Agostini, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ariosto Holanda, Edinho Araújo, Eliene Lima, Severino Ninho e Flávia Moraes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Professora Dorinha Seabra Rezende procede à leitura do Requerimento nº 1/2013-MPV593, de autoria do Deputado Izalci, solicitando a realização de audiência pública para debater a matéria. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Deputado IZALCI ()
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e irá à publicação.

A presente reunião destina-se à apreciação do requerimento do Deputado Izalci, solicitando a realização a realização de audiência pública.

Solicito à Deputada Dorinha que faça a leitura do requerimento.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)
– Bom dia a todos.

Mediante o expediente, o Deputado Izalci requer a realização de audiência pública pela Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012, que altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa Formação Estudante.

Sr. Presidente, lerei as instituições convidadas.

Ministério da Educação, Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – Confenen, Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional de Comércio – CNC; Serviço Social da Indústria – Sesi, Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial – Senai, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar; Serviço Social do Comércio – Sesc, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, Serviço Social do Transporte – Sest, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMS, Associação Brasileira de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito – Abrafe, Federação Nacional das Escolas Particulares – Fenep.

São as entidades convidadas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Obrigada, Deputada.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*


Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 593, DE 2012, ADOTADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE “ALTERA A LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC, PARA AMPLIAR O ROL DE BENEFICIÁRIOS E OFERTANTES DA BOLSA-FORMAÇÃO ESTUDANTE; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 03, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dezenove de março de dois mil e treze, na Sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Izalci, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 593, de 2012, com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Benedito de Lira e Ana Rita; e dos Deputados Ronaldo Zülke, Afonso Florence, Hugo Napoleão, Onofre Santo Agostini, Professora Dorinha Seabra Rezende, Jorginho Mello, Ariosto Holanda, Edinho Araújo e Severino Ninho. Registra presença o Senador Wellington Dias, parlamentar não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a apreciação da Medida Provisória. O Presidente convida os palestrantes Marco Antonio de Oliveira - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; João Luiz Cesarino da Rosa - Representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; Hildney Alves de Oliveira - Coordenador de Políticas para Ensino Médio e Educação Profissional do Conselho Nacional de Secretários da Educação; Gustavo Monteiro Fagundes - Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; e Amábilis Pacios - Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares; para integrarem a primeira mesa de debates e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Usa da palavra o Deputado Ariosto Holanda. Em seguida, o Presidente convida os palestrantes Felipe Esteves Morgado - Gerente de Educação Profissional e Tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Elizabeth Homsí - Gerente da Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria; Maria Alice Lopes de Souza - Gerente de Educação e Ação Social do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio; Rejane de Souza Leite - da Diretoria de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Andrea Barbosa Alves - Chefe do Departamento de Educação Profissional e Promoção Social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; e Wesley Passaglia - Superintendente Técnico do SEST/SENAT; para integrarem a segunda mesa de debates e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Finalizando a fase de apresentações, o Presidente convida ainda, para fazer uso da palavra, como expositor extra-pauta, o Sr. Magnus Ribas Apostólico, Diretor de Relações do Trabalho da Confederação Nacional das Instituições Financeiras. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares. Fazem uso da palavra os seguintes parlamentares: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Ariosto Holanda, e o relator da matéria, Senador Paulo Bauer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Deputado IZALCI
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a medida provisória com a presença de representantes das seguintes entidades: Ministério da Educação (MEC), Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte (Senat), Serviço Social do Transporte (Sest), Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES), Associação Brasileira de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito (Abrafi), Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep).

A Presidência informa que recebeu carta da Abrafi comunicando a impossibilidade de comparecer à reunião.

Convido, então, para assentarem-se à primeira mesa de debates, os Srs. Marco Antonio de Oliveira, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; João Luiz Cesarino da Rosa, representante da Confenen; Hildney Alves de Oliveira, Coordenador de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional do Consed; Gustavo Monteiro Fagundes, Assessor Jurídico da ABMES; e Amábilis Pacios, Presidente da Fenep.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Vamos iniciar ouvindo o primeiro orador, Marco Antonio de Oliveira, representando aqui o Ministério da Educação, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC. Dez minutos.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA – Vou tentar dar conta do assunto que me cabe em dez minutos. Creio ser difícil essa tarefa.

Antes de mais nada, queria saudar o Senador Paulo Bauer, o Deputado Izalci, que preside a Comissão; João Luiz Cesarino, da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; Hildney, do Consed; Gustavo Fagundes, da ABMES; Amábilis Pacios, da Fenep; bem como os demais Parlamentares aqui presentes, assessores, jornalistas, representantes de órgãos e entidades de classe.

Vou tentar, muito brevemente, apresentar aqui a configuração do Pronatec e a importância da Medida Provisória 593 na consolidação desse programa. Antes, porém, de entrar nos detalhes a respeito do Pronatec, eu queria expor alguns dados bastante básicos, que dão uma ideia da importância da medida para a implementação do programa.

Por favor, Marcelo, a primeira lâmina.

Hoje, no Brasil, nós temos um contingente de jovens na faixa de 18 a 24 anos da ordem de mais de 7,5 milhões que concluíram o ensino médio e não frequentam escola. Nós estamos nos referindo a um contingente de jovens que já concluíram o ensino, que não ingressaram no ensino superior e que estão no mercado de trabalho ou não estão nem trabalhando nem estudando. Portanto, é um contingente bastante expressivo de jovens brasileiros que almejam algum tipo de colocação no mercado de trabalho ou mesmo o acesso ao nível, mas elevado de escolaridade e que não têm a possibilidade de obtê-lo por outro meio que não o ensino técnico. Portanto, é um contingente bastante expressivo de jovens que deve ser alvo de uma política de educação profissional.

Próxima lâmina.

Aqui nós temos uma informação importante no que concerne ao número de matrículas de educação de jovens e adultos por etapa de ensino. O que nos importa mais é o dado relativo ao ensino médio. Nós temos, hoje, um número de matrículas que tem diminuído na educação de jovens e adultos – saiu de 1,6 milhão, em 2007; para 1,3 milhão a 1,4 milhão, em 2012. Então, também na questão da educação de jovens e adultos nos preocupa a necessidade de uma ação bastante integrada com a educação profissional.

No quadro abaixo, vocês podem ver os dados relativos à educação profissional propriamente dita. Hoje, no País, pelo censo escolar, nós temos cerca de 1,4 milhão de matrículas no ensino técnico de nível médio, na educação profissional e tecnológica. Desse percentual de matrícula, a maior parte se concentra nas redes estaduais e nas redes privadas, tendo aí uma participação cada vez maior do sistema federal.

Esses dados, no entanto, se referem basicamente ao ensino técnico integrado e não a outras modalidades a que vou me referir mais à frente.

Avançando, por favor.

Aqui nós temos alguns dados relativos à evolução das matrículas dos cursos técnicos. Basicamente é aquela demonstração em termos de evolução. Nós temos crescido significativamente no curso dos últimos anos, mas ainda aquém daquilo que o País demanda em termos de qualificação profissional.

Próxima lâmina, por favor.

Esse dado aqui dá uma ideia da evolução das matrículas, especialmente na rede federal. Nós vimos crescendo de maneira bastante significativa, sobretudo de 2008 para cá em função do próprio plano de expansão da rede federal; esse crescimento é mais expressivo no ensino técnico, onde nós já somos responsáveis por mais de 450 mil matrículas, e a discrepância entre esse dado e o anterior que eu apresentei se deve ao fato de que nesse número se somam não apenas os cursos integrados, mas também as modalidades de ensino concomitante e subsequente. Concomitante se destina aos jovens que fazem o ensino médio regular e que, no contraturno, cursam o ensino técnico. E o subsequente é a modalidade destinada aos egressos do ensino regular, ou seja, aqueles que já cursaram o ensino regular.

Então, esses dados dão uma ideia das carências e das necessidades e, eu diria, das demandas em termos de qualificação profissional no Brasil.

Há um dado importante, eu tinha a notícia de que esse dado seria apresentado aqui pelo Senai, relativo ao mapa do trabalho industrial no Brasil, que dá conta da necessidade, até 2014, da formação de cerca de 7,5 milhões de técnicos para fazer frente às necessidades apenas da indústria.

Esses números nos dão uma ideia da importância da política de educação profissional neste momento no País.

Avançando.

Tendo em vista esse retrato muito breve que eu apresentei, o Governo, juntamente com o Congresso brasileiro, discutiu amplamente o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que, a rigor, é na verdade, um conjunto de iniciativas. Ele não se resume apenas a uma iniciativa e ele procura repetir uma experiência bem-sucedida em outra área, que é a experiência do Bolsa Família.

Eu tenho dito que, guardadas as devidas proporções, o Pronatec é o Bolsa Família da educação brasileira. Ele se baseia num esforço de articulação de programas preexistentes e na criação de novas iniciativas, de maneira a articular e integrar essas iniciativas e, dessa forma, evitar que haja sobreposição de iniciativas, dispersão de recursos, fragmentação de programas – a exemplo do que, até pouco tempo atrás, era a regra na área de educação profissional. Se vocês lembrarem um pouco, se recordarão que o Bolsa Família surgiu da unificação de cinco programas de transferência direta de renda.

Aqui, nós unificamos um conjunto de iniciativas: o plano de expansão da rede federal, que se inaugura a partir de 2005 e que está em pleno curso; a Rede e-TEC Brasil, que é um programa de educação à distância e que, até agora, provia educação à distância de nível técnico e médio e de ensino superior; o Brasil Profissionalizado, que é um programa que apoia a ampliação, construção, reforma e instalação de laboratórios em escolas técnicas estaduais; o acordo de gratuidade com o Sistema S, que é anterior ao programa, mas que vem se somar a ele em termos de meta a ser atingida; o financiamento estudantil, que é uma nova modalidade do Fies, uma experiência bem sucedida para o ensino superior agora voltada ao ensino técnico, e, por fim, o Bolsa Formação, que consiste em uma modalidade de oferta extraordinária de vagas para o ensino técnico.

Avançando rapidamente, aqui temos o quadro que dá uma ideia das metas do Pronatec até 2014. Temos como meta global a ser atingida a busca de 8 milhões de vagas por meio dessas cinco iniciativas que mencionei. Aqui não estão computadas as iniciativas do Fies, que ainda são bastante recentes e que não têm uma meta específica estabelecida numericamente. Até 2014, queremos chegar a 8 milhões de vagas a serem ofertadas por meio do programa, sendo que, desses 8 milhões, 2,4 milhões são vagas no ensino técnico de nível médio, nas modalidades integrada, concomitante e subsequente.

Um dos desafios que está posto pela Medida nº 593 é justamente expandir a oferta de vagas no ensino técnico de nível médio, superando essa meta estabelecida nesse quadro.

Avançando, por favor.

Aqui temos um quadro que dá uma ideia dos resultados até agora alcançados. Somando os resultados de 2011 e 2012, já chegamos à casa de mais de 2,5 milhões de matrículas, ou seja, conseguimos traduzir o que era uma meta de oferta de vagas em matrículas, e, portanto, consideramos que o programa, do ponto de vista do acesso, tem sido bastante exitoso. Algumas dessas metas foram afetadas parcialmente pela greve havida na rede federal ou por desempenhos específicos, mas, no cômputo geral, caminhamos na direção do que foi estabelecido – 8 milhões de vagas –, tentando traduzir esses 8 milhões de vagas em 8 milhões de matrículas realizadas.

Avançando, por favor.

O Bolsa Formação é uma modalidade específica do Pronatec. A MP trata especificamente do Bolsa Formação e prevê ofertas de vagas em cursos técnicos – formação estudante – e em cursos de formação inicial e continuada. A demanda é articulada com vários ministérios demandantes e instituições de ensino ofertantes.

Há um processo de pactuação dessas metas a que me referi. A oferta dos cursos até esse momento é feita pela rede federal – leia-se institutos federais, escolas técnicas vinculadas às universidades federais, escolas técnicas estaduais, redes municipais, serviços nacionais de aprendizagem, Senai, Senac, Senar, Senat, e as redes privadas habilitadas que agora deverão se incorporar por força da MP 593, que está sendo discutida nesta Comissão e que queremos ver convertida em lei.

O público-alvo do programa: jovens trabalhadores, beneficiários de programas de transferência de rendas.

Especificamente em relação ao Bolsa Formação, temos uma meta, para 2013, de oferta de 900 mil vagas, sendo cerca de 150 mil vagas para cursos técnicos de nível médio e pouco mais de 740 mil vagas para cursos de formação inicial e continuada: os cursos técnicos, com carga horária mínima de 800 horas, podendo chegar a 1.400 horas, definidas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; e a formação inicial e continuada, com cursos com carga horária que varia de 160 horas a 400 horas, definidas pelo guia Pronatec de cursos FIC, variando também conforme a modalidade de cada curso.

Avançando.

Nesse momento, avançamos nas parcerias com os demandantes e ofertantes, em 2011, o programa começou a rodar tendo a parceria com as secretarias estaduais de educação e do Distrito Federal e a rede ofertante se resumia aos institutos, escolas técnicas vinculadas a Senai e Senac. Em 2012, incorporamos, como parceiros demandantes, o Ministério do Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego, Turismo, MDA, Secretaria de Direitos Humanos e Ministério da Defesa. Cada um desses demandantes têm um público-alvo específico. Destaco, aí, o papel proeminente do MDS, na oferta de vagas para os beneficiários do Bolsa Família, ou que estão escritos no CadÚnico, e o trabalho com o Ministério do Trabalho e Emprego, na oferta de vagas em cursos para os reincidentes na obtenção de seguro desemprego, por mais de três vezes ao longo de dez anos. Em 2013, ampliamos o número de parceiros demandantes. Temos, hoje, 13 ministérios que estão dentro do programa, demandando ações específicas do Pronatec.

Recentemente – vocês devem ter acompanhado –, houve o lançamento de uma parceria com o Ministério da Justiça, prevendo a oferta de 40 mil vagas para pessoas, apenados do sistema prisional, em regime fechado, em regime semiaberto.

Da mesma forma, expandimos a rede ofertante. Começamos com poucos ofertantes. A partir de 2012, incorporamos as secretarias estaduais de educação daqueles Estados que estão relacionados ali. Hoje, temos 15 Estados atuando como parceiros ofertantes do programa, ou seja, através das secretarias estaduais e das redes estaduais, elas integram o programa como ofertantes de cursos no Pronatec, e incorporamos, também, a participação do Senar e do Senat, e, com a MP nº 593, queremos ver agora, incorporada também a participação das instituições privadas de ensino superior e de ensino técnico.

Por favor, avançando.

Em relação à pactuação anual de vagas, em 2012, chegamos a pactuar 1,4 milhão de vagas na formação inicial continuada; 183 mil no ensino técnico. Esse ano, temos já 1,7 milhão de vagas pactuadas na formação inicial, 182 mil no ensino técnico. Essa pactuação revela a capacidade desses ofertantes de ofertar vagas, cujo preenchimento dependerá muito do esforço e da relação entre demandantes e ofertantes da captação de possíveis beneficiários. O que esses gráficos mostram, na verdade, é que a oferta dos cursos técnicos está abaixo, bem abaixo, da formação inicial e continuada, e consiste no maior desafio para nós, daí a ideia, inclusive, de incorporar a rede privada nesse esforço geral.

Avançando, por favor.

Aqui vou apenas apresentar, brevemente, alguns dados da expansão da rede federal. No caso da rede federal, que é outra ação do Pronatec, saímos, em 2002, de 140 unidades, que foram construídas em pouco mais de um século, saltando, hoje, para 440 unidades em funcionamento; dessas 440 unidades, 354 foram concluídas ao longo do Governo Lula e temos a meta, até o final do Governo Dilma, de entregar 208 unidades, perfazendo um total de 568 unidades da rede federal em todo o Território nacional, o que visa ampliar o acesso à educação profissional, a democratizar esse acesso, a interiorizá-lo, tendo em vista a dimensão continental do País.

Avançando.

Aqui é um quadro que dá a ideia do estágio atual de implementação desses campos. Nós, em 2013, já temos 43 que estão funcionando em instalações novas, dentro da meta dos 208 do Governo Dilma.

Vamos entregar, até o final do ano, 34 novos, mas colocaremos em funcionamento mais 50, em instalações ainda cedidas, provisórias, e trabalhamos no sentido de atingir as 208 unidades prontas até o final de 2014.

Avançando.

Temos, ainda, as outras modalidades de educação técnica de nível médio. Fiz referência à Rede e-TEC, que é uma rede de educação à distância. Inicialmente, até hoje, ela era provida pela rede federal e por alguns Estados que integravam essa rede. A partir de 2013, passam a integrar à rede, ou podem aderir à rede, os serviços nacionais de aprendizagem. Vamos ampliar a oferta de vagas pelas redes públicas, em parceria com os Estados, e, também, abrimos a possibilidade de que Rede e-TEC passe a ofertar cursos de formação inicial e continuada, que é a modalidade dos cursos de menor duração, para os quais, eu creio, a educação à distância é um mecanismo mais apropriado, sobretudo em regiões de difícil acesso, regiões remotas com baixa densidade populacional, onde não se justifica a construção de escolas técnicas.

Avançando rapidamente.

Aqui, são alguns dados em termos das metas estabelecidas. Em 2011, nós matriculamos 74 mil na educação à distância; em 2012, superamos 134 mil e, neste ano, temos uma meta de previsão de vagas na ordem de 200 mil. No País todo, temos 841 polos da rede atuando, sendo que o maior desafio nosso consiste em expandir essa rede nas Regiões Norte e Centro-Oeste, que são regiões onde a presença dos polos é menor, justamente as regiões que talvez mais demandem o acesso à educação à distância e no interior do Nordeste.

Avançando rapidamente.

O Brasil Profissionalizado, já fiz menção, é o programa do MEC que assegura a transferência direta de recursos por meio do PAR aos governos estaduais para a construção, ampliação e reforma de escolas, mobília, laboratórios, formação de técnicos e gestores. Nós associamos a essa expansão um compromisso com a oferta de novas vagas. Em 2011 e 2012, os resultados

estão aí demonstrados, e nós queremos dobrar esse resultado. Em 2013, a meta estabelecida é 172 mil novas vagas por força do Brasil Profissionalizado.

Avançando rapidamente.

Aqui, os dados sobre as obras do Brasil Profissionalizado. Nós temos um grande conjunto de obras se concentrando no Nordeste, que foi um grande demandante. Esse programa se faz por adesão. Praticamente todas as 27 unidades da Federação estão hoje dentro do Brasil Profissionalizado, e nós esperamos, com isso, dotar as redes estaduais de condições também satisfatórias para a oferta de cursos técnicos de nível médio.

Avançando, por favor.

Aqui, os dados relativos aos laboratórios, quer dizer, além da reforma, ampliação e construção de novas unidades, nós também financiamos a instalação de laboratórios e temos já pactuada, até 2014, a instalação de 2.641 laboratórios nessas escolas e nesses Municípios – 701 Municípios e 899 escolas.

Avançando, por favor.

Aqui, o acordo de gratuidade com o Sistema S, que também integra o Pronatec. Basicamente o que ele prevê? A aplicação, até 2014, de dois terços das receitas líquidas do Senai e do Senac na oferta de vagas gratuitas de cursos de formação para estudantes de baixa renda, trabalhadores, sejam empregados ou desempregados. E o Sesi e o Sesc destinarão um terço de seus recursos à educação – especificamente ao ensino médio regular, coisa que já é feita por esses dois serviços sociais ligados ao Sistema S. Nós, com esse acordo, elevamos, no caso da gratuidade, a carga horária mínima dos cursos ofertados – vou tentar concluir –, e aí estão estabelecidas as metas.

Avançando, por favor.

Aqui, a última medida, que é o Fies Técnico e o Fies Empresa, que nós acabamos de lançar e que é uma extensão do Fies Estudantil para o ensino técnico, uma experiência bem sucedida no ensino superior que nós estamos estendendo ao ensino técnico. Não vou entrar em detalhes por conta do tempo – o Presidente já me alertou.

Pode avançar.

Queria só, finalmente, falar sobre a MP. No caso da MP, o que estamos propondo? Em primeiro lugar, abrir a possibilidade de utilização dos recursos do Pronatec para oferta de cursos técnicos subsequentes para egressos do ensino médio pelas seguintes instituições: as redes federais, os serviços nacionais de aprendizagem, as instituições privadas de ensino superior e as escolas técnicas privadas. É importante que se diga que, hoje, o Pronatec só financia cursos concomitantes. Com essa modalidade do subsequente, nós vamos ampliar significativamente a oferta de curso técnico de nível médio. É importante também frisar que as escolas técnicas de nível médio, ou melhor, as secretarias estaduais de educação vinham demandando fortemente essa modalidade no Pronatec, e o Consed pode atestar isso.

Próxima, por favor. Vou concluir rapidamente.

Em relação à autonomia institucional, ela prevê que os serviços nacionais de aprendizagem e as instituições privadas de ensino superior que já integram o sistema federal possam ter a possibilidade de criar cursos técnicos de maneira mais rápida. Essa medida foi adotada com o propósito de destravar o processo de criação de cursos técnicos, que, muitas vezes, é moroso e dificulta essa expansão desejada. E o mesmo ocorre em relação aos serviços nacionais sociais, no que concerne à educação de jovens e adultos, ao ensino médio, desde que em articulação com os serviços nacionais de aprendizagem, para fazer o Pronatec EJA, que é uma modalidade específica no ensino técnico.

Avançando, por favor.

Em relação ao processo pelo qual as instituições passarão a integrar o programa, no caso das instituições privadas de ensino superior, desde que tenham índice geral de cursos avaliados igual ou superior a três, terão condições de se habilitar ao programa, porque já têm uma avaliação positiva. Feita essa avaliação, poderão ofertar cursos técnicos relacionados aos seus cursos superiores, que serão autorizados pelo órgão colegiado máximo, a mantenedora da instituição, submetidos ao MEC – e o MEC vai validar esses cursos. Exemplo: se uma universidade tem um curso bem avaliado de Engenharia Civil, pode montar ou ofertar cursos técnicos, na área de edificações.

No caso das instituições privadas de ensino técnico, elas se habilitam no Sistec e passarão por um processo de avaliação *in loco* que será realizado pelos institutos federais de educação, que verão as condições de instalação, laboratórios, corpo docente, grade curricular. Enfim, a tentativa, aqui, é preservar as instituições sérias e separar o joio do trigo. E elas poderão também atuar na mesma modalidade.

Próximo, por favor.

Aqui, é o valor: no curso, será pago – a exemplo do que é, hoje, o ProUni – mesmo o valor do cobrado aos demais estudantes, incluindo os descontos que porventura possam existir. O pagamento será feito, mensalmente, mediante comprovação de frequência pela instituição, confirmada, periodicamente, pelos estudantes.

Avançando.

E o processo de ingresso nos cursos se dará por seleção unificada, através do modelo semelhante ao Sisu – estamos chamando de Sisutec –, que vai permitir, que vai valorizar os resultados do Enem. Então, primeiro, os inscritos no Enem terão acesso a esses cursos, e haverá, ainda, a possibilidade dos cursos técnicos integrados e concomitantes, que representam uma nova modalidade para a educação profissional, de que, depois, podemos falar mais detidamente.

Avançando.

Acho que, com essa, acabamos. Aqui, é tudo, não vou descrever o processo, depois, podemos falar sobre ele. Creio que, com isso, concluímos, e deixo, aqui, as observações para o final, enfim, mais detidas.

Peço desculpas pela longa exposição, mas creio que era uma oportunidade de dar aos senhores uma visão bem mais abrangente do programa. Agradeço aqui ao Deputado Izalci e ao Senador Paulo Bauer, por essa oportunidade, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Muito bem!

Antes de passar a palavra para o próximo orador, quero anunciar a presença, aqui, do nosso Relator, o Senador Paulo Bauer, e também a presença, aqui, dos nossos Deputados: primeiro, do Deputado Relator e Revisor, Deputado Ronaldo Zulke; a presença também do Deputado Afonso Florence; do Deputado Onofre Agostini; do Deputado Hugo Napoleão; do Deputado Ariosto Holanda; e do Deputado Severino Ninho.

Próximo orador, então, em nome da Confenen, Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, o Sr. João Luiz Cesarino da Rosa, por dez minutos.

O SR. JOÃO LUIZ CESARINO DA ROSA – Bom dia! Pela Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (Confenen), este é o Presidente, Roberto Geraldo de Paiva Dornas, agradecemos o convite para tratar deste tema: a Medida Provisória nº 593. Antes, cumprimentando os Parlamentares, na pessoa do Presidente desta Comissão, o Deputado Izalci Lucas; o Relator da Comissão, o Senador Paulo Bauer. E, nas suas pessoas, cumprimentamos os demais Parlamentares, demais autoridades, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores.

Por força constitucional, a Confenem é a representante oficial do ensino privado brasileiro, em todos os seus níveis; portanto, desde a educação infantil até o ensino superior. Com essa responsabilidade é que viemos tecer comentários e apresentar uma proposta ao final, como forma de apoio ao Pronatec.

Evidentemente, Sr. Secretário, que toda iniciativa que visa a capacitar o jovem estudante é válida e tem que ser apoiada.

Quero lhe parabenizar pelos números e quero lhe parabenizar também pela medida provisória ter incluído o ensino privado. Tomei nota que, na sua fala, o ensino técnico ainda está abaixo da expectativa, por isso a busca dessa parceria. E quero dizer da pertinência da instalação desta Comissão Mista, haja vista que, no passado, já tivemos algumas iniciativas de instalação da habilitação profissional. Eu me recordo bem de 1971, quando a Lei nº 5.692 foi introduzida e criou, naquela oportunidade, a escola de 1º grau, 2º grau e 3º grau. O 1º grau perdeu um ano. Eu era estudante, na época, entrando para o 2º grau, então, tive ainda oportunidade de fazer o primário de cinco anos e o ginásio de quatro anos, mas peguei a reforma justamente de 1973, quando fazia o científico, e peguei a reforma fazendo a habilitação profissional concomitante com o ensino acadêmico. E, ao final do processo, nós percebemos que esses estudos acadêmicos perderam espaço por força da introdução do ensino técnico. Percebemos também que as boas escolas de ensino técnico passaram a ter alunos não tão interessados, haja vista que o anseio daquela população estudantil era a universidade.

O que se procurava com a imposição do ensino técnico? Procurava-se aquele curso mais afim com aquela faculdade que se pretendia fazer. E logrando êxito no vestibular, muitos abandonavam o estágio e não chegavam a ter uma experiência profissional, lamentavelmente. Então, se viu, de todo o processo, uma perda de espaço, tanto na escola técnica, quanto na escola regular, em função de o ensino ser concomitante.

O Pronatec já livra isso, o que já é positivo. Então, sem dúvida nenhuma, a iniciativa de capacitar o jovem é bem-vinda, mas eu iria mais: não só capacitar o jovem, como também aumentar a sua escolaridade. Se nós formos verificar o *ranking* do Brasil nos processos que definem a qualidade de ensino, nós estamos muito abaixo do esperado.

Então, não só a qualificação técnica, como também o aumento de escolaridade e a qualificação de escolaridade são sempre bem-vindas.

A Confenem apresentou, em uma audiência pública, há alguns anos atrás, uma audiência promovida pelo Senador Cristovam Buarque, um projeto que visava ao aumento do ensino médio para quatro anos.

Eu sei que o Deputado Izalci também tem um projeto nesse sentido, assim como outros Parlamentares. É inegável que nós precisamos aumentar a escolaridade, e a qualificação, nem se fala.

A proposta que a Confenem apresentou na oportunidade foi justamente termos os três anos iniciais de ensino acadêmico, com 800 horas/aulas comuns a todos os estudantes, e o quarto ano sim, técnico, podendo o número de horas/aulas ser até superior, ou a continuidade, ou o aprimoramento desse ensino acadêmico, conforme opção do aluno.

Essa é uma proposta que, logo a seguir, eu gostaria de exemplificar um pouco mais. Mas, com relação à medida provisória, nós temos de novidade, no primeiro momento, a inclusão do ensino superior como forma de apoio à busca, à maior oferta de cursos técnicos.

Temos também a possibilidade de os sistemas nacionais de aprendizagem criarem o curso superior com vista a este processo também.

Mais adiante, ela fala sobre o aumento dos beneficiários, dizendo, inclusive, que os alunos desses cursos superiores poderão ser pretendentes ao Bolsa Formação. No entanto, não define, naquele momento, as condições necessárias para esse aluno pretender a bolsa. Remete, no artigo anterior, à questão do art. 2º da Lei nº 12.513, que foi a lei que instituiu o Pronatec. Então, nós temos todo ele voltado, naturalmente, para os alunos de baixa renda.

O mercado de trabalho, para o jovem, não é só difícil para os alunos de baixa renda. Encontra muita dificuldade aquele jovem que termina o ensino médio numa escola privada e que vai para o curso superior, ele encontra muitíssima dificuldade no mercado de trabalho também. Muitas vezes ele faz todo o curso superior e executa somente estágios durante esse período, quando nós entendemos que ele poderia também fazer parte de um curso técnico, Senador Paulo Bauer, no sentido de ampliar essa questão.

Uma vez que não vemos mais impedimento para haver uma imposição para o aluno fazer um curso técnico e nem para que ela seja concomitante com o ensino médio, nós entendemos que poderia ser ampliada a questão do Pronatec para a escola básica que tenha o ensino médio e que também seja habilitada, hoje, como uma escola técnica particular, preenchendo, devidamente, as condições do Ministério, poderia ser um ponto de apoio para a formação de mais técnicos, já que a expectativa ainda é baixa. Essa seria uma proposta para aplicação do Pronatec, mantendo todos os outros parceiros, mas, quem sabe, ampliando para a educação básica.

Proposta semelhante nós entregamos ao Deputado Wilson Filho, que é o Relator da Comissão de Reformulação do Ensino Médio, que tem, entre as suas principais atividades, a reformulação, inclusive, de disciplinas, e temos que rever isso.

Quero deixar aqui, Deputado Izalci, essa proposta para ser debatida, no sentido de que, na escola básica credenciada que queira ter seu curso técnico, o aluno teria, no 4º ano, o seu prolongamento, nessa área técnica, no seu ambiente escolar mesmo, não necessitando que ele faça um curso superior para só no aí buscar o ensino técnico.

Eu deixaria as outras considerações para mais tarde.

Agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Registramos a presença da Deputada Professora Dorinha.

Passo a palavra ao representante do Consed, Hildney Alves de Oliveira.

O SR. HILDNEY ALVES DE OLIVEIRA – Em nome da Profª Maria Nilene Badeca da Costa, Secretária de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul e Presidente do Consed, cumprimentamos, na pessoa do Ex^{mo} Sr. Deputado Izalci e na pessoa do Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Bauer, todos que nos assistem pela TV Senado e os que participam desta audiência pública.

Iniciamos dizendo que, indiscutivelmente, o Pronatec é um ganho para toda a sociedade brasileira em termos de formação profissional e, sumariamente, para os alunos do ensino médio, que hoje já são beneficiados no âmbito do Bolsa Formação estudante, concomitantemente.

Entretanto, nós tínhamos que os alunos egressos do ensino médio eram atendidos pelo Pronatec, pelo Bolsa Formação estudante, desde que fossem

demandados não como egressos do ensino médio, mas por outras vertentes, como pelos ministérios parceiros ou pelas assistentes sociais, ou mesmo pelo seguro-desemprego.

Por favor, pode passar.

Entendemos também que uma demanda fortemente alavancada pelo Consed desde o início da discussão da Lei nº 12.513, já sinalizava que o aluno subsequente, o egresso do ensino médio era uma demanda fortíssima para o custeio do Pronatec, as vagas custeadas pelo Pronatec, não somente no âmbito do Brasil Profissionalizado, do Proeja e demais programas de integração da educação profissional, que foram abarcados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Entretanto, o que era necessário era que fosse custeada também essa formação técnica para os egressos por meio do Bolsa Formação estudante. Mas não foi possível nesse primeiro momento, e começamos a discutir a implementação da lei com essa Medida Provisória 593.

Por favor.

Como disse, o Consed, no início das discussões, antes de a lei ser promulgada, inclusive encaminhando, dialogando com o então Ministro da Educação Fernando Haddad, já sinalizava que essa política que os Estados, com *expertise* de ofertantes já possuíam – mesmo porque as secretarias de educação ou ciência e tecnologia já detinham uma articulação, não enquanto rede nacional, mas com os órgãos de governo em âmbito de Estado –, apontava que a demanda maior para os cursos técnicos de nível médio era para aqueles alunos que tinham terminado o ensino médio e, no entanto, não haviam entrado nas universidades ou até mesmo no mercado de trabalho. Esses alunos ainda estavam sem formação e, portanto, eram uma grandiosa demanda para formação técnica de nível médio para o Pronatec, consequentemente. E tínhamos o entendimento, como dois pontos principais ali, que o Pronatec deveria abarcar não somente na forma daqueles programas adjacentes (Brasil Profissionalizado, Proeja), mas que deveria abarcar, no âmbito do Bolsa Formação estudante, a educação profissional integrada à educação básica, o concomitante, como já o é, o subsequente de modo decisivo e implacável. Outro ponto que nós entendíamos é que a articulação do programa deveria ser concernente com as políticas de Estados, mesmo porque os Estados já atuam, como bem mostrou o Secretário Marco Antonio, com, sumariamente, peso dentro da oferta de cursos técnicos, dentro da oferta de educação profissional.

Por favor.

E, assim, o Consed conseguiu uma forma de instituir entre todos os Estados, não somente com as secretarias de educação, mas também com as secretarias de ciência e tecnologia, articular os gestores estaduais de educação profissional. E desta forma nós conseguimos uma abertura, talvez esteja até aqui na presença do Secretário Marco Antonio, dele e de sua equipe, para que pudéssemos dialogar não somente em prol do Pronatec, mas também em prol da educação profissional principalmente. E podemos então deixar de sermos somente demandantes num determinado momento e passarmos a ofertar, com toda a estrutura já existente nas secretarias estaduais de educação e secretarias de ciência e tecnologia, cursos pelo Pronatec, sejam eles curso de formação inicial e continuada, sejam eles cursos técnicos de nível médio. E nesse momento coloco até uma observação, que, embora não aparecesse nas lâminas do Secretário Marco Antonio, as redes estaduais também se candidatam como possíveis ofertantes aos cursos subsequentes, uma luta que foi demandada desde o início, com o Consed sinalizando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HILDNEY ALVES DE OLIVEIRA – Talvez seja um equívoco meu, mas até comentei com Marcelo. Então, as redes estaduais são possíveis ofertantes também para os cursos subsequentes. Perdão, Secretário.

De qualquer forma, nós entendemos que toda essa *expertise* detida pelas redes estaduais foi complementada com a medida provisória. Entendemos que é um ganho, algo a mais, e nós podemos atender aquela demanda que estava inerte até então dentro do programa, dentro da formação profissional, dentro da sociedade brasileira no que concerne à formação e qualificação profissional. Nós achamos que é um ganho e que isso se respaldará em outros possíveis atentos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Por favor.

E aí nós temos uma sugestão, aliás, uma observação acerca do que foi mudado e que relata realmente o que o Consed pensa, o que consideramos sobre a luta, não somente pelas redes estaduais, mas também pelos outros ofertantes, seja Sistema S, seja até mesmo a rede federal, para fazer chegar ao aluno egresso do ensino médio essa oferta.

Por favor.

E o segundo ponto aqui seria – talvez eu não me sinta à vontade para me aprofundar, mas não no campo da Medida Provisória nº 593, mas da Medida Provisória nº 606 – em que o Consed entende que deve ser amplamente discutido, com sumária cautela, com o fórum dos conselhos estaduais de educação. Mesmo porque, quando, por uma medida provisória, nós temos que novos ofertantes, as universidades privadas, possam adentrar, isso amplia o número de atendimentos, o número de beneficiários lá na ponta. Por outro lado, quando a gente coloca, na Medida Provisória nº 606, que essas entidades teriam autonomia, nós podemos estar infligindo outros campos, no caso dos conselhos estaduais de educação.

Essa é a observação que o Consed tem a fazer: nesse momento precisa se discutir com cautela com o fórum de conselhos estaduais, com os conselhos estaduais, para que não haja uma interposição ou um conflito entre os sistemas de educação.

No mais, como bem disse o Secretário Marco Antonio, quanto ao processo de seleção para os alunos subsequentes ao ensino médio, que se dará por meio do Enem, o Consed destaca que, para esse momento, talvez a gente tenha que observar que nem todos os egressos do ensino médio, que estão recém-saídos do ensino médio, os egressos, eles têm o ensino médio, uma nota do ensino médio. Então, nesse primeiro momento, talvez essa população não seria atendida. Há necessidade de se estudar uma outra forma de atender esses alunos até que todos os egressos tenham a clareza e a necessidade de fazer o Enem para adentrar em um curso ofertado, seja ele pelo Sistema S, seja pela rede federal, rede estadual ou pelas universidades privadas.

E o Consed se coloca à disposição, por meio das redes estaduais para mediar essa demanda tão grande para com o Pronatec.

No mais, colocamo-nos à disposição, em nome da Profª Maria Nilene Badeca da Costa.

Por favor.

E os contatos do Consed estão aí para que todos vocês possam registrar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Agradeço e passo a palavra, agora, para o representante da ABMES, Gustavo Monteiro Fagundes, por dez minutos.

O SR. GUSTAVO MONTEIRO FAGUNDES – Bom dia a todos. Em nome do Presidente da ABMES, Prof. Gabriel Mario Rodrigues, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Izalci Lucas e o Senador Paulo Bauer, nas pessoas de quem cumprimento os outros membros desta Comissão, e cumprimentar os demais expositores e as senhoras e os senhores que estão nos acompanhando.

A ABMES reconhece, evidentemente, o grande mérito que o Pronatec tem. Qualquer medida que busque expandir a oferta de educação de qualidade, assegurar a universalização do acesso e, principalmente, da permanência do jovem na escola de qualidade só pode merecer aplauso.

Agora, a ABMES, em relação específica à Medida Provisória nº 593, que é objeto de discussão nesta Comissão, registra que a medida tem pontos extremamente positivos, mas tem alguns pontos que são um pouco preocupantes.

Em relação aos pontos positivos, o principal deles é que se permitiu o acesso das instituições privadas de ensino superior ao Pronatec, até porque é em grande parte graças à atuação dessas instituições que oferecem educação nos mais distantes rincões do País que se consegue, em grande parte, promover a interiorização da educação, principalmente da educação superior.

A expansão do ensino público no interior do País é muito recente, ainda se está avançando, não na medida em que se entende necessária, de modo que a maior parte da oferta de algum tipo de educação no interior é feita por educadores abnegados que buscam levar às suas comunidades algum tipo de colaboração educacional.

Então, permitir o acesso dessas instituições a um programa que tem como escopo assegurar a oferta de educação é altamente positivo.

Outro ponto positivo que merece destaque é a permissão da extensão das bolsas de formação para os alunos das instituições privadas. Porque a gente sabe que boa parte dos nossos alunos na rede privada é justamente de alunos oriundos de escolas públicas, que, por não serem bolsistas integrais em escolas particulares e por não terem acesso a escolas públicas de boa qualidade, não conseguem um desempenho satisfatório no Enem e não conseguem, por isso, acesso ao Sisu, acabam ficando destinados a escolas particulares.

E aí nós temos uma recomposição de justiça. Vamos permitir que esses jovens que, pela sua formação deficiente no ensino médio, não têm opção de acesso às universidades públicas, porque o sistema de seleção é muito mais concorrido, e que acabam tendo como única alternativa de educação superior uma faculdade privada... E, muitas vezes, vemos a grande taxa de evasão, porque aquele jovem tem de trabalhar e às vezes se vê na contingência de “ou eu compro o alimento para colocar na boca da minha família ou eu pago uma mensalidade escolar”.

E aí o Bolsa Formação vai dar a esse estudante uma certa tranquilidade para ele poder ter garantido o acesso, que é importante – a garantia do acesso é importante –, mas mais importante que a garantia do acesso é assegurar a permanência do jovem na universidade.

Criar programas que facilitem o acesso, mas impeçam a permanência parece-me muito mais frustrante e maléfico para o jovem do que programas que busquem realmente garantir a sua permanência. Dar a ele a ilusão do ensino superior e tomar dele a realização do sonho por falta de condições financeiras parece-me muito injusto.

E o Pronatec tem esse mérito. Ele procura assegurar que esse jovem consiga o acesso e lhe dá também condições de permanência.

Acompanhamos, nas nossas instituições, o desempenho dos alunos beneficiários do ProUni e do Fies. Surpreendentemente, é um desempenho muito positivo. Eles têm, na maioria das vezes, resultados até melhores do que os alunos ditos regulares, aqueles que pagam regularmente pela sua matrícula. E isso nos leva a um pensamento: quantos milhares de jovens que não tinham antes acesso ao Pronatec estavam tendo o seu talento desperdiçado por falta de oportunidade na educação superior, por falta de oportunidade na educação tecnológica e profissional? O Pronatec parece que vem sanar essa dívida social que nós temos. Então, os aspectos positivos são inegáveis.

Nós temos, por outro lado, duas preocupações.

Uma é o impedimento de acesso aos alunos que, mesmo sendo de classes menos favorecidas, não tenham estudado em escola pública ou não tenham estudado em escola particular, como bolsista integral. A família fez um grande sacrifício e conseguiu, mal ou bem, pagar uma escola particular para esse jovem. E, por essa condição, ele fica aliado de participar do Pronatec. Então, me parece que talvez fosse mais justo que se buscasse estudar condições de acesso mais ligadas à capacidade contributiva da família do jovem do que à instituição de ensino de origem dessa pessoa.

Outra preocupação que a ABMES tem é a questão da outorga de autonomia universitária às instituições de ensino superior mantidas pelo Sistema S. Por que essa preocupação?

De acordo com o art. 46 da LDB, qualquer instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino pode receber do MEC prerrogativas de autonomia universitária, desde que sejam reconhecidamente instituições de excelência no ensino ou na pesquisa, comprovada essa excelência por avaliação levada a efeito pelo Ministério da Educação.

Então, a LDB deixa muito claro que a questão da autonomia universitária não pode estar ligada à individualidade do mantenedor; ela tem de estar ligada umbilicalmente à qualidade do ensino prestado.

Ora, não se trata aqui de discutir qualidade ou não das instituições do Sistema S. Não é nada disso. Mas, eu permitir, por um ato normativo, que seja afastado o componente qualitativo essencial, para criar um privilégio a partir da figura do mantenedor, parece-me que se deixa de lado o art. 46 da LDB, que preconiza a qualidade como ponte de acesso essencial para prerrogativa de autonomia, e se cria, ao arrepio do art. 5º da Constituição, uma prerrogativa a partir da pessoa jurídica que mantém a instituição. E isso é preocupante, porque deixa vulnerado o princípio da isonomia.

A ABMES sempre defendeu que o MEC fosse progressivamente ampliando as prerrogativas de autonomia universitária para qualquer instituição de ensino superior que comprovasse, através do processo avaliativo regular, a sua excelência. E é assim que funciona.

Para uma instituição particular ser credenciada como centro universitário ou como universidade, ela passa por um processo rigoroso de avaliação, tem de atender a critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação claramente definidos, relativos a conceitos de avaliação, a indicadores de avaliação, à composição do seu corpo docente, no que se refere a regime de trabalho e à titulação dos professores, e à garantia de condições excelentes de oferta colocadas à disposição da comunidade acadêmica.

Então, o que a ABMS solicita a esta Comissão é que olhe com atenção para essa prerrogativa que se está criando sem considerar o necessário aspecto avaliativo. Se as instituições do Sistema S ou de qualquer outro sistema se houverem vem no processo avaliativo, se demonstrarem, pela aplicação dos instrumentos de avaliação, a sua excelência no ensino ou na pesquisa, que se aplique o art. 46 da LDB e que se conceda a elas ou a quaisquer outras

instituições de ensino superior postulantes as prerrogativas de autonomia universitária, mas que não se conceda prerrogativa de autonomia universitária a partir da figura do mantenedor. Nós entendemos que isso não é isonômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Para completar a primeira rodada, concedo a palavra à futura Deputada – pode ser –, à nossa querida Presidente da Fenep, Amábele Passos.

A SRª AMÁBELE PASSOS – Obrigada, Izalci. Obrigada pelo convite, pela lembrança da Federação. Quero cumprimentar os Parlamentares aqui presentes, evidentemente, na pessoa da professora Dorinha – sempre o faço –, porque a reconheço como uma verdadeira educadora. Muito obrigada, Professora, por tudo, pela sua contribuição e porque você e o Izalci têm colocado a educação na pauta. E eu nem acredito que a Federação tenha sido tantas vezes convidada para discutir educação nesta Casa a partir de agora.

Obrigada, Deputado, por tudo; Izalci, muito obrigada.

Quero cumprimentar ao Senador Paulo, muito obrigada pela sua presença aqui, por nos ouvir, obrigada aos meus parceiros.

Evidentemente, quero começar a minha fala, hoje, vocês me permitindo, fazendo um agradecimento ao nosso Ministro Aloizio Mercadante e ao Secretário Executivo do MEC, Henrique Paim, por terem homologado parecer do Conselheiro Mozart sobre a Lei da Copa, dando às escolas autonomia para funcionar enquanto a Copa está acontecendo em nosso País.

Agradeço em nome da escola particular e reconheço o esforço do Ministro nessa condição. Seremos um País que vai ter o bar aberto, mas as escolas também estarão abertas, e os nossos alunos também estarão estudando, graças à coragem do Ministro de homologar esse parecer.

Evidentemente, o Pronatec é muito bem acolhido pela rede particular. A Federação hoje representa 19 Estados. Então, temos 19 Estados representados, com seus sindicatos e a nossa Federação, e reconhecemos a iniciativa inteligente, porque aproveita a nossa expertise e a nossa capacidade instalada para ampliar a oferta do ensino técnico. Acredito, Marco, que a rede particular vai continuar ajudando, como tem ajudado, quando convocada, no ensino superior, e também o fará no ensino técnico. Vocês poderão contar com isso.

Não querendo ser repetitiva porque concordo com o Consed, concordo com a Confenem e com o Gustavo, faço, em nome da Federação, duas considerações. A gente quando faz uma leitura de uma lei, por vezes, deixa de fora a visão do aluno, o que o aluno está enxergando, como é que o aluno pode perceber e ser beneficiado por esse incentivo.

Eu estou falando das escolas que atendem às comunidades C e D, que são escolas particulares que mudaram o perfil das particulares. As escolas particulares que mais crescem são as que estão inseridas nas comunidades C e D, que têm como sonho colocar seus filhos numa escola particular para garantir uma educação de qualidade. Evidentemente, estamos falando de uma gama muito grande de estudantes oriundos do ensino médio, dessas escolas, e que poderão e têm interesse em fazer ensino técnico, o que pode agregar um volume muito grande de pessoas no nosso País. Se o nosso interesse com essa lei, com a criação do Pronatec é, de fato, ter técnicos, não podemos deixar de fora, não podemos deixar de atender esses alunos oriundos das classes C e D.

Então, não podemos concordar em que apenas os alunos oriundos da rede pública sejam beneficiados; entendemos que existe uma parcela que tem uma necessidade socioeconômica, e, portanto, podem e devem receber o benefício dessa formação. E eles são, de fato, muito interessados no ensino técnico. As classes A e B, se quiserem fazer ensino técnico, como fizeram no ensino médio, têm condições de pagar uma boa escola. Mas essas crianças hoje, adolescentes. Mas essas crianças e esses adolescentes que são atendidas hoje pelas escolas particulares, que estão inseridas na comunidade C e D, são, de fato, em grande quantidade, os alunos que estão aptos a fazer ensino técnico, querem fazer o ensino técnico, porém, vão precisar de apoio. E apenas o critério de alunos oriundos da rede pública não contempla esses alunos.

Teríamos que pensar em alguma coisa agregada também à condição socioeconômica para o benefício das bolsas. E quero também somar força e destacar a fala do Gustavo com relação à autonomia dos sistemas.

A nossa Constituição é muito clara: o nosso setor existe desde que obedeça às leis e ao nosso País e à avaliação feita pelo Poder Público. Nós entendemos que o Poder Público é o Ministério da Educação. Então, não podemos entender essa outorga a outro sistema que não seja o Poder Público. Fazendo esses dois destaques, encerro e coloco-me à disposição de vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Agradeço e, antes de entrarmos na segunda mesa de debates, eu gostaria de passar a palavra a dois oradores inscritos, o Deputado Ariosto Holanda e a Deputada Dorinha para essa primeira rodada.

Logo em seguida, a gente entra com o Sistema S.

O SR. ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE) – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Izalci; o nosso Relator, Paulo Bauer. Cumprimentando o Secretário Marco Antônio, quero cumprimentar a todos os membros da Mesa.

Cheguei ao final da exposição do Marco Antonio e, por isso, farei alguma colocação. Não sei se ele chegou a comentar isso, mas antes eu queria resgatar uma história que aconteceu em 1993. Nesta Casa houve uma CPMI Mista, Câmara e Senado, presidida pelo Mário Covas, que teve como Relatora a Deputada Irma Passoni. A CPI procurava identificar as causas e dimensões do atraso tecnológico no País.

Lembro-me muito bem porque participei ativamente dessa CPI de que a causa principal estava na degradação da base da educação no País. E lá foi registrado um número que me chamou muito a atenção. É que nos países desenvolvidos existiu uma relação, considerada ótima, de um técnico de nível superior para cinco técnicos de nível médio. Era um superior e cinco técnicos de nível médio. Isso era em 93. E, no Brasil, essa relação estava invertida. A média era dois de nível superior e um de médio e, se fosse para as regiões Norte e Nordeste, Centro-Oeste eram quatro do superior e um técnico de nível médio.

Então, o Brasil tinha uma dívida em relação ao seu povo na questão da educação. Podemos dizer que é uma dívida de 500 anos, e que – eu gosto sempre de registrar isso – a chegada de um operário à Presidência, Lula, que identificou a importância da educação profissional e triplicou, se não me engano, o número das escolas técnicas profissionais. E, agora, estão presentes em 400 Municípios.

Eu gostaria de destacar a importância deste programa Pronatec. Não está claro para mim, dentro desse universo de profissionais de que o Brasil precisa, que existe um contingente populacional muito grande que chamamos de analfabetos funcionais. São pessoas que não entram no novo mercado de trabalho, que exige conhecimento, e são pessoas que não têm mais tempo de entrar na escola formal.

Vou dar um dado para vocês: da população de 15 a 64 anos – dados do Inaf, que é aquele indicador nacional de analfabetismo – existe 130 milhões de brasileiros. Quinze anos como a idade do primeiro emprego e 64 como a idade do último emprego. Cento e trinta milhões de brasileiros e, desses 130, 50 milhões são analfabetos funcionais. Então, estamos diante de um quadro preocupante: o desses analfabetos funcionais. Como fazer para ingressar no mercado de trabalho?

O Marco Antonio, quando esteve lá no Ministério da Ciência e Tecnologia, como Secretário de Inclusão Social, levantou a bandeira dos centros vocacionais tecnológicos, que são centros, como o nome está dizendo, para trabalhar na vocação da região e levar conhecimento para essa população que não tinha tempo de ir à escola. Então, a minha colocação vai nesse sentido.

Marco Antonio, a Secretaria Nacional, ou melhor, a própria Secretaria de Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia poderia ser contemplada com recurso do Pronatec para dar sustentação aos CVTs – Centros Vocacionais Tecnológicos? Esses centros atenderiam não só a essa população com cursos, vamos dizer, de curta duração, 300 horas, 600 horas, por exemplo, como formar um eletricista, um bombeiro, um mestre de obras, um soldador – é fácil transferir esse conhecimento – como também assistiriam a outro analfabetismo que existe no País, que é o analfabetismo tecnológico das micro e pequenas empresas. A mortalidade é muito grande, porque elas não conseguem

innovar, e não conseguem inovar porque estão distantes de quem tem o conhecimento.

Então, aquele programa que foi lançado, na época, pelo Mercadante e pelo o Secretário Marco Antonio hoje se depara com a falta de recurso. Então, eu pergunto, Marco Antonio: existe a possibilidade de o Pronatec, como também não sei se esse programa atinge o e-TEC, atender a demanda dos Centros Vocacionais Tecnológicos? Eu queria estender a pergunta também para os expositores, vez que praticamente todos representam instituições privadas. Existe alguma proposta de instituições privadas para essa população? Porque me parece que todos focaram na questão do ensino formal mesmo, do ensino técnico formal, mas eu estou preocupado com essa população. E a minha pergunta vai neste sentido, Presidente: se podem ser contemplados os Centros Vocacionais Tecnológicos para atender essa população de analfabetos funcionais do País.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Vamos ouvir a Deputada Dorinha e, logo em seguida, a gente passa para o representante do MEC.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)
– Bom dia a todos.

Eu só queria tirar uma dúvida, Presidente. São duas mesas, então, as perguntas para esta mesa têm que acontecer agora, é isso? Porque, senão, eu poderia tentar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Poderíamos adiantar, então, ouvindo a segunda mesa. Eu acho mais prudente, até para ouvirmos os questionamentos do Sistema S, e também para respondermos de uma vez só.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)
– O.k., por mim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Então fica melhor.

Agradeço a presença e gostaria de pedir que todos permanecessem aqui, inclusive, de forma especial, o Ministério da Educação, para chamarmos os representantes do Sistema S.

Vamos chamar para compor a segunda mesa de debates: Felipe Esteves Pinto Morgado, Gerente da Educação Profissional e Tecnológica do Senai; Elisabeth Homsí, Gerente Diretora Jurídica da CNI; Rejane de Souza Leite, Diretoria da Educação Profissional do Senac; Maria Alice Lopes de Souza, Gerente de Educação e Ação Social do Departamento Nacional do Sesc; Wesley Passaglia, Superintendente Técnico do Sest Senac.

Convido, então, Felipe Esteves para seu pronunciamento.

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – Boa tarde a todos e a todas.

Em nome do Diretor-Geral do Senai, Rafael Lucchesi, gostaria de cumprimentar o Deputado Izalci e o Senador Paulo Bauer e agradecer a oportunidade dada ao Senai de expor sobre o Pronatec, a MP 593.

Bom, alguns dados da nossa apresentação o Secretário Marco Antonio já apresentou. Então, eu só gostaria de destacar um primeiro dado, que vai ao encontro do que ele colocou: nos países ricos, 50% dos estudantes optam pela educação profissional e, no Brasil, 6,6% dos estudantes optam pela educação profissional.

Então, o Pronatec tenta evitar essa distorção a esse aí apresentada.

Pode passar.

Um outro dado também colocado pelo Secretário Marco Antônio é sobre o mapa do trabalho industrial. O Senai, em conjunto com a Fipe e com a PUC do Rio de Janeiro, vem há vários anos elaborando esse estudo, que revela a necessidade da indústria por profissionais qualificados.

Pode passar.

Esse estudo, até 2015, revela que a indústria entre 2012 e 2015, vai necessitar de 7,2 milhões de profissionais com formação técnica e profissionalizante. E, desse total, 1,1 milhão serão de vagas para jovens que nunca trabalharam.

Então, existe todo um esforço de uma formação inicial continuada e também um esforço da população para novos entrantes no mundo do trabalho.

Pode passar.

Nós destacamos 177 diferentes ocupações e, dentre as com maior demanda por formação técnica e profissionalizante, estão técnico de controle de produção; técnico de eletrônica; técnico de eletricidade e eletrônica e eletrotécnica; técnico de desenvolvimento de sistemas e aplicações; técnicos em operação e monitoração de computadores. E outras carreiras de formação inicial continuada, como cozinheiros industriais; operadores de máquinas para costuras de peças e vestuários; preparadores e operadores de máquinas pesadas; mecânicos de manutenção de máquinas industriais e mecânicos de manutenção de veículos automotores.

Pode passar.

Um outro ponto que nós gostaríamos de destacar é a necessidade de valorização da educação profissional. Uma pesquisa recente, feita pela CNI, demonstrou que, nas 21 das ocupações mais demandadas, a remuneração inicial supera muitas vezes a remuneração inicial do ensino superior, podendo ser acima de R\$2 mil como salário inicial e, depois, de dez anos, crescer 170%, chegando a R\$5,6 mil.

Existem formações da educação profissional em que o salário inicial pode chegar até R\$4 mil e, depois de dez anos, ultrapassar R\$8 mil.

Então, esse mapa do trabalho, em conjunto com essa pesquisa, demonstra que existe a necessidade de formação profissional, ela está reconhecida por salários e o que falta, sim, é uma mudança cultural da população por valorizar essa educação profissional.

Pode passar.

Bom, o Senai é reconhecido pela OIT como modelo de educação profissional da América Latina; foi reconhecido pela Câmara dos Deputados com o prêmio Darcy Ribeiro, oferecido na semana passada. Ele oferta, anualmente, três milhões de matrículas em curso de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de graduação e pós-graduação.

Entre os egressos do Senai – e nós fazemos essa pesquisa regularmente há mais de dez anos –, 80% dos estudantes estão empregados. E o nosso desafio, colocado pela Presidência da CNI – lógico que vai ao encontro do que o Pronatec busca –, é ofertar quatro milhões de matrículas até 2014.

Pode passar.

Então, a CNI e o Senai consideram que a educação profissional é o caminho para a competitividade dos países e da indústria brasileira.

Pode passar mais uma, por favor.

E no Pronatec, em 2012, o Senai representou 47% dessa oferta. Foi responsável pelo número de matrículas em 47% do total de matrículas ofertadas no âmbito do Bolsa Formação do Pronatec. Está aí: 53% para os demais ofertantes.

Pode passar, por favor.

Entre esses 47%, foram 304.207 matrículas, sendo 248 mil matrículas de cursos fixos e 56.068 matrículas de cursos técnicos. Essa proporção: 18% das matrículas ofertadas pelo Senai em 2012 foram para cursos técnicos e 82% para cursos de formação inicial e continuada.

E essa distribuição, esse atendimento foi nacional; todos os departamentos regionais do Senai pactuaram com o Pronatec e ofertaram matrículas no Pronatec. Em 928 Municípios, foram oferecidos cursos do Pronatec em 2012, do Bolsa Formação do Pronatec, em 61 cursos técnicos distintos e 269 cursos FIC.

Aqui a distribuição regional.

Somando-se as Regiões Norte e Centro-Oeste, representou 42%, sendo que, na Lei nº 12.513, a meta era, no mínimo, 30%. O Senai ofertou 42%, em um esforço muito grande das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no Pronatec.

A Região Nordeste é responsável por 89 mil matrículas nos cursos FIC e técnico; Sudeste, por 78.297 matrículas; Sul, 47 mil; Centro-Oeste, 48 mil; Norte, 40.272 matrículas, o que demonstra todo o esforço do Pronatec de ampliação e interiorização nos seus 928 Municípios, em 2012, no Pronatec.

Pode passar.

Foram pactuadas com o Ministério da Educação 736 mil matrículas, ou seja, um incremento de 142% em relação a 2012.

O esforço do Senai é muito grande no Pronatec. Acreditamos no Pronatec, que vem demonstrando, desde o seu início em 2011 e, principalmente, em 2012, ser um programa muito sólido. O esforço do MEC na operação desse programa gostaríamos de reconhecer.

Em relação à Medida Provisória nº 593, o Senai não tem nenhuma objeção ao que foi apresentado pelo MEC. Acredita muito na inclusão, na oportunidade dos estudantes no ensino médio subsequente. Está bem preparado para atender todas as expectativas dos senhores.

Seria isso.

Vou passar ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Agradeço e já passo a palavra para Elizabeth Homsí, Gerente da Diretoria Jurídica do CNI.

A SRª ELIZABETH HOMSI – Bom dia a todos.

A Confederação Nacional da Indústria, na pessoa do Dr. Robson Braga de Andrade, agradece o convite para participar desta audiência pública.

Na verdade, a minha fala vai ser com relação a duas emendas que a CNI considera de extrema relevância, até pelo que já se falou aqui sobre a capacitação profissional, sobre a importância da capacitação profissional. São duas emendas que, na verdade, têm a mesma redação: a 0001 e a 0005, respectivamente, dos Deputados Paes Landim e Jorge Corte Real.

O que essas emendas apresentam? Elas trazem uma alteração da redação do art. 28, §9º, alínea "I", que trata da integração ou não do salário de contribuição previdenciária das bolsas de estudos dos planos educacionais. Na verdade, temos uma redação que veio pela Lei nº 12.513, do Pronatec, que restringe, porque estabelece que apenas 5% da remuneração do empregado ou, o que for, 1,5% do valor mínimo do limite do salário de contribuição é que não integrará o salário de contribuição previdenciária. Essas duas emendas ampliam a possibilidade de exclusão dos gastos com educação pelas empresas.

Em primeiro lugar, para ser um pouco mais didática, é importante ressaltar que a definição do salário de contribuição vem no art. 28, I, da Lei nº 8.212, de 1991, que é o Plano de Custeio da Previdência Social e que considera salário de contribuição tudo que é creditado ao empregado e que seja uma retribuição ao trabalho. O próprio art. 28, §9º, arrola inúmeras hipóteses que não

integram o salário de contribuição, ou seja, o legislador entende que nesses casos não há essa retribuição do trabalho e que, então, não integram o salário de contribuição previdenciária. Em uma dessas hipóteses, com falei, alínea "t", fala do plano educacional ou, como a gente costuma também chamar, das bolsas de estudos fornecidas pelos empregadores a seus empregados.

Hoje, para vocês terem uma ideia, a redação que foi dada pela Lei nº 12.513, como disse, estipula um limite de 5% da remuneração dos empregados ou aquele 1,5% do valor mínimo do salário de contribuição, desde que não haja uma substituição da parcela salarial. Claro que o empregador não pode dar uma bolsa de estudo e dizer que está pagando a bolsa de estudo em vez de pagar o salário. Só que a redação atual limita as hipóteses da concessão do plano educacional de bolsa de estudo, porque ela autoriza para a educação básica e para a educação profissional e tecnológica dos empregados.

Por que essas duas emendas são realmente relevantes e importantes? Porque estendem a qualquer tipo de educação a possibilidade de não integrar o salário de contribuição. Então, se o empregador quer dar para o seu empregado curso de idioma, qualquer outro curso que seja importante para conhecimento dele no desenrolar das atividades que ele desenvolve na empresa, vai poder ser custeado por essa bolsa de estudo e possivelmente não integrar o salário de contribuição. Essas duas emendas ampliam muito o limite de exclusão dos gastos com a educação.

Então, para vocês terem uma ideia, essa exclusão, diz assim na emenda:

Caso o valor de bolsa de estudo considerado individualmente e no período de um ano seja superior ao valor da remuneração anual do segurado a que se destina [ou seja, do empregado] ou valor superior a valor correspondente a cinco vezes o somatório anual do limite mínimo do salário de contribuição, o que for maior [e o mais importante], sendo considerado como salário de contribuição apenas o que superar o maior desses dois valores.

Então, realmente isso vai possibilitar um aumento muito bom, uma oferta maior de capacitação aos empregados pelas empresas, pois a força produtiva de qualquer empresa são os empregados. Como a gente viu aqui, está se tentando com o Pronatec aumentar a capacitação. A educação é de extrema importância hoje na sociedade, a gente sabe que ela é bastante... Todo mundo discute isto: ela ainda não está nos melhores níveis do que a gente esperaria, mas a situação do País, grande...

Por isso, a CNI vem aqui chamar a atenção dos senhores para essas duas emendas, que são de extrema relevância, que vão possibilitar o aumento da capacitação dos empregados pelos seus empregadores, já que uma parcela pequena apenas vai integrar o salário de contribuição e permitir, inclusive, como dizem as justificativas, que cursos de longa duração e mais caros possam ser financiados pelos empregadores, com bolsas de estudo ou plano de educação.

Apenas um parênteses. A CLT, no art. 458, inciso II, já considera que não é salário qualquer educação dada pelo empregador, seja no seu próprio estabelecimento, seja em estabelecimento de terceiro. Então, a própria CLT já entende que a educação como um investimento que o empregador faz ao seu empregado não é uma retribuição ao trabalho, não é salário. Por isso, a CLT tenta realmente neste ponto, no seu art. 458, motivar os empregadores a fornecer essas bolsas de estudo e capacitar seus empregados.

Por último, o STJ, que é competente para, em última instância, decidir sobre questões infraconstitucionais, já entende que qualquer bolsa de estudo, e sem observar limites, tem natureza indenizatória, porque exatamente visa a investir no empregado. Por isso, ela não é pelo trabalho e, sim, para o trabalho, razão pela qual deve ser incentivada.

Finalmente, gostaria de trazer para vocês o art. 205 da Constituição, que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Então, quanto mais se incentive a capacitação, o objetivo constitucional será atingido e a gente, realmente, vai ter um país com mais pessoas capacitadas e qualificadas.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Agradeço a Elizabeth.

E já passo o próximo orador, Maria Alice Lopes de Souza, pelo Sesc.

A SRª MARIA ALICE LOPES DE SOUZA – Bom dia a todos e todas.

Cumprimento o Deputado Izalci, Presidente da Comissão, e todos da Mesa, o Secretário Marco Antônio, Parlamentares

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente aqui nesta audiência pública e falar um pouco do trabalho da CNC/Sesc/Senac.

Nós estamos presentes em todo o País. O Sistema CNC/Sesc/Senac é responsável por um dos maiores conjuntos de ações em prol do desenvolvimento social no mundo. Anualmente, cerca de 50 milhões de brasileiros são beneficiados por nossas atividades. E aí me reportando ao que a Elizabeth acabou de falar, do art. 205 da Constituição, é um momento de sinergia mesmo que nós estamos vivendo, unindo esforços. E essa sinergia pode transformar o Brasil.

Se nós pensarmos que os cursos técnicos podem chegar não só às capitais, mas ao interior do nosso País. É um movimento transformador mesmo.

O Sesc (Serviço Social do Comércio) incentiva a educação de qualidade como diretriz primordial no desenvolvimento do cidadão. Valoriza a diversidade cultural local e, por meio de atividades diversificadas, proporciona o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do comércio, de bens e serviços e turismo, da família e da sociedade.

Temos mais de 60 anos de vida e, inclusive, 60 anos de vida na educação. Nós temos, como área de atuação, a educação, cultura, lazer, saúde e assistência.

Eu vou me reportar mais à ação da educação. São mais de 100 mil estudantes matriculados anualmente nas escolas do Sesc, que abrange da educação infantil a educação básica, ensino médio, fundamental e ações de alfabetização, como o Sesc Ler, um projeto que temos que começou na Região Norte, na Região Nordeste e vai aos Municípios do interior. Hoje, essas ações, essas escolas estão do Oiapoque ao Chui. Nós acabamos de inaugurar uma escola no Oiapoque, no Amapá, e outra em Chui, cruzando todo o Brasil.

É uma grande oportunidade de utilizar essa rede que interioriza as ações de educação.

Da abrangência: são 381 unidades físicas localizadas em 26 Estados e no Distrito Federal, que buscam oferecer facilidades de acesso de atendimento de qualidade. São ambientes funcionais e confortáveis, de acordo com as necessidades locais e atividades que são desenvolvidas.

Além dessas unidades, temos unidades móveis de biblioteca, o BiblioSesc, que está presente em quase todos os Estados do País também; o OdontoSesc, com serviços de odontologia; e o Serviço de Saúde da Mulher, que começou agora no Nordeste, com exames preventivos voltados para a mulher.

Todas essas ações estão coadunadas com ações de educação. Não é um simples exame, mas é o exame acompanhado de todo um trabalho de educação da mulher sobre a prevenção, sobre o tratamento de sua saúde.

É isso. Quero agradecer a oportunidade de trazer um pouco do nosso trabalho até aqui. É uma oportunidade ímpar que estamos vivendo com o Pronatec Ensino Médio EJA: integrar a educação de jovens e adultos ao Pronatec é uma abertura de um grande desafio, porque não é fácil. Lidamos com alunos que têm jornada longa de trabalho, alunos que, durante muito tempo, estão à margem do sistema. É um grande desafio, mas um desafio que consideramos totalmente viável.

Poder trabalhar em conjunto com o Senac, com os cursos de profissionalização, consideramos que, assim, agregaremos um valor imenso à educação de jovens e adultos. Serão criadas obviamente novas oportunidades inclusive de vida dessas pessoas.

Muito obrigada.

Vou passar a palavra para minha companheira Rejane.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Dando continuidade, Rejane de Souza Leite, Diretora da Educação Profissional do Senac.

A SRª REJANE DE SOUZA LEITE – Bom dia a todos e a todas.

Obrigada, Presidente.

Vamos completar: CNC, Sesc e Senac – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Social e Educação.

O Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, desde a sua criação, em 1946, é o principal agente de educação profissional voltada para o setor.

As áreas de conhecimento atual, também conhecidas como eixos tecnológicos são desenvolvimento educacional e social, gestão e negócios, informação e comunicação, infraestrutura, meio ambiente, produção alimentícia, produção cultura e *design*, recursos naturais, saúde, segurança e turismo, hospitalidade e lazer. São todas as áreas de atuação do Senac hoje.

A atuação do Senac hoje em educação profissional e tecnológica é conhecida como modalidades ou níveis: formação inicial e continuada (FIC), dividida em aprendizagem, capacitação e aperfeiçoamento; educação profissional técnica de nível médio, mais conhecida como cursos técnicos, também dividida em qualificação técnica e habilitação técnica; e educação superior, tecnólogos, tecnológicos, graduação, pós-graduação e extensão. Assim hoje é dividido o Senac.

Abrangência em 2012: 593 centros de educação profissional, unidades físicas e unidades móveis, 77 carretas e uma balsa-escola.

Em 2012, já tínhamos atendimento em Pronatec. A nossa capacidade, que, antes, em alguns momentos, considerada ociosa, já estava, podemos chamar, apertada.

Em 3.154 Municípios brasileiros, todas as capitais principais, todos os Municípios grandes, de população habitacional total, 2.204.450 matrículas e aproximadamente 24 mil egressos encaminhados ao mercado de trabalho.

Por que “aproximadamente”? Não temos todos os registros. Muitos de nossos egressos ingressam no mercado de trabalho, mas não somos comunicados. Esses dados se perdem. Se eles estão no mercado de trabalho, ficamos satisfeitos.

Unidades de ensino – de baixo para cima: em 2009, tínhamos 489 unidades; em 2010, 573 unidades; em 2011, quando começou o Pronatec, 580; em 2012, 593; em 2013, no Sistema Nacional de Informação (Sistec) temos registradas 1.501 unidades, considerando as unidades remotas.

O que são as unidades remotas? São as unidades com que fazemos parceria para cadastrar onde acontecerão as aulas do Senac. São parcerias com ministérios, com secretarias, com prefeituras. Os ambientes que são doados, ambientes que são deixados e que o Senac pode fazer obra, adaptar e deixar em condições para ambientes pedagógicos de uso.

Nós não construímos unidades novas, nós ainda não fizemos nenhuma megaunidade, nós estamos trabalhando com a capacidade que nós temos, usando o que ainda aparece e condicionando o que temos para trabalhar. Então, hoje, a condição que se tem foi um crescimento de 908 unidades remotas, para atender ao público do Pronatec, tamanha é a amplitude do programa.

Pode passar, por favor.

Quanto aos ambientes pedagógicos especializados, hoje, o Senac tem 87 empresas pedagógicas, que são hotéis-escola; restaurantes-escola, alguns conhecidos aqui, em Brasília; lanchonetes-escola; confeitarias e cafês-escola; postos-escola. No Senac, em Brasília, há o Senac Gastronomia, que é um centro de aperfeiçoamento em Gastronomia. Todos são ambientes em que, muitas vezes, há alunos do Senac Pronatec.

Pode passar, por favor.

Há tecnologias educacionais especializadas, que são materiais didáticos para educação profissional. Não há distinção, todo o material utilizado nos cursos do Senac são os materiais utilizados no Pronatec, com a mesma qualidade, com a mesma intenção de profissionalização.

O selo Senac Editoras é utilizado em todo o material do Centro Editorial do Senac, Departamento Nacional de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. O mesmo material utilizado nos cursos anteriormente pagos ou com gratuidade do Senac, hoje, também é distribuído ao Pronatec.

Pode passar, por favor.

Quais são as diretrizes educacionais do Senac? Em consonância com as tendências mundiais de organização da educação profissional, desde 1999, o Senac adotou como diretriz pedagógica o conceito de competência, que é entendido como a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

Traduzindo esse “pedagogês”, quero dizer que, antes, havia a fala da teoria e da prática. O que o Senac preconiza? Não existe essa distinção entre o que é teórico e o que é prático. Há o conhecimento aplicado em sua prática. O Senac trabalha, em todos os seus cursos, a competência. O aluno desenvolve o seu conhecimento para aplicar na sua prática, com seu comportamento. O indivíduo trabalha na sua integralidade. Então, essa é a competência trabalhada pelo Senac em todos os seus cursos.

Pode passar, por favor.

O Programa de Aprendizagem Profissional do Senac é um grande exemplo. Tendo sido legislado, normatizado e avaliado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa atende a jovens de 14 anos a 24 anos, salvo pessoas com deficiência, encaminhados por diferentes empresas do comércio de bens e serviços e turismo, visando a desenvolver competências gerais e específicas que os qualifiquem para atuar no mercado.

Então, esses currículos possibilitam a formação integral do aluno. Há as competências profissionais, gerais para todo e qualquer profissional, e as competências específicas, para ocupação. E há também as competências pessoais, que são as comportamentais e atitudinais.

Pode passar, por favor.

Esse é só um panorama de 2009 para cá. No Programa de Aprendizagem Profissional, em 2009, houve 29.159 matrículas concluídas; em 2010, 38.670 matrículas; em 2011, 45.360 matrículas; em 2012, 144.323 matrículas. Nós demos um incentivo ao empregador, com um estímulo à contratação de jovens aprendizes. Mostramos a importância, tanto para o empregador quanto para o jovem aprendiz, da contratação desses menores, pela sua formação e qualificação profissional. Desses 144 mil matriculados, muitos ainda estão em processo, porque esses cursos são longos, de, no mínimo, 800 horas. Então, muitos começaram em 2012 e ainda estão em processo. Alguns já terminaram o curso ao longo do ano, outros continuam. Em 2013, há uma estimativa de abertura de 93 mil vagas.

Pode passar, por favor.

O Senac de Gratuidade – trata-se do Acordo do Sistema S – é uma ação de inclusão social, destinada ao público de baixa renda, que vem transformando a vida de milhares de pessoas. São jovens que buscam o primeiro emprego, pessoas que já atuam no mercado, pessoas que necessitam gerar renda para abrir o próprio negócio. Nós temos uma gradação de 2009 a 2014. Em 2009, era de 20%, uma meta já atingida, como o Secretário já apresentou; em 2010, éramos 25%, já foi atingida; 2011; 2012, 45%, já atingimos; para este ano temos uma meta de 55% da renda compulsória a ser atingida.

Passa, por favor.

Matrículas. Em 2009, fizemos 120 mil; em 2010, 181 mil; em 2011, 252 mil; em 2012, 351 mil; para 2013 nós temos uma estimativa de 420 mil matrículas. Só que esse número não se mede por matrículas, mede-se por carga horária e por receita compulsória. Os números não crescem muito. Porque se eu tiver um número de curso técnico maior, a carga horária é mais elevada. Então, é pelo compulsório, é pelo financeiro.

Pode passar, por favor.

Pronatec, nossa grande discussão. No art. 1º da Lei nº 12.513 estão os objetivos do Pronatec: expandir e interiorizar; fomentar e apoiar; contribuir para a melhoria da qualidade; ampliar as oportunidades; estimular a difusão. São objetivos do Pronatec.

Passa que o meu tempo está acabando.

Em 2011, nós fizemos 9.214 matrículas, eram planos pilotos; em 2012, 212 mil; para 2013 nós temos uma previsão de 525 mil matrículas, que é o que já foi pactuado, só que agora, em abril de 2013, nós temos novas pactuações e muita procura por novos demandantes. Sabemos que esse número terá que crescer.

Pode passar.

As matrículas de PSG e Pronatec ao longo de 2009 e 2013, juntando tudo: em 2012, chegamos a 563 mil; e a previsão para 2013 é chegar a 945 mil. Nossas unidades estão trabalhando com planejamento acirrado.

A atuação conjunta do Senac e do Sesc, que é o que a Medida Provisória propõe, no Pronatec, proporcionará elevação de escolaridade e

formação profissional para parte dos mais de 60 milhões de brasileiros que, segundo dados do Pnad, não realizaram estudos em idade própria nem possuem qualificação profissional para atender aos desafios do desenvolvimento do País. Uma das finalidades dos cursos técnicos integrados deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida em vínculo estreito com a formação profissional e a formação integral do sujeito.

Passa, por favor.

O diferencial vai ser um currículo elaborado a partir da identificação dos perfis profissionais de conclusão, permitindo a real aproximação entre a demanda do setor produtivo e o desenho da educação profissional com as bases tecnológicas do ensino médio. A vantagem é que esse aluno pode sair com desempenho eficiente e eficaz do profissional para desempenhar as atividades requeridas pela natureza do trabalho. E vai responder aos desafios profissionais para o exercício da cidadania. E o momento de vanguarda é que serão organizados programas integrados na perspectiva de itinerário. Ele não precisará ficar estagnado a um nível de escolaridade.

Pode passar, por favor.

Desde que foram criados, Senac e Sesc realizaram milhões de matrículas em programações educacionais e atendimentos sociais de Norte a Sul do País. Os programas de gratuidade e o Pronatec, entre outras ações, permitem que o Sesc e o Senac escrevam um capítulo particular na história educacional do País, contribuindo com oportunidade, *expertise* e excelência para o desenvolvimento do trabalhador brasileiro. Com a Medida Provisória e a participação do Sesc nessas ações, que são os serviços sociais, conseguiremos fazer o trabalho conjunto. Se o Sesc não puder fazer esse trabalho conjunto com o Senac, todo o trabalho não sai e não conseguimos propor o que o Pronatec deseja.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Bem, agradeço à Maria Alice e passo a palavra, imediatamente, para a Andrea Barbosa Alves, que é Chefe do Departamento de Educação do Senar.

A SRª ANDREA BARBOSA ALVES – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Izalci e o Senador Paulo Bauer e estendo os cumprimentos às demais autoridades presentes e membros da Mesa.

Vou falar um pouco sobre o trabalho do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, tanto no âmbito do Pronatec como das atuações que já temos nos últimos 20 anos de existência do sistema.

Pode passar, por favor.

Então, a missão do Senar é ofertar a educação profissional para a população rural; o nosso público específico são as pessoas que vivem no campo.

Além da formação profissional rural, a gente também faz a parte de promoção social. Temos 20 anos de atuação, atendemos em média um milhão de pessoas por ano. Só na formação profissional rural, desde 1993, quando o Senar começou a atuar, até hoje, a gente já chegou a 9 milhões de pessoas atendidas. No caso da promoção social, já chegamos a mais de 5 milhões. E o Senar também tem programas especiais, como os programas na área de gestão, saúde e inclusão digital, em que chegamos a 44 milhões de pessoas atendidas.

A nossa forma de atuação, gente, é um pouco diferente. A gente realiza os cursos nas comunidades rurais. O Senar não tem estrutura física de escolas. As nossas escolas são as propriedades. Temos 5,2 milhões de propriedades rurais em todo o País. Isso traz uma riqueza pedagógica muito grande para o sistema, porque a gente faz a parte teórica e prática dentro das propriedades. Para o trabalhador, para o estudante na área rural, isso os traz para uma realidade que é muito importante para o processo de ensino e aprendizagem.

Nós temos uma grande capilaridade em função de atuarmos em várias propriedades do País. Então, o Senar vai até onde o estudante está, onde o trabalhador está, e não o trabalhador ou o estudante faz o movimento para se buscar uma escola própria para o setor.

O curso do Senar é, como eu disse, em situação real de trabalho; ele é para quem já está inserido no processo produtivo ou para pessoas que querem iniciar uma atividade rural.

Próximo, por favor.

O que a gente tem de diferencial no Pronatec é que todos os cursos do Senar têm 40 horas de empreendedorismo. A gente fez um material próprio, que trabalha as competências empreendedoras, e todos os alunos, sejam eles alunos do ensino médio ou trabalhadores rurais, recebem o conteúdo de 40 horas. Então, a gente quer trabalhar a parte técnica e a parte comportamental também.

Coloquei ali: visão, cooperação, resultado, planejamento; esses são alguns temas com que a gente trabalha, até chegar ao desafio empresarial, em que se faz um planejamento de um negócio ou do seu próprio dia a dia.

São 40 horas de empreendedorismo e 120 horas de conteúdo técnico, então, a gente chega a 160 horas. E nós entendemos que essa carga horária é suficiente para cursos FIC. Temos cursos além de 160 horas, mas, pelo que já discutimos com os técnicos do Senar e também com outros profissionais, outras entidades ofertantes, entendemos que é uma carga horária suficiente para uma formação inicial e continuada.

Próximo.

Como foi a execução do Pronatec em 2012? Na Região Centro-Oeste, nós chegamos a 26% da nossa meta, que foi 21.918 matrículas; no Nordeste, 21%; no Norte, 39%; no Sudeste, 11% e, na Região Sul, 3%. Então, a Região Norte e a Região Nordeste concentram 60% das ofertas do Senar.

Próximo.

O Pronatec para 2013, o que a gente está planejando realizar?

Na Região Centro-Oeste, 19% dessa demanda; no Nordeste, 22%; no Norte, 42%; no Sudeste, 12% e, no Sul, 5%. A nossa meta é realizar 44 mil matrículas. Vamos atingir 64% das Regiões Norte e Nordeste, cumprindo os 30% que estão estipulados por lei.

Próximo.

Quais são os nossos demandantes? São Secretarias Estaduais de Educação, o MDS, o Ministério da Justiça, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, a SDH, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Defesa, o Ministério das Comunicações e o Ministério do Turismo.

Inicialmente, em 2012, a maioria da nossa demanda vinha pela Secretaria Estadual de Educação. Agora, nós estamos ampliando essa demanda. Em função do que deu certo, do sucesso do programa de 2012, a gente está tendo outros demandantes também. E queremos chegar a matricular 44 mil pessoas nos eventos do Pronatec. Temos capacidade de aumentar essa meta ao longo do ano. Quando houver uma repactuação, pretendemos aumentar.

Próximo.

Os cursos mais ofertados. Para podermos divulgar isso aqui, temos um grande número de cursos de bovinocultura de leite; horticultor orgânico; fruticultor; auxiliar administrativo na área rural, para trabalhar em propriedades rurais; piscicultor; operador de máquinas e de implementos agrícolas; bovinocultor de corte; apicultor; avicultor; e preparador de doces e conservas.

Estamos com 59 cursos em 8 eixos tecnológicos. Na verdade, o Senar tem mais de 163 ocupações para ofertar no setor rural. Mas, dentro do Guia Pronatec, nós estamos com 59 cursos relativos ao setor rural.

Próximo.

Agradeço e estou à disposição para qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Próximo orador, nosso convidado Wesley Passaglia, do Sest Senat.

O SR. WESLEY PASSAGLIA – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. (*Fora do microfone.*)

Eu queria divulgar um pouco o trabalho do Sest Senat, em especial ao Deputado Izalci e ao Senador Paulo.

Pode passar, por favor.

Bom, eu vou mostrar um pouco o que é o Sest e o que é o Senat. O Sest é o serviço social que promove as ações para o setor de transporte, e o Senat é o responsável pelas atividades do desenvolvimento profissional para o setor de transporte.

Pode passar, por favor.

Em 2012, os resultados consolidados do Sest Senat foram atendidos. Atendemos aproximadamente 8,175 milhões de pessoas, em ações diretas, fora as pessoas que não foram computadas em ações indiretas.

Pode passar, por favor.

O Sest Senat está distribuído desta forma: são 146 unidades em todo o País, sendo que 94 unidades são da tipologia A, B e C, que são unidades com grandes dimensões de estrutura, e 52 unidades D, que são localizadas nas principais rodovias e atendem especificamente o trabalhador em transporte. Todas elas são integradas com o mesmo sistema informatizado, o que dá uma customizada ou uma redução no tempo de cadastramento de profissionais e de outras pessoas que precisam ser atendidas.

Pode passar, por favor.

No Pronatec específico, o Sest Senat foi incluído em 2012, mais precisamente nos últimos três meses de 2012. Nesse período, conseguimos pactuar 6.422 vagas e, para 2013, sendo incluído já o início do ano, estamos aumentando esse número de vagas em quase 1.400%.

Por ter sido incluído no final de 2012, nós não tivemos a oportunidade de colocar vagas no ensino técnico. Agora, para 2013, já existe a pactuação para o ensino técnico, só que a grande maioria ainda está voltada para o FIC, que são cursos que têm, no mínimo, 160 horas.

Em 2012, começamos com 52 unidades fazendo o programa e, para 2013, nós temos 101 unidades, ou seja, 70% das unidades estão participando do programa agora, para o ano 2013.

Pode passar, por favor.

Nós fizemos esta apresentação para demonstrar um pouco a preocupação do Sest Senat na execução do programa do Pronatec. Ou seja, o departamento nacional do Sest Senat, que é localizado em Brasília, é responsável pela gestão da maioria do programa, ou seja, por aqui nós fazemos toda a gestão do recurso financeiro; nós pactuamos, nacionalmente, todas as vagas por Brasília; o registro de preço de todos os materiais ofertados nos cursos é feito por Brasília, e as unidades só fazem adesão aos registros de preço. Isso garante que o aluno tenha o mesmo material com os padrões exigidos pela lei do Pronatec.

Nós fazemos uma conferência de toda a prestação de contas do Pronatec e das unidades operacionais. O que é isso? A unidade operacional do Sest Senat realiza todo o programa, a prestação de contas, e manda para Brasília, onde existe uma nova conferência. Para quê? Para garantir a transparência do uso do recurso do Pronatec. E, para uma unidade em especial, fica a atividade-fim

mesmo do projeto, que é a execução da turma, primando sempre pela qualidade e, realmente, pela atividade-fim do programa, que é a qualificação dos profissionais.

É uma apresentação curta. Eu coloquei esse eslaide para poder despertar a preocupação do Sest Senat com a qualidade do curso.

A instituição não é contrária à Medida Provisória. Ela só ressalta essa questão de continuar e, quem sabe, intensificar a fiscalização das instituições contadas no Pronatec.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Antes de passar a palavra para a Professora Dorinha, que é a primeira inscrita, e ao Relator, vou ouvir também, está aqui conosco, o Presidente da Confederação Nacional de Instituições Financeiras, o representante Magnus, que tem cinco minutos.

O SR. MAGNUS RIBAS APOSTÓLICO – Sr. Presidente, agradeço muito a oportunidade.

Cumprimento a Mesa, cumprimento os Parlamentares presentes, cumprimento o Secretário Marco Antonio, que batalhou junto conosco no Ministério do Trabalho por muito tempo.

Eu queria, na verdade, reforçar um pouco a fala da Dr^a Elizabeth, da CNI.

A Lei nº 12.513 trouxe grandes avanços à qualificação profissional, à formação técnica e tecnológica. E essa medida provisória agora apresentada amplia ainda mais os benefícios dessa lei na direção que o País realmente precisa.

Mas, ao mesmo tempo em que a Lei nº 12.513 trouxe essa expansão da formação profissional e da educação técnica, estabeleceu um obstáculo muito grande e muito perigoso, porque passou a tributar a oferta de bolsas de estudos de graduação e pós-graduação oferecidas pelas empresas aos seus empregados e estabeleceu limites extremamente estreitos para a qualificação profissional, o que nos leva ao risco de eliminação de centenas de milhares de bolsas de estudos que são oferecidas anualmente pelas empresas aos seus empregados e ao risco da obsolescência do conhecimento técnico pela impossibilidade de atualização permanente dos trabalhadores.

Então, eu queria insistir que essa medida provisória traz uma grande oportunidade para que esse obstáculo seja removido, de forma que nós possamos continuar contando com os empregadores como parceiros importantes do Estado na educação e na formação profissional dos seus trabalhadores, com foco nas suas atividades reais, com foco nas necessidades reais de produção e prestação de serviços.

Então, de forma bastante simples e singela, Sr. Presidente, o que eu queria era pedir uma atenção muito especial desta Comissão no sentido de remover esse óbice, provavelmente colocado de forma indevida e não percebida na Lei nº 12.513, uma vez que não se compreende a tributação de oferta de educação e qualificação profissional.

Eram essas as palavras simples que tinha, mas queria pedir à Comissão uma atenção muito especial a essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Agradeço e passo, então, a palavra à Professora Dorinha, como primeira oradora inscrita.

Deputada.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Eu queria, na verdade, cumprimentar o Presidente, Deputado Izalci; o nosso Relator, colega da educação, Senador Paulo Bauer; os representantes das entidades, do Ministério da Educação.

Na verdade, eu queria começar dizendo que fico feliz quando pelo menos está sendo apresentado aqui um esboço da questão dos 30%. Eu fui autora da emenda que quis reservar e garantir o cumprimento de 30% para as Regiões Norte e Nordeste e tenho uma grande preocupação com isso, porque, quando olhamos o mapa, vemos que a cobertura do Norte e do Nordeste ainda é muito reduzida. Entendo que o dinheiro público tem que ser usado, inclusive, para fazer o equilíbrio de distribuição. Por isso tivemos que fazer uma votação nominal, porque infelizmente os relatores da época não quiseram acatar a emenda. É lógico que Sul e Sudeste têm uma tradição na formação profissional, mas entendo que precisamos tratar o Brasil de maneira diferenciada, principalmente onde se precisa de maior investimento e de um olhar específico.

Fico feliz também porque uma emenda minha, que foi rejeitada, agora está no texto, que é em relação à transferência de matrícula efetiva, porque também eu tinha uma preocupação em o dinheiro ir para a instituição, efetivamente as matrículas não se consolidarem e o recurso não ser devidamente retornado.

Eu queria manifestar algumas preocupações, basicamente em grande parte para o Ministério da Educação, para o Secretário, e gostaria de cumprimentá-lo, dizendo da importância da sua presença aqui. Poderia ter vindo, sem desmerecer, qualquer diretor ou técnico, mas acho que a sua presença demonstra um compromisso com o programa que é, na minha visão, extremamente importante. E é nesse sentido que eu queria destacar a minha preocupação com as redes públicas estaduais.

Fui Secretária de Educação por muitos anos e Presidente do Consed. Então eu sei que, por tradição, na maioria dos Estados, as redes são ainda muito incipientes. São redes novas, no caso das Secretarias Estaduais de Educação ou até de Ciência e Tecnologia, porque em alguns Estados é executado por elas.

A minha preocupação é porque, pelo que observei – estou fazendo inclusive um requerimento em relação a isso –, grande parte do executado do Pronatec, em 2012, foi feito pelo Sistema S. E a minha preocupação na época era justamente com a oportunidade de os sistemas estaduais, sem prejuízo do trabalho e da tradição de qualidade que já é executada pelo Sistema S, saberem estruturar as redes públicas, inclusive nas possíveis parcerias entre o Sistema S e a rede estadual.

O Programa é um programa que pode ter início, meio e fim, e, de repente, as redes estaduais que deveriam ter-se estruturado são mais lentas, a estrutura pública é mais morosa, pelas exigências legais que o Sistema S não enfrenta. A tradição do Sistema S é indiscutível, por isso tem uma maior agilidade. Mas a minha preocupação é saber: os Estados estão tendo condição de executar ou só estão selecionando e recrutando alunos? Foi o que eu vi no meu Estado. Basicamente o Estado recrutou alunos e passava para o Sistema S nas diferentes modalidades.

Outra preocupação é também em relação à autonomia que foi dada e que agora está sendo ampliada para o Sistema S também. Nem mesmo numa escola estadual pode ser criado um curso, dentro da sua estrutura, sem passar

pelo conselho específico. Uma escola estadual precisa apresentar no conselho estadual, verificar as condições de oferta, estrutura, laboratório e tudo mais, mas o Sistema S não tem essa exigência. Foi colocada uma autonomia, inclusive no estudo da rapidez.

Agora, foi manifestada aqui, por duas entidades, se não me engano uma delas foi a ABMES, preocupação em relação a essa questão da autonomia, o *status* que está sendo dado ao Sistema S.

A minha pergunta não é nem em relação a isso. Recentemente, estou acompanhando, e o Izalci também, a dificuldade do MEC no credenciamento da sua rede do sistema federal para autorização de cursos, a demora, o número de processos em andamento – mais de 17 mil aguardam, no caso do ensino superior, muitos do ensino técnico e do ensino tecnológico também estão nos sistemas. Então, a minha dúvida é em relação à estrutura que o MEC tem para esse monitoramento e acompanhamento. Quem está fazendo o acompanhamento? Porque a legislação previa um monitoramento e um acompanhamento, já que eles não precisam mais se subordinar aos conselhos estaduais. Então, a preocupação nossa é de que esse processo de expansão, que é extremamente benéfico, não pode significar a falta de qualidade, queda de qualidade. Quem monitora? Quem acompanha? Como está sendo feito esse processo para garantir a qualidade?

Eu queria também tirar uma dúvida: aparentemente, agora os sistemas, inclusive o sistema social, vão poder criar escola de educação básica, desde que combinado com o sistema de formação profissional; é isso? Ou seja, o sistema como um todo vai poder atuar na educação básica, combinada, integrada, concomitante, subsequente? Era essa uma das dúvidas.

Em relação à questão de produção de material, faço uma sugestão e uma provocação. O Brasil tem, acho, o maior programa de distribuição de livros didáticos, o que é extremamente importante, pensando principalmente onde temos dificuldades: Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Existe algum estudo em relação à possibilidade de credenciar material, de incluir, ainda que de maneira gradativa, essa possibilidade, não digo do PNLD, mas acho que de algumas áreas? Como existe um catálogo de cursos, talvez devêssemos pensar nesses cursos com maior demanda da produção de material, para termos uma garantia da alta qualidade, da melhoria do sistema hoje implementado pelo FNDE no que se refere aos livros didáticos.

Muito obrigada.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Antes de passar a palavra para o nosso Relator, só quero fazer algumas considerações como autor do requerimento, rapidamente.

Primeiro, quero dizer da minha alegria em ver o Governo avançando porque, quando da aprovação da lei na Comissão de Educação – a Deputada Dorinha fazia parte da Comissão –, houve uma emenda, inclusive o nosso Deputado Gastão Vieira, que hoje é Ministro do Turismo, fez uma luta muito grande nesse sentido, para poder ter mais parcerias. Isso diante da demanda da CNI: R\$7,2 milhões, e nós estamos muito aquém disso.

Então, de fato, essa medida amplia essas parcerias, colocando as instituições de ensino superior, ampliando o Sistema S – o que inclusive, na época, foi difícil aprovar; não foi por unanimidade que nós aprovamos a questão do Sistema S no Pronatec; foi difícil aprovar. Mas vejo que ainda há tempo, e acho que essa medida veio em boa hora, para podermos ampliar isso.

Eu já conversei com o nosso Relator, e há uma questão também que me preocupa – já conversei com o Ministro, que foi acessível com relação a isso – com relação ao art. 318, que diz que nenhum professor pode dar mais do que quatro aulas consecutivas ou seis intercaladas. Nós temos dificuldade na educação profissional também de profissionais no mercado. Então, acho que seria bom avançar nisso para que ele possa dar aulas de manhã e à tarde, ou à tarde e à noite, dois períodos. Isso é fundamental para aproveitarmos os bons profissionais e também resolveria a questão principalmente do ensino fundamental, que tem essa dificuldade, e nós temos de incentivar os professores a lecionarem no mesmo estabelecimento, o que contraria a... Então, acho que agora, em boa hora também, podemos contornar essa situação do art. 318 da CLT, principalmente colocando uma emenda, com a qual o Ministro concordou, se for o caso, até levando o caso para acordo coletivo, para convenção coletiva, tendo em vista alguma resistência da CNTE, alguma coisa assim.

A outra questão é o que foi dito aqui e reforçado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras e também pela CNI: o Brasil é o único país que penaliza quem investe em educação. Por incrível que pareça, temos incentivos para todas as áreas: é IPI disto, é IPI daquilo. Para todas as áreas há incentivos; quando se fala em educação, em investir em educação, aí vem a penalização. Nós estamos tentando contornar isso.

Contornamos, na Lei do Pronatec, para o ensino básico, sem incluir o ensino superior. Há mais de 40 anos, o ensino superior e o ensino básico concedem aos filhos dos professores e funcionários bolsas de estudo. E, nesses 40 anos, nunca tivemos problemas com relação à tributação. Agora, não: a Receita Federal, nos últimos meses, nos últimos anos, tem penalizado não só as instituições, mas também os próprios professores, quando ultrapassam a tabela do Imposto de Renda, querendo punir os estabelecimentos que deram bolsa aos filhos dos professores com a tributação do INSS e do Imposto de Renda. Contornamos no Pronatec, não foi incluído o ensino superior porque, naquela época, o programa só tratava do ensino básico. Agora, então, com a introdução das instituições de ensino superior, esperamos corrigir essa falha também, e a própria emenda do Deputado Paes Landim já contempla isso e amplia de 1,5 para 5. E eu espero que possamos ampliar realmente, porque é inadmissível que as empresas que queiram investir nos seus funcionários sejam penalizadas por isso.

Então, acho que esse também foi um fator importante, colocado aqui pela CNI e também pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras. Acho que isso veio em boa hora, para corrigirmos essas distorções.

O desafio é grande. Acho que precisamos ampliar muito isso e precisamos incentivar aqueles que investem em educação.

Passo a palavra, agora, ao Relator dessa matéria, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Sr. Presidente, prezados palestrantes e convidados, que cumprimento indistintamente, aqui mencionando o nome do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Dr. Marco Antonio de Oliveira.

Nós temos, sem dúvida alguma, um trabalho muito importante a realizar, analisando não só o projeto, mas também as emendas que foram apresentadas, considerando todas as informações prestadas hoje aqui pelos palestrantes.

O Deputado Ronaldo Zulke, que é o Relator revisor e que já manteve contato comigo para podermos melhorar o trabalho que vamos apresentar, certamente também pôde aqui observar, como eu, que, em primeiro lugar, há um consenso no sentido de se aprovar e se aplaudir a iniciativa governamental. Eu mesmo já pude dizer isso no Ministério, quando, na semana passada, estive lá com o Secretário Executivo, o Paim, e também com o nosso Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, o Prof. Marco Antonio.

Penso que esse é um assunto que não tem nenhuma relação que precise ser considerada em termos de oposição e de situação, de bancada de governo e de bancada de oposição. Eu pretendo, como Relator, fazer com que o projeto fique ainda melhor do que foi apresentado.

Observei, dentre as diversas manifestações, que as questões mais preocupantes são exatamente aquelas relacionadas à outorga da autonomia e à tributação tanto da parte da Receita Federal como da parte do Ministério da Previdência, do INSS, em relação ao patrocínio de bolsas pela iniciativa privada. Inclusive, Presidente Izalci, um projeto de lei de minha autoria está tramitando nesta Casa e já estabelece um critério para que não se possa cobrar contribuição previdenciária sobre valor destinado a bolsas de estudo. Eu o apresentei no ano passado graças a uma manifestação de inconformismo de um empresário do Rio Grande do Sul que foi multado de forma bastante dura pela Previdência, pelo INSS, por estar fazendo esse bem ao País. Então, obviamente, precisamos considerar essas questões, avaliar uma a uma.

Também considero a observação feita pelo Deputado Ariosto Holanda muito adequada. Quer dizer, essa questão de transferir recursos do Pronatec para o Ministério de Ciência e Tecnologia, realmente, precisa ser bem considerada e avaliada. Recolhi muito bem a sua manifestação, bem como a da Deputada Dorinha, que já foi Presidente do Consed. Já fui seu aliado, seu subordinado e seu comandado no Consed e sei que suas preocupações são muito pertinentes.

Algumas questões precisam ser ainda mais bem definidas. Vamos vê-las no momento em que analisarmos as emendas. Por exemplo, quanto às horas mínimas do curso, o MEC propõe 160 horas. É claro que se pode ir de 160 horas até 800 horas, mas a questão é saber até que ponto temos a segurança legal para que todo o curso seja objeto do financiamento pelo Pronatec. Se todos os cursos fossem de 800 horas, suponhamos, será que nós teríamos recurso para tudo isso? É preciso fazer alguma avaliação nesse sentido.

Também foi feita uma observação a respeito do número de horas/aula que cada professor deve ministrar e também da condição de os profissionais sem formação pedagógica poderem ministrar aulas dentro do sistema.

Acho que a observação feita quanto à estruturação da rede pública de ensino médio profissionalizante deveria merecer alguma consideração, viu, Secretário? Afinal, nós sabemos que o Sistema S sempre foi eficiente, foi eficaz, mas nós temos de valorizar a escola pública acima de tudo, principalmente a escola de ensino médio, que está sob a responsabilidade constitucionalmente definida do governo de cada Estado, prioritariamente. E precisamos direcionar um pouco mais de esforços no sentido de valorizá-la.

Eu também acho que a sugestão aqui apresentada sobre os alunos das classes C e D é muito adequada. Eu vejo que o Governo se preocupa muito em contemplar aqueles que vêm da escola pública, que obtiveram boas notas nas

avaliações, mas não podemos nos esquecer: ser rico não é defeito, ser bem de vida não é pecado, ter condição de viver dignamente com trabalho honrado também não deve merecer punição. Nós temos que atender prioritariamente os mais carentes e necessitados, mas também temos que valorizar aqueles meninos, aquelas garotas, aqueles homens e mulheres que, a duras penas, lutam para manter sua família e sua vida e, ainda assim, conseguem ter bom desempenho escolar sem estarem na escola pública. Então, é preciso também encontrar um mecanismo para que eles não sejam excluídos. Nós temos que ver possibilidades de também a eles oferecer oportunidade. Mas se isso não for possível nesta Lei, pelo menos o debate, a discussão do assunto vai permitir e ensinar que nós possamos falar, na condição de representantes da sociedade, de Senadores e de Deputados, de todas as questões.

Aliás, certamente, o Pronatec para a escola privada surge porque o Pronatec da escola pública existe. Se não, nem estaríamos falando dele. Então, por que não, agora, no momento em que falarmos deste, já discutirmos ou pelo menos estudarmos as questões que poderiam ser contempladas já ou logo em seguida?

Eu pretendo, Sr. Presidente, a partir da próxima semana depois da Páscoa, já ter todos os estudos técnicos feitos, inclusive com o auxílio e a participação do MEC e de toda a assessoria aqui do Senado, que vai me ajudar. Penso que, na segunda quinzena, portanto, este mês ainda, possa apresentar o relatório para que V. Ex^a convoque a Comissão para a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Bem, passo, então, a palavra ao Marco Antonio de Oliveira, representante do MEC.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA – Bem, se me permitem o Presidente Izalci e o Relator Paulo Bauer, eu queria comentar algumas ponderações feitas aqui diretamente à proposta apresentada na forma da MP 593.

Em primeiro lugar, mencionou-se a elevação da escolaridade como uma questão a ser perseguida dentro de um esforço maior de toda a educação básica e não apenas da educação profissional. Eu creio que ninguém aqui nesta mesa ou mesmo neste plenário discorda desse esforço. Nesse âmbito, o que eu posso dizer é que o próprio Ministro Mercadante está empenhado em colocar em debate uma proposta de reformulação do ensino médio no Brasil que leve em conta a valorização dos conteúdos fundamentais na formação escolar e que leve em conta também a necessidade dessa elevação de escolaridade, combatendo, talvez, uma prática que tem se disseminado no curso dos últimos anos, de montagem, inclusive, de um currículo escolar que muitas vezes se torna enciclopédico. É difícil pensar em elevação de escolaridade com um ensino médio que tem 19 disciplinas. Isso se torna um mero esforço de repetição de conteúdos que são rapidamente esquecidos.

Essa é uma discussão que o Ministro está colocando na mesa, é uma discussão que envolve o sistema educacional como um todo e, portanto, a relação com os entes da Federação, particularmente com as Secretarias Estaduais de Educação, é fundamental, e essa pauta está na ordem do dia, inclusive no âmbito da relação do MEC com o Consed.

Entendo, portanto, que qualquer discussão sobre elevação de escolaridade no caso do ensino básico, particularmente no ensino médio, deve caminhar por aí, não no âmbito do próprio Pronatec, que tem uma missão muito específica, que é a de prover ensino técnico e profissionalizante de qualidade. E

creio também que a melhor forma de fazê-lo não é necessariamente expandindo o número de anos escolares, quer dizer, elevando de três para quatro anos – com todo o respeito à proposta que foi apresentada aqui pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Entendo que nós deveríamos caminhar, no caso específico do Pronatec, no sentido do envolvimento dessas instituições. Particularmente aqui no caso, na MP, nós estamos falando da possibilidade, tanto das públicas quanto das privadas, na oferta do ensino subsequente.

Em relação à questão do público prioritário do subsequente, chamo atenção para duas coisas. Primeiro, nós tivemos o cuidado de colocar na MP “público prioritário”. Nós não fechamos, na MP, a possibilidade de atender a egressos do ensino médio privado. Está dito lá que nós vamos atender prioritariamente aos egressos do ensino público e prioritariamente aos bolsistas integrais da rede privada. Portanto, existe espaço, no próprio ordenamento, na própria proposição da emenda, para que se estenda a oferta para alunos oriundos da rede privada. E eu diria mais ainda: há, ali na proposta, inclusive, o critério de corte com relação à renda, que, creio, contempla esse segmento. Por que nós estamos, no entanto, defendendo, prioritariamente, o ensino público? Primeiro, por uma questão cara ao MEC, que é a valorização do próprio ensino público; segundo, porque entendemos que o Enem está se tornando não só um critério de acesso às universidades públicas, mas um critério de medida da qualidade de ensino, que deve se valorizar.

Com relação à ponderação que foi feita aqui pelo Consed – já foi discutida com o Consed, inclusive –, o que eventualmente sugerimos? Vamos estabelecer prioritariamente o Enem como primeiro processo de avaliação. Nós acabamos de criar um cadastro *on-line* de inscrição. Portanto, nesse cadastro *on-line*, está aberta a inscrição, tanto para alunos do ensino público quanto para alunos do ensino privado. Então, por ordem de inscrição, respeitados os requisitos básicos, esses alunos teriam acesso às vagas e, no caso, onde não houvesse o preenchimento dessas vagas, nós abriríamos para os alunos remanescentes do sistema público que não passaram pelo Enem. Certo? Então, ficaria a cargo das Secretarias Estaduais de Educação regulamentar esse processo, excluída a possibilidade do sorteio.

Mas nós achamos que todo esse procedimento merece ser tratado por meio de ato normativo, porque, ao longo do tempo, o processo vai evoluindo e, muitas vezes, engessa-se na lei, o que acaba criando uma barreira que dificulta o acesso em vez de assegurá-lo.

Então, nós estamos abertos a discutir com as redes públicas e com as redes privadas a melhor forma de contemplar a participação, tanto num caso quanto no outro, daqueles que estão, pelo critério de corte de renda, nas redes privadas, que, em tese, poderiam pleitear, e daqueles que são alunos egressos do ensino público que não passaram pelo Enem.

Com relação à questão colocada pela Professora Dorinha, a Deputada Dorinha, eu queria chamar atenção para o seguinte: talvez, dada a rapidez com que eu fiz a minha exposição aqui, não tenha ficado claro que nós temos uma parceira com as Secretarias Estaduais de Educação nas duas pontas. As Secretarias de Educação atuam como parceiros demandantes e têm um papel de mobilização, nos Estados, dos candidatos potenciais às vagas abertas. Desde junho do ano passado, nós abrimos a possibilidade de os Estados participarem do

programa como ofertantes. E nós temos 15 Estados que já aderiram. Não temos os 27...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA – Não, não, isso depende da capacidade do Estado.

Há duas regras básicas definidas para essa participação. Primeiro, a capacidade de oferta dos Estados. Os Estados oferecem para nós, dependendo da sua capacidade, 20 mil, 30 mil ou 40 mil. Então, nós não impusemos, unilateralmente, uma meta para os Estados. Em segundo lugar, a segunda regra que nós estabelecemos é que essa oferta tem que ser extraordinária àquilo que já está pactuado dentro do Brasil Profissionalizado, que faz parte da meta geral do Pronatec.

Então, por esse ponto de vista, a adesão e o volume da adesão dos Estados dependem basicamente dos Estados. Nós temos quinze Estados. Começamos com seis. Em junho, houve uma corrida muito grande, porque coincidia com o calendário eleitoral municipal, e nós tivemos que correr muito. Só seis Estados se habilitaram. No final do ano passado, início deste ano, outros nove Estados se habilitaram, e a nossa expectativa é a de que os demais o façam o mais rápido possível. Está assegurada a eles a oferta na capacidade que eles tiverem de ofertar.

Com relação às condições para a ampliação dessa oferta, esse é o papel do Brasil Profissionalizado. Nós, inclusive, devemos realizar agora, em abril, uma reunião com todos os secretários estaduais, porque nós estamos com vários projetos do Brasil Profissionalizado que não estão andando no ritmo desejado. Então, nós queremos dar um fôlego maior a esses projetos de ampliação, reforma e instalação de laboratórios para conseguir expandir a oferta de vagas, sobretudo no ensino técnico de nível médio, que, creio, é o espaço privilegiado que as secretarias estaduais podem prover.

Com relação aos CVTs – eu já tive oportunidade de discutir várias vezes essa questão com o Deputado Ariosto; somos parceiros desde a época do MCTI –, qual é a questão? Os CVTs foram concebidos num modelo de financiamento que não se sustenta. Eles dependem fundamentalmente da colocação de emendas parlamentares que asseguram a instalação dos centros, mas não conseguem permitir que esses centros façam seu custeio e se mantenham.

Na minha passagem por lá, eu havia proposto uma articulação com os institutos federais. Muitos desses CVTs foram, inclusive, incorporados à rede federal. É o caso específico do Ceará ou mesmo de Pernambuco, em que vários institutos federais tiveram como origem Centros Vocacionais Tecnológicos. Nós continuamos abertos para essa possibilidade.

Com relação à possibilidade de que os CVTs venham a se incorporar como provedores de cursos e de atividades do Pronatec, isso depende muito do desenho que se fizer, porque muitos desses CVTs estão vinculados a Secretarias de Ciência e Tecnologia, e isso facilitaria esse processo, desde que houvesse uma relação mais estruturada e orgânica desses centros, e eles não fossem entidades privadas sem fins lucrativos, porque isso vai implicar outro tipo de regulação que abre um precedente para a entrada de inúmeros parceiros nessa condição de ofertantes do Pronatec.

Eu creio que um dos méritos do Pronatec foi justamente conseguir, primeiro, pela primeira vez, estruturar a oferta em cima de três redes que são reconhecidamente respeitadas: a rede federal, as redes estaduais de ensino técnico e o Sistema S, por mais críticas que se possam fazer a qualquer uma dessas redes. Então, conseguimos, pela primeira vez, sair daquele varejo, daquele balcão, daquela miríade de convênios para fazer uma oferta estruturada por meio de redes.

Agora, com a incorporação das redes privadas, com base em critérios seletivos, nós estamos falando o seguinte: nós temos mais de 2.900 escolas privadas no País, sem contar as de instituições de ensino superior. Com base nos critérios da emenda, nós temos condições de incorporar as instituições realmente respeitadas, avaliadas e em condições de prover cursos de qualidade.

Com relação, portanto, a essa estruturação, acho que nós tivemos um avanço importante. E a mesma coisa do lado da demanda, porque, agora, nós não temos mais cada ministério montando seu programinha de qualificação. Nós convergimos, já temos 13 ministérios no programa, e devemos avançar para novas parcerias, de maneira que haja um programa nacional de qualificação, e não uma profusão de programas que competem entre si pela mesma fonte de recursos com resultados, em termos de eficácia e efetividade, bastante duvidosos.

Com relação à questão da avaliação colocada pela Deputada, essa é uma tarefa da secretaria. Nós começamos a fazer um processo de avaliação no ano passado. Nós temos um compromisso inclusive com a CJU, com os órgãos de controle, para começar a fazer este ano um processo de avaliação de egressos. Vamos fazer uma primeira em 2013 e uma segunda em 2014. É um desafio muito grande, dada a envergadura do programa e a maneira como será feita, a exemplo do que fazem os órgãos de controle, que é por amostragem, e também dada a amplitude que tem.

Com relação às questões relativas à tributação – é bom revê-lo aqui Magnus –, particularmente no MEC, temos uma posição simpática à ideia de que se reveja essa medida. Agora, aqui não se trata de um posicionamento apenas do MEC, quer dizer, é um posicionamento de governo, envolve um debate com a Receita, envolve um debate com a Previdência Social, porque são áreas, são competências de governo diversas. Sem entrar no mérito de qual é a natureza da emenda que se deva colocar nessa questão, nós estamos abertos a discutir, mas entendemos que é importante envolver a Receita e a Previdência, sob pena de prosperar um debate no âmbito do MEC e este não repercutir na área econômica do Governo ou mesmo na área da Previdência Social.

Por fim, em relação à questão da autonomia universitária, há outras questões, na verdade, aqui. A autonomia universitária é uma questão que não se restringe apenas ao âmbito da Setec. Ela foi tratada no âmbito da Secretaria Especial de Regulação do Ensino Superior, a quem cabe a competência de fazer a regulação. Houve um decreto, todo um processo de regulamentação que deu origem à lei do Pronatec e que trouxe o Sistema S, caracterizou o Sistema S, como parte do sistema federal de ensino. Havia um pleito do Sistema S no sentido de que, por essa condição, tivesse ampliada a sua autonomia, e entendeu o MEC que isso seria possível.

No âmbito da Seres esse assunto foi tratado e a Seres acolheu a proposição que está expressa nessa medida.

De qualquer forma, a autonomia conferida ao órgão não significa ausência de avaliação e supervisão. No que concerne ao ensino superior, é tarefa

da Seres – Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior, juntamente com a Sesi – Secretaria de Educação Superior, e, no caso do ensino médio, é tarefa da Setec. Quando da criação de cursos técnicos por essas instituições, elas devem comunicar ao MEC e este, no processo de avaliação e supervisão, tem a tarefa de assegurar, de verificar a qualidade ou não dos cursos ofertados e inclusive de descredenciar os cursos quando eles apresentarem algum problema.

Quanto à questão que envolve a relação com os Conselhos Estaduais de Educação, qual é o nosso desafio maior? Eu acho que é uma discussão que merece ser feita. Nós estamos abertos a discutir inclusive com o fórum de Conselhos Estaduais de Educação. Devemos fazer, juntamente com o Consed, na próxima semana, uma reunião para tratar dessa matéria, mas o entendimento nosso é que há uma morosidade enorme no âmbito dos Conselhos Estaduais de Educação quando se trata da criação de cursos técnicos.

Então, considerando que as instituições de ensino superior privadas e que o sistema S integram o sistema federal, considerando inclusive o parecer exarado pelo próprio Conselho Nacional de Educação, nós entendemos que era possível assegurar essa autonomia. Vamos discutir com o Conselho Estadual, uma forma de ouvi-lo nesse processo. Agora, esse mesmo princípio não se aplica às escolas técnicas privadas que continuarão sujeitas às regras dos conselhos estaduais.

Com relação aos 30%, Deputado, eu creio que temos sido muito felizes no cumprimento dessa meta. Nós estamos ultrapassando os 30%. Eu vi outras propostas que querem elevar esse percentual, e eu acho isso sempre arriscado, porque nos mete uma camisa de força que muitas vezes nos empareda perante os órgãos de controle, pois muitas vezes não se consegue modular a oferta por conta de uma exigência formal muito elevada. Então, eu creio que os 30% estão postos.

O desafio maior na esfera do Pronatec eu diria que é prover educação a distância, sobretudo no Norte e Nordeste, como eu disse, porque são regiões em que se tem dificuldade de acesso, baixa densidade populacional, áreas muito longínquas e para as quais a educação a distância, na modalidade semipresencial é um caminho.

Então essa é uma das prioridades nossas dentro do Etec. E a segunda prioridade é prover uma rede física mais adequada a essas regiões, ou seja, não faz sentido criar campos verticais que, muitas vezes, proveem desde a extensão até o ensino superior de pós-graduação, por exemplo, mas nós podemos compor Unidades de Educação Profissional, que estamos chamando de UEPs, de menor porte, capazes de fazer frente à demanda por ensino técnico de nível médio e à formação inicial e continuada.

A expansão da rede prossegue. Nós temos expectativa de que, a partir de 2014, isso continue a ocorrer independentemente de quem venha a governar o País a partir de 2015. Acho que esse programa veio para ficar. É uma política pública, como disse aqui o Senador, e todos nós – creio – estamos envolvidos nesse esforço.

Com relação à questão colocada aqui dos serviços sociais, eu queria esclarecer que os serviços sociais já proveem cursos de ensino médio regulares. O Sesi é reconhecido por sua qualidade; o Sesc também. O que nós estamos prevendo aqui é, na verdade, uma articulação entre os serviços sociais e os serviços nacionais de aprendizagem para prover o integrado na modalidade da educação de jovens e adultos. Por quê? Porque os programas de educação de

jovens e adultos não rodaram satisfatoriamente no País, apesar do grande contingente populacional nessa condição.

Então, queremos criar uma nova modalidade – a minha MP prevê isso – que estamos chamando de “Pronatec-EJA”, que permite integrar os conteúdos básicos propedêuticos com o ensino técnico, de maneira modular, para combater, inclusive, a evasão, porque muitas vezes se começa pelo propedêutico e isso afasta aquele estudante que tem um histórico de fracasso escolar. Então, vamos intercalar e prever a certificação intermediária, que permite que eu faça vários FICs e os transforme em curso técnico de nível médio. Essa é uma possibilidade, assim como o reconhecimento de saberes. Por exemplo: o cidadão já é eletricitista e quer fazer um curso técnico de eletricidade. Eu posso, por meio de certificação profissional, fazer o reconhecimento desse saber, dessa competência técnica, e reduzir a exigência, em termos de carga horária, na profissionalização.

Então, o desenho com o Sesi, o Sesc e os outros S sociais é no sentido de criar condições para que o Sistema S proveja essa modalidade, sendo que o Sistema S já opera na educação de jovens e adultos.

Com relação à questão do material para a educação profissional e tecnológica, acho uma boa ideia. Nós ainda temos muito a fazer nesse sentido. Acho que nós estamos trabalhando, agora, no sentido da consolidação do catálogo nacional. Há uma proposta que o MEC vai colocar em discussão, no sentido de unificar o catálogo nacional. Não temos um catálogo nacional e um guia Pronatec, mas temos um catálogo nacional de educação profissional e tecnológica. Isso é chave para consolidação do esforço em termos da qualidade do que se oferta, dos requisitos mínimos em termos de carga horária, grade curricular, perfil de escolaridade. Nós estamos preparando isso.

Creio que essa ideia que a senhora lançou é muito bem-vinda. Nós vamos explorá-la, e acho que esse processo, de qualquer forma, envolve uma participação direta dos parceiros ofertantes, porque há coisa muito boa sendo feita. Então, não vamos inventar; não vamos – o MEC – fazer esse trabalho.

Com relação às ponderações a respeito de jornada escolar – eu creio que o Deputado Izalci já colocou aqui qual é a posição do Ministro –, creio que esse é um assunto que transcende a esfera da educação profissional, mas não vemos óbice nenhum a que essa matéria tramite no âmbito da conversão da MP em lei.

Quanto aos pontos elencados pelo Senador em relação à carga horária mínima exigida para os cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos e de nível médio, nós insistimos numa questão: foi uma dura batalha a definição da carga horária mínima de 160 horas. Isso pareceu excessivo em relação a muitos cursos, mas pôs por terra o que muitos de vocês aqui conhecem como os antigos cursos Walita, aqueles que eram feitos em 20 horas, 15 horas. Então, nós não estamos totalmente fechados nessa questão. Mas eu diria, aqui, que as 160 horas como critério mínimo é algo que foi absorvido por todas as redes, inclusive pelo Sistema S, pelo Senac, que atua na área de serviços, que tinha uma tradição de oferta de cursos de menor duração e que tem conseguido se valer dessa carga para incorporar outros conteúdos. Diga-se de passagem, um conteúdo chave nesse processo são os conteúdos de elevação de escolaridade que a carga horária mais elevada propicia. Portanto, nós entendemos que

trabalhar a formação inicial e continuada, dentro dos limites de 160 a 400 horas, podendo ainda expandi-la em 30% é algo que torna possível essa modulação.

O mesmo eu diria em relação aos cursos técnicos de nível médio dentro dos limites de 800 a 1.400 horas. Aqui nós estamos falando de ensino técnico médio, portanto, é o *minimum minimorum*.

Então, estamos dispostos também a discutir eventuais mudanças nisso, mas nós queremos evitar aquelas soluções mágicas dos cursos em massa, com 20, 30, 40 horas, em que o sujeito entra, faz o curso, sai com diploma, e a condição dele é a mesma.

Eu termino aqui, sabendo que falei demais, mas era importante comentar essas falas para deixar clara a disposição do MEC em prosseguir no debate, prosseguir no diálogo e construir, com a Comissão, o resultado dessa lei de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Eu só quero passar para a Professora Dorinha. Quer fazer uma réplica, Deputada Dorinha?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Não. Na verdade, um esclarecimento, Secretário.

Eu não fiz referência ao fato, nem sabia que o MEC tinha feito uma restrição. Eu achei que isso era natural, pela própria falta de tradição dos sistemas estaduais em fazer a formação profissional. Entendo também que não é tão fácil. Eu não posso chamar para uma corrida a rede estadual, que está de bicicleta, e o Sistema S, que está com uma moto super sofisticada. Não podemos comparar o que não é comparável, pela história, pela tradição, pela burocracia que a rede estadual tem.

Só não gostaria de perder a oportunidade para que a rede pública também se aprimore, inclusive em parcerias possíveis com o Sistema S, não só encaminhando o aluno, mas em estruturação mesmo. Vou dar um exemplo da educação, do ensino médio integrado e da própria educação de jovens e adultos. Muitas turmas terminaram sem sequer ter o laboratório adquirido pela rede pública, dada a burocracia das licitações, dos convênios que vêm e voltam, vão e vêm. Então, eu acho que, com a mesma ousadia com que estamos tentando, fazendo, dando agilidade para o Sistema S, precisamos olhar o sistema público, senão vai terminar o programa e ele não se estruturou. E há lugar para onde o Sistema S não vai, porque não é interessante.

Por isso, eu insisto: eu acho que tem a questão do cidadão e tem desafio do mesmo jeito. E pela própria lógica do sistema, da mesma forma como em outros tipos de concessão, em algumas regiões, não há interesse ou condição de atuar, a rede pública não é questão de interesse; ela tem obrigação de atuar.

Foi mais nesse sentido que queria falar, e não em referência ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Passo ao Deputado Ariosto, para encerrarmos e ouvirmos o Relator também fazer considerações.

O SR. ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE) – Eu queria fazer mais uma consideração sobre o primo pobre do Sistema S, que é o Senar.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA – Ninguém é pobre aí, não, Ariosto. É menos rico.

O SR. ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE) – Eu queria só lembrar o seguinte: o Nordeste, hoje, tem 45 perímetros de irrigação, uma estrutura boa de água, de energia, de solo, mas esqueceram o homem. Esqueceram o homem.

Então, quando falei com Marco Antonio da ideia de absorver os Centros Vocacionais Tecnológicos, e fiz isso para o Ministro Fernando Bezerra colocar em cada perímetro um centro tecnológico, foi porque eu fico imaginando como é que se treina, se capacita um irrigante sem nenhum laboratório de análise de solo, de água e de alimentos.

Então, há que investir nesses perímetros de irrigação com estrutura mínima de sala de aula. É por isto que eu falo: eu vejo a estrutura do Senai, riquíssima em laboratório e equipamento, e eu vi o depoimento do Senar dizendo que é praticamente ao ar livre que se trabalha naquele solo, naquela região. Há que se ter os laboratórios de assistência tecnológica ao homem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Muito bem.

O SR. ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE) – Depois eu queria pedir uma oportunidade para falar com o Relator, até para levar para ele a ideia do que são os Centros Vocacionais Tecnológicos, de como eles operam, quais são os laboratórios de que eles dispõem para que pudéssemos incluir como uma ação do Pronatec.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada, Srs. Secretários e todos os convidados, quero aqui registrar o meu agradecimento pelas informações, pela participação de todos e me colocar à disposição. Tanto eu, como o meu gabinete e a minha assessoria estamos à disposição de todos os que participaram desta audiência e de outros que também tomaram conhecimento dela para oferecerem sugestões, porque naturalmente o trabalho do relator, primeiro, é analisar as emendas apresentadas, mas também pode ofertar outras, fazer alguma exclusão ou inclusão, conforme é facultado pelo próprio Regimento do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara. Por isso estou à disposição de todos.

Faço apenas uma correção, Presidente. Eu falei que apresentaria o relatório na segunda quinzena deste mês. Não será na segunda quinzena deste mês, porque nós já estamos nela. Temos, na semana que vem, a Semana Santa. Então, será na segunda quinzena de abril. Eu preciso dos primeiros quinze dias para deixar tudo pronto, e, na segunda quinzena de abril, eu terei condições de apresentar o relatório para então ser submetido à votação dos membros da Comissão.

Estarei à disposição e vou agendar um horário especialmente para o Deputado Ariosto Holanda, com quem eu tive o prazer de conviver na Câmara dos Deputados por bons e grandes momentos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas Ferreira, PSDB – DF) – Bem, eu agradeço a presença de todos, em especial dos nossos palestrantes aqui. E só, reforçando ainda com o Ministério da Educação, peço que possamos evitar um pouquinho a contratação dessas ONGs. Acho que até os recursos do FAT deveriam ser dirigidos pelo Pronatec para evitar os cursos Walita e esses desvio de recursos que temos nas ONGs.

De uma forma muito especial, quero agradecer o Marco Antonio pela presença e todos os demais palestrantes.

Nada mais havendo a tratar, declaro então encerrada esta presente reunião.

Muito obrigado pela presença.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 593, DE 2012, ADOTADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC, PARA AMPLIAR O ROL DE BENEFICIÁRIOS E OFERTANTES DA BOLSA-FORMAÇÃO ESTUDANTE; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2013, ÀS 15 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e treze, na Sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 593, de 2012, com a presença dos Senadores Ana Amélia, Humberto Costa, Lídice da Mata, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Delcídio do Amaral e Ana Rita e dos Deputados Ronaldo Zulke, Afonso Florence, Gabriel Chalita, Marçal Filho, Hugo Napoleão, Onofre Santo Agostini, Professora Dorinha Seabra Rezende, Arlosto Holanda, Stepan Nercessian, Jorge Corte Real, Edinho Araújo, Eduardo Barbosa e Flávia Moraes. Registra a presença o Senador Gim, parlamentar não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Relator, Senador Paulo Bauer, para que proceda à leitura do Relatório. É lido novo relatório, alterando o anteriormente apresentado. Após a leitura, o Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das atas da segunda e da terceira reuniões. As atas são aprovadas. Iniciada a discussão, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e o Deputado Afonso Florence solicitam vista da matéria. Às dezesseis horas e trinta e sete minutos a Presidência suspende a reunião. Reaberta a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos, a Presidência concede vista coletiva da matéria pelo prazo de um dia, nos termos do artigo 132, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Deputado IZALCI
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci, PSDB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

Convido o nosso Senador Paulo Bauer para fazer a leitura do relatório.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Vou ler, porque neste princípio de sessão, com vários Srs. Parlamentares fazendo consultas e perguntas a respeito de determinados assuntos, acabei não trazendo uma cópia, mas ela acaba de me chegar às mãos.

Muito obrigado pela sua compreensão e pela compreensão de todos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, é com muito prazer que eu apresento neste momento o relatório que elaborei para a Medida Provisória nº 593, de 2012, que institui o Pronatec para as escolas, para o ensino privado no País, e favorece por isso mesmo a juventude brasileira que tem mais uma oportunidade de estudo e de formação em nível técnico profissionalizante.

Eu cumpri essa missão, Sr. Presidente, ouvindo V. Ex^a, ouvindo o Relator revisor, ouvindo vários Srs. Parlamentares que me procuraram em meu gabinete e também nas dependências da Casa, oferecendo sugestões, pedindo atenções e principalmente justificando a razão das emendas que apresentaram.

Naturalmente que a vontade política sempre foi e seria de atender a todos, mas nem sempre isso é possível por conta das diversas discussões que precisam ser feitas e das questões legais que precisam ser observadas, além da própria questão administrativa que precisa ser objeto de discussão com o Poder Executivo, mais especificamente com o Ministério da Educação.

Tivemos a presença e a contribuição do Ministério das Relações Institucionais também no debate e na discussão da medida provisória, das emendas e das sugestões após o prazo das emendas que precisaram ser consideradas.

Quero, antes de mais nada, agradecer a boa vontade, a disposição, a boa atenção de todos e de cada um e também a compreensão daqueles que efetivamente não puderam ser atendidos e contemplados no seu interesse.

Vou fazer a leitura do parecer e devo destacar, Sr. Presidente, que ainda temos, através da minha assessoria, dois assuntos sendo analisados que, talvez, de acordo com o entendimento que possa ser alcançado, ainda poderão ser acrescentadas ao relatório que lerei de início e que já está completamente elaborado.

O parecer é de número a ser definido posteriormente, de 2013, da Comissão Mista sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012, que altera a Lei nº 12.

513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; e dá outras providências.

I – Relatório.

A Medida Provisória nº 593, de 2012, modifica disposições da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que rege o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). As mudanças visam a ampliar o contingente de beneficiários do programa, para que o País possa contar com maior número de trabalhadores qualificados.

O Pronatec foi criado com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar, por meio de várias estratégias, a oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio, bem como de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

Uma das estratégias do programa consiste na expansão do número de escolas técnicas. A meta é chegar, nos próximos anos, a cerca de 600 unidades escolares na rede federal, que atenderão a mais de 600 mil estudantes. Outra estratégia do Pronatec consiste na ampliação do atendimento da Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), cuja meta é oferecer cerca de 173 mil vagas até 2014.

O Pronatec também busca estimular a ampliação da oferta de vagas de cursos de educação profissional pelas redes estaduais e municipais, bem como pelos serviços nacionais de aprendizagem, mediante a transferência, pela União, de recursos correspondentes ao valor de bolsas-formação. Duas modalidades de bolsas-formação foram criadas: a de estudante, originalmente voltada para alunos do ensino médio público, em formação de nível técnico concomitante ao ensino dito regular; e a do trabalhador, destinada aos trabalhadores em geral e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.

Ainda no âmbito do Pronatec, o agora denominado Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi aberto para cursos da educação profissional e tecnológica, mediante a contratação de financiamento pelo estudante ou em cursos de formação inicial e continuada e em cursos profissionais técnicos de nível médio pela empresa.

A MPV em exame altera a redação do *caput* do art. 3º da Lei nº 12.513, de 2011, para permitir que instituições privadas de ensino superior participem do programa, por meio da Bolsa-Formação Estudante. Já com a mudança da redação do § 1º do art. 4º, elimina-se a restrição do benefício da Bolsa-Formação Estudante apenas aos matriculados no ensino médio regular público concomitante à educação profissional técnica. Com o novo texto, abre-se a possibilidade de financiar cursos nas formas concomitante, integrada ou subsequente ao ensino médio, a todo o rol de beneficiários do programa.

No art. 6º da lei em questão são feitas duas modificações pela MPV. De acordo com a primeira, §3º, ficam mais bem definidos os termos do montante de recursos da bolsa-formação a ser repassado às instituições de ensino. O número de vagas deve ser pactuado e, em caso de não ocupação, os recursos correspondentes devem ser devolvidos à União. Já a segunda alteração, §4º, aperfeiçoa a redação da norma referente ao valor das bolsas-formação, que continua a cobrir o custo total do curso por estudante, incluindo mensalidades, encargos educacionais e eventual custeio de transporte e alimentação. Permanece vedada a cobrança direta aos alunos de taxa de matrícula, do custeio de material didático ou de qualquer outro valor pelos estudos.

A seguir, a MPV inclui quatro novos artigos na lei em tela. O art. 6º-A dispõe sobre as condições para que as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio se habilitem a participar do Pronatec, por meio da concessão de bolsa-formação. Entre as condições estipuladas, merece ser destacada a – aspas – “excelência na oferta educativa comprovada por meio de índices satisfatórios de qualidade”.

O art. 6º-B trata do pagamento do valor da bolsa-formação às mantenedoras das instituições de ensino participantes, que dependerá da autorização do estudante e da comprovação de sua matrícula e frequência em sistema eletrônico de informações. O Ministério de Educação (MEC) é encarregado de avaliar – abro aspas – “a eficiência, a eficácia e a efetividade” – fecho aspas – da aplicação dos recursos alocados à concessão das bolsas. As instituições de ensino, por sua vez, devem tornar disponíveis informações sobre os beneficiários das bolsas.

O art. 6º-C estabelece normas sobre a denúncia do Termo de Adesão ao Pronatec. No caso, os direitos do beneficiário da bolsa são resguardados e as instituições de ensino são obrigadas a fazer o respectivo ressarcimento, assim como ficam impossibilitadas de nova adesão por até três anos.

O art. 6º-D relaciona temas concernentes à concessão de bolsas-formação, que serão objeto de regulamento do MEC, tais como as obrigações dos estudantes e das instituições de ensino, a transferência de cursos, o monitoramento do programa, as exigências de qualidade acadêmica das instituições de ensino e os princípios de transparência e publicidade na execução do programa.

Além disso, a MPV confere nova redação ao art. 18 da Lei nº 12.513, de 2011, para adequar seu texto aos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), substituindo – abro aspas – “atividades de formação e qualificação profissional” – fecho aspas – pela expressão mais abrangente – entre aspas – “educação profissional”.

O art. 20 da lei, que trata dos serviços nacionais de aprendizagem, também recebe nova redação, na qual é mais bem definida sua integração ao sistema federal de ensino. De forma especial, o artigo trata da atuação dessas instituições na educação superior, conferindo-lhes autonomia para criar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, estabelecer número de vagas para seus cursos, criar unidades vinculadas e registrar seus diplomas, sempre com a autorização do órgão colegiado superior do departamento regional da entidade. Fica determinado, ainda, que a criação de instituições de educação superior pelos serviços de aprendizagem depende de credenciamento do MEC.

Novo dispositivo, art. 20-A, confere autonomia para os serviços nacionais sociais ofertarem o ensino médio e a educação de jovens e adultos, sempre em articulação com os serviços nacionais de aprendizagem e com a supervisão e avaliação dos Estados.

A vigência das normas da MPV é prevista para a data de sua publicação.

Foram apresentadas 38 emendas à medida.

A Emenda nº 1, do Deputado Paes Landim, altera a lei do regime geral da previdência para excluir as bolsas e planos educacionais da base de incidência da contribuição previdenciária.

A Emenda nº 2, do Deputado Jerônimo Goergen, eleva o limite do valor da renda mensal das famílias dos candidatos ao recebimento de bolsas referentes à educação superior.

A Emenda nº 3, do Deputado Jorginho Mello, dispõe sobre a titularidade do produto da arrecadação do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos pagos pelas fundações de ensino estaduais e municipais, nos termos do art. 242 da Constituição Federal.

A Emenda nº 4, do Deputado Jorginho Mello, altera o rol das instituições que podem participar do Pronatec, de forma a incluir as instituições a que se refere o art. 242 da Constituição Federal, bem como as instituições públicas de educação superior.

A Emenda nº 5, do Deputado Jorge Corte Real, assim como a Emenda nº 1, trata da exclusão das bolsas e dos planos educacionais da base de incidência de contribuição previdenciária.

A Emenda nº 6, da Deputada Gorete Pereira, procura incluir cursos de idiomas no Pronatec.

A Emenda nº 7, da Deputada Gorete Pereira, busca incluir no Pronatec os cursos de educação profissional técnica, de nível médio, a distância, reservando-lhes ao menos 10% dos recursos investidos em Bolsas-Formação Estudante.

A Emenda nº 8, do Deputado Aelton Freitas, tem o mesmo escopo da Emenda nº 7.

A Emenda nº 9, do Deputado Aelton Freitas, inclui os cursos de idiomas no Pronatec e tem teor idêntico ao da Emenda nº 6.

A Emenda nº 10, do Senador Inácio Arruda, institui e regula a "Bolsa-Artista" – entre aspas.

A Emenda nº 11, do Deputado Nilson Leitão, altera a relação de atendimento prioritário do Pronatec para incluir a requalificação profissional de trabalhadores.

A Emenda nº 12, do Deputado Nilson Leitão, confere destaque às mulheres adolescentes e chefes de família, no atendimento aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

A Emenda nº 13, do Deputado Nilson Leitão, inclui, entre os objetivos do Pronatec, o de fomentar e apoiar a recolocação no mercado de trabalho.

A Emenda nº 14, do Deputado André Figueiredo, estabelece a – entre aspas – "impossibilidade de adesão permanente" – fecha aspas – da instituição de ensino, no caso de reincidência em descumprimento das normas do Pronatec.

A Emenda nº 15, do Deputado André Figueiredo, suprime a prerrogativa de registro de diplomas pelas instituições de educação superior dos serviços nacionais de aprendizagem.

A Emenda nº 16, do Deputado André Figueiredo, aumenta para duzentas horas a carga horária mínima dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

A Emenda nº 17, do Deputado André Figueiredo, acrescenta artigo para dispor sobre a avaliação da educação profissional e tecnológica.

A Emenda nº 18, do Deputado Stepan Nercessian, inclui, entre os critérios para adesão ao Pronatec, a garantia aos estudantes bolsistas de pleno acesso à infraestrutura educativa, recreativa e esportiva da instituição de ensino.

A Emenda nº 19, também do Deputado Stepan Nercessian, inclui, entre os critérios de habilitação da instituição de ensino, a promoção de condições de acessibilidade e o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas.

A Emenda nº 20, também do Deputado Stepan Nercessian, atribui a órgãos do MEC e do Ministério do Trabalho e Emprego a função de efetuar as transferências de recursos para a concessão das bolsas, e veda o recebimento simultâneo das duas modalidades de bolsas.

A Emenda nº 21, das Deputadas Carmen Zanotto e Flávia Moraes, prevê a articulação do Pronatec ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

A Emenda nº 22, também das Deputadas Carmen Zanotto e Flávia Moraes, prevê a oferta de estágio remunerado aos bolsistas do Pronatec em órgãos do Governo Federal.

A Emenda nº 23, das Deputadas Carmen Zanotto e Flávia Moraes, confere prioridade, no atendimento dos bolsistas da educação de jovens e adultos, aos beneficiários do Projovem.

A Emenda nº 24, da Deputada Carmen Zanotto, considera como tempo de contribuição para a Previdência Social aquele correspondente ao recebimento do seguro-desemprego, nas condições que especifica.

A Emenda nº 25, das Deputadas Carmen Zanotto e Flávia Moraes, dispõe sobre a concessão de estágio, no âmbito do – entre aspas – “trabalho educativo” e cria essa modalidade no Projovem.

A Emenda nº 26, da Deputada Carmen Zanotto, tem conteúdo idêntico ao teor da Emenda nº 22.

A Emenda nº 27, do Deputado Zé Silva, prevê o acréscimo de juros sobre os valores do ressarcimento das bolsas concedidas indevidamente.

A Emenda nº 28, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, prevê a devolução dos recursos quando não houver – entre aspas – “ocupação de vagas”.

A Emenda nº 29, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, explicita o papel de autorização e avaliação da União em relação aos cursos e instituições criados pelos serviços nacionais de aprendizagem.

A Emenda nº 30, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, explicita o papel de autorização e avaliação dos Estados em relação aos cursos e instituições de ensino médio e de educação de jovens e adultos criados pelos serviços nacionais sociais.

A Emenda nº 31, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, suprime o art. 20-A, que confere autonomia aos serviços nacionais sociais para criar instituições de ensino médio e de educação de jovens e adultos.

A Emenda nº 32, da Senadora Vanessa Grazziotin, permite a adesão ao programa de fundações públicas ou privadas voltadas para a educação profissional ou para a pesquisa.

A Emenda nº 33, da Senadora Vanessa Grazziotin, fixa cota de 40% dos recursos correspondentes à concessão de bolsas do Pronatec para as regiões Norte e Nordeste.

A Emenda nº 34, da Senadora Vanessa Grazziotin, determina que os estudantes contemplados com bolsas de intercâmbio no exterior, nos termos do art. 9º da lei do Pronatec, fiquem obrigados, quando retornarem ao Brasil, a colaborar com pesquisas desenvolvidas no âmbito de instituições públicas de educação profissional e tecnológica pelo mesmo período do intercâmbio.

A Emenda nº 35, da Senadora Vanessa Grazziotin, determina que o Tribunal de Contas da União faça auditoria na prestação de contas das instituições de ensino privadas beneficiadas com recursos do Pronatec.

A Emenda nº 36, do Deputado Damião Feliciano, estabelece que o menor aprendiz é segurado obrigatório da Previdência Social.

A Emenda nº 37, deste Relator, prevê que – abro aspas – a “excelência na oferta educativa” – fecho aspas – das instituições de educação superior participantes do programa deve ser comprovada por meio de índices de aprovação apurados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A Emenda nº 38, também deste Relator, explicita a instituição MEC, que terá acesso às informações sobre os beneficiários das bolsas.

Essas duas emendas são retiradas por serem de minha autoria e não passarão a ser consideradas para efeito de relatório uma vez que poderia incluí-las no próprio relatório.

II – Análise.

A democratização do acesso à educação profissional de qualidade constitui um dos maiores desafios das políticas públicas em nosso País. As profundas e rápidas transformações tecnológicas e do setor produtivo que vêm ocorrendo nas últimas décadas geraram a necessidade de recursos humanos mais bem capacitados e em permanente processo de qualificação.

Há muito se ultrapassou o modelo de desenvolvimento que permitia a uma reduzida parcela da população receber qualificação de ensino profissionalizante, que lhe permitia permanecer na esfera produtiva com breves cursos de treinamento para adaptação às mudanças técnicas. Na atualidade, a formação do trabalhador precisa ser geral e ao mesmo tempo especializada. Até mesmo as atividades mais simples exigem uma qualificação inicial. Outras atividades, que antes demandavam capacitação relativamente simples, hoje dependem de formação em cursos de nível superior. Ademais, a ideia de educação permanente se impôs na área profissional e o trabalhador não deve se acomodar aos conhecimentos obtidos em sua formação inicial.

Em contraste com essas transformações, o sistema escolar vinha caminhando devagar. As práticas rotineiras e os entraves burocráticos tradicionalmente dificultam a adaptação da escola às mudanças do setor produtivo. Tão grave quanto essa lentidão é a insuficiência histórica da resposta das políticas públicas a essas mudanças.

De fato, a educação profissional – ou o ensino profissionalizante, conforme terminologia por muito tempo utilizada – tem um percurso oscilante e uma aceitação dúbia em nosso País. O legado da escravidão criou certo estigma em relação às atividades profissionais manuais, vigente ainda durante boa parte do século XX. A primeira incursão consistente do Governo Federal no setor, com a criação das escolas de aprendizes artífices, em 1909, no governo de Nilo Peçanha, já sinalizava a divisão entre a educação dirigida às classes populares e o ensino propedêutico voltado para a elite, que aspirava aos estudos superiores. Mesmo com a equivalência instituída no início da década de 1950, permaneceu a dicotomia entre os dois tipos de formação, com forte componente de classe. A obrigatoriedade da profissionalização do ensino médio com a reforma de 1971 foi

um fiasco, dada a falta de investimentos para a criação de uma estrutura formativa sólida no setor público e a maquiagem promovida pelo setor privado, que permaneceu, em grande parte, dirigida à formação para o vestibular.

A LDB de 1996 criou a possibilidade de maior flexibilidade curricular para o ensino médio e instituiu uma nova concepção de educação profissional que pode articular-se ao ensino regular, bem como pode ser oferecida de forma complementar e por meio de cursos de capacitação do trabalhador de diferentes abrangências, cargas horárias e conteúdos curriculares.

Exatamente nessa época, a educação profissional passou a merecer maior atenção do Governo Federal, principalmente em cursos de qualificação ao trabalhador. Assim, foi criado, em 1997, o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na década passada, houve uma revalorização da articulação entre o ensino regular e a educação profissional. Ademais, o Governo Federal voltou a ampliar sua rede de ensino voltada para área. Com a criação do Pronatec, evidencia-se que não há caminho único para promover a expansão da oferta da educação profissional. É preciso adotar diferentes estratégias para o atendimento das necessidades da população e do setor produtivo.

Segundo dados do MEC, o Pronatec deve envolver a criação de quase 8 milhões de vagas entre 2011 e 2014. Na modalidade bolsa formação estudante, serão 411 mil vagas. Já na Bolsa-Formação Trabalhador, serão 2,5 milhões. Dignas de notas são também as 3 milhões de vagas a serem criadas mediante o acordo de gratuidade instituído com o Sistema S, que é formado pelos serviços de aprendizagem.

Em suma, a MPV amplia as atividades do Pronatec para permitir que a continuidade do crescimento econômico não seja prejudicada pela escassez de recursos humanos qualificados.

As razões da relevância e da urgência da medida provisória sob análise foram apresentadas de forma sucinta na Exposição de Motivos Interministerial (EMI) correspondente. As medidas, afirma a EMI, são relevantes – abro aspas – “tendo em vista a necessidade de que sejam realizados ajustes que possibilitem maior alcance e efetividade das políticas educacionais de educação profissional e tecnológica e, em particular, do Pronatec, diante do grande desafio de se promover o desenvolvimento sustentável do País, por meio do incentivo à inovação tecnológica e do aumento de produtividade e competitividade da economia” – fecho aspas.

Já a urgência, ainda segundo a EMI, decorre da necessidade de viabilizar a expansão de matrículas para o ano letivo corrente. Com a edição da MPV nº 593, de 2012, as instituições poderiam efetivar o respectivo planejamento para receber os novos alunos.

O texto da MPV não trata das fontes de financiamento da referida expansão escolar pelos cofres da União. Contudo, a EMI esclarece que – abro aspas – “a proposta não acarreta aumento de despesas” – fecho aspas –, dado que suas ações são suportadas por recursos do MEC já disponíveis.

Em cumprimento ao disposto no art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf) elaborou, em 11 de dezembro de 2012, nota técnica sobre a adequação financeira e orçamentária da MPV nº 593, de 2012. Essa nota apresenta as seguintes informações:

1) O texto da Medida Provisória nº 593, de 2012, e a respectiva Exposição de Motivos Interministerial não mencionam: a) montante de recursos atualmente gastos com a concessão de Bolsa-Formação Estudante; b) o valor que passará a gastar com essa bolsa; c) as ações do orçamento de 2012 e da proposta orçamentária para 2013 à conta das quais o Pronatec é executado e, no âmbito dessas ações, a parcela que é destinada ao pagamento da bolsa; e d) as despesas do Pronatec que deixarão de ser executadas para acomodar o aumento de gastos com a concessão da bolsa.

2) A ausência dessas informações impede que se obtenham conclusões concernentes à: a) repercussão do aumento da concessão de Bolsa-Formação Estudante sobre a despesa da União; b) existência de disponibilidade orçamentária no exercício de 2012 e de dotações propostas para o exercício de 2013 que possam atender a esse aumento.

3) A Exposição de Motivos Interministerial informa que não haverá comprometimento de recursos além dos que já estão consignados ao MEC. Contudo, o objetivo da MPV consiste exatamente em ampliar o atendimento de jovens e trabalhadores em cursos de educação profissional, o que implicará necessariamente aumento de despesa, pelo menos no que se refere ao aumento da concessão de Bolsa-Formação Estudante.

4) As despesas decorrentes da ampliação da concessão de Bolsa-Formação Estudante devem se concentrar no exercício de 2013, dado que a medida foi editada no final de 2012. No projeto de lei orçamentária para 2013, está consignado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação o total de R\$ 2.397,9 milhões na ação – aspas – “20RW Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica” – fecho aspas –, valor que deverá atender ao Pronatec, mesmo que não se saiba quanto será destinado à concessão das bolsas.

5) A MPV nº 593, de 2012, não cria despesa obrigatória de caráter continuado, razão pela qual não se requer o cancelamento de outras despesas obrigatórias ou o aumento permanente de receita. Nesse aspecto, a MPV atende às exigências da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

6) Uma vez que se trata de despesas discricionárias, a execução de gastos a título de Bolsa-Formação Estudante fica condicionada à existência de recursos a cada exercício financeiro.

Assim, a MPV nº 593, de 2012, com as ressalvas feitas, não apresenta problemas de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira.

As emendas apresentadas à MPV em análise contribuíram, de forma geral, para o enriquecimento do projeto de lei de conversão que apresentamos. Desse modo, foram acolhidas, integralmente ou parcialmente, na forma do texto do projeto de lei de conversão, as Emendas nºs 1, 4, 5, 12 a 14, 17 a 19, 21, 28 e 29. Deve-se conferir destaque à criação de um sistema de avaliação nacional da educação profissional. Ainda que se refira à avaliação das instituições de ensino para a participação no programa, o texto da MPV não adota a ideia de uma sistemática de avaliação específica da educação profissional, de forma a produzir indicadores da qualidade do ensino oferecido. Essa medida ganha importância ainda maior quando consideramos que o sistema de educação profissional vem se expandindo significativamente a partir da criação do Pronatec. Não se deve pensar apenas no crescimento da oferta de vagas, mas, igualmente, na qualidade do ensino dos novos cursos, bem como daqueles mais antigos.

Decidimos não acolher aquelas emendas que, mesmo tratando de temas relevantes, não têm vínculo direto com o Pronatec e não foram objeto de acordo prévio em favor de seu acolhimento. Por essa razão, rejeitamos as Emendas nºs 2, 3, 10, 22, 24 a 26 e 36.

Fizemos exceção, na forma do PLV, às Emendas nº 1 e 5, que tratam de uma demanda antiga de empresas e empregados, objeto de diversas proposições no Parlamento, inclusive uma de nossa autoria. Trata-se da ampliação dos limites para que os valores relativos a planos educacionais e bolsas de estudo não integrem o salário de contribuição, de forma a favorecer o aumento das oportunidades educacionais dos trabalhadores e de seus dependentes. No caso dos trabalhadores, foram incluídos o ensino superior e outros cursos que lhes forneçam conhecimentos necessários à qualificação profissional.

Também não avaliamos apropriada a ideia de aumentar demasiadamente a abrangência do Pronatec, sob o risco de comprometimento de sua fiscalização. Desse modo, não nos parece adequada a incorporação de cursos livres de idiomas e, de forma indiscriminada, daqueles de educação profissional a distância, o que levou à rejeição das Emendas nºs 6 a 9.

A Emenda nº 11 sugere termo que a MPV não utiliza, mas a ideia de formação continuada já contempla seu objetivo.

A Emenda nº 15 não foi acolhida, pois a manutenção da autonomia concedida aos serviços nacionais de aprendizagem para o registro de diplomas é conveniente, dado que as universidades federais, pelo excesso de demanda, não têm conseguido atender aos pedidos em prazos razoáveis.

A Emenda nº 16 amplia a carga horária mínima dos cursos de formação inicial e continuada, o que constitui uma restrição não recomendável. Há cursos como os de pedreiros, armadores, montadores de andaimes etc. que podem ser oferecidos com a carga horária mínima atualmente prevista. O aumento sugerido traria mais custos e reduziria a quantidade de beneficiários do programa.

A Emenda nº 20, que veda a participação simultânea nas duas modalidades de bolsas, constitui, a nosso ver, matéria para regulamentação da lei.

A Emenda nº 23 concede prioridade a um público que o Pronatec já busca atender com destaque. Ademais, a articulação do Pronatec com o Projovem foi explicitada pelo acolhimento da Emenda nº 21.

A Emenda nº 27, sobre os juros do ressarcimento de bolsas indevidamente concedidas, também trata de matéria apropriada para o regulamento.

As Emendas nºs 30 e 31 foram rejeitadas, uma vez que a manutenção da autonomia é fundamental para a rápida ampliação da oferta de cursos no âmbito do Sistema S envolvendo educação básica e profissional, sem prejuízo da supervisão e avaliação dos Estados.

A Emenda nº 32 foi rejeitada porque não altera, de fato, as possibilidades de contratação, que permanecem abertas para o estudante, em caráter individual, e para o trabalhador, por meio da empresa a que esteja vinculado.

A Emenda nº 33 amplia a destinação de recursos para as Regiões Norte e Nordeste, mas julgamos que o valor de 30% é o mais adequado, por ser próximo à porcentagem da população da região em relação àquela total do País.

A Emenda nº 34 dispõe sobre o intercâmbio no exterior, assunto estranho à temática da MPV.

A Emenda nº 35 determina atribuição ao TCU que a lei já lhe confere.

A pedido do eminente Senador José Pimentel, Relator da Medida Provisória nº 606, de 2013, foi trazido, para o PLV que apresentamos, o conteúdo do art. 3º daquela medida, de forma a reunir o conjunto de alterações do Pronatec. Não deixamos de analisar o conteúdo das emendas à MPV nº 606, 2013, que tratam do programa, muitas delas igualmente dirigidas à MPV nº 593, de 2012, que ora relato. Avaliamos, contudo, não ser o caso de incorporação das sugestões apresentadas. Acrescentamos, por outro lado, norma para preservar a prerrogativa dos Estados quanto ao processo de reconhecimento dos cursos técnicos de nível médio oferecidos por Instituições privadas de ensino superior.

Surgiram, ainda, sugestões para efetuar quatro aperfeiçoamentos na legislação, que a relatoria julgou oportunas. Por meio da primeira, procura-se adequar a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, para estabelecer que as bolsas recebidas

pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizem contraprestação de serviços, nem vantagem para o doador. Portanto, não são sujeitas ao imposto. Cabe lembrar que o § 3º do art. 9º da Lei do Pronatec estabelece que as atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do programa – abro aspas – “não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos” – fecho aspas.

A segunda sugestão, acatada a pedido do Presidente Izalci, altera o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o professor leccione por mais de um turno em um mesmo estabelecimento de ensino. A mudança atualiza a norma e a torna mais coerente com a prática profissional vigente da docência. Ficam garantidos, de todo modo, os direitos dos professores e os dos estabelecimentos de ensino. A previsão de acordo ou convenção de trabalho sobre a matéria constitui mais uma garantia para as duas partes.

Já a terceira sugestão, acolhida a pedido do Deputado Ronaldo Zulke, Relator revisor desta medida provisória, dispõe sobre o programa Caminho da Escola, criado em 2007 pelo Governo Federal, de forma a conferir-lhe um *status* de legislação ordinária e assegurar, assim, a continuidade do programa, que logrou alcançar seus principais objetivos nos últimos anos. Por meio da parceria entre União, Estados e Municípios, o Caminho da Escola tem promovido a renovação da frota de veículos escolares, garantindo segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuindo, sobretudo, para a redução da evasão escolar, uma vez que amplia o acesso diário à escola dos alunos regularmente matriculados nas instituições estaduais e municipais de educação básica localizadas em zonas rurais e a permanência deles nelas. O programa também racionaliza o transporte escolar, em virtude da padronização dos veículos, da redução de seus preços e do aumento da transparência nas aquisições. A inovação garante a extensão do programa às áreas urbanas, ampliando significativamente o atendimento aos estudantes. Vale ressaltar que essa mudança contribuirá também para reduzir a concentração de veículos particulares nas proximidades das escolas, nos horários de entrada e saída dos alunos.

Por fim, a quarta sugestão, vinda dos dirigentes da Fundação Joaquim Nabuco – existente e em funcionamento no Estado de Pernambuco –, permite que a instituição conceda bolsas de estudo e de pesquisa, de forma que seja plena e sistematicamente implantado o seu programa de apoio à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, viabilizando o cumprimento de sua finalidade estatutária de promover estudos e pesquisas no campo das ciências sociais. Para tanto, é promovida alteração no art. 4º da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Joaquim Nabuco – e não estava prevista essa possibilidade no texto legal.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da MPV em análise, não há reparos a fazer.

III – Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, bem como do texto da Medida Provisória nº 593, de 2012; pelo acolhimento das Emendas nºs 1, 4, 5, 12 a 14, 17 a 19, 21, 28 e 29, na forma do projeto de lei de conversão a seguir apensado; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 6 a 11, 15, 16, 20, 22 a 27 e 30 a 36.

O projeto de lei de conversão que está anexado ao relatório e que passarei a ler, obviamente, depois de terminada a leitura, ainda sofrerá acréscimo das três questões que já foram analisadas por minha assessoria e das quais já falei anteriormente.

Para não perder a sequência da leitura, eu a termino totalmente. Depois, eu me reportarei a esses assuntos, para, depois, ouvir, naturalmente, as questões, as sugestões e as observações de V. Ex^{as}.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2013

Altera as Leis nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador; nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Joaquim Nabuco, para permitir que a instituição ofereça bolsas de estudo e pesquisa; e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para permitir que o professor leccione por mais de um turno em um mesmo estabelecimento de ensino; e dispõe sobre o Programa Caminho da Escola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º.

Parágrafo único.

VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (NR)

Art. 2º.

§ 4º Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar, beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação. (NR)

“Art. 3º. O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior e de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei.

.....(NR)

Art. 4º.

X – articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

.....”(NR)

Art. 6º.

§ 3º O montante dos recursos a ser repassado para as bolsas-formação de que trata o caput corresponderá ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante, que serão posteriormente confirmadas como matrículas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação, observada a obrigatoriedade de devolução de recursos em caso de vagas não ocupadas.

§ 4º Os valores das bolsas-formação concedidas na forma prevista no caput correspondem ao custo total do curso por

estudante, incluídas as mensalidades, encargos educacionais, e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço.

....." (NR)

"Art. 6º-A. A execução do Pronatec poderá ser realizada por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea "a" do inciso IV do caput do art. 4º aos estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, nas formas e modalidades definidas em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 1º Para fins do disposto no caput, as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio deverão:

I – aderir ao Pronatec com assinatura de termo de adesão por suas mantenedoras;

II – habilitar-se perante o Ministério da Educação;

III – atender aos índices de qualidade acadêmica e outros requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação; e

IV – garantir aos beneficiários da Bolsa-Formação acesso à sua infraestrutura educativa, recreativa, esportiva e cultural.

§ 2º A habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, no caso da instituição privada de ensino superior, estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I – atuação em curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no catálogo de que trata o § 2º do art. 5º;

II – excelência na oferta educativa comprovada por meio de índices satisfatórios de qualidade, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação;

III – promoção de condições de acessibilidade e de práticas educacionais inclusivas.

§ 3º A habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, no caso da instituição privada de educação profissional técnica de nível médio, estará condicionada ao resultado da sua avaliação, de acordo com critérios e procedimentos fixados em ato do Ministro de Estado da Educação,

observada a regulação pelos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino.

§ 4º Para a habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, o Ministério da Educação definirá eixos e cursos prioritários, especialmente nas áreas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País."

"Art. 6º-B. O valor da bolsa-formação concedida na forma do art. 6º-A será definido pelo Poder Executivo, e seu pagamento será realizado, por matrícula efetivada, diretamente às mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, mediante autorização do estudante e comprovação de sua matrícula e frequência em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação.

§ 1º O Ministério da Educação avaliará a eficiência, a eficácia e a efetividade da aplicação de recursos voltados à concessão das bolsas-formação na forma prevista no caput do art. 6º-A.

§ 2º As mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e das instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio disponibilizarão ao Ministério da Educação as informações sobre os beneficiários da Bolsa-Formação concedidas para fins da avaliação de que trata o § 1º, nos termos da legislação vigente, observado o direito à intimidade e vida privada do cidadão."

"Art. 6º-C. A denúncia do termo de adesão de que trata o inciso I do § 1º do art. 6º-A não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiário da Bolsa-Formação Estudante, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão ao Pronatec sujeita as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio às seguintes penalidades:

I – impossibilidade de nova adesão por até três anos e, no caso de reincidência, impossibilidade permanente de adesão, sem prejuízo para os estudantes já beneficiados; e

II – ressarcimento à União do valor corrigido das Bolsas-Formação Estudante concedidas indevidamente,

retroativamente à data da infração, sem prejuízo do previsto no inciso I."

"Art. 6º-D. *As normas gerais de execução do Pronatec por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea "a" do inciso IV do caput do art. 4º aos estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio serão disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Educação, que deverá prever:*

I – normas relativas ao atendimento ao aluno;

II – obrigações dos estudantes e das instituições;

III – regras para seleção de estudantes, inclusive mediante a fixação de critérios de renda e de adesão das instituições mantenedoras;

IV – forma e condições para a concessão das bolsas, comprovação da oferta pelas instituições e participação dos estudantes nos cursos;

V – normas de transferência de curso ou instituição, suspensão temporária ou permanente da matrícula do estudante;

VI – exigências de qualidade acadêmica das instituições de ensino, aferidas por sistema de avaliação nacional e indicadores específicos da educação profissional, observado o disposto no inciso III do § 1º do caput do art. 6º-A;

VII – mecanismo de monitoramento e acompanhamento das bolsas concedidas pelas instituições, do atendimento dos beneficiários em relação ao seu desempenho acadêmico e outros requisitos; e

VIII – normas de transparência, publicidade e divulgação relativas à concessão das Bolsas-Formação Estudante."

"Art. 18. *Compete ao Ministério da Educação a habilitação de instituições para o desenvolvimento de atividades de educação profissional realizadas com recursos federais, nos termos do regulamento."* (NR)

"Art. 20. *Os serviços nacionais de aprendizagem integram o sistema federal de ensino na condição de mantenedores, podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União, nos termos dos incisos VIII e IX do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do inciso VI do art. 6º-D desta Lei.*

§ 1º As instituições de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para criação de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade.

§ 2º A criação de instituições de educação superior pelos serviços nacionais de aprendizagem será condicionada à aprovação do Ministério da Educação, por meio de processo de credenciamento.

§ 3º As instituições de educação superior dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para:

I – criação de cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial;

II – alteração do número de vagas ofertadas nos cursos superiores de tecnologia;

III – criação de unidades vinculadas, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.

IV – registro de diplomas.

§ 4º O exercício das prerrogativas previstas no § 3º dependerá de autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade.” (NR)

“Art. 20-A. Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criar unidades de ensino para a oferta de ensino médio e educação de jovens e adultos, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados, nos termos do inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.” (NR)

“Art. 20-B. As instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A ficam autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da União, previstas no inciso IX do caput do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.” (NR)

Parágrafo único. A criação de novos cursos será comunicada pelas instituições de ensino superior aos órgãos competentes dos Estados, que, com base na documentação recebida, terão 180 (cento e oitenta) dias para se pronunciar sobre o cumprimento dos requisitos necessários para que os cursos continuem a ser ofertados.” (NR)

Aqui quero fazer uma ressalva e pedir ajuda da minha assessoria, porque há uma alteração que nós decidimos na manhã de hoje quanto ao prazo de 180 dias, que não está posta nesse relatório. Depois, eu quero receber... Já está aqui. Dê-me que eu leio o parágrafo como ele efetivamente vai ficar e peço que desconsiderem o trecho lido.

O parágrafo único ficará da seguinte forma:

Art. 20-B.

.....
§ 1º A supervisão e a avaliação dos cursos serão realizadas em regime de colaboração com os cursos competentes dos Estados e do Distrito Federal, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 2º A criação de novos cursos deverá ser comunicada pelas instituições de ensino superior aos órgãos competentes dos Estados, que poderão, a qualquer tempo, pronunciar-se sobre eventual descumprimento de requisitos necessários para a oferta dos cursos. (NR)

A minha assessoria pensou que a minha leitura veloz iria deixar passar em branco esse detalhe, mas eu ganhei deles.

Muito obrigado pela ajuda.

Art. 2º O § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 28.

.....
§ 9º

.....
f) o valor relativo a plano educacional, correspondente ao custeio ou pagamento de cursos oferecidos pela empresa, ou a bolsa de estudo fornecida a empregados e dependentes que vise à educação básica ou à educação especial e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica, à educação superior ou ao ensino de outros conhecimentos necessários à capacitação ou qualificação profissional dos empregados, exceto:

1. a utilização do plano educacional ou bolsa de estudo em substituição de parcela salarial; e

2. o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo que, considerado individualmente, ultrapasse a quantia

correspondente a cinco vezes o valor do limite mínimo mensal do salário de contribuição.

.....(NR)

Art. 6º *A União, por intermédio do Ministério da Educação, apoiará, na forma do regulamento, os sistemas públicos de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na aquisição de veículos para transporte dos estudantes de escolas públicas, rurais e urbanas, por meio do Programa Caminho da Escola.*

Parágrafo único. São objetivos do Programa Caminho da Escola:

I – renovar a frota de veículos escolares das redes municipais e estaduais de educação básica na zona rural e urbana;

II – garantir a qualidade e segurança do transporte escolar na zona rural e na zona urbana, por meio da padronização e inspeção dos veículos disponibilizados pelo Programa;

III – garantir o acesso dos estudantes às escolas de educação básica e sua permanência nelas;

IV – reduzir a evasão escolar, em observância às metas do Plano Nacional de Educação; e

V – reduzir o preço de aquisição dos veículos necessários ao transporte escolar.

Art. 7º *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF. *Fora do microfone.*) – Pulou a p. 22.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Pulei a p. 22? Não é possível! Desculpe-me. Volto à página 22 e ao art. 3º. O Presidente socorreu-me aqui como não tendo sido lido.

Art. 3º *O parágrafo único do art. 26 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 26.

Parágrafo único. Não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito da isenção referida no caput, as bolsas de estudo recebidas pelos médicos-residentes, nem as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica que participem das atividades do Pronatec, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011(NR).

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º

Parágrafo único. Para a consecução dos seus objetivos e dentro de sua competência legal, a Fundaj poderá conceder, nos campos específicos de suas atribuições institucionais, bolsas de estudo ou de pesquisa a pessoas físicas ou jurídicas para apoiar:

I – a formação de recursos humanos nos níveis de graduação e pós-graduação de alta qualificação para a pesquisa e a docência em educação superior, em atendimento a demandas locais, regionais e nacionais;

II – a realização de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, individuais ou institucionais, julgados recomendáveis por instâncias pertinentes da Fundação e aprovados por seu Conselho Diretor;

III – a atração, a fixação e o intercâmbio de técnicos e pesquisadores nacionais e estrangeiros, para cooperação em atividades de ensino e pesquisa científica, tecnológica e de inovação da Fundaj. (NR)

Art. 5º O art. 318 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 318. O professor poderá lecionar por mais de um turno em um mesmo estabelecimento de ensino, assegurados e não se computando os intervalos de recreio e o de uma hora para refeição, desde que não ultrapassada a jornada de trabalho semanal estabelecida legalmente e de acordo com o que estiver definido em acordo ou convenção coletiva de trabalho. (NR)

Aqui temos uma nova redação do art. 6º que trata do Caminho da Escola, que deve ser considerado. O art. 6º, portanto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º A União, por intermédio do Ministério da Educação, apoiará os sistemas públicos de educação básica dos Estados, Distrito Federal e Municípios na aquisição de veículos para transporte de estudantes na forma do regulamento.

Parágrafo único. Desde que não haja prejuízo às finalidades do apoio concedido pela União, os veículos poderão ser utilizados para o transporte de estudantes da zona urbana e da educação superior, conforme regulamentação a ser expedida pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Aqui quero fazer uma ressalva, inclusive ao Relator revisor. No texto que eu li anteriormente, estão apresentadas cinco ou seis razões para que o programa Caminho da Escola se torne, se transforme em lei, já que hoje ele está baseado em um decreto. Mas todos nós que já atuamos na educação e na

Administração Pública sabemos que a administração municipal tem grande dificuldade para manter os veículos adquiridos só na zona rural e não permitir o uso deles para os alunos de outros níveis, principalmente de nível superior.

Por isso, por essa lei, não citamos aqueles objetivos do programa Caminho da Escola, mas damos a condição para que ele se transforme em política legal do MEC. E, também, que se permita a utilização do veículo, quando for caso, tanto na área urbana, como para alunos de ensino superior, que precisam, muitas vezes, ser transportados de uma cidade até a outra e não podem fazer isso às suas próprias expensas. Esse novo texto foi discutido com a área competente do MEC, que concordou que assim fosse redigido.

Temos mais outro texto que deve ser considerado para o art. 7º. Esse acréscimo se faz a pedido de Municípios, a pedido de vários Secretários de Estado com quem mantivemos contato.

Art. 7º Os registros de preços realizados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação poderão ser utilizados [não “deverão”, “poderão” ser utilizados] pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para aquisição de bens e contratação dos serviços necessários à execução das ações e projetos educacionais, inclusive quando empregados recursos próprios [dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal].

Hoje essa situação não está contemplada e vários são os Estados e Municípios que têm problemas com tribunais de contas. Então estamos dando essa possibilidade dentro dessa medida provisória para sanar essa deficiência da lei.

O último assunto, fruto de uma justificativa que me deu o eminente Deputado Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas Gerais, que minha assessoria analisou e que o MEC já manifestou estar de acordo, permite, inviabiliza a inserção no projeto do seguinte artigo junto ao art. 4º, é isso? Terá o §3º.

Art. 4º.....

§ 3º Para os fins do inciso que se refere aos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional constante do inciso I, a formação inicial da pessoa com deficiência intelectual e múltipla será ofertada em duas etapas, sendo a primeira etapa para possibilitar o desenvolvimento de habilidades básicas necessárias e sua adaptação ao mundo do trabalho, e a segunda etapa com vistas ao desenvolvimento de habilidades específicas voltadas à execução de tarefas próprias da área de qualificação, objeto da formação.

Eu penso que é uma grande contribuição que o Deputado Eduardo Barbosa oferece a esta Comissão porque contempla, efetivamente, aqueles que precisam ser inseridos não só no processo educacional, mas também no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Obviamente, precisam de um tratamento diferenciado.

Sr. Presidente, esse é o relatório que produzimos e, naturalmente, estamos aqui à disposição para esclarecimentos e para aperfeiçoamentos, muito embora eu deva registrar a todos os relatores o meu agradecimento e os meus cumprimentos pela grande contribuição que deram no sentido de ele se tornar mais amplo, mais consistente, mais abrangente e mais eficaz.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Agradeço ao Relator, e, antes de passar à discussão da matéria, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 2ª e da 3ª Reuniões.

Os Srs. Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Presidente, eu gostaria de solicitar vista do relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Antes de conceder vista, Professora Dorinha, gostaria de colocar em votação as Atas da 2ª e da 3ª Reuniões.

Então, aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e irão à publicação.

O SR. JORGE CORTE REAL (PTB – PE) – Pela ordem, Presidente. Gostaria também de solicitar vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Vista coletiva.

Então, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista pelo prazo de um dia.

Vamos suspender por dois minutinhos, só para definirmos a próxima reunião, para ver se é viável...

(Reunião suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Dorinha, eu indago a V. Exª se poderíamos marcar para amanhã às 18 horas, porque são exatamente 16h39. Depois da Ordem do Dia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Nós não podemos suspender e retomar amanhã com V. Exª.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Não. Pelo Regimento, é encerramento.

Eu concordo em marcar para amanhã à tarde, sem problema, depois da Ordem do Dia, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Nós podemos suspender e ficar para amanhã às 18 horas, ou não?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Não. Encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – O.k. Então, nós vamos encerrar a reunião, até porque a Ordem do Dia do Senado já está começando.

Nós marcamos para amanhã, às 18 horas, e eu peço aqui a compreensão e a colaboração dos Srs. Senadores e Deputados, para que estejam amanhã, às 18 horas, logo após a Ordem do Dia.

(Iniciada às 15 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 593, DE 2012, ADOTADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC, PARA AMPLIAR O ROL DE BENEFICIÁRIOS E OFERTANTES DA BOLSA-FORMAÇÃO ESTUDANTE; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2013, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 09, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dezoito horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 593, de 2012, com a presença dos Senadores Ana Amélia, José Pimentel, Walter Pinheiro, Humberto Costa, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Eduardo Amorim, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ana Rita e Aloysio Nunes Ferreira; e dos Deputados Ronaldo Zulke, Afonso Florence, Gabriel Chalita, Hugo Napoleão, Onofre Santo Agostini, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ariosto Holanda, André Figueiredo, Jorge Corte Real, Edinho Araújo, Severino Ninho, Flávia Moraes e Sarney Filho. Registram a presença os Deputados Glauber Braga e Carmen Zanotto, parlamentares não-membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da Reunião anterior, que é aprovada. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Paulo Bauer. Usam da palavra para discutir os seguintes parlamentares: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Afonso Florence, Deputado Ronaldo Zulke, Senador Armando Monteiro, Deputado Eduardo Barbôsa, Senador José Pimentel e Deputada Carmen Zanotto. São apresentados os seguintes requerimentos de destaque: nºs 2 e 3, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; nº 4, do Deputado André Figueiredo; nº 5, do Deputado Afonso Florence; e nº 6, da Deputada Carmen Zanotto. Durante a discussão, o Relator, Senador Paulo Bauer, promove alterações no texto do projeto de lei de conversão apresentado. São retirados pelos respectivos autores os requerimentos de destaque nºs 2 a 6. Encerrada a discussão e colocado em votação o Relatório com as alterações propostas, é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela aprovação dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, bem como do texto da Medida Provisória nº 593, de 2012; pelo acolhimento das Emendas nºs 1, 4, 5, 12 a 14, 17 a 19, 21, 28 e 29, na forma do Projeto de Lei Conversão apresentado; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 6 a 11, 15, 16, 20, 22 a 27 e 30 a 36. A Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezenove horas e trinta minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Deputado IZALCI
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 593, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e vai à publicação.

A Presidência comunica que, na última reunião, o Relator, Senador Paulo Bauer, procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Sr. Presidente, depois da leitura que fizemos do relatório, V. Exª colocou a matéria em discussão e houve o pedido de vista. Entretanto, de ontem para hoje, várias foram as pessoas que contataram com este Relator no sentido de reivindicar atenções a determinados aspectos que contemplamos ou não no nosso relatório.

Por isso, antes mesmo de darmos sequência, se V. Exª permitir, ao debate da matéria, eu queria registrar que a Srª Deputada Dorinha havia apresentado uma emenda pela qual propunha uma modificação.

Eu pediria que a minha assessoria estivesse aqui comigo para me ajudar na identificação. Peço até desculpas a todos, porque, no momento em que começava esta reunião, havia uma reunião da Bancada de Parlamentares de Santa Catarina e houve uma pequena crise de compreensão de determinadas regras estabelecidas para eleição do novo coordenador do Fórum Parlamentar. Por isso, eu precisei permanecer lá para dar um depoimento.

Aqui, o art. 20-A menciona, no meu relatório, a seguinte expressão:

“Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criar unidades de ensino para a oferta de ensino médio e educação de jovens e adultos, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados.”

Quando no artigo se menciona a expressão “ensino médio”, está-se generalizando e está-se permitindo que os serviços nacionais do Sistema S, por exemplo, possam criar cursos de ensino médio que não sejam profissionalizantes sem depender de autorização do Conselho Estadual de Educação de cada Estado, como, aliás, é preconizado na legislação vigente. Qualquer curso que seja criado pela iniciativa privada ou por entidades comunitárias ou mesmo por órgãos governamentais de ensino médio devem ser precedidos da autorização do Conselho Estadual de Educação.

O Pronatec fala, com muita clareza, dos cursos de ensino profissionalizante, que têm valor de ensino médio quando ministrados concomitantemente. Para esses, é permitida a criação quando por universidades já constituídas sem audiência prévia do Conselho. Então, se faz necessária, nesse art. 20, a inclusão de uma expressão, porque a Deputada Dorinha havia proposto, na sua Emenda nº 31, a supressão do art. 20-A.

Eu, no intuito de contribuir com a perfeição do projeto, proponho que nós eliminemos a expressão "ensino médio" e coloquemos no lugar "ensino médio profissionalizante". E consulto obviamente a nobre Deputada a respeito do assunto, para ver se isso atende à sua preocupação. Quando for um ensino de nível médio e profissionalizante, então, pode-se seguir a regra do Pronatec. Se não for assim, o Sistema S vai poder criar tantos cursos de ensino médio quanto desejar sem que esses sejam profissionalizantes.

Quem é mais velho lembra do nosso antigo científico, que depois teve trocado o nome para educação geral. Então, nós estamos dizendo aqui, pelo texto que eu apresentei ontem, que cursos de educação geral podem ser criados por instituições do Sistema S sem precisar da autorização do Conselho Estadual de Educação. E é isso que eu penso que a Deputada Dorinha quis, evidentemente, contemplar.

Consulto a Deputada se, com essa mudança de expressão, nós resolveríamos o problema.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Senador, a Deputada Dorinha estava conversando com o Ministério da Educação e não entendeu bem a proposta.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Que pena!

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Repita o finalzinho.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Bom, a minha assessoria está me informando aqui – vamos repetir, porque se eu repetir só o final terei de voltar depois – que a emenda que V. Ex^a apresentou era no sentido de suprimir o art. 20-A.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – São duas emendas.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Vou falar desta primeiro. Esta emenda de V. Ex^a propunha a eliminação. O que diz o art. 20-A? Que os serviços nacionais sociais, ou seja, o Sistema S, terão autonomia para criar unidades de ensino para oferta de ensino médio e educação de jovens e adultos, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados.

Observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados, poderia, no entender de alguns, suprimir essa preocupação que eu tenho, e que a Deputada também tem, de ouvir e obter a autorização do conselho estadual. Mas autorização e aprovação não são bem avaliação e supervisão. São duas coisas muito distintas.

Como eu disse, o ensino médio é o curso de educação geral, primeiro. Depois, ele também pode ser de ensino médio profissionalizante. Tudo bem. O que nós não podemos fazer é deixar apenas a expressão "ensino médio" porque aí o Sistema S estaria autorizado a criar cursos de educação geral sem que fossem profissionalizantes, e nós não queremos que a lei traga dúvidas a respeito da sua finalidade.

A Deputada Dorinha, portanto, tem uma emenda que propõe a eliminação completa do art. 20. Eu a consulto, e devo fazer isso em nome da necessidade de alcançarmos a melhor redação, se, colocando a expressão "ensino médio profissionalizante" viria contemplar e resolver a questão. Entretanto, minha assessoria me informa, e aí vem a segunda questão, que o art. 20 do meu relatório, menciona:

"Art. 20. Os serviços nacionais de aprendizagem integram o sistema federal de ensino na condição de mantenedores, podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União, nos termos do inciso VIII e IX do art. 9º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do inciso VI do art. 6º-D desta lei."

Ou seja, na verdade, o art. 20 já estabelece essa possibilidade de as instituições do sistema nacional de aprendizagem criarem o curso de ensino médio e profissionalizante. E se nós colocássemos essa expressão que eu sugeri no art. 20-B estaríamos praticando a redundância.

Pelo certo, é melhor eu retirar do meu relatório o art. 20, acolhendo a emenda da Deputada, porque o art. 20 contempla perfeitamente – a minha assessoria aqui está me sinalizando nessa direção.

Então, diante desse fato, nem consulto mais a senhora, Deputada Dorinha. Acolho a sua Emenda nº 31 e elimino o art. 20-A do texto da medida provisória que estou apresentando. Está perfeito?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– O.k.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Temos mais algum assunto pendente? Está bem.

Os destaques são com o Presidente, que obviamente terá de colocar em votação. Apenas quero mencionar que também ontem, na leitura que nós fizemos, existem pontos que foram objeto de manifestações, mas aí este Relator precisa, obviamente, conhecer as opiniões do Plenário, que se podem revelar pela solicitação de votações em destaque. E também o Relator revisor terá possibilidade de promover algumas sugestões de alteração, se for o caso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Sr. Relator, existem três destaques...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Só um esclarecimento. A Deputada Dorinha apresentou dois destaques, de nºs 30 e 31. O Relator acatou a Emenda nº 31, que retira do texto a... V. Exª concordou.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Portanto, esses dois destaques estão superados. Continua.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Eu entendo que fui atendida. Na verdade, a minha preocupação, em momento algum, é atrapalhar o andamento do Pronatec, muito menos não reconhecer a tradição e a qualidade do trabalho que o Sistema S vem realizando.

Por isso, a minha preocupação. Eu tive duas opções de redação: em uma eu reafirmava que, no caso da atuação do ensino médio e EJA regular, desde que atrelado à formação profissional, não seria necessário procedimento de autorização para também garantir uma agilidade e viabilização. Como o Relator acolheu não como destaque, mas acolheu dentro do próprio texto da nº 31, a nº 30 fica desnecessária.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Pois não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Eu queria fazer uma ponderação, parabenizando o Senador Paulo Bauer e a Deputada Dorinha pelo esforço, mas é importante destacar o risco que podemos estar correndo ao suprimir todo o art. 20-B...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Art. 20-A, desculpe.

De estarmos retirando a prerrogativa do Sistema S, de fazer aquilo sobre o que todos nós temos consenso: criar os cursos que lhe cabem.

Portanto, queria fazer um apelo ao Senador Paulo Bauer, como Relator, e à Deputada Dorinha: acho que não é uma mera redundância, e a alternativa de retirar todo o artigo pode ser mais grave do que a manutenção da aparente redundância de incluir uma frase, uma expressão que – concordo – está contemplada no artigo anteriormente lido por V. Ex^a, Senador.

Então, se V. Ex^a puder considerar esse argumento, porque, da parte do Governo, há essa compreensão de que o art. 20-A é importante, ele permite que o Sistema S, no âmbito do Pronatec, crie os cursos que são da sua competência.

E o cuidado da Deputada Dorinha é pertinente. Nem o Governo nem o Sistema S pretendem que o Sistema S passe a criar cursos regulares de ensino médio, mas convém seja mantida a redação do art. 20-A.

Então, faço um apelo para ver se é possível retomar o esforço no sentido de preservar o artigo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Deixe-me apenas fazer um esclarecimento.

Hoje de manhã, inclusive, tivemos a oportunidade de conversar com o Secretário Marco Antônio, que fez uma apresentação na Comissão de Educação, exatamente sobre o Pronatec.

De fato, o art. 20-A, na proposta que veio para cá, era exatamente para possibilitar se criasse o ensino médio mesmo, autonomia total, mas esse não é o entendimento a que chegamos, porque o art. 20 já atende exatamente ao que nós concordamos.

Então, retirado o art. 20-A, ele atende melhor à posição, inclusive pela informação que eu tive do Ministério da Educação.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente, permita-me. Eu tenho uma orientação distinta e acho que é possível o acordo.

Pelo que entendi, a Deputada Dorinha quer algo com que todos nós concordamos, ou seja, não permitir que haja na redação uma autorização para extensão, que, justiça seja feita, nem o Sistema S reivindica nem é o propósito do Governo. Então, se nós pudermos manter a redação, mesmo com a ressalva sugerida pelo eminente Relator, acho que se contemplam todas as posições. Mantém-se o art. 20-A, e a aparente redundância faz a cautela proposta pela Deputada Dorinha.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Se mantiver o art. 20-A do jeito que está, eu mantenho o Destaque nº 30, porque, na verdade, eu trabalho na redação do art. 20-A, mantendo, mas destacando que, em outros casos, o Sistema S precisa buscar autorização de reconhecimento e credenciamento. Somente nos casos em que houver o trabalho articulado e direto com o Serviço Nacional de Aprendizagem, dentro do Pronatec. Acerca desse, não tenho dúvidas, pela agilidade. Como eu disse, tanto o 30 quanto o 31 cumpririam o objetivo, é só uma opção do ponto de vista de técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci/PSDB – DF) – A Deputada Dorinha tem outro destaque, que é exatamente a nova redação ao 20-A, que leva a autorização do Conselho.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – E permanece o 20-A. Eu só faço essa ressalva, inserindo que ocorrerá somente nos cursos em que exista articulação com os serviços nacionais de aprendizagem observada a competência para autorizar, reconhecer e credenciar no âmbito dos Estados o monitoramento que eles já fazem.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Eu faço a seguinte observação. Compreendo perfeitamente as duas observações, mas se uma instituição do Sistema S desejar criar um curso de ensino médio, de educação geral, seja ele em qualquer local, tem que buscar autorização. A lei já prevê isso, a outra lei. Então, não precisamos falar, na lei do Pronatec, que é necessário buscar autorização para criar um curso de ensino médio que não terá nenhuma relação com o Pronatec. Seria uma redundância. A legislação já estabelece regras para essa condição, para essa situação.

Então, A Deputada Dorinha, ao mencionar na sua emenda que casos que não sejam de ensino médio profissionalizante – não disse, mas deixou subentendido – deverá buscar autorização. Mas isso já está previsto na legislação vigente. Então, não é necessário colocar na lei do Pronatec. Estamos especificamente tentando focar o Pronatec, e o Pronatec não trata de educação geral, trata de ensino profissionalizante. Por isso, acolhi a sua emenda. Penso, Deputado, que a sua preocupação não precisa ser tão cautelosa e tão ampla já que o art. 20 contempla efetivamente quando diz que “fica observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União”. A única coisa que não diz é que os Estados poderão avaliar também, mas, aí, sabemos que o Sistema S tem outra característica diferente do sistema regular de ensino. Deixar o Sistema S sujeito à avaliação de cada um dos Estados vai ocasionar, no meu ponto de vista, não falando aqui como defensor do Sistema S, uma grande dificuldade de ele gerenciar o ensino profissionalizando no País, porque ele segue determinadas regras que são nacionais e não estaduais. A minha opinião seria essa.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Sr. Relator, o §1º do art. 20 fala justamente aquilo que estou propondo na redação do 20-A. Então, já está contemplado realmente. O §1º ressalva, continua mantendo a autonomia de criação de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, sem a necessária autorização dos órgãos específicos. Eu gostaria de chamar a atenção do próprio Ministério da Educação porque acho que realmente está contemplada, no §1º do art. 20, a autonomia que é necessária para o Pronatec.

O SR. RONALDO ZULKE (PT – RS) – Permite-me, Sr. Presidente, quero dar uma sugestão de encaminhamento. Penso que, no mérito, temos acordo na compreensão da matéria. Trata-se apenas de ajustar a redação mais adequada para uma ou para outra. Eu não percebi nenhuma divergência de fundo. Pretende-se, sim, dar autonomia para a constituição de cursos técnicos, mas se pretende preservar a prerrogativa dos conselhos estaduais de educação para constituir os cursos de ensino básico. Temos acordo, portanto. Então, apenas trata-se de ajuste na redação.

Eu quero apenas sugerir, para ganharmos tempo e não comprometermos o conjunto da nossa sessão, que passássemos para o outro ponto, enquanto os nossos assessores, juntamente com a assessoria da Deputada, pudessem fazer a formulação mais adequada para esse, que é um entendimento comum, acordado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Presidente, pela ordem. Acho que o encaminhamento que o Deputado Ronaldo Zulke está fazendo é pertinente. Acho que é possível construir um acordo. Qual é a preocupação do Governo com uma redação aparentemente reiterando as prerrogativas do Sistema S, respeitadas as prerrogativas dos entes federados, dos Estados, garantir a possibilidade da criação de cursos técnicos no âmbito do Pronatec de caráter de ensino médio.

Então, estamos contemplados com o encaminhamento e reivindicamos que cheguemos a uma redação que não mutile o art. 20-A, que ele seja mantido, com as ressalvas, como havia sido sugerido pelo Relator, Senador Paulo Bauer, incluindo as salvaguardas. O fato de estar aparentemente reiterando, mas as palavras e alusões a leis são uma salvaguarda, e a orientação do Governo é manter o conteúdo do mérito do art. 20-A.

Então, se nós pudermos, no esforço do acordo, fazer um adendo ao art. 20-A, como havia sido proposto anteriormente, acho que contemplaríamos as preocupações da Deputada Dorinha e preservaríamos aquilo que é o propósito do art. 20-A.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Eu só quero esclarecer o seguinte: o espírito do art. 20-A é dar ao Sistema S a possibilidade de abrir ensino médio sem autorização do Conselho. Esse é o espírito do A. É o que está aí. E o próprio Governo já entende que essa não era a intenção. A intenção é dar ao Sistema S apenas autonomia para criar os cursos profissionalizantes. Mas o espírito do art. 20-A é para que ele possa fazer o ensino médio normal. É só ler o art. 20-A.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Não é essa a nossa compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – É só ler o 20-A.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Não. No âmbito do Pronatec, nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Está aqui. Eu faço questão de ler o 20-A: "Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criarem unidades de ensino para oferta de ensino médio e educação de jovens e adultos".

Então, a parte que fala de educação profissional está no art. 20, que dá autonomia para criação do ensino profissional.

Então, o entendimento nosso é de que o Governo já concorda que não é para dar autonomia ao Sistema S para o ensino médio.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^{as} prestarem uma atenção muito cuidadosa, o §1º do art. 20, e o art. 20-A falam a mesma coisa, só que permitem interpretações diferentes se não forem feitas algumas correções.

Se eliminarmos o art. 20-A, que eu havia proposto inicialmente, e lermos, à pág. 21, o que está escrito no § 1º do art. 20, veremos:

"As instituições de educação profissional técnica de nível médio de formação inicial e continuada dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para criação de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade."

Quer dizer, o Sistema S lá de Santa Catarina pode criar cursos, mas ele deve obedecer e ter um parecer, uma autorização do seu próprio Conselho.

Aí o art. 20, *caput*, fala que "os serviços nacionais de aprendizagem integram o sistema federal de ensino – [Já diz que eles pertencem ao sistema federal na condição de mantenedores] – podendo criar instituições de educação profissional".

Já diz lá no §1º: "Terão autonomia para criação de cursos de programa".

Aqui fala de novo: "Podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio de formação inicial e continuada, observada a competência de regulação".

Volta-se lá: "Com autorização do órgão colegiado".

Quer dizer, nós estamos com ele totalmente, no meu ponto de vista, protegido e contemplado.

A única coisa que o art. 20-A, agora já eliminado, menciona é, se fosse para considerar, a expressão "observada a competência de supervisão de avaliação dos Estados". Isso é o que ficou faltando no art. 20, *caput*, e no § 1º do art. 20, o restante está totalmente inserido. E eu não vejo por que se subordinar ou se vincular ou ficar subordinado à competência de supervisão e avaliação dos Estados, no caso do Sistema S e dos cursos profissionalizantes. Em outro artigo que nós escrevemos, nós colocamos que toda criação de curso deve ser comunicada ao órgão competente estadual.

Portanto, mesmo o Sistema S, quando criar um curso profissionalizante, tem que informar, para efeito de haver o registro adequado, no setor competente, de todos os cursos criados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Deputado Afonso Florence, o entendimento de V. Exª, que fala pelo Governo: a intenção do Governo é que o Sistema S possa criar o ensino médio tradicional normal sem autorização do Conselho?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Quero lembrar que está havendo uma confusão entre serviço nacional de aprendizagem e serviços sociais nacionais. Os serviços sociais incluem o Sesi também, que não é um serviço nacional de aprendizagem. Estamos tratando de coisas diferentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu entendo que não haveria limitação, então, para o serviço de aprendizagem, mas essa limitação alcançaria o Sesi?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Me permita só, para tentar ajudar: o art. 20 dispõe: "podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio." No seu §1º, estabelece que "terão autonomia para criação de cursos e programas de educação profissional e tecnológica". E, no 20-A: "unidades de ensino para a oferta de ensino médio". Todos respeitando as prerrogativas dos entes federados e a estrutura dos respectivos Sistemas S. O que está entendido...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – É porque a ação do S vai além do Senai.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Senador, só um segundo.

Pois não, concluindo o raciocínio.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Então, estamos falando de unidades de ensino, cursos e programas e instituições. Estamos respeitando a submissão às prerrogativas do Estado. Não estamos dizendo que o Sistema S vai

sair criando curso de nível médio, não é isso. E, na compreensão do Governo, de acordo com as especificidades dos diferentes entes constitutivos do Sistema S, estamos com a redação que requer a aprovação do art. 20-A, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Não, é só supervisão e avaliação. A Deputada Dorinha tem outra emenda, exatamente que fala da criação, porque aí fica claro que, para ter a autorização de criação... É a emenda da Deputada Dorinha que reforça isso.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Eu só queria fazer uma ponderação: acho, nobre Relator, que o texto do §1º do art. 20 se refere somente à parte de educação profissional e contém a questão de tratar só o Sistema Nacional de Aprendizagem.

O 20-A que eu apresento na Emenda 30, que é o meu destaque, reafirma o que estava na redação, ou seja, ele resguarda todo o serviço social, os serviços de aprendizagem, desde que o curso seja criado em articulação, ou seja, vinculado, concomitante ou subsequente, numa relação de formação profissional.

Volto a repetir: meu único senão é em relação aos cursos de ensino médio, educação de jovens e adultos. Na minha opinião, o texto, como estava, daria a abertura de criar independentemente de haver uma vinculação com a formação profissional. Também conheço o sistema e sei que já houve oferta em vários Estados – o Sistema S, Sesc, Senai ofereciam cursos regulares de educação de jovens e adultos, cursos regulares de ensino médio, sem haver a vinculação com a formação profissional.

Reafirmo que, no âmbito do Pronatec, a lógica é de vinculação com a formação profissional. Entendo que, nessa lógica, não é necessário esperar burocraticamente o processo de autorização do Conselho. Também reafirmo: o processo de autorização de um curso não é uma coisa simples. Será feita a verificação das condições de oferta, de prédios, de laboratório, de biblioteca. Há uma série de condicionantes. É por isso que ressalto isso. E ressalto ainda que, no caso da educação profissional, o Sistema S tem uma vasta experiência, estrutura, tradição, que devem, inclusive, ajudar os sistemas estaduais.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – A Deputada Dorinha faz agora um registro que está completamente identificado com a minha manifestação de compreensão da sua intenção. Completamente. Agora, é preciso dizer que o eminente Senador Armando Monteiro colocou um aspecto que nós não tínhamos observado, que acho muito pertinente: uma coisa são os serviços nacionais de aprendizagem, e outra coisa, serviços sociais nacionais.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Ou seja, os serviços sociais nacionais e os serviços de aprendizagem estão incluídos nesse gênero, mas há serviços sociais que não são os serviços de aprendizagem, que vão além disso.

E quero lembrar que existe no sistema um conceito de educação que se articula ensino médio/Sesi articulado com educação profissional do Senai, dentro de um itinerário formativo em que se articula o médio, no Sesi, com o profissionalizante no Senai.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Entretanto, Senador, quando uma lei como o Pronatec se destina à concessão de bolsas para o ensino profissionalizante, nós poderemos, evidentemente, ter uma escola de ensino médio profissionalizante. Agora, não poderemos ter uma profissionalizante que não precisa de autorização e uma de ensino médio que também não precise. A do ensino médio, sem dúvida nenhuma, vai precisar, dentro daquela ótica e daquela proposição da Deputada.

Pois não, Deputada.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– É que o Ministério da Educação aceita a inclusão naquela sugestão que o Relator apresenta como uma das alternativas, que, no 20-A, logo após “oferta de ensino médio e educação de jovens adultos”, acrescentasse “profissionalizante”.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Pronto. Resolve o problema.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Porque aí, na verdade, a gente faz a ressalva e o destaque da ligação.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Presidente, aí a senhora concorda com o não acatamento da sua Emenda nº 31?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Sim. Na verdade...

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Eu não a acato, mas faço como emenda de redação essa observação. Isso contempla também a sua preocupação?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Exatamente. A redação ficaria, então: “Criar unidades de ensino médio para oferta de ensino médio profissionalizante e educação de jovens e adultos.” Isso contempla...

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Não. Como a educação de jovens e adultos pode ser média e pode ser profissionalizante...

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– O meu texto acho que está melhor.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – ...no outro, então, tem que botar o “profissionalizante” depois dos dois.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Oferta de ensino médio e educação de jovens e adultos profissionalizante, que é a mesma coisa.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Ai, Srs. Deputados e Senadores, temos aqui dois ex-Secretários de Educação, a Professora Dorinha e eu, e nos permitam...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – O “profissionalizante” ficaria, então, depois de educação de jovens e adultos.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Isso.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– É o óbvio!

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Porque existe o EJA profissionalizante. Não há problema nenhum. Pode existir o ensino de jovens e adultos profissionalizante. O que não existe é o ensino regular médio de educação geral. Nesse caso, voltamos ao início da minha proposição, mantendo o art. 20-A, mantendo o art. 20, mantendo o §1º e mantendo o art. 20, letra a, com esta observação: “Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criar unidades de ensino para oferta de ensino médio e educação de jovens e adultos profissionalizante, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados.” Perfeito?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Só para esclarecer: eu não estou entrando no mérito da Língua Portuguesa. Estou indo na política, a política pública. O objetivo aqui é ensino médio profissionalizante.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Certo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Se os senhores, a Deputada Dorinha, V. Ex^a, Relator, Presidente, estão entendendo que ficaremos com a redação “ensino médio e educação de jovens e adultos profissionalizante”, que este “profissionalizante” se reporta a ensino médio profissionalizante, nós estamos contemplados. O que não pode é nós termos ensino médio, e, depois, haver uma compreensão de que está vedada a criação do ensino médio profissionalizante...

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Até porque isso é o que nós não queremos, Deputado!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Eu sei, mas é por isso que a gente tem que ajustar aqui, porque, depois de aprovado...

A orientação que eu recebi do MEC, orientação de Governo, é deixarmos explícita a autorização para ensino médio profissionalizante, porque a educação de jovens e adultos, às vezes, é um processo de alfabetização de jovens e adultos, genericamente falando.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Como é que é? Não entendi.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – A educação de jovens e adultos pode genericamente se reportar à alfabetização.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Mas aí não é profissionalizante, o senhor me desculpe, porque a educação de jovens e adultos profissionalizante...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Eu não disse que é. O que estou dizendo é que, na redação, tem que ficar explícito que não é isso; que o que nós estamos aprovando é o ensino médio profissionalizante. Se há um acordo entre nós de que isso é o que está sendo posto, é mera redação.

Entendam que, depois da lei aprovada, ela é submetida a uma série de interpretações de terceiros que não estão aqui participando conosco desse propósito. Se há um acordo entre nós de que estamos falando do ensino médio profissionalizante e que isso pode abarcar jovens e adultos, eu sugiro que nós aproveemos esses conceitos e venhamos a submetê-los. Se houver do pessoal da área técnica compreensão de que convém incluir depois de ensino médio também a palavra “profissionalizante”... Porque não podemos criar uma lei que dê margem a uma ambigüidade e que gere uma controvérsia e cerceie o propósito consensual que temos entre nós.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Se nós queremos repetir, podemos repetir: “Ensino médio profissionalizante e educação de jovens e adultos profissionalizante”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Aí me contempla.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Contempla?

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Não vejo nenhum problema. Para não haver nenhum tipo de dúvida. Até porque agora parece que mudamos de lado.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Eu acho que para dirimir qualquer dúvida, vamos colocar...

O SR. RONALDO ZULKE (PT – RS) – A redundância, no caso, ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Bem, nós tínhamos outro destaque, mas o Deputado André o retirou.

Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Primeiro, cumprimento o Relator pelo trabalho, a abertura para se poder debater e discutir todas as proposições que foram apresentadas e o acolhimento, inclusive, do que sugerimos no dia de ontem.

Mas eu queria perguntar ao Senador Paulo Bauer: ontem, quando da leitura, V. Ex^a disse do art. 6º – daquele que trata do transporte escolar, na última página, p. 23, eu não sei se foi o esquecimento ou se eu entendi ontem errado –, V. Ex^a incluiu, acho que a redação ficou excelente, só que no parágrafo único: "Desde que não haja prejuízo às finalidades de apoio concedido pela União, os veículos poderão ser utilizados para transporte dos estudantes da zona urbana..." – eu entendi que ontem o senhor falou em rural também.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC. *Fora do microfone.*) – Rural já é, a lei já permite.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Mesmo neste caso? A lei já permite, então? É? Então, por isso eu queria o esclarecimento.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – A lei não. Na verdade, hoje o programa é regulamentado por decreto.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Pois é.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Não há uma lei.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – E V. Ex^a está trazendo para a lei, não é?

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Estou trazendo para a lei: "parágrafo único – desde que não haja prejuízo às finalidades de apoio concedido pela União, os veículos poderão ser utilizados para transporte dos estudantes da zona urbana e da educação". Penso que aqui a palavra rural caberia perfeitamente. Porque, se é um decreto que regulamenta o transporte escolar e nós queremos estendê-lo para a área urbana, então, nós não podemos deixar de contemplar a área rural no texto legal.

O SR. RONALDO ZULKE (PT – RS) – De novo, Presidente, vamos explicitar: estudantes da zona rural e urbana, aí não deixa dúvida, envolve os dois.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Só para facilitar para o prefeito lá na ponta. Uma coisinha dessas...

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Não prejudica. Acho que é uma boa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Eu pergunto ao Deputado Afonso se ele retira, então, esse destaque.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – O.k.

Bem, tenho ainda duas colocações. Primeiro, quero dizer que ontem, Senador Pimentel, registrei o falecimento do sogro de V. Ex^a, a ausência de V. Ex^a e reporte ao Relator o que me disse ao telefone, que vou repetir aqui na presença de V. Ex^a. O Relator, no seu relatório, ampliou o seu relatório original naquela questão das bolsas em que estava previsto 1,5 do valor de referência para 5. Eu disse que V. Ex^a me ligou e a Fazenda não concordou com 5, que nós poderíamos trabalhar com 3. Discutimos aqui para ver se daria para chegar a 3,5, que seria o ideal. Essa seria a segunda discussão que está pendente.

Qual é o artigo, Senador, daquele da bolsa de 5? Inclusive, no relatório está 5. Nós vamos apresentar aqui para que haja alteração. Porque, nós não queremos que seja vetado, evidentemente, o espírito é aprovar para não ser vetado.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – É o art. 28, §9º, inciso II, p. 22: “o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo que, considerado individualmente, ultrapasse a quantia correspondente a cinco vezes o valor do limite mínimo mensal do salário de contribuição. Essa é a proposta do Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Nós tivemos uma conversa com a Fazenda, que autorizou três. É evidente que a turma da Educação quer sempre um pouco mais. Agora, nós ficamos autorizados, conforme conversei com o nosso Presidente, Sr. Relator, a fixar em três, duplicando o montante que já se aplicava.

Mas, como nós estamos todos trabalhando para haver um acordo de procedimento e uma votação unânime, o Governo vai ceder, lembrando que vamos apanhar da Fazenda. Estamos dispostos a ir lá e dizer que, para fechar o acordo,...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – É modéstia do orador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – ...essa era a posição.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – O que o Senador Pimentel fixar a Fazenda aceita. E, às vezes, ele fica abaixo até do limite da própria Fazenda.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Qual é a proposta final, Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Para fechar acordo e votar por unanimidade, que é o esforço de todos nós, vamos fixar em 3,5, conforme V. Exª está propondo.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – O.k. Esta relatoria, que propunha cinco, acata a sugestão do Governo e insere no relatório 3,5 salários de referência para efeito de votação deste Plenário.

Penso que a gente atende, dessa forma, se não integral, mas, pelo menos, com bom avanço a questão do custeio do ensino profissionalizante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Agradeço, Senador Pimentel.

Indago à Deputada Carmen Zanotto, que tem um destaque, se V. Exª quer fazer algum comentário. Às vezes, é possível o entendimento.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Quero, sim, Sr. Presidente, Deputado Izalci.

É um prazer estar aqui com o senhor, na condição de Presidente desta medida provisória; com o Senador do meu Estado, ex-Secretário de Educação, nosso Senador Paulo Bauer; com os Srs. Senadores, as Srªs Deputadas e os Srs. Deputados.

Eu estou fazendo um destaque com relação a uma emenda de nossa autoria, a Emenda nº 24, que prevê que o período em que a pessoa estiver desempregada, mas frequentando o curso profissionalizante conte como tempo de serviço para a contribuição previdenciária.

O Pronatec já prevê que, num período de dez anos, se uma pessoa estiver matriculada no ensino profissionalizante, ela pode receber o salário de emprego e contribuiria com 5% desse valor, conforme está bem claro no texto da emenda. Isso serviria para motivarmos os trabalhadores que estejam desempregados, mas fazendo um curso para melhorar as suas condições de trabalho, para garantir um melhor mercado de trabalho, melhor dizendo. Nós sabemos que, quando um trabalhador é qualificado através do ensino técnico, ele,

« n certeza, não fica rodando de um emprego para outro. Então, ele iria utilizar 5% do seu salário desemprego para contribuir com a sua previdência, e esse período de aula contaria como período previdenciário.

Eu acho que é uma medida importante. Se o nobre Relator pudesse acatá-la, eu acho, Senador Paulo Bauer, que nós estaríamos contribuindo e motivando ainda mais aquele trabalhador que não tem qualificação a frequentar o ensino profissionalizante. Com certeza, ele não será um desempregado no futuro, porque ele tem qualificação para permanecer no mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Antes de passar para o Relator, deixe-me só, a pedido do Deputado Afonso, ouvir seu contraponto a essa emenda.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Primeiro, quero parabenizar a iniciativa da Deputada Carmen Zanotto. Acho que é uma preocupação que sensibiliza todos. Entretanto, nós precisamos administrar com muito cuidado os critérios que temos para a desoneração da contribuição previdenciária.

Acho que essa é uma ideia sobre a qual devemos nos debruçar, mas ela poderia ser debatida com mais consistência, com mais demora, na oportunidade de outra medida provisória que diga respeito a contribuições previdenciárias.

Devemos fazer um esforço para aprovar hoje aqui, por consenso, o relatório do Senador Paulo Bauer, avaliar qual pode ser o impacto e fazer gestões para que esses estudos sejam desenvolvidos no âmbito do Governo. Mas, neste momento, seria difícil absorvermos uma desoneração, haja vista que não há cálculo do impacto, não há previsão orçamentária. Isso significa, portanto, alterar a natureza da proposta da Medida Provisória 593.

Obrigado, Presidente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu quero aqui, de público, dizer do meu apreço e da minha admiração por essa grande Deputada, Carmen Zanotto, do meu Estado, que foi uma grande Secretária de Saúde de Santa Catarina. Nosso Estado deve muito ao seu trabalho, a sua competência.

Vejo que ela apresentou não só uma, mas cinco emendas, e eu não pude acatá-las, o que é muito difícil na vida parlamentar, todos sabemos, quando a relação pessoal nos recomenda prestigiar a boa vontade e a sugestão de quem é companheiro e de quem sabemos atua com elevado espírito público.

Pessoalmente, não tenho nenhuma restrição à proposta da Deputada – nenhuma. Eu mesmo, quando Deputado Federal, cheguei a apresentar uma vez uma proposta que tratava exatamente do seguro-desemprego, porque considero inadequado pagar seguro-desemprego e não utilizar da mão de obra, da boa vontade e até do momento de disponibilidade de tempo que a pessoa tem para qualificá-la para outra atividade. Não vejo como fazer com que isso seja uma despesa. O seguro-desemprego deveria ser entendido como um investimento. Aí, nós estaríamos fazendo uma política adequada, do ponto de vista social e de trabalho.

Então, compreendo muito bem a sua proposição. Eu só não a acolhi, no primeiro momento, porque efetivamente ela trata de um assunto relacionado à previdência social, à legislação trabalhista, à própria legislação do seguro-desemprego e tem uma relação muito distante do objeto do Pronatec, que é concessão de bolsas. Por esse motivo, eu não acolhi a matéria.

Agora, naturalmente, se o Governo tiver alguma sugestão a fazer, eu gostaria de ouvir a representação do Governo, porque não adianta, Deputada, acolhermos aqui e, de repente, vemos a matéria vetada por uma decisão do Poder Executivo. É só isso que precisamos ter como cuidado, senão fica aquela vitória que ninguém pode comemorar e, pelo contrário, ainda traz dificuldades para um projeto que é bom, para um projeto que deveria ser aprovado integralmente, no meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, a Previdência Social tem regras próprias e benefícios muito definidos. Se incluirmos esse artigo na Lei nº 12.513, aqui abordada, não dialoga com todo o arcabouço da previdência social. A alteração deveria ser feita na Lei de Custeio e Benefícios da Previdência, definindo quais são, naquele conjunto de benéficos que alcança.

Eu sou franco, não fiz nenhuma análise sobre isso. Proporíamos a nossa autora, a Deputada Carmen, que nós não acolhêssemos aqui. Como existe a emenda, ela pode ser destacada no plenário da Câmara e, nesse período, nós dialogaríamos com o Ministério da Previdência para ver o seu alcance, as suas condições, ou seja, não acolheríamos hoje, mas ficaria em aberto para fazer a conversa com a Previdência e adequar. De imediato, entendo que a mudança deveria ser na Lei de Custeio e Benefícios da Previdência, para dizer, com essa contribuição, quais são os benefícios que ali ele teria. Só por conta disso, nossa Deputada Carmen, eu pediria a V. Exª que não tratássemos hoje aqui, sem prejuízo de que, no plenário da Câmara, como ela é emenda, a gente destacaria e faria o ajuste daqui até lá.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Senador Pimentel, nobre Deputado Paulo Bauer, nosso Relator, e, mais uma vez, nosso Presidente Izalci, eu sou daquelas que vim de um sistema que, na Secretaria de Estado, pela Comissão bipartite, como prevê a lei, nós não votávamos, nós criávamos consenso. Eu prefiro muito mais um bom acordo ao risco de a gente perder uma proposta como essa. Então, já tive oportunidade, em outras emendas.

O Senador Pimentel, ex-Ministro da Previdência, já conhece um pouco o meu perfil de participar em outras medidas provisórias. Acato essa sugestão, lembrando que esse recurso vai sair do montante que o trabalhador está recebendo do seu salário-desemprego.

Então ele, desempregado, recebendo salário-desemprego, estudante do Pronatec, poderia estar contribuindo. Mas, com certeza, até isso ir ao Plenário da Câmara, a gente poderá construir. E sempre um bom acordo é melhor para a população.

Obrigada, Senador, por sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Agradeço a V. Exª, Deputada Carmen.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, só para colaborar com a nossa Deputada Carmen. Nós terminamos de construir a Medida Provisória dos Portos para o portuário avulso que ele, durante alguns meses, não tem salário, um benefício idêntico a este e com benefício previdenciário e com contribuição diferenciada. Acho que aquela redação que foi dada lá, mas alterando na Lei de Custeio e Benefícios da Previdência para poder ajustar os benefícios.

Eu deixaria, nossa Deputada Carmen, para nós pegamos essa redação que foi dada na MP 595, e apresentada hoje pelo Senador Eduardo Braga, deixar com a sua assessoria. O Ministério da Previdência concordou. O nosso Senador Armando Monteiro ajudou nessa construção e eu também fico à disposição para ajustarmos o texto e criarmos o ambiente para que não haja um intervalo na vida previdenciária desses trabalhadores.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Deputada Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Sr. Presidente, eu queria só fazer uma sugestão ao nosso relator. Nós usamos e fizemos o consenso com o nome “profissionalizante”. É um termo um pouco ultrapassado. Eu queria propor que fizéssemos a adequação de acordo com o que está na LDB: ensino médio técnico profissional. Não vai mudar o espírito, é só uma questão de terminologia.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Concordo com a sugestão da Deputada Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)

– Para não se dizer que somos antigos, não é?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Bem, sem mais quem queira discutir esta matéria, dou por encerrada a discussão.

Em votação o relatório, com as alterações feitas pelo relator, apresentadas pelo Senador Paulo Bauer.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há alguém que queira registrar voto diferente do que foi aprovado pela Comissão. *(Pausa.)*

Encerrado.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. RONALDO ZULKE (PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta Reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer; e, logo em seguida, o nosso Deputado Ronaldo Zulke

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Sr. Presidente, apenas quero solicitar que seja acrescentada à ata que a contribuição do Ministério da Fazenda, no diálogo da construção do meu relatório, foi muito importante e também a importante contribuição do Consultor do Senado, nosso eminente Marcelo Ottoni, que deu uma grande contribuição, bem como o nosso Chefe de gabinete, Sr. Geraldo, que emprestaram muita dedicação para que pudéssemos elaborar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci. PSDB – DF) – Com a palavra o Relator revisor, Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. RONALDO ZULKE (PT – RS) – Sr. Presidente, apenas para um registro.

Gostaria também que ficasse constando na Ata desta Reunião o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento ao trabalho do Senador Paulo Bauer que, primeiro, desenvolveu um método de trabalho que precisa ser elogiado. Ou seja, trabalhamos conjuntamente, V. Ex^a como Relator titular e nós como Relator revisor, o que vai certamente economizar muito o meu trabalho posteriormente na Câmara. Então, um método que penso deva ser utilizado como referência para outras Comissões mistas.

Segundo, também, porque a sua sensibilidade política permitiu que nós oferecêssemos contribuições em nome do Governo e que foram muito bem acolhidas. Mesmo como Senador da oposição, V. Ex^a foi sensível às nossas sugestões; em especial, eu queria destacar aqui aquela que diz respeito ao acolhimento da nossa sugestão, que está, agora, consubstanciada em lei, uma vez aprovada pelo Plenário, desse importante programa de transporte escolar das nossas crianças. Acho que o seu acolhimento dessa nossa sugestão abrigará e dará toda segurança jurídica para que esse importante programa possa continuar, não só no meio rural, mas agora no meio urbano.

Portanto, acho que é uma conquista para o povo brasileiro.

Mais uma vez, muito obrigado pela sua sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci, PSDB – DF) – Eu quero também registrar aqui o nosso agradecimento ao nosso Relator e ao nosso Relator revisor. Agradeço também a compreensão do Ministério da Educação e do Ministério da Fazenda.

Registro que foi uma política acertada fazermos o rodízio das relatorias. Nem sempre o fato de ser oposição... O PSDB, a Dorinha, como membro do Democratas, e a Carmem, do PPS, demonstram aqui realmente sensibilidade com as coisas que são importantes para o País. Então, aqui não se faz oposição por oposição. Nós fazemos com muita responsabilidade.

Agradeço a oportunidade de presidir esta Comissão e agradeço a todos pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 30 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 597, DE 2012, ADOTADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA NA MESMA DATA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 5º DO ART. 3º DA LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

As quatorze horas e vinte e três minutos do dia doze de março de dois mil e treze, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 597, de 2012, com a presença dos Senadores Sérgio Souza, Ana Rita, José Pimentel, Inácio Arruda, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Blairo Maggi; e dos Deputados Luiz Alberto, Ricardo Berzoini, Vicentinho, Alceu Moreira, Ademir Camilo, Armando Vergílio, Mendonça Prado, Laércio Oliveira, Severino Ninho, Glauber Braga e Jorge Corte Real. Registra a presença o Deputado Francisco Chagas, parlamentar não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a Medida Provisória. O Presidente convida os palestrantes Antônio Moraes, Representante da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores e Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros; Miguel Torres, Vice-Presidente da Força Sindical; Lourenço Ferreira do Prado, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores; Osmani Teixeira de Abreu, Conselheiro de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social da Confederação Nacional da Indústria; Carlos Pelá, Advogado da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; e Antônio Lisboa, Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; para integrarem a mesa e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Ao término das exposições, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: José Pimentel, Laércio Oliveira, Severino Ninho, Jorge Corte Real e Vicentinho. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao relator, Deputado Luiz Alberto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dez minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador WALDEMIR MOKA
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 597.

A presente Reunião destina-se a realização de audiência pública para debater a medida provisória, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013, cronograma de trabalho, com a presença de representantes das seguintes entidades: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional das Instituições Financeiras e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Convido para tomar assento à Mesa Diretora o Sr. Antônio Moraes, da Direção Nacional da CUT e Presidente da Federação Única dos Petroleiros; o Sr. Miguel Eduardo Torres, Vice-Presidente da Força Sindical e Presidente da Confederação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo; Lourenço Ferreira do Prado, Vice-Presidente da UGT; Osmani Teixeira de Abreu, Conselheiro de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sr. Carlos Pelá, advogado da CNF; e o Sr. Antonio Lisboa, advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por dez minutos e aí vamos admitir uma tolerância de dois minutos, mas, na hora em que chegar aos dez minutos, vai soar uma campainha para advertir do encerramento do prazo. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelo Deputado Relator, Luiz Alberto, e pelos Parlamentares que fizerem inscrição. A palavra dos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Peço aos Srs. Parlamentares que quiserem fazer a inscrição que o façam aqui já com a nossa assessoria da Mesa Diretora.

Os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo período.

Eu vou conceder a palavra na ordem que chamei para a composição da Mesa Diretora.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Antônio Moraes, representante da Central Única dos Trabalhadores e Presidente da Federação Única dos Petroleiros.

Peço à assessoria que marque o tempo regimental.

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES – Primeiramente, em nome da Central Única dos Trabalhadores, representando o companheiro Vagner Freitas, Presidente da CUT, eu também sou Coordenador-Geral da Federação Única dos

Petroleiros, saúdo aqui o Senador Waldemir, Presidente da Mesa, e o Deputado Luiz Alberto, Relator da Medida Provisória nº 597, de 2012, e cumprimento todos os presentes por acompanhar este importante debate.

Há que se tratar dessa questão e situá-la no contexto histórico da discussão sobre participação nos lucros no nosso País.

Primeiramente, essa ideia surgiu na década de 40, na Constituição de 1946, quando, pela primeira vez, se falou em participação nos lucros no nosso País. A intenção daquela constituinte, que ocorreu num momento em que respirávamos ares bastante democráticos em nosso País, era das melhores possíveis naquela ocasião, uma vez que a ideia era que forçadamente as empresas teriam que se abrir para a sociedade, principalmente para os trabalhadores, para que, na oportunidade de acompanhar os dados, os números, os resultados das empresas, o trabalhador pudesse auferir uma parte do resultado econômico fruto do seu trabalho. Assim foi feito na Constituinte de 1946, no entanto, essa ideia praticamente não veio a ser regulamentada, estabelecida no nosso País, com exceção das empresas de capital misto cujo controle era do Estado brasileiro, não por acaso a empresa da qual sou funcionário, a Petróleo Brasileiro S.A., que veio depois a instituir as participações nos lucros naquela época.

Em todos os períodos depois, tivemos uma série de momentos autoritários em nosso País, desdobrando na ditadura militar de 1964, e depois essa ideia perdurou durante todo esse tempo, sendo estabelecida apenas nas empresas estatais praticamente, nas empresas privadas – não quero aqui, Presidente, profetizar e cometer algum erro –, mas, no contexto em que temos isso, foi muito pouco praticado, em nosso País, nas empresas privadas até que, no final dos anos 80, início dos anos 90, começou a ser ressuscitado, quando no Brasil imperavam as propostas e ideias do chamado Consenso de Washington que aqui se estabeleceu no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se aboliu a reposição da inflação dos salários e, em contrapartida, se instituiu uma série de mecanismos de remuneração variável que tinham o objetivo claro de reduzir a participação do trabalho na renda nacional e aumentar a participação do capital e, muitas vezes, do capital especulativo representado pelos grandes bancos do nosso País.

Assim isso foi ressuscitado, através de uma medida provisória, na década de 90, novamente, agora com uma nova roupagem tratada como participação nos lucros e resultados. Aboliu-se a política salarial, os trabalhadores, muitas vezes, por mais que batalhassem, não conseguiam sequer repor a inflação, não tinham direito a auferir a produtividade, o que veio a, de fato, causar um impacto na nossa economia, com a redução da participação da renda do trabalho no processo produtivo nacional. Então, esse foi um período que nós consideramos bastante equivocada a política nacional daqueles que imaginaram, trabalharam, pensaram e se dedicaram para construir uma Nação para poucos e nesses

poucos certamente estava excluída a classe que represento aqui neste debate hoje. Assim foi feito e a PLR veio assumindo cada vez mais um componente importante na renda dos trabalhadores com mecanismo de precarização.

Bom, isso teve alteração quando os trabalhadores brasileiros conseguiram, pela primeira vez na nossa história, eleger um operário para a Presidência da República e aí uma série de medidas vieram a ser tomadas, como o desdobramento da luta da classe trabalhadora ao longo, naquela época, dos últimos 20 anos. Isso veio sendo alterado e a PLR passou a ter uma conotação diferente, isto é, a partir de 2003, viemos constituindo ano após ano, através da organização dos trabalhadores, mas também através de um Estado que passou a ter um olhar diferenciado para o mundo do trabalho. Uma série de medidas passaram a ser tomadas e um conjunto enorme de brasileiros passaram a ser incluídos na economia – até então eram excluídos. A Participação nos Lucros e Resultados assumiu uma visão diferente, isto é, ela passou realmente a ser uma renda a maior e não simplesmente a substituição do salário através da precarização das condições de trabalho e da participação do trabalho na renda nacional.

Então, é sob a ótica desse olhar que nós queremos travar o debate importante da Medida Provisória nº 597, de 2012, porque houve uma evolução, mas, na nossa visão como representação dos trabalhadores, em muita questão ainda há de se avançar para que, de fato, aquela visão que remontava aos anos 40 realmente passe a nortear o debate da participação dos lucros e resultados no nosso País, uma vez que é também da cultura do nosso País, graças às diversas ditaduras que vivemos, e também há uma cultura autoritária que impera na maneira de gestão das grandes empresas brasileiras e que precisa, de fato, ser mudada.

A PLR tem um componente a contribuir nessa questão; na nossa visão, principalmente sobre alguns fatores. O principal deles é que realmente, nas empresas, enquanto para os acionistas há um patamar mínimo de repasse de dividendos pela Lei das S.A.s na ordem de 25%, para os trabalhadores se determina que deve haver negociação e não pagamento ou tampouco fornecimento e apresentação de dados para os trabalhadores sobre a maneira com que as empresas se comportam.

Portanto, esse é o primeiro debate. Tem que se utilizar desse mecanismo para abrir efetivamente a empresa. Assim como para os dividendos há um capital, há um patamar mínimo, há que se ter também para a PLR dos trabalhadores. Esse é o primeiro debate.

Focando especificamente na questão da medida provisória, que possibilitou uma redução do imposto de renda sobre a PLR, vamos discutir um pouco mais essa questão, porque um paradoxo é que o dividendo dos acionistas é isento. Uma série de aplicações financeiras, inclusive especulativas são isentas de imposto de renda. No entanto, a Participação nos Lucros e Resultados dos

trabalhadores, que inclusive não tem nenhum desdobramento em aposentadoria, em décimo terceiro e em horas extras e que, portanto, não significa nenhum encargo para o Estado brasileiro lá na frente, era taxado a 27,5% muitas vezes conforme previa.

Então, para nós, a abertura desse debate por proposta das centrais sindicais... E a nossa proposta é que tivéssemos isenção para a PLR, num primeiro momento, até R\$12 mil, depois, na negociação, flexionamos para R\$10 mil de isenção. No entanto, a proposta final do Executivo foi uma isenção da ordem de R\$6 mil e uma taxa, a partir daí, gradativa, chegando aos 27,5% a partir de determinado patamar.

Essa medida provisória significou a isenção, segundo levantamentos, na nossa economia de algo em torno de R\$1,4 bilhão e que certamente podem ajudar, e muito, o desenvolvimento do País, ao contrário muitas vezes de isenção fornecida meramente às empresas, aos bancos, que nem sempre retorna à economia sob forma de crescimento e desenvolvimento. Podemos dialogar com o que estamos passando no atual momento, quando a Presidenta Dilma propôs uma desoneração importante na cesta básica, no entanto, quando foi fazer o diálogo com os empresários, alguns disseram que não vão repassar para o preço da cesta básica o total da isenção que receberam.

Isso efetivamente não acontece com o mundo do trabalho, porque, para o mundo do trabalho, para os trabalhadores, cada tostão que se injeta na economia através de incentivo, através de redução, efetivamente é gasto nos supermercados, é gasto de forma tal que faz virar a roda da economia e possibilita que tiremos o Brasil do que vive, por ora, por exemplo, a Europa e os Estados Unidos, essa grande crise econômica. Portanto, como representação classista da Central Única dos Trabalhadores, queremos aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, reforçar que, para nós, veio em boa hora, e há que se acrescentar e avançar. Para que haja transparência nas empresas, há que se avançar por uma isenção ainda maior e há que se avançar, sim, para que o Brasil tenha outro patamar no seu desenvolvimento através do aumento da participação dos trabalhadores na renda nacional.

Era isso, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Agradeço a participação do Sr. Antônio Moraes. Agradeço também a sua objetividade, porque ele se limitou exatamente ao prazo concedido. A Mesa agradece.

Concedo a palavra, como segundo orador inscrito, ao Sr. Miguel Torres, Vice-Presidente da Força Sindical.

O SR. MIGUEL EDUARDO TORRES – Boa tarde, companheiros e companheiras. Senador Waldemir, é um prazer estar aqui. Deputado Luiz Alberto, é um prazer tê-lo como relator desta importante medida provisória, que beneficiará, com certeza, os trabalhadores. Nosso companheiro Antônio Moraes,

da CUT, é um prazer conhecê-lo. Sei da sua luta em defesa dos petroleiros, que é muito importante. Companheiro Lourenço Ferreira, representando aqui a UGT e o Companheiro Patah também dentro da linha de melhorarmos a participação dos trabalhadores nos lucros. Sr. Osmani Teixeira de Abreu, Conselheiro de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria; Carlos Pelá, Advogado da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Antônio Lisboa, Advogado da Divisão sindical da Confederação Nacional do Comércio, companheiros e companheiras, é um tema tão importante a PLR – Participação em Lucros e Resultados, que já está fazendo 70 anos de discussão.

Desde a década de 40, como bem relatou o companheiro Antônio, isso está na pauta dos trabalhadores para que se pudesse melhorar o relacionamento capital e trabalho e diminuir essas diferenças. Sempre muito difícil a implantação dessa modalidade. Como foi muito bem relatado pelo companheiro Antônio Moraes, tivemos, além do que ele relatou, um problema muito sério na década de 90. Na época, o País passava por uma crise extremamente ruim tanto na competitividade quanto no desemprego. Tínhamos aberto o mercado sem nenhum critério internacional e estávamos sendo invadidos por produtos internacionais. As indústrias estavam fechando por isso, os trabalhadores não tinham vontade, não vestiam a camisa da produção como deviam vestir. Foi aí que o movimento sindical – e falo especialmente do Presidente da Força, o companheiro Paulinho – conseguiu a primeira medida provisória relativa a isso no então governo, se não me engano, de Itamar Franco, quando, acho, Fernando Henrique era o Ministro. Isso foi muito importante e abriu o caminho para a discussão de um ponto tão estratégico. E, durante esses anos, pudemos ver o avanço que isso significou. Saímos de um PIB de R\$2,2 trilhões para um PIB de R\$4,4 trilhões nesse período de 1990 até agora. Então, isso mostra que a participação dos trabalhadores foi muito efetiva para isso.

Há, no entanto, distorções. Acho que o Deputado Relator tem acompanhado isso. As distorções existem ainda. Acharmos que ela não tem que ser uma lei facultativa. Ela tem que ser de direito, tem que dar ao trabalhador direito de ter participação em lucros e resultados, porque há um acordo, um acordo em que se definem metas, em que se definem objetivos. Mediante o cumprimento dessas metas e objetivos, aumenta-se a remuneração do trabalhador. Mediante essa programação, isso se dá. Por isso, defendemos que ela tem que ser obrigatoriamente para todos os trabalhadores. Com certeza, com isso, os empresários também vão ganhar e sair lucrando, como saíram com a implantação dessa medida provisória, que hoje se tornou lei.

Nós também estamos em uma discussão mais recente, há seis anos, de ter a isenção completa do imposto de renda na PLR. Não concordamos, não achamos justo que se cobre imposto de renda no resultado dos trabalhadores. Como bem disse aqui o nosso companheiro, os dividendos das empresas não têm tributação, não lhes é cobrado o imposto de renda. Mas do trabalhador é. Então,

acho que devemos ter uma isonomia acerca dessa questão, porque é um acordo entre as partes.

As partes se interessam, atingem os objetivos, e, com esse objetivo atingido, todos ganham. Então, achamos que tem que ser total a isenção disse. Mas, como sabemos que é difícil, que onera o Fisco, que há outros problemas de difícil resolução, começamos há mais de seis anos travar, junto ao Governo, negociações junto com as centrais sindicais, com as seis centrais sindicais. Tivemos várias reuniões.

Algumas categorias importantes, como os petroleiros, bancários, metalúrgicos, principais categorias que travam a questão da PLR há muito mais tempo, reuniram-se conosco, e avançamos na discussão. Isso foi – isto é um relato – afunilando e afunilando, terminou o governo do companheiro Lula, entrou o Governo da companheira Dilma, e essas negociações pararam. Até que o movimento sindical se organizou unitariamente, forçando as negociações da PLR. Essas negociações começaram no Governo Dilma e pararam, tanto é que, no 1º de Maio do ano passado, para nossa surpresa, o Governo anunciou, tanto para a CUT quanto para a Força, em São Paulo, que haveria isenção até R\$6 mil. Obviamente, como aquilo não havia sido negociado, pedimos que se abrissem negociações. E isso foi feito, e abrimos. Tivemos três negociações, mas elas emperraram. Partimos de uma proposta de R\$12 mil por parte dos trabalhadores, o Governo fincou o pé nos R\$6 mil. Abriu-se mais uma reunião, em que os trabalhadores, para avançar, reduziram a proposta, para R\$10 mil, ou seja, isenção de R\$10 mil. Mesmo assim, o Governo não fez nada para aproximar-se da proposta dos trabalhadores. E o que causa mais estranheza, deixa claro aqui, é que, em um ato unilateral, no dia 27 de dezembro, anuncia-se os R\$6 mil.

Logicamente, não é ruim, mas poderia ter sido muito melhor se tivessem ouvido os trabalhadores, se tivessem se propagado as negociações que ouviram trabalhadores. Então, as centrais sindicais, principalmente a Força, acham que temos que avançar, sim. Vamos defender a proposta de isenção até R\$10 mil. A partir daí, passa-se a taxar, aumentando a tabela para que os que ganham mais paguem mais. Seria a progressividade. Achamos que isso vai melhorar a distribuição de renda. Temos certeza de que isso vai injetar muito dinheiro na nossa economia, o que nos ajudará a enfrentar a crise ou futuras crises.

Acho que esse é o momento de discutirmos isso. É oportuna esta audiência pública. Estamos, a Força Sindical, apoiando a Emenda do companheiro Paulo Pereira da Silva, nosso Deputado, dessa isenção de até R\$10 mil. Acho que só temos a avançar. A discussão só ajuda neste momento importante. Deixa claro que a PLR está se tornando uma realidade.

Precisa haver as modificações que achamos necessárias: obrigatoriedade, por exemplo, e regras mais claras e transparentes. Esse é um problema que temos. Hoje, ainda encontramos em categorias que não têm uma

organização mais atuante, mais forte, muitas dificuldades de praticar negociações. Fazem às portas fechadas e, mesmo assim, quando há negociação, os dados ainda não são claros e objetivos. São dados acerca dos quais temos muitas dúvidas. Os documentos não são apresentados para comprovar o real resultado que a empresa está tendo mediante os acordos.

Então, achamos que é o momento agora dessa discussão. A Força sindical se coloca à disposição para que se abra esse debate, se avance nesse debate, e parabeniza a Comissão Mista, que está no caminho certo, abrindo esse debate com toda a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Agradecendo o Sr. Miguel Torres, Vice-Presidente da Força Sindical, concedo a palavra ao Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores. Da mesma forma, são 10 minutos regimentais.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Boa tarde, eminente Senador Waldemir Moka, Presidente desta Comissão Mista; eminente Deputado Luiz Alberto, Relator da Comissão; companheiro Moraes, que representa a CUT nesta oportunidade; companheiro Miguel Torres, da Força Sindical; eminente Dr. Osmani Teixeira de Abreu, meu colega aqui, de bancada à direita, Conselheiro de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria; Dr. Carlos Pelá, advogado da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Antônio Lisboa, advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Srs. Parlamentares, a quem cumprimento, todos, na pessoa do eminente Senador José Pimentel, do PT do Ceará, também bancário como eu, e tem assento aqui, nesta Casa, o Senado da República; senhoras e senhores.

Entendo que os companheiros que me antecederam enfocaram bem a questão histórica, a fundamentação, a oportunidade e a necessidade de ser adotada a Lei nº 10.101 e, posteriormente, a Medida Provisória nº 597, do ano passado, que pretende isentar do pagamento de imposto de renda os que percebem, a título de PLR, até R\$6 mil.

Entendemos que é muito relevante essa medida provisória, acho que ela veio de forma tardia, já que poderia ter vindo mais cedo. Mas dizem que quem tem pressa come cru ou come torrado. Então, ela veio no tempo certo, não tenham dúvida nenhuma. É uma forma de se fazer justiça, principalmente àqueles que, juntamente com o capital, ajudam a produzir o lucro, um lucro que é fundamental para toda e qualquer atividade econômica no capitalismo. E os trabalhadores, como artífices desse lucro têm, realmente, por justiça, que perceber e participar desse lucro.

Quanto à questão do valor, em si, entendemos que é muito pequeno: R\$6 mil é um valor pequeno. Entendemos que esse tipo de valor de R\$6 mil, considerando que praticamente, aqui, dentro do Congresso Nacional, entre os Poderes Executivo e Legislativo, há um sistema praticamente de Estado Maior, em

que se coloca um valor, mas há espaço para negociar mais, fazemos um apelo para o Senado, para esta Comissão Mista não descaracterizar, evidentemente, essa emenda do eminente Deputado Paulo Pereira da Silva, que fixou em R\$10 mil o limite de isenção. Mas, evidentemente, o Relator, com sua sensibilidade, com sua sabedoria e a sua experiência, com toda certeza, vai aproveitar essas emendas. E, também, com toda certeza, haverá de trazer, quem sabe, um substitutivo que amplie esse limite de forma mais adequada e mais substancial esse valor da PLR. Achamos que R\$6 mil ainda é um valor muito pequeno.

Sem ultrapassar o que foi acordado nas centrais sindicais, ou seja, o valor de R\$10 mil – nem a isso o Executivo chegou –, entendemos que algo como R\$13 mil ou R\$15 mil ficaria de bom tamanho. Em várias discussões com o Ministro Mantega, da Fazenda, chegamos a colocar isso. Não pretendemos que haja uma isenção ampla e irrestrita, para todo e qualquer valor pago a título de PLR. Por exemplo, um PRL de um executivo de uma grande empresa multinacional, ou mesmo nacional, que ultrapasse R\$1 milhão ou R\$1,5 milhão por semestre, evidentemente, não pode ficar, não é adequado ficar parelho com a justiça social, se merecesse a completa isenção. Mas algo como R\$15 mil pode ficar bem. Não quero destoar de forma alguma e deixo para o alvitre, a sabedoria, experiência e competência do eminente Relator. Na verdade, R\$6 mil é um valor muito pequeno.

Outro ponto que gostaríamos de colocar é que temos a participação nos lucros ou resultados. Entendemos que, havendo lucro, a empresa tem que distribuí-lo, e, não havendo um lucro substancial ou lucro em si, mas havendo resultado, a parte do trabalho fez toda sua tarefa no sentido de que alcançasse o resultado. Também esse valor que é distribuído não a título de participação dos lucros, mas de participação nos resultados – sabemos que isso acontece muito, que é trivial no Brasil – para quem o auferisse, fosse isento, merecesse a isenção tributária.

Temos algumas categorias profissionais, e eu vou-me ater a uma delas que conheço, de certa forma, bem, que é a do trabalhador no sistema financeiro. Nós temos duas verbas que convivem harmonicamente, baseadas em convenções e acordos coletivos, que são as seguintes: antes da existência da participação nos lucros e resultados, a PLR, com a Lei nº 10.101, oriunda daquela medida provisória, que foi reeditada por mais de 70 vezes – foram quase 10 anos, aqui no Congresso Nacional, sendo reeditada e reeditada –, antes de haver esta lei, antes de haver até a medida provisória, nós tínhamos um processo chamado de gratificação semestral ou gratificação de lucro.

Então, ainda há muitas empresas que pagam além da PLR, fixada nas convenções coletivas ou acordos coletivos, também pagam ainda essa chamada participação decorrente de uma verba chamada ou denominada de gratificação semestral.

Entendemos também que os trabalhadores e as trabalhadoras que percebem essa verba denominada gratificação semestral, concomitante, parelhamente, andado de forma parelha, com a participação nos lucros do resultado, também merecem ser contemplados na isenção tributação que está sendo prevista na Medida Provisória nº 597, do ano passado, porque entendemos que o fato gerador é um só, é o lucro, é o resultado.

Então, consequentemente, eles teriam de merecer o mesmo tratamento tributário de não ser, portanto, objeto de taxação pelo imposto de renda.

Acho que já passou a fase de emendas, mas, evidentemente, como realçamos no começo, vou fazê-lo, agora, em último lugar, também procurando respeitar o meu tempo – tenho 2 minutos e 41 segundos...cada vez que se fala e se olha para o relógio, já passou um segundo

Quero deixar a critério do eminente Relator o seguinte: nós temos a participação nos lucros e, muitas vezes, não sabemos se os trabalhadores estão realmente recebendo aquela PLR ou não, lá na ponta – e em muitos sindicatos acontece isso, assim como com os bancários.

Então, eu sei que os patrões e os empregadores vão advogar um ponto de vista, no sentido de que há um critério de aferição. Mas por que não temos auditoria dentro das empresas? Ou um processo de segregação desse lucro e apurar se esse lucro que está sendo distribuído para os empregados é realmente aquele?

Então, acho que é uma forma de termos um mecanismo não de auditoria, porque não temos condições de fazer auditoria nas empresas – talvez nem as empresas concordassem com isso –, mas de o trabalhador e a trabalhadora saberem efetivamente que aquilo que ele está percebendo, a título de participação nos lucros, nos resultados, ou gratificação semestral, houvesse uma forma contábil de aferição de que esse resultado é realmente aquele que merecia receber, aquele que ele está recebendo.

No mais, era isso que gostaria de registrar, eminentes Presidente da Comissão, Senador Waldemir Moka, e Deputado Relator da PEC nº 597, Deputado Luiz Alberto, companheiros que me antecederam aqui e eminentes representantes dos empregadores.

Era essa a modesta contribuição que queríamos sugerir aqui a título de alternativa, mais uma vez apelando para o espírito inovador de experiência, de competência, de sensibilidade, do nosso eminente Relator desta PEC nº 597.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores, concedo a palavra, também por 10 minutos, ao Sr. Osmani Teixeira de Abreu, Conselheiro de Relações de Trabalho da Confederação Nacional de Indústria (CNI).

O SR. OSMANI TEIXEIRA DE ABREU – Nobre Presidente, nobre Relator, meus colegas de bancada, Srs. Parlamentares, senhores presentes, não vou voltar a 1940, mas a 1995, porque esta lei que está em discussão agora surgiu no apagar das luzes do Governo Itamar Franco, em 1995.

Curiosamente, também, esta medida provisória surgiu também no final do ano. Não sei se é utilizado como um prêmio ou alguma coisa, mas são coincidências. A medida provisória vigorou durante cinco anos, sendo reeditada com pequenas modificações. Lembro que, no início, era comissão exclusivamente de trabalhadores, sem participação alguma do sindicato.

Foi levantada a questão – no meu entendimento, correta – de que isso seria inconstitucional. Então, numa das reedições, foi colocado que o sindicato deveria participar obrigatoriamente dessa comissão. Isso foi feito numa das edições. Finalmente, em 2002, ela se transformou em lei com essa modificação. De lá até agora, tem funcionado.

Eu me sinto muito tranquilo para falar em PLR, porque, na ocasião, eu era diretor de uma empresa que foi uma das primeiras a fazerem um acordo de participação nos resultados, logo após a medida do Presidente Itamar. É evidente que, como tudo que é novo, quando isso surgiu, houve muita resistência. Ninguém sabia como ia funcionar, se não ia funcionar. Poucas empresas faziam o acordo, mas temos notado que, ao longo do tempo, tem aumentado a quantidade de acordos de participação nos lucros ou resultados, funcionando segundo a lei, na maioria das vezes, pelo que sentimos, com a participação direta dos sindicatos, e, em algumas vezes, com a comissão de trabalhadores, sendo o sindicato convidado, no texto da lei, para participar.

Quanto a essa medida de isenção de Imposto de Renda que saiu agora, imagino que o Governo, que a propôs e que é o dono desse dinheiro, porque é abrir mão do Imposto de Renda, tenha feito detidamente as contas, para ver se isso não vai causar transtornos ao País. Eu espero que os meus colegas de bancada da área patronal se aprofundem nesse tema, porque eu confesso que esse não é um tema de minha especialidade. Eu sou um homem de relações trabalhistas.

Aproveito para dizer que todos nós, todo dia, lemos que se precisa estimular negociação entre patrão e empregado. Isso é meta de todo mundo. Os sindicatos querem... Aliás, eu acho que, se os sindicatos não puderem mais negociar, eles vão se limitar unicamente à política. Eu não digo que isso está errado, mas vão perder em muitas de suas finalidades. Se o empregador também não puder negociar, vamos simplesmente cumprir a lei. Então, nós sempre defendemos – e todo mundo entende – que a livre negociação é fundamental. Temos tido uma série de problemas, infelizmente, com o Poder Judiciário, porque negociamos um tema com o sindicato por três, quatro meses e, quando conseguimos fechar algo que é bom para os dois lados, evidentemente – o empregador leva vantagem e o empregado também, pois, para mim, isso é que é

negociação –, vem o Judiciário e fala: “Não, mas essa cláusula é nula”. Então, já temos essa grande dificuldade. Isso desestimula e, entendo eu, enfraquece os dois lados, porque, quando um sindicato de trabalhadores firma um acordo ou convenção e o Judiciário diz que não vale, ele está falando: “Bom, esse sindicato aí não significa coisa nenhuma”. Lamentavelmente, é a conclusão a que temos que chegar.

A PLR tem sido resultado de negociação e tem uma grande vantagem, aliás, que é exatamente isto: as empresas que podem concedê-lo concedem. Já na medida provisória do Presidente Itamar Franco, era dito que a PLR tem a finalidade de aumentar a produtividade, de aumentar a qualidade e o relacionamento entre patrão e empregado, porque o que interessa ao consumidor é a produtividade e a qualidade. É lógico que o lucro é fundamental, mas, para o consumidor, ele gostaria de pagar, evidentemente, o quanto menos. Inclusive, eu defendo – e já ouvi aqui – que seja negociado mais a participação nos resultados que nos lucros. Não é parte do tema, mas vou dizer: eu entendo que as empresas sem fins lucrativos podem perfeitamente negociar uma participação nos resultados, porque elas dão resultados, inclusive as filantrópicas. Elas dão resultados, ou seja, seus trabalhadores contribuem para os resultados. Agora, elas não têm lucro, mas há um entendimento, com o qual eu não concordo, de que elas não podem participar. Para mim, a lei é muito clara – e, aliás, a Constituição também: a participação nos lucros ou resultados. Embora as coisas possam parecer que estão atreladas, elas não estão. Pode haver resultado excelente, sem lucro. Aliás, as novas empresas sempre têm resultado e não têm lucro – o lucro vai ser depois de alguns anos. Eu defendo que o ideal é a participação realmente nos resultados, com negociação, como tem sido feito. Eu acho que é importante a negociação, porque, se acabarmos com isso, nós acabamos com o PLR e estamos criando novamente o 14º salário, que esta Casa acabou de cortar para todo mundo. PLR sem negociação, sem objetivos é 14º salário e mais nada.

Lembrando que essa lei já tem praticamente 18 anos – foram cinco anos como medida provisória e mais outros tantos como legislação –, eu não posso dizer que ela não tenha o que modificar, porque tudo na vida pode ser modificado para melhor, mas o sistema dessa lei tem de ser modificado, no nosso entendimento, num projeto de lei de alguém, que vai ser estudado e debatido.

Nós entendemos que medida provisória – aliás, não tem nada a ver com esse tema específico, mas há medidas provisórias... Eu entendo que esse tema, por mais mérito que ele tenha, não tem nem urgência nem relevância, porque, se tivesse, há 18 anos, já tinha sido mudado. Essa lei funciona há 18 anos. Nunca eu vi a preocupação de que, de repente, tivesse que mudar. Eu não quero dizer que não deva mudar e que o tema não seja bom. Nós somos até favoráveis a essa isenção, mas eu acho que medida provisória, dado seu tipo de aprovação – os nobres Parlamentares, melhor que eu, sabem –, pois é algo que é feito realmente em regime de urgência, não é própria para mudar uma lei inteira.

No fim, há uma medida provisória com objetivo definido de diminuir os lucros, mas há várias emendas que estão, na realidade, querendo mudar toda a lei, embora, nessas emendas, há algumas que sejam favoráveis à classe empresarial. Várias delas são e várias delas deveriam realmente funcionar, mas nós entendemos que não por meio de medida provisória ou aproveitando uma medida provisória para fazer essas modificações. Acho que, se queremos modificar a Lei nº 10.101, é necessário fazer um projeto de lei, que provavelmente já existe nesta Casa, e debater com tranquilidade e aprovar as modificações.

Quanto ao tema em si, somos a favor. Não temos nada contra. Esperamos que o Governo realmente tenha feito as contas quanto ao imposto que não será pago, porque eu concordo também que imposto não pago é imposto que retorna para a produção. Dinheiro na mão do trabalhador é consumo, evidentemente, e consumo vai significar produção, inclusive produção industrial. Então, não poderíamos ser contra ter mais dinheiro circulando para aumentar a produção industrial. Nesse ponto, nós até concordamos com o tema. Não vou entrar nos valores, espero que os meus colegas entrem nos valores, se é muito ou se é pouco.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Agradecendo o Dr. Osmani Abreu, que é conselheiro de relações de trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Concedo a palavra, também regimentalmente, por dez minutos, ao Sr. Carlos Pelá, advogado da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Eu aproveito para saudar e parabenizar pelo aniversário a Senadora Lídice da Mata, que hoje está aqui. *(Palmas.)*

Concedo a palavra, então, ao Sr. Carlos Pelá.

O SR. CARLOS PELÁ – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Sr. Deputado Relator Luiz Alberto, demais companheiros da mesa, Antônio Moraes, Miguel Torres, Lourenço Ferreira do Prado, Osmani Teixeira de Abreu e Antônio Lisboa e demais Parlamentares presentes.

Eu senti, nos que me precederam aqui, que há bastante convergência com relação à medida provisória.

Eu queria começar já aproveitando o final da exposição do Sr. Osmani para emendar um tema que, na minha apresentação, está no final, mas que eu traria para o início para começarmos a conversa e depois entrarmos no tema.

A primeira coisa que eu gostaria de destacar, a exemplo do que fez o Osmani, é que a medida provisória é de 1994, perdurou, tendo sido reeditada, até que, em 2000, foi editada a lei, e essa lei resiste até hoje.

Na avaliação do empresariado, principalmente da CNF, essa lei é absolutamente positiva. Ela incentiva a negociação, incentiva a retribuição do

trabalho através de uma premiação que é dada aos empregados pela produção, pela melhoria do ambiente de trabalho, pelas regras de eficácia. Consequentemente, é uma das poucas leis de existência tão longa sem muita contestação. É uma lei positiva tanto para o empresariado quanto para os empregados.

Aí corrobora o que disse o Sr. Osmani: de fato, a lei não precisaria de mudanças, a não ser – e é o tema da minha exposição – algumas pequenas melhorias. Eu vou explicar por quê.

O primeiro destaque que eu faço é com relação ao objeto da MP nº 597, ao tema específico da Medida Provisória nº 597, que concedeu isenção de até R\$6 mil em uma tabela progressiva de incidência de impostos. Ela fez uma mudança importante na regra de tributação. Ela mudou a regra de tributação que era de ajuste na declaração da pessoa física para um regime exclusivo de fonte. Então, a tributação que incide no momento do pagamento da PLR é definitiva. E, também como consequência disso, ela proibiu algumas deduções que eram feitas no final do ano pelas pessoas físicas. A principal delas – eu vou dar um exemplo, e existem algumas emendas que já foram apresentadas nesse sentido – é a proibição de se deduzir a contribuição para previdência privada. Hoje, a previdência privada é uma forma de os trabalhadores fazerem poupança de longo prazo. Eles destinam até 12% da sua remuneração anual, dedutível do Imposto de Renda, para constituir uma reserva para o futuro. E a reserva para o futuro é tributada no momento em que, no futuro, a renda é disponibilizada ou retorna para o patrimônio da pessoa física. No entanto, mudando-se o regime de tributação do ajuste na declaração para um regime de tributação exclusiva, essa dedução ficou impossibilitada. A própria medida provisória restringe a dedutibilidade, a não ser para os casos de pensão judicial. Isso reduz a capacidade de investimento dos trabalhadores nessa poupança de longo prazo, na previdência privada.

Já foram apresentadas algumas emendas nesse sentido. E aí eu pediria a atenção dos Srs. Parlamentares para esse ponto, Sr. Relator, porque essa me parece uma medida bastante justa. Não é uma medida de desoneração. O benefício do investimento na previdência privada existe, de fato, para qualquer cidadão e, no entanto, foi retirado dessa parcela da remuneração do trabalhador, que é a participação nos lucros e resultados, o que diminui a capacidade de investimento.

Dito isso, que me parece o foco central, e como ressaltai de início, esta Lei nº 10.101 vem funcionando e vem funcionando muito bem, há bastante tempo. Os sindicatos, os trabalhadores sentam com as empresas, negociam, negociam a participação. Todos os anos, é aprovada – e eu estou dizendo aqui, pela CNF, o que eu vivo na CNF – uma convenção coletiva, em que se debate e se concede a participação nos lucros e resultados para os empregados. Ela vem funcionando bastante bem há bastante tempo.

Além dessa participação nos lucros, que é o principal ponto da discussão na convenção coletiva, há outros acordos que se fazem entre empregados, entre essa comissão de empregados e os patrões para distribuição de resultados, não necessariamente de lucros, focado no resultado, focado numa melhoria de eficácia, de eficiência. O problema disso é que há alguns pontos – a lei, como eu disse, é boa – em que a lei não é clara o suficiente para apaziguar as relações das empresas com o fisco federal, principalmente. Por quê? A Constituição Federal determina que a participação nos lucros seja desvinculada da remuneração; consequentemente, ela não sofre os encargos da remuneração, como a contribuição para a Previdência Social e outras contribuições sociais que incidem tanto sobre o trabalhador quanto sobre a empresa. E esses pontos de atrito hoje seriam aquilo que, na visão da CNF, precisariam ser corrigidos na lei. A lei não precisa ser mudada, mas talvez a lei precisasse ser adaptada de uma forma que corrija esses atritos.

Pode passar rapidamente.

Uma delas é o que foi dito já pelo Sr. Osmani, que é a questão das comissões, a questão de o acordo feito com uma comissão não ser aprovado sem a participação direta do sindicato. O sindicato é sempre convidado a participar, o sindicato integra as comissões, é trazido para as comissões, mas nem sempre, no decorrer das negociações, o sindicato participa até o fim.

No entanto, a Receita Federal entende que a não participação nesses casos invalida o plano. Invalida o plano e faz incidir sobre aqueles pagamentos todas aquelas incidências que o pagamento, naturalmente, não tem. Então, há emendas nesse sentido propondo também que isso seja solucionado na própria lei.

A definição de regras também não está clara. Meu companheiro Lourenço, companheiro de outras batalhas, já destacou bem: não só o lucro pode ser índice de distribuição pela empresa, mas a produtividade, a eficiência, a rentabilidade, as receitas auferidas no negócio específico, podem ser determinantes para trazer o trabalhador, trazer o funcionário da empresa para um objetivo comum, objetivo dele e objetivo da empresa, e premiar essas pessoas quando elas alcançam índices além do seu trabalho ordinário.

Não é demais lembrar que o trabalho é remunerado pelo salário. Tem que ser assim, o salário tem vários encargos, o salário sofre uma série de incidências. E o trabalho em si é remunerado pelo salário. Além do salário, se o objetivo da empresa é alcançado com a contribuição do empregado, também a ele é destinada uma parte desse resultado. Essa parte é feita através de outros índices, que não necessariamente o lucro das empresas.

Pode passar.

É importante estar na lei a definição desses índices, para que não haja atrito com a Receita Federal depois.

Com relação ao estabelecimento de regras, a Receita Federal se incomoda muitas vezes pelo fato de que são estabelecidas regras com a comissão de empregados. Essas regras são corrigidas durante o ano, eventualmente, por necessidade tanto de execução quanto de estratégia, e essa mudança, na visão da Receita Federal, descaracteriza o plano e, portanto, transforma aquilo em remuneração. Então, também isso é importante que esteja claro na medida provisória.

Você quer passar mais uma? Pode passar mais uma.

Com relação à natureza jurídica da PLR, como eu disse, ela é um complemento da remuneração, mas não é salário. A própria Constituição a trata assim. Então, é importante que a própria lei reafirme essa condição. A participação nos lucros e resultados não é remuneração, não está sujeita às contribuições incidentes sobre a folha de salários. Fica mais claro para todo mundo e dá mais segurança jurídica.

Gente, o meu tempo está acabando. Eu gostaria de agradecer o convite e reiterar uma coisa que eu venho dizendo sempre que posso nesses fóruns: o que as pessoas precisam para trabalhar é de segurança e estabilidade. Esses atritos que são criados com a Receita Federal não ajudam nesse ponto. As propostas têm esse viés.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Agradecendo o Sr. Carlos Pelá, advogado da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, concedo a palavra ao último expositor, o Sr. Antônio Lisboa. Ele é advogado da divisão sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Regimentalmente, dez minutos também.

O SR. ANTÔNIO LISBOA – Boa tarde Sr. Presidente, Sr. Deputado Relator.

Em nome da Confederação Nacional do Comércio, nós agradecemos aqui pelo convite de participar desta Comissão Mista para debater um assunto tão importante que é o PLR, a Participação nos Lucros e Resultados, que, como já bem colocado aqui, é um mecanismo importante tanto para o trabalhador quanto para o empregador, porque representa conquistas de fato dos trabalhadores, mas também representa uma evolução da relação entre capital e trabalho, de forma a permitir uma relação harmoniosa entre trabalhador e empregador.

A proposta da medida provisória... A CNC, assim como os demais representantes das confederações patronais, entende e enxerga com muita positividade a medida, porque na medida em que ela desonera os ganhos dos trabalhadores, é evidente que isso implica em injeção de recursos na economia nacional. Evidentemente, isso vem – juntamente com o conjunto de medidas já propostas pelo Governo, aprovadas aqui e acompanhadas por este Congresso – fazer com que nossa economia tenha uma aceleração, e realmente deixe esse ciclo. Às vezes começa a ter um curso muito bom, e de repente nós nos

deparamos com nossa economia um pouco estagnada. Talvez medidas como essa venham dar um ritmo maior a nossa economia, e isso realmente deve ser aplaudido.

As medidas que foram aqui sugeridas como melhorias na medida provisória, inclusive já com emendas apresentadas... A CNC requer realmente que esta Casa esteja atenta e possa implementar, aperfeiçoar a medida provisória naquilo que for possível em prol da classe dos trabalhadores. Então, a CNC sempre está à disposição para debater, para discutir medidas que sejam aptas para a melhoria da condição do trabalhador, e também para a melhoria da classe dos empregadores, de forma a contribuir para a economia nacional, e também alcançando toda a sociedade com os resultados a partir daí obtidos.

Então, a CNC agradece novamente o convite que foi formulado e manifesta, empenha realmente que esta Casa saiba dar o tratamento adequado e a aprovação dessa medida provisória. Que venha a ser convertida e realmente venha a alcançar os objetivos e resultados a que ela se propõe.

Nós confiamos que o Governo tenha feito os cálculos adequadamente, de forma que a nossa economia e o próprio caixa do Governo suportem o ônus que essa medida vai provocar, até porque, como até já ressaltado aqui pelo Dr. Osmani, da CNI, e os demais colegas que o antecederam, tudo isso retornará para a economia. Isso vai realmente aquecer a nossa economia e, evidentemente, vai gerar até mais arrecadação para o Governo futuramente.

Então, agradecemos pela oportunidade que nos foi concedida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Agradeço ao último expositor, o Sr. Antônio Lisboa, que é advogado da divisão sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Antes de dar continuidade, eu quero aproveitar o quórum para que a gente possa aprovar a ata da reunião anterior. Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Deputados e Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada e irá à publicação.

Eu quero informar aos Srs. Deputados e Senadores que nós já abrimos inscrição para o debate. Todos os expositores aqui já falaram.

O primeiro orador inscrito para debater é o Senador José Pimentel. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Sr. Relator, Deputado Luiz Alberto, nosso revisor, Senador Inácio Arruda, nossos expositores, eu quero começar registrando que esse é um tema bastante conhecido do movimento sindical, dos empreendedores e da sociedade brasileira. Desde o início dos anos 90, lá do governo do Sr. Itamar Franco, nós já enfrentávamos essa discussão. O nosso Lourenço Ferreira do Prado, meu

companheiro bancário... Já nos anos 80, incluíamos esse debate no acordo coletivo do movimento sindical bancário, em especial dos bancos públicos, e somente com a medida provisória do governo Itamar Franco nós tivemos o primeiro êxito nessa matéria. De lá para cá, com a nova governança, com a estruturação das empresas, com o crescimento da produtividade e da lucratividade, nós passamos a ter uma presença maior na participação dos lucros das mais variadas empresas.

Com a abertura da Bolsa de Valores, com uma série de governanças que foram implantadas nas empresas, a transparência na própria empresa passou a ser maior. A partir dali, a relação capital-trabalho permitiu avançar muito nessas questões.

Nós temos hoje uma política salarial no Brasil, desenvolvida pelo capital e pelo trabalho, em que basicamente a inflação não se discute. Incorpora-se na data-base e discute-se produtividade, participação nos lucros e outros benefícios indiretos.

No caso concreto do Imposto de Renda, isso é uma pauta que já vinha há certo tempo, por parte do movimento sindical. Essa proposta, que veio da medida provisória, é o início, ou seja, o grande objetivo é exatamente superar as limitações de qualquer um que esteja no Tesouro ou na Fazenda. Seja ele estadual, seja federal, seja tesoureiro de sindicato, seja de federação, o papel dele é frear os custos. Eu já fui tesoureiro e sei o que isso representa. Na hora em que o tesoureiro de uma entidade de classe não tiver esse papel, a gente precisa substituí-lo, porque o papel dele é exatamente adequar as despesas às receitas.

Eu lembro a nossa jornada dos anos 80, em que o Lourenço nos convidava para conversar: "Olha, a nossa margem é esta; portanto, vamos trabalhar para que saíamos, no final da campanha salarial, no mínimo, empatados, o que já está de bom tamanho." Isso era um pouco o que a gente acordava naquele período.

Evidentemente, o pedido era R\$12 mil nas centrais. Havia unidade por parte delas em torno desse valor. Vem R\$6 mil e tem as emendas apresentadas em R\$10 mil.

Eu tenho uma preocupação, numa política permanente dessa, quando você fixa o valor em real, porque, com um processo inflacionário, é verdade, na casa de 5% a 6% para uma política de médio prazo, vai nos obrigar, logo em seguida, a alterar os valores. Portanto, se nós pudéssemos mudar para uma moeda padrão em que houvesse um critério de atualização sem estar vinculado ao salário mínimo, porque constitucionalmente não pode, talvez fosse o melhor caminho.

Nós temos hoje, no mundo dos trabalhadores, a referência do teto de remuneração da Previdência Social. Se nós pensássemos em trabalhar, Sr. Relator, Sr. Revisor, com duas vezes o teto previsto no art. 202, o teto que trata do Regime Geral de Previdência Social, hoje daria em torno de R\$8,4 mil, porque é

de R\$4 mil e pouquinho esse teto. O mérito que teria numa mediação desta é porque não ficaria congelado. E todo mês de janeiro de cada ano este teto tem uma correção que é o mesmo índice de reajuste dos benefícios previdenciários acima do piso. Logo, nós teríamos aí uma correção, no mínimo, da própria inflação. E a legislação e a Constituição determinam que nenhum benefício previdenciário pode ter reajuste abaixo do INPC. Então, nós teríamos o que é a base dos nossos acordos e convenções coletivos de trabalho. Ou seja, não haveria vinculação com o salário mínimo, porque é inconstitucional, não haveria valor fixo, e haveria um valor intermediário entre os seis e os dez ali apresentados.

É evidente que quanto a tudo isso, nosso Relator, nosso Presidente, nós teríamos que abrir negociação com a Fazenda. Mas eu deixaria como sugestão para pensarmos.

Nós temos outro item que é também objeto de negociação há certo tempo que é a atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Nós construímos um entendimento que foi de 4,5% em 2011, incorporando na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, que vai até 2015, porque nós fizemos aquela mediação para que a sua atualização fosse feita até o primeiro ano do governo que se inicia, para poder dar tempo às centrais, ao movimento sindical, para fazer essa articulação com o Governo que tomou posse em janeiro para os próximos quatro anos. Por isso e também para poder contemplá-la no Plano Plurianual.

Nós sabemos que a inflação em 2012 ficou acima de 5%. Neste 2013, estamos fazendo um esforço muito grande, mas os vários analistas falam em 5,2%, 5,3%, também um pouco acima dos 5%.

Como em 2011 e 2012 ficou acima dos 4,5%, eu acho, nosso Relator, que deveríamos, também, nesse diálogo com a Fazenda, propor que a atualização da Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física para 2014 e 2015 fosse para 5,5%. Ele está, na programação orçamentária, em 4,5%. Há quem diga: "É apenas 1%." Mas o objetivo é exatamente impedir que haja cobrança de imposto sobre inflação da classe trabalhadora.

Eu acho que é um tema que não é o que a gente deseja. Eu sei que a reivindicação das centrais é que seja integralmente a inflação. E, talvez, se a gente caminhasse para o ponteiro descolar de 4,5% para 5,5% na tabela do IR Pessoa Física para 2014 e 2015, nós poderíamos também aí ter uma agenda de diálogo com o Tesouro e a Fazenda que permitisse certa equalização.

Volto a dizer: não é a reivindicação das centrais na sua totalidade, mas é um pouco mais do que abrimos o debate aqui na medida provisória. E eu me colocaria, Sr. Presidente, à disposição para ajudar nesse diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu agradeço, Senador José Pimentel.

Consulto a Senadora, os Senadores e os Srs. Deputados se alguém quer fazer algum questionamento aos expositores. Se não, vou passar a palavra ao nosso Relator.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar o meu colega Relator, Deputado Luiz Alberto, cumprimentar o Senador Inácio Arruda.

A Lei nº 10.101 é uma lei do ano de 2000 e veio inovar as relações do trabalho a partir da participação no lucro por parte dos trabalhadores. Portanto, eu tinha apenas uma pergunta para fazer aos expositores e gostaria de ouvir as considerações de cada um deles sobre o assunto. A pergunta é muito simples. Eu queria que eles fizessem uma avaliação para me informar qual é a opinião deles sobre a Lei nº 10.101. A lei sobre a participação de lucros no Brasil, desde o momento em que ela foi editada, é uma lei boa? É esta a pergunta que eu queria deixar para os expositores, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Com a palavra o Deputado Severino Ninho. Logo em seguida, o Deputado Laercio Oliveira.

Já falou? Desculpe, Deputado Laercio, é que me colocaram a relação aqui ao lado.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB – PE) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, Sr. Relator, colegas Deputados, Srs. Senadores, estou vendo aqui a mensagem referente à medida provisória que está em debate. Aqui fala em uma alteração para melhorar o tratamento dado aos trabalhadores nesse campo.

A gente sabe que o Governo tem buscado reduzir tributos, automóveis, linha branca, folha, entre tantos outros setores. A minha pergunta é mais ou menos na mesma linha do Parlamentar que acabou de falar. Na visão dos representantes dos trabalhadores, a medida provisória traz benefícios, traz prejuízos?

Eu tive que sair para falar no Pequeno Expediente, mas ouvi aqui um dos representantes falar que o percentual deveria ir para R\$10 mil em vez de R\$6 mil, tributar a partir de R\$10.000,01. Hoje a medida provisória fixa em R\$6 mil.

Nós sabemos que do imposto de Renda na fonte ninguém escapa. O trabalhador paga mesmo, não tem saída. Então, se o País suporta e se o Relator assim entender, nós poderíamos aumentar um pouco, mesmo que não chegue a R\$10 mil.

Quem fez advocacia trabalhista – eu já fiz no início da minha carreira – aprendeu que se um quer seis e o outro quer dez, dá dezesseis e a metade é oito. Então, chega a oito, para ajudar os trabalhadores.

Mas eu gostaria de ouvir a opinião dos representantes da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Deputado Severino Ninho, na minha terra, na fronteira, nós falamos que começo de cantiga é assobio. (Risos.)

Deputado Jorge Corte Real.

O SR. JORGE CORTE REAL (PTB – PE) – Presidente, boa tarde. Quero cumprimentar a todos que compõem esta qualificada Mesa que coordena os trabalhos na tarde de hoje.

A minha intervenção, Sr. Presidente, é que vejo de uma maneira um pouco diferente do que está sendo tratado aqui. Eu acho extremamente meritória a questão da participação dos trabalhadores nos lucros. Evidentemente, o trabalhador hoje é uma parte importante em qualquer setor produtivo nacional ou internacional, não há a menor dúvida.

Hoje, quando se fala até onde o Brasil perde mais competitividade, é na questão até da capacitação da mão de obra – para se ver a importância dessa mão de obra. E o Brasil tem progredido, tem evoluído.

O que me chama atenção é que ainda hoje, não entendo muito o porquê, determinada parcela de lideranças sindicais gosta da tutela, gosta de uma legislação, gosta de um governo, gosta de estar ali com a cabeça junto e o governo passando a mão em cima. E só gosta da legislação, tem que ser a lei. Não confia, por exemplo, nas convenções coletivas, no cacife, na liderança, que hoje há com os trabalhadores. Os sindicatos dos trabalhadores, as centrais sindicais cumpriram e cumprem hoje algo histórico, mudaram a história deste País nas relações trabalhistas. Têm legitimidade e liderança para mudar, como mudaram tudo.

Outra coisa: uma lei não pode nem deve valer para todos. Isso prejudica este País. Isso encaminha boa parte até dos trabalhadores para a clandestinidade. Isso joga empresas para a informalidade. A gente não pode comparar o que é desigual, tratar igual o que é desigual. Este País não aguenta mais isto.

Então, a gente tem que aqui assumir. Ou tem liderança para resolver e decidir por categoria ou por empresa essas questões – como, no caso, a participação no lucro –, ou tudo neste País vai ser por legislação. Ora, para entrar no trabalho, para bater ponto, tenho que ver a lei. O que a lei diz? Para sair, tem que ser a legislação. Mas se diz: "É igual para todo mundo?"

Eu acho que chegou a um ponto, nós estamos em um avanço tal, que nós trabalhadores, empresários e empregadores temos que resolver e dar soluções às nossas questões inerentes às nossas regiões, inerentes aos nossos segmentos. Soluções hoje verticais, soluções que queiram que valha para o maior ou para o menor, para o que emprega mais ou para o que emprega menos, o que

a gente vê é que isso não está funcionando, que não é uma boa saída. O que vale é a filosofia.

Nós podemos até aqui induzir. Nós podemos dizer que a intenção é esta. Agora, que as partes resolvam as suas questões dentro das suas possibilidades.

É este o meu raciocínio. É esta a linha que eu trabalho. É esta a linha sobre a qual eu queria até abrir um debate, uma discussão – por que essa necessidade tão grande de se apegar a que o Governo resolva tudo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – As duas perguntas, tanto a do Laércio quanto a do Ninho, são exatamente iguais. Quem sabe eu possa conceder três minutos para cada um daqueles que naturalmente queiram responder.

Eu começo pelo primeiro, na mesma sequência, que é o Antônio Moraes. É o primeiro, Antônio Moraes.

O SR. ANTÔNIO MORAES – Rapidamente, bom, eu, na minha explanação aqui, Deputado Laércio e Deputado Severino, abordei, rapidamente, no tempo que tinha, o que nós trabalhadores enxergamos como positivo e o que nós enxergamos como negativo da lei da PLR.

Efetivamente, nos anos do neoliberalismo, em que imperava, no nosso País, o consenso de Washington, foi ruim. Suprimiu-se o reajuste da inflação dos salários, reduziram-se salários, reduziram-se direitos e, supostamente, em contrapartida, discutia-se a PLR. Inclusive, a chamada produtividade as empresas não aceitavam negociar, sob a argumentação da PLR, o que, para mim, é um contrassenso, porque você não incentiva avançar na produtividade.

Então, foram anos ruins, em que a lei foi ruim, e, pior que isso, só conseguiram, como hoje, inclusive, só conseguem negociar a PLR aqueles trabalhadores mais organizados. A imensa maioria dos trabalhadores brasileiros, que não estão organizados em sindicatos ou são frágeis, não consegue negociar. Então, foi muito ruim.

Na atualidade, uma vez que você tem uma política de recomposição dos salários pela inflação, praticamente – na prática, não que a lei preveja isso, mas na prática tem –, a gente vê a lei como um avanço melhor. Agora, enxergaremos ainda mais avanços na medida em que ela, primeiro, facilitar a negociação para esses trabalhadores não organizados, garantir um patamar mínimo, garantir a transparência das empresas no fornecimento de dados, o que, efetivamente, hoje, não acontece. Então, é um avanço, desde que não seja utilizado para precarizar as condições de trabalho, e pode ser ainda melhor, na medida em que exija das empresas uma transferência para o debate.

Agora, eu queria conversar um pouquinho mais, aqui, sobre a abordagem do Deputado Côrte Real, que fez, aqui, um belo depoimento, bastante

veemente na sua argumentação, mas eu diria que, na atualidade, depois do que o mundo vive na atualidade, assumir a tribuna e fazer defesas veementes do liberalismo, como ele fez aqui, é um completo contrassenso.

Está completamente desmoralizado esse discurso, na medida em que é só olhar para o mundo: o mundo que aboliu mais o Estado da economia está mais quebrado. Olhem a Europa hoje: os países que avançaram mais no neoliberalismo, que reduziram mais os direitos dos trabalhadores, estão mais quebrados. Aqueles países que avançaram e conseguiram ter o Estado como indutor do desenvolvimento e, sim, muitas vezes, como proteção para os mais fracos, estão melhores. O avanço do neoliberalismo só piorou.

O momento atual é central nesse debate. Eu lembraria que, no auge da quebra do Lehman Brothers, os Estados Unidos usaram dinheiro do Estado para salvar a General Motors. É isso o que a gente está vivendo neste momento.

Então, eu o cumprimento pela veemência, pelos argumentos, agora, no entanto, completamente fora da realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu vou, porque V. Ex^a citou... Eu vou pedir, até por uma questão de... Eu acho que não de haver comigo que a matéria... Senão, nós vamos acabar criando um debate paralelo e eu acho que não... Mas eu vou conceder a palavra, evidentemente, a V. Ex^a.

Então, na sequência, o Sr. Miguel Torres, vice-presidente da Força Sindical.

O SR. MIGUEL TORRES – Obrigado. A pergunta que se fez foi se está boa ou se está ruim a lei da PLR.

É lógico que, na nossa opinião, nós batalhamos para que ela fosse aprovada. Nós batalhamos desde a primeira medida provisória. Foi um trabalho do movimento sindical e, praticamente no fim do ano de 94, nós conseguimos essa medida provisória inicial, e nós achamos que modernizou as relações. Agora, realmente, precisa de correção. Nós estamos vendo a correção que precisa.

Nós não podemos admitir que os dividendos, os lucros e dividendos das empresas não sejam taxados pelo Imposto de Renda e os do trabalhador sejam taxados pelo Imposto da Renda, na PLR.

Então, é isso que nós estamos pedindo, que se faça uma simetria, para que nós possamos ter igualdade nisso. Então, nós achamos... Lógico, a gente sabe que é impossível, hoje, a isenção total do Imposto de Renda, mas achamos considerável ou que é palpável, hoje, essa proposta dos dez mil. Até dez mil, isenção desse tributo que, hoje, onera muito os trabalhadores.

Na questão da legislação, de que o Deputado Côrte Real falou aqui, nós achamos que tem de ter a legislação, sim. O Brasil, não dá para tratar o Brasil dos grandes centros e o dos pequenos centros.

Hoje, a organização sindical ainda é muito pequena no nosso País. Por mais, ainda, que seja avançada no mundo, você vê o mundo, hoje, acabando. Vê, na Europa, que era o berço do sindicalismo, hoje, os trabalhadores com 30, 40% de desemprego e perdendo direitos.

O Brasil conseguiu, dentro do seu movimento sindical, enfrentar a crise, e enfrentar participando com o Governo. Juntos, com ideias e soluções, conseguimos evitar um mal maior, mas ainda tem muita precarização no País. Então, tem de ter um mínimo de leis.

Vou dar um exemplo, aqui, para vocês: o setor que foi mais beneficiado, nesses últimos anos, no Brasil, foi o setor das montadoras, com isenções, com investimentos. Qual é o setor que tem maior rotatividade no Brasil? É o das montadoras, com 33, 34% de rotatividade.

E a contrapartida de garantia de emprego, a Convenção 158, por que estamos batalhando, não vem? Então, tem de ter um mínimo, a legislação, sim, de garantias.

Somos a favor de um contrato nacional coletivo de trabalho para os trabalhadores, para uma montadora não sair de São Paulo, ir para o interior do País, fabricar o carro que vai vender pelo mesmo preço que faria em qualquer centro desenvolvido, e o trabalhador, lá, ganhar R\$700,00.

Nós temos um exemplo aqui, em Goiás: a Hyundai, aqui em Goiás, paga R\$700,00 de piso, e um Azira é vendido a R\$130 mil. É importado e montado aqui, e chega aqui por US\$15 mil. Então, que coisa é essa?

Então, nós temos de ter um mínimo e ter um contrato nacional coletivo, para equiparar, ou eliminar as distorções.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Sr. Lourenço Ferreira do Prado, vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom, eminente Presidente desta Comissão Mista, eminente relator, companheiros da CUT e da Força Sindical que me antecederam, representantes dos empregadores, eminentes Parlamentares, senhoras e senhores, as considerações que o eminente Senador José Pimentel colocou aqui, de forma muito clara, eu acho que, realmente, têm pertinência. Não tenho dúvida nenhuma.

Por ter pautado a sua proposta talvez pela experiência vivida como Ministro de Estado da Previdência Social, acho que, na verdade, a gente tem de levar em consideração as ponderações que S. Ex^a colocou aqui.

Evidentemente, eu não assino embaixo, totalmente, do “estou de acordo”. Na verdade, a nossa proposta é que esse valor fosse bem superior a isso, porque a gente acha que as empresas têm condições de pagar, e têm pago, e o Governo teria perfeitas condições de abrir mão dessa receita – cumprimento o eminente Deputado Ademir Camilo, que adentra o debate nesta Comissão Mista –, mas acontece o seguinte: a vida é o real, o possível, não é? Então, o possível, por enquanto, dentro desse mecanismo de Estado maior, que a gente coloca... Se

o Governo manda uma proposta, evidentemente, essa proposta não pode ser fechada, que não possa ser modificada aqui dentro.

Eu acho que o Congresso... Até se diz que se quiser que uma proposta não seja modificada, não mande para o Congresso, porque o Congresso tem autonomia, tem independência, tem legitimidade para mudar, para alterar. Então, mudando para maior, não tenha dúvida nenhuma de que se está fazendo justiça.

Quanto à pergunta do eminente Deputado Laércio sobre se a lei é boa, eu acho que a lei não é boa, nem é ruim. Eu acho que a lei é uma lei razoável. Para o tempo dela, ela está dando uma resposta. Pode ser que seja uma resposta meio tardia, mas está dando algum tipo de resposta.

Na verdade, quem se lembra da Medida Provisória da Participação nos Lucros e Resultados, ela transformava os sindicatos em meros cartórios. Os empregados e as empresas se acertavam, e o sindicato recebia aquele ajuste entre as partes como se fora um cartório. Ela foi sendo modificada, foi sendo reeditada, reeditada, reeditada, melhorada e se chegou ao que existe hoje.

Também acho que a pergunta, a indagação do eminente Deputado Severino, que trouxe para o debate, para a mesa, a sua grande experiência de advogado trabalhista, eu tenho a impressão, eu imagino que eu tenha respondido, também, o que S. Ex^a colocou aqui.

Agora, quanto ao que colocou o eminente Deputado Côrte Real, que, se não me engano, é do PTB de Pernambuco... *(Pausa.)*

Sim, é do mesmo Partido do Deputado Sílvio Costa, que presidiu a Comissão do Trabalho e que, inclusive, é autor do Código do Trabalho, que altera a CLT.

Muito bem. Veja só, Deputado, na verdade, é o seguinte: eu faço parte de um sindicalismo que não é o sindicalismo do "sim", do "sim, senhor". Também não é o sindicalismo de jogar bomba, de estourar, de jogar pedra em avião e pensar que avião bota ovo. Não. É o sindicalismo pé no chão. E qual é o sindicalismo pé no chão? É o sindicalismo de autonomia e independência. Autonomia e independência com relação a governos, com relação a partidos e com relação a empregadores. Esse é o sindicalismo que eu acho que é o sindicalismo verdadeiro, o sindicalismo autêntico. Eu acho que a grande maioria do sindicalismo do Brasil, que se pratica, tem isso como norte.

Agora, evidentemente, nós, nas negociações coletivas, temos de partir de alguma coisa. Nós partimos de uma convenção coletiva preexistente, nós partimos de um acordo coletivo preexistente e, acima de tudo, partimos da própria lei. Daí para frente, a gente cresce, a gente melhora, a gente amplia, a gente ganha mais, os trabalhadores saem vitoriosos ou saem mais ou menos vitoriosos.

De forma que era esse o comentário que eu gostaria de fazer. Até eu sei que estourei o limite de tempo, mas era isso que eu gostaria de registrar, eminente Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Mas a Mesa está sendo generosa com V. Ex^a.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu concedo a palavra... É porque, na verdade, não tem como você cercear um *bonam* num alto nível como este daqui.

Quero avisar o Deputado Côrte Real que o seu reforço está chegando, porque, agora, vão falar os representantes patronais. Então... Por isso que eu não... Com a palavra, o Sr. Osmani Teixeira de Abreu, para dar uma equilibrada neste debate.

O SR. OSMANI TEIXEIRA DE ABREU – Deputado, eu vou responder com algo que, para mim, é óbvio: uma lei que dura, em um regime democrático, cinco anos como medida provisória, mais 13 como lei, é boa, senão, ela já tinha desaparecido do mapa. Eu acho que, a rigor, não precisava nem falar mais nada.

Agora, segundo, o seguinte: ela é boa exatamente porque não obriga; ela permite e, ao contrário do que muita gente defende, é ela que fortalece o sindicato.

No dia em que isso virar lei, o sindicato pode até falar, mas vai falar o que de participação em resultados? Pois já tem a lei! E, olha, eu não tenho dúvida em afirmar: no dia em que isso virar lei, negociação coletiva de PLR morreu para sempre.

É um engano transformar em lei essa possibilidade, além de que, é evidente, enquanto for o sistema atual, a empresa que pode negociar. Eu, inclusive, sou daqueles que defendem, desde o início, que isso somente deve ser feito por meio de acordo coletivo. Embora exista a convenção coletiva, para mim não é o ideal, porque mesmo dentro da mesma categoria, as possibilidades financeiras e econômicas das empresas são totalmente diversas.

Então, é, realmente, o acordo coletivo o que permite uma negociação de participação no lucro justa. Agora, precisa de responsabilidade do lado sindical e de responsabilidade do lado empresarial também. E onde os trabalhadores não são organizados, gente, nós temos várias centrais no Brasil. Elas que organizem os trabalhadores, uai! Isso é evidente. Assim como nós queremos organizar os empregadores, cabe às entidades sindicais organizar os trabalhadores, uai! Eles, por si só, poderão, mas é muito mais difícil.

Então, concluindo, para mim, esse tempo todo da existência dessa lei num regime democrático é porque ela é boa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não te falei que o teu reforço estava chegando?

Com a palavra, o Sr. Carlos Pelá.

O SR. CARLOS PELÁ – Bom, a pergunta é se a lei é boa, se ela funciona e se a mudança também é boa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PELÁ – São duas perguntas. A primeira delas, acho que todos responderam no mesmo sentido logo que começaram a exposição: a lei é boa? Sim, a lei é boa.

Houve até uma expressão, que ouvi vindo para cá, de que é uma lei adulta, ou seja, é uma lei que transfere a responsabilidade para as partes. As partes é que têm de negociar e chegar a um acordo.

Nesse campo de lucratividade e premiação pela lucratividade, os interesses são convergentes. Eles não são divergentes, eles são convergentes.

O empregado ganha mais se a empresa é melhor. Se a empresa rende mais, se a empresa tem mais rentabilidade, se a empresa tem ganho de produtividade, o empregado ganha mais; e, se o empregado ganha mais, a empresa produz mais também. Então, os interesses são convergentes. Assim, os empregados e os empregadores têm condições de se sentar à mesa e discutirem por eles mesmos sobre isso. De fato, a lei, nesse ponto, dá uma liberdade responsável para que haja a negociação entre os empregados, que são o alvo do direcionamento da norma, e as empresas.

De novo, as empresas e os empregados têm interesses convergentes nesse ponto, e isso tem funcionado muito bem. Talvez não funcione para todas as empresas, mas tem funcionado muito bem. Hoje, a situação é muito melhor do que era no passado. Talvez nem todos ainda consigam negociar e, talvez, isso não tenha chegado a todas as empresas, mas é um processo que caminha para isso. Esse é o ponto.

De fato, a lei precisa de ajustes, não de ajustes no sentido de mudar o seu espírito, mas no sentido de lustrar o convívio dela com as partes, porque, ainda hoje, há algum ponto de atrito entre a execução da norma e o entendimento da execução da norma por parte, por exemplo, da Receita Federal. Então, nesse ponto, há a necessidade de lustrar essas partes de atrito – e já há emendas propostas nesse sentido.

A segunda parte, que é a questão sobre se a lei melhora a situação dos trabalhadores, posso dizer que, na grande maioria, nem em todos os casos, melhora porque traz uma parte da renda que seria destinada ao pagamento de impostos e a devolve ao empregado. Por outro lado, uma coisa que eu disse no início da minha exposição, é que ela tira uma oportunidade do empregado investir em previdência privada parte desses recursos que ele recebe. Hoje, é incentivado para o salário e foi proibido para a participação nos lucros e resultados. Então, se quem recebe a participação resolve fazer uma poupança na previdência privada, será tributado duas vezes. A primeira vez, quando recebe; a segunda, quando saca da previdência.

Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Então, a fim de conceder a palavra a todos da mesa, concedo a palavra, por último, agora, ao Sr. Antônio Lisboa.

O SR. ANTÔNIO LISBOA – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais parlamentares aqui presentes, nossos colegas de bancada, representantes dos trabalhadores, a gente viu aqui que o tema, até quando é algo que interessa a todos, às vezes ainda provoca algumas divergências, talvez esteja aí a dificuldade na negociação. Mas o tema realmente é bom.

A colocação do Senador sobre a necessidade de se negociar com a Fazenda para que se mantenha periodicamente a correção da atualização do valor de isenção, assim como também da tabela do Imposto de Renda, evidentemente é algo muito benéfico para todos os trabalhadores, ainda porque faz parte da luta dos trabalhadores cotidianamente.

Em relação à indagação do Deputado Laércio sobre se a lei é boa ou é ruim. De fato, como aqui já colocado, a lei é muito boa; talvez necessite de alguns parâmetros melhores para evitar interpretações equivocadas, até mesmo por parte da Receita Federal. Nós temos aqui colegas nossos que integram o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e constantemente a gente está habituado a verificar autuações da Receita por interpretações um pouco equivocadas da lei. Talvez, se a lei tivesse alguns parâmetros, se fechasse um pouco até de forma a aclarar alguns pontos, até mesmo de acordo com a proposta aqui do representante da CNF, poderíamos evitar essas distorções. Mas não que a lei não seja boa; realmente, a lei é boa.

Por último, com relação à colocação do Deputado, que provocou uma reflexão sobre a necessidade do fortalecimento das negociações, evidentemente, isso passa pela necessidade de fortalecimento das próprias entidades sindicais. Nós estamos verificando agora um esforço do Governo. Quando ele alterou a portaria que regula o registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho, ele o fez para evitar aquela pulverização de sindicatos com pouca representatividade.

Então, isso nós vamos conseguir na medida em que as entidades sindicais forem fortalecidas. Aí, sim, realmente, elas poderão negociar. Uma coisa são as centrais, as confederações negociarem na cúpula; outra coisa é a base. Assim, o sindicato precisa estar fortalecido realmente. E, talvez, falte um pouco de cultura de negociação nesses sindicatos que surgem, ainda embrionariamente talvez, com pouca representatividade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu vou conceder a palavra ao Deputado Jorge Corte Real, porque, evidentemente, ele foi citado no debate.

Agora, se V. Ex^a assim o desejar, pode declinar da palavra. Não quero absolutamente acirrar ainda mais a questão. Só quero lhe dar a oportunidade de se manifestar.

O SR. JORGE CORTE REAL (PTB – PE) – Absolutamente, Senador. Eu agradeço, mas, se fui citado, absolutamente, em hora alguma, foi assim de uma maneira mais direta à minha pessoa. Apenas pela maneira que eu coloquei as coisas, algumas delas foram contestadas. Natural, claro, eu não sou dona da verdade nem era essa a minha pretensão.

Eu só queria dizer duas coisas: primeiro, agradecer ao nosso Antônio Moraes quando ele diz da minha veemência. Uma coisa que eu não sou é veemente. Estou procurando até ser; estou no bom caminho então.

E queria dizer ainda, Dr. Antônio, que é exatamente o contrário do que o senhor disse. Eu acho que – e o senhor citou a Europa – que a grande briga na Europa é que os países estão em crise porque concederam demais. Eles estão querendo tirar os direitos e, agora, não estão conseguindo. E vão quebrar, como estão quebrados.

Eu acho que... Mas não queria nem levar aqui a questão, permita-me, porque sai um pouco do tema. Depois nós podemos até conversar sobre isso. Mas gostei das suas colocações, como de todas que foram feitas.

Mas a minha intervenção foi no sentido de provocar o debate, até para que a Comissão levasse em consideração essa questão e uma necessidade de a gente fortalecer a postura sindical.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu agradeço.

Concedo a palavra, também como inscrito, ao Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, meus companheiros, colegas de trabalho aqui, Senadores e Deputados, quem chega por último não tem o direito de falar muito. Eu estava no Ministério do Trabalho com uma demanda pesada lá, mas eu fiz questão de vir aqui para cumprimentar, inclusive, alguns representantes patronais que conheço de longa data em função das negociações quando eu ainda era Presidente da CUT, meu Senador.

Eu estava aqui comentando com o Pimentel como é bom discutir sobre coisas boas! A coisa é tão boa que a gente acaba discutindo outros assuntos, porque a proposta do Governo é boa. Eu tenho uma emenda que aumenta esse valor para R\$10 mil, uma emenda apresentada pelos meus companheiros; porém, a fórmula apresentada pelo companheiro Pimentel é uma fórmula que define o mecanismo, de modo a não ter que se reunir a cada ano para ver que valor é ou que valor não é.

Vejo com muito boa vontade, companheiro Pimentel, essa sua alternativa. Claro, basta sensibilizar o nosso Relator e os Deputados e Senadores aqui presentes.

Seria muito bom que nós tivéssemos sempre a oportunidade de discutir. Eu vivi momentos em que a desoneração da produção no Brasil serviu

para gerar emprego neste País. Estou aqui recordando do acordo da Câmara Setorial, Miguel. E vocês participaram muito! Um acordo de que o Governo tinha medo, porque é muito difícil pedir num sindicato para um tesoureiro gastar mais. E, quando a gente pede para o tesoureiro federal deixar de arrecadar, é muito difícil; mas eu interpreto tudo isso aqui como um grande investimento para o mercado interno, que será bom para as empresas, que será bom para o comércio, que será bom para o Brasil. Quanto mais o nosso povo fica com um pouquinho de dinheiro no bolso, mais o nosso povo gasta na própria economia, mais se consome e mais se vende.

Então, que venham outras propostas como esta! Inclusive, eu iria apresentar um requerimento para que viessem os nossos irmãos eletricitários para também dialogar, mas fui aqui convencido pelo nosso Presidente para não fazê-lo, porque houve um entendimento, um acordo para esse diálogo de hoje, como na próxima semana é outro segmento do Governo, até para que a gente possa resolver logo, da melhor maneira possível.

Neste caso, eu tenho certeza, nós teremos uma aprovação unânime. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Obrigado, Deputado Vicentinho.

Concedo a palavra ao Relator, entendendo que os Srs. Parlamentares presentes declinaram dos questionamentos.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nosso Relato-revisor, Senador Inácio Arruda, é para o senhor revisar o relatório, não as minhas palavras.

Eu considero que esta audiência pública cumpriu o seu objetivo, qual seja, exatamente, o de ouvir as opiniões das centrais sindicais dos trabalhadores e do patronato. Aliás, em 2010, se não me falha a memória, tramitando na Casa ao lado, a Câmara dos Deputados, um projeto de lei que tratava de PLR, foram ouvidas, naquela ocasião, todas as centrais sindicais e o patronato, inclusive numa mesa maior do que esta, onde estavam presentes todas as centrais sindicais e mais outras confederações e organizações patronais, como a Febraban, representando os bancos, e outros setores da economia. Por óbvio o projeto, que foi apresentado para precisar melhor a Lei nº 10.101, recebeu a concordância das centrais sindicais dos trabalhadores e a discordância absoluta do patronato.

Aqui não foi muito diferente daquela ocasião. É claro que evoluímos mais. Foram apresentadas aqui sugestões... Porque a medida provisória trata, exclusivamente, da desoneração ou da isenção do Imposto de Renda no patamar de R\$6 mil. Evidente que, como dito aqui, eu não conheço uma medida provisória que, chegando a esta Casa, tenha sido aprovada da mesma forma como editada – exceto as de crédito, é claro! (Risos.) Mas mesmo nelas, de vez em quando, se dá uma mexida.

Portanto, como disse o Deputado Vicentinho, é uma medida provisória boa e que, provavelmente, com os debates, com as negociações, ficará ainda muito melhor do que está. Apresentaram-se 36 emendas, algumas das quais não têm, vamos dizer assim, diálogo com o objeto da medida provisória; porém, muitas outras têm.

Inclusive, quando esta relatoria sugeriu a audiência pública com as centrais sindicais e as organizações patronais, eu esperei que houvesse um debate – que houve evidentemente – vinculado às regras da negociação da PLR. Porque vejam: a rigor, o objeto principal e único da medida provisória é um interesse basicamente de trabalhadores e de governo, que não implica necessariamente no interesse imediato do patronato, uma vez que, de qualquer forma, com a desoneração ou não, isso não tem impacto.

Mas é evidente que tenho, como trabalhador que fui da Petrobras e que acompanha outras categorias que negociam a PLR, a percepção de que, a cada ano, há um processo, digamos assim, conflituoso de negociação da PLR; e eu imagino que esses conflitos se dão exatamente por conta das imprecisões da legislação.

Não é possível – e, aí, peço licença ao Deputado Corte Real – se estabelecer um processo de negociação entre patrões e empregados sem a definição de regras legais mínimas. Não dá para se fazê-lo, porque ainda há uma assimetria de poder entre os trabalhadores e o capital. Então, há de haver regras. Mesmo que houvesse simetria absoluta, ainda assim deveria haver regras.

Então, acho que as contribuições dadas aqui foram muito importantes, reforçadas inclusive algumas das emendas propostas, como é caso de se estabelecer um teto maior de R\$10 mil. Muito oportuna a contribuição do Senador Pimentel. Acho que a relatoria vai se debruçar sobre essa proposta, até porque ela facilita, digamos assim, para que, no ano que vem, nós não tenhamos de nos reunir para discutir: "Não, agora não é R\$10 mil não; é R\$11 mil". Ou, se a fórmula for aquela do Deputado Nion, como advogado trabalhista, de somar e dividir por dois, nós vamos negociar com o Governo, que sabe que há essas emendas. Nós faremos essa negociação.

As centrais sindicais, na minha opinião, saem, de qualquer forma, vitoriosas, porque é uma reivindicação histórica do movimento sindical negociar com o Governo. Ele apresentou uma demanda de R\$12 mil, rebaixou para R\$10 mil para avançar na negociação e o Governo apresentou R\$6 mil. Evidentemente que, neste meio de caminho, há campo para negociação, conforme os primeiros contatos que já tivemos com as autoridades da Fazenda.

Então, Sr. Presidente, precisamos apresentar algumas ideias para compor esse debate e a medida provisória sair melhor do que boa, para precisarmos melhor, ajustarmos melhor a legislação. Não há aqui o debate de outra lei, mas o ajuste desse conjunto de imprecisões que existem e geram conflitos na negociação entre trabalhadores e o patronato. Evidentemente que algumas emendas foram apresentadas nessa direção de melhor precisar, de

períodos e de pagamento da PLR. Deve haver o estabelecimento – aí acho que vai haver uma espécie de discussão maior – de mecanismos em que os sindicatos possam dizer o seguinte: "Bom, vou sentar na mesa do patrão e o patrão vai dizer que vai dar dez mil". Mas, baseados em que esses dez mil? Por que dez? Por que não cinco? Por que não onze? Entendem? Então, a cada rodada esse valor muda, mas baseado em quê? Então, teríamos que ter algum mecanismo de mais transparência entre os empresários e os trabalhadores para que esse processo negocial se dê de forma bastante madura. Então, acho que essa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Então, precisar melhor os procedimentos eu acho muito importante, isso pode ajudar na superação de conflitos. Claro que não vai superar todos os conflitos, mas alguns deles poderão ser superados como, por exemplo, a necessidade de a lei afirmar a presença obrigatória do sindicato na comissão de negociação. O sindicato tem que estar presente, porque é o órgão representativo dos trabalhadores, não podem estar ausente.

Portanto, são questões sobre as quais vamos ter que dialogar para que possamos apresentar um relatório que seja o resultado de um entendimento com o Governo, no que diz respeito à isenção, no caso do teto, do valor, nós vamos negociar, e com os trabalhadores e o patronato em relação aos procedimentos. Portanto, nós, com certeza, estaremos atentos a todas as questões levantadas aqui pelas centrais, pelas confederações de patrões para que nós possamos ter um relatório que represente a média do consenso e do entendimento desta audiência pública.

Portanto, Sr. Presidente, semana que vem, dia 19, nós teremos outra audiência pública em que vamos ouvir e talvez aprofundar um pouco mais nessa questão do teto da isenção no Imposto de Renda porque estarão aqui duas autoridades do Governo: o Ministério da Fazenda e o Ministério do Trabalho e Emprego. Também convidamos uma instituição importantíssima do movimento sindical brasileiro, que é o Dieese, que pode também balizar o debate conosco neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Antes de encerrar, eu gostaria já de deixar os senhores avisados, os Srs. Parlamentares, que no dia 19, na próxima terça-feira, nós contaremos com um representante do Ministério do Trabalho e Emprego, um representante do Ministério da Fazenda e o representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Nada mais havendo a tratar, agradecendo aos senhores expositores, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 597, DE 2012, ADOTADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA NA MESMA DATA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 5º DO ART. 3º DA LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº.02 DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dezoito de março de dois mil e treze, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 597, de 2012, com a presença dos Senadores Sérgio Souza, Inácio Arruda, Ana Rita, José Pimentel, Aníbal Diniz, Angela Portela, Eduardo Amorim e Blairo Maggi; e dos Deputados Luiz Alberto, Ademir Camilo, Armando Vergílio, Mendonça Prado, Laercio Oliveira, Severino Ninho, Policarpo e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a Medida Provisória. O Presidente convida os palestrantes Mauro Rodrigues de Souza, Coordenador-Geral de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; e Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal para integrarem a mesa e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Em seguida, o Senhor Presidente dá início à fase de interpeleções parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra o Relator, Deputado Luiz Alberto, e o Deputado Severino Ninho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador WALDEMIR MOKA
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 597, de 2012.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a Medida Provisória com a presença de representantes das seguintes entidades: Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Fazenda; e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A Presidência informa que recebeu carta do Dieese comunicando a impossibilidade de comparecer à reunião.

Convido para assento à mesa o Sr. Mauro Rodrigues de Souza, Coordenador-Geral de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; e o Sr. Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, principalmente pelo Sr. Relator, Deputado Luiz Alberto e, depois, a palavra aos Srs. Parlamentares que estiverem presentes será concedida pela ordem de inscrição.

Inicialmente, concedo a palavra ao Mauro Rodrigues de Souza, Coordenador-Geral, de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, por dez minutos.

O SR. MAURO RODRIGUES DE SOUZA – Boa tarde.

Em nome do Ministro do Trabalho, saúdo o Deputado Luiz Alberto, o Senador Waldemir Moka e o colega auditor da Receita, Fernando Mombelli. Saúdo também todos os presentes.

A edição da MP 597 é uma reivindicação dos empregados, complementando um ganho que houve desde a edição da Lei nº 10.101, que regulamenta a participação dos empregados nos lucros e resultados da empresa.

Esse direito dos empregadores já foi uma grande vitória no sentido de um equilíbrio das relações trabalhistas, no sentido de dar aos empregados uma posição maior do que mera locação de mão-de-obra ao empregador. O empregado deixa de ser um elemento de uso na empresa para ser um parceiro do empreendimento econômico que ele resolveu aderir na sua relação de emprego.

Nada mais justo que o empregado, ao participar da vida ativa da empresa, tenha um *plus*, um *plus* participativo nos ganhos daquela empresa. Ora, o que combate o conceito de mais-vália, em que o empregador auferia para si os lucros, ficando uma parte insignificante para os empregados.

Com isso, os empregados passaram a ter efetiva participação na vida empresarial, não só como elemento de uso, mas como um parceiro.

Agora, está-se pensando, com essa medida provisória, em fazer um pequeno ajuste através de uma reivindicação de todas as centrais, em que eles querem mudar não a forma de distribuição dos lucros e resultados – essa distribuição já é pactuada entre as partes, o Estado não interfere. O que ocorre hoje é a forma de tributar esse quinhão que o empregado auferia da participação nos lucros da empresa.

O que acontece hoje? Hoje, nós temos uma participação nos lucros feita, em até duas vezes, em que o empregado auferia um determinado valor como percentual de participação nos lucros. E esse valor é tributado inicialmente de forma isolada dentro da faixa do quinhão que ele recebe à época, mas, na contabilidade, na sua declaração de Imposto de Renda do início do ano seguinte, esse valor entra nos ganhos totais do empregado. O que pode ocorrer aí é que ele mude de faixa, de forma que, quando receba o seu quinhão naquele momento inicial, em maio, em julho, em outubro, ele sofra um percentual de tributação e, quando ele for declarar no final, esse percentual seja alterado, porque ele muda de faixa, já que se une às demais rendas que ele auferia durante o ano, e ele tem uma tributação maior. Ou seja, no momento em que ele já não mais dispõe desse valor, ele faz o acerto com a Receita, com o Leão, e, nesse momento, quando ele está mais desprevenido, é que ele faz o acerto pagando o restante do tributo, a compensação de tributo em relação à tributação anterior.

Houve um acerto entre as centrais – já é uma reivindicação antiga –, junto com a Presidência da República, buscando uma maneira de alterar essa forma de tributação para que esses valores sejam tributados de forma isolada, criando, inclusive, faixas específicas.

Nós, com o Ministério do Trabalho, no sentido de fortalecimento dos atores sociais, no sentido de que os polos das relações de trabalho se sintam mais valorizados, no sentido de que o empregado aumente a sua autoestima, aumente a sua qualidade de vida e se sinta mais valorizado na posição que ocupa na relação trabalhista, vemos, com bons olhos, cada ganho em relação à participação de lucros e resultados.

Obviamente, quando nós estamos analisando um projeto como este, nós temos que analisar sob todas as óticas em que há impacto dentro da nossa administração. Mas, dentro das relações trabalhistas, nós vemos com bons olhos.

Pode ocorrer que, dentro de uma nova faixa salarial, dentro de uma nova forma de tributação, nós tenhamos aí impactos fiscais. Esses impactos fiscais são vistos pelo polo próprio do Governo. E nós temos aqui um colega, representante da Receita, que pode abordar isso sob a forma fiscal. Sob a forma trabalhista, nós não temos como não apoiar uma medida como essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Quero agradecer a participação do Mauro Rodrigues de Souza, Coordenador-Geral de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

De imediato, passo a palavra ao Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal.

O SR. FERNANDO MOMBELLI – Meu prezado Senador Waldemir Moka, estimado Deputado Luiz Alberto e o representante do Ministério do Trabalho, Mauro Rodrigues, que compõem essa Mesa nesta audiência pública, para informação e debates sobre a Medida Provisória nº 597, que altera a tributação dos lucros ou resultados recebidos pelos empregados nas empresas.

Essa questão foi longamente debatida entre os próprios sindicatos e o Governo – uma pretensão antiga dos sindicatos –, no sentido da alteração da tributação sobre essa rubrica de rendimentos. Pelos motivos expostos pelo próprio Dr. Mauro, na verdade, o que acontecia era uma tributação desses rendimentos, que, pela sua natureza e pela hipótese do dispositivo legal que criou essa forma de tributação (Lei nº 10.101, de 2000), obrigava o seu pagamento com obediência de um período mínimo de um semestre para seu pagamento ou de duas parcelas, ao máximo, durante o ano.

De modo que tais parcelas, ao incidirem sobre a tabela do Imposto de Renda mensal, ocasionavam um desconto de Imposto de Renda durante aquele mês, que poderia ou não ser devolvido por ocasião da declaração de ajuste. Ou seja, esses rendimentos eram recebidos e se somavam aos rendimentos normais de salários dos empregados. O que acontecia era que, se a tributação ao final do ano fosse isenta, ocasionava uma necessidade de repetição desses valores recebidos na fonte, dessa antecipação que foi efetivada.

Então, o Governo, sensível a esse tipo de problema, idealizou uma medida provisória dentro do espaço fiscal de que se dispunha até então, tendo em vista que é uma medida que envolve um montante muito grande de recursos, ou

seja, a tributação envolvida é volumosa; então, temos, automaticamente, um grau de renúncia também bastante expressivo.

O que foi feito? Foi criada uma tabela exclusiva de fonte para tais rendimentos, uma tabela anual, de modo que os rendimentos recebidos a título de participação nos lucros e resultados, até o valor de R\$6 mil anuais, fossem isentos. De R\$6 mil a R\$9 mil, nós teríamos uma tributação de 7,5%; de R\$9 mil a R\$12 mil, de 15%; de R\$12 mil a R\$15 mil, de 22,5%; e, acima de R\$15 mil, de 27,5%.

Vejam os senhores que esta tabela está à parte da tributação normal, daquela tabela anual normal do Imposto de Renda. É uma nova tabela, à semelhança do que nós temos hoje como o 13º salário para todas as pessoas que o recebem. Da mesma forma, nós temos essa sistemática de tributação, que desonera, em muito, o trabalhador.

Numa entrevista que foi colhida hoje do Deputado Vicentinho, segundo suas próprias declarações, 99% dos trabalhadores seriam beneficiados com isso. Estariam na classe referente à isenção desses valores.

Por que não foi concedida uma isenção direta ou integral desses valores, a exemplo do que se tem na distribuição de dividendos para pessoas jurídicas? Porque a sistemática de tributação é diferente, e essa despesa a título de participação nos lucros e resultados é dedutível no Imposto de Renda da pessoa jurídica, diferentemente do que ocorre com os dividendos que já têm uma tributação na empresa. Depois, na distribuição dos próprios dividendos, não há nenhuma exclusão de base de cálculo decorrente dessa medida. Por isso, são tributações diferentes: dividendo é uma coisa; participação nos lucros e resultados é outra.

Mas, de qualquer forma, com essa tabela que foi idealizada, nós temos um valor de renúncia, para o ano de 2013, de R\$1,702 bilhão; para 2014, de R\$1,888 bilhão; e para 2015, de R\$2,095 bilhões. Por isso, quero crer que, com essa nova sistemática, vai se atender ao pleito dos trabalhadores dentro do espaço de medida fiscal que tem o Governo para conceder esse tipo de benefício – muito justo, por sinal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu indago do Deputado Mendonça se quer fazer alguma...

Deputado Luiz Alberto, Relator, com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Obrigado, Senador Waldemir Moka.

Primeiramente, queria pedir desculpas por ter chegado atrasado, pois estou em duas comissões que funcionam no mesmo momento: esta aqui e a que discute a questão dos *royalties*, que voltará a novo debate diante da decisão monocrática da Ministra Carmen Lúcia. Nós estaremos novamente fazendo esse debate na Casa.

Queria também agradecer a presença aqui do Mauro, representando o MTE, e do Fernando, representando aqui a Fazenda e a Receita Federal.

Agradeço já as contribuições que foram dadas aqui nas apresentações, mas teria dois questionamentos para os dois representantes do Governo. À medida provisória – e aí vale para os dois –, foram apresentadas cerca de 36 emendas. Uma parte delas são emendas que nós já consideramos

estranhas à matéria da medida provisória; outra parte trata do tema específico da medida provisória, que seria o caso da isenção no Imposto de Renda para até R\$6 mil; e outra parte, algumas emendas que tratam do que eu chamarei aqui de imprecisões da Lei nº 10.101.

A que eu chamo de imprecisões? Na última audiência pública, quando nós ouvimos aqui as centrais e as representações dos patrões, ficou evidente, tanto por parte dos patrões – e houve falas nessa direção –, como dos trabalhadores, que a legislação é muito imprecisa, que é preciso que determinadas regras tenham mais efetividade e maior precisão.

Portanto, eu perguntaria ao Coordenador-Geral das Relações de Trabalho do MTE: o que o senhor acha sobre podermos melhor precisar alguns aspectos da legislação? Dou aqui um exemplo: na legislação está prevista a criação de uma comissão de negociação no âmbito daquela base de trabalhadores daquela empresa, mas não estabelece a obrigatoriedade de participação do sindicato na representação. A lei estabelece que o sindicato poderá ser parte da negociação através da comissão. Então, há emendas que sugerem a imposição legal da participação do sindicato.

Outras medidas, outras emendas, que, na verdade, tratariam da possibilidade de estabelecer procedimentos que gerem menos conflito, porque, a cada ano, algumas categorias mais bem organizadas se mobilizam, fazem paralisações, pressionando o patrão a estabelecer o tamanho da PLR ou, muitas vezes, as informações que não chegam para o sindicato ter base para a negociação. Por exemplo, vou discutir na mesa de negociação, o patrão apresenta um valor, o sindicato negocia outro valor, mas o sindicato não tem base para saber por que dez mil, por que seis mil, por que cinco mil? Baseado em quê? Então, essas informações contábeis, vamos dizer assim, da empresa precisariam estar disponibilizadas para que os sindicatos possam ter base para negociar em cima da realidade. Então, eu queria saber a opinião do Ministério do Trabalho acerca dessa questão das imprecisões da legislação, que possa evoluir para se evitarem determinados conflitos.

No que diz respeito ao Ministério da Fazenda, e aí tem a ver exclusivamente com a questão da isenção do Imposto de Renda para até R\$6 mil, evidentemente que aqui, na última audiência pública, foi dito que tanto tesoureiro de sindicato quanto o caixa do Governo não querem abrir mão de fazer receita cada vez mais. Mas há também emendas na direção de que é preciso aumentar um pouco esse patamar de isenção. O que o movimento sindical disse aqui é que estabeleceu negociação com o Governo, apresentou uma proposta de um teto de R\$12 mil, depois o movimento reviu a sua posição e apresentou uma proposta de até R\$10 mil. O Governo, no entanto, apresentou uma medida provisória, enviou-a para esta Casa, de até R\$6 mil. Então, existem emendas que restabelecem a posição dos sindicatos.

Eu pergunto, então, à Receita Federal se é possível o Governo flexibilizar uma negociação para outros números, para além... Eu já ouvi V. S^a colocar aqui dos limites do Governo, mas sempre há a possibilidade de provavelmente se estabelecer negociação que amplie esses valores.

Eu queria, primeiro, ouvir a opinião do Ministério do Trabalho e, depois, a opinião da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Com a palavra, o Dr. Mauro Rodrigues de Souza.

O SR. MAURO RODRIGUES DE SOUZA – Em relação às emendas, nós analisamos algumas que foram introduzidas nesta medida provisória. Nós temos algumas emendas que tratam de temas diversos; algumas que tratam de temas exclusivamente tributários, como é a questão do aumento da faixa de isenção, da forma dos percentuais de tributação e aumento da taxa de modificação na tabela de isenção; e temos algumas diretamente ligadas ao tema da MP. Como o próprio Deputado Luiz Alberto já encaminhou aqui, as questões tributárias vão ser respondidas pelo nosso colega, que é o canal próprio.

Quanto àquilo que o Deputado Luiz Alberto chamou de isenção, de imperfeições, poderíamos classificar, sim, como imperfeições ou até mesmo como adequações. O que ocorre? Nós temos alguns detalhes que precisam ser mais bem estudados. Para quê? Para que essa participação, para que essa sistemática de participação em lucros e resultados não seja distorcida.

Como eu falei no início, o Governo, o Estado, pouco interfere nessa forma de negociação, mas o objetivo era exatamente esse. O objetivo era fortalecimento dos atores sociais. A sociedade ideal é aquela onde o Estado pouco interfira, mas não por liberalismo, não que o Estado não interfira porque ele pretenda deixar as duas partes se entenderem por si só e haja por omissão; não. O objetivo do Estado, um Estado que se vê como um Estado maduro, é que o nosso sistema interfira apenas naquelas situações em que as partes não consigam se entender. Para isso, essas partes têm que ser as mais fortalecidas possível. A forma de fortalecimento das partes na relação pacto-laboral, na relação empregado/empregador é pela organização por sindicatos, federações, confederações, centrais. Então, o ideal realmente é que essa sistemática de negociação da participação nos lucros e resultados da empresa se dê com o apoio dos entes sindicais que permeiam essa relação, seja em que grau for.

Realmente, concordamos. Inclusive na análise de algumas emendas apresentadas dessa MP, nós do Ministério do Trabalho sugerimos a aceitação da emenda, com a ressalva de que deveria ter ali presente o apoio dos empregados de forma organizada. Porque o que se vê é que, quanto menos respaldo da organização sindical o empregado tiver nessa forma de distribuição, mais enfraquecido fica nessa relação e mais passivo de imposições ele fica. O ideal é aquele acordo em que empregados e empregadores consigam se relacionar de igual para igual, e a relação de igual para igual só se dá de forma coletiva. O próprio Direito do Trabalho vê dessa forma. Quando estamos falando de direito individual de trabalho, o princípio que se adota é o princípio da proteção, onde temos dois desiguais: o empregado hipossuficiente e o empregador em uma situação de mais poder. Já no direito coletivo do trabalho esse princípio muda. No direito coletivo de trabalho não há que se falar em desiguais, porque tanto empregados quanto empregadores estão presentes de forma unida, de forma coletiva, de forma organizada.

Então, concordamos com esse posicionamento de que algumas correções devem ser feitas na forma de organização, na forma de pactuação da metodologia de distribuição de lucros e resultados no sentido de que se exija a presença dos empregados de forma organizada e coletiva.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Portanto, pelos sindicatos.

O SR. MAURO RODRIGUES DE SOUZA – De forma coletiva em qualquer grau: grau inferior, sindicato; federação; confederação; e centrais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Com a palavra, o Dr. Fernando Mombelli.

O SR. FERNANDO MOMBELLI – Com respeito às emendas na área tributária, elas estão sob análise da nossa coordenação, cuja palavra final é sempre do Sr. Secretário da Receita Federal, no âmbito da Receita Federal. Então, seria temerário eu dizer alguma coisa afirmativa ou negativamente sobre o mérito das emendas.

O que posso afirmar é que, tecnicamente, para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, qualquer emenda que implique aumento de renúncia no calendário tem que estar acompanhada ou da respectiva fonte de compensação, ou seja, uma receita em acréscimo para neutralizar essa despesa, ou de uma necessária anotação no Orçamento quando da edição da respectiva lei orçamentária. Então, sob esse aspecto, qualquer emenda agora teria esse problema na sua análise. Essa é uma constatação que a Receita Federal tem feito reiteradamente não só sobre esse tipo de emenda, mas sobre as diversas emendas que tratam de renúncia fiscal dentro do próprio exercício.

Com respeito à renúncia, o Governo teve uma negociação com os sindicatos, olhou a questão do espaço fiscal e chegou a uma tabela. Não era a tabela que acompanhava o pedido do sindicato, que era uma tabela com valores maiores, mas foi o resultado a que se pode chegar. Pelo próprio entendimento, pela própria informação que pelo menos vi na imprensa e que relatei antes, ela atinge a grande maioria dos empregados que recebem menos. Então, em termos de justiça fiscal, essa tabela já está, digamos assim, cumprindo com a sua obrigação de tributar ou de isentar, nesse caso, aqueles que recebem valores menores a título de participação, que são a grande maioria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – O Deputado Severino Ninho também está presente.

Ouvimos aqui os representantes do Ministério do Trabalho e da Fazenda. A palavra foi para o Relator, que fez as duas indagações.

Pergunto se V. Ex^a tem alguma questão.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB – PE) – Seria mais uma colocação do que uma indagação.

Na outra audiência com o representante dos trabalhadores, fui informado aqui de que há uma emenda para elevar para R\$10 mil a tabela, ou seja, até R\$10 mil não seria tributado.

Até falei aqui, com a experiência passada de advogado trabalhista, que normalmente, quando no acordo trabalhista o patrão quer pagar seis e o empregado quer dez, soma-se e chega-se a oito. Somam-se os dois valores e faz-se o acordo pela metade, oito. Mas depois fiquei pensando na questão de tributar sobre o lucro, participação no lucro.

É uma coisa que, se formos imaginar, não sou tributarista, muito embora seja formado em Direito e tenha até pós-graduação em Direito Público, dá para pensar que se aproxima da bitributação, porque o trabalhador já pagou imposto sobre o salário. O trabalhador ganhou R\$10 mil, R\$8 mil por mês e já pagou imposto. Já suou para receber aquele salário e já pagou imposto. No final do ano, quando ele tem uma participação no lucro, que é resultado do suor que ele derramou, vai pagar de novo.

Era essa a colocação que queria fazer. O País pode até precisar, mas acho que é um sacrifício muito grande para a classe trabalhadora, porque, como eu também disse aqui na outra audiência, do Imposto de Renda ninguém escapa. O senhor é da Receita Federal, a Receita tenta pegar quem sonega, tem

a malha fina, tem isso, tem aquilo, mas sabemos que acontece, e não é pouco: o ICMS, as notas fiscais que não são emitidas na hora. Você compra e não tem nota fiscal; tem que pedir; tem que ter campanha para pedir nota fiscal, mas o trabalhador tem o Imposto de Renda descontado na fonte.

Eu faria um apelo, em nome do povo brasileiro, e estou falando aqui solitariamente, para que quem vai dar o parecer lá visse esse lado de que a participação no lucro já é resultado do trabalho feito. Ele já pagou imposto sobre o salário e vai pagar de novo porque vai ter uma participação no lucro? Ora, precisamos ver isso com mais carinho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Quero dizer ao Severino, e estava dizendo ao Luiz Alberto, que entendo que, quanto a essa questão do valor, por mais boa vontade que o Fernando possa ter, ele não tem essa autonomia de estipular valor, ele vai dar sempre uma argumentação técnica. Estava dizendo ao Luiz Alberto que temos que chamar para nós, quando da elaboração do relatório, qual acordo que podemos fazer no Ministério da Fazenda. Ouvi o próprio Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, advogando aquela tese de que não seria R\$10 mil nem R\$6 mil, mas R\$8 mil.

Não adianta, no meu entendimento, votar alguma coisa aqui para que seja vetado. Acho que teríamos que fazer um acordo junto à Receita e trazer para cá aquilo, Luiz Alberto, que fosse o máximo. Senão, vamos entrar em uma discussão que não vai contribuir mais para o que temos aqui.

Na audiência passada, isso aqui foi exaustivamente debatido. Então, eu pediria para o Relator que pudéssemos concluir porque, senão, vamos ficar chovendo no molhado aqui e não vamos avançar mais do que já avançamos.

O SR. FERNANDO MOMBELLI – Longe de mim o sentido de contraditar alguma afirmação de V. Ex^a, pelo contrário, apenas para enriquecer o debate, se se fala em distribuição de lucro isenta da pessoa jurídica é porque esse lucro já foi tributado em 34% na pessoa jurídica, e, depois, é distribuído isento para o sócio, para o cotista. Então, já houve uma tributação na pessoa jurídica.

Esse lucro resultado que está sendo distribuído a título de participação dos empregados configura uma despesa operacional para a pessoa jurídica, ou seja, é deduzida da base de cálculo da pessoa jurídica. A Receita deixa de tributar 34% desse valor para tributar onde? Na pessoa física. Por isso, a justificativa de colocá-lo na tabela. E, em sendo uma base de cálculo adicional, a regra que até hoje vige é a de colocar esse rendimento como base adicional, ou seja, um *plus* que é recebido na regra normal dos rendimentos recebidos. O que se fez agora foi colocar em uma tributação inseparável, mas benéfica, que atinge, pela tabela dos R\$6 mil, a grande maioria dos empregados.

É esse o espírito da lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não podemos deixar o Fernando falar mais uma vez porque daqui a pouco vamos perguntar se ele não está precisando de um pouco mais. *(Risos.)*

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Sr. Presidente, o representante do Ministério do Trabalho tem uma colocação. Por fim, vou fazer também uma observação.

O SR. MAURO RODRIGUES DE SOUZA – O bom de estarem duas Pastas aqui é que posso não entrar em matéria tributária e falar com bastante isenção.

Não posso deixar de pontuar que, em relação às isenções, a nossa preocupação não é exatamente a questão tributária, porque para a questão tributária temos aqui a mesa de negociações e a Pasta técnica própria. Mas temos uma preocupação muito grande em relação às isenções muito altas no sentido de que qualquer parcela paga, qualquer ganho do trabalhador pago de forma isenta, corre o grande risco de se tornar atrativo demais, mas atrativo em demérito de outras parcelas, no sentido de elas se maquiarem.

Uma preocupação real é que, se eu pegar um determinado direito do trabalhador e isentá-lo totalmente, corro o risco de enfraquecer outras parcelas de negociação, como o próprio salário, de tal forma que o sistema incentive fraudes, no sentido de que eu faça o seguinte: já que determinada parcela é isenta, vamos valorizar demais essa parcela em demérito, por exemplo, do salário, do próprio ganho salarial do empregado, porque esse sim é tributado.

Então, essa minha colocação não é uma questão de tributação em si, estudo técnico de tributação, mas é uma questão de resguardar o combate a possíveis fraudes na própria relação trabalhista. Aqui acho que cabe um pouco de cautela no tema. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – É o que eu digo para vocês. Eles vêm combinados. Você entra por esse lado que eu entro por esse. Duvido que ele consiga, se ele não estivesse no Ministério do Trabalho, em uma assembleia de trabalhadores, com esse argumento de que o pessoal vai começar a aumentar a parte que não é tributada. Isso é conversa de “cerca Lourenço”.

Digo uma coisa para você. Entendi seu argumento, mas quero chamar, porque, no final, com todo o respeito, vai ter que haver aqui uma negociação, que vai ser do Relator, dos membros da Comissão, no sentido de qual será o valor que o Governo concede para que possamos fazer essa isenção.

O SR. MAURO RODRIGUES DE SOUZA – Isso é o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – No mais, vamos ficar aqui esticando para lá, puxando para cá, sem avançar mais do que já avançamos.

Ouvi uma coisa na reunião anterior que me chamou a atenção. Os empregadores e os empregados estão de acordo com isso, inclusive de que tem que haver a participação dos sindicatos. Isso é muito raro acontecer! Se já temos isso, cabe a nós agora avançarmos em um único ponto. Aí eles falaram, e acho que, Luiz Alberto, só me permitindo isso, que é sentar com o Mauro e ver qual é o texto que poderíamos realmente enxugar, ficar mais claro para não dar dúvida interpretação, é isso que eles disseram aqui. E o valor, porque vamos ter que chegar a um acordo. Mas, nesse ponto, confio no talento, na *expertise* do nosso Relator.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Sr. Presidente, só queria fazer dois comentários.

Eu estive do lado de lá, como dirigente sindical e negociando em mesas entre patrão e empregados, e devo dizer que – e é um alerta que o Mauro levantou aqui, e até já debati isso com algumas centrais sindicais – pode haver, independentemente do valor a ser tributado ou não, debate de compensação. Ou seja, o patrão diz: eu aumento aqui e diminuo... Porque os trabalhadores também estão debatendo isso, porque eles sabem que a PLR não vai incidir, quando ele

chegar à aposentadoria, no seu cálculo de aposentadoria. Portanto, ele não vai fazer...

O SR. MAURO RODRIGUES DE SOUZA – Nesse ponto, ele tem o sindicato para referendar.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Exatamente.

O SR. MAURO RODRIGUES DE SOUZA – Exatamente.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – ...essas compensações prejudiciais de futuro deles.

A outra questão é que precisamos estabelecer, na legislação inclusive – e no formato podemos pedir a colaboração do Ministério –, espaços temporais distintos entre o momento da negociação salarial da categoria e a negociação da PLR. Não confundir. A negociação da PLR não tem a ver com negociação salarial. É importante e salutar que não seja colocada na mesma mesa, no mesmo momento para esse debate.

Na questão do tributo, todos os argumentos levantados aqui são de interesse, evidentemente, de preservar o caixa do Governo, mas vamos insistir em fazer uma negociação com o Governo. Como disse o nosso Presidente Moka, não vamos apresentar uma proposta que sabemos que lá adiante pode ou ser vetada ou não propiciar acordo. Queremos negociar. Vamos discutir com o Governo a possibilidade, se não assumir essa decisão que o nosso Deputado apresentou aqui. Mas acho que há um caminho para se debater isso. Nosso Líder do Governo, o Senador Pimentel, nessa preocupação, apresentou até algumas sugestões importantes. Estamos avaliando e vamos, provavelmente, admiti-las.

Sr. Presidente, já estou aqui com um relatório prévio, só faltando fechar mesmo essa questão da negociação do teto de isenção. Vamos pedir uma conversa com o Ministério da Fazenda para discutir, para ver se é possível um acordo, um consenso. O Ministério do Trabalho já deu uma opinião importante: a importância de se adequar a legislação para que precise melhor os procedimentos em relação à participação dos sindicatos e outros instrumentos que acho que ajudariam o processo de negociação.

Queria, da minha parte, Sr. Presidente, agradecer a presença dos nossos convidados, Mauro e Fernando. Estou com o relatório praticamente pronto, só esperando esta parte que é a mais importante delas: a flexibilização da Receita Federal do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Antes de encerrar, gostaria de combinar com os Deputados Mendonça e o Ninho que nós poderíamos fazer o seguinte: a semana que vem já é a semana que precede a Semana Santa. Então, como o relatório está praticamente fechado, nós marcaríamos para logo após, na terça-feira, passada a Semana Santa, a apresentação do relatório do Deputado Luiz Alberto.

Se V. Ex^{as} concordarem, vou pedir para que a assessoria marque reunião para, sem ser a terça-feira que vem, a outra terça-feira, às 14 horas. O Luiz Alberto lê o relatório, nós damos mais um tempo – quem sabe na própria quinta-feira daquela semana – para que os Srs. Parlamentares possam analisar o relatório, debatê-lo e, em seguida, vamos para uma reunião definitiva que seria a votação do relatório do Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Uma pergunta à Receita Federal.

Quando o Fernando fala de um comentário do Deputado Vicentinho de que cerca de 90% dos trabalhadores seriam atendidos por esse teto, eu pergunto: são dos trabalhadores que recebem efetivamente a participação nos lucros? Porque há muitas categorias que nem debatem, nem discutem e nem distribuem. Provavelmente esse número diga respeito aos trabalhadores que efetivamente recebem a PLR. E não são 90% dos trabalhadores que têm essa isenção como...

O SR. FERNANDO MOMBELLI – É uma notícia que saiu hoje aqui no site *Notícias-CNTI* – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Vou me permitir ler aqui, é rapidinho:

Esta medida provisória – em que pese não contemplar os direitos completos de todas as centrais sindicais, tanto é que eu sou autor de um projeto de lei que fala desse propósito que seria isentar a todos, independente da faixa salarial – mesmo assim, esta medida provisória é maravilhosa, porque ela isenta quase que a totalidade dos trabalhadores. Já que a grande maioria, 99% [imagino que sejam aqueles que recebem PLR], recebe até R\$6 mil", diz Vicentinho.

Está grafado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Bom, nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião, já deixando pré-convocada, claro que oficializo isso a V. Ex^{as}, a próxima reunião, sem ser nessa terça-feira, na próxima terça-feira, já com o compromisso de o Relator Deputado Luiz Alberto apresentar o relatório, para que dele tomemos conhecimento.

Comunico a presença do nosso Deputado Ademir Camilo. Sei que S. Ex^a se esforçou para chegar até aqui.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 597, ADOTADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA NA MESMA DATA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 5º DO ART. 3º DA LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 597, de 2012, com a presença dos Senadores Sérgio Souza, Ivo Cassol, Inácio Arruda, Walter Pinheiro, Ana Rita, Aloysio Nunes Ferreira, José Pimentel, Angela Portela e Eduardo Amorim; e dos Deputados Luiz Alberto, Mauro Benevides, Ademir Camilo, Laercio Oliveira, Severino Ninho, Jorge Corte Real, Ricardo Berzoini, Leomar Quintanilha, Guilherme Campos, Walter Ithoshi, Glauber Braga e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do Relatório. O Senador José Pimentel sugere que a leitura do Relatório seja feita na presente reunião e seja concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se a reunião e marcando a votação para outra oportunidade. O Presidente consulta o Plenário, que concorda com a proposta. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Relator, Deputado Luiz Alberto, que procede à leitura do Relatório. Lido o Relatório, fazem o uso da palavra os seguintes parlamentares: Senador Eduardo Amorim, Senador José Pimentel e Deputado Laercio Oliveira. A Presidência concede vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 132 §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal, suspendendo a reunião às quinze horas e dezessete minutos com a aquiescência do Plenário. Às dez horas e vinte minutos do dia dezoito de abril de dois mil e treze, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, a reunião é reaberta. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da terceira e da quarta Reuniões, que são aprovadas. Reaberta a discussão, usam da palavra para disculpir o Senador José Pimentel, o Deputado Laércio Oliveira e o Deputado Jorge Corte Real. O Relator, Deputado Luiz Alberto, passa a ler complementação de voto, promovendo alterações no projeto de lei de conversão apresentado. Encerrada a discussão e colocado em votação, o Relatório é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela inadequação sob o ponto de vista orçamentário e financeiro e incompatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por redundarem em redução de receitas tributárias sem a correspondente compensação financeira, das emendas 1, 3, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 19, 31, 32, 34 e 35; pela rejeição das emendas 2, 4, 5, 10, 16, 17, 18, 20 e 21, por tratarem de matéria alheia ao objeto da Medida Provisória; pelo acolhimento, ou acolhimento parcial, das demais emendas, exceto a emenda 29, rejeitada; pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida

Provisória nº 597, de 2012; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 597, de 2012, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. Em seguida, o Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador WALDEMIR MOKA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 597, de 2012.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Alberto para proceder à leitura do relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, nós estamos fazendo uma composição política entre os membros da Comissão para que nós possamos fazer a leitura, hoje, e, em seguida, abrir vista coletiva, porque os nossos pares precisam discutir alguns itens do parecer, e o Governo está favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu consulto os Srs. Parlamentares se há esse entendimento com os Srs. Parlamentares.

Teremos, hoje, somente a leitura do relatório do Deputado Luiz Alberto. Logo em seguida, vista coletiva, ficando a discussão e a votação da matéria para amanhã, em horário que ainda vamos marcar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, se V. Exª puder pedir à assessoria, sugeriríamos 10h.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Temos um problema com o plenário. Consulto se, amanhã, teremos disponível o horário das 10h.

Ficam, então, adiadas a discussão e a votação para amanhã, quinta-feira, às 10h.

Com a palavra, o Senador Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Em 2014, estarei aqui. Vou concorrer ao Senado, Senador Moka.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – E não tenha dúvida de que a Bahia será muito bem representada, como foi nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Só deve combinar com o povo baiano, Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Com o povo já está combinado. Senador Moka, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, vou iniciar a leitura da Medida Provisória nº 597 nesta Comissão Mista.

A Medida Provisória nº 597, de 26 de dezembro de 2012, dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e acrescenta os §§ 6º a 10 ao texto do mesmo artigo e um anexo à referida Lei.

O inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, estabelece que é direito dos trabalhadores à participação nos lucros ou resultados das empresas, desvinculada da remuneração, conforme definido em lei.

A participação nos lucros ou resultados das empresas, PLR, foi disposta na Lei nº 10.101, de 2000. O referido § 5º do art. 3º, em sua redação original, dispunha que as participações seriam tributadas na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto devido na declaração, competindo à pessoa jurídica a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.

A nova redação dada ao § 5º pela MP 597 estabelece que a PLR deve ser, a partir de 1º de janeiro de 2013, tributada integral e exclusivamente na fonte, com base na seguinte tabela progressiva constante do anexo também incluído pela MP, e não integrará a base de cálculo do imposto devido na declaração.

Aqui há um anexo com uma tabela progressiva, que estabelece um limite de até R\$6.000,00 para a isenção do Imposto de Renda. A partir daí há uma alíquota de 7,5%, que vai de R\$6.000,01 a R\$9.000,00; de 15%, que vai de R\$9.000,01 a R\$12.000,00; de 22,5%, que vai de R\$12.000,01 a R\$15.000,00; e, acima de R\$15.000,00, a alíquota é de 27,5%.

A parcela deduzida do Imposto de Renda nas alíquotas de 7,5% é de R\$450,00; de 15%, de R\$1.125,00; de 22,5%, de R\$2.025,00; de 27,5%, R\$2.775,00.

Quando houver pagamento de mais de uma parcela no mesmo ano, o imposto será recalculado com base no total da PLR, deduzindo-se o retido anteriormente (§ 7º).

As PLRs pagas acumuladamente relativas a mais de um ano serão também tributadas exclusivamente na fonte, com base na tabela progressiva do anexo (§§ 8º e 9º).

Podem ser deduzidas da PLR as importâncias a título de pensão alimentícia, quando correspondentes a essa participação, vedada a utilização da mesma parcela para determinação da base de cálculo dos demais rendimentos (§ 10).

De acordo com a Exposição de Motivos nº 278, de 2012, que acompanha a MP, a relevância e a urgência das medidas propostas são justificáveis em razão da necessidade de beneficiar os trabalhadores com a tributação mais benéfica a partir de 1º de janeiro de 2013.

As alterações acarretarão, conforme informado na Exposição de Motivos, a seguinte renúncia de receita a ser compensada em 2013, por pedido de reserva de recursos na lei orçamentária anual e, nos anos seguintes, por meio de previsão orçamentária:

Anos:	Renúncia (R\$ milhão):
2013	R\$1.702,71
2014	R\$1.888,98
2015	R\$ 2.095,62

Ao texto da Medida Provisória foram apresentadas as seguintes 36 emendas:

Emenda nº 1.

Autor: Senador Alvaro Dias.

Descrição: Inclui artigo para estabelecer que os Estados e Municípios que registrarem perdas de arrecadação decorrentes da MP deverão ser compensados pela União, para efeito de cálculo do FPE e do FPM.

Emenda nº 2.

Autor: Deputado André Figueiredo.

Descrição: Inclui um art. 5-A ao texto da Lei nº 5.859/72 para a

inclusão do empregado doméstico no PIS e para dispor que o empregador doméstico ficará sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS.

Emenda nº 3.

Autor: Deputado André Figueiredo.

Descrição: Altera o art. 8º da Lei nº 9.250/95, para incluir as alíneas "h" e "i" ao inciso II, tornando dedutíveis para efeito de apuração do Imposto de Renda as despesas relativas a taxas condominiais e extras de imóvel de propriedade do contribuinte, ou por ele locado, e as despesas com salários e encargos trabalhistas de empregados domésticos.

Emenda nº 4.

Autor: Deputado André Figueiredo.

Descrição: Altera a Lei nº 10.820/03, para introduzir modificações nas normas relativas ao chamado empréstimo consignado em folha de pagamento.

Emenda nº 5.

Autor: Deputado Sandro Mabel.

Descrição: Acrescenta artigos ao texto da MP para alterar dispositivos da Lei nº 11.941/2009 e da Lei nº 12.249/10 (que concedem parcelamentos de débitos vencidos até 30/11/08), reabrindo por até 120 dias o prazo para solicitação do parcelamento.

Emenda nº 6.

Autor: Deputado George Hilton.

Descrição: Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 10.101/00, dispondo que os rendimentos pagos a título de PLR dos trabalhadores com deficiência, idosos e que necessitem de medicamentos de uso contínuo não serão tributados para efeito de apuração do Imposto de Renda.

Emenda nº 7.

Autor: Deputado Paulinho Pereira da Silva.

Descrição: Altera a tabela do Anexo à MP para estabelecer alíquota de 0,0% para os valores até R\$10.000,00 e de 27,5% para os valores acima de R\$ 28.000,00 (consideradas parcelas a deduzir em decorrência de se tratar de uma tabela progressiva).

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Deputado Luiz Alberto, uma questão de ordem.

Salvo engano, a gente começou a nossa reunião de hoje sem quórum.

Seria bom a gente checar o quórum para ver se está certo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Nós temos cinco assinaturas de Deputados e cinco assinaturas de Senadores, portanto, o suficiente para abrir a reunião e fazer a leitura. Nós não temos quórum para votar, é diferente, para deliberar, mas para abrir a reunião e fazer a leitura nós temos quórum.

Eu quero dizer o seguinte: eu não vou fazer nada que não seja regimental. Quanto a isso V. Exª pode ficar absolutamente tranquilo. Nada! Regimentalmente – estou aqui dizendo para ele –, o que não for possível, a Presidência não fará.

Agora, salvo melhor juízo, eu ouvi e consultei V. Exª se havia acordo para proceder a leitura e vista coletiva para amanhã. V. Exª acenou...

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Sim, desde que haja quórum regimental. Desde que não atropelo o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Mas eu não estou atropelando o Regimento.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Sim. Estou fazendo uma consulta apenas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Está ali. V. Ex^a pode se certificar.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Prosseguindo, Sr. Presidente.

Emenda nº 8.

Autor: Deputado Paulinho Pereira da Silva.

Inclui inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, para conceder isenção de Imposto de Renda aos rendimentos decorrentes de PLR até R\$10.000,00.

Emenda nº 9.

Autor: Deputado Silvio Costa.

Altera a redação do §2º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000, para vedar o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de PLR em periodicidade inferior a um trimestre civil; ou mais de quatro vezes no mesmo ano. O texto atual do dispositivo veda periodicidade inferior a um semestre, ou mais de duas vezes no mesmo ano.

Emenda nº 10.

Autor: Senador Francisco Dornelles.

Inclui artigo ao texto do MP para instituir regime especial de parcelamento de débitos fiscais.

Emenda nº 11.

Autor: Deputado Ronaldo Caiado.

Acrescenta §11 ao art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000, para estabelecer, a partir do ano-calendário de 2014, inclusive, correção dos valores de tabela do Anexo no mesmo percentual da tabela progressiva aplicável aos demais rendimentos das pessoas físicas (art. 1º da Lei nº 11.482, de 2007).

Emenda nº 12.

Autor: Deputado Ronaldo Caiado.

Altera o §10 do art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000, para permitir, na determinação da base de cálculo da PLR, além da pensão alimentícia já constante do texto, a dedução das despesas médicas e odontológicas – Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, II, “a” – ou a dedução do desconto simplificado, que substitui todas as deduções admitidas na legislação, correspondente a 20% dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual.

Emenda nº 13.

Autor: Deputado Ronaldo Caiado.

Acrescenta um §11 ao art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000, para permitir a dedução de até 6% do imposto devido de contribuições para instituições e atividades previstas nos incisos do art. 1º da Lei nº 9.250, de 1995. O art. 1º da referida Lei não contém incisos. Presume-se que a emenda quer se referir ao art. 12, I a III e VII – respectivamente: fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso; projetos culturais; incentivo às atividades audiovisuais; e a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico. Permite, também, a dedução prevista no art. 1º da Lei nº 11.438, de 2006 – apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos. Não poderá ser utilizada a mesma parcela para dedução na Declaração de Ajuste Anual.

Emenda nº 14.

Autor: Deputado Ronaldo Caiado.

Acrescenta um §11 ao art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000, para permitir a dedução das contribuições para as entidades de previdência privada.

Emenda nº 15.

Autor: Deputado Ronaldo Caiado.

Altera o §10 do art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000, para permitir, na determinação da base de cálculo da PLR, além da pensão alimentícia já constante do texto, a dedução:

a) das despesas médicas e odontológicas – Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, II, “a” – ou a dedução do desconto simplificado, que substitui todas as deduções admitidas na legislação, correspondente a 20% dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual (Lei nº 9.250, de 2005, art. 10);

b) as contribuições para as entidades de previdência privada;

c) até 6% do imposto devido, de contribuições para instituições e atividades previstas nos incisos do art. 1º da Lei nº 9.250/95. O art. 1º da referida Lei não contém incisos. Presume-se, portanto, que a emenda quer se referir ao art. 12, I a III e VII – respectivamente: fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso; projetos culturais; incentivo às atividades audiovisuais; e a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico. Permite, também, a dedução prevista no art. 1º da Lei nº 11.438, de 2006 – apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos. Não poderá ser utilizada a mesma parcela para dedução na Declaração de Ajuste Anual.

Emenda nº 16.

Autor: Deputado Eduardo Cunha.

Visa alterar dispositivos da Lei nº 8.906, de 1994, que trata do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Emenda nº 17.

Autor: Senador Francisco Dornelles.

Idem à Emenda nº 10, já lida.

Emenda nº 18.

Autor: Deputado Sandro Mabel.

Acrescenta artigo para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, em aquisições de produtos diretamente na indústria, para uso pessoal dos integrantes das Forças Armadas e órgãos policiais civis e militares

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Nobre Relator Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Eu queria sugerir a V. Exª que, como as emendas foram publicadas a partir do quinto dia da apresentação da Medida Provisória, ou seja, estão há mais de 90 dias divulgadas, se V. Exª quiser dar essa parte como de conhecimento de todos, eu ficaria muito grato.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Aceito de bom grado, Senador, essa sua sugestão.

Então, passo ao voto do Relator.

Cumpra a este Relator manifestar-se, preliminarmente, sobre a constitucionalidade, técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, superados esses aspectos, apreciar o mérito da Medida Provisória nº 597, de 2012, e das emendas a ela apresentadas.

Dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Devemos, inicialmente, verificar se a Medida Provisória atende aos pressupostos constitucionais, quais sejam: relevância e urgência das matérias nela contidas.

Entendo que ambos estão presentes na espécie. A relevância e urgência das matérias incluídas na Medida Provisória são justificáveis pelo fato de se tratar da introdução de sistemática de tributação da PLR mais benéfica aos

trabalhadores, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013, beneficiando os pagamentos a partir dessa data.

Assim, fica claro que as medidas propostas na Medida Provisória nº 597, de 2012, são urgentes e relevantes.

Não verificamos vícios de inconstitucionalidade nas matérias tratadas na Medida Provisória. O ordenamento jurídico foi respeitado, não se verificando máculas aos princípios da legalidade, da anterioridade, do não confisco, da isonomia e demais princípios constitucionais normalmente aplicáveis à questão tributária.

Em relação à técnica legislativa, tampouco encontramos óbices aos dispositivos da Medida Provisória. Os aspectos formais do texto analisado estão conformes aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A mesma situação se verifica em relação às emendas apresentadas à MP. Em nenhuma delas verificamos vícios flagrantes de inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa.

No entanto, as Emendas nºs 2, 4, 5, 10, 16, 17, 18, 20 e 21, tratam de matéria alheia ao objeto da Medida Provisória, motivo pelo qual, não obstante a meritória intenção dos Srs. Parlamentares, são rejeitadas.

Assim sendo, entendo que a Medida Provisória nº 597, de 2012, atende aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, sendo que a Medida Provisória e as emendas a ela propostas não exibem vícios de inconstitucionalidade ou de técnica legislativa.

Da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira. Em relação aos aspectos financeiros e orçamentários, não verificamos problemas na Medida Provisória nº 597, de 2012.

A renúncia de receitas acarretada pelas alterações serão devidamente compensadas conforme descrito na Exposição de Motivos e enfatizadas na primeira parte deste Parecer.

Dessa forma, as disposições da Medida Provisória nº 597, de 2012, estão de acordo com a legislação que rege o controle das finanças públicas e são compatíveis e adequadas financeira e orçamentariamente.

Consideramos inadequadas sob o ponto de vista orçamentário e financeiro e incompatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por redundarem em redução de receitas tributárias sem a correspondente compensação financeira, as Emendas nºs 1, 3, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 19, 31, 32, 34 e 35. É forçoso, no entanto, reconhecer o mérito das referidas emendas.

Entendemos oportuno tecer considerações acerca de algumas das emendas consideradas inadequadas orçamentária e financeiramente. A emenda nº 1 estabelece que os Estados e Municípios que registrarem perdas de arrecadação decorrentes da Medida Provisória deverão ser compensados pela União, para efeito de cálculo do FPE e FPM. A União tem competência para legislar sobre os impostos federais, alterar suas alíquotas, conceder isenções, estabelecer incentivos fiscais etc., e não há precedentes de ser obrigada a compensar Estados e Municípios por alterações legislativas que efetuar, de acordo com a política fiscal adotada.

A Emenda nº 6 dispõe que os rendimentos de PLR de trabalhadores com deficiência e idosos que necessitam de medicamentos de uso contínuo não serão tributados pelo Imposto de Renda. O Imposto de Renda leva em consideração a capacidade contributiva do sujeito passivo. Há contribuintes idosos, deficientes e portadores de enfermidades com grande capacidade contributiva. O dispositivo poderia também ensejar evasão fiscal.

As Emendas nºs 7 e 8 visam estabelecer alíquota de 0% ou isenção para os valores de PLR até R\$10 mil e alíquota de 27,5% para os valores acima de R\$28 mil. O Anexo constante do texto original da Medida Provisória prevê, como já visto, alíquota de 0% para os valores de até R\$6 mil e de 27,5% para os valores acima de R\$15 mil.

Há um erro no relatório que deve de ser corrigido, pois, na verdade, é de 27,5% para os valores acima de R\$15 mil. Aqui constam 27%, mas são 27,5% para valores acima de R\$15 mil.

Esses valores foram negociados e acordados com as Centrais Sindicais por ocasião da edição da Medida Provisória.

Assim sendo, parece-nos que, além das emendas serem inadequadas orçamentária e financeiramente, o acordo entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais deve ser respeitado.

É bom salientar, Sr. Presidente, que esse acordo foi assinado, acordado, concordado entre as partes no dia 24 de dezembro do ano passado.

As Emendas nºs 12, 13, 14, 15 e 34 visam permitir, na determinação da base de cálculo da PLR, a dedução de despesas médicas e odontológicas, desconto simplificado, contribuições para entidades de previdência privada, doações aos fundos para projetos culturais, atividades audiovisuais, projetos esportivos etc.

A dedução dos valores acima referidos é um procedimento que se aplica à Declaração de Ajuste Anual no Imposto de Renda. O sistema de tributação exclusiva na fonte, com imposto sendo recolhido diretamente pela empresa, não comporta apuração e dedução de tais valores, haveria distorção do mecanismo de tributação exclusiva e inviabilizaria o controle fiscal. Trata-se de uma tabela própria, muito mais vantajosa para os trabalhadores em relação à tabela progressiva mensal, aplicada aos demais rendimentos. Enquanto a primeira faixa de tabela específica da PLR alcança valores até R\$6 mil, a tabela mensal da primeira faixa possui, para o ano calendário de 2013, o valor de R\$1. 713,78.

Não vemos óbice na natureza financeiro-orçamentária à apreciação das demais emendas apresentadas pelas Sr^{as} e Srs. Parlamentares.

No mérito, a participação no lucro e o resultado da PLR configuram um excelente incentivo à produtividade e beneficiam também as empresas, pois os pagamentos de PLR não integram os salários dos empregados e não constituem base de cálculo de encargos trabalhistas e previdenciários.

Há muito os trabalhadores das Centrais Sindicais reivindicam a concessão de isenção do Imposto de Renda sobre o pagamento de PLR. O pleito está sendo atendido em parte pela Medida Provisória nº 597, de 2012, tendo em vista que a isenção para os pagamentos de até R\$6 mil, no ano calendário, abrange em torno de 60% dos beneficiários da PLR, de acordo com informações fornecidas pelo Ministério da Fazenda.

A Emenda nº 9 altera a Medida Provisória com o intuito de vedar que as PLRs sejam pagas em periodicidade inferior a um trimestre civil ou mais de quatro vezes no mesmo ano civil. O texto atual da Lei 10.101, de 2000, proíbe o pagamento em periodicidade inferior a um semestre civil ou mais de duas vezes no mesmo ano civil (art. 3º, §2º). A permissão para efetuar pagamento de PLR em até quatro vezes no mesmo ano civil não é recomendável, porque poderia ensejar o pagamento disfarçado de salários. Parece-nos oportuno, todavia, permitir o pagamento de PLR em periodicidade de um trimestre civil, desde que mantida a vedação de pagamento em mais de duas vezes no mesmo ano civil.

Assim, acatamos parcialmente a Emenda nº 9, na forma do Projeto de Lei de Conversão.

As Emendas nºs 11 e 22 têm por finalidade estabelecer a atualização monetária dos valores constantes do Anexo, de forma a evitar a elevação da carga tributária sobre essa parcela da renda dos trabalhadores.

Consideramos oportunas as emendas e as acatamos na forma do Projeto de Lei de Conversão.

As Emendas nºs 23, 24, 30 e 36 estabelecem que, em caso de recusa da empresa à negociação ou quando a negociação resultar em impasse, deverão ser destinados percentuais do lucro líquido para o pagamento aos trabalhadores a título de PLR.

Após debates e reflexões sobre o assunto, chegamos à conclusão de que a negociação é o melhor caminho para se chegar a uma distribuição mais justa a título da PLR. O estabelecimento de distribuição obrigatória de um percentual de lucro líquido poderia, em determinados casos, inibir ou até mesmo eliminar a negociação entre as partes. Além disso, algumas empresas podem não apresentar lucro durante anos seguidos e, ao mesmo tempo, apresentarem resultados positivos em termos de produtividade, eficiência, economias de escala etc., o que ensejaria a distribuição de PLR.

Assim sendo, introduzimos no Projeto de Lei de Conversão, como um dos procedimentos que podem ser escolhidos pelas partes, de comum acordo, a instituição da comissão paritária, sendo os representantes dos trabalhadores escolhidos por eleição organizada pelo sindicato da respectiva categoria e acompanhada também por um representante do sindicato da mesma categoria.

Estabelecemos também que a recusa de qualquer das partes em realizar a negociação para a participação nos lucros ou resultados constituirá conduta antissindical sujeita à definição judicial para fixação dos direitos substantivos da participação, inclusive dos mecanismos de aferição das informações pertinentes que viabilizarem a distribuição, além da sujeição ao pagamento da indenização por dano moral coletivo.

O conceito de atos antissindiciais trazido por Oscar Ermida Uriarte, é bastante usado como referência no Brasil:

(...) aqueles que prejudiquem indevidamente um titular de direitos sindicais no exercício da atividade sindical ou por causa desta ou aqueles atos mediante os quais lhe são negadas, injustificadamente, as facilidades ou prerrogativas necessárias ao normal desempenho da ação coletiva. (A Proteção Contra os Atos Antisindiciais).

T

Também a Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 1952, que trata do "Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva", menciona a proteção ao exercício da ação sindical, trazendo em seu texto o sentido de atos que contrariam os princípios da liberdade sindical e da prevalência da negociação coletiva, sejam eles de discriminação antissindical, os atos de ingerência e as práticas desleais.

A justiça trabalhista, notadamente o TST, por seus precedentes em dissídios coletivos, tem tornado efetivo o exercício da liberdade sindical e assim reconhecendo a prática da conduta antissindical e aplicando sanções, especialmente o pagamento de indenizações por danos morais coletivos.

Consideramos, diante disso, atendida essa finalidade contida nas referidas Emendas nºs 23, 24, 30 e 36. As Emendas nºs 24, 25 e 36 visam, também, assegurar proteção aos representantes dos trabalhadores na comissão e estão sendo acatadas no Projeto de Lei de Conversão.

As Emendas nºs 24, 26 e 36 estabelecem ainda que a empresa deverá prestar ao sindicato informações sobre sua situação econômica e financeira, ficando o sindicato obrigado a tratar as informações com causa de sigilo ou causa de confidencialidade.

Acatamos as emendas nos termos do § 4º, acrescentado pelo Projeto de Lei de Conversão ao art. 2º da Lei nº 10.101, de 2000.

Os objetivos visados pela Emenda nº 27 já estão assegurados na legislação atual.

A inclusão pretendida pela Emenda nº 28 para que, facultativamente, os estagiários e aprendizes recebam distribuição de PLR desvirtua a finalidade que motiva os contratos de estágio e de aprendizagem, que tem como objetivo primordial a formação dos jovens e estudantes e não a sua inserção na lógica produtiva e lucrativa das empresas. Além disso, essas modalidades de contratação não geram vínculo empregatício. É sabido que algumas negociações de PLR, em segmentos que possuem categorias bem organizadas e planos nítidos das inserções de estagiários e aprendizes, os incluem como recebedores de PLR. No entanto, a inserção generalista e abstrata no texto da lei desvirtuaria a essência contributiva que fundamenta o estágio e a aprendizagem. Não há benefício no acolhimento da Emenda nº 28.

A Emenda nº 29 foi aproveitada na alteração do inciso II do art. 4º da Lei nº 10.101, de 2000.

Entendemos que as matérias e finalidades contidas nas Emendas nºs 33 e 34 foram acatadas parcialmente pelo nosso Projeto de Lei de Conversão, rejeitadas as demais sugestões.

Finalmente, consideramos muito oportuno salientar que, após entendimentos com a área econômica do Governo Federal, estamos incluindo um art. 2º ao Projeto de Lei de Conversão, com a finalidade de permitir a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física das contribuições para o novo regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, instituído pela Lei nº 12.618, de 20 de abril de 2012.

Atualmente, só há previsão para se deduzirem as contribuições previdenciárias para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, em função do que determinam os incisos IV e V do art. 4º da Lei nº 9.250, de 1995.

Com a alteração incluída no Projeto de Lei de Conversão, objetiva-se tornar isonômico o tratamento entre os diversos regimes previdenciários no que tange à dedutibilidade das respectivas contribuições, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Física.

Conclusão.

Pelos motivos acima expostos, concluo:

I – pela inadequação, sob o ponto de vista orçamentário e financeiro, incompatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por redundarem em redução de receitas tributárias sem a correspondente compensação financeira, as Emendas nºs 1, 3, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 19, 31, 32, 34 e 35;

II – pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 5, 10, 16, 17, 18, 20 e 21, por tratarem de matéria alheia ao objeto da Medida Provisória;

III – pelo acolhimento, ou acolhimento parcial, das demais emendas, exceto a Emenda nº 29, que rejeitamos;

Aqui, no relatório, é preciso renumerar a ordem, porque repete o item II duas vezes. É II, III e IV. Leia-se I, II, III e IV.

IV – pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 597, de 2012; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, pela adequação financeira e orçamentária.

No mérito, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 597, de 2012, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2013.

Assinado, Relator Deputado Luiz Alberto.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Acabamos de ouvir o sucinto relatório do Deputado Luiz Alberto.

Quero, neste momento, dizer o seguinte: a pior coisa é quando não há entendimento. Então, nós iniciamos esta reunião com o Senador José Pimentel dizendo que faríamos a leitura do relatório, conforme foi feito. Eu suspenderia a reunião, e ela retornaria amanhã, às 10h, para abrirmos a discussão e procedermos à votação. É esse o entendimento? Porque eu não quero que, amanhã ou depois, possam alegar que o Presidente atropelou o Regimento.

Se houver algum questionamento regimental, que seja feito. Ou, se há entendimento, entendimento é entendimento, o Plenário é soberano.

Quero ouvir, para que não haja, amanhã, nenhuma dúvida em relação ao procedimento desta Presidência.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Sr. Presidente, é esse o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Deputado, por favor.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Presidente, Senador Moka, eu queria fazer algumas considerações para deixar muito bem claro o que nós estamos tratando, mas comungando exatamente desse entendimento que estamos construindo com nosso querido Líder Senador José Pimentel.

Quero deixar registrado que a Comissão não cumpriu o prazo regimental de 48 horas. Nós já conversamos, e existe um entendimento sobre isso.

Esta Medida Provisória tem uns pontos muito difíceis. Enquanto o meu colega Deputado Luiz Alberto fazia a leitura do relatório, conversamos exaustivamente com o Líder Senador José Pimentel e chegamos a um entendimento. No começo da noite, faremos uma reunião para tentarmos discutir alguns pontos a serem alterados no relatório que acabou de ser lido pelo meu colega Deputado Luiz Alberto.

Esta matéria, Sr. Presidente, como é do conhecimento de V. Ex^a, é extremamente importante para a sociedade. Ela traz enorme complexidade e não pode ser colocada para votação de uma forma tão rápida. Por isso, queria exortar aqui, por questão de ordem, o art. 132, que permite que se peça vista de cinco dias. Vou retirar.

Só estou registrando, mas quero manter o entendimento de tudo o que foi conversado até aqui juntamente com meu querido Senador Eduardo Amorim e com o Senador José Pimentel. Às 19h30min, temos uma reunião marcada no gabinete do Senador Eduardo Amorim, quando tentaremos construir uma solução para que, amanhã, de fato, às 10h, nos reunamos aqui para tentarmos votar esta Medida Provisória.

Queria fazer essas considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Deputado, eu fui o primeiro a chegar aqui e dizer que a reunião havia sido convocada para hoje porque havia uma informação de que havia consenso no texto, até porque eu conheço o Regimento e sei de antemão que deveríamos ter 48 horas. Mas, no início, ainda disse: se alguém questionar, terei, de ofício, de suspender. E seria amanhã, para dar o prazo. Houve o entendimento de que faríamos a leitura.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – E a votação somente amanhã para atender isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – E haveria uma vista coletiva para amanhã. Ele está alegando que o pedido de vista é de cinco dias, mas é de até cinco dias. Se é de até cinco dias, a Presidência pode conceder 20 horas, 23 horas.

Então, acho que, regimentalmente, estou aqui absolutamente tranquilo, até porque não faria mesmo. E quem me conhece sabe que não é este meu perfil: não sou de atropelar o Regimento.

E digo mais: se vai haver um entendimento, vai-se mudar o texto – e deve-se mudar. Se não houver um acordo, não há como votar o texto modificado amanhã. Não se preocupe: ou vamos votar uma matéria aqui com consenso; ou, certamente, não votaremos amanhã.

Por isso, estou tranquilo. Sei que a assessoria, às vezes... Mas a verdade é esta, estou confiante nisso: ou vai haver acordo ou não vamos votar amanhã. V. Exª pode ficar absolutamente tranquilo. Ou vamos evoluir, o José Pimentel está apostando nisso, experiente como é, ou vai evoluir para um acordo; ou amanhã, certamente, não teremos como votar este texto aqui.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – É exatamente isso, Sr. Presidente. V. Exª, com a experiência que tem das duas Casas como Deputado Federal, que trabalhamos juntos, e como Senador – chegamos aqui em fevereiro de 2011 –, conhecemos o rigor que V. Exª tem na condução de seu mandato e nas tarefas a V. Exª delegadas. Portanto, parabéns pela condução.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Sr. Presidente, o art. 135 do Regimento Interno realmente diz que é até cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Art. 132, Deputado.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Desculpe-me, art. 132. É como V. Exª falou, até cinco dias pode ser um dia, mas também podem ser cinco dias. Outra coisa, vista é uma prerrogativa do Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Sem dúvida.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Pedir vista é natural dentro do processo legal e legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Sem dúvida.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Quando a gente constrói... É regimental...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É que o pedido de vista também pode ser coletivo.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Pois é, e, neste caso, é coletivo.

Estou citando isso, mas volto a exortar o entendimento. Como disse o experiente Líder José Pimentel: um entendimento é muito melhor do que seguir o Regimento, porque, no Regimento, existem todos os artifícios que todos nós aqui sabemos usar. Então fica, de fato, mantida esta reunião para hoje. Amanhã, certamente, estaremos aqui, se Deus quiser, com tudo isso resolvido para votarmos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, esta reunião de hoje não é da Comissão, é do Líder do Governo ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Bem entendido.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – E coordenada pelo nosso Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu tenho certeza de que V. Ex^{as} vão encontrar um consenso.

Quero, então, suspender a reunião, e, amanhã, nós vamos retomá-la. E digo mais: com o quórum aqui já estabelecido. Que fique claro isso para que, amanhã, não venha alguém querer dizer que eu estou mantendo o quórum. Estou suspendendo a sessão, que será iniciada amanhã às 10 horas. Está suspensa a presente sessão.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, suspensa às 15 horas e 17 minutos do dia 17/04/2013, a reunião é reaberta às 10 horas e 20 minutos do dia 18/04/2013.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 597, de 2012.

Antes de retomarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 3 e 4.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e irão à publicação. Declaro aprovadas as duas atas, da 3ª e da 4ª Reunião.

A Presidência comunica que a 5ª Reunião, aberta no dia 17 de abril, foi suspensa com aquiescência do Plenário, após a leitura do relatório do Eminentíssimo Deputado Luiz Alberto e a concessão de vista coletiva da matéria.

Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente parabenizar a forma como V. Ex^a tem conduzido os trabalhos desta Medida Provisória, e a lisura e o cuidado que V. Ex^a sempre teve na condução dos trabalhos da sua vida político-partidária aqui no Congresso Nacional – inicialmente na Câmara, depois no Senado. Por isso, temos uma tranquilidade muito forte quando V. Ex^a conduz os trabalhos.

Em segundo lugar, nós havíamos solicitado a V. Ex^a um prazo para que pudéssemos fazer um debate sobre o parecer com o nosso Relator revisor, tendo, como mediador, o nosso Senador Eduardo Amorim, inclusive utilizando o espaço dele juntamente com o nosso Deputado Laercio e com o nosso Deputado Corte Real, do nosso Pernambuco.

Foi uma reunião longa, mas chegamos a um bom termo; chegamos a um acordo, Sr. Presidente. O acordo consistiu nos seguintes termos, com a anuência do nosso Relator: no art. 1º, em que se dá uma nova redação ao inciso I do art. 2º, nós acordamos em retirar essa redação, e, no inciso I da Lei 10.101, que trata da matéria, conforme aqui está, após a palavra "comissão" incluir a palavra "paritária".

Eu soube que o nosso Relator já fez uma complementação de voto para facilitar exatamente a redação...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Complementação de voto, que já está distribuída previamente aos Parlamentares.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – ... para evitar qualquer dúvida na sua condução.

No §4º, também estamos retirando o inciso I, que dava uma nova redação, e está sendo incluído, no §1º, após os incisos I e II, o inciso III, com uma redação nova, que foi feita exatamente para trazer subsídio à Comissão paritária nesse debate, uma redação com a qual uma parte não se sentiu satisfeita e cuja outra parte achou que era um avanço grande. Terminamos fazendo uma mediação.

No art. 4-A, que era uma redação nova que estava sendo proposta, também fizemos acordo: retiramos o art. 4-A, e, nesse caso, mantém-se a lei na sua totalidade, o que estava na lei.

Há mais alguma coisa?

Acho que era isso. Como veio a complementação de voto, Sr. Presidente, isso facilitaria.

Eu quero aqui parabenizar a ajuda do nosso Relator, a sua compreensão para fazer um acordo que possamos votar por unanimidade, que é, inclusive, o espírito da participação nos lucros da empresa, lucros e dividendos.

Nesse sentido, quero dizer, em nome do Governo e como Líder, da contribuição dos nossos Pares, dos nossos Deputados e Senadores, do nosso Relator, do Revisor, para que pudéssemos chegar a esse bom termo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Continua em discussão. Para discutir, Deputado Laercio.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Bom dia a todos aqui presentes. Eu quero começar as minhas palavras também, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a pela sensibilidade no trato desta Medida Provisória. Nós começamos a reunião de ontem com os ânimos um pouco exaltados, não exaltados, mas tensos, e V. Ex^a soube, com muita sabedoria, mediar o tema e propor um espaço maior para que todos nós sentássemos para conversar.

Eu também quero dizer a V. Ex^a que ontem aprendi mais um ensinamento nesta Casa, na pessoa do meu Líder, ex-ministro e Líder do Governo, Senador Pimentel. Nas discussões, ontem, aqui mesmo no plenário, ele se virou para mim e disse: "Deputado, a gente precisa esgotar ao máximo o entendimento. Tudo que a gente construir aqui é muito melhor do que usar a nossa Bíblia, que é o Regimento da Casa."

De fato, isso foi transformado em verdade. Com a disposição e o gesto de humildade do nosso Relator, o meu Colega Deputado Luiz Alberto, nós sentamos, no gabinete do Senador Eduardo Amorim, e discutimos exaustivamente, com vários técnicos, os temas, aqueles pontos que a gente entendia conflituosos. O Relator, Deputado Luiz Alberto, em nenhum momento se furtou a manter o diálogo plenamente aberto para que a gente chegasse, de fato, a um entendimento e conseguisse, hoje, concluir esse trabalho.

Então, quero dizer que tudo o que aconteceu ontem e hoje foi um aprendizado, mais um aprendizado aqui nesta Casa. Partilhando esse aprendizado com pessoas tão nobres e tão experientes, mas, acima de tudo, desprovido de qualquer espírito de vaidade, a gente constrói um relatório positivo e importante para todos, importante inclusive para o País.

Então, quero agradecer também, e muito, a gentileza do Senador Eduardo Amorim, que, infelizmente, não pôde estar aqui presente, mas eu já estive com ele hoje pela manhã. E quero agradecer também o empenho e o esforço dos meus colegas, do Deputado Jorge Corte Real, que está aqui presente, e do Sandro Mabel, que também se somaram no esforço para que a gente concluísse esse trabalho ontem.

Mas quero dizer a V. Ex^a, meu Líder, Senador Pimentel, que eu carrego mais um ensinamento nesta Casa, feliz, porque o ensinamento veio exatamente de uma pessoa tão experiente, de um político tão honrado como V. Ex^a.

Presidente, muito obrigado.

Eram essas as minhas considerações. Tudo o que foi posto aqui pelo Senador é realmente aquilo que foi combinado no nosso entendimento de ontem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Deputado Jorge Corte Real.

O SR. JORGE CORTE REAL (PTB – PE) – Bom dia a todos, Sr. Presidente, nosso Relator.

Quero, Sr. Presidente, também enaltecer e agradecer a maneira, primeiro, como V. Ex^a conduziu os trabalhos desta Comissão, enaltecer também o trabalho competente, minucioso, ouvindo todos, do companheiro Deputado Relator, que produziu um relatório extremamente minucioso e competente.

Quero agradecer ao Presidente pela confiança, pelo tempo que nos deu, porque, realmente, os pontos não acordados não eram tantos, eram poucos, e nada melhor do que um prazo para uma negociação e uma troca de ideias – quando floresceram e apareceram as figuras sempre competentes do Senador Pimentel, do Senador Eduardo, dos Deputados, principalmente Laercio e Sandro Mabel. E, também, num esforço muito grande das nossas assessorias, chegamos a um denominador comum e estamos aqui na manhã de hoje para votar a Medida Provisória.

Enalteço, mais uma vez, o espírito conciliador do nosso Relator, que acatou, dentro dos seus limites, e ouviu pacientemente todos os nossos argumentos. Com isso foi possível, Senador, chegarmos a um projeto que – vou dizer a V. Ex^a – me animou muito, porque a minha visão da participação de lucros é que ela fosse, evidentemente, uma medida provisória que viesse a incentivar a utilização dessa participação a todos os trabalhadores, que viesse a incentivar que as empresas assim procedessem. Eu tinha muito medo de que saísse algum projeto ou alguma lei que não estimulasse nesse sentido, mas tenho certeza de que o que foi produzido, o que está sendo produzido aqui, se aprovado, vai,

realmente, criar um novo paradigma nas relações capital-trabalho, vai melhorar, queira ou não queira, a renda do trabalhador, vai atenuar, como eu já disse, essa relação.

E é a obrigação de todos nós legisladores, nós empresários, nós trabalhadores, porque eu me considero um empresário trabalhador também, como todo empresário o é. E fico satisfeito com isso, Senador. E, como participante desta Comissão Mista, estou com a consciência tranquila de que cumprimos com a nossa obrigação para com o povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Com a palavra, o Relator, Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Moka, eu queria também aqui, antes de ler o meu complemento de voto, registrar que foi uma honra ter sido indicado Relator desta Medida Provisória, com a participação, nesta Comissão Mista, de vários Deputados que contribuíram nesse debate; de V. Ex^a, como Presidente, que conduziu competentemente esse trabalho da Comissão Mista; do nosso Revisor, que vem acompanhando comigo um debate e não pôde estar aqui presente conosco, o Senador Inácio Arruda. Queria também agradecer a colaboração do Deputado Corte Real, do Deputado Laercio. Mesmo com posições distintas, nós evoluímos para um acordo, mediado, tenho certeza, pelo Senador Pimentel. A ONU precisa convidar o nosso Senador Pimentel para mediar os conflitos mundiais, porque a competência dele é muito grande.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, se nós do Ceará, que somos Estado receptor das águas do São Francisco, conseguimos fazer um acordo com a Bahia, que é um Estado doador, a partir dali as coisas facilitaram. (*Risos*.)

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – As coisas fluem.

Então, agradecer bastante a cooperação decisiva do Senador Pimentel nesse processo de negociação. E também ao Deputado Sandro Mabel, que também é um competente negociador. Por óbvio, ele se classifica como empresário sindicalista e, portanto, acumulou bastante experiência em processo de negociação. Queria também agradecer aqui ao Senador Eduardo Amorim, que concedeu seu gabinete para que pudéssemos concluir o processo negocial ontem. Foram duas horas, mais ou menos, de reunião, e chegamos a um texto que, do ponto de vista das partes interessadas, foi o possível. Evidentemente que poderíamos, Sr. Presidente, ter avançado um pouco mais. O tempo é o senhor dos processos. Então, futuramente nós voltaremos a fazer novos debates.

Acho que as relações do trabalho no Brasil têm avançado e vão avançar cada vez mais. É preciso que o debate entre capital e trabalho, que ocorre no dia a dia da sociedade, reflita também aqui, que haja aqui, na Câmara e no Senado, no Congresso, para que, cada vez mais, tenhamos uma legislação mais moderna em relação a essas relações.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, ler a minha complementação de voto, que foi, de alguma forma, antecipada aqui pelo Senador Pimentel, resultado dessa negociação.

Passo a ler aqui a complementação de voto.

Em virtude de acordo firmado pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) à Medida Provisória nº 597, de 2012, estamos efetuando as seguintes alterações do texto da referida PLV:

1 – o caput do art. 2º da Lei nº 10.101, de 2000, permanece inalterado;

2 – fica acrescido ao inciso I do art. 2º da Lei nº 10.101, de 2000, a palavra “paritária” após o termo Comissão;

3 – no §4º do art. 2º, acrescido ao texto da Lei nº 10.101, de 2000, pelo PLV, o inciso I passa a ter nova redação;

4 – retira-se o §5º do art. 2º da Lei nº 10.101, de 2000, que tinha sido acrescido pelo PLV apresentado;

5 – retira-se também o art. 4-A, que tinha sido acrescido ao texto da lei pelo PLV apresentado.

Votamos, portanto, pela aprovação da Medida Provisória nº 597, de 2012, na forma do projeto de lei de conversão em anexo. Aqui estão colocadas todas as modificações que foram acordadas pelos Parlamentares que participaram, ontem à noite, desse processo.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o meu complemento de voto. Espero que tanto no plenário da Câmara quanto no do Senado nós possamos desenvolver uma defesa para que haja um acordo e que a votação seja por unanimidade nas duas Casas.

Acho, inclusive, Sr. Presidente, Senador Pimentel, Deputados, que, se tivermos condições – hoje são 18 –, aceleremos as votações na Casa para que, no dia 1º de maio, a nossa Presidente possa anunciar. Porque o foco, na verdade, da negociação entre Governo e as centrais sindicais foi exatamente a isenção do Imposto de Renda sobre a PRL até R\$6 mil. E aqui entrou também uma medida importantíssima que também o governo incentivou e com a qual concordou, que é a previsão de que, no encontro de contas do servidor público que está hoje regido pelo Funpresp, ele possa compensar o Imposto de Renda, dar as suas contribuições ao Fundo de Pensão. Penso que é uma medida muito importante, para a qual não havia previsão na legislação aprovada, mas que está aqui inclusa na Medida Provisória.

Portanto, era esse o meu relatório e complemento de voto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado Luiz Roberto, agora com essa complementação de voto. *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer desta Comissão.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se alguém deseja registrar voto diferentemente do que aqui foi aprovado pela Comissão? *(Pausa.)*

Não há nenhuma manifestação nesse sentido.

Antes de encerrarmos os trabalhos, por uma questão de economia de tempo e para que tenhamos agilidade, quero propor a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião e que, a partir da votação, a Secretaria possa encaminhar o resultado, o parecer desta Comissão.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata desta reunião – estamos concluindo, será considerada aprovada –, ela será publicada juntamente com o apanhamento taquigráfico.

V. Exª quer a palavra? *(Pausa.)*

Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a presente reunião. Antes, porém, ouço o Deputado Jorge Corte Real.

O SR. JORGE CORTE REAL (PTB – PE) – Presidente, apenas para reiterar um convite da diretoria e da presidência da CNI, porque, na próxima terça-feira, dia 23, nós temos um almoço lá, quando será lançada a Agenda Legislativa da CNI do ano de 2013. Inclusive já confirmadas as presenças dos ex-Presidentes de ambas as Casas – Câmara e Senado. Portanto, aqui, reitero o convite aos Srs. Senadores e Deputados. Teremos muita satisfação, eu principalmente como Vice-Presidente da CNI, em recebê-los lá na nossa casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Certamente. Eu sempre vou a esses... Eu acho importante isso.

Antes de encerrar, quero fazer um agradecimento especial à Assessoria, que incomodou muito ontem aqui, vamos registrar. Mas essa discussão é importante. Portanto, quero saudar e agradecer, em nome de uma velha amiga, que é a Drª Bia, aqui nós a chamamos de Bia. Ela era da CNA, aí vocês a "roubaram" para a indústria.

Então, de forma muito especial, quero agradecer e ressaltar o trabalho competente do Deputado Luiz Alberto como Relator. E, claro, aqui, quando há confusão, tem de chamar o Senador José Pimentel. José Pimentel vende enxoval para freira... *(Risos.)*

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Mas, nosso Presidente, se não fosse a forma como V. Exª conduziu os trabalhos não haveria acordo possível. Portanto, V. Exª foi o maestro de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu só queria dizer ao Deputado que, ontem, eu percebi... Eu podia ter colocado para a outra semana, mas nós só íamos retardar um acordo que me parecia muito fácil. Até conversei com os Deputados: me dá de hoje para amanhã, que nós vamos para o acordo. E, claro, se não tivesse acordo... Eu havia dito ao Deputado: "Se não houver acordo, nós não vamos ter condições de votar. Nós estamos votando porque houve realmente um texto que foi acordado."

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, suspensa às 15 horas e 17 minutos do dia 17/04/2013, reaberta às 10 horas e 20 minutos do dia 18/04/2013, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (65,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (65,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (63)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,93) Rodrigo Rollemberg (67,99) Inácio Arruda (89,100) Eduardo Lopes (37,45,64,101)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Aníbal Diniz (25,96) Paulo Paim (97) Eduardo Suplicy (98)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,93)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (67,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,100)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,64,101)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (102) Ataídes Oliveira (103) Cyro Miranda (31,94)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,62)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) João Costa (81,82) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PPL - 1 João Costa (81,82)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Domelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
65. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
71. Em 04.02.2013, lido o Ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (2)
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (2)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Humberto Costa (PT-PE) (5)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (5)
Paulo Paim (PT-RS) (5)	2. Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. João Costa (PPL-TO) (4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) ^(6,10,11)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDDB nº 132/2013).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ⁽²⁾
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 22

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

Instalação: 17/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁵⁾	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽³⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Jader Barbalho (PMDB) ^(36,37,49,50,60)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PSD) ^(23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽⁶⁷⁾
Gim (PTB) ⁽⁶⁷⁾	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,67)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. João Costa (PPL) (38,39,51,52,67)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21,67)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares, e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares, e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
João Costa (PPL) ^(28,29,32,39,41)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(76,7,9)
Anibal Diniz (PT) ^(75,6)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(79,8)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
	8.
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(77,39,50)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(77,2,4,16,20,27,39,50)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(77,1,15,39,50)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(77,3,16,36,39,46,50)
Pedro Simon (PMDB) ^(77,39,50)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(77,13,16,39,50,52,53,63,64)
Sérgio Souza (PMDB) ^(77,39,50)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(77,14,16,39,50)
Luiz Henrique (PMDB) ^(77,20,39,50)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(77,39)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(77,26,39)	6. Benedito de Lira (PP) ^(77,39)
Francisco Dornelles (PP) ^(77,39)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(77,39)
Sérgio Petecão (PSD) ^(70,73,74,77,40,41,43)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(73,74,77,29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69)
	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(71,22)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(71,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,86,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁶⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(81,82,5,45,65)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(82,84,85,62)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(80,82,10,45)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(82,19,21,34,35,66,67)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(82,47,48)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).

79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).

80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).

81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).

82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).

83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.

85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).

86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) ^(17,41,60)	5. VAGO ^(41,44)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(41,44,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,71,72)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66)	3. VAGO ^(34,35,57,66)
VAGO ^(24,58,66)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(11,64)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. VAGO ^(23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. João Costa (PPL) ^(39,59,65)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

***** Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).

64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).

66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).

67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).

68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(59,21)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(58,6,8,25,32)
Pedro Simon (PMDB) ^(58,2,11,27,28,29,40)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(58,36)
Paulo Davim (PV) ^(58,31,33,39)	3. VAGO
VAGO ^(58,62,16,30)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(58,18)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(61,3,7,15,34,44)	1. VAGO ^(57,5,22)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(52,17,35,43)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. VAGO ^(53,65,45)
Gim (PTB) ^(64,65,69,9,42)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabipiribe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013 - GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012-BLUFOR/SF).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(58,25,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(25,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. VAGO ^(61,4,7,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(57,60,35,45)	2. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁰⁾
João Costa (PPL) ^(60,34)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(56,60,41,42,48)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) (1,5,6,7,9,10)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB) (3,4,8,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (Of. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
 5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
 7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
 8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
 10. Em 20.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 15/2013-CI/PRES).
 11. Em 04.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 139/2013-GLPMDB).
- * Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(47,2)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(42,14)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(37,42,3)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(16,18,8,9)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(19,41,5,12)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(41,6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(35,4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(30,50,51,52)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
João Costa (PPL) ⁽⁵⁰⁾	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ^(5,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Sérgio Souza (PR)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayme Campos (MT)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 16/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPGB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados**COMPOSIÇÃO ²**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁷
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁷
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)⁷
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁷

Relator do PLDO / 2014:**Relator do PLOA / 2014:****Relator da Receita:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁵
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁴
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁶	2. ^{4 e 6}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ³
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.**3-** Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.**4-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.**5-** Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.**6-** Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.**7-** Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893**Fax:** (61) 3216-6905**E-mail:** cmo@camara.gov.br**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo**Endereço na Internet:** www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****Relator do PLDO / 2014:****Relator do PLOA / 2014:****Relator da Receita:****RELADORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 28}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 28}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 28}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 18 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 28}	1.

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.**3-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.**4-** Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.**5-** Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.**6-** Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.**7-** Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.**9-** Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.**10-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.**11-** Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.**12-** Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.**13-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.**14-** Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.**15-** Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.**16-** Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.**17-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.**19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 18}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. 2, 12 e 18
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB ¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino ⁴
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 ¹⁷Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 ²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota

Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 18}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA ²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA ²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Instalação: 31.08.2011

Deputados

[illegible]

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	

(Atualizada em 11.03.2013)

Edição de hoje: 420 páginas
(OS: 11790/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

